Alexandre Mendes Cunha

Minas Gerais, da capitania à província:
elites políticas e a administração da fazenda em um espaço em transformação

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História. Área de Concentração: História Moderna.

Orientador: Prof. Luciano Raposo de Almeida Figueiredo (PPGH / UFF)
Co-Orientador: Prof. José Luís Cardoso (ISEG / Universidade Técnica de Lisboa)

Niterói
Universidade Federal Fluminense
2007

Alexandre Mendes Cunha

Minas Gerais, da capitania à província:
elites políticas e a administração da fazenda em um espaço em transformação

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História. Área de Concentração: História Moderna.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Luciano Raposo de Almeida Figueiredo – Orientador (UFF)

Prof. José Luís Miranda Cardoso – Co-orientador (UTL)

Prof. Caio César Boschi (PUC-MG)

Prof. Guilherme Paulo Castagnoli Pereira das Neves (UFF)

Prof. Ilmar Rohloff de Mattos (PUC-RJ)

Prof. João Antonio de Paula (UFMG)

Niterói
Universidade Federal Fluminense
2007

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

C972 Cunha, Alexandre Mendes.

Minas Gerais, da capitania à província: elites políticas e a administração da fazenda em um espaço em transformação / Alexandre Mendes Cunha. – 2007.

334 f.; il.

Orientador: Luciano Raposo de Almeida Figueiredo.
Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2007.

Bibliografia: f. 315.

1. Minas Gerais – História – Séculos XVIII-XIX. 2. Elite política – Minas Gerais. 3. Fazenda pública. 4. Espaços urbanos. 5. Extensão rural. I. Figueiredo, Luciano Raposo de Almeida. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 981.51

Para Luciana

Agradecimentos

Teses atravessam a vida. Acredito que fui algumas vezes comandante deste barco e que em outras tantas dele não fui mais que passageiro. Recolhi a cumplicidade de companheiros de viagem que seguiram comigo, por trechos curtos ou por toda ela, e onde calhou dessa embarcação aportar (ou encalhar), o alento de presenças especiais sempre se fez presente. Durante a viagem, tanto a deriva quanto no curso do vento, sei que muito aprendi, das Minas, da história, da vida, e de mim mesmo. Há que se comemorar a chegada. Mas também é claro chegado o fim o que a toda vela tendemos a esquecer ou não olhar — as marcas no casco e o tempo passado. Seria difícil fazer aqui o inventário de todos que foram importantes a este trabalho e a minha vida nos últimos anos, e mais difícil ainda selecionar um ou outro. Mas sem muito explicar, quero dizer que lembro-me de tudo e todos, e agradeço com meu coração mesmo os nomes que me escapem agora.

Há uma aventura que completa seu primeiro capítulo aqui, minha formação como historiador. A história foi para mim uma escolha de maturidade e contei com a sorte e o privilégio de encontrar-me com pessoas que acreditaram nessa escolha, incentivaram-me e acima de tudo me ensinaram. O começo disto tudo, e de novo o ponto de chegada, minha casa em vários sentidos, é a Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG. Agradeço aí a muitos mestres e amigos, sendo que o primeiro deles não haveria como ser outro senão João Antonio de Paula, por sua presença determinante em minha formação e horizontes e pelo privilégio de sua amizade. Agradeço também de forma especial a Roberto Luís Monte-Mór, responsável primeiro por meus vínculos profundos com a reflexão espacial.

A lista ainda tem de incluir outros tantos e especiais companheiros: Hugo Cerqueira, Rodrigo Simões, Frederico Gonzaga, Ricardo Ruiz, Eduardo Albuquerque, Marco Aurélio Crocco, Ana Flávia Machado, Cândido Guerra, Cândido Fernandes. Também meus companheiros no Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica, Marcelo Godoy e Mario Marcos Rodarte. Este núcleo e toda impecável estrutura de pesquisa do Cedeplar/UFMG, permitiu ainda que muito do presente trabalho se beneficiasse dos projetos aí desenvolvidos. Alcanço, neste sentido, com o meu agradecimento os bolsistas que passaram pelo

núcleo nesse tempo, em especial a Daniel Cosentino, hoje já iniciando seu próprio doutorado, e a João Tonucci, este último, meu companheiro de inúmeras transcrições, mapas e tabelas fundamentais à tese.

A pós-graduação em história da Universidade Federal Fluminense, que me acolheu desde o mestrado, ofereceu-me sólida formação e vários momentos agradáveis. Agradeço aí especialmente a meu orientador, Luciano Figueiredo e Guilherme Pereira das Neves, por todo o apoio que deles sempre recebi. Desejo ainda à casa novos e bons ventos.

Caio Boschi, mestre de preciosas lições, companheiro de imprescindíveis conversas, aquém e além mar, e presença fundamental em minha formação, é dono também de um agradecimento dos mais especiais.

Agradeço também a atenção e auxílio dos funcionários e dirigentes das várias bibliotecas e arquivos históricos nos quais trabalhei ao longo desses anos, em Minas, no Rio e em Portugal.

Agradeço ainda a Amílcar Martins, por acreditar em meu trabalho e muito me incentivar, e registro o aqui quanto foi fundamental, e preponderante à pesquisa, a oportunidade de contar por seis meses com o auxílio financeiro do Instituto Amílcar Martins no âmbito da Bolsa ICAM/USIMIMAS.

Também registro neste sentido meu agradecimento ao CNPq, que concedeu-me uma bolsa por toda a duração do doutorado, assim como custeou minha temporada de pesquisas em Portugal.

Várias páginas seriam necessárias para introduzir o que trouxe comigo de meu tempo em Portugal. Já em minha primeira curta viagem em novembro de 2004, mas especialmente na temporada de alguns meses em 2006, fortes vínculos fincaram-se em mim. O que primeiro posso dizer é que tive em Lisboa experiências preponderantes em minha formação acadêmica, e nisto tem o nome de José Luís Cardoso, que me acolheu no doutorado sanduíche, co-orientando esta tese, expressão fundamental. Agradeço ainda a todos os outros professores com que tive o prazer de trocar idéias por lá, em especial a Leonor Freire Costa e Tiago Miranda.

Não posso deixar de dizer, entretanto, de como essa cidade entrou em meu coração. Sem arrombo, sutil e persistente, Lisboa me irritou, mas também me seduziu. A cidade, suas cores, sua luz, e mais que tudo os amigos inestimáveis que

vieram com ela. Antes de tudo minhas três queridas amigas, de quem tanto sinto falta, e que fazem tanto me angustiar um Atlântico de distância: Margarida, Raquel e Ines. Também meu bom amigo Antonio, e os inesquecíveis "Balucas", Davide e Lorance. Agradeço por tudo, ainda, a Manuel Perez, o Manu, e Tobias Goethel, o Tobi, meus mais fiéis companheiros de aventuras pela cidade, inventores comigo de um diálogo de muitas línguas.

Outros amigos queridos, fundamentais mesmo que por vezes distantes no mapa, nunca deixaram de fazer parte dessa aventura. João Eduardo "Gordão" e Daniel Gomes (o Parô) encabeçariam qualquer lista. Mas da mesma forma trago comigo, bem perto do coração, alguns outros nomes: Luciana Aguiar (a Luluzinha), Fernanda Diamante (a Prima), Rafael Gontijo (o Bolinho) e Gustavo Brito (o Gus), todos comparsas de uma época muito especial de minha vida e da deles, na graduação, no PET, que passou, mas nunca se apagou.

Fraya Frehse é também outra amiga especial, com quem por muitas vezes ao longo desses anos partilhei o entusiasmo das pesquisas, algumas angústias do trabalho e muito da poesia dos espaços.

Já chegando ao fim dessa lista, a minha mãe e a meu pai, Maria e Adilson, devo o mais terno dos agradecimentos. Sempre tão perto de meus sentimentos, sempre tão zelosos com minha educação.

Por fim, só sei dizer que um nome mora em mim. Significa cada dia, cada erro e cada acerto. Fala de dois corações aprendizes, e fala do carinho e do amor que sustentou essa caminhada. Um nome que escreve-se hoje com as letras suaves do sonho e de minha esperança. Luciana, meu amor, a quem dedico este trabalho.

Sumário

APRESENTAÇÃO 11

PARTE I - Os espaços das Minas 18

CAPÍTULO 1. ESPAÇO PARA PENSAR A HISTÓRIA 18
1.1. Tempo, espaço – História 18
1.2. Regionalização e História: desafio teórico-metodológico 31
CAPÍTULO 2. A FORMAÇÃO DO URBANO NAS MINAS 52
2.1. No sertão o lugar das minas 55
2.2. Nas minas o lugar do urbano 74
2.3. Urbano, Rural, diferenciação espacial e regionalização 96

PARTE II - A elite política (e econômica) mineira 122

CAPÍTULO 3. PATRONAGEM, CLIENTELISMO E REDES CLIENTELARES 122
3.1. As bases da reiteração do fenômeno da patronagem e suas linhagens na historiografia política brasileira 125
3.2. As elites políticas das Minas - século XVIII e passagem para o XIX 142
CAPÍTULO 4. O DESENHO REGIONAL E AS ESPECIFICIDADES DAS ELITES 158
4.1. Visões de conjunto: a percepção das diversidades regionais 158
4.2. Iluminando detalhes: trajetórias e famílias 177

PARTE III – Contos do Reino e das Minas: Fazenda, Estado e seus agentes 189

CAPÍTULO 5. A FAZENDA NO CONTEXTO DAS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS E POLÍTICAS DAS MINAS ENTRE OS SÉCULOS XVIII E XIX 189
5.1. A prática da ação fazendária: ouro e moeda entre os séculos XVIII e XIX 190
5.2. As inst. fazendárias, do Estado português ao nascente Estado Nacional brasileiro 223
CAPÍTULO 6. A PERCEPÇÃO DAS MINAS: FAZENDA, ECONOMIA, ELITES E POLÍTICA 256
6.1. Um segmento particular da elite política e econômica mineira: os agentes da fazenda, suas trajetórias e inter-relações no período 256
6.2. Mudanças na leitura da realidade econômica: o sistema colonial e a dinâmica econômica local em um espaço multifacetado 290
CONCLUSÃO 311
FONTES E BIBLIOGRAFIA 315

Lista de Tabelas

TABELA 1: Minas - população das comarcas entre 1776 e 1835 101
TABELA 2: Comarca do Rio das Mortes 104
TABELA 3: Idade de parlamentares mineiros..... 159
TABELA 4: Idade de um segmento da elite política imperial 159
TABELA 5: Estado conjugal de parlamentares mineiros 159
TABELA 6: Estrutura da posse (parlamentares mineiros) 1 160
TABELA 7: Estrutura da posse (parlamentares mineiros) 2 161
TABELA 8: Estrutura da posse (parlamentares mineiros) 3 161
TABELA 9: Estrutura da posse (parlamentares mineiros) 4 161
TABELA 10: Setor de ocupação de parlamentares mineiros estudados 162
TABELA 11: Profissão dos pais de deputados e procuradores, 1820-22 162
TABELA 12: Eleitores/votantes por comarca 167
TABELA 13: População entre 1776 e 1835 167
TABELA 14: Eleitores/votantes por região 170
TABELA 15: Estrutura da posse (Eleitores de 1822) 173
TABELA 16: Estrutura da posse por comarcas (Eleitores de 1822) 173
TABELA 17: Setor ocupacional por comarcas (Eleitores de 1822) 173
TABELA 18: Setor ocupacional por comarcas (Eleitores de 1822) 174
TABELA 19: Ouro Preto (votantes em 1847) 175
TABELA 20: São João (votantes em 1847) 176
TABELA 21: Diamantina (votantes em 1847) 176
TABELA 22: Serro (votantes em 1847)..... 176

Lista de Figuras

FIGURA 1: Detalhe da Comarca do Rio das Mortes [1] 115
FIGURA 2: Detalhe da Comarca do Rio das Mortes [2] 115

Lista de Mapas

MAPA 1: Principais caminhos..... 107
MAPA 2: Regionalização sécs. XVIII-XIX 110
MAPA 4: Criação de vilas entre 1710 e 1820 113
MAPA 5: Criação de vilas entre 1710 e 1850 113
MAPA 6: Criação de vilas entre 1710 e 1880 114
MAPA 7: Caminhos da Comarca do Rio das Mortes 116
MAPA 8: Total de irmandades religiosas existentes entre 1700 e 1820..... 117
MAPA 9: Igrejas e capelas por localidade no período colonial..... 118
MAPA 10: obras de maior destaque na arquitetura religiosa 119
MAPA 11: Situação das Igrejas paroquiais no Bispado de Mariana em 1790..... 119
MAPA 12: Número de professores por localidade entre 1795 e 1797..... 120
MAPA 13: Total de aulas públicas e particulares na comarca do Rio das Mortes.. 120
MAPA 15: Efetivo da guarda nacional em 1840 121
MAPA 16: Comarcas em 1842 168
MAPA 17: Votantes por município em 1842 171
MAPA 18: Fogos por município em 1842 171

Abreviaturas utilizadas

ACM – Arquivo da Casa da Moeda, Lisboa
ADIM – Autos da Devassa da Inconfidêcia Mineira
AHTC – Arquivo Histórico do Tribunal de Contas, Lisboa
AHU – Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa
AMI – Anuário do Museu da Inconfidência
ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa
APM – Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte
BA – Biblioteca da Ajuda, Lisboa
BNL – Biblioteca Nacional, Lisboa
BNRJ – Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro
RAPM – Revista do Arquivo Público Mineiro
RIHGB – Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
RIHGMG – Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais

Cód. – Códice
Cx. – Caixa
Doc. – Documento
Lv. – Livro
Ms. – Manuscritos

Resumo

O presente trabalho tem como foco Minas Gerais entre a segunda metade do século XVIII e a primeira do século XIX. O argumento central diz respeito à precocidade do urbano nas Minas, como esses espaços produzem e articulam os espaços do rural, e como tudo isto se relaciona à progressiva diferenciação regional do território. O fundamental, não obstante, é a leitura dessa questão espacial ampla nas tramas de processos históricos diversos, perpassando economia, sociedade e política. As referências fundamentais são o estudo detalhado dessa questão espacial, das elites e da administração fazendária, cada um dos temas com perspectivas metodológicas variadas e expressivo repertório documental. Na primeira parte "Os Espaços das Minas", discute-se a formação espacial mineira e a diferenciação desse espaço entre os séculos XVIII e XIX. Na segunda, "A elite política (e econômica) mineira", busca-se a percepção dos processos de hierarquização social e organização política em Minas. Realizam-se também estudos verticais e horizontais de caracterização do grupo. A terceira parte ("Contos do Reino e das Minas: Fazenda, Estado e seus Agentes"), investiga a formação da Fazenda pública dentro do Estado português e a administração dessas questões na sociedade mineira nos séculos XVIII e XIX. Trata-se de um exemplo importante da realidade presente e dos projetos futuros daquela economia. Ponto de chegada privilegiado, portanto, para a discussão desse espaço em transformação.

Abstract

This work aims at discussing Minas Gerais (Brazil) between the second half of 18th century and the first one of 19th century. The period is analyzed in several dimensions of the historical process: economy, society and politics. The basic references are the study of the spatial questions, the political elites, and the financial administration, each one of these subjects with different methodological perspectives and great documentary repertoire. In the first part it inquires the space formation and its differentiation between 18th and 19th century. The second one searches the processes of social standardization and the organization of the political power in Minas Gerais. Vertical and horizontal studies of characterization of those elites are also produced. The third part investigates the formation of the public treasury in the Portuguese State and the administration of these questions in that society at that time. It is an important example of the present reality and the future projects of that economy and also a privileged point of arrival, therefore, for the quarrel of this transformation space.

Apresentação

Não fugir ao mais óbvio (e menos criativo) dos títulos para esta tese, "Minas Gerais", é espécie de confissão, afinal, a bem da verdade, não há outro personagem nessas páginas. O que se vai ler, é o resultado de um exercício interpretativo de um espaço e de uma temporalidade, que compõe juntamente com meu trabalho anterior, no mestrado,[1] um panorama compreensivo da história mineira em diversos de seus aspectos. Ainda que inconclusa por definição, e pouco moldável ao trabalho individual que as teses de pós-graduação pressupõem em nosso ambiente acadêmico, a mensagem subjacente a esses dois trabalhos é a crença na história total como o mais expressivo caminho do fazer historiográfico. Crença e desejo de marcar aí minhas filiações. O resultado, por fim, como era de se esperar, cobre não mais do que um número restrito de aspectos, mesmo que lidos com certa variedade nas perspectivas metodológicas. O fundamental, porém, é insistir que as intenções de análise a todo tempo buscaram se voltar para essa totalidade que se evoca aqui logo de saída na revelação do personagem principal de um texto no qual desfilarão inúmeros nomes. Eis aí, com o plural que lhe é mais que devido, essas Minas Gerais.

Mais algumas palavras sobre o título resumem o fundamental que deve ser dito nessa apresentação. "Da capitania à província", o que equivaleria dizer da colônia ao império, assume uma temporalidade que em tudo é primordial à compreensão de nossa história até o presente, e que se comparada com a ênfase dada a outros períodos é dos lugares menos visitados pela historiografia mineira. Refiro-me aos trabalhos que transpassem efetivamente os dois períodos, contemplando não uma ou outra efeméride, mas os vários pontos que marcam a inflexão de uma realidade a outra, e que a meu ver só pode ser viável com a leitura do contínuo que vai da segunda metade do século XVIII à primeira do XIX. Neste sentido, são comuns os trabalhos sobre a realidade mineira que dedicam-se ao século XVIII e adentram em seus últimos capítulos no século XIX ou, ao contrário, os que só

[1] Alexandre Mendes Cunha, *Vila Rica - São João del Rey: as voltas da cultura e os caminhos do urbano entre o século XVIII e o XIX*, orientada pelo Prof. Luciano Raposo de Almeida Figueiredo, e defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UFF em junho de 2002.

introduzem a realidade setecentista para se dedicaram logo em seguida ao século seguinte. Em cada uma das três partes da tese buscou-se escapar dessas limitações e tratar tanto da segunda metade do século XVIII quando da primeira do século seguinte como contínuo e com destaque equivalente. Não obstante, para alguns dos exercício analíticos a ausência de dados ou a concentração desses em um ou outro período inviabilizou a equivalência no texto, o que, acredito, deva se contrabalançar na leitura não dos sub-capítulos isolados, mas do conjunto do texto.

A primeira das partes, "Os Espaços das Minas", recupera o mesmo eixo que orientou o trabalho no mestrado, a discussão da formação espacial mineira como algo que em si traduz múltiplas dimensões daquela realidade, e que na dissertação referida foi explorada no que diz respeito à cultura, especificamente a desarticulação do barroco mineiro a partir do exemplo dado pela música sacra e da arquitetura religiosa. Trata-se em larga medida, esse tipo de esforço, de se colocar o espaço em primeiro plano e pensá-lo como matéria substantiva do trabalho do historiador. Buscou-se então qualificar e investigar em profundidade nessa primeira parte da tese a formação e a diferenciação do espaço mineiro entre os século XVIII e XIX, sendo a base material e dimensão econômica em si flagrantemente privilegiada nesse exercício. Escapa-se ao recorte temporal com o necessário recuo à primeira metade do século XVIII para se discutir o tema da formação, sendo que na seqüência é o restante do século e em particular a viragem para o Dezenove que subsidia a leitura do processo de diferenciação progressiva dos espaços regionais. Em ambos os movimentos se recorre fartamente ao trabalho com mapas históricos e fontes com informações espacializáveis, tudo submetido ao tratamento em cartografia digital. Essa reflexão sobre a diferenciação progressiva de espaços econômicos, suas articulações e rearticulações, seus efeitos de encadeamento, entre outros mais aspectos, é que permite uma qualificação robusta disso que já no título chamou-se de espaço em transformação e que ao longo do texto será progressivamente explorado em outras dimensões para além da econômica — política e sociedade essencialmente.

Os aspectos fundamentais que definem esse "espaço em transformação" são aplicados, assim, na análise dos temas contemplados nas duas partes seguintes. Na segunda, "A elite política (e econômica) mineira", em seus dois capítulos, procura-se

discutir com a historiografia pertinente e proceder estudos verticais e horizontais sobre esse grupo, buscando qualificá-lo em suas dimensões fundamentais e percebê-lo a partir desse espaço regionalizado que se discutiu na primeira parte.

A terceira parte ("Contos do Reino e das Minas: Fazenda, Estado e seus Agentes"), por sua vez, promove o aprofundamento de um aspecto em particular daquela realidade, dando a oportunidade de se reunir esses condicionantes gerais da análise e robustecer a pesquisa documental. Foca-se em um segmento específico da elite política e econômica mineira que poder ser descrito como uma "elite fazendária", investigando-se a partir daí a própria formação da Fazenda pública dentro do Estado português e a administração dessas questões fazendárias na sociedade mineira nos séculos XVIII e XIX. Tal realidade é sem dúvida um dos pontos nevrálgicos de todo o edifício político pertinente a esses espaços no período e tradução direta na realidade presente e dos projetos futuros para aquela economia. Ponto de chegada privilegiado, portanto, para a discussão ambicionada desse espaço em transformação. Não só por elementos de originalidade no tratamento do tema e dos fundos documentais trabalhados, mas também por conta dessa posição particular que a terceira parte ocupa em relação ao desenvolvimento dos temas perseguidos ao longo da tese, acredito que se trata da parte fundamental do trabalho e de sua contribuição historiográfica mais robusta.

Não se objetiva com essa apresentação avançar muito mais do que a exposição das intenções gerais do trabalho e a enumeração sintética do que será exposto em cada uma das partes. Ainda assim, vale acrescentar aqui um esforço de qualificação do que será apresentado sob a capa de "elites" ao longo do texto e, minimamente, qual a estratégia de que se valerá para se surpreender esse conjunto de indivíduos, uma vez que se trata de termo que carrega inúmeras polêmicas.

A noção de elite, seja no trabalho do historiador, do sociólogo ou de outros mais profissionais que disto se ocupem, para além de arredia é invariavelmente controversa. Flávio Heinz, ocupando-se da questão em estudo recente, chama atenção para o fato de que tal noção, "pouco clara e seguidamente criticada por sua imprecisão, diz respeito acima de tudo à percepção social que os diferentes atores têm acerca das condições desiguais dadas aos indivíduos no desempenho de seus

papéis sociais e políticos", e argumenta que essa certa imprecisão conceitual antes percebida como um empecilho à cientificidade da análise, tendeu a tornar-se instrumental na medida em que pode captar com menos rigidez a forma híbrida que muitas vezes assumem esses lugares sociais.[2] Ainda no intuito de especificar o termo, acrescenta esse autor com o auxílio de Christophe Charle, "as elites são definidas pela detenção de um certo poder ou então como produto de uma seleção social ou intelectual, e o estudo das elites seria um meio para determinar 'quais são os espaços e os mecanismos do poder nos diferentes tipos de sociedade ou os princípios empregados para o acesso às posições dominantes'".[3] O fundamental destas perspectivas, a meu ver, é exatamente o destaque à assimetria de poder (econômico, político, etc.) que qualifica as relações subjacentes à produção dos lugares sociais dessas elites, sejam elas quais forem. Trata-se, portanto, de perceber caminhos da hierarquização social, e, adicionalmente, de se interrogar sobre as estratégias utilizadas por esses grupos para se reproduzirem em determinado lugar social ao longo do tempo. Todas essas questões são determinantes e fundamentais para o estudo da formação social mineira entre o século XVIII e o XIX.

A(s) elite(s) que interessa aqui estudar é representação, portanto, desse conjunto de indivíduos que, por processos diversos, foi ocupando a posição cimeira no acúmulo de poder político, econômico e, pode-se também acrescentar, simbólico na sociedade mineira em formação ao século XVIII, e que reproduziu-se como tal, não sem excluir renovações e substituições parciais, pelo século XIX adentro. Obviamente, objeto de tal amplitude não cabe em uma (ou mesmo em várias) teses. Não seria possível, no entanto, escolher um segmento dessa elite e perceber de forma efetiva suas especificidades e sua dinâmica social, ou tampouco relacioná-lo com o conjunto amplos de forças econômicas, culturais e políticas em curso a esse tempo, sem que ao menos se busque arranhar esse edifício maior e mais amplo da elite como um todo no período. Desta forma, o objeto amplo foi abraçado ainda que com a ambição, por ora, de não mais que alguns clarões. Dois ou três desses clarões, que

---

[2] Flávio M. HEINZ, "O historiador e as elites – à guisa de introdução" in: Flávio M. HEINZ (org.), *Por outra história das elites*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006, pp.7-8.

[3] *Idem*, p.8 / Christophe CHARLE, "Les elites culturelles en France ao XIXème siècle. Inventaire dês recherches recentes sur la genèse dês intellectuels contemporains" in Rainer HUDEMANN, Georges-Henri SOUTOU (orgs.), *Eliten in Deutschland und Frankreich im 19. Und 20. Jahrhundert. Strukturen und Beziehungen, Band 1*, München: R. Oldenburg Verlag, 1994, p.46.

espero estejam dispersos pelo texto, já servem para afastar um pouco o risco de empreender uma leitura extremamente redutora da realidade estudada, e da eleição por demais arbitrária de um segmento dessa elite como uma tradução direta de seu conjunto. Tal ordem de preocupações, respondem em alguma medida a advertências a esse tipo de trabalho como as propostas por Lawrence Stone em texto de 1971, discutindo incisivamente o chamado método prosopográfico.[4]

Prosopografia ou método das biografias coletivas, são designações comuns de uma metodologia de estudo das elites (principalmente, mas não exclusivamente), que em linhas gerais consiste, como definido por Christophe Charle em "definir uma população a partir de um ou vários critérios e estabelecer, a partir dela, um questionário biográfico cujos diferentes critérios e variáveis servirão à descrição de sua dinâmica social, privada, pública, ou mesmo cultural, ideológica ou política, segundo a população e o questionário em análise".[5] O que efetivamente se encontra exposto no presente trabalho pode ser qualificado em boa medida como o resultado de uma investigação com inspiração prosopográfica, mas não propriamente como um estudo prosopográfico. Isto deve-se tanto à convicção de que para se alcançar o ditos clarões, acima referidos, se fazia necessário o recurso a outros métodos, assim como ao fato de que a dispersão e fragmentação dos dados disponíveis, particularmente no que diz respeito à compatibilização de fontes do século XVIII com as do século XIX, impunham sérias limitações aos resultados da abordagem prosopográfica por si só. O tipo de estudo das elites que se procede aqui se encaminha em alguns momentos na direção de recuperar traços comuns pertinentes à trajetória de conjunto amplo de indivíduos, pensando tendências e se perguntando sobre o processo de hierarquização social em si; mas ao mesmo tempo lança mão de recursos próprios da micro-história para investigar em profundidade alguns indivíduos e orientar, da mesma forma, perguntas sobre o conjunto dessa elite estudada e da sociedade que a deu lugar.

Elite como entendida aqui é um lugar social. A elite mineira não poderia, portanto, ser território acessível só aos nascidos nessa terra, mas obviamente a quem

---

[4] Lawrence STONE, "Prosopography" in Lawrence STONE, *The past and the present*, Boston, Routledge & Kegart Paul, 1981.
[5] Christophe CHARLE, "A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas" in: Flávio M. HEINZ (org.), *Por outra história...*, p.41.

quer que participasse do processo de produção e reprodução desse lugar social. Desta forma afasta-se logo de início considerações acerca da entrada ou não de indivíduos nascidos em Portugal ou outras partes mais no grupo em análise. Tal ponderação, entretanto, não permite sequer sair da superfície do problema. A análise específica, porém, não pode ter lugar nessas páginas de introdução, vale só adiantar que para se tratar da elite política e econômica mineira no século XVIII é preciso qualificar duas dimensões fundamentais e conexas, pertinentes à própria sociedade mineira do período como um todo. Primeiro a velocidade, a aceleração do tempo histórico que marcou a experiência de se viver aquele tempo, particularmente a segunda metade do século, no ambiente urbano das vilas do ouro mineiras e que imprime, como que necessariamente, dinâmica muito particular a esse processo de hierarquização social se comparado, por exemplo, a outras partes da América portuguesa. O segundo ponto, na verdade um desdobramento disto, é que seria essa elite que aí foi se delineando um produto difuso, resultado de uma formação recente, de uma configuração que quando tente a estabilizar seus padrões já o faz em meio a uma conjuntura de crise, do ouro, do sistema colonial, etc. Realidade difusa também pois os atributos que caracterizavam a pertença a esse lugar social estavam em disputa; o que traduz a própria erosão dos aspectos definidores do antigo regime em um ambiente no qual a penetração deles se deu de forma absolutamente limitada e, mais que isto, permeada de outros tantos impulsos que lhe eram contrários.

Uma das questões fundamentais que se perseguiu na reflexão desse segmento social foi justamente pensar em que medida sua dinâmica responde ou não a um dos processos mais primordiais para a história de Minas entre os séculos XVIII e XIX (como se defenderá na primeira parte da tese): a oposição urbano-rural e a progressiva diferenciação dos espaços que partindo da região das Minas, o espaço original no qual se plantou a mineração do ouro e do diamante, produz um espaço regional segmentado e complexo à primeira metade do século XIX. A etapa mais importante do trabalho, não obstante, vem a ser a investigação em profundidade de um segmento em particular dessa elite mineira, para o qual buscou-se perceber sua reprodução ao longo do tempo e a imbricação de forças diversas, econômicas, políticas, etc., ao longo desse período que é a obsessão temporal do presente trabalho, o fim do século XVIII e o início do XIX. Esse segmento em questão, a dita

elite fazendária efetivamente incorpora o núcleo de indivíduos responsáveis pela decisão e administrativa da fazenda respeitante às Minas. Mesmo se tratando de segmento reduzido, e afastando-se logo intenções de com ele traduzir o conjunto da elite política mineira, é importante que se diga que o fundamental é que se trata em boa medida do lugar social para o qual convergem direta ou indiretamente uma série de questões prioritárias à reflexão do período nas Minas, como por exemplo, na administração fiscal ou no próprio funcionamento, e crise, do sistema colonial, na instabilidade revolucionária que se precipita na forma da inconfidência, nos interesses em disputa na formação do Estado nacional brasileiro, e em larga medida nos projetos políticos e econômicos para as Minas, que tem ali o seu primeiro fórum de debates mesmo que dentro da ordem colonial.

PARTE I - Os espaços das Minas

Capítulo 1. Espaço para pensar a História

1.1. Tempo, espaço – História

O fazer historiográfico, em uma de suas mais importantes ambições, traduz a busca pela totalidade em cada movimento da análise interpretativa do passado. Saber simplesmente que a busca por essa totalidade é um objetivo inconcluso por definição, não lhe rouba, e não mesmo deve roubar, o peso (caído em nossos ombros) do desafio de não se deixar levar pela busca sem culpa do mais específico e ilhado dos aspectos do real. Essa inquietação de fundo é que traz às reflexões que vão aqui amarradas a devida qualificação para o tratamento da dimensão espacial como lugar inescapável e imprescindível ao historiador. O ponto de partida é uma ponderação que apresenta um eixo que perpassa toda a análise ao longo das partes distintas dessa tese, a questão espacial.

Trata-se do seguinte: o estudo da questão espacial oferece uma possibilidade analítica fundamental ao exercício da dita história total. Sem dúvida não há como se dissociar tempo e espaço, e sendo assim não há muito sentido em se investigar uma dimensão separada da outra. Ainda assim, o ponto que me parece fundamental é que o mesmo espaço, ainda que também em sua dinâmica, é capaz de suportar temporalidades distintas; assim como permite ao olhar reflexivo o agrupar da diversidade de paisagens em um certo vislumbre de totalidade. Dessa forma, pensando-se em termos metodológicos, é possível qualificar aí certa abertura ao exercício analítico que interessa ao presente texto.

É argumentar que a fragmentação é realidade mais preponderante ao tempo que ao espaço. Em alguma medida o tempo, matéria constitutiva da história, só muito fugidiamente traz consigo à experiência sensível a idéia continuidade. O tempo da vida, das nossas experiências, das lembranças e dos projetos é sempre fragmentado e só mesmo a reconstrução analítica é que é capaz de apresentá-lo como um contínuo. Mesmo esta reconstrução, todavia, quando bem cuidada, sabe bem ver que o tempo,

para além de fazer seleções/eleições, tem também seus ritmos, passando por vezes ligeiro ou alongando-se fortemente em outros tantos momentos, terminando por constranger a idéia de uniformidade. O espaço comporta igualmente a fragmentação, e é sem dúvida impossível a apreensão de todo o espaço em sua simultaneidade, mas em certa medida é menos fragmentário. A descontinuidade espacial é muito mais o contraste, a mudança, o diferente, que altera a forma, mas que não é ruptura, não anulando, portanto, certa experiência sensível da continuidade. A soma desses contrastes e de tudo que nele, a um lado, a outro, acima e abaixo, habita, contribui à inspiração da totalidade e abre espaço ao exercício analítico de seu estabelecimento.

É esta linha de reflexão que introduz a concepção do espaço como o lugar dessa "totalidade histórica" no exercício interpretativo do historiador. Seja o Mediterrâneo ou as Minas, o olhar atento ao espaço é porta de entrada e recurso analítico à percepção simultânea de uma totalidade na qual repousam tempos e temporalidades distintas.

A abertura ampla e persistente desse espaço total, da percepção do espaço-história como totalidade, convida a múltiplas abordagens. De vários pontos (todos talvez) acaba-se por alcança-lo; não obstante, o problema a exigir uma reflexão detida é: como alcança-lo de forma a não pisar e ficar só no fragmento. Como, mesmo que lidando com uma realidade fragmentada, preservar a intenção do todo. Inevitavelmente falo aqui agora de uma estratégia metodológica que coloca em primeiro plano, não a exploração/descrição do real, mas a sua reconstrução no exercício interpretativo. Um conceito em especial parece-me concentrar ainda força ímpar neste sentido, e por conta disto orientará os passo iniciais da análise a que o presente texto se dedica, fazendo articular no estudo das Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX as paisagens econômicas, políticas, sociais, e outras mais que se queira superpor. Refiro-me à noção de "formação econômico-social" (*ökonomische Gesellschaftsformation*), tal qual tratada por Karl Marx e utilizada em seus escritos a partir de meados da década de 1850. Trata-se, não obstante, de um conceito complexo. Uma apresentação cuidadosa do termo é aqui, neste sentido, inescapável. Resumindo de pronto a questão, pode-se dizer que a noção de formação econômico-social carrega uma dupla visão, comprimindo, sem fundir, duas dimensões específicas. Dá conta ao mesmo tempo da "forma" e do "processo", o produto final,

em sua forma particular, é também o processo como um todo contido no resultado. Vale lembrar que, uma vez que o que vai se tratar aqui é do espaço mineiro entre dois séculos, não se escapa de ter na paisagem natural um dado material dos mais significativos, todavia, coloca-se mesmo em destaque o espaço coletivamente produzido a partir da ocupação do território motivada pelas descobertas auríferas. Esse espaço coletivamente produzido é, neste sentido, e com acento, forma e processo. A noção de formação econômico-social tal qual aqui se deseja apresentar, oferece essa porta de entrada, portanto, a descortinar horizonte largo e amplo, permitindo alcançar o espaço coletivamente construído em sua forma (estrutura para além da aparência), mas também em sua dinâmica, em seu percurso constitutivo, estampado no presente da análise. Dito de outra forma, isto permite tratar com devida conseqüência a dimensão propriamente histórica do processo, reforçando as bases do exercício interpretativo da totalidade suportada pelo espaço.

Um autor em especial é responsável por uma das mais sólidas caracterizações do referido conceito, oferecendo balizas importantes ao presente intento — Maurice Godelier. Segundo este autor, o termo alemão original, *ökonomische Gesellschaftsformation*, comporta duas traduções igualmente legítimas, "formação econômico-social" ou "formação econômica da sociedade". Só o contexto teórico permite distinguir a propriedade no uso de uma ou outra. Não obstante, o sentido distinto que na tradução pode ser depreendido de cada uma das expressões listadas, carrega de forma geral duas possibilidade que estão contidas a um só tempo na expressão alemã, ou seja, a de uma "forma específica" e a de um "processo em movimento". No termo formação é que reside o núcleo da questão, sendo mesmo a expressão, equivalente em boa medida nos aspectos fundamentais, *Gesellschaftsformation* (formação social ou formação da sociedade), sem a qualificação de econômica, já utilizada por Marx e Engels em meados da década de 1840, quando da redação de *A ideologia alemã*. A chave para a compreensão desse aspecto dual destacado aqui é, ainda na perspectiva apontada por Godelier, a de que Marx seleciona com propriedade o termo "formação" do vocabulário de uma ciência nascente àquele momento, a geologia, e da obra de um autor em particular, o geólogo escocês Charles Lyell, autor de *Principles of Geology*, revisado e reeditado onze vezes entre 1830 e 1872, no qual apresentaria os princípios fundadores da

estratigrafia. Formação aí sugere, em termos como "formação primária" e "secundária", simultaneamente a natureza e estrutura específica dos estratos rochosos que foram se acumulando uns sobre outros, em épocas diferentes, resultando por fim em uma forma que carrega em si um trajeto específico, um processo. É com este interesse específico por um termo que designasse simultaneamente um processo e seu resultado que Marx vai selecionar "formação" para os seus escritos, conferindo-lhe substantiva densidade analítica.[6]

A chave interpretativa é formidável. Sugere uma percepção mais aguda do real com base na perspectiva da assimetria de tempos condensada no instante da análise. Mais que isto, processos e tempos que vão cristalizados no espaço em evidência material. Também mais que isto. Tomado nesse registro o trabalho, por exemplo, de Henri Lefebvre, com seu método regressivo-progressivo (originalmente exposto em dois artigos versando sobre temas de sociologia rural[7]), pode-se acompanhar um desdobramento da referida categoria marxiana em uma metodologia específica para a compreensão da superposição no espaço (material e simbólico) de temporalidades históricas distintas.[8] Em um outro registro, mais distante, talvez nem tanto, do tema aqui discutido, Claude Lévi-Strauss, em páginas de suas impressões acerca de uma viagem a Nova Iorque no ano de 1941, oferece um vislumbre dos tempos contidos no urbano a partir de uma metáfora geológica. As questões são outras, mas a sugestão é direta ao que vai sendo tratado aqui:

> Decididamente, Nova Iorque não era a metrópole ultramoderna que eu estava à espera, mas uma imensa desordem horizontal e vertical, mais atribuível a qualquer solavanco da crosta urbana do que aos projectos pensados dos construtores; onde camadas minerais, antigas ou recentes, ficavam intactas aqui e além, enquanto noutras emergiam

---

[6] Maurice GODELIER, "Formação Económico-social" [verbete] in: Ruggiero ROMANO (dir.), *Enciclopédia Einaudi*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986. [Vol. 7 - Modo de Produção, Desenvolvimento/ Subdesenvolvimento], pp. 132-3 / Aldo MIELI, *Panorama general de historia de la ciencia*, 2. ed., Buenos Aires, Espasa-Calpe, 1952-61 [vol 7 – "El periodo central del siglo XIX: Lyell, Gauss, Cannizzaro y Darwin"]

[7] Os artigos "Problèmes de Sociologie Rurale: La Communauté Paysanne et ses Problèmes Historico-Sociologiques" e "Perspectives de Sociologie Rurale" foram publicados originalmente na Cahiers Internationaux de Sociologie, em 1949 e 1953, e depois coligidos no livro *Du rural a l'urbain*, Paris, Anthropos, 1970. Ambos foram traduzidos para o português em coletânea organizada por José de Souza Martins. [José de Souza MARTINS (org.), *Introdução Crítica à Sociologia Rural*, 2.ed., São Paulo, Hucitec, 1986.]

[8] Jean-Paul Sartre responde pelo elogio e utilização das mais conhecidas do método de Lefebvre em seu *Critique de la raison dialectique*. (Jean-Paul SARTRE., *Critique de la raison dialectique: precede de questions de methode*, Paris, Gallimard, 1960.)

> cumes do magma circundante, como testemunhos de eras diferentes que se teriam sucedido a um ritmo acelerado com, a intervalos, os vestígios ainda visíveis de todas essas convulsões; terrenos vagos, chalés incongruentes, casebres, edifícios de tijolo vermelho — estes últimos já conchas vazias prometidas à demolição.[9]

Muito mais próximo da realidade aqui em questão, repetindo a leitura geológica de Lévi-Strauss, mais concreta do que metaforicamente, é interessante lembrar o caso de Lisboa. Com o solavanco brusco da crosta terrestre de novembro de 1755 que fez ruir a cidade deram-se a conhecer algumas de suas partes passadas já há muito superpostas. No chão revolvido algumas marcas da Felicitas Julia Olissipo, a Lisboa da época romana, deram-se de novo a conhecer. A reconstrução da cidade colocada em curso pelo Marques de Pombal cuidou de fundir esse passado com o presente mais uma vez, seja usando pedra de algumas dessa ruínas em novas estruturas, ou superpondo-se simplesmente as estruturas anteriores. Exemplo disto é que na baixa lisboeta extensão considerável do curso da Rua da Conceição e da Rua da Prata sustentam-se ainda hoje por sobre as sólidas bases do criptopórtico romano que em outro tempo, por sua vez, sustentava importantes construções da Olissipo.

Insistindo ainda na qualificação do conceito, e retornando a Marx, faz-se necessário incluir duas advertências. A primeira é de que esse autor ao tratar da questão da "forma" não a confunde com a aparência exterior das coisas ou relações sociais, ou ao que nos interessa, à forma visível, "fotográfica" do espaço. A utilização aqui do termo paisagem social, por exemplo, dá boa medida do que comporta sim determinada aparência, mas que guarda sentido próprio somente em referência a seu significado mais profundo. A forma de que fala Marx não faz assim referência à dimensão fenomênica imediata. Como aponta Godelier, "uma vez que ela é uma das condições internas da existência e da reprodução do seu conteúdo, ela pertence à essência daquele conteúdo, faz parte de sua estrutura interna, quer dizer, ela é que exprime as conexões internas, as relações de dependência mútua (*Zusammenhaug*) existentes entre os elementos desse conteúdo".[10] É essa observação no sentido específico da forma não como aparência, mas como estrutura/aparência, nexo interno, que permite compreender a segunda das advertências, relativa à confusão reincidente em muitos autores de interpretar formação econômico-social

---

[9] Claude LÉVI-STRAUSS, *O olhar distanciado*, Lisboa, Edições 70, 1986, pp. 361-2.
[10] Maurice GODELIER, "Formação Económico-social" [verbete]..., p. 135.

como o conceito específico a designar a existência simultânea, na mesma sociedade, de diversas formas do processo de produção, ou de variados "modos de produção".

É importante ainda considerar que uma determinada sociedade pode pertencer simultaneamente a várias formações econômico-sociais caso nela coexistam e se combinem diferentes modos de produção; da mesma forma, uma formação econômico-social pode perpassar várias sociedades que são contemporâneas. É possível assim pensar para uma mesma sociedade, na qual se apresentem contextos de relações de produção diferenciados, filiações diferentes para diferentes de seus aspectos constitutivos ou setores econômicos. Os circuitos econômicos de nossa sociedade colonial particularmente em seu período mais tardio (1790-1822), uma vez afastada a interpretação mais restritiva da determinação máxima do exclusivo colonial, respondem bem a essa realidade complexa aqui aludida. O aspecto fundamental é que tanto em um quanto em outro caso, a experiência histórica concreta revela uma multiplicidade de tempos diferentes, podendo coexistir sociedades distintas em tempos diferentes de uma mesma formação social ou em uma sociedade específica coexistirem momentos diversos de formações econômico-sociais específicas.[11] Poderia-se acrescentar que o aspecto distintivo fundamental é, para além da coexistência de "tempos" diferentes das formações em uma sociedade, ou das sociedades em uma formação, o processo específico que permite a existência de ritmos históricos múltiplos, fazendo a experiência social do tempo não ser algo uniforme e sim dinâmico, com suas acelerações e desacelerações. Em boa medida essa é a perspectiva teórica crucial do presente trabalho, sobre ela é que vai se articular a análise específica das Minas entre o Dezoito e o Dezenove.

O exercício nessas primeiras páginas é mesmo o de buscar uma definição acurada aos termos da análise, assim como achar caminhos a um tratamento conseqüente da dimensão espacial no seio da pesquisa histórica. Uma premissa em especial é muito cara a muito do que vai se assinalando aqui, sendo também necessário seu esclarecimento de antemão. Trata-se do peso da dimensão da reprodução da vida material, e da esfera econômica em última instância na organização e produção do espaço vivido. O risco deste enunciado é o de sua má

[11] *Idem*, p. 140.

interpretação costumeira, que via-de-regra se associa à vulgarização da chamada determinação econômica na obra de Marx. Não cabe aqui uma análise desse pretenso determinismo, não obstante, é possível acrescentar que em larga medida duas ordens de questões devem ser observadas. Primeiro a de que o foco da análise de enorme parte do trabalho desse autor é a conformação e reprodução da sociedade capitalista, sendo aí e não a todo tempo e lugar que se aprofunda a compreensão de certa ordem de transbordamentos das relações econômicas, em sua forma e significados, a outras esferas da vida. Em segundo lugar, pode-se observar um outro aspecto, este sim generalizável, acredito, às mais variadas configurações sociais humanas. Trata-se da questão de que, em última instância, nunca escapam os homens da reprodução da vida, da atividade produtiva que conforma as bases da (sub)existência material. Cada sociedade e cada tempo operará de forma específica na organização, distribuição e consumo dessa produção, mas também em sua hierarquização, significação, etc. A racionalidade econômica própria do capitalismo é sem dúvida um produto histórico, e certamente não contribui de forma direta para a compreensão desses processos em formações sociais distintas. O peso do econômico aqui destacado é desta maneira o sentido preciso da inseparabilidade da dimensão da reprodução da vida material cobrando seu lugar no cotidiano dos homens e mulheres, e contaminando de forma seminal sua organização social (e a produção coletiva do espaço). Em nada isto faz afastar questões como, por exemplo, o peso da dimensão política nas condições de apropriação do excedente coletivo e/ou na hierarquização das relações sociais, como bem é o caso na experiência colonial brasileira. Tal ordem de considerações, vale dizer, tão somente torna mais complexa essa análise ajudando a afastar o risco de se construir um quadro no qual a economia vá proscrita, assim como possibilitando a percepção de um outro processo, em tudo articulado à produção da vida material, que é exatamente o da produção coletiva do espaço.

Explicitadas tramas gerais da importância da dimensão econômica para a presente análise, mais um conceito exige também qualificação adequada para que se possa prosseguir. Trata-se da noção de "espaço econômico". Se a economia é dimensão inescapável e essa diretamente se articula à construção coletiva do espaço, a aproximação primeira a qualificar espaço econômico já foi então apresentada no que lhe é essencial. É preciso, todavia, acrescentar alguns outros aspectos.

Primeiramente a questão de que, seguindo algumas considerações originais de Immanuel Wallerstein, pensar em espaço econômico é buscar sobretudo respostas acerca de "o que é uma economia" e mais que isto "onde se encontra uma economia?". Dentre os múltiplos aspectos aí relacionados um dos que primeiro sobressaem é a questão das fronteiras, termo que implica a construção de uma segmentação entre o que é interno a um processo/realidade e o que lhe é externo. Mais que isto, e qualificando já de saída a problemática, fala-se de fronteiras que se cortam no espaço, mas que têm igualmente localização temporal, adquirindo sentido somente dentro desse quadro. Tudo que até aqui foi referido reforça a premissa de que é inútil a exaltação de uma dessas dimensões (espaço e tempo) em detrimento da outra. Há que se buscar, portanto e ainda que não seja algo muito simples, bons caminhos nesse labirinto, por onde se possa surpreender o conjunto das trilhas, ou seja, por onde se possa ter em conta no mesmo movimento do pensamento essas duas dimensões: tempo e espaço. Faz sentido pensar neste particular uma idéia como "fronteira espácio-temporal", significando "o espaço físico (mutável), no interior do qual se desenrola a história natural (ou o desenvolvimento histórico) de um determinado conjunto de actividades económicas; no interior do qual, por outras palavras, aquele espaço tem a sua origem, cresce, se desintegra ou se transforma."[12]

Ante a implicação acima referida da distinção entre interno e externo, contida na própria idéia de fronteira, depara-se com a problemática de como se demarcar essas fronteiras que circunscrevem espaços econômicos distintos. Uma das reflexões que terão lugar na seqüência é a da viabilidade de se conformar uma (ou variadas) regionalização(ões) histórica(s), momento no qual ganhará mais concretude e clareza tal problemática. Por ora e de saída é viável a constatação de que o caminho mais conseqüente para esse tipo de empreita é o da identificação de elementos de coesão capazes de amarrar um conjunto de atividades inter-relacionadas do ponto de vista econômico, ou seja, uma identificação do que é "interno" para daí se partir para a determinação empírica das fronteiras, o que sem dúvida não é tarefa simples. Da mesma forma, uma circunscrição não exclui outras que lhe são simultâneas, superpostas por vezes, sendo que a mesma realidade espacial pode atender, na linha

---

[12] Immanuel WALLERSTEIN, "Espaço Económico" [verbete] in: Ruggiero ROMANO (dir.), *Enciclopédia Einaudi*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986. [Vol. 7 - Modo de Produção, Desenvolvimento/ Subdesenvolvimento], p. 217.

aqui defendida, a espaços econômicos distintos ou complementares, sendo isto que permite a compreensão da realidade das Minas no período estudado em registros variados desde o local às tramas mais amplas do Império português e seu espaço relacional.

Sem pesar ainda mais a preocupação com esses recortes no tempo e no espaço do território, e concentrando de novo a atenção na percepção do que qualifica essa articulação de um espaço econômico, alguns aspectos podem ser ressaltados com proveito. Comecemos com a qualificação do que se pode entender por essas "atividades econômicas". Em larga medida, a referência é ao conjunto produção, distribuição e consumo de bens. Partindo do aspecto da produção, pode-se argumentar que as relações que se estabelecem acabam por constituir uma trama de dependências, na qual um processo produtivo se articula a outro em níveis diferentes de dependência, sendo essa relação propriamente estrutural. "As fronteiras espácio-temporais de uma economia são os limites empíricos de uma rede de processos produtivos mais ou menos estreitamente interdependentes. Esta rede de actividades é caracterizada necessariamente por uma divisão do trabalho social que se pode definir como 'uma divisão do trabalho' ou 'uma economia social'".[13] Os demais aspectos das atividades econômicas se imbricam no mesmo sentido, sendo esse tema da dependência algo que guarda interesse particular. A contraparte do processo aqui esboçado é a questão do excedente, ou seja, essas estruturas produtivas articuladas geram excedentes que podem ser tanto acumulados como transferidos, variando em função do grau de centralização do controle da produção e sua utilização. Há que se notar que o conceito de excedente é necessariamente amplo, sendo variados os graus e formas em que este pode ser acumulado. Exemplo disso é a questão da acumulação convertida em investimento no espaço coletivo das Minas, ou seja, o excedente coletivo aplicado no espaço urbano das Vilas do Ouro, em especial na segunda metade do século XVIII, no exato momento da maturação daquele tecido social complexo e da retração da mineração aurífera, contribuindo para a dinamização de aspectos diversos de uma dinâmica cultural, com particular destaque para a arquitetura religiosa. O caso concreto é o de uma sociedade que inclui o dado macro-estrutural da transferência de excedente, reafirmada em variados aspectos da

[13] *Idem*, p.218.

realidade social, política, fiscal, etc; mas que da mesma forma, em virtude do processo persistente de secular complexificação econômica, termina por configurar um contexto no qual, mesmo ante a retração das possibilidades de reinvestimento lucrativo dos recursos oriundos da mineração na própria mineração, produz injunções em que o excedente coletivo termina por apresentar vias internas de acumulação, como no espaço citadino, via, por exemplo, construção dos templos das irmandades religiosas. Ainda seguindo os passos do exposto por Immanuel Wallerstein, as articulações desse excedente social de uma economia social podem ser assim qualificadas:

> Uma produção, mesmo simples, implica dimensões espácio-temporais maiores que as do acto em si. Ao produzir são, invariavelmente, usadas aqui e agora coisas produzidas antes e noutro lugar, e os resultados produtivos não são utilizados aqui e agora, mas noutro lugar e mais tarde. Nisto consistem, de facto, as relações de dependência estrutural no interior de uma economia social. Assim, cada actividade produtiva gera 'excedentes' específicos que, no seu conjunto, compõem — de forma específica que varia conforme as características do sistema — o excedentes social da economia social, uma parte do qual não é utilizado meramente para compensar o precedente dispêndio de energia humana na produção, mas é apropriada e utilizada de outro modo.[14]

Com base nessa análise é possível desdobrar o conceito de "cadeia de dependências", dando-lhe uma síntese articulada à questão espacial. O ponto é que ao se pensar a organização e as articulações que a economia estabelece no plano espacial, a percepção das dependências estabelecidas no processo produtivo e manifestadas (realizadas) no plano das trocas, é possível perceber dimensões de complementaridade e hierarquização de espaços, em tudo fundamentais a uma reflexão acerca das possibilidades de se segmentar/regionalizar o espaço segundo critérios econômicos.

Todavia, há que se reconhecer que nos pontos aqui tangenciados vê-se aproximada uma polêmica, que uma vez sugerida não há como passar ao largo sem ao menos uma breve (mas não mais que isto) consideração. Refiro-me à questão das tramas de acumulação de excedentes no interior da economia colonial. Dos debates estabelecidos na historiografia brasileira, o dos modelos explicativos da economia

---

[14] *Idem*, p. 218.

colonial ocupa um lugar de destaque, despertando paixões e segmentando filiações. Os últimos anos, na pista da relativa diminuição do espaço e do prestígio do campo da história econômica na pesquisa e pós-graduação em história nas universidades brasileiras fez com que este debate fosse menos visitado e mesmo banalizado em algumas de suas forças principais. Rechaçando essa perspectiva, é válido insistir em uma dimensão fundamental, que a bem da verdade é a que dá existência ao debate que mais tarde, na década de 1970, se estabeleceria. Refiro-me à análise do "sentido da colonização" tal qual tratado por Caio Prado Júnior. Para o autor, é premente a leitura da dinâmica dos descobrimentos como um "capítulo da história do comércio europeu", sendo que "não tem outro caráter a exploração da costa africana e o descobrimento e colonização das Ilhas pelos portugueses, o roteiro das Índias, o descobrimento da América, a exploração e ocupação de seus vários setores."[15] O tema é desenvolvido em seu *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia* , de 1942. Articulado a uma reflexão acerca do Antigo Regime, como que situado "entre a desintegração do feudalismo e a constituição do capitalismo industrial", o tema do "sentido da colonização" encontraria na tese de Fernando Antonio Novais um desenvolvimento substantivo, ligado diretamente à questão da acumulação prévia de capitais, tal qual tratada por Marx.[16] O debate segue, propriamente, a partir daí, concentrando-se em alguns pontos e com isto dificultando mesmo a possibilidade de se avaliar as coincidências ou mesmo os pontos de conciliação. A crítica à questão do exclusivo colonial, e em paralelo às interdições à acumulação endógena à colônia, seria um dos lugares centrais do debate. Das contribuições de Ciro Flamarion Cardoso até os escritos mais recentes de João Fragoso, avançou-se na percepção das dinâmicas internas dessa formação econômica, deslindando-se mecanismos de acumulação e sentidos da articulação comerciais que escapam à pretendida centralização de negócios como que em exclusivo nas mãos dos negociantes metropolitanos. A posição de Ciro Cardoso, quando situa a necessidade de se ultrapassar certa paisagem reducionista, emblematicamente representada pelo trio

---

[15] Caio PRADO JÚNIOR, *Formação do Brasil contemporâneo* in: Silviano SANTIAGO (coord.), *Intérpretes do Brasil*, 2.ed., Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 2002, v. 3, p. 1133.

[16] Fernando NOVAIS, *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*, 6.ed., São Paulo, Editora Hucitec, 1995, pp. 88-9.

"escravidão negra, latifúndio e monocultura",[17] presente em muito da historiografia influenciada pelo modelo dos ciclos de produtos da economia brasileira, recuperando o caminho aberto por José Lúcio de Azevedo,[18] empurra a compreensão da economia a um plano necessariamente mais complexo, para além das tramas de determinações da dependência colonial, incluindo formas de organização da produção, dinâmicas de trabalho (camponês inclusive) e de articulação ao mercado, variadas. O ponto, não obstante, talvez seja o de que a necessidade, inescapável, de sempre se avançar na compreensão do tecido econômico (assim como o social, cultural, etc.) de maneira a incluir cada vez mais a idéia de complexidade, compondo um retrato pleno de particularidades não suspeitadas à superfície. Isto, não obstante, exclui a importância do exercício de tentar pensar determinações mais amplas. Os dois esforços realizam a mesma tarefa em níveis diferentes, seria mesmo possível dizer, por exemplo, que o argumento de Fernando Novais vai se debruçar sobre as relações mercantis riscadas entre colônia e metrópole, enquanto Ciro Cardoso, busca caracterizar aspectos mais sutis da natureza dessa economia que se estabelece no interior da colônia.

Dito isto, pode-se anotar duas premissas de trabalho aqui adotadas e que relacionam essas dimensões. Primeiro a de que, ainda que com a dimensão econômica, mercantil especificamente, não se explique tudo (o que, claro, é óbvio), é primordial o reconhecimento de que esta serve como a qualificação mais geral do empreendimento colonizador português. Como se argumentará abaixo, não há como se interpretar a formação do espaço das Minas, a partir das descobertas auríferas de fins do século XVII, e daí o violento fluxo migratório que para lá se direcionou, sem ter em conta, todo tempo, a dimensão econômica dessa empreita. Perceber tal dimensão, central e fundadora, não apaga ou camufla as outras esferas da vida ou as outras determinações da ação colonizadora portuguesa, o que interessa perceber é como esses variados elementos se inter-relacionam e não buscar contrariar uma ou outra dessas forças, opondo determinação inversa. Já a segunda premissa a ser defendida, é exatamente a questão de que em se tratando de processo complexo e de complexificação progressiva, a economia mineira logo criaria, com base na cadeia de

---

[17] Ciro Flamarion Santana CARDOSO, "O trabalho na colônia" in: Maria Yedda LINHARES (org.), *História Geral do Brasil*, 8 ed., Rio de Janeiro, Campus, 1990, pp. 79-80.
[18] João Lucio de AZEVEDO, *Épocas de Portugal económico: esboços de história*, Lisboa, Clássica, 1929.

dependências produtivas e de fluxos que vai se estabelecendo, sentidos de transferência de excedentes que articulam colônia-metrópole, mas que também riscam tramas internas de intensidade variável. O tema da acumulação endógena é, neste sentido, dimensão inseparável do processo desse complexificação da economia. Há que se avaliar com cuidado, não obstante, que a percepção dessa acumulação muitas vezes se faz mais vigorosa justamente em dimensões que ultrapassam a própria esfera da realização mercantil, como é o caso do excedente coletivo, capilarizado no cotidiano da vida econômica em um contexto de monetarização e circulação mais intensa para o contexto colonial, como o das Minas Setecentistas, que vai sendo acumulado no ambiente urbano das principais nucleações, nas obras públicas, nos templos das irmandades, etc.

É exatamente essa dimensão da complexificação da economia mineira ao longo dos séculos XVIII e XIX, com estabelecimento de uma série de cursos e fluxos preenchendo o interior do território, que daria, progressivamente, significado a uma realidade para a qual a percepção de dinâmicas regionais específicas seria dimensão inescapável. O tema, respondendo à questão geral do espaço, oferece, da mesma forma, desafios sem conta, particularmente ao historiador. Os ganhos advindos para a compreensão já bem estabelecida da economia mineira no século XIX, por exemplo, bem servem para justificar a empreita.

1.2. Regionalização e História: desafio teórico-metodológico

Para além da necessária ponderação acerca da dimensão regional e do conceito de região como elemento analítico de grande importância para a percepção da diversidade de experiências históricas no plano espacial, é também necessária uma reflexão específica acerca da operação analítica peculiar em que consiste a ação regionalizadora em si. Neste sentido, busca-se aqui uma apresentação teórico-metódológica não somente do primeiro termo, mas do par região/regionalização, colocando mesmo mais peso no segundo, a partir de uma perspectiva que dê conta de tratar essa problemática em termos eminentemente históricos. Tal esforço implica sempre em riscar no espaço e no tempo algumas questões, nenhuma delas simples, sendo útil apresentar logo de saída algumas orientações precisas para organizar o esforço. Como um caminho então para não se abandonar essa dualidade, tempo/espaço, duas orientações são propostas como fundamentais:

1. Há que se fugir do anacronismo. Pensar o espaço passado, ainda que animado por problemas presentes, não pode se dar de forma desvinculada das evidências coevas. A historicidade das formações espaciais, da mesma forma que não comporta uma única percepção do espaço vivido, não aceita também toda espécie de recortes em função de interesses metodológicos completamente exógenos às realidades em estudo. O risco é evidente, ainda que nem sempre óbvio: a possibilidade de "provar" realidades históricas ilusórias;

2. Qualquer recorte, ou insinuação destes, não pode ser um dado estático. Não se percebe o espaço passado a partir de um instantâneo, só a imagem-movimento das dinâmicas espaciais, nos processos de diferenciação e em seus revezes, é capaz de conferir historicidade ao conceito de região. Há que se ultrapassar, portanto, o espaço como o dado de localização, o palco imóvel por sobre o qual se desenrola a ação histórica, na direção de quadros em movimento, onde essas dimensões estejam efetivamente imiscuídas.

Baixo o crivo dessas duas regras, a bem verdade desafios, interessa desenvolver dois conjuntos de reflexões: 1) explorar o conceito de região a partir de sua formalização na geografia, particularmente no que diz respeito à contribuição da geografia crítica, para com isto buscar os encontros com a história; e 2) explorar mais detidamente o significado e as possibilidades de trabalho com regionalizações específicas ao campo econômico e, por conseguinte, pensar as especificidades de uma regionalização histórica/econômica.

O termo região comporta, sem dúvida, acepções variadas, algumas superpostas, outras mesmo contraditórias. Em boa medida, pode-se dizer que a generalidade do termo cavou mesmo lugar no senso comum e no discurso corriqueiro. Mesmo entre os cientistas sociais preocupados com a análise espacial, dificilmente divisa-se um uso conceitual preciso e muito menos o consenso nas perspectivas de trabalho. Ante este quadro, o importante aqui não é, nem poderia ser, destilar um conceito preciso de região e de regionalização. Importa, isto sim, discutir a natureza do recorte regional, em termos amplos, e pensar sua conversação para com a questão histórica, em termos mais específicos. Isto equivale a ultrapassar o questionamento "o que é uma região?" e caminhar na direção de outra pergunta: "qual o intuito em segmentar um espaço para análise?". Não há mesmo como existir uma conceituação unívoca de região posto que, como já avaliado anteriormente, a noção de espaço absoluto é perspectiva já há muito ultrapassada pelas ciências naturais, e hoje, já amplamente também pelas ciências sociais e do homem.[19] O que há é a necessidade fundamental de se questionar acerca dos princípios ou motivações que promovem a segmentação analítica do espaço, é essa pergunta basilar que define epistemologicamente o termo região, e que aproxima o problema mais do território metodológico do que do conceitual. Dito em outras palavras, o que se coloca em jogo ao tomar região como algo importante é qual processo natural/político/econômico/social se pretende analisar/avaliar/estudar/entender ao segmentar um espaço qualquer em sub-espaços (regiões) específicos? Se a certos casos e a certos problemas específicos é possível e adequado perceber um determinado grupo social, circunscrito e integrado (por vezes isolado) em

[19] Ciro Flamarion Santana CARDOSO, "Pensando a construção dos espaços", *Revista de História Regional*, UEPG, Ponta Grossa, v. 3, n. 1, verão de 1998.

determinado espaço, talvez muito bem demarcado por especificidades naturais, e tratar isto como uma região, a outros enfoques, o mesmo grupo social (e espaço) pode receber uma outra segmentação, interna a ele, ou que o enrede em dimensão mais ampla. Região pode assim bem ser qualificada como o resultado direto não de um processo analítico, a regionalização, e neste sentido pode bem ser tudo aquilo que se delimita como tal, em dependência direta das preocupações que norteiam a segmentação do espaço. Tal afirmação só pode ser percebida como a-histórica se tomada do ponto de vista eminentemente conceitual, desconsiderando a centralidade da questão metodológica aqui defendida. Sendo assim, o "uso" e a "forma" que se dê a uma regionalização é que pode resultar em uma análise a-histórica, ou em interpretações anacrônicas. Trata-se mesmo de uma declaração de princípios, posta a pensar "região" e "regionalização" articuladas à história, e em particular, às possibilidade concretas e necessidades prementes da história econômica. Aprofundando a percepção de que o espaço não é um dado absoluto, entendendo que o real lhe enreda de múltiplas maneiras superpostas, e pensando que na medida em que se deseja escolher uma procede-se necessariamente de forma arbitrária, funcional, é possível alcançar a preocupação específica com a história, amarrando essa leitura geral da segmentação do espaço aos dois critérios anteriormente definidos: de que o recorte seja necessariamente coevo tanto quanto dinâmico.

Região é um tema originalmente complexo e controverso para a geografia, não haveria como não o ser também para a história, como de resto para o conjunto das ciências sociais e do homem de forma ampla, como referido acima. Uma primeira consideração necessária, não obstante, é a de que não se pode partir para uma apreensão histórica do conceito de região sem se ter por base, essencialmente, o dado humano na produção/percepção do espaço. Ou seja, mesmo que respondendo dialeticamente ao que se é apresentado pelo ambiente, é a ação transformadora nesse espaço, ou minimamente a forma segundo a qual ele é percebido, apreendido, que confere, repito, em um jogo dialético, a historicidade do espaço. A discussão acerca da região natural, essencialmente formalista, que por muito tempo marcou os estudos geográficos, não faz, uma vez destacada essa importância do dado humano, sentido à reflexão histórica. Uma ponderação em paralelo é, todavia, fundamental. Uma vez que a região deve ser fruto não de atribuições "naturais" em exclusivo, mas da

interação desta dimensão com a produção/percepção do espaço, é razoável pensar que isto não se dá, como já dito, de forma unívoca, e que, portanto, não se pode falar de um só recorte regional para um dado espaço. Isto da mesma forma que não se identifica uma única filiação de idéias ou interesses práticos nas correntes políticas em disputa no interior de um Estado; ou ainda um só nível de pertencimento social para cada um dos indivíduos de uma coletividade; mais apropriada é sempre a percepção de dimensões superpostas para a análise dessas questões. Aposta-se que com o conceito de região é preciso preocupação semelhante, particularmente no que diz respeito à regionalização histórica. Até porque, a construção, e percepção, coletiva do espaço dá lugar sempre a mais de uma possibilidade de segmentação do território para cada mesmo tempo.

Mais do que controverso, o conceito de região é fundamentalmente impreciso, servindo a qualificações muito diversas no conjunto dos trabalhos geográficos e em outros mais. Um aspecto, entretanto, é compartilhado por várias proposições. Em se tratando de subdivisões ou recortes no espaço, é fundamental a idéia de descrição, como base para a ponderação dos cortes. A distinção clássica entre "geografia", estabelecendo relações gerais entre os fenômenos, e a "corografia", que descreve a partir de itinerários as especificidades dos limites de um território, encaminha a percepção do espaço particularizado em sua relação com um conjunto mais amplo. Isto encerra dois problemas que marcam as elaborações acerca do termo região. Primeiro a dimensão do recorte, o que comporta a questão dos níveis de agregação; e, em segundo, os próprios critérios que orientam a segmentação.[20] O recorte de uma região precisa dialogar com a totalidade do espaço segmentado, e definir o nível em se fracionará e segundo que vaiáveis vai ser orientado esse fracionamento do espaço.

A região natural é uma das feições mais costumeiramente subjacentes ao conceito de região. A paisagem, ainda que não seja só a natureza em si como também o palco e o resultado da ação humana, é entendida nesta perspectiva

---

[20] Marcel RONCAYOLO, "Região" [verbete] in: Ruggiero ROMANO (dir.), *Enciclopédia Einaudi*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986. [Vol. 8 – Região], p.161. (Sobre a questão da escala na discussão do conceito de região, veja também Iná Elias de CASTRO, "Problemas e alternativas metodológicas para a região e para o lugar" in: M. A. SOUZA et al. (orgs.), *Natureza e sociedade hoje: uma leitura geográfica*, São Paulo, Hucitec/Anpur, 1993, pp.59-60).

fundamentalmente em termos do mundo físico. O que a leitura de regiões a partir desses atributos naturais fornece é via de regra um desenho apreendido e explicado em função da fisionomia do espaço, o que é sem dúvida assaz limitado. A atenção fundamental à natureza por conta de sua influência por sobre os homens, e nisto a orientação segura à partição do espaço, não nasce na geografia, mas de uma percepção filosófica dessa relação e de uma prática efetiva, eminentemente técnica, em curso nos avanços dos estudos do solo, espécies vegetais, etc. O caminho que marca a evolução dessa postura fisionomista é a cientificidade que se pode atribuir às regiões naturais e que se faz muito mais difícil em se tratando da relação desta com os homens.[21] Não é desnecessário lembrar que a região natural não pode ser obviamente o critério único a sustentar o conceito de região, mas erro tão grave seria apartar essa dimensão ao se recortar o espaço.

O determinismo natural na condução das segmentações territoriais dominou a cena até o final do século XIX, quando encontra uma primeira linha de críticas que seriam determinantes a uma integração de fatores naturais e humanos em um debate, que em níveis diferentes, prolonga-se mesmo até hoje. De particular importância, é o fato de que a reação da geografia no final do Dezenove a uma postura extremamente formalista em muito influenciaria a crítica que se instalaria anos depois no âmbito da história, renovando então as análises presas à dimensão factual. Como expõe Marcel Roncayolo:

> Neste sentido, a crítica das divisões geográficas 'tradicionais', consideradas como artificiais ou superficiais, anuncia nos dois últimos decênios do século XIX o mesmo que a história conhecerá na geração seguinte: a crítica da interpretação puramente factual ou puramente institucional. Na verdade constitui uma dívida da história em relação à geografia recentemente renovada.[22]

Um nome fundamental neste processo, particularmente nas frentes de diálogo com a história, é o do geógrafo francês Paul Vidal de la Blache, que em sua reflexão confere à ação humana certa dimensão ativa ante o ambiente natural. O caminho aí aberto seria fundamental às proposições, tempos depois, de um eminente historiador, Lucien Febvre. O meio mesmo em que este último daria corpo aos seus trabalhos seria marcado pelo intenso debate no qual vai se compondo um saber histórico

---

[21] Marcel RONCAYOLO, "Região" [verbete]..., pp.163-6.
[22] *Idem*, p.166.

influenciado diretamente pelas ciências sociais e gestado nos debates entre sociólogos, filósofos, geógrafos e historiadores ligados então à Universidade de Estrasburgo. Este debate que depois se delinearia de forma emblemática na revista *Annales d'Histoire Economique et Sociale*, fundada em 1929 por Lucien Febvre e Marc Bloch, dá, como se sabe, o nome pelo qual a escola renovada do pensamento histórico na França fica conhecida. A Escola dos *Annales* se mostraria desde sempre atenta à geografia, ainda que a tomando muitas vezes como espécie de "ciência auxiliar", nos trabalhos de Febvre e, mais diretamente, na geo-história de Fernand Braudel, a dimensão espacial se revelaria imprescindível.[23] O ambiente fecundo e dinâmico da Universidade de Estrasburgo de então, na Alsace-Loraine que volta a pertencer à França em 1918, é fundamental pelo fato de que deveria aí cumprir o papel de vitrine intelectual francesa ante a Alemanha, reunindo um quadro ímpar de professores entre "juristas, como G. Le Bras; filósofos, como M. Guerroult; historiadores, como Febvre, Bloch, [Georges] Lefebvre, Perrin; sociólogos como M. Halbwachs".[24]

A atenção de Febvre à geografia conforma-se, não obstante, nas lições do próprio Vidal de la Blache, o fundador em 1891 da revista *Annales de Géographie*, que foi seu professor na Escola Normal Superior.[25] Febvre marcaria com veemência sua posição a favor de Vidal de la Blache no debate com a antropogeografia defendida pelo geógrafo alemão Friedrich Ratzel. É preciso considerar, logo de saída, que o debate entre Vidal de la Blache e Ratzel é não obstante marcado por repetidos momentos em que se destaca antes a complementaridade que a oposição.[26] Todavia, estava em jogo também ali um processo de definição do campo, no sentido bourdiano[27], e da competência particular das disciplinas envolvidas, incluindo aí a sociologia e antropologia, o que assumia outra espécie de organização dentro da

---

[23] Para uma discussão acerca das qualidades de Braudel como geógrafo e das especificidades do método que ele estabelece, uma referência segura é: Yves LACOSTE (cood.), "Braudel geógrafo" in: *Ler Braudel*, Papirus Editora, Campinas, 1989.

[24] José Carlos REIS, *Escola dos Annales: a inovação em História*, São Paulo, Paz & Terra, 2000, p.67.

[25] Peter BURKE, *A revolução francesa da historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989)*, 2. ed. São Paulo, Ed. UNESP, 1992, p. 24.

[26] Marcos B. de CARVALHO, "Diálogos entre as ciências sociais: um legado de Friedrich Ratzel (1844-1904)", *Biblio 3w. Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales*, Universidade de Barcelona, nº 34, 10 de junio de 1997.

[27] Pierre BOURDIEU, *A economia das trocas simbólicas*, São Paulo, Perspectiva, 1974.

antropogeografia de Ratzel. As críticas principais dirigidas por Febvre à obra de Ratzel tomam-se de empréstimo em boa medida do que anteriormente já havia colocado Émile Durkheim, o nome central da escola sociológica francesa, contrapondo a antropogeografia de Ratzel aos trabalhos de Vidal de la Blache e revelando a referida natureza da disputa dos lugares dos campos científicos ao defender em lugar dessa "geografia do homem" de Ratzel, o que chamaria de "morfologia social", que seria uma sub-área da sociologia, dando conta do estudo "da base geográfica dos povos em suas relações com a organização social" e "da população, seu volume, densidade e distribuição geográfica".[28] Mas é Febvre, mais propriamente, que acabaria por definir muito da apropriação posterior deste debate depois de redigir um livro importante para a geografia, mas mais ainda para esta articulação entre geografia e história, seu *La terre et l'évolution humaine.* Sua análise não deixaria, no entanto, de fazer acentuar excessivamente as divergências entre Vidal de la Blache e Ratzel, colocando-os em pólos opostos a partir de uma distinção que ficaria clássica entre "determinismo" e "possibilismo".

> Não nos perguntamos se, no bloco das idéias geográficas, não existem realmente fissuras, e se podemos seguir ao mesmo tempo, com a mesma tranqüila segurança, os 'deterministas' na linha de Ratzel e os que podemos nomear, possivelmente, de 'possibilistas' na linha de Vidal.[29]

Vale ponderar que na análise de Febvre a geografia não ultrapassa a perspectiva de uma "ciência dos lugares", estando desta forma, mesmo que associada, plenamente diferenciada da história. Tomam-se assim como coisas distintas os fatos históricos e geográficos, rechaçando o determinismo de Ratzel e referendando o programa originalmente estipulado pela sociologia. Ratzel, por seu turno, não se afasta da combinação desses campos em um projeto científico de natureza mais ampla, destacando a inter-relação das áreas e afirmando que "se 'a história não pode ser entendida sem seu chão' é igualmente verdade que 'a geografia

---

[28] Émile DURKHEIM, "Divisões da sociologia: as ciências sociais particulares" in José Albertino RODRIGUES (org.), *Durkheim*, 9.ed, São Paulo, Ática, 2004 (Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol.1), p.45 / Sérgio da MATA, *Chão de Deus: catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais, Brasil. séculos XVIII-XIX*, Berlin: Wissenschaftlicher Verlag Berlin, 2002, p. 36.

[29] Lucien FEBVRE, *La terre et l'évolution humaine: introduction géographique a l'histoire*, Paris, Édition Albin Michel, 1949 [ed. original 1922], p.25.

de qualquer lugar da terra não pode ser apresentada sem o conhecimento da história que nele deixou suas marcas'".[30]

Para além desse debate inicial que, tanto com parte nas idéias de Ratzel como em Vidal de La Blache é responsável por conformar matrizes modernas do pensamento geográfico, pode-se argumentar que no desenvolvimento da geografia ao longo do século XX um aspecto que teria forte impacto, tal qual também vai se dar com a história, é encontro da disciplina com o quantitativismo, a partir da 2ª Guerra Mundial e com impulso renovada na década de 1970. O que na história se traduziria em correntes de matrizes diversas como a história serial francesa ou a *new economic history* americana, na geografia, também colocando em destaque a dimensão econômica, daria lugar depois de certo período de germinação à corrente normalmente referida como geografia pragmática, que comporta e aprofunda um conceito próprio de "região funcional" em suas análises.

De forma mais ampla o que vai se colocando é o desenvolvimento mesmo de um campo de "estudos regionais", diretamente informado pela economia.[31] Em caminho muito distinto daquele da segmentação espacial ancorada na postura descritiva das paisagens físicas e humanas, a noção que se habilita agora é a de região funcional, articulada a partir da análise da espacialidade das relações econômicas. Trata-se de um modelo caracterizado não a partir da uniformidade/identidade de paisagens ou produções, mais pelas trocas e fluxos organizados pelas relações de mercado. A noção de região seria diretamente associada à idéia de rede urbana; ultrapassa-se então a perspectiva de simples complementaridade entre campo e cidade e busca-se aprofundamento na compreensão dos níveis de hierarquização a partir dos quais a complementaridade se processa, daí a função de localização dos núcleos urbanos.[32] Muito dessa linha interpretativa influencia aqui a análise dos significados da regionalização e de suas possibilidades de articulação com a história e a história econômica em especial. Não obstante, não se afaste a reflexão de que, tal qual na história, o quantitativismo pode

---

[30] Sérgio da MATA, *Chão de Deus...*, p.36 citando Friedrich RATZEL, *Anthropogeographie. Grundzüge der Anwendung der Erdkunde auf die Geschichte*, Stuttgart: J. Engelhorn, 1909 (ed. original: 1882), p.50 e 55.
[31] Rupert B. VANCE, "Region" in: David L. SILLS (ed.), *International Encyclopedia of the Social Sciences*, New York, The Macmillan Company & The Free Press, 1968, vol. 13, p. 379.
[32] Marcel RONCAYOLO, "Região" [verbete]..., pp.172-3.

representar, como de fato representa em algumas correntes, um alheamento do que é próprio do homem e de cada sociedade, da especificidade e da diferença, ponto que radicalmente contrário à história, e da mesma forma contrário ao sentido de se pensar a dimensão regional.

Certa ligação entre geografia e economia, especificamente, na perspectiva de perceber os níveis de importância das aglomerações e sua relação com seu entorno aparece já originalmente em textos do século XVIII, como em Richard Cantillon,[33] sendo não obstante suplantada pela economia clássica de matriz escocesa/inglesa, que termina por reduzir ao mínimo os efeitos do espaço na dinâmica econômica. A perspectiva é quase de toda abandonada, tendo um desenvolvimento episódico e quase que sem derivações na obra de Johann Heinrich von Thünen, das primeiras décadas do Dezenove, ou mesmo, em perspectiva menos econômica e com menor densidade teórica nas próprias considerações de Vidal de la Blache acerca do peso da influência urbana nas conformações das regiões no território francês.[34]

É na década de 1930, entretanto, ante a depressão e sob a inquietação de se buscar entender tudo o que cerceia as "condições naturais de equilíbrio" da economia, que toma forma uma modelagem sistêmica com fins de explicar essas relações espaciais no processo de organização econômica e na hierarquização dos centros. A teoria dos lugares centrais, conformada independentemente nos trabalhos de Walter Christaller,[35] geógrafo, e August Lösch,[36] economista, serviria à composição lógica das áreas de mercado e hierarquização dos centros urbanos, podendo ser definida como "qualquer agrupamento de habitações que constitui o centro de um *Hinterland* rural e serve de intermediário econômico entre a periferia que dele depende e o mundo exterior".[37] O trabalho dos dois autores não se dá na mesma perspectiva, ainda que alcançando idéias coincidentes. Uma diferença fundamental é a orientação da análise da hierarquização dos núcleos urbanos, em Christaller ela se dá a partir dos níveis mais inferiores da rede e em Lösch a partir

---

[33] Richard CANTILLON, *Ensaio sobre a natureza do comércio em geral*, trad. Fani Goldfarb Figueira, Curitiba: Sugesta Editora, 2002. [ed. Original 1755]
[34] Marcel RONCAYOLO, "Região" [verbete]..., p.173.
[35] Walter CHRISTALLER, *Central Places in Southern Germany*, New Jersey, Englewood Cliffs, 1967[1933].
[36] August LÖSCH, *The economics of location*, New Haven, Yale University Press, 1954 [1939].
[37] T. G. JORDAN, *The European Culture Area. A systematic geography*, New York, Harper & Row, 1973, p.330 apud Marcel RONCAYOLO, "Região" [verbete]..., p.173.

dos superiores, por fracionamento.[38] É preciso acentuar aqui, não obstante, que a maior limitação dessas perspectivas de análise que tomam o espaço, e as regiões, a partir de um modelo teórico que caracteriza a rede urbana a partir dos fluxos, é exatamente o peso dessa modelagem que necessariamente implica em uma abstração do real. Outras críticas poderiam se apresentadas, como no fato de se tomar o mercado como elemento central de organização do espaço, o que está longe de ter validade irrestrita e unívoca em termos históricos, assim como as limitações, também históricas, que fazem o modelo responder fundamentalmente a um tipo de contexto em particular — sociedades pouco industrializadas, mas amplamente penetradas pelo mercado.[39] Não obstante, é a questão da abstração que deve ser mais bem considerada, uma vez que abstrair significa literalmente separar, isolar certos atributos para se considerá-los separadamente. Esta escolha no real implica em uma seleção de certas variáveis em detrimento de outras, o que em termos históricos oferece problemas no que diz respeito à validade dessas escolhas originais a contextos diversos ao longo do tempo. Da mesma forma, o problema persiste no que diz respeito ao fato de que a modelagem oferece bases a uma organização lógica da realidade espacial a partir de certas premissas, mas não é capaz de dar respostas suficientes acerca da gênese dessa organização sem com isto incorrer em certas tautologias. Mais que isto, em se tomando o modelo como uma lei tendencial capaz de por si explicar a gênese dos núcleos, pode-se incorrer, respirando-se ares de prova, em equívocos históricos ao se orientar a análise de processos de produção coletiva do espaço, originalmente múltiplos, em um único sentido. O caso de Minas é exemplar a este respeito. O processo de conformação dos núcleos urbanos, em se tomando a relação campo-cidade, tem sentidos opostos nos séculos XVIII e XIX. Na primeira metade do Dezoito é o urbano que, conformado a partir do espaço original da mineração, impõe a "criação" do rural, já no começo do Dezenove, verifica-se uma ampliação da rede urbana a partir da multiplicação de nucleações intermediárias respondendo às necessidades das áreas de expansão rural e cumprindo logo a função de entrepostos comerciais e centros de serviços, mas em termos efetivamente

[38] Marcel RONCAYOLO, "Região" [verbete]..., p.174.
[39] *Idem*, p.174-5.

urbanos com características já muito diversa dos núcleos do Dezoito.[40] Este tema será um pouco mais à frente retomado para que se possa aprofundar a discussão.

A segunda metade do século XX, retomando o tema da evolução dos debates em torno da questão regional e de suas possibilidades de diálogo com a história, faria cada vez mais evidente um fenômeno responsável em alguma medida por esvaziar o significado da análise regional e ao mesmo tempo cobrar novas formas de análise. Trata-se do crescimento da urbanização, em realidade primeiramente evidente nos E.U.A. em relação às grandes metrópoles, ultrapassando a perspectiva de pontos nodais de uma cadeia que articula o *hinterland*, como em Christaller, para uma realidade em que a região é abarcada pela totalidade do fenômeno urbano. A este "urbano estendido" Henri Lefebvre seria um dos primeiros autores a oferecer uma interpretação de conjunto, já de alguma forma anunciada nos seus estudos acerca da vida cotidiana no mundo moderno, mas sistematicamente analisada a partir de seu livro *A revolução Urbana*, de 1970.[41] Essa e outras concepções conformariam uma nova trajetória para o pensamento geográfico e para a compreensão do espaço também entre as várias disciplinas. Em uma única idéia, pode-se anotar no surgimento dessa nova corrente de pensamento a centralidade da idéia de "produção do espaço" e nisto a óbvia dimensão da ação humana, e da história, na conformação dos processos espaciais e do próprio espaço em si. A essa questão seriam dadas respostas diversas, desde o humanismo ao estruturalismo, permitindo ainda outras mais derivações, mas não obstante encerrando, nessa corrente que qualificaria o que depois assume o título de geografia crítica, a centralidade da idéia de produção, e reprodução, do espaço como elemento fundamental das análises, o que de saída já demarca um distanciamento vigoroso das premissas da geografia tradicional e dos conceitos de região natural.

As possibilidades de compreensão da dimensão local, nesta linha de pensamento, inserem-se inexoravelmente na interpretação do todo, da totalidade, em uma relação continuada e dialética. Não se trata, nesses termos, de ver o urbano

---

[40] Acerca dessas discussões veja o capítulo 2.2 – "A Formação do urbano das Minas", da dissertação de mestrado de Alexandre Mendes Cunha, *Vila Rica - São João del Rey: as voltas da cultura e os caminhos do urbano entre o século XVIII e o XIX*, orientada pelo Prof. Luciano Raposo de Almeida Figueiredo, e defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UFF em junho de 2002.
[41] Henri LEFEBVRE, *La Révolution urbaine*, Paris, Gallimard, 1970.

apenas como uma evidência material, física, mas de forma mais ampla como um processo econômico-social. A ponderação de Lefebvre em seu *O Direito à Cidade* é assim fundamental para se esclarecer os termos:

> (...) distinção entre a cidade, realidade presente, imediata, dado prático sensível, e, por outro lado, o urbano, realidade social composta por relações a conceber, a se construir ou reconstruir pelo pensamento.[42]

A corrente que conforma, como se disse, esses pressupostos em um pensamento múltiplo, mas concatenado, é a geografia crítica, e que tem seu surgimento associado a uma crítica dos pressupostos naturalistas da geografia clássica, assim como das pretensões explicativas embasadas no quantitativismo, que por sua vez, como se apontou acima, tem lugar na geografia via a articulação das correntes pragmáticas com a economia neoclássica, em caminho com forte ascensão nos anos 1960 e com particular vigor na década de 1970. Da obra de Lefebvre, dos questionamentos do papel da geografia nos trabalhos de Yves Lacoste,[43] seguindo às reflexões conformadas já dentro do estruturalismo em autores como Manuel Castels, abre-se o flanco em que vai se desenvolver a geografia crítica, consubstanciada fundamentalmente a partir da tentativa de inserção do espaço na economia política marxista. Nisto os nomes como os de Milton Santos, David Harvey e Edward Soja seriam centrais.[44] Milton Santos, em particular, caminharia no sentido de desvelar a dimensão espacial pouco explorada no conceito marxiano de formação econômico-social, argumentando acerca da "inseparabilidade das realidades e das noções de sociedade e de espaço inerentes à categoria da formação social", e propondo a partir de então a categoria de formação sócio-espacial para dar conta dessas dimensões.[45]

A formação econômico-social tal qual enunciada por Marx, assim como o próprio conceito de modo de produção, encontra-se então no centro das reflexões

---

[42] Henri LEFEBVRE, *El derecho a la ciudad*, trad. J. Gonzalez-Pueyo, 2.ed., Barcelona, Península, 1973, p.73.

[43] Yves LACOSTE, *A geografia serve, antes de mais nada, para fazer a guerra*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1977.

[44] Edward SOJA, *Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria crítica*, Trad. Vera Ribeiro, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1993; David HARVEY, *Social Justice & the City*, London, E. Arnold, 1976; e Milton SANTOS, *Por uma geografia nova*, São Paulo, HUCITEC, 1978.

[45] Milton SANTOS, *Espaço e sociedade*, Petrópolis, VOZES, 1979, p.19; Iná Elias de CASTRO, "A região como problema para Milton Santos" in: El ciudadano, la globalización y la geografia. Homenaje a Milton Santos, *Scripta Nova. Revista Electrónica de geografia e ciencias sociales*, vol. VI, nº 124, 30 de septiembre de 2002.

dedicadas a essa "reinserção" do espaço. Este tema já se havia feito presente nos trabalhos de Lefebvre, que avançou na exploração das temporalidades históricas pressupostas no pensamento de Marx, achando o lugar da dimensão espacial como eixo para a análise do desenvolvimento desencontrado das forças produtivas, das relações sociais e das "superestruturas". O conceito de formação econômico-social, tomado a um só tempo forma e estrutura, como já se considerou acima, relaciona-se com a dimensão espacial também nesses dois níveis. Desta forma, consoante com a análise que aqui vai sendo proposta, a questão espacial não resulta em aparência fenomênica, mas também em chave estrutural das relações sociais e econômicas.

A perspectiva adotada por Milton Santos ao tratar da referida "inseparabilidade das realidades e das noções de sociedade e de espaço" na formação econômico-social, ou ainda quando insiste que, "assim, o espaço, espaço-tempo, é o testemunho de um modo de produção nestas suas manifestações concretas, o testemunho de um momento do mundo",[46] reforça de alguma maneira a perspectiva originalmente "geológica" da categoria de formação econômico-social, forma e estrutura.

Se pensado mais diretamente o tempo presente, todo este caminho de reflexão traz consigo um problema à manutenção do conceito de região, dissolvendo-o mesmo enquanto categoria de análise na geografia crítica e em particular na obra de Milton Santos. No pensamento desse autor, entendendo a formação econômico-social como totalidade da unidade da vida social, faz-se entender também a possibilidade de apreensão do significado particular de cada lugar, necessariamente, ao nível apenas dessa totalidade. Milton Santos, segundo argumenta Iná Elias de Castro, entenderá a totalidade espacial como uma estrutura social fundamental, sendo os lugares e subespaços descritos como regiões, como estruturas subordinadas, uma vez que "o acontecer social depende da sociedade como um todo, cada acontecer particular representa uma determinação da sociedade como um todo em um lugar próprio que o define". Desta forma, as diversas segmentações possíveis, lugares e áreas, regiões ou subespaços, não são senão áreas funcionais, com escala dependente dos processos.[47] O conceito de região em Milton Santos não só estaria dissolvido

---

[46] Milton SANTOS, *Por uma geografia nova*..., p.138.
[47] Elias de CASTRO, "A região como problema para Milton Santos"..., pp.2-3.

pelo foco na inserção do local no total, como cerceado pela leitura da funcionalidade a orientar o recorte, intimamente prezo assim à dinâmica dos processos sócio-econômicos. Novamente nas palavras de Castro:

> Após este percurso através de algumas proposições de Milton Santos sobre como refletir e atualizar o conceito de região, dois problemas devem ser aqui apontados: em primeiro lugar, a perspectiva do fenômeno regional como resultado de uma determinação do alto, o que estabelece por definição uma impossibilidade ontológica de qualquer nível explicativo do recorte regional. Neste caso não é possível falar numa natureza do fenômeno regional, uma vez que o fenômeno real é o modo de produção. A região seria então apenas um epifenômeno. Em segundo, a exigência de o recorte regional ser definido pela funcionalidade dos fenômenos, ou eventos, que podem ser breves.[48]

Pode-se argumentar, não obstante, que esta dificuldade com o conceito de região fundamenta-se essencialmente na centralidade do tempo presente como base para a conformação da geografia crítica. Ainda que a história seja reconhecida como uma dimensão importante à reflexão, a análise se dá por sobre os desdobramentos espaciais do capitalismo avançado no mundo contemporâneo, do qual o primeiro dado material evidente foi o já referido processo de metropolização, em associação à reorganização em bases globais da economia, sob a égide do capital financeiro. Não se pode afastar, todavia, a idéia de que a própria totalidade do presente é histórica e pode bem ser entendida como um processo de progressiva homogeneização das superposições de partições possíveis do espaço, dada pelos recortes múltiplos sugeridos nas formações econômico-sociais. Essa progressiva homogeneização de certa feição do espaço global no capitalismo avançado é fruto assim de um duplo processo: fragmentação e movimento. Fragmentação cada vez maior das identidades locais, do qual a crise do Estado Nação é só o aspecto mais geral, e por outro lado, aceleração do tempo histórico.

Sem discutir se as regiões permanecem ou não como problema e categoria de análise importantes hoje, historicamente é sem dúvida fundamental ter-se em conta os sentidos diversos em que foi se conformando esse processo de superposição de recortes e fragmentação dos espaços Ao que interessa aqui, a geografia crítica, Lefebvre de forma mais ampla, e Marx por fim, oferecem bases seguras para a

---

[48] *Idem*, p. 3.

articulação entre o homem, a dimensão histórica e o espaço. Etapa elementar para se ponderar sobre um conceito efetivamente histórico de região. Não obstante, o problema da perda de importância do conceito de região na reflexão recente, deve-se antes ao foco essencialmente no presente da geografia crítica do que uma incompatibilidade do conceito de região com, por exemplo, o de formação econômico-social. A lição fundamental que se quer aqui anotar, não obstante, é a da "produção do espaço", ou como se apontou anteriormente, produção/percepção do espaço, como a categoria chave que vai definindo as segmentações possíveis e ao mesmo tempo orientando os parâmetros de apreensão da realidade espacial em cada realidade histórica.

Antes de concluir esse percurso e retomar o caso das Minas, vale um breve diálogo com um trabalho importante no muito escasso território da reflexão teórica sobre espaço e história em nossa historiografia, em especial por ser um texto que vai buscar também na geografia crítica alguns elementos para se pensar historicamente o conceito de região.

Trata-se de um artigo de Rosa Maria Godoy Silveira, escrito originalmente em 1985, cujo título é "Região e História: questão de método". Ainda que o trabalho tenha vários méritos, a começar da defesa de uma qualificação teórica para a questão e a explicitação de como isto se faz ausente na historiografia, a posição aqui defendida é substancialmente diversa na condução do objeto. O mais grave que se pode apontar acerca do referido artigo é uma certa confusão no que diz respeito ao tratamento do conceito de região pela geografia crítica e em particular por Milton Santos. Como se argumentou acima esta não é uma categoria de análise importante ao pensamento desse autor, em função justamente do peso conferido à totalidade em sua argumentação. Rosa Maria Godoy Silveira vai, ao contrário, perceber nisto que, como afirma Iná Elias de Castro, representa uma "impossibilidade ontológica de qualquer nível explicativo do recorte regional", uma questão de escala que, não obstante, oferece bases interessantes para se pensar a singularidade da região ante a totalidade do espaço.[49] Como se afirmou, a geografia crítica oferece um território fértil para se pensar as relações entre espaço e história, mas no que diz respeito à

[49] Rosa Maria Godoy SILVEIRA, "Região e História: questão de método" in: Marcos A. da SILVA, *República em Migalhas: história regional e local*, São Paulo, Marco Zero / Anpuh, 1990, p. 31.

região, não se pode buscar transposições conceituais diretas, particularmente por conta do foco incisivo desta corrente no tempo presente e no modo de produção capitalista.

Outra questão que se pode acrescentar é que o artigo de Silveira tem o mérito de pensar de forma dinâmica o recorte regional, argumentando na direção de um "contínuo reajustamento das 'fronteiras'", não obstante, a sua pretensão inicial de qualificar uma região, e não uma multiplicidade de recortes possíveis, a partir de um "complexo de imbricações e relações" acaba por revelar preocupação como que exclusiva com a dimensão econômica, tratando-se por fim não mais do que de uma proposta de regionalização econômica, o que não é dessa forma qualificado pela autora.[50] A regionalização econômica não representa, obviamente, um problema em si. O problema é a pretensão de se recortar uma regionalização ideal, portadora de particular verossimilhança, que termina por conformar não mais do que mais uma das necessariamente múltiplas segmentações possíveis do espaço, nesse caso, atentando em especial a certas particularidades econômicas. No mesmo sentido, e completando a crítica aqui proposta, a ênfase na "forma específica de reprodução do capital" como o "aspecto básico" para a "diferenciação e articulação entre os cortes", limita o conceito a uma temporalidade bastante específica, ou pior, faz ver, para usar a distinção de Karl Polányi, determinações da "sociedade de mercado" em contextos que não são mais que "sociedades com mercado".[51]

O caminho percorrido na margem do diálogo entre geografia e história, ou de forma menos disciplinar, entre reflexões fundadas no espaço e no tempo, serve não, como se advertiu logo de saída, para a construção de um e apenas um conceito unívoco de região. Antes, pretendeu-se buscar a qualificar dos elementos que permitem tratar historicamente a dimensão espacial e o conceito de região em particular. É com base nisto que foram anotadas as duas orientações acima enunciadas: 1) de se fugir do anacronismo de referências espaciais presentes a problemas passados, o que não limita (muito pelo contrário) os múltiplos e variados

---

[50] *Idem*, p. 35.

[51] Karl POLÁNYI, *A grande transformação: as origens da nossa época*, Rio de Janeiro, Campus, 1980. Essa análise da oposição entre "sociedades de mercado" e "sociedades com mercado" é desdobrada da obra de Polányi por Ellen Wood para pensar a transição do feudalismo para o capitalismo em: Ellen Meiksins WOOD, *A origem do capitalismo*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001, pp. 29-35.

recortes, posto que regionalizar é em essência uma resposta espacial a uma problematização específica da realidade em estudo. Isto, por outro lado, deve inviabilizar algo como uma funcionalidade estremada dos recortes, como no caso do questionamento que orienta a segmentação do espaço se fazer de todo alheia em suas premissas ou elementos à dimensão concreta da formação histórica trabalhada; e, 2) a inserção de um dado dinâmico na projeção desses recortes com vistas a buscar uma aproximação dos processos, efetivamente históricos, de diferenciação/complexificação, ou ainda de agregação/homogeneização, do espaço. Uma última ordem de considerações se faz ainda necessária para a avaliação específica da noção de regionalização de uma perspectiva econômica, ou ainda o que efetivamente qualifica e estrutura uma segmentação do espaço de natureza econômica. Aqui o interesse neste aspecto em particular se deve ao fato de que a percepção das transformações na base econômica mineira entre os séculos XVIII e XIX, qualificada mormente pelas rearticulações urbano-rurais, é que vai deflagrar os cortes regionais essenciais no mapa das Minas, ainda que com intenção última de superpor aí, tentando apreender a correlação entre diversos aspectos da formação econômico-social, outras mais dimensões da sociedade, política e cultura no período.

Aprofundar então o sentido geral do tema regionalização econômica exige a retomada de algumas das considerações expostas logo no início do texto, acerca da natureza epistemologicamente funcional do trabalho de regionalização. O ponto é que não basta, simplesmente, assumir o caráter múltiplo e funcional do conceito de região. Se estiver claro o intuito da segmentação do território e a pretensão for uma abordagem sistemática e rigorosa do conceito, cabe passar ao passo seguinte: quais critérios devem instruir tal segmentação ou, mais especificamente falando, quais critérios devem instruir uma segmentação devotada à compreensão da esfera econômica cuidadosamente analisada em seus quadros históricos específicos. De uma perspectiva teórica, é François Perroux[52] — e posteriormente Jacques Boudeville[53] — quem fornece os elementos básicos a esta diferenciação. Para este

[52] François Perroux é sem dúvida um dos pensadores que mais avançou no tratamento da dimensão conceitual da relação espaço, sociedade e economia, sendo responsável pela construção de um conceito de espaço econômico que ultrapassa a materialidade imediata da dimensão territorial. Ver: François PERROUX, *L'economie du XXeme Siècle*, Paris: Galimard, 1949.
[53] Jacques BOUDEVILLE, *Les espaces economiques*, Paris: PUF, 1969.

autor qualquer segmentação do território obedece a um de dois critérios auto-explicativos básicos, a saber: homogeneidade e heterogeneidade[54].

Numa concepção econômica de região a dimensão das trocas, as relações mercantis efetivamente, assume o papel de eixo fundante. O ponto primordial é o de compreender o quanto e como a dinâmica das trocas constitui elemento central da dinâmica econômica, com claro resultado espacial e pressuposto mesmo a construção de uma racionalidade específica. Posto que o objetivo aqui é a todo tempo a relação de região/regionalização e história, o objetivo é avançar na identificação do que constitui a chave de uma regionalização econômica. A dimensão das trocas concentra este papel chave por conta de sua singularidade enquanto ato econômico desdobrado a partir da de alguma complexificação nas formas de reprodução da vida material e, portanto, associado diretamente à divisão do trabalho. Ante isto, tratar da dinâmica das trocas não estabelece vinculação estreita com a etapa capitalista, sendo necessariamente mais amplo o seu alcance em termos das experiências de organização econômica, mais ou menos absorvidas por estruturas de mercado, na história da humanidade. Esta dinâmica das trocas vai assumindo assim ao longo da história, variados significados, condições efetivas de realização, bem como de articulações com as esferas da produção e do consumo. Desta forma é ponto de partida (não é demais insistir), avaliar com cuidado o universo econômico que se deseja compreender a partir de uma segmentação do espaço, ponderando-o em relação às outras esferas da vida em termos amplos.

Duas breves considerações ajudam a aprimorar e respaldar essa relação primeira aqui estabelecida entre economia e a dimensão das trocas. Primeiramente, pode-se falar do que Fernand Braudel chamou de esfera da vida econômica, imediatamente acima da esfera da vida material, ou seja, a idéia de que "a economia começa no limiar do *valor de troca*", estando "de um lado, a vida econômica com suas trocas, suas moedas, seus pontos nodais e seus meios superiores, praças comerciais, bolsas ou grandes feiras [e], de outro, a 'vida material', a não-economia,

[54] A eleição de um ou combinação destes critérios habilita a determinação de um terceiro critério de regionalização, denominado plano de ação e que por sua vez se vincula à atuação do Estado e/ou das grandes corporações.

sob o signo obcecante da auto-suficiência."[55] Uma outra segmentação, focada nas condições primeiras para existência da troca, em relação direta com a questão da escassez, abrindo-se ao peso da construção de uma racionalidade específica pelo campo do econômico e lançando pontes ao entendimento desta esfera em relação aos mais variados contextos históricos é encontrada em Max Weber. Para esse autor, é possível falar de economia "quando temos, por um lado, uma necessidade ou um complexo de necessidades e, por outro, uma reserva de meios e ações possíveis para satisfazê-las, considerada escassa pelos *agentes* tornando-se esta situação a causa de um comportamento específico que a tem em conta". Considera então que a "gestão econômica" pode ser realizada sob dois aspectos, sendo o primeiro "o da satisfação de uma dada necessidade própria, que pode referir-se a todos os fins concebíveis, desde a comida até a edificação religiosa, desde que sejam escassos os bens ou as possibilidades de ação exigida", sendo o segundo tipo, o que "está voltado à aquisição: aproveita-se da situação especificamente econômica de escassez de bens desejados a fim de obter lucro pela disposição sobre estes bens".[56]

Privilegiar a dimensão das trocas e dos fluxos por elas conformados é oposição clara ao que por vezes é indicado como porta de entrada às segmentações históricas do espaço em uma perspectiva econômica, qual seja, a identificação de espaços homogêneos, essencialmente do ponto de vista produtivo — zoneamentos produtivos em outros termos. O critério de homogeneidade, ainda que se preste bem a essas caracterizações de cunho produtivo ou de aspectos da paisagem natural — especializações produtivas, coberturas vegetais, relevo etc — não nos permite atentar para uma dimensão crucial em uma sociedade mercantil, isto é, os diferentes níveis de "hierarquia", "integração" e "complementaridade" que definiriam os sistemas econômicos e seus fluxos de troca no espaço. Seguindo critérios de heterogeneidade, ao contrário do caminho da homogeneidade, na definição da segmentação do espaço garantiríamos a possibilidade de avaliar a configuração e intensidade de sistemas econômicos e a própria definição do que poderia ser considerada uma região econômica.

---

[55] Fernand BRAUDEL, *Civilização material, economia e capitalismo. Os jogos das trocas*, São Paulo, Martins Fontes, 1996, p. 7.
[56] Max WEBER, *Economia e Sociedade. Fundamentos da Sociologia Compreensiva*, Brasília, Editora da UnB, 1991, vol.1, pp.229-30.

O que se pondera aqui é o risco de se tomar critérios de homogeneidade como únicos para o estabelecimento de uma regionalização econômica uma vez que o dado central, entendida a centralidade da dimensão das trocas para a questão econômica, deve ser o critério de heterogeneidade, estabelecendo hierarquias, integrações e complementaridades. Em alguma medida, do ponto de vista econômico, é mais relevante determinar se há trocas entre dois pontos no espaço do que saber que ambos são especializados na produção do mesmo bem. Segmentar um espaço por um critério de homogeneidade das forças produtivas pode vir a mascarar, neste sentido, processos histórico-espaciais completamente diferenciados em termos econômicos. Retomando ainda uma vez aquela prerrogativa funcional do ato de segmentar o espaço, faz-se necessário perceber se o problema que se tem em conta encontra respostas mais por critérios de homogeneidade ou heterogeneidade. As regiões conformadas a partir de uma preocupação econômica têm necessariamente de se haver com o segundo desses critérios em especial, dado o peso da questão das trocas. Outras tantas questões podem, por outro lado, orientar um esforço de regionalização, e em muitos casos responderem prioritariamente a critérios de homogeneidade, como, por exemplo, se dá com problemas no qual o pertencimento a uma determinada unidade administrativa assume função primordial. Os problemas podem mesmo se combinar uma vez que o que se tem em mente pode bem ser a feição espacial de uma problemática que associe aspectos da organização econômica com outras mais dinâmicas da vida. Este bem é o caso aqui, sendo que daí decorre uma preocupação com a combinação de critérios de homogeneidade e heterogeneidade no estabelecimento dos recortes no mapa das Minas, sem se esquecer, todavia, que todo este esforço perde sentido na medida em que se tenta estabelecer uma única e definitiva regionalização, capaz de dar conta de toda e qualquer problemática. O que se vai propor como recorte regional para os séculos XVIII e XIX atenta primordialmente, assim, à problemática econômica e espacial aqui analisada, sendo a ela articulada dimensões variadas que avalio como interdependentes ou correlacionadas a essa estrutura econômico-espacial mais ampla, sendo que toda outra problemática que se queira articular deve ser antes analisada com cuidado no que concerne à sua vinculação ou não à problemática geral.

O conceito de "cadeia de dependências", depreendido como já se referiu anteriormente neste texto da reflexão de Immanuel Wallerstein acerca da idéia de espaços econômicos, ajuda a completar o quadro de referências aqui apresentado, reforçar a centralidade da dimensão das trocas a orientar a compreensão espacial da esfera econômica e nisto destacando a preponderância do critério de heterogeneidade. Esse conceito ajuda a perceber como a dimensão da produção, tomada em uma análise econômica do espaço, deve ser compreendida a partir das inter-relações estabelecidas no território das trocas, efetivas e potenciais, presentes e futuras. Segundo Wallerstein, as relações que existem entre a multiplicidade dos processos de produção são "de dependência e podem assumir a forma de uma estreita relação de *input/output* no interior do sistema de produção ou de relações do mesmo gênero, mas menos vinculativas. [...] Quer este vínculo seja rígido ou elástico, a característica fundamental é a existência de uma relação de *dependência* — o vínculo é mais do que casual, é estrutural. E a relação de dependência é uma categoria espaço-temporal; eventuais falhas na oferta a curto prazo não significam necessariamente a ausência de interdependências estruturais nem se traduzem numa alteração no fluxo da oferta."[57] Tomada nesta perspectiva a dimensão produtiva ultrapassa as possibilidades mais restritas de um zoneamento produtivo, sem prescindir de seu dado de localização, e marca articulação direta com a dimensão das trocas. Esta linha de considerações associa a percepção do espaço homogêneo do zoneamento produtivo ao dado econômico mais fundamental, recortado a partir da heterogeneidade, que está na base da dependência/complementaridade, no território da produção e das trocas, constituindo-se assim em base sólida para uma regionalização efetivamente econômica do espaço.

[57] Immanuel WALLERSTEIN, "Espaço Económico" [verbete]..., pp.217-8.

Capítulo 2. A formação do urbano nas Minas

O que se apresentou até agora situa algumas das questões fundamentais, teóricas essencialmente, que orientam a reflexão mais ampla da história mineira no período e de forma específica o tema de sua formação espacial. A análise da forma e do processo de constituição dos primeiros núcleos populacionais conformados pela mineração do ouro pode ajudar a perceber no detalhe esse conjunto de considerações que vão até agora um tanto dispersas e, a um só tempo, situar e introduzir a reflexão acerca da complexificação dos espaços econômicos ao longo do século XVIII e passagem para o XIX.

O argumento central a ser desdobrado é o da natureza primeira da dimensão econômica no processo de formação do espaço mineiro. A idéia não é nova sob nenhum aspecto. Todavia, a insistência aqui tem por objetivo a recolocação desse problema específico em um diálogo com a historiografia. O que motiva a reflexão é a constatação de que nos escritos mais contemporâneos acerca do tema, responsáveis por sua vez pela importantíssima tarefa de se ampliar a percepção dos elementos próprios do processo de formação espacial, vêm se retirando, ao que me parece, o peso devido da dimensão econômica nesse processo. Desta forma o interesse desta parte do texto é apresentar alguns casos concretos, o de Vila Rica em especial, de forma articulada ao diálogo com a historiografia, tanto no que diz respeito aos trabalhos tradicionais, quanto aos escritos surgidos nos últimos anos.

De certa maneira é necessário reconhecer que uma consideração geral vai subentendida em vários momentos de meu texto, articulando elementos diversos da análise e demandando explicitação adequada. Refiro-me a uma preocupação com os processos de transição em sentido amplo, com as estratégias para se perceber a particular superposição de elementos aí envolvida, que implica em durações, permanências, mas também na mudança de significado (ou função) progressiva de muito do que reste como aparentemente imutável. A idéia é que determinados processos que sustentam aparente longa duração, quando submetidos a análises mais circunstanciadas terminam por revelar diferenças substantivas no seio dessas

permanências. Como se argumentará no capítulo seguinte, a noção de "redes clientelares", tão visitada pela historiografia colonial brasileira recente, sustenta, por exemplo, aspectos dessa aparente longa duração a exigir acurada apresentação, sob pena de desqualificação do conceito. Alguns aspetos da formação de vilas e cidades nas Minas, bem entendidas como apresentação e representação do Estado português no território dos descobrimentos auríferos, bem como da própria posse dos governadores, da criação e eleição das câmaras, etc, reeditam termos com significados estabelecidos no medievo, senão antes. Os significados concretos que esses elementos cumprem ao século XVIII no coração da América portuguesa devem ser apreendidos, todavia, no particular daquela formação social, e mais que isto, percebidos na sua continua reconstrução ao longo do século. Tomar a formação do espaço com referenciais que elegem o econômico como se sinônimo fosse da racionalidade capitalista, enquanto o elemento que organiza a produção do espaço é exercício tão frágil quanto ver traduzida na consciência de cada habitante das Minas, mesmo que só em sua elite local, a reedição direta dos paradigmas sobre os quais se assentam a justificativa do poder e os parâmetros da ação dos monarcas. Dizendo de outra forma, e já adiantando o argumento, é preciso ver na ação política no que diz respeito à organização do território o que é a preocupação com o bom governo dos povos, com as bases do exercício da justiça em todas as parte do Império, e o que nisto cumpre a função precípua de assegurar a arrecadação e de barrar os descaminhos do ouro e dos diamantes, natureza e essência de um Estado fiscalista como bem seria o português. Sem dúvida uma dimensão não exclui a outra. O ponto é que uma qualifica a outra, até porque, em boa medida, não se governam os portugueses nas conquistas americanas, em particular naquelas que como as Minas, que se mostrariam tão rendosas ao Erário, da mesma forma que nas partes imediatas do Reino. A colonização pressupõe, e os portugueses inventariam mesmo, pouco a pouco, um modelo depois copiado por outras nações, com formas administrativas específicas, bem articuladas a uma fase conhecida da economia mundial, o mercantilismo. Os súditos, "leais vassalos de Sua Majestade", habitando essas paragens não deixariam, por sua vez, de se colocar como tais, pretendendo direitos, mercês em geral, no quadro específico da ação política do Antigo Regime. Se a ação política não é de todo distinta entre o Reino e as colônias, é porque o vocabulário e

os quadro mentais, são os mesmos. Se não é de todo igual, é porque o interesse da ação colonizadora era específico. Obviamente não se trata de ver com a lente do imperialismo do século XIX a expansão ultramarina dos séculos XV e XVI, armadilha já bem apontada por Jack Greene,[58] mas diferenciar os espaços é fundamental. A dinâmica histórica específica de áreas como Minas setecentista é que, todavia, permite pensar os processos que progressivamente fizeram pesar as diferenças entre os espaços coloniais e a metrópole. A construção de níveis diversos de uma identidade colonial, e a composição de interesses locais próprios que pesaria, por exemplo, no episódio da Inconfidência de 1789 só podem ser percebidos com propriedade se essas diferenças não forem anuladas. Essa digressão é em grande medida um lugar comum, já mapeado e bem conhecido, mas que por vezes volta a parecer pouco visitado. Não custa assim a lembrança, retrato na parede.

[58] Jack P. GREENE, *Negotiated Authorities: Essays in Colonial Political and Constitutional History*, Charlottesville, University Press of Virginia, 1994.

2.1. No sertão o lugar das minas

O opúsculo *Triunfo Eucarístico*, escrito por Simão Ferreira Machado e publicado em Lisboa em 1734, oferece visões imprescindíveis à análise da natureza barroca da sociedade mineira setecentista, como já exemplarmente analisado, entre outros, por Affonso Ávila.[59] O texto, não obstante, oferece subsídios para outras mais reflexões. A "prévia alocutória" da obra faz apresentar o espaço das Minas, seu povoamento, seus núcleos, o estabelecimento da presença da Coroa. Visões dos primeiros tempos. A pouca precisão de detalhes não permite nenhuma reunião de evidências acerca dos descobridores, datas e locais como, por exemplo, a dos relatos contidos no *Códice Costa Matoso*[60]; todavia, a apreciação do autor da natureza primeira da formação daquele espaço, diz muito sobre a percepção coeva daquela experiência de se viver ao interior do continente americano no tempo das minas. Em uma passagem na qual o autor apresenta a larga dimensão das "vastíssimas campinas dos sertões" onde se plantariam as minas de ouro, reflete que se trata de "distância onde só o interesse, e abundância constituem, conservam, e acrescentam domicílios aos Portugueses; pelo número deles de largos anos multiplicado, e por sua fertilidade, e grandeza, terreno capacíssimo para uma dilatada Monarquia."[61] O que há de mais fundamental à análise aqui proposta vai disposto já no trecho acima. Note-se que o autor, preocupado em apresentar um testemunho eloqüente da presença religiosa nas Minas Gerais, e nisto da expansão da fé, assim como em tudo atento à força da Providência Divina como responsável por "terem em depósito guardadas imensas riquezas no interior destas serras",[62] situa o fluxo populacional, e

---

[59] Simão Ferreira MACHADO, *Triunfo Eucarístico* in: Affonso ÁVILA, *Resíduos seiscentistas em Minas: textos do seculo do ouro e as projeções do mundo barroco*, Belo Horizonte, Centro de Estudos Mineiros / UFMG, 1967. [2 vols.]

[60] CÓDICE COSTA MATOSO; Luciano FIGUEIREDO; Maria Verônica CAMPOS, *Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis*, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro / Centro de Estudos Históricos, 1999. [2 vols.]

[61] Simão Ferreira MACHADO, *Triunfo Eucarístico...*, pp.168-9 [Obs: este excerto teve sua grafia modernizada em relação ao original fac-similar apresentado no livro citado de Affonso Ávila, o mesmo acontece com todas as demais citações deste ou de outros documentos constantes do presente trabalho]

[62] *Idem*, pp.169-70.

mais propriamente a ocupação do território, a "conservação" e o "acréscimo" dos domicílios, no plano específico e explicitamente concreto não da providência, mas do "interesse", interesse que só o ouro poderia evocar. Bem situando o termo a partir da definição coetânea que dele oferece Raphael Bluteau, lê-se que: "O centro do mundo moral é o interesse. Neste ponto vão parar todas as linhas da circunferência do trato Econômico, & Político. [...] Mudão-se as vontades, mudão-se os entendimentos, os gênios as inclinações, os intentos, & as resoluções se mudão. [...] Camaleão da fortuna, de todas as cores se veste. Só nunca é cândido porque é a cor da inocência".[63] Insistindo na idéia, se pode caber discutir, por exemplo, se o Infante Henrique, o Navegador, na promoção das viagens marítimas à África ocidental em meados do século XV, movia-se preponderantemente pela preocupação de propagar a fé cristã ou pelo desejo de se apoderar do ouro da Guiné;[64] há pouco espaço para ver, por outro lado, no caminho sertão adentro das bandeiras paulistas, ou na ação do Estado português tempos depois na organização do território a partir da criação das primeiras vilas, dilema análogo. A expansão da fé, e outras mais dimensões, não se aparta do universo de referências presentes no empreendimento, mas é imprescindível reconhecer ao caso das Minas a preponderância das razões de fundo econômico na origem do território, sendo que tal aspecto vai marcando desde logo a forma e o significado desse espaço.

O peso que vem sendo colocado aqui na especificidade material, econômica mesmo, equivale a explicitar essa centralidade do ouro enquanto fator que promove a ocupação e fixação dos núcleos iniciais do território. Isto tem razão de ser no plano analítico da organização espacial e econômica, mas também na interpretação direta da percepção coeva daquele espaço. Insistindo ainda da leitura do *Triunfo Eucarístico*, outras mais especificidades daquela formação podem ser depreendidas. A referência à fertilidade, grandeza, e capacidade da terra donde como que brota o ouro, deve também ser bem analisada dentro de um quadro mental no qual toda riqueza tem por base a terra, o que qualifica a segmentação e hierarquização social e se insere nas tramas formativas do próprio campo da Economia Política. Richard

---

[63] D Raphael BLUTEAU, *Vocabulario Portuguez e Latino*, Coimbra, 1712 [Edição em CD-Rom, UERJ, 2000]

[64] Henry Royston LOYN, *Dicionário da Idade Media*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997, p. 308 / Charles Ralph BOXER, *O império marítimo português 1415-1825*, trad. Anna Olga de Barros Barreto, São Paulo, Companhia de Letras, 2002.

Cantillon, autor que de resto interessa aqui por conta de sua reflexão econômica fortemente relacionada à dimensão espacial, logo à primeira linha de seu *Ensaio sobre a natureza do comércio em geral*, de 1755, diz que: "a terra é a fonte ou matéria de onde se tira a riqueza; o trabalho do homem é a forma que a produz: e a riqueza em si mesma não é outra coisa senão o alimento, as comodidades e os deleites da vida." E continua, situando dentro desses frutos da terra, as minas e os minerais: "a terra produz ervas, raízes, cereais, linho, algodão, cânhamo, arbustos e árvores de várias espécies, com frutos, cascas e folhagens diversas, como as amoreiras para os bichos da seda; ela produz minas e minerais".[65]

O relato de Simão Ferreira Machado reforçaria ainda outros mais elementos importantes, como é a compreensão do achamento do ouro e ocupação inicial do espaço enquanto uma "conquista", o que vem a ser tema fundamental ao estabelecimento de direitos e às negociações próprias ao exercício de poder nessas áreas. A descrição das dificuldades enfrentadas ao se penetrar pouco a pouco nos "ásperos, e amplíssimos sertões", enfrentando matos, feras e também a "bárbara gentilidade", que vão sendo sempre conduzidas ao "grêmio da Igreja", reforça o tema da instituição da cristandade e do estabelecimento do domínio. Mas sendo "tal a grandeza, e tão ampla a esfera destas regiões" insiste em explicitar que "superabundam ainda remotos, e incógnitos países habitados da mesma gente, de pouca contradição pelas armas; [e] outros verossimilmente possuídos só das feras, nunca pisados de pé humano, onde se oferece aos presentes, ou à futura posse dos vindouros igual, ou mais dilatado senhorio." E completa: "Em outras conquistas arvorarão os Portugueses os estandartes da Fé com imortal glória das armas; nestas espalharão a luz do Evangelho com invejada abundância de riquezas."[66] Domínio, senhorio, conquista, termos plenos de significações que evocam as durações do medievo aludidas acima. A referência à conquista, em especial, é chave de análise importante, uma vez que este é o elemento central costumeiramente evocado no plano colonial para a disputa e reivindicação de graças e mercês, assim como no

---

[65] Richard CANTILLON, *Ensaio sobre a natureza...*, p.21.
[66] Simão Ferreira MACHADO, *Triunfo Eucarístico...*, pp.164-168.

estabelecimento dos privilégios e distinções sociais naquele contexto, como vêm sendo apresentado na historiografia para diversos contextos regionais.[67]

Outra questão de interesse nesta "Prévia Alocutória" do *Triunfo* é a referência direta ao processo de conformação dos núcleos, seus problemas e o estabelecimento da presença do poder régio com a criação das vilas. Anota Simão Ferreira Machado que "em breve tempo das Cidades, e lugares marítimos sobreveio inumerável multidão; uns com cobiça de fácil fortuna, outros anelando remédio à necessidade". Sendo que estes se distribuiriam de modo que "em umas partes fundaram povoações, em outras se dividiram por dilatados campos".[68] O tema das crises de abastecimento dos primeiros anos assim como do alto preço desse gênero de produtos já assinalado anos antes no livro de Antonil[69], estão aqui também presentes, destacando como isto constituiu motivação à atividade agropecuária já àquelas primeiras décadas do século XVIII, o que só mais recentemente veio a ser trabalhado e bem explorado pela historiografia em trabalhos como os de Carlos Magno Guimarães e Liana Maria Reis.[70] E acrescenta o narrador:

> Concorreu em tanto concurso a natural necessidade de alimentos; e porque na altura da região a penúria deles subia o preço, uns fizeram da agricultura sustento, e interesse, outros agenciaram no ouro dos seios da terra juntamente o sustento e as riquezas.[71]

O forte fluxo populacional, sangrando o Reino de suas gentes, e a "fama" que se espalhava da riqueza das Minas, fazem necessária a organização e o controle desse espaço, o estabelecimento do "necessário regime da república".

> Os mesmos ecos, levados nas asas da fama sobre os mares, voaram a Europa: foram ouvidos em Portugal com atenções de estranha novidade, e alvoroços de alegria; nos Reinos de estrangeiros com esperança de utilidade, e maior inveja da fortuna. O Rei, e Ministros

---

[67] Luciano Raposo de Almeida FIGUEIREDO, *Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América portuguesa: Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1640-1761*, São Paulo, FFLCH/USP, 1996 [Tese de doutorado em História] / Evaldo Cabral de MELLO, *Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.
[68] Simão Ferreira MACHADO, *Triunfo Eucarístico...*, pp.166 e 172.
[69] Andre João ANTONIL (João António Andreoni), *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, introdução e vocabulário por A. P. Canabrava, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1967.
[70] Cf. Carlos Magno GUIMARÃES e Liana Maria REIS, "Agricultura e caminhos de Minas (1700/1750)", *Revista do Departamento de História*, FaFiCH-UFMG, Belo Horizonte (4) junho: 85-99, 1987 e "Agricultura e Escravidão em Minas Gerais (1700/1750)", *Revista do Departamento de História*, FaFiCH-UFMG, Belo Horizonte (2) junho: 7-36, 1986.
[71] Simão Ferreira MACHADO, *Triunfo Eucarístico...*, pp.172-3.

> sobre a natural lealdade, e obediência dos Vassalos determinaram, e estabeleceram o necessário regime da República, e novos interesses da Coroa. Viu-se em pouco tempo transplantado meio Portugal a este Empório, já célebre por todo o Mundo, e viam os que vinham, tão desempenhada a esperança, que foi necessário um rigoroso, e Real Decreto para atalhar a torrente do concurso (...)[72]

Na porção mais central do território, no espaço próprio da área mineradora, destaca o autor do *Triunfo* as nucleações de Ribeirão do Carmo e Vila Rica, começando por dar sua explicação do nome da Capitania, argumentando que "em um distrito, onde sempre foi, e é geral o ouro em toda a terra, causa, que lhe deu o nome de Minas Gerais, se agregou, e continua o maior concerto, e da gente mais nobre em qualidade, e riqueza de todo o âmbito das Minas: parte assiste nos recôncavos em lavras de outro, e fazendas de agricultura; parte em duas vilas, uma intitulada o Ribeirão do Carmo, outra que tem o nome de Vila Rica". Considera então que os governadores residiram sempre em uma ou em outra sendo que já àquele momento o faziam "ordinariamente na mais populosa, que é Vila Rica", explicitando aí uma função primordial ao estabelecimento das vilas que é o serviço da justiça. Desta forma, uma vez que Vila Rica vai "situada no centro de todas as Minas, aonde ficam as distâncias sem queixas iguais a todos, para os requerimentos da justiça, e expedição dos interesses."[73] Insiste então na conhecida qualificação hiperbólica da vila, em uma caracterização que deixa entrever a visão do espaço daquela cidade como conformado pela particular superposição dos espaços do comércio e dos aparelhos institucionais:

> Nesta vila habitam os homens de maior comércio, cujo tráfego, e importância excede sem comparação o maior dos maiores homens de Portugal: a ela, como a porto, se encaminham, e recolhem as grandiosas somas de ouro de todas as Minas na Real casa da Moeda: nela residem os homens de maiores letras, seculares, e Eclesiásticos: nela tem assento toda a nobreza, e força da milícia: é por situação da natureza cabeça de toda a América, pela opulência das riquezas a perola preciosa do Brasil.[74]

Para além do que diz respeito à forma barroca do relato, pintando de cores contrastadas, profusa adjetivação e imagens de fausto aquele tempo das Minas, a (exagerada) apresentação que oferece Simão Ferreira Machado de Vila Rica, em

---

[72] *Idem*, pp.173-4.
[73] *Idem*, pp.179-80.
[74] *Idem*, pp.180-1.

particular, mas também sua descrição das festividades do traslado solene do Corpo Santo da Capela dos Irmãos Pretos do Rosário no Caquende para a reconstruída Matriz do Pilar da freguesia de Ouro Preto deve ser lida como o momento explícito da representação no plano da vida daquelas pessoas da Idade do Ouro nas Minas. Entender este linha de considerações é também fundamental para a adequada percepção do significado das múltiplas referências à decadência depois que o ouro começa a minguar. Fausto e decadência não são alusões que podem ser apreendidas tal qual um registro objetivo devendo ser interpretadas no quadro amplo da tópica e da mentalidade barroca. Não são evidências objetivas, mas oferecem, por outro lado, se lidas com lente devida, registro importante da realidade. Neste sentido é interessante mesmo considerar dados de produção aurífera como os apresentados por Michel Morineau a partir de informações da chegada de ouro brasileiro à Europa, que tendem a deslocar ligeiramente os volumes calculados por Virgílio Noya Pinto. Grosso modo, sugere-se a partir do trabalho de Morineau um momento de ápice da produção anterior ao de meados do século defendido por Noya Pinto e costumeiramente citado, sendo o ponto máximo, com valores substantivamente acima dos apresentados por Noya Pinto para o período, possivelmente situado na década de 1730, o que ajuda a qualificar os significados concretos daquele fausto apresentado no *Triunfo Eucarísitco*.[75]

Da descoberta do ouro, passando pelo forte afluxo populacional, as crises de escassez de alimentos, o estabelecimento dos lugares de poder régio a partir da criação das vilas, a importância do comércio, entre outros mais temas, todos vão em alguma medida apontados no texto do *Triunfo*, o que no mínimo merece ser registrado. Essas questões podem ser bem percorridas na historiografia que tratou da ocupação inicial do espaço das Minas, mas não caberia aqui uma exploração extensiva desses vários trabalhos Todavia, alguns pontos de alguns dos escritos mais influentes demandam consideração.

---

[75] João Antonio de PAULA, *Raízes da modernidade em Minas Gerais*, Belo Horizonte, Autêntica, 2000, pp.69-70; Virgilio Noya PINTO, *O ouro brasileiro e o comércio anglo-portugues: (uma contribuição aos estudos da economia atlantica no seculo XVIII)*, 2.ed., São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1979, p.114; Michel MORINEAU, *Incroyables gazettes et fabuleux métauxeles retours des trésors américains d'après les gazettes hollandaises (XVIe-XVIII siècles)*, Londres, Cambridge University Press, 1985.

Uma vez que o fundamental ao presente texto é apresentar algumas respostas acerca da formação primeira do espaço das Minas na sua particular feição urbana decorrente relacionada à centralização própria da atividade mineradora, o que logo se deve avaliar é que não se trata de tema com lugar comum na historiografia. É alvo de análises díspares em suas ênfases e conclusões. Por outro lado, o tema geral (e conexo) aludido acima, da ocupação e povoamento da área mineradora tem larga tradição e, essa é a tônica do argumento, oferece diálogo precioso com as fontes documentais, consubstanciando tramas gerais da reflexão aqui defendida dessa ligação entre mineração e organização urbana. É mesmo pequeno o conjunto principal das fontes que subsidiam a reconstituição desses primeiros tempos das Minas, particularmente no que se refere aos seus primeiros descobridores. A historiografia pertinente ao tema tenderá a visitar esses mesmos conjuntos documentais, interessando analisar os autores que deram tratamento primeiro a essas fontes ou, especialmente, os que foram responsáveis por leituras e interpretações de conjunto de mais destacada influência para a historiografia. Ainda que tão somente citando, é apropriada a menção ao costumeiramente referido trabalho de Orville Derby acerca dos primeiros descobrimentos de ouro nas partes de Sabará e Caetés, que para além do mérito de apresentar importante documentação, buscou especificar os espaços dos descobertos, identificando não somente os locais onde o ouro se apresentou como os caminhos dos bandeirantes e suas roças de meio do trajeto aos sertões. Como avalia Alice Canabrava, o geólogo e geógrafo Derby, sendo também "apaixonado dos estudos históricos, foi um pioneiro no estudo da identificação geográfica da toponímia dos primeiros descobertos e da importância do fator geográfico nas diretrizes da primeira expansão".[76] Sua posição acerca da prioridade baiana nos descobrimentos de ouro nas Minas em detrimento dos paulistas, todavia, parece não se sustentar, particularmente depois de introduzidos no debate os documentos oriundos do *Códice Costa Matoso*. Os estudos dos caminhos dos paulistas sertão adentro e sua participação nos primeiros achados auríferos, exigem referência também à obra de Affonso de d'Escragnolle Taunay, que é quem responde pela divulgação primeira dos originais procedentes do referido códice, se excluídos os usos de cópias daqueles documentos por autores do século XVIII como o próprio

[76] Orville DERBY, "Os primeiros descobrimentos de ouro nos distritos de Sabará e Caeté", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. V, 1899-1900, Diário Oficial, São Paulo, 1901.

Cláudio Manuel da Costa.[77] É o próprio Taunay responsável direto por grande parte da bibliografia escrita sobre o tema, adensando os estudos acerca dessas expedições paulistas, levantando e divulgando imprescindível documentação, mas também mitificando o processo, pesando assim sentidos próprios da fundação de uma identidade regional paulista.[78]

Capistrano de Abreu, outros desses nomes fundadores do tema, ainda que dando pouca atenção às Minas especificamente, em seus dois escritos que percorrem a questão da ocupação do território, o seu *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*, e o capítulo "O sertão", o mais longo constante de seu *Capítulos de História Colonial*, contribui de forma decisiva para uma compreensão aprofundada da formação dos espaços no período colonial e suas articulações progressivas. Vale destacar ainda que sua própria leitura do bandeirismo, tal qual sugere Daniel Mesquita Pereira, se dá de forma uma tanto distanciada da leitura que já se gestava naquele momento do referido "mito do bandeirante como pioneiro, símbolo de uma identidade regional, no caso paulista".[79]

Dois outros escritos algo mais recentes é que viriam a efetivamente definir os termos segundo os quais se organizam as narrativas acerca dos primeiros descobertos auríferos, seus responsáveis e a ocupação inicial do território, sendo desde então profusamente citados pela historiografia. Refiro-me ao primoroso capítulo "Metais e pedras preciosas" de Sérgio Buarque de Holanda, que aparece na *História Geral da Civilização Brasileira*, e a algumas partes do texto, mas em especial o capítulo 2, "O ouro das Minas Gerais", do *A idade de ouro do Brasil (dores de crescimento de uma sociedade colonial)* de Charles Boxer. Ambos vão oferecer para além da anotação

---

[77] Affonso d'Escragnolle TAUNAY, *História geral das bandeiras paulistas*, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1948-9, vols. IX e X, entre outros mais títulos de interesse. Podemos citar ainda nesse particular dois outros trabalhos clássicos: João Pandiá CALÓGERAS, *As minas do Brasil e sua legislação: (geologia econômica do Brasil)*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1904-1905, 3v e Basílio de MAGALHÃES, *Expansão geographica do Brasil Colonial*, 2. ed. augm., São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1935. Destaque-se também: Cláudio Manuel da COSTA, "Vila Rica" in:, Cláudio Manuel da COSTA, Tomás Antonio GONZAGA, Alvarenga PEIXOTO, Eliana S MUZZI, Domício PROENÇA FILHO, *A poesia dos Inconfidentes: poesia completa de Claudio Manuel da Costa, Tomas Antonio Gonzaga e Alvarenga Peixoto*, Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1996.

[78] Uma perspectiva crítica, destacando o papel de Taunay, enquanto diretor do Museu Paulista, na construção da simbologia material dessa mitificação do bandeirante paulista pode ser encontrada em: Pedro Paulo de Abreu FUNARI, "A Cultura Material e A Construção da Mitologia Bandeirante: Problemas da Identidade Nacional Brasileira", *Ideias*, Campinas, vol. 2, n. 1, p. 29-48, 1995.

[79] Daniel Mesquita PEREIRA, *Descobrimentos de Capistrano – A História do Brasil "a grandes traços e largas malhas"*, Rio de Janeiro, PUC-Rio, 2002 (Tese de Doutorado em História), p. 100.

dos nomes dos primeiros paulistas que acham ouro nas Minas e da narrativa de suas empreitas, uma certa leitura, explícita em maior ou menor grau, do tema que aqui interessa diretamente, qual seja, como se dá a formação inicial das nucleações urbanas.

O texto de Sérgio Buarque, para além de vigorosa visão de conjunto da história das Minas, anuncia também, ainda que de forma sintética, variados temas que tempos depois viriam a constituir alguns dos lugares mais festejados para a historiografia mineira. Sua leitura especificamente dos primeiros descobertos tem como principal mérito a reunião do que há de principal na documentação conhecida do tema, cotejada criticamente, e organizada em uma narrativa única. A documentação que fornece subsídios a sua análise inclui memórias históricas como as de José Joaquim da Rocha e Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos, que por sua vez recapitulam, ao fim do Dezoito e início do Dezenove, tal qual também o fez Cláudio Manuel da Costa no "Fundamento Histórico" do poema *Vila Rica*, informações anteriores presentes especialmente nos escritos constantes do *Códice Costa Matoso* e/ou no *Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas* de André João Antonil, ou melhor dizendo João António Andreoni, também utilizados pelo autor.[80] Explorando os marcos diversos que situam as descobertas de ouro nos primeiros anos da década de 1690, resultado de empreitas diversas como a bandeira de Antônio Rodrigues Arzão à Casa da Casca em 1693 ou a de Bartolomeu Bueno Siqueira e outros mais em 1694 a Itaverava. Sendo mesmo 1694 o ano do descobrimento, ao menos formal, dessas minas de ouro achadas sertão adentro, uma vez que é aí que Carlos Pedroso da Silveira o comunica formalmente ao governador Castro Caldas. Sérgio Buarque, não obstante, inclina-se na perspectiva da anterioridade dos primeiros achados, vinculando-os à bandeira de Fernão Dias Pais entre 1674 e 1781, a jornada do Sabarabuçu. Insiste o autor em um nome em particular dentre os integrantes da bandeira, Duarte Lopes, "o qual, fazendo experiências nas areias de um ribeirão que deságua no Guarapiranga, tirou ouro com sua bateia, e em tal quantidade que, ao chegar em São Paulo, dele fez várias peças

[80] Tanto Sérgio Buarque quanto Boxer vão se valer fartamente do *Códice Costa Matoso* e do livro de Antonil em suas análises, sendo que estes constituem mesmo, o primeiro em especial, a fonte mais completa para a questão.

lavradas para sua casa".[81] John Manuel Monteiro, em escrito recente dedicado a análise das narrativas dos descobrimentos das minas presentes no *Códice Costa Matoso*, reforça essa perspectiva em relação ao ouro, que de resto me parece mesmo a mais acertada, "de que é difícil acreditar que as várias expedições que varriam esses sertões ao longo das décadas de 1640 e 1690 não tivessem reparado na sua existência", anotando um indício significativo no "inventário do comerciante português Gonçalo Lopes, falecido em 1689, deixando um espólio superior a 12 contos de réis, incluindo mais de 6 contos em dinheiro amoedado e 207 oitavas de ouro em pó", e o mais interessante, que "poucos anos antes, num atestado passado pela Câmara Municipal de Parnaíba, este mesmo comerciante figurava entre os principais credores de Fernão Dias Pais".[82] Recuperando brevemente algumas trajetórias é possível apreender múltiplas articulações interparentais entre esses personagens. Somente para dar um breve exemplo, pode-se citar a particular união dos Lopes com os Camargos, duas importantes famílias dos antigos troncos paulistanos: uma das filhas, Joana Lopes, deste Gonçalo Lopes citado acima, se casaria com o Capitão Fernando de Camargo Ortiz, bandeirante que esteve na expedição do Capitão-mór Domigos Barbosa Cavalheiros em 1658. Dentre os treze filhos do casal, anote-se os nomes de Tomás e João Lopes de Camargo, dois dos primeiros descobridores das ricas jazidas onde se fincaria o arraial dos Paulistas, base mais tarde da freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto.[83]

Sérgio Buarque continua sua análise apresentando os primeiros povoadores das futuras nucleações no Ouro Preto, no Ribeirão do Carmo, e em outras mais partes. Qualifica também o interesse oficial da Coroa, as tentativas de implementação de controles ao território, a legislação pertinente e a conjuntura que se apresenta com a Guerra dos Emboabas. Analisa a variedade e a velocidade do fluxo populacional que se direciona para as minas, refletindo sobre as características

---

[81] Sérgio Buarque de HOLANDA, "Metais e Pedras Preciosas" in: *História Geral da Civilização Brasileira (A Época Colonial – Administração, economia, sociedade)*, 10.ed., Rio de Janeiro, Bertrand do Brasil, 2003 (Tomo I, vol. 2), p.290.

[82] John Manuel MONTEIRO, "Os caminhos da memória: paulistas no Códice Costa Matoso", *Varia Historia*, Belo Horizonte, nº 21: 86-99, jul. 1999, pp.89-90.

[83] Luiz Gonzaga da Silva LEME, *Genealogia Paulistana*, São Paulo, Editora Duprat & Cia., 1903-5 (Edição em CD-ROM revisa e aumentada sob a coordenação de Marta Amato), vol.1, *passim*.

sociais desse povoamento e destacando o papel do comércio, argumentando que já à primeira década do Dezoito,

> (...) apenas uma parte desses moradores, e não a maior, se ocupava da mineração. Os atrativos da mercancia, por onde se dispersava muito dos direitos de Sua Majestade, não eram de desprezar em sítios onde tudo se pagava a peso de ouro. (...) A sedução dos negócios altamente rendosos, incluídos neles os de contrabando, serviu, provavelmente, para povoar aqueles sertões, ainda mais do que o das minas de ouro, que foram causa indireta deles. Dentre as atividades produtivas é a lavoura que, de início, ao menos, desperta menos vocações. E isso não só porque oferece menores perspectivas de riqueza; mas também devido à crença então generalizada de que os lugares que dão ouro não hão de dar outra coisa, senão falharia nisto a Divina Providência que distribui eqüitativamente seus favores e bênçãos.[84]

A linha argumentativa de Sérgio Buarque converge com o argumento de mais autores no que diz respeito à visão da mineração como responsável pelo mote da atração e o comércio como que pela fixação do homem, como assinala Alice Canabrava no seu importante estudo da obra de João António Andreoni:

> Diferentemente da fase anterior de povoamento, na qual a grande lavoura havia sido o fator que prendeu o homem à terra, nas minas os arraiais, localizaram-se nos pontos de convergência de várias lavras, fixados pelo comércio. Foi este o fator fundamental, ainda que, muitas vezes, tenha incorporado a capela de construção anterior.[85]

Essa linha de análise no conjunto me parece correta, sendo mesmo o destaque à questão mercantil dados por Sérgio Buarque e por Alice Canabrava fundamental, entretanto, penso que tal linha não dá conta de avaliar com precisão e propriedade todo o papel direto que cabe à mineração na construção de um espaço urbano. A isto será dado mais vagar nas páginas seguintes, assim como à questão de que, da mesma forma, a análise de Sérgio Buarque sobre os lugares da lavoura, é correta em relação ao lugar específico da lavra, mas não exclui toda a área de seus entorno que àquele momento já se coalhava de roças.

Boxer, por sua vez, em um livro publicado pouco tempo depois do capítulo de Sérgio Buarque trata do tema dos primeiros descobertos e ocupação do território de forma em grande parte coincidente com este autor, inclusive por conta das fontes

---

[84] Sérgio Buarque de HOLANDA, "Metais e Pedras Preciosas"..., pp.312-3.
[85] Alice P. CANABRAVA, "Introdução" in: Andre João ANTONIL (João António Andreoni), *Cultura e opulência...*, p.84.

utilizadas. Dá mais atenção, não obstante, a um ou outro ponto no que diz respeito a essa narrativa dos primeiros anos das Minas, insistindo, por exemplo, na importância da figura de Manuel de Borba Gato, estabelecido na região do Rio das Velhas desde o início da década de 1680, nesses primeiros achados. Insiste na perspectiva da sedução e interesse dos paulistas na obtenção de ganhos honoríficos para a busca das minas nos sertões.[86] Sua análise como já havia se feito patente em outros dos seus escritos anteriores se faz tanto abrangente quanto criteriosa, articulando dinâmicas locais às tramas da percepção do conjunto do Império português. Estritamente em relação à formação espacial da região, sua linha argumentativa perpassa uma combinação de fatores, nos quais tem destaque a leitura das especificidades da entrada dos paulistas por aqueles sertões, as considerações sobre a paisagem natural, ponderações sobre a forma e as técnicas de mineração empregadas, e a apreensão da organização social e econômica das primeiras nucleações. Com base nisto, é possível depreender uma narrativa que aproxima com cuidado a questão do lugar da mineração com o espaço da formação dos núcleos iniciais. Argumenta o autor que:

> (...) os prospectores paulistas fizeram trabalho pioneiro em Minas Gerais, primeiro encontraram ouro aluvial no leito dos rios e riachos. (...) Quando os rios estavam na enchente, grossos demais para o trabalho, os faisqueiros voltavam sua atenção para as margens e sua vizinhança. (...) Quanto os rios estavam na enchente, grossos demais para os trabalhos, os faisqueiros voltavam sua atenção para as margens e sua vizinhança imediata — tabuleiros — onde era freqüente encontrarem também ouro. Quando tais depósitos se exauriam, ou os recém-chegados encontravam-no já trabalhado pelos seus predecessores, os prospectores seguiam adiante, procurando ouro nas fendas e rachaduras das encostas vizinhas — grupiaras ou guapiaras. Todos os mais recuados trabalhos em ouro foram do tipo plácer, e só quando o ouro de aluvião se foi fazendo escasso foi que os mineradores cavaram túneis e poços nas encostas (...)"[87]

Essa perspectiva da forma inicial da exploração, com seus ritmos próprios dos córregos para as encostas, somada a uma visão tributária da leitura de Sylvio de

---

[86] Charles Ralph BOXER, *A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*, 2.ed. rev., São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1969, p.58 / Maria Verônica Campos em trabalho recente vai insistir na idéia de que as descobertas aconteceram efetivamente muito antes da data do registro oficial e que constituíram elemento de barganha habilmente manejado por parte dos paulistas, que ocultaram-nas até que fosse segura a obtenção de mercês e honrarias pelos descobertos. Maria Verônica CAMPOS, *Governo de mineiros – de como meter as Minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado*, São Paulo, FFLCH/USP, 2002 (Tese de doutorado em História), pp.21-93.

[87] Charles Ralph BOXER, *A idade de ouro...*, pp.60-1.

Vasconcellos tanto quanto dos documentos do *Códice Costa Matoso*, de uma paisagem inicial dos aglomerados como que marcada pela feição do provisório, casas simples cobertas de sapé, traduzindo os sentidos próprios do termo arraial, vai permitir que Boxer apreenda como esse desenho inicial tende a casar-se progressivamente com a organização econômica e social. Em uma passagem emblemática anotaria:

> Uma das primeiras indicações de colonização permanente foi a ereção de uma ou mais capelas, que, naturalmente, eram de pau-a-pique ou de caniçada e reboque, embora fossem, de costume, as primeiras construções agraciadas com telhado de telhas. *Vendas*, pequenas barracas de comércio, brotavam por toda parte, na mesma ocasião, e saber se foram elas ou as capelas que surgiram primeiro é como propor o enigma do ovo e da galinha.[88]

É possível agora retomar o meu ponto principal e avaliar com cuidado o intento. Trata-se em boa medida de uma questão de aguçar o olhar tornado a esse processo de formação e perceber aí a natureza própria do fenômeno urbano se constituindo. As vilas ou cidades são etapas posteriores na cronologia da formação do espaço, serão devidamente comentadas, mas o ponto é que representam um processo de institucionalização, apresentação e organização do poder e no caso que se apresenta ao começo das Minas é algo, portanto, incisivamente posterior à constituição do urbano. Preocupa-se desta forma essencialmente com a constituição inicial das nucleações. Pode bem parecer uma questão de acento (e talvez a seja mesmo), todavia, isto constitui passo elementar para a percepção da formação das futuras nucleações, já no momento em que o ouro deixa de organizar o espaço das Minas e o rural se apresenta com nova feição, no que em larga medida, pode ser situado, com ritmos diversos em espaços diversos, nas primeiras décadas do Dezenove. Questão ou não de acento, a defesa da mineração como o elemento fundador, anterior e mais importante neste sentido que a capela e a venda, a "Igreja" e o "comércio", é aqui fundamental. Uma discordância ligeira, mas crucial aqui, é o que distancia essa minha interpretação da desses autores que caminharam na direção do que Alice Canabrava sintetizou na citação acima, de que nas minas as nucleações vão se localizar "nos pontos de convergência de várias lavras, fixados pelo comércio", sendo que este foi o "o fator fundamental, ainda que, muitas vezes, tenha

---

[88] Charles Ralph BOXER, *A idade de ouro...*, p.73.

incorporado a capela de construção anterior". O reparo ligeiro é que a aglomeração, para os casos principais das primeiras vilas do ouro, deu-se mais propriamente no entremeio do espaço de mineração, em particular superposição de um com o outro. Não foi o comércio que desempenhou a princípio a função de fixar o lugar do urbano, ainda que posteriormente possa vir, e veio mesmo, a desempenhar essa função. São variados os exemplos das aglomerações, que como acampamentos (sentido primeiro do termo arraial), vão movimentando-se, pouco ou muito, em função do sucesso de cada um dos espaços prospectados. Os lugares do comércio assim como os espaços do culto, da capela, vão se movimentando da mesma forma, se há um só elemento efetivamente decisivo para fixar a nucleação àquele momento este é o "bom sucesso" das lavras. Aí se dará a superposição ao chão da mineração dos outros mais chãos da reprodução da vida material. Um exemplo inicial, recolhido do *Códice Costa Matoso* ajuda a perceber essa questão. Refiro-me à "Informação das antiguidades da freguesia de Catas Altas". No texto José de Lemos Gomes, escrito em dezembro de 1750 como resposta a um inquérito proposto pelo Senado da Câmara de Mariana aos moradores mais antigos de diversas freguesias, encontram-se informações circunstanciadas acerca da construção da primeira capela na localidade. Sendo a descoberta inicial de ouro nessa paragem datada de algo como 1703, como que imediatamente depois, tal qual costumeiramente se verifica nos mais variados arraiais, já se poderia anotar a existência de um espaço para o culto que se constituía de "uma capelinha coberta de palha barreada até o meio das paredes somente, a qual se fundou da outra banda do córrego, já dito, chamado Catas Altas, e nela ouviram missa esses poucos moradores que havia". Da simplicidade e fragilidade extrema desse primeiro templo, em tudo similar às habitações precárias e provisórias que serviriam aos povoadores iniciais, situado mesmo próximo dos trabalhos de prospecção, procederiam algum tempo depois os habitantes do lugar, animados pelo bom sucesso das lavras e pela concorrência de mais e mais pessoas à construção de um novo templo, mas já em novo local. "Desta paragem se mudou a dita igreja — a qual também não se saber o tempo que existiu — para a praia junto do rio que desce do morro chamado Bom Jesus, onde se conservou algum tempo, porém com mais algum asseio, ainda que pouco." Mais uma mudança se anotaria em seguida, já saindo das margens do córrego, buscando lugar mais cômodo e novamente se

entremeando do espaço da mineração que por ali se dava na catas mais altas. Anota então o cronista que a capela "depois se mudou mais para cima, para fora da praia, onde se fez coberta também de palha, mas toda barreada e fechada, sendo o defunto Domingos Mendes o que tomou a sua conta e a tal mudança a sua custa, segundo dizem." E continua, dizendo que "no lugar e forma referida se conservou a dita igreja até o ano de 1710, em que se determinaram os moradores a fazer a dita igreja coberta de telha e com toda a perfeição que lhes foi possível. Em todo esse tempo, desde o ano de 1710, eram desobrigados os moradores deste sítio por dois reverendos sacerdotes vindos do Rio de Janeiro com ordem do prelado — e começando na freguesia que hoje é Antônio Pereira por todo esse Mato Dentro até São João, armando altar portátil onde lhes era necessário administrar os sacramentos, de que levavam a oitava de ouro por cada pessoa que comungava e meia pelos que não eram de comunhão." Percebe-se aí que nos sete primeiros anos da povoação a capela tomou não menos que três lugares diferentes antes de se apresentar em um ponto um pouco mais definitivo, só aí coberta de telhas e erigida com mais rigor. Algum tempo depois uma nova igreja seria construída em substituição à anterior, convergindo esforços das diversas irmandades no custeio de obra de grande porte. Trata-se mesmo de um dos mais preciosos templos do período. Com base, inclusive, em algumas querelas estabelecidas entre irmandades acerca de aspectos estéticos da decoração interna, pode-se mesmo sugerir o desenvolvimento já àquele tempo de um certo ambiente cultural, índice da urbanidade de que o sítio já gozava.[89] O custo elevado da nova obra, setenta mil cruzados, iniciada em 1730, projetada e arrematada pelo minhoto Manuel Fernandes Pontes, o mesmo responsável pela obra do Palácio Velho em Vila Rica, sugere, aos mesmos moldes da reconstrução da Matriz de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto algum tempo antes, a impressão de vitalidade que devia envolver aquele momento das Minas. Também como no exemplo de Vila Rica, ainda que sem uma publicação que nos conte detalhes do evento, se verificaria em 1739 uma celebração de "trasladação do Santíssimo Sacramento e todas as sagradas

[89] Germain Bazin apresenta essa querela entre irmandades acerca da decoração interna da matriz e transcreve os documentos pertinentes em: *A arquitetura religiosa no Brasil*, Rio de Janeiro, Record, 1989, vol. 2, pp.57-8.

imagens para a nova matriz", finalmente plantada no solo em que permanece até o presente.[90]

O que esse exemplo oferece é essencialmente a possibilidade de se entrar no espaço da construção do chão da vida naqueles primeiros momentos dos arraiais mineiros e ponderar sobre as questões expostas acima acerca da força da mineração como instituidora desses espaços e também como a responsável primeira pela sua fixação aqui ou ali de acordo com as conveniências e os sucessos da prospecção. Vale insistir ainda um pouco mais nestas considerações, concentrando agora o foco da análise no espaço da mais emblemática das nucleações mineiras, Vila Rica. Antes porém é adequada uma referência a dois trabalhos recentes que oferecem contribuições substantivas ao tema da formação de cidades e, de forma mais ampla, do território das Minas no período em questão, viabilizando a qualificação mais direta do das aproximações e distanciamento entre o que vai aqui se apresentando e os argumentos desses autores. Refiro-me às contribuições de Sérgio Ricardo da Mata e Cláudia Damasceno Fonseca.

Sérgio da Mata responde por uma leitura específica da relação entre a experiência religiosa mineira e a formação dos espaços urbanos em sua tese de doutorado defendida na Universidade de Colônia na Alemanha, em 2002, cujo título é *Catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais, Brasil. Séculos XVIII-XIX*, logo depois publicada acrescida do primeiro título *Chão de Deus*.[91] A identificação da ausência marcada na historiografia mineira, e brasileira, do estudo da dimensão efetivamente espacial, para além da citadina, com a qual o autor abre o texto, é consideração que por si só já revela certas aproximações com expectativas fundamentais do presente trabalho e de alguns outros de meus escritos. Nas palavras desse autor:

> (...) a historiografia das cidades brasileiras continua a ser a história de uma ausência – a ausência das *origens*. No que diz respeito aos livros e teses sobre nossos núcleos setecentistas e oitocentistas, a fase "pré-urbana" tende a ocupar um lugar secundário. Somente a partir da emancipação política, com a instalação da Câmara Municipal e do

---

[90] CÓDICE COSTA MATOSO..., pp.262-4. Germain BAZIN, *A arquitetura religiosa no Brasil*, Rio de Janeiro, Record, 1989, vol. 2, p.54.

[91] Sérgio da MATA, *Chão de Deus. Catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais, Brasil. Séculos XVIII-XIX*, Berlin, Wissenschaftlicher Verlag Berlin, 2002.

> símbolo da autonomia recém-conquistada, o pelourinho, é que o historiador se sente à vontade para reconstituir a trajetória do espaço urbano.[92]

Mérito inquestionável, em minha avaliação, do trabalho desse autor é a preocupação com o tratamento teórico de seu objeto, tanto no que diz respeito à questão da religiosidade, quanto também à questão espacial, reconstituindo percursos metodológicos e conceituais entre a geografia e a história. O autor vai argumentar mesmo, com razão, que a linha de estudos na qual sua pesquisa se insere teve como fundadores geógrafos e não historiadores, sendo ainda hoje essa geografia histórica da cidade brasileira carente do diálogo entre as duas disciplinas. Todavia, a despeito dessa preocupação com o tratamento teórico criterioso da questão espacial, parece-me que a leitura do ele qualifica como pré-urbano guarda certa impropriedade. Em boa medida, o que de mais significativo pesa sobre a realidade espacial mineira é exatamente a anterioridade do fenômeno urbano ao próprio fenômeno citadino. O ponto é que, ao que me cabe argumentar, não se trata de realidade pré-urbana uma vez que a dinâmica específica da vida urbana já se instaura no estado de coisas próprio da realidade primeira dos núcleos que se formam em função do ouro; a instituição de cidades plantadas antes pela ação política do que por outros processos de centralização e concentração populacional é que, ao contrário, pode por vezes produzir uma realidade material citadina sem a correspondência imediata de uma vida urbana. Sua visão, por outro lado, do que chamou de proto-urbanização me parece já mais adequada, uma vez que urbanização, bem entendida, é antes o processo que produz nucleações do que o processo que produz relações e realidade urbanas em si, não guardando dissonância assim com a realidade mineira do período estudado.

A despeito dessa referência ao pré-urbano, o autor qualificaria também seu objetivo principal em outros termos, que a meu ver são mais adequados. Refere-se a um estudo das "formas elementares do espaço urbano"[93] argumentando que as esferas do urbano e do religioso são expressões de uma mesma e indissociável realidade na história de Minas. A leitura do espaço do sagrado conformando o espaço urbano dos arraiais mineiros é em grande medida uma recomposição de fértil linha

---

[92] *Idem*, p.15.
[93] *Idem*, p.17.

de reflexões já visitada anteriormente por Murilo Marx em alguns de seus trabalhos, que por sua vez se sustentam em releituras de Sylvio de Vasconcellos.[94] Várias associações podem ser estabelecidas neste ponto com a perspectiva aqui adotada, especialmente por conta do entendimento que a religiosidade é sem dúvida o espaço central da sociabilidade setecentista nas Minas e que sendo o fenômeno urbano em sua essência o fenômeno da vida urbana, não são mesmo dissociáveis as questões.[95] Sérgio da Mata não deixará, mesmo buscando em vários casos certa primazia ao chão do sagrado, de considerar que a "sociogênese dos arraiais mineiros" vai se compor também de outros mais fatores, como a mineração e o comércio.

Claudia Damasceno Fonseca, por seu turno, é sem dúvida uma autora de importância destacada para a renovação dos estudos urbanos das Minas setecentistas, isto desde sua dissertação de mestrado em geografia urbana, defendida na Universidade Federal de Minas Gerais em 1995, mas particularmente pelo seu trabalho de doutoramento, defendido na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* em 2001, com o título *Pouvoir, villes et territoires. Genèse et représentation des espaces urbains dans le Minas Gerais (Brésil), XVIIIe – debut du XIXe siècle*, e publicado em 2003 como *Des Terres aux Villes de l'Or*.[96] Partindo, em sua tese de doutorado, de uma leitura de como se articularam mineração, agricultura e comércio, insistindo na importância do último, na transformação dos acampamentos iniciais de mineradores em aglomerações estáveis e populosas, com a decorrente conformação de uma sociabilidade urbana específica, a autora busca desdobrar matrizes tanto da constituição material quanto institucional dos núcleos

---

[94] Murillo MARX, "Arraiais Mineiros: relendo Sylvio de Vasconcellos", *Revista Barroco*, Belo Horizonte (15), 1990-1992 / Sylvio de VASCONCELLOS, "A Arquitetura Colonial Mineira" in: *Primeiro Seminário de Estudos Mineiros*, Belo Horizonte: UMG, 1957. (I Seminário de Estudos Mineiros, Belo Horizonte, 3-12 abril de 1956) / IDEM, "Formação Urbana do Arraial do Tejuco", *Revista do IPHAN*, Rio de Janeiro, (14): 121-34, 1959 / IDEM, *Arquitetura Particular em Vila Rica*, Belo Horizonte, Escola de Arquitetura da Universidade de Minas Gerais, 1951 (Tese de cátedra, Arquitetura no Brasil).

[95] O tema já foi anteriormente explorado em minha dissertação de mestrado: Alexandre Mendes CUNHA, *Vila Rica - São João del Rey: as voltas da cultura e os caminhos do urbano entre o século XVIII e o XIX*, Niterói, ICHS/UFF, 2002 (Dissertação de mestrado em História).

[96] Cláudia Damasceno FONSECA, *Mariana: gênese e transformação de uma paisagem cultural*, Belo Horizonte, IGC/UFMG, 1995 (Dissertação de Mestrado em Geografia Urbana) / *Pouvoir, villes et territoires. Genèse et représentation des espaces urbains dans le Minas Gerais (Brésil), XVIIIe – debut du XIXe siècle*, Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2001 (Tese de Doutorado em História e Civilizações) / *Des terres aux villes de l'or : pouvoirs et territoires urbains au Minas Gerais (Brésil, XVIIIe siècle)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian , 2003. (Publications du Centre Culturel Calouste Gulbenkian)

urbanos das Minas. O alcance dessa leitura da dimensão efetivamente material desse processo me parece limitado, por outro lado é preciosa sua contribuição no que se refere à institucionalização, aos espaços de representação e de forma ampla à compreensão da esfera do poder local, de maneira interconectada às tramas da administração portuguesa. Vários são também os pontos de contatos com o que vai aqui explorado, todavia, pode-se anotar alguns distanciamentos de foco nas análises, uma vez que o que ganha o primeiro plano aqui é eminentemente a materialidade da experiência urbana em sua força e desdobramentos, qualificando particularidades da produção coletiva do espaço nas Minas. Os textos desses dois autores, entretanto, e a despeito de uma ou outra perspectiva dissonante com o que vai aqui apresentado, abrem possibilidades de diálogo e ajudam mesmo a ressaltar a importância do tema para a historiografia mineira do período.

2.2. *Nas minas o lugar do urbano*

O responsável e a data precisa dos primeiros descobertos na área daquela que viria a ser a capital das Minas, Vila Rica, é ponto controverso. O relato de Antonil registra, sem apontar um nome, que o primeiro descobridor de ouro nas Minas seria um mulato[97] que "indo ao sertão com alguns paulistas a buscar índios, e chegando ao cerro Tripuí desceu abaixo com uma gamela para tirar água do ribeiro que hoje chamam de Ouro Preto" e acabou por encontrar uns grãos de cor escura que depois se viu ser ouro.[98] Este seria o primeiro momento daqueles descobertos, localizados mesmos já à entrada da futura Vila Rica, para os quais que algum tempo depois:

> Em distância de meia légua do ribeiro do Ouro Preto, achou-se outra mina, que se chama a do ribeiro de Antônio Dias; e daí a outra meia légua, a do ribeiro do Padre João de Faria; e junto desta, pouco mais de uma légua, a do ribeiro do Bueno e a de Bento Rodrigues.[99]

A versão, não obstante, que marcaria mais profundamente a historiografia do tema, desde Cláudio Manuel da Costa[100], consta do relato de Bento Fernandes Furtado, escrito por volta de 1750, no qual, ainda que reforçando os mesmos elementos de Antonil, reserva a primazia dos achados para Antônio Dias de Oliveira, pela altura de 1698. Seria ele o autor do "descobrimento do Ouro Preto e Antônio Dias, lugares ambos em que se acha situada Vila Rica". Como que ao mesmo tempo, "na vizinhança destes riquíssimos córregos", reunindo comitiva em separado, avançou e "descobriu o reverendo padre João de Faria Fialho, natural da ilha de São Sebastião, que tinha vindo por capelão das tropas taubateanas, o córrego chamado

---

[97] O termo mulato neste contexto é referência a um mestiço de português com índio.

[98] Andre João ANTONIL (João António Andreoni), *Cultura e opulência...*, p.259. Para Boxer o responsável pelas informações sobre os primeiros anos das Minas incluídas no livro de Antonil é José Rebelo Perdigão (Charles Ralph BOXER, *A idade de ouro...*, p.62 n.13).

[99] Andre João ANTONIL (João António Andreoni), *Cultura e opulência...*, p.259.

[100] A seguinte consideração consta do item "uso na historiografia" que antecede o documento em questão na publicação do *Códice Costa Matoso* pela Fundação João Pinheiro: "O documento marca, de forma indireta, toda a historiografia sobre acontecimentos do início da colonização do território de Minas Gerais por três vias: foi fonte para a redação do *Fundamento histórico*, introdução ao poema *Vila Rica*, de Cláudio Manuel da Costa (Ouro Preto: Tipografia Vila Rica, 1897); por este meio e por cópias que circulavam nas mãos de particulares, subsidiou a redação de memórias no final do século XVIII e início do XIX, Manuel Pires da Silva Pontes publicou-o em versão resumida (PRIMEIROS descobridores das minas do ouro na capitania de Minas Gerais, Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, t.4, v.1, p.-83-98, 1889)." CÓDICE COSTA MATOSO..., pp.167-8.

Padre Faria". E continuaram os achados, marcando os espaços onde se plantariam aglomerações mais tarde amarradas no espaço da vila e distritos contíguos, sendo também neste momento que Francisco Bueno da Silva, descobriu "o córrego chamado Ouro Bueno e o do rio das Pedras, de grandiosas e avultadas pintas", convidando amigos e parentes para dividir com ele as lavras, sendo um deles José de Camargo Pimentel. Pouco depois, em 1700, Tomás Lopes de Camargo, parente do dito Pimentel[101], "descobriu ouro em um morro de Vila Rica, que ao depois senhoreou a ambição do mestre-de-campo Pascoal da Silva, cujo nome ficou suposto nele".[102] Versão pouco diversa é dada por José Rebelo Perdigão, o secretário do governador Arthur de Sá que o acompanhou em sua viagem à área dos descobertos auríferos em 1701-02 e depois passou a habitar essas terras. Para Perdigão, que segundo algumas avaliações é o mesmo autor do relato recolhido por Antonil em seu livro, foi Manuel Garcia, que descobriu "o celebrado e rico Ouro Preto", em explorações nos vales do Tripuí e do Passa-Dez, sendo para lá logo muita gente acorreu, o que motivou o avanço pouco além de Antonio Dias e seu grupo, onde descobriu "o ribeirão que hoje chamam do mesmo nome".[103]

Interessa especialmente, todavia, a visão da ocupação inicial do solo nessa área, sendo que para isto a documentação relacionada aos primeiros aforamentos de Vila Rica constitui referência preciosa. Sendo a criação da vila datada de julho de 1711, em associação direta às manifestações de institucionalização do poder real naquelas paragens pouco depois de pacificada a confrontação entre paulistas e emboabas, aparecem já a partir de janeiro de 1712 os registros de solicitações de chãos para a construção de casas no interior da nucleação já ao longo de pouco mais de uma década conformada a partir dos descobrimentos originais na área. Ainda que não seja possível a partir dessa documentação recuperar todas construções e habitantes originais dos arraiais de Ouro Preto e Antonio Dias, lugares escolhidos pelo Governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho para ajuntados darem origem à vila, é possível depreender muito da aparência original do núcleo. A razão

---

[101] O pai do Coronel Tomás Lopes de Pimentel, o Capitão Fernando de Camargo Ortiz, era primo em primeiro grau do Alcaide-Mor José de Camargo Pimentel (Luiz Gonzaga da Silva LEME, *Genealogia Paulistana*, vol. 1 – Título Camargos).
[102] CÓDICE COSTA MATOSO..., pp.173-4 e 176.
[103] Waldemar de Almeida BARBOSA, *História de Minas*, Belo Horizonte, Editora Comunicação, 1979. vol.1, p.104.

da parcialidade dos registros, para além do fato de que não só nos livros apropriados foram registradas as concessões de terras para edificações, mais também isoladamente em atas e acórdãos da Câmara e sem dúvida da desobediência de muitos dessas formalidades legais, é de que tão somente as construções novas ou as que forem reedificadas a partir da data de instalação da Câmara é que precisariam ser registradas e pagar foros. Os aforamentos que vão sendo anotados, todavia, permitem ver exatamente o momento em que a povoação, reconhecida agora vila, começa a se afastar, em processo que levaria ainda muitos anos, da feição de um acampamento de mineradores. A criação da vila e eleição da primeira câmara se deu, segundo um narrador anônimo em um escrito de cerca de 1750, perto da ponte do Ouro Preto naquela que àquele momento "era a única casa de telha que havia nesta vila".[104] Como assinala Salomão de Vasconcelos, pioneiro desses estudos:

> Ruas alinhadas não havia ainda, nem praças, nem logradouros. O ouro atraía o homem aqui e ali: surgiam os lavrados e em torno deles iam se aglomerando as habitaçõesinhas provisórias, que somente mais tarde se reedificaram, plantadas, não raro, nos mesmos lugares, à beira dos trilhos e nos caminhos tortuosos que o pé do mineiro e da escravatura ia vincando nas caminhadas.[105]

Os registros compõem-se assim tanto de pedidos para construções novas, como o de Diogo Fagundes de "uns chãos devolutos para fazer um rancho de capim na freguesia de Nossa Senhora do Pilar", o primeiro que consta no livro, em janeiro de 1712 ou o de Manoel Ferreira da Fonseca, que algum tempo depois solicitava "três braças de terrenos em que estava fazendo umas casas na rua Direita que vai da Igreja do bairro de ouro-Preto para o arraial dos Paulistas"; quanto de outros mais, relativos a reconstruções, tal qual o de um João Francisco, que em junho do mesmo ano, requeria "chãos para alargar umas casas em que vive no bairro de Antônio Dias na travessa que via da rua Direita para a rua que chamam da fonte".[106]

A primeira imagem a ser destacada é a do espaço de Vila Rica como uma paragem que, sendo dos primeiros e dos mais importantes descobertos das Minas, teve por mais de uma década antes de receber o título de vila, um forte e continuado afluxo populacional, afluxo este motivado pelo ouro e também pelas atividades

---

[104] CÓDICE COSTA MATOSO..., p.224.
[105] Salomão de VASCONCELOS, "Os primeiros aforamentos e os primeiros ranchos em Ouro Preto", *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.º 5: 241-257, 1941, p.241.
[106] *Idem*, pp.242 e 244.

comerciais que ali foram se nucleando, mas que não traduziram senão a imagem do provisório. Os achados "que há tantos anos se lavram nestes morros e ribeiras" deram lugar a uma aglomeração não muito acomodada, mas que sem dúvida, tratava-se logo da "parte principal destas minas, aonde acode o Comércio, e fazendas", do "sítio de maiores conveniências, que os Povos tinham achado para o Comércio", como asseverava Antônio de Albuquerque no termo de ereção da vila.[107] O aspecto provisório devia-se à própria natureza da atividade mineradora como já se assinalou, movimentando-se ou simplesmente desdobrando-se ao sabor dos veios e das pintas mais promissoras. Também pelo fato de que muitos dos paulistas que desbravaram originalmente este solo, não se afastavam da perspectiva ou de avançar mais buscando novos descoberto sertão adentro, do que resultaria, por exemplo, nos descobertos da minas de Goiás e Cuiabá, ou de, ainda que tarde, retornar a sua "pátria". Como avaliou tempos atrás João Camilo de Oliveira Torres, "os paulistas descobriam, exploravam, povoavam, mas não permaneciam nos lugares que descobriam".[108] Um exemplo disto pode ser recolhido da trajetória do Capitão Francisco de Camargo Pimentel, irmão do Alcaide-mor José de Camargo Pimentel, citado acima como uma dos primeiros exploradores de Ouro Preto. Francisco foi possuidor de lavras no distrito do Rio das Mortes, nas quais com dois de seus filhos ainda do tempo de solteiro extraiu grande quantidade de ouro. Também no tempo em que esteve nas Minas cuidou de administrar os bens que seu irmão deixou depois de falecido, em benefício da viúva sua cunhada, e que consistiam não só das lavras em Ouro Preto, mas também de roças e lavras no Rio das Mortes e em Sabará. Mesmo ante tais posses nas Minas, e talvez por conta exatamente dos benefícios que o pertencimento a uma das principais famílias de sua terra de origem, os Camargo, retorna a São Paulo, onde seria por muitos anos proprietário do prestigiado (e rendoso) ofício de juiz órfãos da cidade, sucedendo seu sogro, Salvador Cardoso de Almeida, e que por sua vez o havia recebido como dote ao desposar a filha de Antônio Raposo da Silveira. Vem a falecer na Freguesia de Atibaia onde tinha sua fazenda de cultura, deixando 16 filhos com Isabel da Silveira Cardoso, além daqueles

---

[107] "Creação de Villas no Período Colonial", *RAPM*, (2) 1897, p.84.

[108] João Camilo de Oliveira TORRES, *O homem e a montanha: introdução ao estudo das influências da situação geográfica para a formação do espírito mineiro*, Belo Horizonte, Cultura Brasileira, 1944, p.39.

dois naturais dos tempos de solteiro.[109] Este caso específico pode ser desdobrado em outras tantas trajetórias de desbravadores originais do território que deixaram as Minas. O Cônego Raymundo Trindade, como assinala Sylvio de Vasconcellos, apresenta indicações interessantes em suas obras genealógicas, de que a presença dos paulistas na formação das mais antigas famílias mineiras foi bastante limitada, sendo que em sua investigação dos *Velhos Troncos Ouropretanos*, das vinte e uma famílias estudadas somente se anotou uma de origem paulista, contra dezessete portuguesas. Da mesma forma isto se repete em sua obra genealógica mais ampla, o *Velhos Troncos Mineiros*, no qual de cento e sessenta e duas famílias, trinta e oito apenas tem sua origem dentre os troncos dos desbravadores dos sertões paulistas.[110]

Fato é que em paralelo às razões que a uns tantos justificavam a percepção daquele tempo e lugar como etapa provisória de suas vidas, para outros muitos, foram as Minas se constituindo em pouso definitivo. É das "pessoas principais" dessas povoações, longamente estabelecidas e legando gerações de descendentes, que foi se marcando uma espécie de antiga "nobreza da terra", que teria grande importância, como se explorará mais adiante, na construção e transmissão das redes de poder local. É com esta lente, a da opção que progressivamente se foi configurando do território dos descobertos como espaço duradouro, permanente, da vida daquelas pessoas, que se faz ainda mais interessante avaliar, por exemplo, os pedidos de licença para edificação de casas cobertas de telhas, dentre as primeiras da vila, nessa segunda década do século XVIII, como o de Antônio Nunes Ferreira que "pediu licença ao Senado para levantar um rancho de telhas na rua que vai para a Igreja de N. S. da Conceição", do Licenciado Lobato da Silva, com uma "licença para transformar o seu rancho de palhas em um de telhas", ou ainda de Francisco Tavares, morador no Caquende, que da mesma forma solicita uma "licença para transformar o seu rancho de palha por um de telhas".[111]

Nessa paisagem provisória, o espaço da habitação muitas vezes se confundia com o da mineração, como pode ser depreendido do pedido de Henrique Lopes, em

---

[109] Luiz Gonzaga da Silva LEME, *Genealogia Paulistana*, vol.1, p. 731.
[110] Sylvio de VASCONCELLOS, *Sylvio de Vasconcellos: arquitetura, arte e cidade: textos reunidos*, Organização de Celina Borges Lemos, Belo Horizonte, BDMG Cultural, 2004, p.143 / Cônego Raimundo TRINDADE, *Velhos troncos ouropretanos*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 1951 e *Velhos troncos mineiros*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 1955. 3 vols.
[111] Salomão de VASCONCELOS, "Os primeiros aforamentos...", p.255.

janeiro de 1712 de "chãos para um rancho da outra parte do rego desta Vila, nas suas lavras".[112] O mesmo Henrique Lopes, já como capitão-mor em 1715, aparece como um dos mineradores que naquele ano mais carreou quintos à Fazenda Real em Vila Rica, por conta de suas "duas lavras e negros".[113] Nos aforamentos de 1720 seu nome é citado novamente, requerendo "dez braças em quadra no córrego de Ouro-Preto".[114] A confluência dos espaços da vida e da mineração deve, não obstante, ter marcado com maior vigor os primeiros momentos da exploração, sendo pouco a pouco institucionalizado, organizado e regulado o espaço central da vila. Isto só ocorreu, todavia, na medida em que o ouro foi minguando, o que não deveria ainda ser o caso de áreas como a de margens do córrego de Ouro Preto em 1720.

A ocupação do solo provavelmente já se dava com certa intensidade no começo da segunda década do século XVIII, sendo os espaços de mineração fortemente disputados. A distribuição oficial das datas de mineração por parte dos guardas-mores, todavia, deveria se dar com enorme parcialidade. Registra-se inclusive o fato de que em Vila Rica ao tempo dos primeiros descobertos aquelas "riquíssimas pintas se repartiram pelos ditos taubateanos quase excluindo aos paulistas, que poucos, por amizade, entraram na repartição".[115] Reagindo contra essa parcialidade, que deveria gerar reservas de áreas com base em datas de mineração particularmente grandes e não de todo exploradas, é que quando da fundação da vila, "concorreu o povo, requerendo ao governador os morros da vizinhança da vila para faisqueira de seus escravos, e assim lhe deferiu o dito governador, ordenando aos guardas-mores que não dessem datas nos ditos morros, nem que houvesse repartições e que qualquer que quisesse trabalhar neles adquirisse seu domínio por posse, e desta seria senhor para lavrar e vender."[116]

Na carta de sesmaria concedida à camada de Vila Rica em 1711, mas só confirmada por El-Rei em 1736, definisse propriamente o espaço da vila que pagaria direitos à câmara e ratificasse reforça-se a questão do não pagamento por conta da antiguidade. "Hei por bem de fazer-lhes mercê de lhes confirmar uma légua em

---

[112] *Idem*, p.242.
[113] Salomão de VASCONCELOS, "Como nasceu Ouro Preto – sua formação cadastral desde 1712", *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.º 12: 172-232, 1955, p.174.
[114] IDEM, "Os primeiros aforamentos...", p. 256
[115] CÓDICE COSTA MATOSO..., p.173.
[116] *Idem*, p.225.

quadra, a qual fará pião no pelourinho da dita Vila, correndo para todas as partes na distância de meia légua, com declaração que só das casas edificadas que agora pagam e das que novamente se edificarem se pagarão foros, e de nenhuma maneira das que até o presente se não pagam por serem mais antigas que a mesma Câmara ou por outra causa". Destaca-se ainda uma situação diferenciada para as áreas de mineração, que como o próprio documento, com essa preocupação, faz confirmar, continuavam a existir no entremeio do espaço urbano. Continua então o texto da carta: "e assim também não se pagará foro nas terras minerais em que há ou possa haver lavras, minas ou buraco em que se tire ouro". Em Vila Rica isto permaneceria como elemento da paisagem urbana por todo o século XVIII, não deixando de marcar presença mesmo ante a decadência do ouro. Tanto nos morros, em algumas minas de porte, quanto nos espaços mais centrais da vila, em margens dos ribeirões que a cortam, na ação de pobres faiscadores, continuaria a atividade mineradora presente no entremeio da cidade, chamando mesmo a atenção dos viajantes estrangeiros que estiveram em Minas nas primeiras décadas do Dezenove. É um desses, Robert Walsh, que a partir do que ouviu das memórias de um velho habitante da Vila Rica, relata que "após um período de chuvas pesadas, a população inteira da cidade reunida no areal, cavoucando, raspando, brigando".[117] Esse areal, como se pode perceber em uma ilustração presente incluída na edição original de suas *Notícias do Brasil*, plantava-se no interior do espaço urbano, estando localizado em uma parte do bairro de Ouro Preto, quando da viagem do autor a Minas.

Esta coincidência de espaços seria em maior o menor grau comum à maioria daquelas nucleações nascidas da mineração no século XVIII, sendo dado inseparável da forma e dos significados da construção do urbano. São João del Rey oferece também exemplo de grande interesse nesse particular. Algum tempo depois da fundação das primeiras três vilas, Vila de Nossa Senhora do Carmo (depois Mariana), Vila Rica e Vila Real de Sabará, já no governo de Dom Brás Baltazar da Silveira, é que o arraial novo de Nossa Senhora do Pilar é levantado à condição de vila, em dezembro de 1713, com o nome de São João D'El-Rey. No auto de ereção

[117] Robert WALSH, *Notícias do Brasil*, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1985, vol. 2, pp.100-1.

fica explícito o desejo do governador de mudar o núcleo da vila de lugar, separando este das áreas das lavras na encosta do morro:

> (...) o criou em vila com todas as solenidades necessárias, levantando o pelourinho no lugar, que escolheu para a dita vila a contento, e com aprovação dos moradores dela, a saber na chapada do morro que fica da outra parte do córrego que parte do nascente do dito arraial, por ser o sítio mais capaz e conveniente para se continuar a dita vila, a qual ele dito Mestre de Campo General, e Governador e Capitão General, apelidou com o nome de São João d'El-Rey.[118]

Todavia não deveria haver tal "aprovação dos moradores" como mencionado, uma vez que outros tantos indícios apresentam a permanência dos moradores concentrados na área originalmente povoada junto ao morro, não se efetivando a ocupação da outra margem como definido pelo governador. A povoação permaneceu plantada nos espaços contíguos às lavras na encosta do morro. No ano seguinte à fundação da vila, um registro revela a insistência do governador em sua decisão de mudar a vila de local, a partir da publicação de um bando ordenando a mudança dos habitantes que permaneciam no arraial primitivo ao prazo máximo de um ano, sob ameaça de severa repressão.[119] A ordem não vai surtir efeito, sendo que o autor do diário de viajem do sucessor de Dom Brás Baltazar da Silveira, Dom Pedro de Almeida, o Conde de Assumar, registra na sua passagem pela vila em 1717, o espanto com o aspecto da povoação, que mesmo podendo ser das vilas mais bem plantadas das Minas, em função das áreas aplainadas de que dispunha, disto estava muito distante:

> Saiu sua Ex.ª a ver a vila, que podendo ser a mais bem tratada digo plantada das Minas, é de piores, por ter quase todas as casas de palha, e umas muito separadas das outras e juntamente pelas lavras de ouro, que ficam tão perto delas, que hoje se fazem, amanhã as botam em terra para trabalhar, o que causa toda a irregularidade, e não sucederia isto se aqueles moradores, as fabricassem em um plano, a onde está situada a Igreja aonde não há ouro (...).[120]

O local escolhido pelo governador, reflete a preocupação com a definição de um espaço adequado à expansão e organização da vila, em conformidade com as

---

[118] "Creação Villas no Período Colonial", *RAPM*, (2), 1897, p.88; ver também: Floriano Peixoto de PAULA, "Vilas de Minas Gerais no Período Colonial", *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte (19):275-84, 1965.

[119] APM, S.C., Códice 11, fl.116v. apud Cláudia Damasceno FONSECA, "Agentes e contextos...", p.88.

[120] "Diário da Jornada que fes o Exmº. Senhor Dom Pedro desde o Rio de Janeiro athé a cidᵉ. de São Paulo, e desta athé as Minas anno 1717", *RPHAN*, Rio de Janeiro (3), 1939, p.313.

diretrizes correntes de que as vilas e povoações deveriam ser "fundadas em sítios salutíferos com vizinhança de rios e boas águas, terrenos férteis e em pouca distância das ribeiras principais do ouro, porque estes devem ser precisamente os que devem regular a situação das vilas (...)"[121] A feição da ocupação original dos espaços em São João, sendo o que fica preservado após a criação da vila, não é a da proximidade das áreas de mineração, mas a da própria sobreposição dos espaços, na qual a o traço distintivo da paisagem eram as habitações provisórias, tal qual em Vila Rica. José Álvares de Oliveira, em relato redigido por volta de 1750 narrando antiguidades da povoação, insiste naquela visão, já avaliada acima, em que o mais marcante é o aspecto provisório:

> Cuidaram logo os emboabas de formar arraial e fazer rancho (ditas assim as casas de vivenda por serem levantadas de taipa de mão com cobertura de palha) e, ao mesmo tempo, erigiram sua capela, construída dos mesmos materiais, que se dedicou a Nossa Senhora do Pilar, auxílio e protetora que então foi do dito arraial e agora o é da vila.[122]

Tal qual em Vila Rica, é possível argumentar que a tendência era a de que as habitações permanecessem precárias enquanto a área sobre a qual se plantavam desse lugar a uma rendosa prospecção de ouro. Dessa forma, somente pela altura da terceira década do Dezoito, quando se pode avaliar que essas lavras pela encosta da serra do lenheiro, na margem esquerda do córrego, já estivessem menos ativas, ou que minimamente já se mostrassem claramente as áreas sem real proveito para mineração, é que começam a se multiplicar construções de aspecto mais definitivo, contrariando amplamente as repetidas medidas oficiais que continuaram propugnando a transferência do núcleo para povoação para a outra margem. Só ao final do XVIII e começo do XIX é que a chapada pela margem direita se faria mais amplamente povoada, respondendo a expansão urbana ao vigor especial de um tempo em que a cidade viveria uma renovada prosperidade enquanto principal núcleo do comércio dos gêneros agropecuários do sul de Minas.

---

[121] "Consulta do Conselho Ultramarino de 17 de junho de 1709", *Documentos Históricos*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1951 (Divisão de Obras Raras e Publicações, vol. XCIII), p.223 apud Cláudia Damasceno FONSECA, "Agentes e contextos das intervenções urbanísticas nas Minas Gerais do século XVIII", *Revista Oceanos*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, número 41 ("A Construção do Brasil Urbano"), jan.-mar., 2000, p.88.
[122] CÓDICE COSTA MATOSO..., p.278.

Vila Rica, retomando o exemplo principal, teria não só nessa vigorosa força de localização proporcionada pela mineração suas coordenadas urbanas iniciais. Os espaços do comércio são, não obstante, também marca indelével daquela formação, ainda que sua importância em termos localizacionais tenha sido nos primeiros anos dependente do lócus da mineração. A atividade mercantil em sua forma mais recuada devia remontar a simples tendas armadas em áreas contíguas às datas, sendo que pouco depois já deveriam apresentar um perfil mais definido, qualificando-se como ponto de convergência de rotas de comércio já vigorosamente definidas ao final da primeira década do século XVIII, trazendo escravos, gado e mais gêneros de comércio da Bahia e do Rio de Janeiro, assim como das fazendas que os paulistas plantaram "por esses campos para meterem neste Ouro Preto mantimentos".[123] As atividades já de pronto deviam se intercalar interesses dos homens de mais posses ali estabelecidos, uma vez que dado o alto nível dos preços favorecia enormemente a atividade mercantil. É assim interessante acrescentar que homens como Henrique Lopes, aludido logo acima, que aparece em 1715 como um o rico minerador, era aos primeiros anos da vila taberneiro[124], sendo que ao tempo em a "igreja eram quatro forquilhas, forrada de esteiras de taquara e coberta de palha" era também referido como o dono em Antônio Dias do único corte de carnes da vila.[125]

Também é interessante perceber que os lugares do comércio devem ter tido ao menos de saída uma localização bem marcada. A "rua do comércio", referência central à compreensão do espaço das nucleações, por exemplo, surgidas ao começo dos Dezenove, seria também um traço da organização primeira do espaço citadino de Vila Rica. Como sugere um aforamento pela altura de 1718, essa localização específica do espaço de comércio ainda teria suas marcas na percepção dos habitantes, nele há uma referência à rua dos mercadores no bairro de Ouro-Preto.[126] Entretanto, parece que logo a atividade vai se espraiando pela extensão da vila, tanto em Ouro Preto quanto em Antônio Dias. Pelos dados de arrecadação dos quintos devidos à Fazenda Real em 1715, depreende-se uma proporção equivalente de estabelecimentos comerciais tanto na freguesia de Antônio Dias, quanto em Ouro

---

[123] *Idem*, p.219.
[124] "Diário da Jornada...", p.315.
[125] CÓDICE COSTA MATOSO..., p.218.
[126] Salomão de VASCONCELOS, "Os primeiros aforamentos...", p.251.

Preto; cerca de 40% dos fogos listados. A situação é um pouco diversa em relação aos ofícios mecânicos, que se concentram mais fortemente em Ouro Preto.[127] Pelos mesmos dados é interessante também notar que àquele momento não só se cobriam os morros em volta com trabalhos minerais, como também mais à entrada da cidade, pelo Tripuí, de roças, particularmente em Fazenda do Lana e Capão do Forno, qualificando espaços voltados para o abastecimento da vila, e sugerindo realidades como a qualificada por Miguel de Costa Filho nos termos da "fazenda mista":

> (...) fazendas havia em grande número ainda mais complexas, com plantações de feijão, milho e outros "mantimentos", canaviais, engenhos de cana, moinhos de farinha, fubá etc., gado e mineração.[128]

Discutindo ainda uma vez e de forma mais ampla a questão do comércio, basta lembrar o documento de fundação da vila citado acima para perceber a importância já bem marcada no começo do século XVIII daquele espaço como o "sítio de maiores conveniências, que os Povos tinham achado para o Comércio", para ressaltar que a nucleação, Ouro Preto ao que parece um pouco mais que Antônio Dias, tem na força do comércio um dos elementos que justificam a potencialidade do lugar para situar uma vila.

Aceitar que a dimensão da produção (a mineração do ouro) pode ser entendida como o que finca o lugar das primeiras vilas do núcleo minerador, deflagrando o processo de atração populacional e superposição de espaços da vida que constituiria propriamente o urbano, não afasta neste sentido a perspectiva de que cabe à dimensão da circulação (o comércio) algo como a cristalização desses elementos, permitindo a efetiva organização da base econômica, e desdobramentos subseqüentes de uma economia complexa. É sem dúvida isto o que permitiria por fim que a economia mineradora e a centralidade que esta constrói, durasse substantivamente mais que a mineração em si. O comércio seria mesmo, por outro lado, o responsável primeiro pela configuração inicial de outras várias nucleações mineiras ao longo dos séculos XVIII e XIX, como bem é o caso de povoações surgidas em paragens dos caminhos. Os caminhos, entretanto, levavam no Dezoito, via de regra, às minas. Não se faz negar sua importância no conjunto dos elementos

---

[127] IDEM, "Como nasceu Ouro Preto...", pp.172-84.
[128] Miguel COSTA FILHO, *A cana de açúcar em Minas Gerais*, Rio de Janeiro, Instituto do Açúcar e do Álcool, 1963, p.160.

que vai conformar as chamadas vilas do ouro, só avalia-se a primazia do fenômeno da mineração na produção do urbano. Neste sentido, a referência é a um tipo de concentração específica e não de qualquer espécie de nucleação de vida esporádica que possa ter surgido, por exemplo, de paragens no curso das trilhas que levavam ao sertão onde mais tarde o ouro se revelaria. Insistir desta forma na mineração como o elemento primeiro da conformação do espaço das Minas, é perceber seu papel como a força que produz o urbano, e nisto, como força que organiza os fluxos. Ainda que logo o comércio ganhe importância no adensamento e continuidade da base urbana, é o ouro (e o diamante em outro contexto) que define o espaço no que lhe é próprio, e também no que lhe é contíguo. A perspicácia de Sylvio de Vasconcellos para a análise dos elementos desse urbano setecentista, desdobrada em vários de seus textos, é dona de grandes méritos e de algumas idéias mesmo iluminadoras. Não obstante, gostaria de apontar o que me parecem algumas inadequações, com a intenção de que o principal de suas idéias possa ser a bom termo recuperado. Em um pequeno escrito que tem por título "Formação das povoações de Minas Gerais"[129], aparece uma reelaboração mais ampla da fórmula já presente em sua tese acerca da arquitetura particular em Vila Rica[130] acerca do aspecto alongado, das povoações como derivação direta dos caminhos do comércio. Aparte algumas exceções por ele citadas, como que confirmando a regra, avalia o autor que as povoações "preferiram todas as configurações longilíneas, esparramadas, sem centros polarizantes definidos".[131] Trata-se sem dúvida de idéia com particular pertinência para sua análise de Vila Rica, ainda que não tenha força equivalente para a leitura dos outros núcleos mineradores originais, talvez mais para as aglomerações surgidas à beira do caminho para essas áreas mineradoras. A forma urbana de Vila Rica, não obstante, assumiria mesmo esse perfil, conformado ao sabor de uma trilha interna que se mostrou a mais importante na ligação de seus espaços (ao menos a partir da criação da Vila, que lhe planta um vetor de ligação entre os dois arraiais originais dentre o

---

[129] Sylvio de VASCONCELLOS, "Formação das povoações de Minas Gerais" in: *Sylvio de Vasconcellos: arquitetura, arte e cidade...*, pp.145-7.
[130] IDEM, *Arquitetura Particular... / Vila Rica: formação e desenvolvimento – residências*, São Paulo, Perspectiva, 1977.
[131] Sylvio de VASCONCELLOS, "Formação das povoações...", p.145.

"mato basto" que cobria o morro de Santa Quitéria, lugar onde se mandou erigir o pelourinho[132]).

> Dentre os vários caminhos, uma é mais importante, mais transitado, por assim dizer, a estrada tronco. Entra na vila e vai direto à Matriz do Pilar, de onde se endireita para a Matriz de Antônio Dias, saindo por Sta. Ifigênia. Por isso mesmo, na entrada, designa-se por *Cabeças* (princípio), entre as matrizes, Rua *Direita* e, na saída, *Vira e Sai*.
>
> Principia esta estrada no Passa-Dez, subindo para as Cabeças; desce para a Matriz do Pilar, no fundo de Ouro Preto, de onde galga o morro de Santa Quitéria; decai para Antônio Dias, novamente sobe para o Alto da Cruz, de onde vira e sai para a Vila do Carmo, cidade de Mariana.[133]

O ponto principal do autor é, entretanto, a argumentação de que "as povoações se objetivaram espontaneamente, ao sabor do fundamento econômico" [134], e no que diz respeito à força desse fundamento econômico e à consistência com que o autor estabelece esta primazia, seu argumento é sobremaneira consistente. É mais frágil, por outro lado, a idéia da espontaneidade, também enfaticamente defendida e com a qual avalia que esses núcleos "se desenvolveram igualmente em razão de condições naturais, como no geral prescindiram de sujeições, autogovernando-se".[135] Ainda que ele mesmo destaque a experiência, hoje bem estudada, de Mariana em termos de um planejamento urbano de feição mais regular,[136] associando-se a padrões seguidos nas povoações litorâneas mais importantes, e seja por outro lado o pioneiro no estudo da formação urbana, também de perfil regular, do arraial do Tejuco,[137] o seu argumento transborda essa visão de distanciamento do poder régio, que diversos estudos recentes vêm relativizando. Minha discordância particular para com o autor, no entanto, diz respeito à sua afirmação categórica de que "o comércio é, assim, mais do que o ouro, como erradamente se supõe, o fundamento precípuo e direto dos povoados mineiros. Ainda que o ouro tenha sido a causa remota e base econômica da criação dos aludidos povoados, é o comércio que os objetiva e os

---

[132] CÓDICE COSTA MATOSO..., p.225 / Acerca da discussão do lugar do original do pelourinho de Vilar Rica ver: Feu de CARVALHO, "Vila-Rica", *RIHGB*, Rio de Janeiro (171):31-71, 1936.
[133] Sylvio de VASCONCELLOS, *Vila Rica...*, p.71.
[134] Sylvio de VASCONCELLOS, "Formação das povoações...", p.145.
[135] *Idem*.
[136] Ver: Cláudia Damasceno FONSECA, *Mariana: gênese e transformação...*
[137] Sylvio de VASCONCELLOS, "Formação Urbana..."

alimenta".[138] Uma observação geral é suficiente para sustentar perspectiva contrária. O começo do século XIX, por exemplo, vai ver surgir algumas povoações que tem existência justificada pela função comercial, enquanto entrepostos de área agrícola em seu entorno articulada ao comércio de abastecimento particularmente animado naquele momento. A retração, por sua vez, dessa área agrícola ou um desequilíbrio de outra ordem nos caminhos ou na demanda das áreas centrais que compravam esses gêneros de abastecimento provoca a imediata retração desse núcleo surgido do comércio. O ponto é que este núcleo é cidade, mas não é urbano. Não concentra funções e densidades próprias de uma base urbana. O comércio em casos como este pode ser atividade que produz esse tipo de densidade apenas em alguns momentos, o momento da feira, o momento de se ir ao mercado. O que faz das vilas do ouro mineiras um espaço substantivamente diferente dos que até então haviam surgido na América portuguesa é uma superposição particular que lhe faz urbana de nascença. Superposição que inclui o espaço da circulação, o comércio em si, os espaços do poder, depois da institucionalização das vilas, os espaços religiosos e seus profundos significados no cotidiano daquelas pessoas, o que já vai marcado desde a primeira capelinha erguida naquele solo; mas também, e preponderantemente, o espaço da produção. A produção que não se faz no campo, não se faz no espaço outro, se faz no espaço da cidade, seja no entremeio da vila ou logo nas encontras de seus morros. Essa produção é obviamente a mineração, e este é o dado diverso, o que distancia essas vilas primeiras de Minas das demais já existentes na América portuguesa, para as quais o espaço da produção era o espaço do campo. A produção inserida no espaço da cidade, o que não é senão a marca de uma cidade industrial, é o que dá a existir o urbano, e o que se constitui efetivamente no "fundamento precípuo e direto dos povoados mineiros", o que vale tanto para as vilas do ouro, quanto outros povoados mais surgidos no caminho para essas, em função da centralidade por estas gerada. Tal situação persiste ao menos pelo século XVIII adentro, até enquanto a mineração permanece como eixo dinâmico e elemento organizador maior daquela economia, o que sem dúvida não se dá com ritmos iguais em toda as áreas da capitania, sendo essa assimetria de tempos e espaços um dos fatores que melhor evoca a necessidade de um tratamento regionalizado da questão. A passagem para o

---

[138] IDEM, "Formação das povoações...", pp.145-6.

século XIX comportaria outros movimentos, a um só tempo multiplicando nucleações e desdobrando o rural, mas a isto a seção seguinte aprofundará considerações. Antes disto, porém, é importante insistir no tipo de resultado que essa proximidade do espaço da mineração produz.

A idéia principal é a de que a força da mineração gerando arraiais, induz uma particular superposição destes "chãos de produção" com os demais espaços da vida que um a um, do comércio à igreja, vão sendo criados, e que podem bem ser descritos, no sentido amplo que bem é adequado ao termo, de "chãos de reprodução", reprodução da vida material.[139] Para tanto é que interessa perceber a centralidade da mineração como produtora de espaço. Não se trata assim de disputa vazia e, obviamente, não é a intenção aqui diminuir a importância do comércio como elemento também central à formação do espaço urbano nas Minas. A linha de considerações é, não obstante, a de que as relações comerciais se estabelecem em função necessariamente de uma estrutura econômica que as demande. Por exemplo, o espaço aberto do campo aonde toda a produção adote um perfil de auto-suficiência não demandará mais do que esporádicas feiras em um ou outro ponto. Já se esta produção tem, de alguma forma, sentido mercantil, viabiliza-se condições de existência para uma atividade comercial regular e estável, centralizando-se e organizando os fluxos. A característica mais marcante da natureza urbana, não obstante, talvez seja mesmo a concentração de serviços urbanos. De certo número de atividades com graus variados de especialização que só tem justificada a sua oferta se amparadas por uma demanda potencial por esses serviços, interna ou de áreas ligadas à nucleação. Comércio e serviços são assim fenômenos interligados na dinâmica urbana. A centralidade do espaço citadino pode se dar também alternativamente pela conformação da chamada "cidade política", que no limite significa o estabelecimento de um lugar para o poder, seja em relação aos instrumentos de justiça ou pura e simplesmente na habitação do governante, e que por sua vez estabelece as condições de existência do mercado. Max Weber fala de

---

[139] Roberto Luís de Melo MONTE-MÓR, *Gênese e Estrutura da Cidade Mineradora*, Belo Horizonte, Cedeplar/UFMG, 2001. (Textos para Discussão n.º 164) / Alexandre Mendes CUNHA, Roberto Luís de Melo MONTE-MÓR, "A Tríade Urbana: construção coletiva do espaço, cultura e economia na passagem do século XVIII para o XIX em Minas Gerais", *Anais do IX Seminário sobre a Economia Mineira*, vol. 1: 305-326, Cedeplar/UFMG, 2000.

um "oikos senhorial-territorial ou principesco"[140] e na mesma linha, muito antes dele, Richard Cantillon, em seu escrito de 1755, vai argumentar que:

> Se um príncipe ou senhor, que recebeu grandes concessões de terras quando da conquista ou descoberta de um território, fixa sua residência em algum lugar agradável, e se muitos outros senhores vêm nele estabelecer também a sua residência para estar em condições de verem-se freqüentemente e gozar de uma companhia agradável, este lugar tornar-se-á uma cidade.[141]

O que é interessante no caso aqui estudado é que o que vai conferir essas condições de existência ao comércio e a um setor de serviços especializado é uma atividade que em sua natureza produtiva já assume também a especificidade de concentrar e centralizar população: a mineração; ao menos dentro dos moldes nos quais esta se desenvolve ao tempo do descoberto das Minas. Ainda que o fenômeno da mineração comporte feições diferenciadas na capitania, seja na lavra, pequena ou grande, situada a alguma distância da cidade, na que vai inserida dentro da chamada "fazenda mista", ou nas faisqueiras nos ribeiros que cortam o interior das nucleações , o ponto é que para a área de algumas das principais nucleações surgidas no começo do Dezoito a coincidência desses chãos de produção com os de reprodução da vida guarda forte efeito explicativo no que diz respeito à complexificação urbana. De forma ampla, é a partir dessa linha de considerações que se pode avaliar a natureza das cidades mineradoras mineiras enquanto uma "cidade industrial", ou, como entende Weber, enquanto "cidade de produtores". Para este autor a manutenção daquele conjunto de serviços especializados articulados à existência regular do comércio, só se qualifica ante a demanda fornecida por uma "cidade de produtores", como no caso de atividades transformadoras (industriais), de uma "cidade de consumidores", como o que se motiva com a existência do "oikos senhorial-territorial ou principesco", ou ainda de uma "cidade mercantil", como é o caso de uma nucleação no qual existam condições privilegiadas para o estabelecimento de um lucrativo comércio atraindo e concentrando essas atividades e, obviamente, seus agentes.[142] Essas variadas cidades vão se superpor e se confundir nas vilas do ouro

---

[140] Max WEBER, *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*, Brasília, Ed. UnB, 1999, vol.2, p.409.
[141] Richard CANTILLON, *Ensaio sobre a natureza...*, p.27.
[142] Max WEBER, *Economia e sociedade...*, vol.2, pp.409-12.

mineiro, sendo que somente essa superposição é confere os sentidos amplos que matizam a percepção de sua efetiva condição urbana.

Cabe aqui um esclarecimento de termos e o estabelecimento de algumas definições conceituais que serão fundamentais para o encaminhamento de minha argumentação. Refiro-me essencialmente à avaliação do que aqui se trata por urbano. É bem verdade que o termo urbano comporta variadas acepções, todas atentas a um eixo comum que via de regra traz certa associação com o que é próprio da cidade, do citadino. Ainda que seja legítimo o uso como que intercambiável dos termos para uma análise mais específica de temáticas como a que aqui se toma é necessária uma conceituação mais específica. Neste sentido é que o que vai ser tratado aqui como urbano é referência direta a um processo específico de produção social e coletiva do espaço. Essa linha de análise ultrapassa os limites da percepção mais estreita do urbano certa referência puramente material, física, do espaço e como que lhe encarna as estruturas sociais. Trata-se de uma articulação profunda com a dinâmica das temporalidades o que é passo fundamental para habilitar o urbano enquanto uma categoria de análise histórica.

Henri Lefebvre, dono de algumas das mais inspiradas e iluminadoras páginas escritas no século XX acerca da questão espacial, é de forma persistente uma referência fundamental ao meu trabalho. Uma vez que em termos estritamente temáticos suas considerações não possam ser superpostas ao período aqui tratado, é necessário reconhecer em sua ampla obra uma ambição interpretativa que ultrapassa vigorosamente a utilização de construtos marxianos para a investigação de determinados temas, sendo mais propriamente uma ambição análoga, de compreensão profunda e análise penetrante de uma realidade total. Suas categorias, tais quais as de Marx, prestam-se a saltos em outras mais direções. Lentes que cabem em lupas e lunetas variegadas. Dessas que vão sendo assim inspirações lefebvrianas para se olhas as Minas, não parece melhor estratégia fazer logo inventário. Melhor dar com elas, como que na rua. Uma diferenciação significativa merece logo apresentação. Refiro-me às bases da distinção desse autor entre cidade e urbano que ajudam a esclarecer a confluência entre a evidência material e o processo complexo de produção social do espaço nesta superposto, mas não necessariamente em

coincidência direta. Nas palavras do próprio em seu *O Direito à Cidade*, recupera-se a idéia de uma:

> "(...) distinção entre a cidade, realidade presente, imediata, dado prático sensível, e, por outro lado, o urbano, realidade social composta por relações a conceber, a se construir ou reconstruir pelo pensamento".[143]

Igualmente importante para essa qualificação são as contribuições advindas da da corrente conhecida no campo da geografia como geografia crítica, ou em especial o trabalho de certo conjunto de geógrafos (neo) marxistas. Dos desdobramentos dos trabalhos de Milton Santos, David Harvey e Edward Soja, entre outros mais, consubstancia-se com base na economia política marxista uma interpretação da materialização no espaço dos diversos modos de produção em seus desenvolvimentos históricos particulares. Neste exercício, como já se apontou acima, a noção de formação econômico-social introduz uma apropriação particular nos termos de uma "formação sócio-espacial", tal qual definida por Milton Santos.[144] O que se quer destacar aqui é que esta perspectiva ultrapassa em muito aquela do espaço como palco dos processos sociais e busca apreender as estruturas sociais como incisivamente espaciais, assim como ler as formas espaciais como que carregadas dos processos sociais, tal qual insiste particularmente Edward Soja.[145] Não é minha intenção subscrever este argumento em todas suas implicações, em espacial pelo fato de que não raro este acaba por se esforçar em tão somente inverter um esquema de determinações ao invés de ler tempo e espaço de forma efetivamente imiscuída. No entanto, esta orientação geral apóia fortemente a leitura do urbano (e do rural) aqui desenvolvida, na perspectiva de que não são os processos e práticas sociais, culturais, econômicas, políticas, etc., elementos que simplesmente se desenrolam por sobre uma base espacial dada. Muito contundentemente, entende-se que é o espaço um ator mesmo nos processos sociais, influindo na vida cotidiana, e "personificando-se" na medida em que suas formas são criadas e recriadas segundo as plantas do próprio devir do tempo social.

---

[143] Henri LEFEBVRE, *El derecho a la ciudad*, trad. J. Gonzalez-Pueyo, 2.ed., Barcelona, Península, 1973, p.73 [tradução minha do trecho].
[144] Milton SANTOS, *Espaço e sociedade*, Petrópolis, Vozes, 1979, p.19.
[145] Ver: Edward W. SOJA, *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1993.

Bem entendido, o urbano é menos um resultado, e nisto um dado material, co eu um processo. Trata-se de uma realidade social composta, fruto da construção coletiva do espaço, sendo, portanto, indissociável da dimensão mesma da vida cotidiana no ambiente citadino e das experiências e processos materiais e simbólicos que a esta estão associados. Em outros termos, o urbano não se dissocia do que é a "vida urbana" e de tudo que certa dinâmica de encontros vem a significar, seja nas experiências pessoais, no ambiente cultural, na "vida mental" (como estuda Georg Simmel para o caso das metrópoles no alvorecer do século XX[146]), ou ainda nos significados múltiplos para a economia, para a demografia, etc.

Uma noção weberiana acerca do significado sociológico que comporta o termo cidade, ajuda a perceber o significado próprio do viver urbano no sentido que aqui vai sendo destacado. Para esse autor, dimensão fundamental é a de que no ajuntamento de casas contíguas que conforma uma cidade apresenta-se um tipo de sociabilidade que vai marcado essencialmente pelo fato de que sendo o conjunto extenso de casas e seus povoadores, não é possível "o conhecimento pessoal mútuo dos habitantes, específico da associação de vizinhos". A preocupação central do autor era com a diferenciação de simples povoados e cidades, argumentando que "somente povoados relativamente grandes seriam cidades", mas também que "depende das condições culturais gerais a partir de que tamanho, maio ou menos, se aplica esta característica".[147] Para o presente trabalho, o uso do termo urbano comporta em sua essência esse sentido de vida urbana, sendo portanto uma força visível em nucleações que, para além de assumirem certa escala, animam, especialmente, continuidade a essa experiência. A força dessa perspectiva weberiana para apresentar o urbano como um espaço onde falta o conhecimento pessoal mútuo dos habitantes, é extremamente poderosa. Em outros termos equivale a dizer que o urbano é necessariamente o lugar do novo, do desconhecido, da diferença. É assim resposta contrária à inércia, à continuidade. Habitar o urbano é (potencialmente) uma experiência com o novo. Os significados no plano das idéias e no território da ação política dessa linha de consideração são inúmeros, a se começar pelas possibilidades

---

[146] Georg SIMMEL, "The sociology of space", "Bridge and Door", "The metropolis and mental life" in: Georg SIMMEL, *Simmel on Culture: selected writings*, David Frisby and Mike Featherstone (eds.), London, SAGE Publications, 1997 / IDEM, "A metrópole e a vida mental" in: Otávio Guilherme VELHO (org.), *O Fenômeno Urbano*, 2 ed., Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1973

[147] Max WEBER, *Economia e sociedade...*, vol.2, p.408.

emancipatórias contidas na experiência urbana, "inexcedível em sua capacidade de emular a interação, a cooperação, a construção de identidades coletivas".[148] Estes significados bem qualificam linhas importantes da preocupação reiterada com a dimensão urbana em cada parte do presente trabalho, e servirão a desdobramentos específicos no estudo das elites políticas e das tramas do poder local em Minas nos séculos XVIII e XIX.

Concentrando-se ainda nos temas próprios dessa parte do texto, vale insistir que o urbano próprio da cidade mineradora, que se define em Minas a partir das descobertas auríferas, é o espaço da sobreposição de processos distintos, mas complementares, de construção coletiva do espaço. Soma-se de saída o "chão da produção", a mineração, com o "chão da reprodução da vida material", com toda a estrutura de comércio e serviços que vai se articulando em função da vitalidade da atividade mineradora. Estes espaços como se assinalou vão se superpondo na construção dos primeiros arraiais auríferos, sendo que a eles se somariam logo os lugares da sociabilidade associada, por exemplo, a vivência religiosa no âmbito das irmandades laicas, assim como as estruturas próprias da institucionalização do poder com a criação das vilas, o estabelecimento dos instrumentos de justiça, de manutenção (criação) da ordem e de organização do fisco todos conformados sobre base espacial que pode ser lida a partir desse momento como a sobreposição da "cidade política" naquele espaço urbano.[149]

Interessa frisar que a identificação do urbano não se confunde com a identificação do espaço citadino, sendo preciso ultrapassar a paisagem estática do dado material da cidade para encarna-la de vida, de vida urbana, alcançando nisto um processo efetivamente histórico. A crítica fundamental aqui a muito da historiografia acerca das Minas no Dezoito e Dezenove, não é a de se identificar de forma direta cidades, ou vilas, com o urbano, mas, mais que isto, de se atribuir características próprias das dinâmicas econômicas, sociais ou culturais decorrentes essencialmente da vida urbana, com seus encontros potenciais, com sua diversidade novidade, à simples existência de toda e qualquer nucleação. Se não se preocupa em verificar determinadas sobreposições de processos coletivos que adensam população de forma

---

[148] João Antonio de PAULA, "O urbano como projeto, como crise e como promessa emancipatória". (Texto inédito)
[149] Alexandre Mendes CUNHA, Roberto Luís de Melo MONTE-MÓR, "A Tríade Urbana...".

regular e continuada, dinamizando aí múltiplas interações, não se está falando de urbano. Mais do que o tamanho da nucleação que é critério sem dúvida relativo (ainda que guarde importância) é o dado da continuidade e regularidade da vida urbana por todo o tempo que se constitui em referência crucial para a especificidade do urbano e seus desdobramentos tal qual aqui vai sendo tratado.

Vale acrescentar que, de uma perspectiva econômica, o que de fundamental dentre o exposto acima se expõe para pensar a formação do espaço setecentista em Minas é a força industrial da mineração como atividade que gera complexidade. Isto articula diretamente as dinâmicas de produção e circulação à questão das cadeias de dependência. Ou seja, ainda que fique outras mais atividades produtivas fossem também se casando em tramas de dependência nas áreas mais dinâmicas ainda no Dezoito, é sem dúvida na produção mineral, demandando víveres para o seu abastecimento que se percebe mais nitidamente esse processo. Neste sentido, os desdobramentos espaciais assumem a forma da criação progressiva de nucleações, diferentemente mas em função das primeiras nucleações surgidas por conta e no lugar do ouro, vão surgir, por exemplo, com a função de entrepostos para os fluxos de abastecimento ou de articulações da atividade comercial, como no caso das nucleações que florescem à beira dos caminhos principais. O que se vai apontando aqui é o significado de região econômica articulado ao de uma trama de nucleações dispersas, ou ainda, de uma rede de cidades. Da mineração como atividade inicial para uma vida urbana com adensada estrutura de serviços e ampla atividade comercial é, como se disse, que se qualifica a necessidade de fluxo regular de abastecimento, polarizando os espaços produtivos do entorno e articulando áreas um pouco mais distantes dentro do território com a decorrente necessidade do estabelecimento de nucleações intermediárias. Avaliando um caso concreto, vale anotar, por exemplo, o que pelo o início da década de 1780, escreveria José Joaquim da Rocha acerca da produção no entorno de Vila Rica, qualificando a oferta de "muitas hortaliças, como são, couves, repolhos, e cebolas, que fertilizam todas as Minas, pela falta de produção delas nas mais partes", e da mesma forma de "frutas [que] se dão com abundancia; principalmente os pêssegos, marmelos, laranjas,

maçãs, [e] joazes".[150] O mesmo autor porém complementa, insistindo na necessidade de abastecimento de Vila Rica e nos mais centros do núcleo minerador por outras partes das Minas, o que anima vigoroso comércio:

> Esta comarca é de pouca extensão; e por isso pequena a cultura da lavoura, se bem, que os seus habitantes, falta nenhuma experimentam em razão do consumo que, dá aos mantimentos das mais comarcas, que concorrem todos os dias, imensidade de tropas carregadas de toicinhos, queijos, milho, feijão, arroz, e azeite, do que se utilizam os comarcãos, principalmente os moradores de Vila Rica, e por preços bastantemente cômodos.[151]

O que se vai chamando aqui de núcleo minerador ultrapassa as áreas dos núcleos assim como do entorno de Vila Rica e Mariana, no interior da comarca referida por José Joaquim da Rocha, para articular os espaços de outras áreas urbanas das mais antigas das Minas, que têm seu desenvolvimento associado à atividade mineral no século XVIII. Grosso modo define-se um espaço que percorre desde São João del Rey até o arraial do Tejuco, definindo mesmo o coração dessas Minas, no que pode ser anotado como a primeira "região" no sentido econômico do termo a se conformar nesse território, atravessando todo o Dezoito e encontrando ainda no Dezenove em seus atributos de polarização e centralidade, estendendo assim em muito a sua força regional para muito além do início da decadência do ouro. Da mesma forma, como não poderia deixar de ser, é essa região que já na sua origem demarca certa heterogeneidade e neste sentido conforma progressivamente outros vetores de articulação regional, produzindo no Dezenove um outro recorte de regiões, reveladas nos desdobramentos do núcleo minerador.

---

[150] José Joaquim da ROCHA, "Memoria Historica da Capitania de Minas Geraes", *RAPM*, (2) 1897, p.446.
[151] *Idem*, p.447.

2.3. Urbano, Rural, diferenciação espacial e regionalização

Uma ponderação elementar relativa às categorias espaciais que aqui vêm sendo tratadas é que o "urbano" é termo chave que resume uma série de processos e forças decorrentes essencialmente da experiência da "vida urbana". Tudo o que se pode associar à vivência da urbanidade nas vilas do ouro mineiras à segunda metade do século XVIII decorre em larga medida dos encontros próprios da vida urbana, desde a já bem martelada complexificação da economia gerando adensada estrutura de serviços e mobilizando recursos para o seu abastecimento, etc; passando pela conformação de um tecido social com posições mais variadas, com substantivas diferenças em relação ao binômio senhor x escravo; assim como pela conformação de projetos políticos dissonantes aos horizontes do empreendimento colonial, ou ainda da gestação de uma paisagem artística e cultural significativamente nova e exuberante aos quadros da América. É necessário que se diga, valendo-se da mesma inspiração lefebvriana que orienta muitas das considerações que vão dispersas no presente texto, que ao tempo presente o urbano sem dúvida ultrapassa (sem prescindir) o dado da densidade populacional, estocástico portanto. A visão do urbano estendido, que se desdobra sobre o espaço, subordinando-o e fincando suas marcas a toda parte não oblitera de todo a dimensão da vida urbana que se expande também exatamente por conta do avanço das comunicações que permitem encontros não presenciais freqüentes e circulação ampla e veloz de informações. A leitura dos séculos XVIII e XIX das Minas neste registro é bastante apropriada. Distante no tempo de qualquer avanço comunicacional que viabilizasse esses encontros sem presença, todo o urbano residiria na experiência da vida urbana, tudo que dele decorre, encontraria reflexo portando no território dos encontros no palco da cidade.

Uma vez qualificados alguns dos elementos principais da formação do espaço das Minas no século XVIII, é possível buscar agora compreender a natureza das transformações que vão se processando com a passagem para o século XIX. O caminho até agora percorrido fala em especial de um processo de formação de uma precoce base urbana que por sua vez foi responsável, em tramas de complexificação

e diferenciação progressiva, pela produção mesmo do espaço rural, em sentido oposto ou que se processou em outras partes da América portuguesa. O que se quer apontar agora é como do urbano como força primeira da dinâmica econômica no século XVIII passar-se-ia progressivamente para uma conjuntura em que o rural viria a ocupar essa posição, o que já vai claramente estabelecido nas primeiras décadas do século XIX. Tal processo não se daria com o mesmo andamento em todas as partes do território, sendo que uma dimensão fundamental a ser anotada é justamente a diferenciação paulatina do território a partir do núcleo central das minas, da área mineradora central bem entendido, respondendo a especificidades produtivas e de organização da base econômica, assim como direcionando os caminhos (e nisto dos fluxos), transformando a paisagem natural, entre outras mais especificidades que vão paulatinamente compondo o desenho do recorte de regiões no mapa das Minas. A insistência aqui de que se processou uma ruralização do território mineiro na virada do século XVIII para o XIX, é bom que se diga, é perspectiva à primeira vista contrária às evidências, trabalhadas recentemente por alguns autores, da urbanização mineira do período, no sentido estrito do aumento de núcleos citadinos.[152] A divergência, não obstante, é coisa de aparência, mais à casca que ao cerne do problema. Uma vez que venho insistindo aqui na defesa de uma leitura específica da dimensão urbana que impõe um tratamento mais acurado dos termos, em particular quanto à diferenciação de determinados conceitos que por vezes são simplesmente superpostos nos trabalhos, tais como "urbano", "urbanização", "citadino", "rede de cidades" (entre outros mais), a divergência sugerida não é senão parte do problema que se quer abordar.

O sentido da urbanização crescente de Minas nas primeiras décadas do Dezenove situa-se em outro registro, bem distante. Trata-se do crescimento do número de núcleos citadinos, que por sua vez, tanto não concentrariam o mesmo tipo de vida urbana que se qualificou para a segunda metade do século XVIII quanto responderiam pela complexificação do espaço circundante, são antes, e este é o dado significativo, resultados desse espaço do rural que ganha graus de autonomia e

[152] Mario Marcos Sampaio RODARTE, *O caso das Minas que não se esgotaram: a pertinácia do antigo núcleo central minerador na expansão da malha urbana da Minas Gerais Oitocentista*, Belo Horizonte, Cedeplar/UFMG, 1999 (Dissertação de Mestrado em Economia) / Mario Marcos Sampaio RODARTE, João Antonio de PAULA, Rodrigo Ferreira SIMÕES, "Rede de cidades em Minas Gerais no século XIX", *História Econômica & História de Empresas*, São Paulo 7(1): 7-45, 2004.

significância econômica e que demanda centralidades para que se organizem os fluxos. Este é o sentido preciso do que se trata aqui por ruralização, a mudança no sentido de produção do espaço, do urbano que dá existência ao rural, para o rural que produz a centralidade citadina. A referida urbanização no período não é, desta forma, fenômeno inconciliável com o movimento apontado de ruralização que, com ritmos diversos no interior do território, vai desde o final do século XVIII tomando a frente na dinâmica da produção dos espaços nas Minas, é antes o resultado disto.

O urbano seria assim responsável, a partir das centralidades criadas no século XVIII, por deflagrar ou no mínimo acentuar a especialização das atividades econômica, e nisto a diferenciação espacial. A ruralização, por sua vez, não seria resultado somente do desenvolvimento do campo com relativa autonomização de circuitos de realização econômica, mas também, de uma relação nova e específica com os espaços citadinos intermediários que ao começo do Dezenove expandem seu número exatamente nas áreas mais dinâmicas da economia de base agropecuária, cumprindo funções de entrepostos, centro de serviços e articulando a teia econômica. Núcleos citadinos em expansão, rede de cidades adensando-se, mas, no entanto, sem representar um reforço de um processo urbano de produção coletiva e social do espaço, bem como sem reforçar a própria vida urbana nesses núcleos, uma vez que, como acentuam os viajantes que percorrem Minas no começo do Dezenove, em sua grande maioria esses muitos vilarejos do período só adquirem vida nos finais de semana, sendo quase de todo abandonados nos outros dias.

O naturalista Auguste de Saint-Hilaire, com a autoridade de quem percorreu quase todas as regiões das Minas, tece considerações em pontos diversos de seus relatos sobre o reduzido número de pessoas que residiam nas localidades de menor porte durante a semana, o que constitui um claro indício da força do processo de ruralização que marca o território na primeira metade do começo do Dezenove. Percorrendo as terras do julgado de Araxá em 1819 comenta o viajante francês:

> Durante a semana a maioria das casas de Araxá fica fechada. Seus donos só ali aparecem aos domingos, para assistirem à missa, passando o resto do tempo em suas fazendas. Só permanecem nas cidades, nos dias de semana, os artesãos —alguns dos quais bastante habilidosos — as pessoas sem profissão, alguns comerciantes e as

> prostitutas. O que acabo de dizer aqui pode ser aplicado praticamente a todos os arraiais da Província de Minas.[153]

Não muito distante dali, no arraial de Patrocínio, reforçaria a idéia:

> Como sempre, as casas do arraial pertencem a fazendeiros que só aparecem ali aos domingos. Os únicos habitantes permanentes de Patrocínio são alguns artesãos, dois ou três modestos comerciantes, os vagabundos e as prostitutas.[154]

Alguns anos mais tarde, em 1822, outra impressão coincidente é registrada por Saint-Hillaire acerca do arraial de Aiurioca, nucleação fundada no Dezoito, mas que àquele tempo respondia como nucleação de área rural importante, com importância suficiente para algum tempo depois (1834) ser elevado à condição de vila, mesmo sem traduzir qualquer significância cotidiana no plano da vida urbana:

> Construíram-na à ribanceira direita, um pouco acima de seu leito, e compõe-se de cerca de 80 casas. Constituem elas três ruas, cuja principal é bastante larga e paralela ao rio. A igreja paroquial ergue-se na extremidade mais elevada dessa rua, é pequena, sem sino e nada oferece de notável. Vêem-se além dela uma capela e outra igreja, recentemente construída pela irmandade do Rosário e colocada num morro que domina toda a cidade. Como quase todas as aglomerações de Minas, parece muito pouco habitada nos dias úteis. Torna-se, porém, provavelmente muito mais movimentada nos domingos feriados. Prova de que nem sempre vive tão deserta quanto hoje é o fato de possuir algumas lojas bem regularmente sortidas, vendas e até mesmo uma farmácia. (...) Segundo o que me disse o cura, as conjecturas que formava ontem sobre a população desta cidade estão perfeitamente fundadas. Não é habitada durante a semana senão por mercadores, operários e prostitutas. Mas, aos domingos e dias de festa, torna-se um lugar de reunião para todos os agricultores da comarca.[155]

Ou seja, o tema da ruralização na virada para o Dezenove não pode ser entendido nem como uma continuação do desenvolvimento do campo por conta da agricultura e pecuária, já em evidência na primeira metade do Dezoito; tampouco, como algo apartado da urbanização. Trata-se sim, de um processo espacial particular, fruto da própria complexificação da base econômica, produzindo novas relações de

---

[153] Auguste de SAINT-HILAIRE, *Viagem às nascentes do Rio São Francisco*, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1974, p.130.
[154] *Idem*, p.137.
[155] IDEM, *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo, 1822*, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1974, pp.53-4.

centralidade, e neste entrelaçamento de urbano e rural, franqueando novas idéias e imagens dos processos sociais e políticos em curso nas Minas desse tempo.

Uma das melhores de mais contundentes evidências das reorientações que vão se processando no espaço das Minas em fins do XVIII, bom lugar para começar portanto, é justamente a que transparece na mudança na distribuição regional da população da capitania ocorrida no período. Fenômeno bem conhecido da historiografia, o que transcorre pode bem ser situado como produto tanto da retração econômica do antigo núcleo minerador ao par do crescimento da importância da produção agropecuária, particularmente a voltada para o circuito de abastecimento, resultando em termos concretos em certos rearranjos na distribuição populacional, com marcados fluxos migratórios internos que têm como nota principal o crescimento vigoroso da comarca do Rio das Mortes. A apresentação resumida desses dados é necessária ao adequado posicionamento do presente argumento.[156]

Tendo por base a distribuição interna da população mineira entre suas comarcas entre o final do século XVIII e a passagem para o XIX (**Tabela 1**), algumas questões de grande interesse podem ser anotadas. Em primeiro lugar salta aos olhos como a comarca de Ouro Preto perde progressivamente participação relativa no conjunto da população, o que se qualifica com taxas de crescimento bem abaixo da média da capitania/província, especialmente entre 1776 e 1820 quando atinge valores negativos. Nada muito diferente da comarca de Sabará, que cresce pouco entre 1776 e 1820, sendo que mesmo os números mais expressivos de seu crescimento a partir de 1820 devem-se mais propriamente à região de Paracatu e aos julgados de Araxá e Desemboque, que na **Tabela 1** vão agregados à comarca de Sabará tanto nos dados de 1776 como nos do Dezenove, para viabilizar a comparação entre os dados.[157]

---

[156] Encontram-se resumidas aqui informações constantes de alguns de meus textos anteriores que oferecem para além do que se segue uma reflexão mais verticalizada dos dados com vistas à indução desses processos migratórios internos a partir das pirâmides populacionais dos dados de distritos selecionados do censo de 1831/32. Ver especialmente: Alexandre Mendes CUNHA, "Paisagem e População: algumas vistas de dinâmicas espaciais e movimentos da população nas Minas do começo do Dezenove", *Anais do XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais: Violências, o Estado e a Qualidade de Vida da População Brasileira*, Ouro Preto, ABEP, 2002.

[157] A comarca de Paracatu é criada, em um desdobramento da comarca de Sabará, por um alvará de 17 de maio de 1815, ficando-lhe a partir daí pertencentes os julgados que já existiam a oeste do rio São Francisco. Logo no ano lhe são anexados os julgados de Araxá e Desemboque que pertenciam a Goiás até então. A participação relativa da comarca de Paracatu no conjunto da população atribuída aqui a

TABELA 1: Minas - população das comarcas entre 1776 e 1835

	População									
Comarca*	**1776-1**	**%**	**1776-2**	**%**	**1808**	**%**	**c.1820**	**%**	**1835**	**%**
Ouro Preto	78.618	24,59	78.618	23,00	72.286	16,69	71.796	13,02	84.376	12,14
Sabará	99.576	31,14	99.576	29,13	135.920	31,39	142.840	25,91	189.785	27,32
Serro Frio	58.794	18,39	80.894	23,66	69.974	16,16	99.919	18,12	106.112	15,27
Rio das Mortes	82.781	25,89	82.781	24,21	154.869	35,76	236.819	42,95	314.495	45,27
Total	**319.769**	**100,00**	**341.869**	**100,00**	**433.049**	**100,00**	**551.374**	**100,00**	**694.768**	**100,00**

	crescimento anual					
	1776[1]-1808	**1776[2]-1808**	**1808-1820**	**1820-1835**	**1776[1]-1835**	**1776[2]-1835**
Ouro Preto	-0,26	-0,26	-0,06	1,08	0,12	0,12
Sabará	0,97	0,97	0,41	1,89	1,09	1,09
Serro Frio	0,54	-0,45	2,97	0,40	1,00	0,46
Rio das Mortes	1,96	1,96	3,54	1,89	2,26	2,26
Total	**0,95**	**0,74**	**2,01**	**1,56**	**1,32**	**1,21**

* os dados vão dispostos nas 4 comarcas originais para preservar as possibilidades de comparação, sendo que as sub-divisões posteriormente estabelecidas encontram-se agregadas ou distribuídas no grupo original.
Fontes: ***RAPM***, Ouro Preto (II, vol. 3), 1897, p. 511; Raimundo José da Cunha MATOS, *Corografia...*, vol.1, pp. 89-216 e Maria do Carmo Salazar MARTINS, "Revisitando a província...", pp. 22-9; Laird W. BERGAD, *Slavery and the Demographic...*, pp.230-1.

A comarca do Serro Frio, por sua vez, oferece cenários distintos se forem usados os dados originais de 1776 ou os ajustados por Laird Bergad[158], por conta do acréscimo referem à participação de Minas Novas na população total da comarca. Na primeira opção, verifica-se um crescimento levemente positivo tanto entre 1776 e 1808 quanto em 1820 e 1835, cabendo aos anos entre 1808 e 1820 uma taxa especialmente alta; não obstante, sua participação relativa no conjunto da população permanece relativamente estável em todo período. Considerando a segunda opção, a alteração nos dados de 1776 suscita perdas populacionais entre este ano e o de 1808, refletindo-se também em sua participação relativa no total da população, o que

Sabará pode ser vista desagregando os dados. Sendo assim, em 1820 a comarca de Sabará sozinha tinha 119.620 habitantes (21,7% da população total), enquanto a de Paracatu 23.220 (4,21%). Em 1835 a comarca de Sabará passa a ter 146.595 habitantes (21,1%) enquanto Paracatu passa para 43.190 (6,22%). As taxas de crescimento médio para Sabará entre 1820 e 1835 ficam assim em 1,36 ao ano, enquanto para Paracatu no mesmo período alcançam 4,14.

[158] Laird W. Bergad, partindo da constatação de que o sumário populacional de 1776 não incluía a região de Minas Novas [informação creditada nas "Memórias Históricas da Província de Minas Geraes", *RAPM*, (12) 1908, pp.523-639] por conta das antigas contendas entre Minas e Bahia pela posse desses territórios, procede a uma estimativa para a população de Minas Novas em 1776, a partir dos dados desagregados de 1808, e inclui o total na comarca do Serro Frio. Esses resultados foram originalmente apresentados em: Laird W. BERGAD, "Demographic Change in a Post-Export Society: The Population of Minas Gerais, Brazil, 1776-1821", *Journal of Social History*, vol.29, n.4, 1996, pp.895-932. Ver também, do mesmo autor: *Slavery and the Demographic and Economic History of Minas Gerais, Brazil, 1720-1888*, Cambridge, Cambridge University Press, 1999, pp.82-92.

parece consoante com a situação geral dos núcleos mineradores, e consistente com sentidos gerais da historiografia.

É o eixo sul do território, não obstante, que responde mais diretamente pelo crescimento da população mineira e pelos movimentos mais interessantes, sustentando altas taxas de crescimento ao longo de todo o período coberto pelos dados. A população da comarca do Rio das Mortes passa de 82.781 habitantes em 1776 (25,89% da população total da capitania) para 314.495 em 1835 (45,27%), o que marca taxas de crescimento anual bem acima da média da capitania/província. É bastante interessante verificar que o grande peso deste crescimento estaria localizado entre 1808 e 1820, exatamente no período em que se anota uma vigorosa expansão do setor de exportação de gêneros de abastecimento para a praça do Rio de Janeiro a partir da transferência da Corte em 1808. Sem dúvida é eloqüente esse crescimento representando um evidente rearranjo na distribuição populacional em Minas no período, passando a participação relativa dessa comarca de pouco mais de um quarto em 1776, para quase metade da população total em 1835. Os dados dão assim espaço a considerações não só sobre a proeminência econômica da região — a responsável direta por esse crescimento demográfico, embasado em um ampliado processo de dinamização da agropecuária e ocupação de áreas rurais —, que teria como uma de suas resultantes uma entrada acentuada de escravos africanos,[159] mas também da força de atração populacional que exerceria o sul de Minas na população de livres e forros de outras regiões.

Pode-se ter uma visão mais detalhada da comarca do Rio das Mortes com a desagregação desses dados para cada uma dos termos que a compõe. (**Tabela 2**) O que se percebe com isto é que o crescimento a altas taxas que sustentava desde o final do Dezoito já atingia com diferente intensidade partes distintas da comarca pela altura de 1835. Entre 1820 e 1835, o que se nota é uma relativa estagnação da região

[159] Além da contribuição fundamental dos trabalhos de Roberto Martins para a discussão da entrada de escravos africanos nas Minas do Dezenove, uma referência importante é Manolo Florentino, que sobre a comarca do Rio das Mortes comenta: "(...) a população das Gerais cresceu 61%, enquanto naquela comarca [Rio das Mortes] tal índice alcançou 158%, dados que indicam tanto o deslocamento demográfico das antigas áreas de mineração para o Sul como também o incremento das importações de escravos. Por isso, o número de negros e mulatos em Rio das Mortes passou de um quinto para mais de um terço de sua população total entre 1776 e 1821, ano em que concentrava quase metade (84.995 cativos) de todos os escravos das Gerais." [Manolo FLORENTINO, *Em costas negras, uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*, São Paulo, Companhia das Letras, 1997, p.39.]

de São João, que foi a que a princípio respondeu por grande parte do desenvolvimento do eixo sul do território mineiro, com taxas especialmente vigorosas entre 1808 e 1820. Tal situação pode ser atribuída, a despeito de sua destacada posição comercial dessa área no período, como correspondência das mesmas conjunturas que afligiam os antigos núcleos mineradores, o que é especialmente verdade para a vila de São João e sua área urbana, e um tanto menos para outros distritos e seu entorno rural. Também se deve anotar a retração de sua posição enquanto entreposto único dos negócios da região, uma vez que crescem os fluxos de comércio da comarca por vias que não tinham São João no trajeto, como no primitivo caminho que passava pelo registro da Mantiqueira, e logo depois na dinamização da estrada do Picu, ligando a região de Baependi ao Rio de Janeiro pelo encontro com a rota desde de São Paulo.[160] Queluz, por sua vez, sofre essa retração pertinente às áreas mais antigas de mineração, revelando uma baixa taxa de crescimento no período, sendo esse crescimento ainda que o baixo sustentado por alguns distritos e não da área urbana da vila.[161] O maior crescimento populacional estaria localizado, entretanto, em outras áreas, responsáveis estas por expansões mais recentes das fronteiras rurais. Não obstante, ainda que dando espaço para as considerações acima, esses dados prestam invariavelmente mais à comparação regional e intra-regional, buscando certa percepção de tendências, do que a uma descrição precisa da dinâmica demográfica por todo o período, posto que parece haver nos dados apresentados tanto a subnumeração nos dados de 1835 como a imprecisão na localização temporal dos dados de Cunha Matos, aqui atribuídos como sendo de 1820, o que condiciona os resultados de crescimento anual.

---

[160] Ver: Léa Quintiere Rodrigues PEIXOTO, *Principais Antigos Caminhos Fluminenses para as Minas Gerais*, Rio de Janeiro, Imprensa Estadual, 1951, p.85.

[161] Um ponto importante a ser destacado, e que se relaciona às opções para a correspondência entre os conjuntos de dados disponíveis, é a inclusão do termo de Queluz na comarca do Rio das Mortes ao longo das datas analisadas. As áreas correspondentes ao que seria o termo de Queluz, pertencem em quase sua totalidade à comarca do Rio das Mortes, como bem se vê no auto de criação da vila em 1790. [*RAPM* (2) 1897, pp. 105-7] Somente em 1829 o termo da vila passaria à comarca de Ouro Preto. Não obstante os dados de Cunha Matos se referirem a um período anterior à conclusão de sua corografia (1837), ele já agrega o termo à comarca de Ouro Preto na apresentação de seus dados. O mesmo corte é dado também aos mapas populacionais de 1833-5. O objetivo, portanto, de apresentar aqui o termo na comarca do Rio das Mortes é estabelecer a correspondência dos valores totais para a comarca com os dados de 1776.

TABELA 2: Comarca do Rio das Mortes

Termo	população						crescimento anual		
	1808	%	c.1820	%	1835	%	1808-1820	1820-1835	1808-1835
São João del Rey	25.441	16,43	44.354	18,73	44.899	14,28	4,63	0,08	2,1
São José del Rey	21.488	13,87	17.170	7,25	36.608	11,64	-1,87	5,05	1,97
Barbacena	16.237	10,48	29.155	12,31	36.361	11,56	4,88	1,47	2,99
Campanha	55.375*	35,76	49.246	20,79	64.543	20,52	-	1,8	0,57
Baependi			30.902	13,05	45.373	14,43		2,56	
Jacuí			15.229	6,43	32.545	10,35		5,06	
Tamanduá	16.030	10,35	28.029	11,84	29.441	9,36	4,66	0,33	2,25
Queluz	20.298	13,11	22.734	9,6	24.725	7,86	0,94	0,56	0,73
Total	154.869	100	236.819	100	314.495	100	3,54	1,89	2,62

* inclui os totais relativos a Baependi e Jacuí
Fontes: Raimundo José da Cunha MATOS, *Corografia...*, vol.1, pp. 89-216 e Maria do Carmo Salazar MARTINS, "Revisitando a província...", pp. 22-9; Laird W. BERGAD, *Slavery and the Demographic...*, pp.230-1

A percepção dessas tendências na disposição regional e intra-regional dos dados, no entanto, pode continuar aqui com a leitura do termo de Campanha, que ainda crescia a taxas significativamente altas entre 1820 e 1835, mas que certamente teve seu momento de crescimento mais intenso anos antes, ao final do Dezoito e à virada do século, na época em que é elevada à condição de vila (1798). Nos dados de 1808, vê-se agregada a Campanha a população referente ao que mais tarde seriam os termos de Jacuí e Baependi, ambas vilas criadas em 1814. Essas três áreas juntas deteriam 35,76% da população total da comarca em 1808, sendo que o termo de Campanha mesmo depois de perder esses dois territórios em 1814, ainda continua tendo a maior participação relativa na comarca, 20,79% da população total em 1820 e 20,52% em 1835. Os ritmos do crescimento nessas três áreas que na virada do século compunham o grande termo de Campanha são reveladores de uma dinâmica diferenciada na ocupação do sul de Minas. A princípio o crescimento se localizou em Campanha, depois se direcionando para outros pontos da região; ganha intensidade aí a ocupação do sudoeste, nas áreas próximas à nascente do rio Grande e onde se localiza Baependi, e o sudoeste, nas terras além do rio Sapucaí, onde está Jacuí. O termo de Jacuí mais que dobra sua população entre 1820 e 1835, passando de 15.229 habitantes para 32.545, e imprimindo alta taxa de crescimento anual. Baependi, por sua vez, cresce em velocidade menor no período, mas em termos absolutos seria o segundo termo em números de habitantes em 1835.

Entre 1808 e 1820, o período mesmo de maior aceleração no aumento populacional da comarca, são especialmente altas as taxas de crescimento para as

áreas de Tamanduá e Barbacena, sendo que, tal qual Campanha, é na virada do século que estas localidades são elevadas à condição de vila, respectivamente em 1789 e 1791. O crescimento da região Barbacena, não obstante, deve ser lido também na intersecção da importância crescente da zona da mata. O termo de São José del Rey, registraria uma taxa negativa de crescimento entre 1808 e 1820, o que não obstante pode ser um problema na correspondência dos distritos de 1820 apresentados por Raimundo da Cunha Matos, uma das bases de dados aqui utilizadas, com os dados agregados para 1808, mas de toda forma aproxima as questões já aventadas sobre o arrefecimento dos antigos núcleos mineradores. Já para o período entre 1820 e 1835, a situação verificada é a de um crescimento muito acelerado, que pelo que foi possível verificar nos dados desagregados para 1820 e 1835, não está localizada na área dos núcleos mineradores originais, sendo a região de Oliveira e imediações a principal responsável por esse aumento da população.

Dito isto é possível agora avançar a uma reflexão em grandes linhas das articulações e rearticulações desses espaços nas Minas, nas dinâmicas próprias ao urbano e ao rural entre os séculos XVIII e XIX, assim como no desenho primeiro das especificidades regionais, com especial atenção a uma evidência em particular, fundamental à análise da rede de cidades: os caminhos. Articulando, portanto, o tema das especificidades regionais com essa questão dos caminhos, uma das primeiras considerações que deve ser anotada é a de que na sociedade mineira do XVIII, a vinculação econômica da base produtiva era em larga medida, exatamente por conta das determinações estruturais daquela economia, com a Metrópole, sendo a rota fundamental para tanto a que vai passar, depois da abertura do caminho novo, pela praça do Rio de Janeiro. Anote-se que tal caminho mais do que ligar as Minas ao Rio, liga a mineração ao mar e daí ao Reino. No lombo de burros em estrada estreita ou em nau vacilante no oceano, o caminho é um só. O abastecimento da região mineradora, por outro lado, foi criando já desde as primeiras décadas do Dezoito circuitos espaciais perenes tanto ao nível de outras capitanias no interior da colônia como de um entorno imediato não minerador. Os caminhos que vão das minas de ouro e diamantes estendem-se assim de áreas distantes, e no interior do território multiplicam destinos. Um idéia geral desses circuitos para o século XVIII pode ser obtida na leitura do mapa abaixo, fruto da recuperação e projeção cartográfica,

esquemática, em mapa atual dos caminhos apontados por José Joaquim da Rocha em cartografia de 1788 para a capitania de Minas.[162] (**MAPA 1**) Tal fenômeno traduz tanto o que bem pode ser qualificado como a primeira articulação macro-regional do território brasileiro,[163] quanto, a conformação progressiva de espaços econômicos com suas especificidades. Neste sentido último estes fluxos de abastecimento — mesmo os mais incipientes — caracterizam as primeiras regiões econômicas, nos termos amplos acima explicitados, discerníveis no mapa das Minas. Porém, tais regiões não devem (e não podem mesmo) ser definidas a ponto de que sejam delimitados contornos rígidos, marcando pertencimentos claros de um espaço a esta ou aquela região. Mesmo quando refletindo-se acerca de uma realidade presente, as possibilidades de regionalização econômica com precisão cartográfica são discutíveis e, mais que isto, limitadas nos resultados. Em se tratando de períodos mais recuados esse problema se agiganta, exigindo a ponderação de que o recorte que se apresenta comporta antes uma idéia de limite do que uma fronteira precisa, o que não impede, por outro lado, uma vez marcada essa advertência, o estabelecimento de recorte que de alguma forma ultrapasse o traço esquemático e busque expressão cartográfica. Consoante com o que foi discutido acima, particularmente sobre os limites e o desafio presentes no esforço de regionalização econômica, é possível caminhar agora no sentido de se oferecer uma visão mais concreta desse processo para as Minas dos séculos XVIII e XIX.

De saída, lembrando a todo tempo daqueles dois critérios pertinentes a uma regionalização histórica, no que diz respeito ao diálogo com dinâmica temporal e ao uso de referência coevas, é interessante acrescentar, para o que diz respeito à tentativa de recortar espaços econômicos regionais, que tanto para o século XVIII como para o XIX das Minas, o último em especial, é sobremaneira interessante o trabalho com sedes urbanas dos municípios (ou equivalentes), configurando redes de

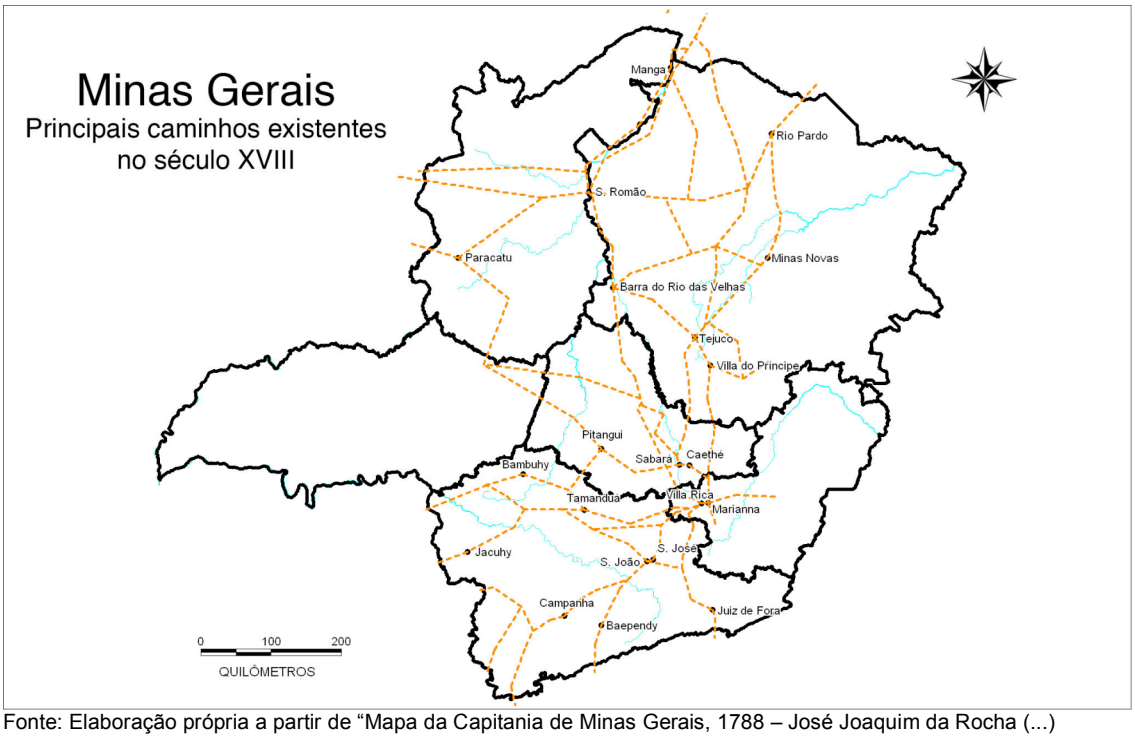
---

[162] Mapa da Capitania de Minas Gerais, 1788 – José Joaquim da Rocha in: Antônio Gilberto COSTA, Friedrich Ewald RENGER, Júnia Ferreira FURTADO, Márcia Maria Duarte dos SANTOS, *Cartografia das Minas Gerais: da Capitania à província*, Belo Horizonte, Ed.UFMG, 2002. / José Joaquim da ROCHA, *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais: descrição geográfica, topográfica, histórica e política da capitania de Minas Gerais*, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 1995.

[163] "É o primeiro mercado nacional que contribui para a ligação de unidades até então fechadas em si mesmas e que agora se abrem pelo comércio, umas às outras. Daí dizer-se que Minas dá a primeira nota de integração nacional." [Francisco IGLÉSIAS, "Minas e a imposição do Estado no Brasil", *Revista da História*, São Paulo 50(100), 1974, p.260.] e Roberto Luís de Melo MONTE-MÓR, *Gênese e Estrutura...*, p.5.

inter-relação mercantil, sistemas ou redes de cidades com suas áreas de influência interpenetráveis, o que bem oferece condições de leitura da dinâmica dos fluxos assim como das cadeias de interdependência produtiva. Tudo isto casa diretamente urbano e rural na análise da diferenciação regional do espaço. Tal frente de trabalho, de efetivo poder explicativo no que se refere à produção dos espaços regionais, pode, muito embora, qualificar dificuldades de se pensar limites regionais rígido no mapa do território, o que justifica essa preocupação em se refletir com densidade sobre o traço riscado no mapa antes de apresentar o mapa em si. Os limites estabelecidos devem assim ser, mesmo que traçados de forma deterministicamente certeira, como que tracejados um tanto difusos, dando conta de incorporar como áreas de transição, de rareamento de influência ou de influência compartilhada os espaços contíguos.

MAPA 1: Principais caminhos



Fonte: Elaboração própria a partir de "Mapa da Capitania de Minas Gerais, 1788 – José Joaquim da Rocha (...)

Em termos concretos das representações cartográficas pode-se chegar a um determinado recorte do território como ferramenta para a apresentação dos dados e a comparação entre períodos diversos e recortes de outras naturezas, mas não como uma tradução engessada daquela realidade regional. Para a definição dos traços desse desenho sem dúvida alguns conjuntos de informações são preciosos, tais como as expressões da paisagem natural, a superposição dos limites institucionais das

capitanias, comarcas ou mesmo o limite de municípios modernos, uma vez que é possível rastrear que para a maioria dos casos as fronteiras dos termos originais das vilas, que obviamente concentram em si significados diretos da construção político-institucional e econômica daquele espaço original, dão-se por progressiva desagregação de áreas maiores, sendo assim viável sua recomposição. Esta, via de regra, foi a estratégia utilizada para a construção dos mapas que vão aqui apresentados para o século XVIII.

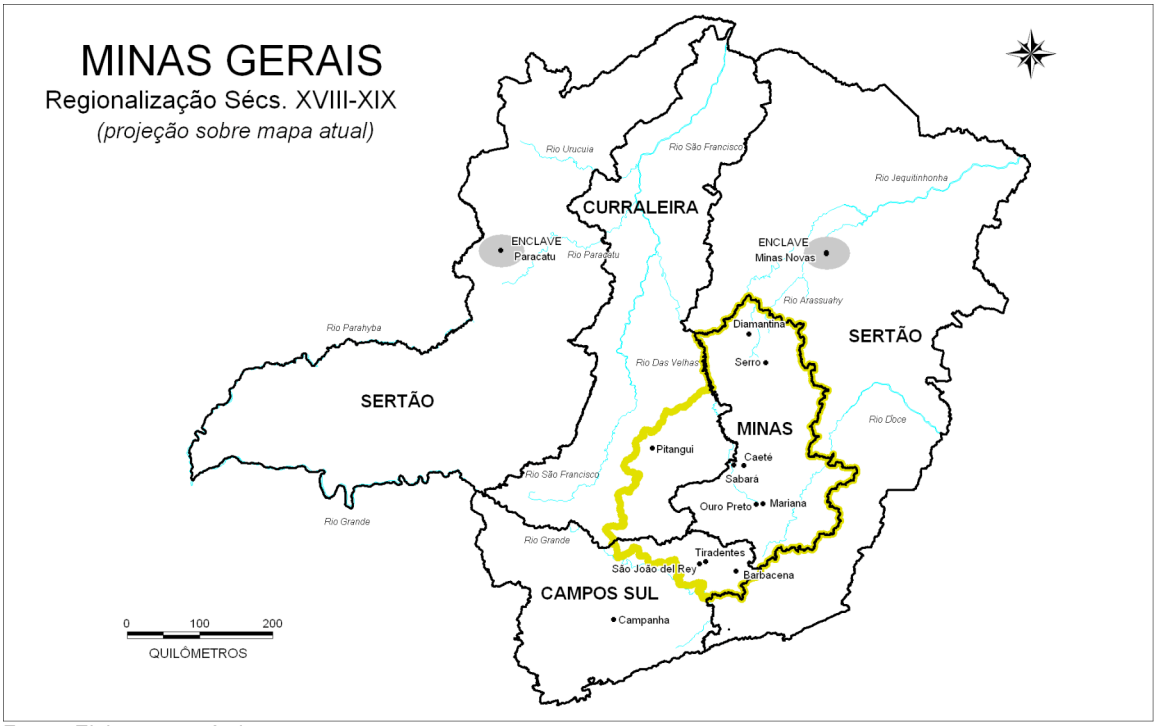
Insistindo em mais uma consideração específica acerca dos recortes possíveis do espaço econômico mineiro entre os séculos XVIII e XIX, é premente a necessidade de se avaliar que para a capitania de Minas Gerais da primeira metade do XVIII a única região econômica de existência efetiva é a mineradora, a região das "minas gerais" por excelência, que teria como centro mais claro Vila Rica, estabelecida de forma articulada não obstante aos outros núcleos das primeiras vilas do espaço mineiro e com vinculação direta ao Rio de Janeiro pelo caminho novo, e a outras paragens mais distantes ao norte e ao sul pelo caminho geral do sertão. Internamente à região, a relativa fragilidade dos laços econômicos entre os diversos focos mineradores, ante as reiteradas proibições da metrópole ao estabelecimento de qualquer atividade que desviasse o foco da mineração, como por exemplo o estabelecimento de engenhos, isto combinado ao pouco apreço com a logística de abastecimento, particularmente nos primeiros anos do século XVIII, constrangem uma diversificação que possibilitaria o surgimento de uma área estendida complementar já naquele momento, com amplitude suficiente para conformar um sistema de regiões vinculado a uma cadeia de dependências orgânica no espaço econômico nascente. Na segunda metade do século XVIII, por sua vez, tal cadeia complementaridade vai se efetivando a partir deste foco minerador inicial, com braço estendido mais ao norte por conta da área diamantina. Neste período da mesma forma vão se adensar ainda as rotas de comércio mais distantes, com partes mais ao sul e a nordeste da colônia. Mais que isto começa a ser urdida uma rede de abastecimento de víveres no entorno imediato da região mineradora, conferindo progressivamente particularidades produtivas claras e cadeias de dependência a áreas diferentes das Minas. Internamente à própria capitania, no entorno estendido da região mineradora, ainda no Dezoito, mas já avançando no Dezenove, aparecem

regiões produtoras, algumas com certo grau de especialização, de bens agrícolas e mesmo manufaturados, como nos derivados da cana-de-açúcar (via de regra rapadura e aguardente).[164] O intenso surgimento de novas nucleações citadinas neste período, passagem do século e início do Dezenove especialmente, mais que corrobora este argumento. Desta forma, de um ponto de vista conceitual, se ainda podemos caracterizar estritamente apenas uma só região econômica nas Minas do XVIII segundo o critério da centralidade de Vila Rica, outras duas regiões vão se divisando na segunda metade do século, todas de alguma forma contendo Vila Rica como centralidade primaz. Os recortes dessas regiões podem variar no caso de se dar mais atenção a um ou outro aspecto, mas acredito que são suficientes as considerações acima expostas para qualificar a fluidez dos limites que no mapa aparentemente ficam estabelecidos de forma rígida. Esses dois espaços outros que vão junto da região das minas, qualificada acima, seriam os seguintes: um primeiro, ligado à rota do São Francisco até os confins da Bahia, bem como o braço que se estende pelo Rio das Velhas, tal região responde por mais de uma atividade, mas bem se qualifica enquanto área curraleira para a percepção esquemática dos espaços aqui proposta. Um segundo espaço, seria o que engloba a maior parte da comarca do Rio das Mortes e estabelece alguns vínculos, secundários, a partir o comércio com partes mais ao sul da colônia. Esta área, que tem vai se diferenciando em uma paisagem marcada em grande medida por circuitos produtivos voltados para o abastecimento, pode ser emblematicamente entendida como área dos campos, o que traduz o traço distintivo mais evidente de sua própria natural. Há que se considerar ainda que a região mineradora estabelece superposições com esses dois espaços, caracterizando não somente áreas de transição, mas também traduzindo a realidade de um *hinterland* desta região, o entorno estendido dos núcleos mais propriamente falando, que faz-se carente de ouro mas que se estabelece como foco de produção agropecuária e manufatureira que vai se consolidar de forma destacada no XIX. Os dois outros grandes recortes apresentados no mapa como sertões são mesmo "desertões", não conformam regiões do ponto de vista econômico, sendo mais

[164] A referência fundamental ao tema é: Marcelo Magalhães GODOY, *No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócio: um estudo das atividades agroaçucareiras mineiras, entre o Setecentos e o Novecentos, e do complexo mercantil da província de Minas Gerais*, São Paulo, FFLCH/USP, 2004 (Doutorado em História Econômica).

propriamente a soma áreas fracamente povoadas, com espaços que não constroem teias de integração com núcleos mais proeminentes, acabando por ser mais propriamente enclaves do que centralidades de uma rede de cidades, como bem é o caso de Paracatu. (**MAPA 2**)

MAPA 2: Regionalização sécs. XVIII-XIX



Fonte: Elaboração própria.

Não é ocioso lembrar que algumas dessas áreas de fraca ocupação no Dezoito avançariam mesmo nos séculos XIX e XX com a preservação (reprodução) trágica de sua condição, conformando no território contemporâneo do Estado de Minas Gerais, realidade superposta de desarticulação econômica, como emblematicamente se verifica no vale do Jequitinhonha, a região mais pobre do Estado. A primeira metade do século XIX, por sua vez, faria progredir o processo de diferenciação espacial, conformando espaços econômicos mais bem segmentados e com especificidades mais marcadas. Mas de toda forma é preciso ter cuidado principalmente em dois pontos: 1) com o fato de que ao longo do século XIX, e vigorosamente na sua primeira metade, identifica-se efetiva permanência da centralidade dos antigos núcleos mineradores (da região das minas, por conseguinte),

na organização dos espaços econômicos e políticos nas província[165]; 2) que a progressão deste processo de diferenciação espacial mesmo que crie, como efetivamente cria, uma série de sub-espaços, não termina por retalhar o território em múltiplas regiões econômicas, ao menos em se tomando o conceito de região com o rigor que aqui se buscou explicitar.

Para melhor qualificar os pontos aqui defendidos e dar mais clareza à reflexão especial, é imprescindível avançar um pouco mais na tentativa de se alinhavar dimensões variadas dessa discussão com base em projeções cartográficas capazes de captar os caminhos da complexificação e diferenciação do espaço mineiro ao longo do tempo estudado, e em alguma medida perceber na superposição desses aspectos, a princípio disjuntos, a densidade própria de processos sociais, econômicos, políticos, culturais (etc) daquele espaço. Passarei então à análise de alguns mapas das Minas, versando sobre aspectos dos séculos XVIII e XIX, mas indiferentemente projetados sobre bases cartográficas nas quais os limites gerais são os do atual Estado de Minas Gerais, o que é função tanto da dificuldade, inviabilidade mesmo, de se ter precisão na definição desses limites gerais nos dois primeiros séculos da história desse território, quanto pelo que se ganha em possibilidades de comparação ao longo do tempo. Tal tipo de exercício, que tem como horizonte a construção de um Atlas Histórico para Minas Gerais[166] no período, se apóia na perspectiva analítica de que as informações históricas com expressividade espacial, submetidas a um criterioso tratamento cartográfico, podem oferecer possibilidade de interpretação e comparação que não seria viável para os dados estanques ou em representações espaciais não superponíveis, como a cartografia original dos séculos XVIII ou XIX, no mais das vezes com projeções distorcidas e incompatíveis umas com as outras.[167]

---

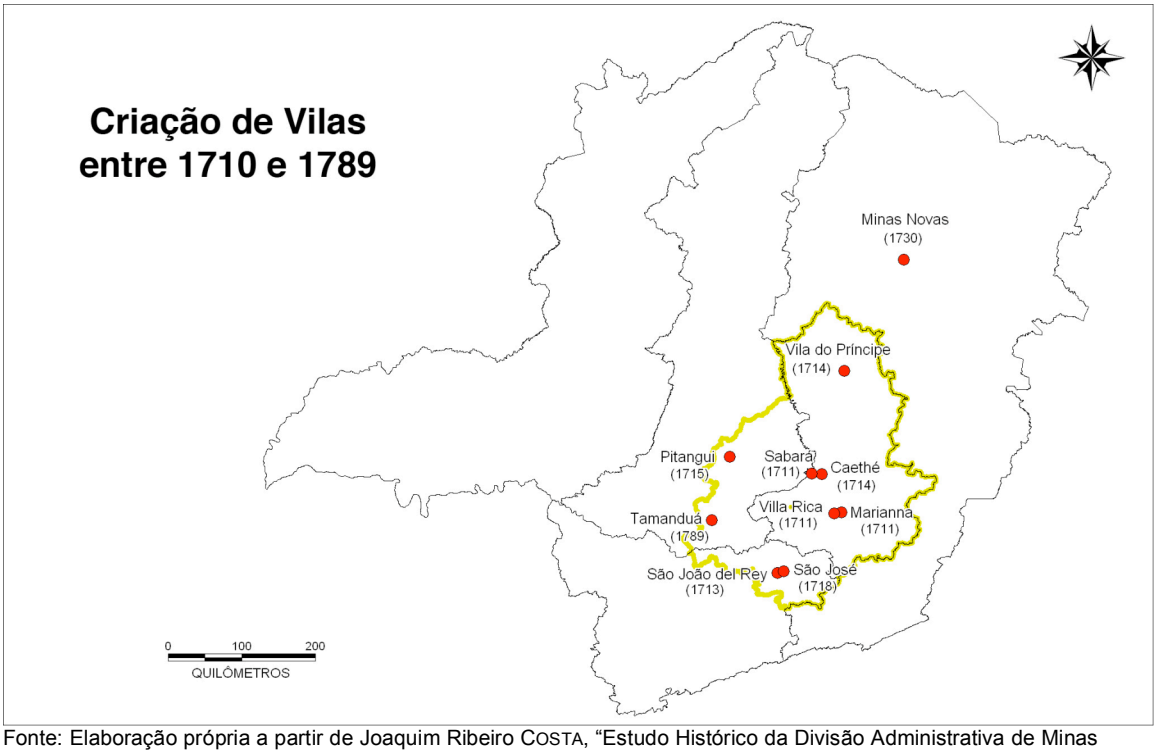
[165] Tal dimensão foi demonstrada com propriedade por Mario Marcos Rodarte em sua dissertação de mestrado: Mario Marcos Sampaio RODARTE, *O caso das Minas...*, 1999.

[166] Este esforço foi iniciado na pesquisa "Urbanização e formação do Mercado Interno, Minas Gerais – 1830-1930", financiada pela Fapemig e coordenada por João Antonio de Paula, para a qual foram originalmente desenvolvidos por mim alguns dos mapas aqui apresentados assim como outros tantos mais, temáticos ou conceituais, fruto do trabalho conjunto com outros pesquisadores do Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica do Cedeplar/UFMG. Tal esforço visa no futuro a procução de um Atlas Histórico para Minas Gerais no qual todo este material estará reunido.

[167] Existem vários exemplos de Atlas Históricos, nos quais esse tipo de adensamento e superposição de informações efetivamente permitem um passo adiante no conhecimento de dinâmicas históricas específicas. Vale aqui citar um em especial, no qual a tradução de um esforço coletivo, de especialistas em campos variados do conhecimento, é particularmente evidente e traduz um tipo de

Os mapas seguintes dão um panorama assaz interessante da multiplicação das vilas no território mineiro ao longo do tempo. Vários aspectos já foram considerados pela historiografia, tais como a elevação "regrada" das nucleações ao status de vila, como expressão da vontade do Estado português de conferir pouca autonomia à região. A Inconfidência em 1789 seria um dos fatores responsáveis, por sua vez, pela reorientação parcial dessa política, fazendo com que se acelerasse a elevação de outros núcleos à condição de vila em curto espaço de tempo. O que interessa na análise dos mapas, por outro lado, é menos o ritmo desse processo e mais a sua localização. Neste sentido é clara a concentração inicial das vilas junto ao núcleo minerador central, seguindo-se ao crescimento de importância do sul do território na primeira metade do Dezenove. Mesmo ultrapassando os limites temporais da tese é interessante perceber a continuidade dessa tendência ao longo do tempo, permitindo a formação de pólos regionais secundários em outras partes das Minas na segunda metade do Dezenove, mas pesando essa concentração no eixo centro-sul do território. (MAPAS 2, 3, 4, 5 e 6)

MAPA 3: Criação de vilas entre 1710 e 1789

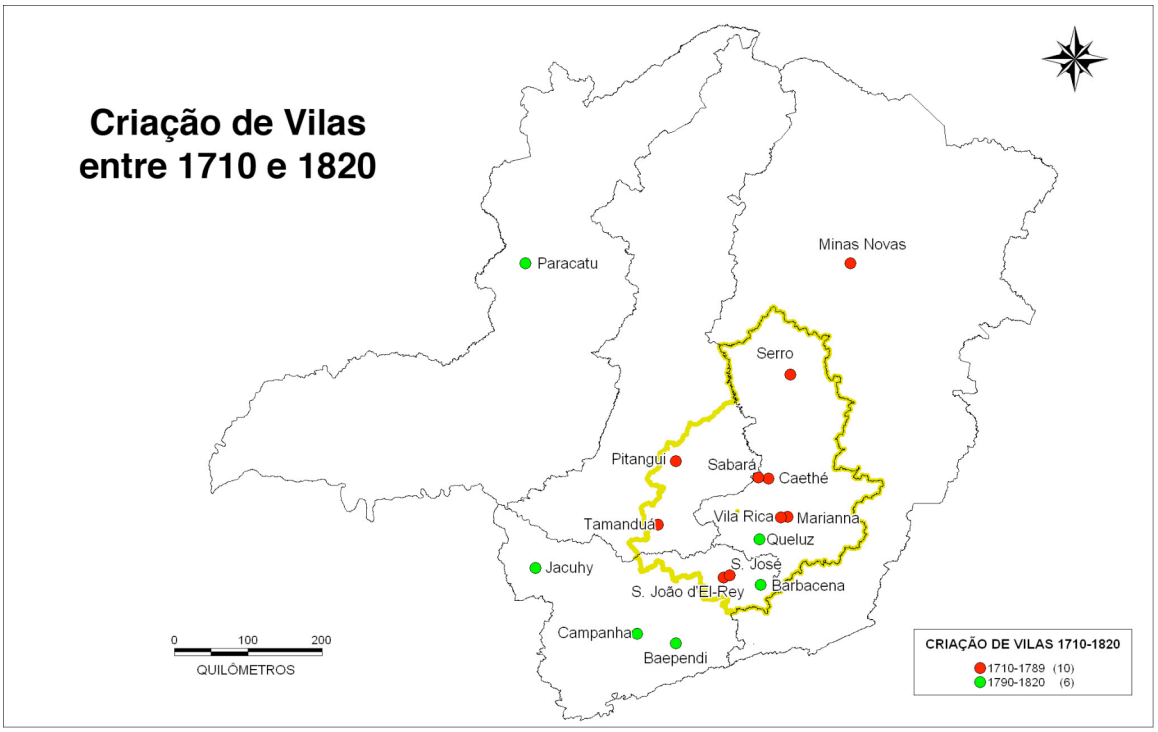


Fonte: Elaboração própria a partir de Joaquim Ribeiro COSTA, "Estudo Histórico da Divisão Administrativa de Minas Gerais", *Revista do IHGMG*, vol. X.

---

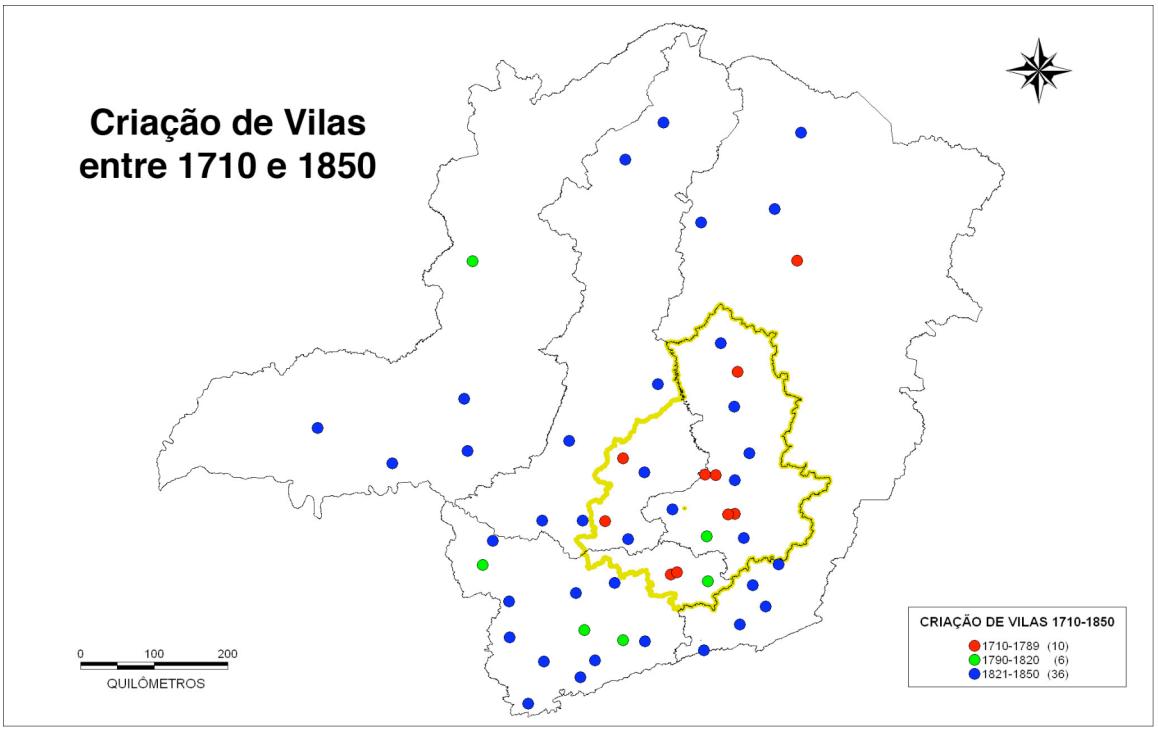
intenção inspiradora: Guy ARBELLOT, Bernard LEPETIT, Jacques BERTRAND, *Atlas de la Révolution française – vol.1; Routes et communications*, Paris, Ed. EHESS, 1989.

MAPA 4: Criação de vilas entre 1710 e 1820



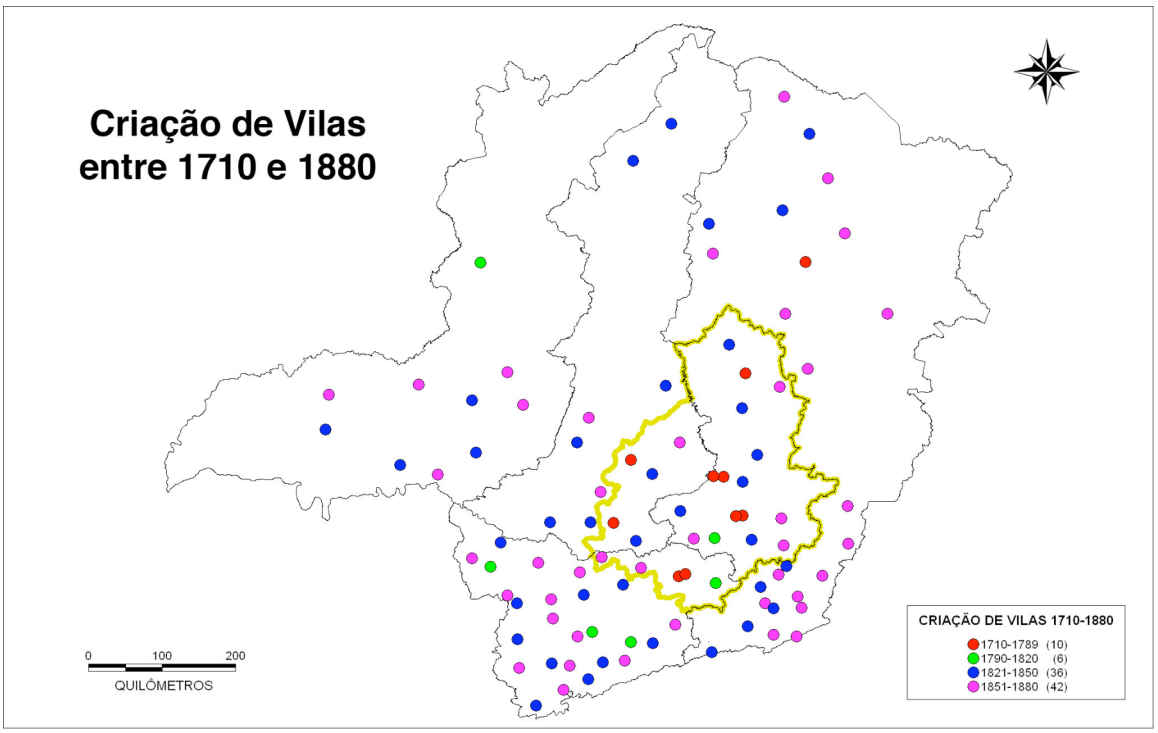
Fonte: *Idem*.

MAPA 5: Criação de vilas entre 1710 e 1850



Fonte: *Idem*.

MAPA 6: Criação de vilas entre 1710 e 1880

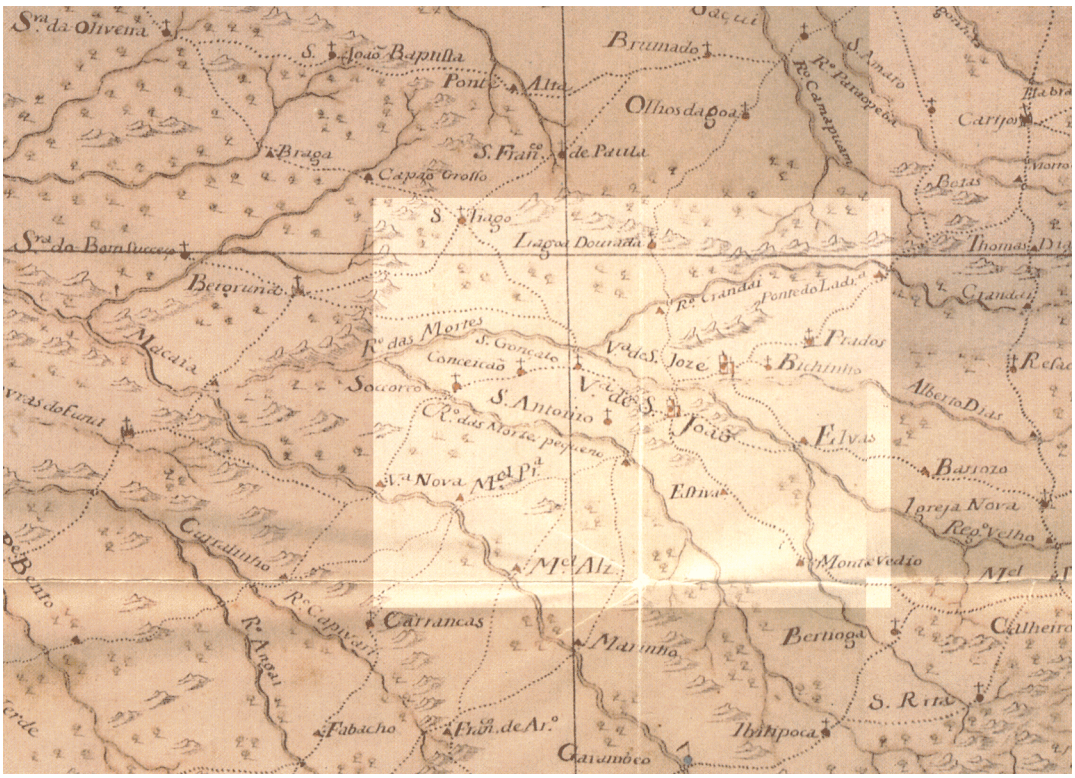


Fonte: *Idem*.

Em relação aos caminhos principais que progressivamente foram riscando o território para os quais já se apresentou um mapa acima A linha central da análise deve ser, inevitavelmente, a da percepção da importância do núcleo minerador na atração dos fluxos. Neste sentido, tudo que se qualificou acima acerca da centralidade dos fluxos para a caracterização das regiões econômicas e do urbano como organizador fundamental desses fluxos, bem como da própria articulação macro-regional que a mineração vai promover na América portuguesa, pode ser discutido a partir dos caminhos que foram se riscando no território das Minas a partir do século XVIII.

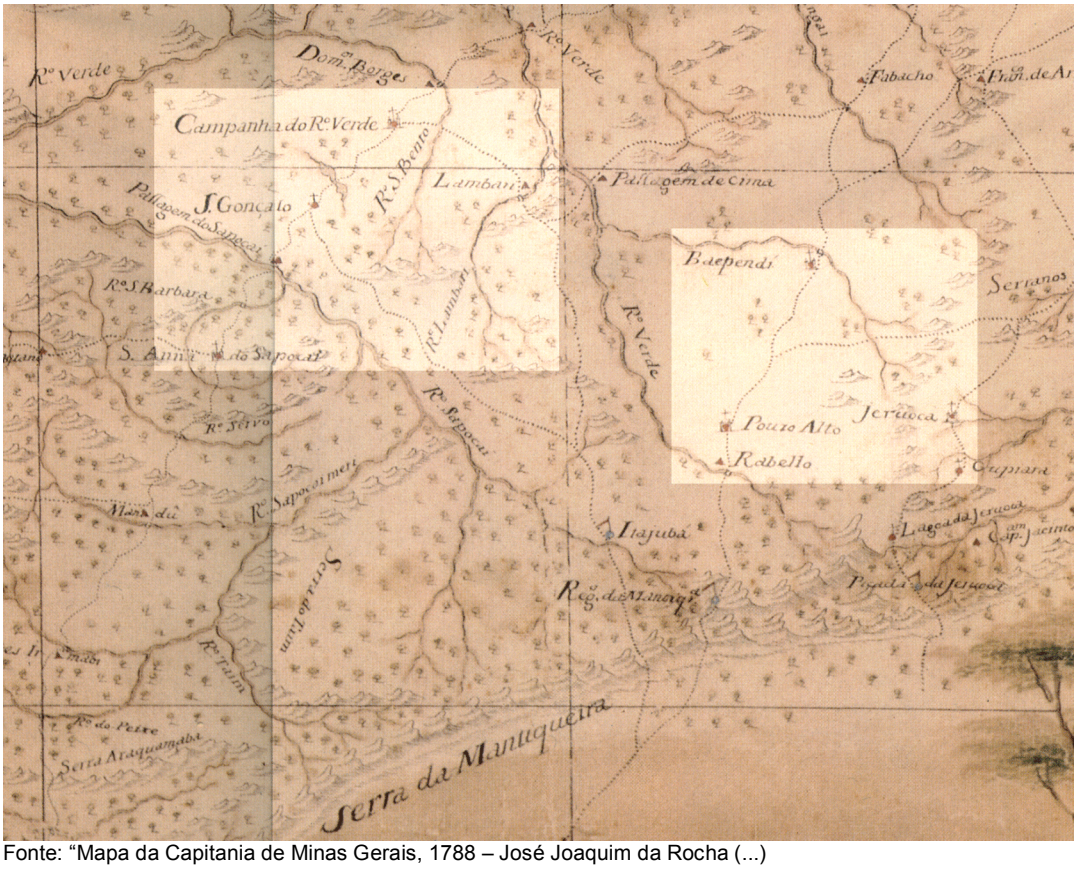
O específico do urbano enquanto organizador dos fluxos e o detalhe da teia que articula a rede de cidades fundamental do XVIII pode ser acompanhada, não obstante, a partir de uma visão mais detalhada desses caminhos. Um exemplo que merece ser lido com cuidado é o da porção sul do território, que no detalhe de um mapa de José Joaquim da Rocha da comarca do Rio das Mortes realizado na década de 1770 evidencia uma série de caminhos e picadas que ligavam as diversas localidades. (**FIGURAS 1 e 2**)

FIGURA 1: Detalhe da Comarca do Rio das Mortes [1]



Fonte: "Mapa da Capitania de Minas Gerais, 1788 – José Joaquim da Rocha (...)

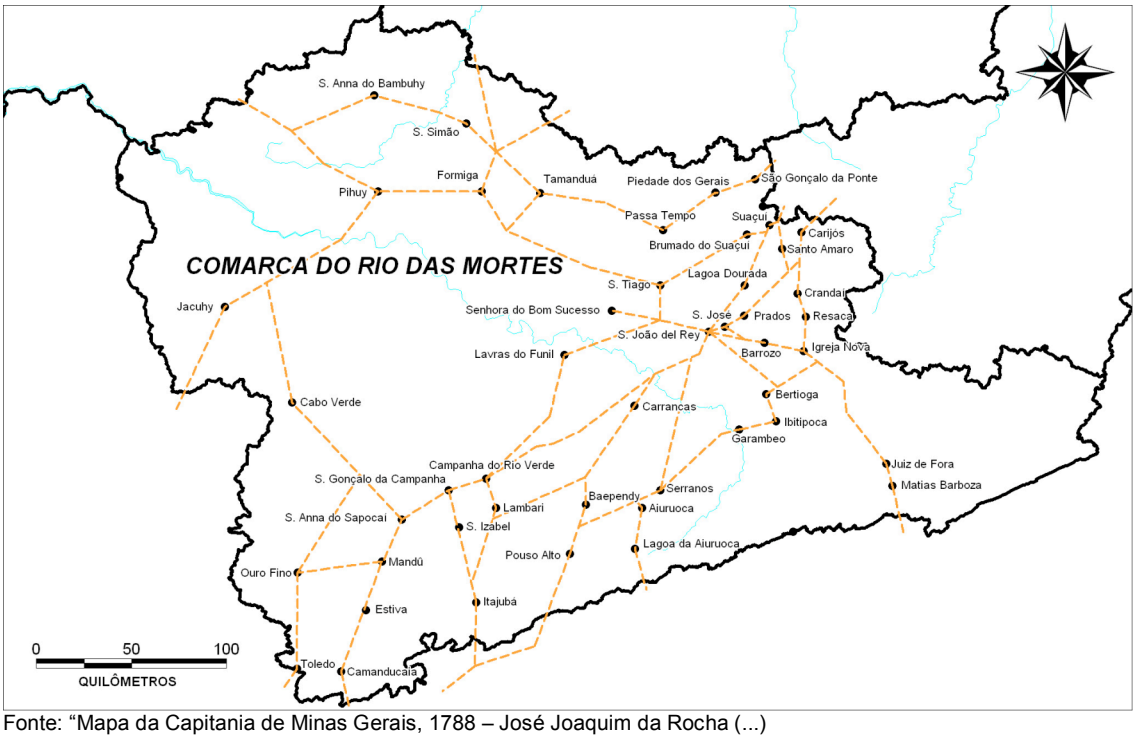
FIGURA 2: Detalhe da Comarca do Rio das Mortes [2]



Fonte: "Mapa da Capitania de Minas Gerais, 1788 – José Joaquim da Rocha (...)

Tratando-se o original de modo a se obter uma representação esquemática dessa ligações em um mapa atual de Minas ficam mais evidente algumas questões como a de que núcleo se ligava a qual e de quais os orientações gerais dos caminhos. (**MAPA 7**) Neste sentido, é possível perceber a efetiva centralidade de São João del Rey na convergência de todos os caminhos da comarca ao século XVIII, sendo que nucleações como Campanha e Baipendi, que teriam importância destacada na primeira metade do século XIX, naquele momento do Dezoito não tinham a articulação entre uma e outra como resultado de seus importâncias como nós da rede de cidades, mas como um prolongamento de percursos a partir no núcleo que efetivamente polarizava aquele espaço, São João. Eram desta forma claramente partes das teias organizadas a partir de São João, e que se alcançavam espaços que ultrapassam as fronteiras da capitania, ao sul, ao centro do continente, ou ao mar, mas não permitindo ainda àquele momento a configuração de uma outra região, com polarização particular e específica do espaço. Tal ordem de argumentação permite corroborar a leitura da região econômica efetiva como a região das minas, formada pelo entorno dos antigos núcleos mineradores, entre eles São João, mas já apontando um caminho de diferenciação também efetiva, como ao sul, na região dos campos, que em superposição à das minas também tem São João como núcleo fundamental.

MAPA 7: Caminhos da Comarca do Rio das Mortes

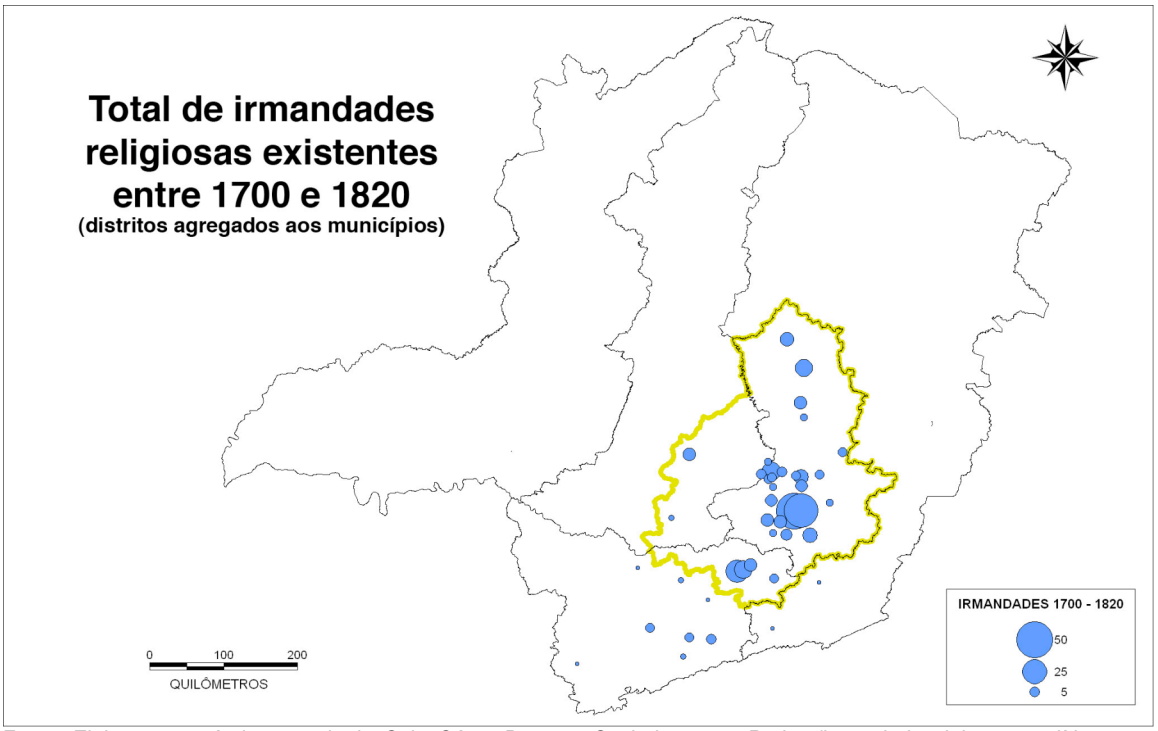


Fonte: "Mapa da Capitania de Minas Gerais, 1788 – José Joaquim da Rocha (...)

Algumas outras visões da organização do espaço no século XVIII e passagem para o XIX, e em especial da região da minas como o chave para a percepção dos sentidos da polarização dos espaços regionais na capitania/província e a crescente importância da porção centro-sul do território no período, podem ser desdobradas de alguns outros mapas temáticos. Por exemplo, o dado da concentração de irmandades religiosas (**MAPA 8**) ou da construção de templos (**MAPAS 9 e 10**), particularmente os de maior destaque arquitetônico, oferecem visões preciosas do desenho espacial de questões que ultrapassam enormemente o dado religioso, filtrando índice dos mais relevantes da vida urbana e da dinâmica econômica, social e política de então. O detalhe oferecido pelo mapa da situação das igreja paroquiais do Bispado de Mariana em 1790 permite insistir neste aspecto da concentração da importância regional da área polarizada pelos núcleos mineradores originais em fins do século XVIII. (**MAPA 11**) Já no encontro com o século XIX e ante a maior disponibilidade de documentos com dados passíveis de tratamento espacial, multiplicam-se os exercícios analíticos possíveis a partir de mapas temáticos. Todavia, não cabe aqui apresentação de muitos exemplares, posto que a intenção principal é mais a de oferecer um exemplo geral das questões defendidas mais do que proceder a efetiva superposição de informações que caberia a um Atlas Histórico. Ainda a título de exemplo, não obstante, vale destacar a disposição das aulas públicas entre as comarcas ou a especificidade do contraste entre as aulas particulares e as públicas na comarca do Rio das Mortes, evidenciando particularmente a situação dos núcleos dinamizados pela posição de entrepostos no comércio de abastecimento no período (**MAPAS 12 a 14**); ou ainda, um dos vários mapas possíveis sobre forças militares, no caso com a disposição das forças da guarda nacional em Minas em 1840. (**MAPA 15**) Para este último tema se alcança um elemento de interesse para a percepção da força política de determinados espaços, que pode ser comparado com proveito com a disposição de votantes na província no mesmo período que será apresentada em mapa no capítulo 4.1.2. De forma geral, para concluir, o que esses múltiplos mapas expressam, com acentos ligeiramente diversos a depender do tema de cada um, é a tendência geral qualificada pela expansão da rede de cidades, mostrada nos mapas de criação de vilas. Ou seja, a força do núcleo minerador central como motor da

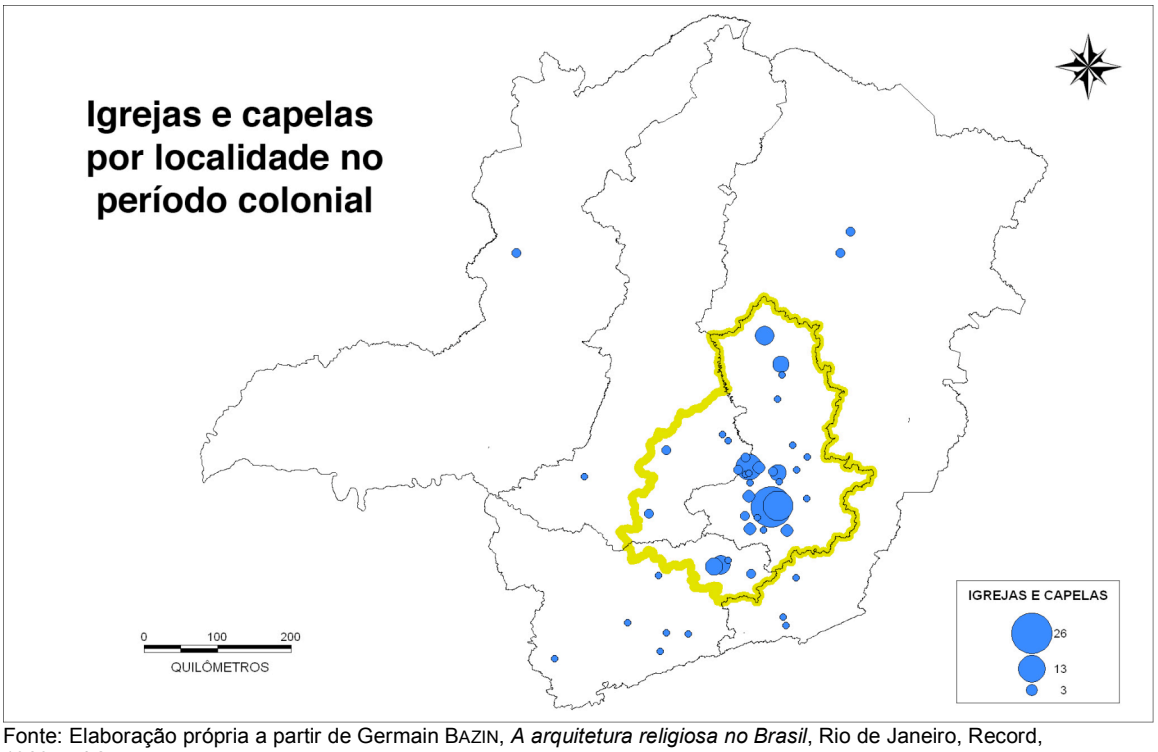
diferenciação do espaço regional, que adentra o século XIX mantendo sua centralidade mas assistindo também à força de movimento na direção sul – sudoeste.

MAPA 8: Total de irmandades religiosas existentes entre 1700 e 1820



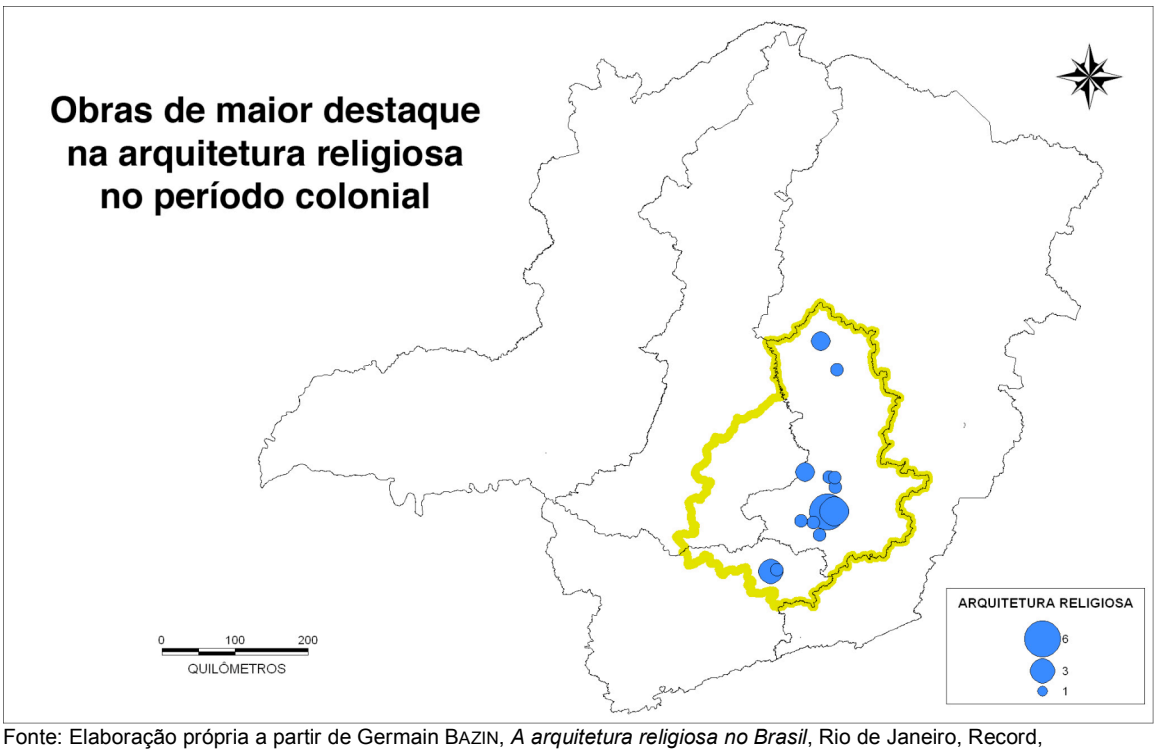
Fonte: Elaboração própria a partir de Caio César BOSCHI, *Os Leigos e o Poder (irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais)*, São Paulo, Editora Ática, 1986.

MAPA 9: Igrejas e capelas por localidade no período colonial



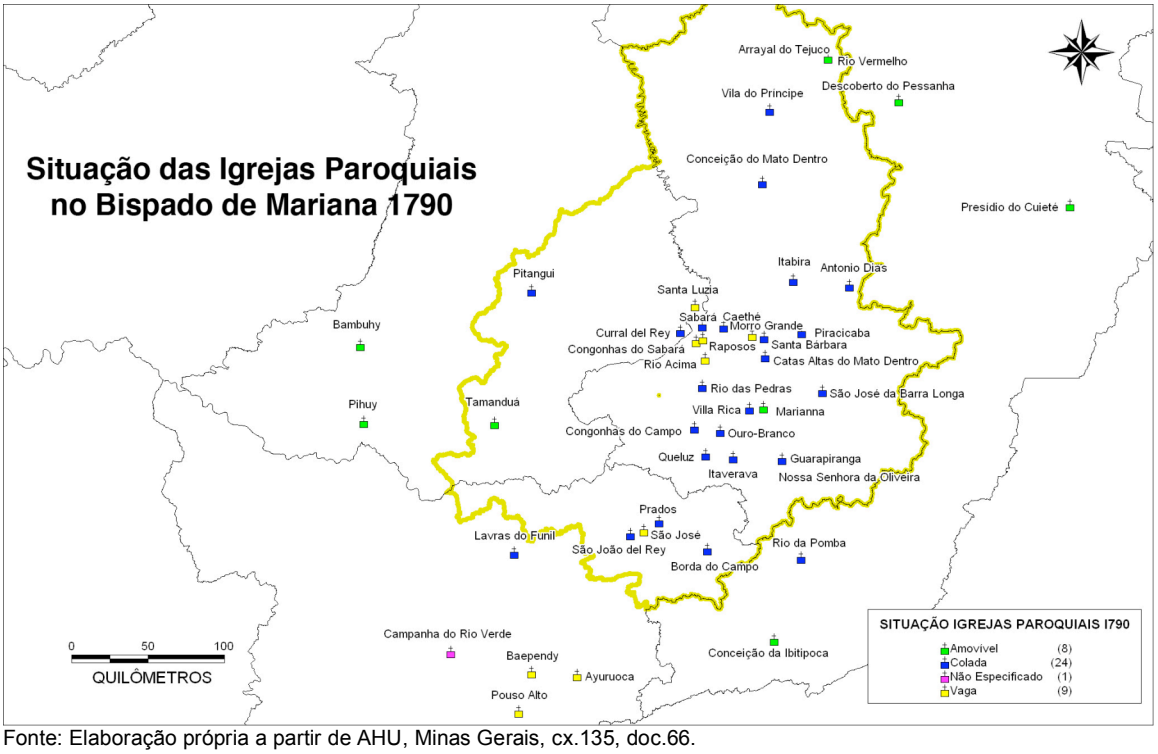
Fonte: Elaboração própria a partir de Germain BAZIN, *A arquitetura religiosa no Brasil*, Rio de Janeiro, Record, 1989, vol.2.

MAPA 10: obras de maior destaque na arquitetura religiosa



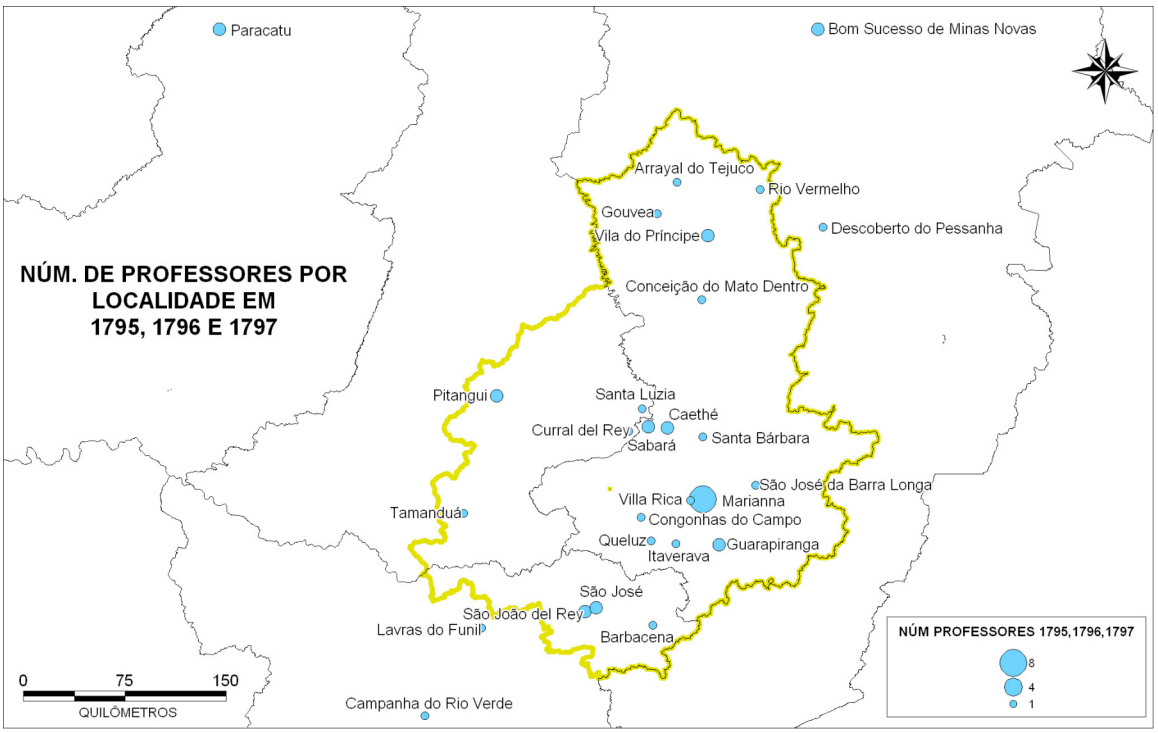
Fonte: Elaboração própria a partir de Germain BAZIN, *A arquitetura religiosa no Brasil*, Rio de Janeiro, Record, 1989, vol.2.

MAPA 11: Situação das Igrejas paroquiais no Bispado de Mariana em 1790



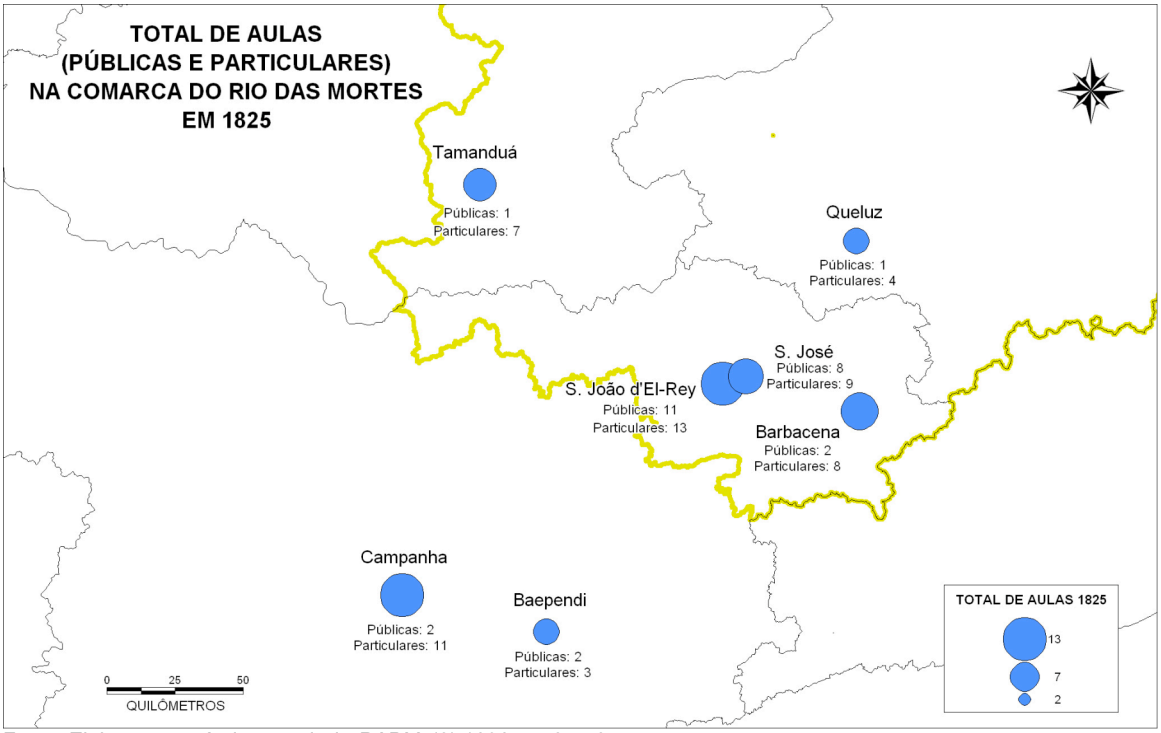
Fonte: Elaboração própria a partir de AHU, Minas Gerais, cx.135, doc.66.

MAPA 12: Número de professores por localidade entre 1795 e 1797



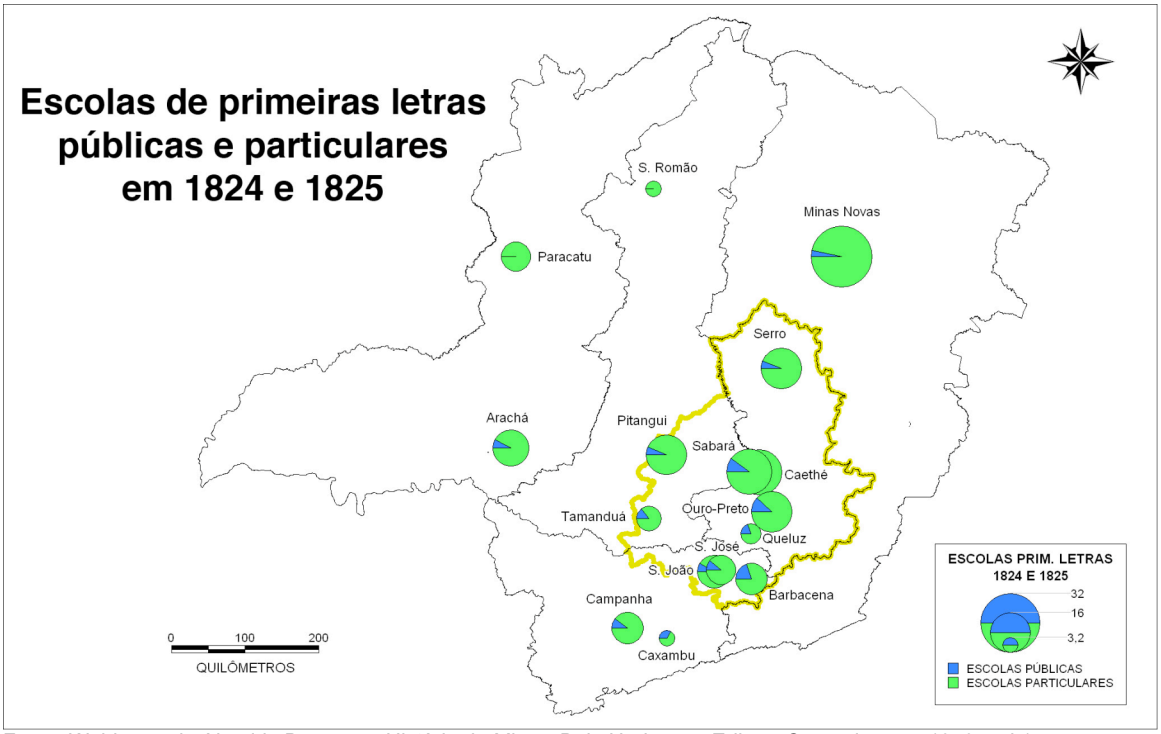
Fonte: Elaboração própria a partir de AHU, Minas Gerais, cx.148, doc.6.

MAPA 13: Total de aulas públicas e particulares na comarca do Rio das Mortes



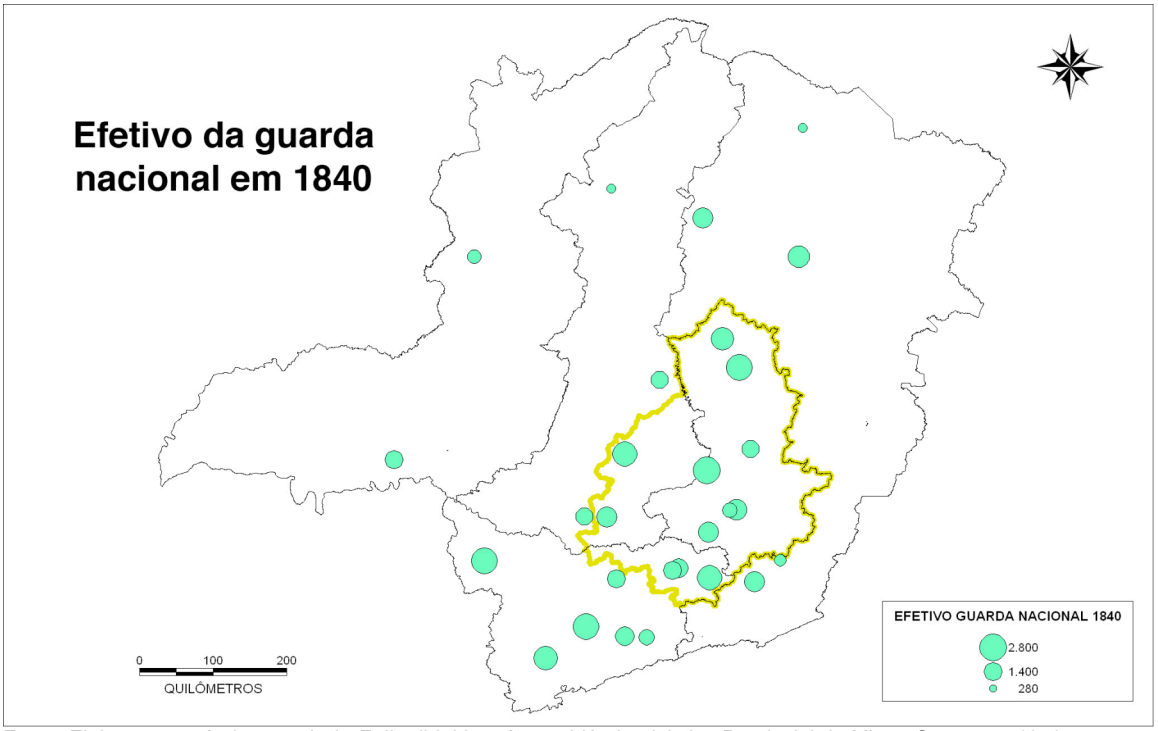
Fonte: Elaboração própria a partir de *RAPM*, (3) 1898, pp.644-645.

MAPA 14: Escolas de primeiras letras públicas e particulares em 1824 e 1825



Fonte: Waldemar de Almeida BARBOSA, *História de Minas*, Belo Horizonte, Editora Comunicação, 1979, vol.1.

MAPA 15: Efetivo da guarda nacional em 1840



Fonte: Elaboração própria a partir de *Falla dirigida a Assembléa Legislativa Provincial de Minas-Geraes…*, 1840.

PARTE II - A elite política (e econômica) mineira

Capítulo 3. Patronagem, Clientelismo e Redes Clientelares

O tema da patronagem política, ou ainda, da leitura da conformação dos espaços da política a partir de relações privadas de cunho clientelístico, vem sendo apresentado pela historiografia como elemento distintivo de variados períodos da história política brasileira. Neste sentido, linha que alguns autores chegam mesmo a reforçar, a patronagem e o clientelismo — ou, em outro acento, o patrimonialismo — assumem as vestes de um fenômeno perene, de longa duração, à política brasílica. O objetivo aqui é demarcar algumas questões, recorrentes na historiografia, que se mostrem pertinentes à análise dos atores políticos, e das relações que delineavam e orientavam sua ação social, nos espaços políticos da América portuguesa, depois Brasil, entre os séculos XVIII e XIX.

O tema serve para apresentar e bem qualificar o lugar social em que vai se buscar o encontro com as elites políticas das Minas no período. Somente adiantando a complexidade da empreita, é necessária a percepção de que se trata de grupo difícil de ser circunscrito, particularmente para o século XVIII. Se no século XIX, após a Independência vão se configurar todo um conjunto de instituições, internas e externas à província, que corporificam a ação do Estado e nas quais é possível rastrear a presença dessas elites ligadas a partes diversas do território mineiro, no século XVIII a situação é necessariamente diversa. Em mais de um sentido o Estado não está aqui, isto tanto qualifica a dualidade de posições dos envolvidos com o exercício da representação do Estado português nessas terras, quanto, em outro registro, a fragilidade ou a contundência da representação do poder. Fato é que para se recortar uma elite política às Minas Setecentistas é fundamental pensar a questão do exercício do poder local em termos amplos, percebendo as articulações que foram se estabelecendo com o poder metropolitano. Em alguma medida o objetivo central é encontrar a primeira elite política provincial, no palco da ação política do período regencial em particular, no entremeio de continuidade e rupturas em relação à elite política e econômica das últimas décadas do período colonial. Na medida em que tal

exercício implica na percepção das formas de articulação interna e para com outras esferas do poder desses indivíduos pertencentes à elite política, assim como a reprodução ou desdobramento desses padrões ao longo do tempo, é que se faz necessária uma inquirição pormenorizada dos termos desse debate.

Para se desdobrar o argumento, será dado destaque aqui à discussão das chamadas "redes clientelares", tema recorrente na historiografia política recente do período colonial brasileiro, buscando sua articulação com o tema da patronagem e do clientelismo na historiografia do período imperial e da primeira república, por onde o texto se inicia. Tomando em conjunto, portanto, as redes clientelares que, para certo conjunto de autores, representam marca essencial das configurações de poder no antigo regime português e, em extensão, nas colônias, com as leituras classicamente estabelecidas da patronagem e variações para os séculos XIX e começo do XX na história política brasileira, estaríamos diante de um fenômeno efetivamente de amplitude secular, o que em si merece ser discutido com profundidade.

A reiteração ou pura repetição desse tipo de relação assimétrica de poder no tempo, dando forma ao fenômeno geral da patronagem e do clientelismo, claramente ultrapassa a curta duração, o acontecimento, inserindo-se em um tempo histórico que se não é o da história de respiração muito contida, da longa ou longíssima duração, na expressão conhecida de Fernand Braudel, é sem dúvida o de um tempo bastante alargado. A aproximação do tema aqui proposto com a reflexão do tempo histórico nascida na Escola dos *Annales* em diálogo com o estruturalismo é interessante justamente porque leva a se inquirir logo de saída se este fenômeno clientelístico assume ou não um traço estrutural na dinâmica política brasileira, resultando assim em sua amplitude secular.[168] A resposta que se propõe é que essa amplitude secular existe sim na superfície do fenômeno, em sua aparência instrumental, mas que no fundamental, não obstante, o fenômeno assume matizes bastante diversos ao longo do tempo. Esse acento clientelístico de duração alargada na história política brasileira, na perspectiva que aqui vai se defender é algo que, se na sua superfície assume certa imutabilidade de feições, fruto de outro aspecto, este sim, estrutural de nossa realidade — a desigualdade sócio-econômico-cultural —, uma série de seus

[168] Fernand BRAUDEL, "História e Ciências Sociais: a longa duração" in: *Escritos sobre a história*. São Paulo, Perspectiva, 1978 / Immanuel WALLERSTEIN, "O homem da conjuntura" in: Maurice Aymard (org.), *Ler Braudel*, Campinas (SP), Papirus, 1989.

elementos constitutivos, no entanto, vão se alterar com o passar do tempo, fazendo com que uma análise criteriosa da questão tenha de se concentrar justamente nesses pontos diversos que garantem a reiteração desse fenômeno político sob a mesma roupagem aparente.

Finalmente, vale acrescentar, que a base da presente reflexão é um diálogo estreito com a historiografia, muito embora o fundamental da reflexão seja mais propriamente uma análise de cunho teórico-conceitual que um balanço historiográfico, uma vez que interessa exatamente pensar a adequação histórica e a propriedade analítica de algumas categorias próprias do debate da história política do período em questão, e que não raro são utilizados de forma algo inadvertida.

3.1. As bases da reiteração do fenômeno da patronagem e suas linhagens na historiografia política brasileira

As clássicas "interpretações" do Brasil que vêm à cena nos anos trinta do século passado lançam luzes sobre a distância abissal que separaria a estrutura social de matriz patriarcal originária do período colonial das instituições liberal-democráticas que assomam no horizonte político a partir do século XIX. De forma ampla nessas leituras, seria o "iberismo",[169] marcado pelo acerbo peso das tradições, que estaria na base da dificuldade de se implementar normas abstratas aqui por estas terras. Isto deu espaço a uma interpretação particular do desenvolvimento brasileiro, o que, a partir de certo viés da sociologia da modernização, constituiria a matriz explicativa para o "atraso" da sociedade brasileira. Esse atraso seria assim resultante da "herança do patrimonialismo ibérico, cujas estruturas teriam sido ainda mais reforçadas com o transplante, no começo do século XIX, do Estado português no solo americano".[170] O contraste entre a tradição e a mudança, entre a conservação e certa abertura ao novo, seriam para além disto, e obviamente de forma refratária a qualquer segmentação simplista, a base da própria organização das facções políticas e orientações do discurso na política imperial, como ainda se terá oportunidade de discutir no presente texto.

A questão da permanência de uma herança que restringe a ampliação da participação no jogo político, e mesmo de esquemas mentais que permitem uma incorporação particular de certo repertório de idéias políticas que toma forma com as revoluções democrático-burguesas, encontra, para certo conjunto desses intérpretes do Brasil, na obra de Max Weber alguns de seus elementos centrais, mesmo que, para alguns deles, o peso de um patrimonialismo quase a-histórico faça com que a conformação de certas estruturas políticas modernas não chegue a produzir equivalente modernização política, através da obliteração de arcaísmos e da

---

[169] Uma análise criteriosa e recente acerca do tema do iberismo pode ser encontrada em: Rubem BARBOZA FILHO, *Tradição e Artifício: Iberismo e Barroco na Formação Americana*, Belo Horizonte, Ed. UFMG, Rio de Janeiro, IUPERJ, 2000.

[170] Luiz Weneck VIANNA, "Weber e interpretação do Brasil", *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo (53), março de 1999, p.35. / Angela ALONSO, "Império da Patronagem", *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo (49), novembro de 1997, p.231-2.

superação paulatina do horizonte de "atraso". O resultado tende a ser o de longos percursos e pouco avanço, em "viagens redondas" como coloca Raimundo Faoro.

O patrimonialismo é sem dúvida o eixo predileto dessas leituras, o que marca uma arraigada e clássica interpretação do que se define por "formação social brasileira", fazendo, no entanto, multiplicar categorias que pouco a pouco pesquisas históricas mais aprofundadas viriam a mostrar certa inadequação. O peso de grandes esquemas teóricos não deixaria ainda de turvar a visão para o específico da formação histórica brasileira, sendo as análises que insistiram em uma leitura "feudalista" do período colonial brasileiro, como em Nestor Duarte,[171] um exemplo flagrante disto. O pano de fundo teórico desses esquemas encontra-se em certo aspecto distintivo das obras de Karl Marx e Max Weber acerca da evolução das sociedades ocidentais e na apropriação particular que desses esquemas se fez no contexto do pensamento social brasileiro. Para Marx essa seqüência evolutiva seria marcada pela transição fundamental "feudalismo-capitalismo", sendo que para Weber caberia uma certa derivação, o patrimonialismo, em Marx restrito ao modo asiático de produção.[172] O patrimonialismo assoma assim para certo conjunto de autores de inclinação weberiana como a marca do desenvolvimento social e econômico brasileiro em associação genérica com o desenvolvimento político e as formas de dominação próprias das sociedades orientais estudadas por esse autor.

O desenvolvimento econômico, social e político brasileiro estaria dessa forma marcado pela forte presença do patrimonialismo, que ao momento da formação do Estado no século XIX responde pela atrofia do desenvolvimento de uma sociedade civil, à feição do modelo inglês, base da organização liberal-democrática. Essas leituras weberianas, não obstante, assumiriam, segundo apresentação empreendida por Luiz Werneck Viana, dois conjuntos de posições, fazendo: 1) pesar no Estado a

---

[171] Ver: Nestor DUARTE, *A ordem privada e a organização política nacional*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1939.

[172] José Murilo de CARVALHO, "Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual", *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 40, n.º 2, p.241 / Karl MARX, *Formações econômicas pré-capitalistas*, 3 ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981 / Max WEBER, *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*, Brasília, Editora UnB, 1999. [vol.2, capítulo IX – Sociologia da dominação (seção 3 – Dominação patriarcal e dominação patrimonial, e seção 4 – Feudalismo, 'Estado corporativo' e patrimonialismo)]

marca dessa dominação patrimonial ou, 2) lendo o patrimonialismo na ação social de atores privados.[173]

A primeira versão tem como seu intérprete essencial Raimundo Faoro, que faz aproximar a forma patrimonial do Estado brasileiro, via a tradição ibérica, às formas políticas do oriente analisadas por Weber. Segundo Werneck Vianna, "Raimundo Faoro, no seu clássico *Os Donos do Poder*, além de avizinhar o iberismo do despotismo oriental, retomando o argumento de Tavares Bastos e Sarmiento,[174] sugere a necessidade, motivado pelo seu estudo de caso, de se proceder à revisão da tese de Weber, que vincula a emergência do espírito capitalista à ética calvinista, em favor da que sustenta que 'somente os países revolvidos pelo feudalismo teriam chegado a adotar o sistema capitalista, integrando nele a sociedade e o Estado'".[175] A esta mesma linha pertenceria também o trabalho de Simon Schwartzman, *Bases do Autoritarismo Brasileiro*, que reforça os traços dessa leitura weberiana de uma dominação tradicional, patrimonialista, ao caso brasileiro; sendo que fazem ambos os textos, desenhar aqui, ainda segundo Werneck Vianna, "um sistema político de cooptação sobreposto ao de representação, uma sociedade estamental igualmente sobreposta à estrutura de classes, o primado do Direito Administrativo sobre o Direito Civil, a forma de domínio patrimonial-burocrática e o indivíduo como um ser desprovido de iniciativa e sem direitos diante do Estado".[176]

A segunda versão do patrimonialismo brasileiro inverte o foco do Estado para a sociedade e busca compreender nos termos da dominação de base senhorial empreendida no contexto agrário a trama da sociabilidade que envolve indivíduos submetidos à situação de dependência pessoal. O texto de Maria Silvia de Carvalho Franco, *Homens Livres na Ordem Escravocrata*, é o principal responsável por esse tipo de leitura do patrimonialismo que recrudesce na formação peculiar do Estado brasileiro, ao investigar as efetivas condições em que se articula o aparelho

---

[173] Luiz Weneck VIANNA, "Weber e interpretação...", p.35.
[174] Ver: Aureliano Candido TAVARES BASTOS, *A província: estudo sobre a descentralisação no Brazil*, 2.ed., São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1937 / Domingo Faustino SARMIENTO; Leon POMER, *D. F. Sarmiento: política*, São Paulo, Ática, 1983 / Domingo Faustino SARMIENTO, *Civilizacion y barbarie: trilogia de Quiroga-Aldao - El Chacho mi defensa recuerdos de província*, Buenos Aires, El Ateneo, 1952.
[175] Luiz Weneck VIANNA, "Weber e interpretação...", p.35.
[176] *Idem*.

burocrático desse Estado. Maria Silvia de Carvalho Franco, novamente segundo Werneck Vianna:

> "ao utilizar o argumento de Weber sobre a singularidade da organização burocrática estatal no Ocidente moderno, demonstra empiricamente como, aqui, nas condições de escassez de recursos que pudesse suportar a ação do Estado, o processo de expropriação do servidor público dos meios materiais da administração teria sido apenas formal, na medida em que, na realidade, boa parte desses meios era financiada com recursos privados. Foi a pobreza da agência estatal, e não a sua natureza pretensamente quase oriental, que teria dado como resultado não desejado a fusão entre o público e o privado, permitindo, assim, que o exercício do poder originário do cargo público pudesse ser traduzido na busca de fins estritamente particulares".[177]

A esta ordem escravocrata que se mantém ante a formação do Estado e mesmo na incorporação particular de idéias políticas liberais, não seriam mesmo poucas as contradições, sendo estas altamente reveladoras da particular fusão que persiste pelo século XIX entre as dimensões do público e do privado. A Independência instaura neste sentido, como se sabe, um dilema ao constituir um Estado soberano e ao mesmo tempo manter a escravidão. Com isto, o Estado, que seria na definição clássica de Weber o monopólio da violência legítima, encontra uma sociedade que exatamente por conta da escravidão tem necessariamente de se organizar sobre a violência privada dos senhores contra seus escravos.[178]

Entre os extremos desse debate acerca do espaço político analisado por esses diversos intérpretes da "formação" histórica brasileira, insere-se uma obra mais recente e de grande interesse à questão aqui perseguida. Exatamente esse território político marcadamente indistinto entre o poder público e o privado é o mote do livro *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*, de Richard Graham.[179] Trabalho importante para a análise da política no período imperial brasileiro, sendo mesmo o principal responsável por insistir na idéia que logo de início se anunciou e se inquiriu aqui: a duração alargada das relações clientelíticas na sociedade brasileira. Graham

---

[177] *Idem*, p.38.

[178] Fernando NOVAIS, "O significado da 'Guerra do Paraguai' na História do Brasil" in: Maria Eduarda Castro Magalhães MARQUES (org.), *A Guerra do Paraguai – 130 anos depois*, Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1995, p.79.

[179] Richard GRAHAM, *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*, Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1997.

nesse livro segue, quase que em homenagem a um autor fundamental aos seus anos de formação (como revela logo à primeira página do prefácio), a metodologia de investigação da monumental obra de Sir Lewis Namier[180] dedicada ao estudo de clientelas políticas na Inglaterra do século XVIII. O estudo prosopográfico de elites políticas ao longo do século XIX, com detida análise do processo eleitoral no Império, palco em que se revelam intensamente as relações clientelísticas, é o fio condutor do estudo de Graham, bem como dimensão essencial do *The Structure of Politics at the accession of George III* de Namier; sendo, aliás, "As estruturas da política" o título do primeiro capítulo do livro de Graham.

Graham parte das bases de uma organização social patriarcal para vislumbrar o peso dessas ligações nas cadeias de dependência e subordinação que aí se articulam, dando corpo à hierarquia social do Império brasileiro, e percebendo como que a partir de 1840 demarca-se justamente a ascendência do grupo de proprietários ao controle do Estado.[181] Nisto a associação direta com *O tempo saquarema* de Ilmar Rohloff de Mattos[182], cuja linha argumentativa é endossada por Graham em outro de seus escritos:

> Talvez o argumento mais criterioso e provocativo sobre as origens da coesão nacional do pós-independência venha de Ilmar Rohloff de Mattos, que procura demonstrar como interesses de classes se ligavam especificamente ao poder de estado. Mattos se concentra no período de meados da década de 1830 até o início da década de 1860 e postula um bloco de fazendeiros de café recentemente enriquecidos, da região do Rio de Janeiro, liderados por um pequeno grupo de políticos/estadistas ativos, ou saídos daquele bloco ou ligados a ele por laços de casamento, esforçando-se com sucesso para absorver líderes de outras regiões, formando uma classe única. Esta classe se definia por sua oposição a outras classes, especialmente aos escravos, mas também à plebe urbana rude e inquieta. Essa classe senhorial abraçou uma ideologia da ordem desenvolvida e defendida por advogados, juizes, jornalistas, professores, médicos, empresários, políticos e burocratas, isto é, os 'intelectuais orgânicos', como Antônio Gramsci os chamaria. Através do próprio processo de formação de uma classe poderosa que dominava todo o Brasil,

---

[180] Sir Lewis NAMIER, *The Structure of Politics at the accession of George III*, 2 ed. London, The Macmillan Press, 1957.
[181] Richard GRAHAM, *Clientelismo...*, pp.76-82.
[182] Ilmar Rohloff de MATTOS, *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*, Rio de Janeiro, Access, 1994.

> emergiu um forte estado centralizado. Mattos entende esse estado não como simplesmente um aparato coercitivo, mas como um instrumento de orientação intelectual e moral. Por meio do estado, a classe senhorial construiu sua própria unidade e expandiu seu poder, tanto horizontalmente, por todo o território brasileiro, quanto verticalmente sobre maiores segmentos da população livre, não principalmente impondo submissão, mas incorporando esses grupos à 'civilização'.[183]

Não obstante, Graham ainda que subscrevendo muito da essência das considerações de Ilmar Mattos insiste em certos acentos diferenciados para algumas questões. Basicamente a preocupação está em refutar a perspectiva de um processo de cooptação das elites no sentido de aceitarem uma autoridade central para além do espaço do Rio de Janeiro; segundo Graham, os fazendeiros e homens ricos das cidades de regiões variadas do país foram agentes nesse processo de centralização.[184] Dessa forma, a centralização não se dá por uma imposição da Corte para o campo, mas vai se consumando com base em uma ativa participação política em todos os níveis. Tem-se, portanto, um quadro em que "os políticos na capital ao mesmo tempo assentiam aos interesses dos proprietários em lugarejos de todo o país e asseguravam que as elites locais transmitissem suas opiniões até mesmo ao presidente do Conselho de Ministros".[185]

A estruturação desse sistema, não obstante, se fazia a partir do controle eleitoral, que por sua vez tinha como base relações clientelíticas na troca de empregos por votos, sendo exatamente este o mecanismo que Graham busca desvelar.

Há que se destacar, não obstante, nas tramas desse processo eleitoral estudado por Grahan, a dimensão litúrgica que o envolve. Estes aspectos são analisados no capítulo "O Teatro das Eleições" de seu livro em questão, o qual cuida de apresentar as eleições como um momento em que são reiteradas naquela sociedade as hierarquias sociais, o que traduz o papel que as regras de etiqueta assumem enquanto dimensão essencial na organização e distinção social. Na forma como vai apresentado pelo autor, em tudo se pode avaliar este quadro como uma permanência do antigo regime, tal qual na rígida composição dos papéis na "figuração" social de

---

[183] Richard GRAHAM, "Construindo uma nação no Brasil do século XIX: visões novas e antigas sobre classe, cultura e Estado", *Revista Diálogos*, volume 1(5), 2001.
[184] *Idem*.
[185] Richard GRAHAM, *Clientelismo e política...*, p.82.

que fala Norbert Elias em seu *A sociedade de corte*,[186] ainda que, não é nada ocioso lembrar, informada e mediada por significados diversos dos que se apresentariam ao Brasil na segunda metade do século XIX.

Vale destacar ainda, que o argumento de Graham evolui no sentido de demonstrar como as lealdades pessoais dispostas nas cadeias de dependência clientelística organizam em boa medida as próprias divisões políticas, o que caracterizaria no limite um quadro de inexistência de partidos ideológicos no Império. Aí novamente a reposição do modelo de Namier, que tem como tese central de seu livro a inexistência de clivagens partidárias com segmentações ideológicas na trama de interesses privados por ele desvelada para o parlamento inglês nos Setecentos. Esse sistema partidário serviria, portanto, para Graham, especialmente, para "facilitar a comunicação intra-elite e para operar as vitórias eleitorais e a aquisição de cargos". O autor sustenta essa tese com base na avaliação de que questões mais amplas e controversas, como escravidão, imigração, terras e federalismo, tiveram por fim não clivagens partidárias, mas sim clivaram mesmo os próprios partidos nos debates políticos em fóruns diversos.[187]

Ainda de volta ao debate sobre a formação do Estado, a linha argumentativa de Graham, em associação à de Ilmar Mattos, guarda distancia da leitura de José Murilo de Carvalho uma vez que não corrobora a idéia de uma autonomia da elite imperial, possível a partir da formação comum em leis que esta obtivera, o que resultaria em certa independência de perspectivas em relação ao grupo dos fazendeiros.[188] Por sua vez, a crítica deste autor ao trabalho de Graham é a de que nele os conceitos são tratados de forma pouco consistente. Em primeiro lugar questiona a própria tese da hegemonia e predomínio dos senhores de terra sobre o Estado, que como se argumentou acima, reforça em seu essencial a tese de Mattos. Carvalho insiste que, "a vida dos gabinetes, segundo Graham, dependia tanto, se não mais, dos lideres locais do que o oposto. Como para esse autor qualquer concepção de Estado que não implique a dominação de uma classe é abstração teórica ou, pelo menos, inaplicável ao Brasil, só lhe resta postular o domínio da política imperial pela

---

[186] Ver: Norbert ELIAS, *A Sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.
[187] Angela ALONSO, "Império...", p.233
[188] José Murilo de CARVALHO, *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro das Sombras: a política imperial*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

classe dominante rural".[189] Mais contundentemente, entretanto, argumentaria Carvalho que:

> "O problema conceitual surge quando Graham trabalha o tempo todo com a noção de clientelismo, de relações patrão-cliente. O clientelismo seria a marca do sistema político imperial. (...) Ora, qualquer noção de clientelismo implica troca entre atores de poder desigual. No caso do clientelismo político, tanto no de representação como no de controle, ou burocrático, para usa distinção feita por Clapham (1982),[190] o Estado é a parte mais poderosa. É ele quem distribui benefícios públicos em troca de votos ou de qualquer outro tipo de apoio que necessite. O senhoriato rural seria a clientela do Estado. Não é certamente esta a visão de Graham sobre a relação de poderes. Seria mais lógico para ele considerar o Estado como clientela do senhoriato. Mas não há nada em seu texto justificando essa reviravolta no conceito de clientelismo".[191]

Não me parece que nesta crítica Carvalho faça de todo justiça às idéias de Graham. O viés assumido por Carvalho para pensar a noção de clientelismo subtrai exatamente o aspecto nevrálgico do argumento de Graham ao pressupor algo no Estado a esfera pública autônoma ou, minimamente, a existência efetiva de uma esfera pública autônoma. Ainda que Graham não se enverede por essa discussão, sua matriz para apresentar as relações clientelísticas no Império, é a da exacerbação do personalismo nessa sociedade e nisto da indistinção persistente das esferas do público e do privado. Neste sentido, ainda que obviamente as relações do tipo patrão-cliente se refiram a dependências estabelecidas entre atores de forças desiguais, o político de gabinete do Império não necessariamente representa, ainda que se valha diretamente dos ganhos daí decorrentes, o peso impessoal do Estado, e ao estabelecer vínculos de dependência com grupos em ascensão econômica como o de certos fazendeiros, não faz de forma direta o Estado cliente desses. A própria noção de Estado a este período tem de ser mesmo tratada com redobrado cuidado sempre, e o argumento de Graham é tanto mais válido quanto se esforce para vê-lo como uma arqueologia das práticas e comportamentos dos atores políticos em um contexto ainda de formação dessas estruturas modernas do Estado, respondendo ao ideário

---

[189] José Murilo de CARVALHO, "Mandonismo, ...", pp.242-3.
[190] Ver: Christopher CLAPHAM , "Clientelism and the State" in Christopher CLAPHAM (ed.), *Private Patronage and Public Power. Political Clientelism in the Modern State*, London, Frances Pinter Publ., 1982.
[191] José Murilo de CARVALHO, "Mandonismo, ...", p.242.

liberal-democrático ante permanências de outras formas de organização e afirmação do poder e da autoridade, formas próprias, como se verá aqui, do antigo regime. Neste sentido não se trata mais das redes clientelares que são entes centrais da conformação de poder no antigo regime, mas também não se trata ainda da relação clientelística que marcaria o contexto da República Velha (talvez mais perto do tom da análise de Carvalho ao trabalho de Graham), exemplarmente analisada por Victor Nunes Leal em seu *Coronelismo, Enxada e Voto*,[192] no qual o "Estado" assume a dimensão impessoal de ator político na barganha clientelística com o grupo dos coronéis, que por sua vez fazem pesar a dimensão personalística de seu poder local (traços das permanência mencionada acima), por sobre as comunidades sob sua influência direta.

Uma outra crítica ao livro de Graham, todavia, parece mais pertinente para introduzir os desdobramentos a que se propõe este texto. Angela Alonso em uma competente avaliação dessa obra, após ressaltar suas várias qualidades, argumenta que:

> "(...) a recusa de um movimento contínuo e positivo de mudança leva Graham a assumir a patronagem como fenômeno de longa duração e, neste sentido, como grande motor explicativo não apenas do Império, mas de toda a história brasileira: 'O sistema de protetores e clientes não representa um 'estágio' na história do Brasil, a não ser no sentido de que serviu aos interesses de uma classe cuja vida se espera não seja eterna' (p.347)"[193]

Sendo que o problema daí decorrente é que:

> "Este tratamento induz o leitor a pensar a patronagem como uma peculiaridade ibérica, um traço cultural —como diz a orelha da edição brasileira—, o que está longe de ser verdade. Padrões similares aos descritos por Graham podem ser detectados nesse período tanto nos Estados Unidos quanto na própria Inglaterra —o grande modelo liberal do século XIX—, o que, aliás, não passava despercebido aos políticos do Império."[194]

Esta crítica aponta efetivamente para uma continuidade aventada, mas pouco refletida no livro de Graham. O ponto de vista aqui defendido, não obstante, é

---

[192] Ver: Victor Nunes LEAL, *Coronelismo, Enxada e Voto*, Rio de Janeiro, Forense, 1948.
[193] Angela ALONSO, "Império...", p.234.
[194] *Idem*.

diverso do argumentado por Alonso. Ainda que ao livro de Graham o clientelismo culmine, por fim, no espaço difuso de uma prática perene na política brasileira, fruto de um traço cultural não analisado de forma clara no trabalho, entende-se aqui que o clientelismo não pode ser tomado como um sistema político específico e datável porque fruto de conjuntura também específica, como certamente é o caso, por exemplo, do "coronelismo". As relações clientelísticas têm eminentemente duração maior, maior pluralidade de casos e é informada por um número infindo de condicionantes ao longo do tempo na trilha das relações de dependência conformadas entre atores de força desigual. Daí que o desafio para não se perder em um relativismo total que faz a dimensão efetivamente histórica sucumbir ante um dado aparentemente imutável, é o de ver não o que permanece inalterado, mas o que neste fenômeno vai ao longo do tempo se tornando diverso. O esforço aqui é, neste sentido e como já se anunciou logo ao início do texto, o de se esboçar algumas dimensões possíveis de análise dos quadros da história brasileira, com vistas a apreender o que progressivamente vai diferenciando esse traço clientelístico amplitude secular, o que ao mesmo tempo em que faz diverso o fenômeno das redes clientelares no início do século XVIII do coronelismo no começo do XX, faz com que este se reproduza em seu essencial como forma de preservar a continuidade de certa estrutura desigual e a permanência de grupos sociais específicos na condição de elites econômicas e políticas.

A perspectiva aqui defendida é que duas dimensões em especial, mesmo que não exclusivamente, podem oferecer uma guia consistente para começar a perseguir o que vai se tornando diverso no fenômeno clientelístico no período tratado: as **formas da racionalidade econômica**, e as **culturas políticas**.

A reflexão sobre o campo específico da economia reserva grande interesse para a compreensão das relações clientelísticas, uma vez que lança os olhos diretamente para as motivações materiais subjacentes às relações analisadas, bem como, especialmente, para se avaliar a racionalidade própria dos atores sociais, uma vez inseridos em mercados pré-capitalistas ou já imersos em relações propriamente capitalistas de produção. Mais ainda, ajuda a pensar, o que é sobremaneira relevante para o caso brasileiro nos séculos XVIII e XIX, a mudança progressiva dessa racionalidade e do significado dos ganhos materiais ante ganhos simbólicos em

conjunturas de progressiva, mas lenta transformação da formação econômico-social, ante a permanência de estruturas de poder próprias de outros contextos, da qual a escravidão no Dezenove é eloqüente exemplo.

A economia, enquanto dimensão da vida e atividades humanas, guardaria antes da efetiva ampliação do capitalismo significados próprios e eminentemente mais amplos. A *oeconomia* qualifica, como se sabe, é uma dimensão própria da moral clássica, junto da *iustitia* e da moral *monastica*.[195] Aos quadros mentais do antigo regime português, ante uma mais ampla sobrevivência de concepções orientadas pelo tomisno no corpo da Segunda Escolástica, o que se verifica é que o entendimento da esfera econômica permaneceria enormemente marcado pelos ensinamentos de Aristóteles, para o qual esta só se faz legítima se submetida a preceitos éticos e subordinada ao "bem comum". Disto é que decorre o tema da justiça distributiva como dimensão essencial da esfera econômica aos quadros do antigo regime.[196] O clássico estudo de Edward. P. Thompson, por exemplo, tratando dos motins de fome na Inglaterra pré-Revolução Industrial no século XVIII, inseridos em uma leitura da "economia moral das multidões", faz colocar em destaque o tema de uma concepção própria de economia e direito nesses contextos, eminentemente informada por outras racionalidades que não a capitalista.[197]

A contribuição da antropologia, por outro lado, foi crucial no sentido de se expor que nem a economia e nem tampouco o mercado têm necessariamente em todas as sociedades a centralidade que possuem na sociedade capitalista. Os ensinamentos de Karl Polányi em seu clássico *A grande transformação*, bem como

---

[195] Ângela Barreto XAVIER, António Manuel HESPANHA, "Redes Clientelares" in: António Manuel HESPANHA (coord.), *História de Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, vol. 4, p. 381.

[196] João Antônio de PAULA, "O mercado e o mercado interno no Brasil: conceito e história", *História Econômica & História de Empresas*, ABPHE, vol.1(2002), p.8 / cf. também Ângela Barreto XAVIER, António Manuel HESPANHA, "A representação da sociedade e do Poder" in: António Manuel HESPANHA (coord.), *História de Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, vol. 4.

[197] E. P. THOMPSON, "A economia moral da multidão inglesa no século XVIII" e "A economia moral revisitada" in: *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998. Essa linha de leitura insere mesmo E. P. Thompson como influência importante no debate clássico sobre a transição do feudalismo para o capitalismo, uma vez que coloca o avanço das relações de mercado como diretamente conformando pelos conflitos sociais. O progressivo efeito de dimensões análogas a esta na composição de uma nova racionalidade econômica é estudado exemplarmente por Robert Brenner, e mais recentemente retomado por Ellen Wood em seus estudos. [Robert BRENNER, *Merchants and revolution: commercial change, political conflict and London's overseas traders, 1550-1653*, Cambridge, Cambridge University, 1993 / T. H. ASTON, C. H. E. PHILPIN (orgs.), *The Brenner debate: agrarian class structure and economic development in pre-industrial europe*, Cambridge, Cambridge University Press, 1985 / Ellen Meiksins WOOD, *A origem do capitalismo*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.

em outros trabalhos, contribui exemplarmente para explicitar que a motivação do lucro individual a partir de trocas mercantis não teve, até a era moderna, lugar dominante na vida econômica, o que é base à diferenciação entre "sociedade com mercado" e o que vem a ser a "sociedade de mercado", na qual teria lugar exemplarmente a mercantilização ampla, mesmo das relações sociais, no que Marx tomaria por fetichismo da mercadoria.[198] Mais ainda, trata-se da compreensão de diversas motivações não-mercantis para a troca, em contextos sociais e históricos diversos, como nos conceitos de reciprocidade, dádiva, parentesco, retribuição, vizinhança, entre outros.[199] De grande importância é a menção neste particular à obra de Marcel Mauss, ou ainda Maurice Godelier, que em seus estudos sobre as relações de reciprocidade que se estabelecem a partir das trocas de dons, em que se encerra a tríade "dar", "receber", "retribuir", oferece inspiração decisiva para a compreensão do significado subjacente às trocas que se realizam no âmbito das redes clientelares no antigo regime (*effectus* por *affectus*), e que permitem, em outro exemplo, Angela Xavier e António Manuel Hespanha a falar em uma "economia moral do dom" para descrever e analisar essas relações.[200]

Talvez o mais imprescindível de se pensar aqui seja como essas racionalidades próprias da ação econômica em seu sentido amplo, desde a subordinação a outras esferas de apreensão da realidade, marcadas por desígnios morais, culturais ou religiosos, até sua autonomização no seio da sociedade de mercado capitalista, constituem um processo que não é linear e absoluto, mas marcado por mediações, permanências e ritmos variados. Neste sentido, a compreensão eminentemente histórica proposta aqui das categorias de clientelismo e patronagem deve ser capturada exatamente na transformação da racionalidade dos atores no que diz respeito a essas trocas pressupostas na relação clientelística.

João Fragoso em seu *Homens de Grossa Aventura*, bem como em *O Arcaísmo como Projeto*, este em co-autoria com Manolo Florentino, vai apresentar

---

[198] Karl POLÁNYI, *A grande transformação: as origens da nossa época*, Rio de Janeiro, Campus, 1980 / IDEM, "A nossa obsoleta mentalidade mercantil", *Revista Trimestral de Letras e Idéias*, Porto, Afrontamento, 1978 / Karl MARX, *O Capital: crítica da economia política*, Livro I, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998 / Ellen WOOD, *A origem...*, p.29.
[199] João Antônio de PAULA, "O mercado...", p. 9.
[200] Marcel MAUSS, "Essai sur le don" in: *Sociologie et anthropologie*, Paris, PUF, Quadrige, 1997, pp.145-279 / Ângela Barreto XAVIER, António Manuel HESPANHA, "Redes Clientelares", vol. 4, p. 386.

uma contribuição decisiva na direção desse raciocínio ao analisar a particular sobreposição de estruturas econômicas diversas que se apresenta às primeiras décadas do Dezenove. Analisando os agentes econômicos centrais desse contexto, os negociantes de grosso trato, foi o autor capaz de surpreender nessa elite econômica, uma racionalidade em última instância, ainda que já articulada ao cálculo próprio de mercados integrados como os em que se inseria a praça do Rio de Janeiro no começo do século XIX, marcada pela permanência de categorias sociais próprias do antigo regime, o que levaria esses homens a reproduzirem um projeto arcaizante de hierarquias sociais, negando a reprodução de sua condição de negociante e buscando a inserção em um ideal de nobreza eminentemente ligado a terra.[201]

Esse conjunto de considerações permite a retomada da questão da "cultura política", o outro dos pontos destacados acima como privilegiado para se apreender (surpreender) não o que permanece indistinto no fenômeno clientelístico, mas exatamente o que nele vai se tornando diverso. O conceito de cultura política, ou "culturas políticas", necessariamente inscritas na multiplicidade do plural de práticas e representações como insiste Serge Berstein,[202] corresponde a uma tentativa de desdobrar a análise das práticas e instituições políticas de modo a incorporar as crenças, ideais, normas ou tradições que qualificam a vida política em variados contextos. A partir da definição de Giacomo Sani:

> "(...) compõem a Cultura política de uma certa sociedade os *conhecimentos*, ou, melhor, sua distribuição entre os indivíduos que a integram, relativos às instituições, à prática política, às forças políticas operantes num determinado contexto; as *tendências* mais ou menos difusas, como, por exemplo, a indiferença, o cinismo, a rigidez, o dogmatismo, ou, ao invés, o sentido de confiança, a adesão, a tolerância para com as forças políticas diversas da própria, etc.; finalmente, as *normas*, como, por exemplo, o direito-dever dos cidadão a participar da ida política, a obrigação de aceitar as decisões da maioria, a exclusão ou não do recurso a formas violentas de ação. Não se descuram, por último, a linguagem e os símbolos

---

[201] Karl MARX, *Formações econômicas...*, 1981 / João FRAGOSO, *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*, 2 ed. rev., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998 / João FRAGOSO, Manolo FLORENTINO, *O Arcaísmo como Projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c.1790 – c.1840*, Rio de Janeiro, Sette Letras, 1998.

[202] Serge BERSTEIN, "La culture politique" in: Jean-Pierre RIOUX, Jean-François SIRINELLI (dir.), *Pour une histoire culturelle*, Paris, Éditions du Seuil, 1995.

> especificamente políticos, como bandeiras, as contra-senhas de várias forças políticas, as palavras de ordem, etc."[203]

Os estudos acerca das culturas políticas somente mais recentemente vêm inquietando os historiadores, tendo merecido a atenção primeira dos cientistas políticos. Isto fez concentrar a maioria dos estudos em que tem destaque esse tipo de análise nos períodos mais recentes. Não obstante, é inequívoca a importância e a necessidade dessas questões aos estudos no campo da história política. Particularmente a contextos em que já se qualifica a dimensão estrutural da ação política na condução do Estado, mas em que ainda não se processou a secularização e racionalização dessas práticas (o caso no antigo regime), a importância que se deve atribuir a esses aspectos "culturais" da vida política é ainda mais crucial. Neste sentido, mesmo destacando essa precedência dos cientistas políticos no uso do termo, alguns dos temas próprios do que na definição de Sani pertencem ao campo da cultura política, já são — é necessário que se faça justiça — objetos tradicionais de estudos de historiadores, como no caso das linguagens políticas. Basta aí lembrar os trabalhos de John Greville Agard Pocock e Quentin Skinner, líderes do que já foi descrito como a "Escola de Cambridge" da história do pensamento político, ou ainda, em matriz distinta, nos autores ligados a *Geschichtliche Grundbegriffe*, o dicionário de "Princípios históricos da linguagem política e social na Alemanha", editado por Otto Brunner, Werner Conze e Reinhart Koselleck.[204]

Por outro lado, é inegável a importância dos avanços da história cultural como guias para a apreensão e análise de uma determinada cultura política. A discussão dessas questões ultrapassa obviamente as intenções do presente texto; mas ainda assim vale a referência ligeira a um elemento particularmente relevante para essa análise. Trata-se do que na história cultural, particularmente em estudos sobre história da arte foi se desenvolvendo no sentido de se apreender as concepções e categorias de apreensão da realidade, próprias de determinados contextos históricos. Peter Burke vai se referir a esta dimensão como "esquemas mentais", e neste sentido

---

[203] Giacomo SANI, "Cultura Polítca" in: Norberto BOBBIO, Nicola MATTEUTTI, Gianfranco PASQUINO, *Dicionário de Política*, Brasília, Ed. UNB, 1995, p.306.

[204] Cf. John Greville Agard POCOCK, *Linguagens do ideário político*, São Paulo, EDUSP, 2003; Quentin SKINNER, *As fundações do pensamento político moderno*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996; Melvin RICHTER, "Reconstructing the History of Political Languages: Pocock, Skinner and the Geschichtliche Grundbegriffe", *History and Theory*, Middletown, 29(1): 38-70, 1990 e Otto BRUNNER, Werner CONZE (orgs.), *Geschichtliche grundbegriffe: historisches lexikon zur politisch-sozialen sprache in Deutschland*, Stuttgart, Klett-Cotta, 1984, 7vols.

associa-se a muito do que foi proposto anteriormente por Erwin Panofsky ou Ernst Hans Gombrich.[205] Associando-se esta dimensão, crucial para a discussão da criação ou da polêmica sobre a idéia de progresso nas artes, ao tema do político, é possível caminhar na direção de apreender as práticas e a vida política a partir dos elementos próprios que informavam a percepção própria que os atores políticos tinham de seu universo e das relações de poder nele subjacentes. Avançar na direção de desnaturalizar a prática e pensar como se pensava o político, em dado contexto histórico, ainda que constitua horizonte, por definição, impossível de se alcançar, é boa orientação de caminho.

Essa dimensão de análise aplicada às relações de natureza política, próprias da América portuguesa e daí do Brasil independente, oferece eixo para uma interpretação de como ainda que o traço essencial das relações de poder e de troca política teimem em reforçar a dimensão clientelística, as percepções, estratégias e orientações dos atores políticos, vão pouco a pouco assumindo coloridos diversos. Um extenso processo em que é possível marcar reforços de relações de patronagem adquire assim em nossa história política, matizes e contornos próprios. Na reprodução de hierarquias sociais próprias do antigo regime na América lusa — ainda que e exatamente por conta dos elementos que marcam a especificidade da formação histórica do contexto americano, no qual assomam, por exemplo, outros ritmos e possibilidades nos caminhos de conformação das elites locais, mesmo que respaldando e se valendo das linguagens e esquemas próprios das referências políticas do antigo regime português — seriam marcantes alguns traços próprios de determinada cultura política como chave para a reprodução de ordem clientelística, aos quais se dará maior atenção à frente. Para além disto, em termos amplos, temas como a progressiva identificação das melhores famílias da terra com o espaço americano na chave das reivindicações pela conquista e a guerra, ou em outro plano as próprias possibilidades de formação de uma identidade colonial indiciada e em gestação no repertório de novos esquemas de reivindicação política, informam diretamente sobre os quadros em que mais propriamente se assentava e a relação

---

[205] Ver: Erwin PANOFSKY, *Significado nas artes visuais*, 2. ed, Sao Paulo, Perspectiva, 1979 e Ernst Hans GOMBRICH, *Arte e ilusão : um estudo da psicologia da representação pictórica*, São Paulo, Martins Fontes, 1986.

clientelística neste momento.[206] À primeira metade do século XIX, por sua vez, um conjunto de novas referências já passara a conformar muito desses condicionantes políticos mais amplos, e conseqüentemente, da cultura política própria da prática daqueles atores sociais. Os modelos liberais como elementos chave do discurso e a contradição, de superfície, entre essas referências e a necessidade de se manter uma estrutura escravista na qual se assentam mesmo as assimetrias sociais, é bom exemplo disto.

A República, tempos depois, afloraria de outros conjuntos de tensões políticas, que por sua vez reproduzem tramas clientelísticas, mas, novamente, informadas por referências diversas. Os novos atores sociais urbanos (destaquem-se os militares), assim como alterações na base rural (conjuntura de crise econômica no Nordeste) dão corpo a essa realidade. O fenômeno do coronelismo, expressão ícone do clientelismo da República Velha, estudado exemplarmente por Víctor Nunes Leal, é exemplo claro desse contexto e, se comparado às tramas clientelíticas próprias do período colonial, ou as que assomam no segundo reinado, reforçam os padrões gerais, mas deixam revelar significados diversos e estratégias bastante próprias.

A duração alargada de um fenômeno como o clientelístico na política brasileira, passível mesmo de certo avanço em um território já marcado por uma muito mais ampla impessoalização do aparato estatal, como nos dias atuais, em que ainda podem se marcar inúmeras permanências de relações de patronagem no plano político e social, deve ser vista assim na chave de leitura de um processo que combina rupturas e continuidades, e cumpre função essencial, como aponta, por exemplo, João Fragoso, na reprodução de mecanismos de exclusão social.[207] Talvez o clientelismo, mais propriamente, deva ser encarado, da mesma forma que a cultura política, em seu registro plural. Ainda que entendido aqui como um fenômeno que se reitera ao longo de período muito longo, o clientelismo não compõe de forma alguma, em uma análise política alongada, um "sistema político", e não raro responde a formas mesmo por demais variadas, em que se estabelecem as estratégias de ação em conjunturas de forças políticas assimétricas; daí a idéia de não um, mas

---

[206] Sobre a dimensão da identidade colonial veja especialmente: Luciano Raposo de Almeida FIGUEIREDO, *Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América portuguesa: Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1640-1761*, São Paulo, FFLCH/USP, 1996 (Tese de Doutorado em História)

[207] João FRAGOSO, "Para que serve a história econômica? – Notas sobre a história da exclusão social no Brasil", *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro (29), 2002.

vários clientelismos. Adiantando a crítica, longe de sabotar a força do conceito, este enfoque ressalta-lhe um traço essencial, a combinação de diferenciação com preservação. Parece válida assim para o clientelismo aquela preciosa chave de análise de que o que nele vai se tornando diverso é exatamente uma forma de preparar a sua reprodução da mesma forma. Ou seja, as relações clientelísticas mudam ao longo do tempo para deixarem igual as relações sociais assimétricas que estão (e são) na sua própria origem.

3.2. As elites políticas das Minas - século XVIII e passagem para o XIX

O tema da elite política mineira mereceu até o presente momento atenção limitada da historiografia mineira relativa aos séculos XVIII e XIX. Um número mais expressivo de trabalhos, e mesmo um conhecido debate que da década de 1980 ao presente ainda movimenta posições, ocupou-se de outro período, o final do Dezenove e primeiras décadas da república. O final do período colonial e os primeiros tempos apos a independência, todavia, não conta muitos estudos, só sendo mais amplo o escopo se forem relacionados também os trabalhos que, ainda que versando sobre outros temas, encontram a questão das elites políticas do período. Vale anotar, não obstante, que não identifiquei estudo algum que se encarregue da tarefa de analisar especificamente essas elites políticas tanto no século XVIII quanto no XIX, pensando suas continuidades e diferenças. Tal ausência, que de resto é comum a muito da historiografia mineira — sendo os trabalhos que alcançam os dois períodos via-de-regra sobre o Dezoito com partes finais que chegam ao Dezenove, ou acerca do Dezenove, com parte introdutórias que recuam ao Dezoito —, em si qualifica o presente esforço. No entanto, é prudente também insistir que o presente trabalho não dará conta sozinho dessa ausência. Um dos problemas evidentes é justamente o fato de que tal análise implica necessariamente em um esforço cumulativo, no qual pesam os estudos monográficos sobre espaços específicos ou setores particulares dessas elites, a publicação de fontes e os avanços metodológicos. Mesmo assim, esta parte da tese cuidará de avançar algumas considerações de conjunto antes de se focar em uma análise particular de um segmento específico, a elite fazendária nas Minas no período.

Sendo assim, o objetivo central aqui não é mais do que destacar algumas características gerais e particularidades dessas elites políticas (e econômicas), em diálogo com algumas referencias importantes da historiografia pertinente.

Um bom ponto de partida para tanto é o estudo recentemente aparecido de Virgínia Maria Trindade Valadares versando sobre as elites mineiras no século

XVIII.[208] Contribuição de grande valor à historiografia, essa sua tese de doutoramento na Universidade de Lisboa, mesmo que não se restringindo à identificação de uma elite política especificamente, aproxima-se vigorosamente de questões como a inserção desses grupos nas teias de poder local, o que bem qualifica para o período em questão o horizonte da ação política.

O argumento geral da tese de Virgínia Valadares é a apresentação das elites mineiras no que chamou no próprio título do trabalho de "conjunção de dois mundos", ou seja, na aproximação (ou tentativa de) da elite local com a elite portuguesa do período. Sua estratégia, o que acaba por definir efetivamente o objeto da tese, é o estudo dos estudantes mineiros que ingressaram na Universidade de Coimbra durante o século XVIII, delimitando duas frentes de análise, uma referente aos pais desses estudantes, que enriquecidos nas Minas enviam os filhos para estudar no Reino, e outra que se refere aos próprios estudantes regressados às Minas, sendo que estes dois grupos conformam grosso modo duas gerações nas elites mineiras no setecentos. O estudo acaba por ser mais aprofundado nas especificidades sócio-econômicas dos envolvidos para essa primeira geração por conta da utilização de inventários e testamentos como fontes principais, não obstante, é consistente na análise de conjunto.

A perspectiva geral dessa aproximação da "mentalidade" da elite mineira com a reinol se dá a partir da apreensão das correspondências entre a nobreza da corte e o que é definido pela autora como nobreza da terra. Essa última, categoria controversa sem dúvida, não deixa de receber algum cuidado no texto dela, uma vez que se preocupa em demonstrar que a percepção metropolitana, balizada pelas informações dos governadores da capitania, era de que não havia a bem da verdade famílias de nobres fidalgos, o que se contava nas Minas eram "pessoas mui abonadas e de maior estimação e crédito", como assim se referiu o ministro Martinho de Melo e Castro, Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar.[209] Estes eram os

---

[208] Virgínia Maria Trindade VALADARES, *Elites mineiras setecentistas: conjugação de dois mundos (1700-1800)*, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2002 (Tese de doutorado em História) [O texto original, sem a extensa transcrição documental anexa à tese, foi publicado mais recentemente como: *Elites mineiras setecentistas: conjugação de dois mundos*, Lisboa, Colibri / Portimão, Instituto de Cultura Ibero-Atlântica, 2004; não obstante, as citações aqui terão por referência a tese.]

[209] APM, SC 211 – Registro de Ordens e Provisões, "Instrução de Martinho de Melo e Castro a D. António de Noronha", 24 de janeiro de 1775, p. 786 apud Virgínia Maria Trindade VALADARES, *Elites mineiras...*, p.295.

nobres das Minas Gerais, a dita nobreza da terra que, bem entendida, tinha sua distinção derivada dos cabedais, da fortuna.[210] Outra autora que pesa essa associação entre os homens bons e os cabedais acumulados é Carla Maria Carvalho de Almeida, que analisando uma listagem de dos mais ricos homens das Minas para o ano de 1756 em cruzamento com inventários e testamentos para alguns deles, afirmaria que "além de serem considerados os homens mais abastados da região, eram também *dos principais da terra*. Riqueza, privilégios e destaque social, pareciam andar junto".[211]

Esse acento recente, da condição/aspiração de nobreza das elites coloniais, presente em trabalhos acerca das Minas ou de outras partes da colônia, pode ser contrastado à leitura mais em voga anteriormente que pintou essas elites locais como potentados ou magnatas, acentuando o cálculo econômico na segmentação social e nos contornos da ação política. Tanto a leitura mais tradicional da Inconfidência Mineira que pesa a conformação dos interesses e identidades locais, distanciando os envolvidos que, em maior ou menor grau, eram pertencentes todos aos quadros da elite, dos esquemas mentais das formas políticas e sociais portuguesas, quanto as leituras que transmutam as Minas em um grande Portugal vendo nelas emulação direta de certo ambiente cortês, com mesmas estratégias e mentalidades, pecam pelos seus excessos.

Em termos concretos, Virgínia Valadares vai argumentar que as características centrais dessa primeira geração da elite mineira era sua comum origem portuguesa, o que bem casa com o que outros trabalhos já apontaram tendo por base, por exemplo, os estudos do Cônego Raimundo Trindade,[212] nos quais se explicitam como dentre os troncos mais antigos e destacadas da genealogia mineira figuram número reduzido de famílias paulistas ante a maioria de reinóis vindos às Minas após a descoberta do ouro. A autora assinala ainda a estreita ligação que se estabelece entre a propriedade de terras e as bases do poder, o que pode bem ser generalizado pela colônia e que diretamente se aproxima da realidade do Reino, sendo essa condição central de prestígio e nobreza, sendo que "apesar de em Minas

---

[210] Virgínia Maria Trindade VALADARES, *Elites mineiras...*, p.295.

[211] Carla Maria Carvalho de ALMEIDA, *Homens Ricos, Homens Bons: produção e hierarquização social em Minas colonial, 1750-1822*, Niterói, PPGH/UFF, 2001 (Tese de doutorado em História). [Grifo da autora]

[212] Cônego Raimundo TRINDADE, *Velhos troncos ouropretanos*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 1951 e *Velhos troncos mineiros*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 1955. 3 vols.

não existir uma sociedade de corte, a sua elite fundiária dava à terra um sentido cortês".[213] Da mesma forma a autora aproxima os significados, e o poder decorrente, do senhorio de terras do senhorio de homens, da posse de expressivo número de escravos pelos indivíduos mais destacados dessa elite.

É preciso discutir o tema com mais cuidado, de toda forma, aceitando ainda o eixo da leitura de elementos próprios de uma sociedade de corte, que em suas formulações originais retomam diretamente o caso francês, e que em si é realidade que carece de ser bem matizada para ter aplicação relevante ao contexto português, vale a observação de que mais interessante do que perceber a terra como elemento central da condição de nobre (verdade que desemboca na própria concepção patente à economia política do período, na qual a terra é a fonte última e única de toda a riqueza, sendo a renda da terra o que permite o nobre se afastar de qualquer dos desqualificantes afazeres mecânicos) é perceber o papel dessa terra enquanto espaço de representação do poder desses indivíduos. Desta forma é patente, por exemplo, referindo-se ao contexto francês diretamente, a diferença entre o senhor que habitava no medievo seu castelo plantado sobre domínios feudais ao norte do rio Loire na França, e o nobre cortês do século XVIII que mesmo sendo proprietário de terras em outras partes da França vivia no ambiente urbano, sendo a o *hôtel* e o ambiente de corte o espaço da representação de seu poder. Deslocando-se no tempo e no espaço esse exemplo e encontrando as Minas entre o Dezoito e o Dezenove, o que se percebe é que ainda que a terra impere segmentações sociais os resultados são bastante distintos. A diferença no uso dessa terra como chave de representação social, todavia, guarda proximidade ao exemplo em relação ao corte urbano-rural. Desta forma é possível marcar distâncias entre o que seria patente à elite mineira no setecentos, em especial na segunda metade, onde assoma o aspecto distintivo de sua representação urbana, e o que vai se qualificando no Dezenove, ainda que com diferenças regionais significativas, que é o rural ganhando autonomia enquanto espaço de representação social e de poder, bem qualificando essa idéia do poder político e econômico advindo da propriedade de terras e homens, marcando-se mesmo a dualidade da fazenda e da cidade.

---

[213] Virgínia Maria Trindade VALADARES, *Elites mineiras...*, p.300.

Neste sentido é que reside distanciamento claro entre as posições aqui defendidas e a leitura da autora que vai insistir em um certo caráter "híbrido" da sociedade mineira nos setecentos, no que diz respeito particularmente à sua feição "rural e urbana", sendo tal dualidade que a qualifica como "conservadora e patrimonial".[214] Mesmo que relativizando, na consideração de que "o patriarcalismo que marcava a sociedade mineira não se caracterizava pelo rigor do que predominava no nordeste açucareiro, devido à influência das cidades, ao envolvimento das pessoas em várias atividades econômicas e às amplas relações de parentesco",[215] a autora acaba por pesar mais a semelhança do que a diferença, sendo que o que me parece fundamental é exatamente o contrário.

A esta altura faz-se necessário insistir em um ponto particular antes de se prosseguir. Muito das críticas avançadas acima podem ser agrupadas como a preocupação com a identificação direta de aspectos próprios do antigo regime europeu como chaves de leitura fundamentais para a leitura da formação social mineira nos setecentos. A crítica que apresentei também acima da aparente recorrência como que atemporal do fenômeno da patronagem política tentou qualificar como que em leitura mais atenta se tratam de processos em vários sentidos distintos, mas com intenções coincidentes, a reprodução do lugar social de um determinado conjunto de indivíduos ao longo do tempo — chave elementar para o estudo das elites.

Não há como aqui fugir, entretanto, de uma referência mais cuidadosa a um termo que mobiliza muito do debate sobre as elites no universo colonial, havendo se espalhado (veloz como a moda) por grande parte da historiografia pertinente: as chamadas "redes clientelares". Permitam-me assim, uma breve digressão para situar a questão no contexto do antigo regime português, donde vem se dando seu transplante à sociedade colonial.

Segundo Ângela Barreto Xavier e António Manuel Hespanha, as relações clientelares inserem-se no próprio universo mental do antigo regime, condicionando as práticas e representações sociais, e conferindo a esse tipo de relação significados culturais distintos do caráter ilegítimo assim como espúrio que a caracteriza hoje:

---

[214] *Idem*, p.294.
[215] *Idem*, pp.306-7.

> "De facto, relações que obedeciam a uma lógica clientelar, como a obrigatoriedade de conceder mercês aos 'mais amigos', eram situações sociais quotidianas e corporizavam a natureza mesma das estruturas sociais, sendo, portanto, vistas como a 'norma'. A verdade é que estas atitudes foram sendo progressivamente marginalizadas (no sentido inverso ao do progresso do aparelho de 'Estado'), até adquirirem o epíteto de corruptas, e são actualmente conotadas como situações de 'anormalidade' institucional".[216]

A relação dom e contra-dom surge assim como elemento central da estruturação das relações políticas no antigo regime, sendo o benefício entendido em esfera muito mais ampla do que a dos ganhos estritamente econômicos, o que só faz aumentar a indefinição dos limites das dívidas que se estabelecem, e que, por sua vez, reforçam os laços que unem os envolvidos.[217] A natureza dessa relação é diretamente informada pela permanência do conceito aristotélico de "amizade", essencialmente o de "amizades desiguais", tal qual discutido pelo autor em seu *Ética a Nicômaco*.[218] A amizade constituiria, neste sentido, o suporte de fortes laços políticos e fonte de deveres duráveis. A amizade na concepção de Aristóteles comporta assim tanto o sentido do amor recíproco entre iguais como também da relação entre desiguais, o que caracterizaria a relação, por exemplo, entre governante e governados, pai e filho ou patrão e cliente. Essas referências informam e povoam as relações políticas no antigo regime português, abrangendo o conceito de amizade "desde as relações entre o Rei e os vassalos reciprocamente ligados por laços de amor/amizade (desigual), até as relações filiais (os familiares são simultaneamente os mais amigos) ou de pura amizade (que, quando muito intensa, se assemelharia às relações de família). Esta transposição do imaginário familiar para o campo das relações sociais informais é uma constante da época".[219] A dualidade entre graça e reciprocidade que enredava as pessoas nessa sociedade cria cadeias e espirais que tendem a ter na figura do Rei seu topo. O sistema de mercês delineia esse quadro e tem sua origem em práticas que remontam as guerras pela Reconquista de Portugal

---

[216] Ângela Barreto XAVIER, António Manuel HESPANHA, "Redes Clientelares", vol. 4, p. 381
[217] *Idem*, p.382.
[218] ARISTÓTELES, *Ética a Nicomacos*, tradução do grego, introdução e notas de Mário da Gama Kury, Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1985.
[219] *Idem*, p.385.

contra os muçulmanos na Idade Média. O Rei concedia à aristocracia, terras e privilégio como recompensa aos serviços prestados à Coroa.[220]

A relação que se estabelece a partir da dívida fundada no par liberalidade/gratidão, não obstante, àqueles quadros mentais, assumia a condição de inextinguível.[221] O sistema de mercês subordina assim os vassalos como também o próprio Rei nessas cadeias de gratidão, e são neste sentido o cimento da idéia de redes clientelares. "O Rei aparece, assim, sujeito aos constrangimentos e contingências impostos pela economia de favores, e podia ser clara e eficazmente pressionado por determinadas casas poderosas no sentido de tomar esta ou aquela resolução, como, na prática sucedia com outros actores políticos."[222] No que tange ao poder real, do século XVII para o XVIII assiste-se um processo em que progressivamente o Rei faz funcionar suas próprias redes no sentido de obliterar outras e assegurar a autonomização de seu poder, conferindo às mercês um caráter cada vez mais liberal. Este processo só ganharia corpo efetivamente a partir da legislação pombalina, ainda assim, é importante pensar que no plano social essa arquitetura de poderes teria maior permanência na articulação entre atores de forças políticas desiguais e na aproximação destes às esferas centrais do poder. Isto faz das redes clientelares tema particularmente interessante a contextos que padecem da "distância" do Rei, como a América.[223]

A relação clientelística assim apresentada encerra aos quadros do antigo regime a um só tempo prática social e esquema mental, e em termos efetivos alcança a hierarquização social e a própria administração das diversas partes do império português. Colocada dessa forma, a centralidade da idéia de redes clientelares à compreensão da composição de forças políticas e econômicas e da própria

---

[220] Margarida SOBRAL NETO, "A persistência senhorial" in: Joaquim Romero de MAGALHÃES (coord.), *História de Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, vol. 3, p.165 / João FRAGOSO, "A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (sécs. XVI e XVII)" in: João FRAGOSO, Maria Fernanda BICALHO, Maria de Fátima GOUVÊA, *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.43 / João FRAGOSO, Maria de Fátima GOUVÊA, Maria Fernanda Baptista BICALHO, "Uma leitura do Brasil colonial: bases da materialidade e da governabilidade no Império", *Penélope, fazer e desfazer a história*, Lisboa (23), 2000, p.68.

[221] Ângela Barreto XAVIER, António Manuel HESPANHA, "Redes Clientelares", vol. 4, p. 390.

[222] *Idem*, p.392.

[223] Para considerações acerca da dimensão da "distância" no plano da política colonial, cf. Luciano Raposo de Almeida FIGUEIREDO, *Revoltas, Fiscalidade e Identidade Colonial...*, pp.275-313 e em outra perspectiva A. J. R. RUSSEL-WOOD, "Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808", *Revista Brasileira de História*, vol.18 (36), São Paulo, 1998.

conformação das elites na América portuguesa parece assim inquestionável. Não obstante é necessária ao menos uma nota de advertência. Advertência seja porque o período que se colocou em questão nesse tipo de análise seja em particular o século XVII e ao tratar aqui especificamente das Minas o tempo seja outro; seja porque o posicionamento acima referido do monarca fazendo funcionar suas próprias redes e projetando sua centralidade articular-se-ia ao progresso em si do aparelhamento do Estado, que à segunda metade do século XVIII ganha evidência no mundo português; ou seja simplesmente porque é fácil ver na historiografia recente a multiplicação de referência um tanto acríticas à particularidade da América dentro desse mundo português. Dessa forma, tendeu-se para situação na qual aonde quer que se distinga a parcialidade de certos grupos de interesses, teima-se em ver as "redes" e as ditas relações "clientelares", não distinguindo a especificidade e a dimensão dessas ligações que as fazem próprias para carregarem o título de rede(s) ou tampouco o que nelas caracteriza efetivamente o clientelismo. Ou seja, não é certamente toda e qualquer parcialidade de interesses, ou qualquer grupo, que constitui uma rede, e não é da mesma forma toda relação assimétrica de poder que assume a feição clientelar no processo de organização política, ainda mais no sentido próprio e agudo que esta assume aos quadros do antigo regime.

Na maior parte dos casos (exatamente os que tem mais força), as ditas redes clientelares não são outra coisa senão redes parentais, que incluem certos transbordamentos, mas que estabelecem suas estratégias de articulação e preservação de seu lugar social com base nos desdobramentos de relações familiares. Tal traço é sem dúvida fundamental para a leitura das elites políticas em Minas, como já se referenciou e ainda se explicitará aqui. Ainda aqui, todavia, cabe nova advertência, própria das críticas que se pode fazer a genealogia quando de conhecimento auxiliar se projeta como forma particular de se fazer história. É fácil produzir a impressão de que tudo se articula quando se trabalha com genealogias. Ligam-se os indivíduos, e na carreira disto também as idéias, os interesses e as estratégias, onde quer que haja vínculo parental.

Vale aqui a referência a uma pesquisa recente, e criteriosa, que muito distancia-se desse uso precário das genealogias, e que contribui para a percepção dessas redes parentais na formação da elite mineira, ainda que situadas pelo autor no

esquadro de redes clientelares. Refiro-me ao esforço realizado por João Fragoso em textos recentes no sentido de caracterizar como se dá entre os séculos XVI e XVII o que chamou de a montagem da primeira elite senhorial no Rio de Janeiro a partir de expedientes políticos próprios do antigo regime. Marcam-se nesses estudos a trajetória de uma "nobreza da terra" que a partir "da conquista de terras e de homens (guerras justas, ou não, contra o 'gentio da terra'), do sistema de mercês e domínio da Câmara Municipal, conseguiu se apropriar de parte do excedente da sociedade colonial".[224] Especificamente se questionando sobre a constituição de capital da economia de *plantation* fluminense no período, argumenta esse autor:

> "Trocando em miúdos, a constituição das fortunas daquelas famílias baseou-se na combinação de três práticas/instituição vindas da antiga sociedade lusa: a conquista/guerras — prática que nos trópicos se traduziria em terras e homens, a 'baixos custos', porque foram apossados das populações indígenas; a administração real — fenômeno que lhes dava, além, do poder em nome *del Rey*, outras benesses via sistema de mercês; o domínio da câmara — instituição que lhes deu a possibilidade de intervir no dia-a-dia da colônia.
>
> Provavelmente, esses últimos mecanismos de acumulação e riqueza foram os mais eficazes, já que permitiram a apropriação de recursos não de outro setor particular da economia, mas sim de excedentes regados por *toda* uma sociedade colonial em formação".[225]

Em termos estritamente econômicos, ainda que dedicando particular atenção ao último tópico anunciado, pode-se dizer que o argumento de Fragoso parece mais frágil no que diz respeito à efetiva demonstração de como se processa essa transferência de parcela de recursos de "toda" essa sociedade colonial em formação, para a formação da *plantation* fluminense. Sua análise, não obstante, ao investigar as trajetórias familiares dos titulares dessa primeira elite senhorial fluminense, as disputas entre os grupos de interesse (bandos), bem como as ligações e formas de obtenção, a partir de mercês, de posições administrativas e militares naquela sociedade — com todos os privilégios daí decorrentes —, vão desvelando os sentidos próprios das redes clientelares à América lusa na percepção do autor.

Ainda acompanhando a linha argumentativa de Fragoso, a passagem para o século XVIII representaria um momento particularmente interessante à ampliação desses grupos de interesse que entre disputas e recomposições internas vão se

---

[224] João FRAGOSO, "A formação da economia...", pp. 51-61.
[225] *Idem*, pp.42-3.

valendo de estratégias clientelares para assegurar posições hegemônicas na sociedade colonial. As descobertas auríferas no interior do continente a partir de 1693 e a rápida ocupação das terras das Minas, vão conferindo candidatos entre capitanias para uma teia de alianças parentais com origem nos conquistadores seiscentistas do Rio de Janeiro ou às melhores famílias da terra paulista à época.[226] Essas teias de interesse se estenderiam ao longo do século atingindo mesmo os circuitos do aquém-mar e conformando outra vez sentidos próprios do que se pode tratar por redes clientelares. Da mesma forma, outro processo em curso no século XVIII, complexificaria essas relações ancoradas antes essencialmente na (auto)definição de direitos por uma nobreza da terra, no sentido de abarcar na hierarquia social os principais envolvidos nos circuitos mercantis que se dinamizavam. Ainda que com distâncias marcadas nas indistinções que carregava a atividade mercantil, nada que já não houvesse encontrado — e o fosse progressivamente — formas de apropriação particulares no pensamento e na sociedade portuguesa, como bem se expressa nas figuras do "mercador-fidalgo" e do "fidalgo-mercador" analisadas por Vitorino Magalhães Godinho.[227] Trata-se, objetivamente, do processo que ao longo do século vai dinamizando os circuitos internos produtivos e comerciais da América portuguesa em par com a crescente importância da praça do Rio de Janeiro e dos negócios no Atlântico-sul. De forma ampla isto se traduziria na "lenta consolidação de um mercado mais regulado pelos preços e, com ele, a hegemonia dos comerciantes de grosso trato sobre a economia, no lugar da velha nobreza da terra".[228] Esse processo, não obstante, só teria sua efetivação no século XIX, onde mais explicitamente se verificaria a certa retração do peso da política nos mecanismos centrais de acumulação de riqueza, ante as formas de enriquecimento diretamente ligadas às atividades mercantis. Todo o século XVIII, e especialmente sua primeira metade, ante o eflúvio do ouro na sociedade mineira, assistiria ainda ao

---

[226] João FRAGOSO, "'Elites econômicas' em finais do século XVIII: mercado e política no centro-sul da América lusa – notas de uma pesquisa" in: István JANCSÓ (org.), *Independência: História e Historiografia*, São Paulo, Hucitec, 2005.

[227] Ver: Vitorino Magalhães GODINHO, *Estrutura da antiga sociedade portuguesa*, Lisboa, Arcádia, 1975 / e também, para uma análise voltada para as Minas setecentistas, Júnia Ferreira FURTADO, *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*, São Paulo, Hucitec, 1999.

[228] João FRAGOSO, "Para que serve a história econômica?...", p.13 / Luís Felipe ALENCASTRO, *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico sul, sécs. XVI e XVII*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

peso dessa esfera da política ante a ordem econômica, e a um quadro de forças, bem como a uma composição de elites em que iam imbricados em cadeias supracapitanias e por vezes com ligações transoceânicas, essa nobreza da terra, comerciantes e mesmo as autoridades metropolitanas. João Fragoso analisa essa conjuntura, refletindo acerca de duas devassas por conta de descaminhos dos tributos do Rei, que indiciavam negociantes, nobres da terra e importantes membros da administração real, articulando partes diferentes do império, argumentando como se têm aí:

> "(...) práticas de acumulação de riquezas derivadas da interferência da política na economia. Parece-me um equívoco resumir estes processos em lutas entre dirigentes corruptos *versus* a ação de administradores zelosos. Talvez, mais do que isto, tais devassas indiquem enfrentamentos de bandos políticos adversários, tendo por cenário o próprio império luso. Para a sociedade colonial, aquelas práticas de enriquecimento resultavam de uma ordem estamental definida pela política. O seu topo consistia nas *melhores famílias da terra*, que possuíam poder de mando e, portanto, legitimidade, dada pelos demais segmentos sociais, fenômeno que lhe dava condições de interferir na economia".[229]

Em outro registro, analisando especificamente um certo conjunto de famílias e suas articulações por via de casamentos, afirma também João Fragoso que esses "não eram casamentos fortuitos, mas opções que — a partir de uma cultura política — visavam consolidar pactos com pretensões de atingir o círculo de poder colonial".[230]

De volta ao que interessa ao presente texto, e retomando os pontos nos quais insisti na seção anterior, estas questões apontam para o peso dos temas da cultura política e da economia à análise das dinâmicas clientelares em suas várias formas ao longo do tempo. Para a primeira é importante o destaque ao sistema de mercês criando espirais de dependências e às estratégias familiares na articulação das redes ou ainda, de forma mais ampla, as trocas simbólicas a pesar nas articulações econômicas em um mercado dominado pela esfera da política. Já especificamente no plano da economia, deve-se destacar a mudança, lenta, na própria racionalidade econômica dos atores sociais, o que vai qualificando novas possibilidades de

---

[229] João FRAGOSO, "'Elites econômicas'...", p.855.

[230] João FRAGOSO, "Potentados coloniais e circuitos imperiais: notas sobre uma nobreza da terra, supracapitanias, no Setecentos" in: Nuno Gonçalo MONTEIRO; Pedro CARDIM; Mafalda Soares da CUNHA (Org.), *Optima Pars: Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*, Lisboa, Universidade de Lisboa, ICS - Imprensa do Instituto de Ciências Sociais, 2005, p.162.

inserção na estrutura da sociedade e sua complexificação, visível com particular clareza em contextos de rápida expansão urbana como no caso das Minas Gerais setecentistas.

O posicionamento de João Fragoso, que em linhas gerais, no texto destacado acima e em outros mais de seus escritos recentes, defende a existência do que qualifica como um "antigo regime nos trópicos"[231], foi diretamente criticado em texto há pouco aparecido. Essa crítica não é mais que uma nota em um dos capítulos do livro mais recente de Laura de Mello e Souza. Não obstante, mesmo com tamanha brevidade, pontos de suma importância para se avançar de forma efetiva sobre essas questões são aí explicitados, e merecem ser aqui recuperados:

> O fato de membros das elites coloniais se autodenominarem "nobreza da terra" não autoriza, creio, os historiadores a tomarem o que é construção ideológica por conceito sociológico. Da mesma forma, o fato de existirem *aristocracias regionais* — a menos equívoca sendo, por certo, a da velha região açucareira do nordeste, notadamente em Pernambuco — não permite extrapolar para a constatação de que a sociedade luso-brasileira dos séculos XVI, XVII e XVIII conheceu, na nobreza da terra, uma formação social análoga à do *Ancien Régime* europeu. (...) Em termos gerais, tem havido uma tendência em ler de forma enviesada a obra de Evaldo Cabral de Mello, na qual nobreza da terra é vista, se entendi bem, como construção ideológica, e não como conceito que permita ver a aristocracia pernambucana como expressão da nobreza do Antigo Regime, e a ela comparável.[232]

O livro trata da administração colonial no século XVIII a partir do mergulho vertical na trajetória de alguns indivíduos, essencialmente ligados ao governo das Minas no período. Na primeira parte do livro, não obstante, há a intenção de se fornecer o enquadramento geral dessa trajetórias e, nesse sentido, parece-me que o capítulo mais importante é exatamente o que se dedica a reflexão da sociedade mineira setecentista, campo no qual a autora deu algumas de suas mais importantes contribuições à historiografia.

Sob o título "Nobreza de sangue e nobreza de costume: idéias sobre a sociedade de Minas Gerais no século XVIII", a autora realiza uma excepcional análise do processo de sedimentação progressiva dos elementos de distinção social

---

[231] João FRAGOSO, Maria Fernanda BICALHO, Maria de Fátima GOUVÊA, *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

[232] Laura de MELLO E SOUZA, *O Sol e a Sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*, São Paulo, Companhia das Letras, 2006, pp.179-80 n.

nas Minas do período, elegendo o que chamou de "nobreza de costume" como uma categoria adequada para ler o lugar social que as elites locais terminaram por construir.

O ponto chave do texto parece-me ser, não obstante, a explicitação de certo traço definidor da história mineira no período. Enfatizando um pouco, trata-se da idéia de que o ouro (o dinheiro) joga na composição, organização e hierarquização da sociedade mineira um papel fundamental. Em outros termos, de que o dado econômico qualifica prioritariamente a organização desse espaço social desde a constituição, precedendo mesmo, por exemplo, a própria organização da esfera do poder político. Laura de Mello e Souza coloca a questão da seguinte forma: "nas Minas da época, os princípios estratificadores, ainda em fase de constituição, mostraram-se compósitos, aliando o *status* e a honra a valores novos, ditados pelo dinheiro e pelo mérito".[233] E acrescente, algumas páginas depois, se aproximando da dimensão igualmente fundamental da aceleração do tempo histórico no século XVIII das Minas, insistindo que nessa parte da colônia "queimavam-se etapas: ocorriam a cada dia mais mudanças que as havidas, ao longo de muitos séculos, nas *Metamorfoses* de Ovídio".[234]

Outro traço fundamental da formação das elites mineiras que é mencionado no texto, em sintonia com muito do que já se ratificou na historiografia econômica da capitania, é que mesmo sendo a mineração o que confere sentido geral à existência daquele espaço, é o comércio que vai logo ser o responsável por concentrar fortunas. A conseqüência direta disto que merece aqui ser destacada é que grande parte da elite política e econômica das Minas no período tinha articulações com as atividades mercantis, fossem elas diretas ou indiretas. Em muitos casos essas questões saltam aos olhos, por exemplo, nos processos de habilitação para a Ordem de Cristo, nos quais torna-se complicado demonstrar que o indivíduo e sua ascendência viveram na "lei da nobreza", uma vez que para muitos dos que se enriqueceram nas primeiras décadas das Minas, o envolvimento direto no comércio, e não por intermédio de caixeiros e outros prepostos, era uma constante.

Também merece destaque pela autora outro traço particular à caracterização das elites locais: a inserção desses indivíduos nas forças militares, de linha e de

[233] *Idem*, pp.155-6.
[234] *Idem*, p.160.

ordenanças, e a própria organização desses efetivos em articulação direta à produção de lugares sociais específicos dentro daquele contexto. Comenta então: "num mundo sem títulos, e onde o comércio era a principal via para o enriquecimento, os postos militares passaram a ser procurados por conferirem *status* e honra".[235]

Depois de percorrer dimensões variadas desse processo de hierarquização social na capitania, assim como os ritmos disto ao longo do século XVIII, a autora terminar por desenvolver um argumento sobremaneira interessante. Em linhas gerais a idéia é que de uma sociedade "aluvial", de reiterado "descrédito dos formalismos", como caracterizada emblematicamente por Sérgio Buarque de Holanda[236], caminha-se progressivamente para um processo de "sedimentação" em fins do século, o que acaba por precipitar interesses inconciliáveis e expor de forma mais contrastada as contradições próprias daquele contexto.

> A nobreza estamental das armas e do serviço, característica do Portugal do Antigo Regime, proclamada pelos governantes coloniais para melhor consolidar o mando e infundir a estima, era em tudo distinta da "nobreza" de fumaça, etérea e inconsistente, porque não se assentava em princípios sólidos e definidos ao longo de séculos, o uso específico das terras novas a foi transformando em nobreza de costume. O desembargador Teixeira Coelho, tão ofendido por Furtado de Mendonça no episódio do incenso, escreveu em 1780 que, em Minas, "a riqueza é que faz a honra e a veneração popular; a vingança é que adquire e estabelece o respeito, e a grandeza do fausto é o único caráter da nobreza e da fidalguia". Tal definição é a do burguês, nunca a do nobre. (...) Minas não reclamou foros de nobreza ou fidalguia porque sua sociedade, quando assentou, já trazia traços inequívocos de uma outra ordem, em que as divisões eram de classe e se fundavam, portanto, no dinheiro.[237]

A partir do trecho acima já nas últimas linhas do capítulo, alcança-se uma explicitação eloqüente do processo de hierarquização social nas Minas de então; mas

---

[235] *Idem*, p.169 / Esse papel desempenhado pelas forças militares no espaço colonial, e em si as possibilidades de distinção advindas da carreira militar, é também destacado por Maria Beatriz Nizza da Silva em obra recente, dedicada justamente a investigar essa dimensão, a meu ver problemática como aqui vai se insistindo, da nobreza no âmbito da América portuguesa. O livro, no entanto, tem o grande mérito de traçar panorama amplo e substantivamente apoiado na documentação acerca dos diversos planos em que se deu a busca objetiva pela hierarquização social na colônia e o recurso específico a esses nichos de "nobilitação" possíveis nesse ambiente. Ver: Maria Beatriz Nizza da SILVA, *Ser Nobre na Colônia*, São Paulo: Unesp, 2005.

[236] Sérgio Buarque de HOLANDA, "Metais e Pedras Preciosas" in: *História Geral da Civilização Brasileira (A Época Colonial – Administração, economia, sociedade)*, 10.ed., Rio de Janeiro, Bertrand do Brasil, 2003 (Tomo I, vol. 2).

[237] Laura de MELLO E SOUZA, *O Sol e a Sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*, São Paulo, Companhia das Letras, 2006, pp.179-81.

a meu ver não deixa o conjunto do texto de produzir uma sensação geral ambígua. Como se muito do que foi se destacando como primordial perde-se força com a qualificação final. Trata-se do seguinte, só no final do texto chega a argumentar explicitamente sobre a especificidade dessa hierarquização social das Minas como além dos quadros definidores do antigo regime por conta do fato de ter sido informada desde o início por outra realidade: a das divisões de classe, da segmentação incisivamente marcada pelo dado econômico. Não obstante, insere este argumento novamente nos termos gerais da discussão da nobreza, ao passo em que dilui a questão, esfumaçando-a em uma "nobreza de costume", recolocada como chave para a distinção social nesse contexto. Acompanhando a evolução da argumentação pareceria mais razoável perceber as tensões naquela sociedade que situam invariavelmente nobreza no plano de um vocabulário próprio daquele universo mental, ou ainda, da linguagem, mas redefinindo continuamente seus significados de modo a casar a idéia com práticas sociais informadas já por outra realidade. Por fim, não vejo como o conceito de "nobreza de costume" ajude. Seria mais interessante, a meu ver, enfrentar logo o desafio de ver em que medida o mundo burguês avança, com as contradições que lhe são próprias desde seu lugar de origem, e com todas as outras mais que recolhe no novo mundo, ante essa sociedade particular. Essas contradições, ainda que particularmente flagrantes ao contexto em questão, marcado em todas as suas cores e matizes pelo escravismo, mas gerando formas sociais que em muito ultrapassam o binômio senhor-escravo, orquestrado para expansão da fé católica, mas conformando religiosidade que não se explica em poucas linhas, entre outras tantas mais dimensões, não é todavia exclusividade das Minas ou da América portuguesa. Esse avanço do mundo burguês, contraditório como também o seria, por exemplo, a transformação das visões de mundo tradicionais ante o impacto da ilustração no século XVIII, tem inúmeros exemplos para cada uma das tradições culturais ou dos contextos político, econômicos e sociais que se possa circunscrever a esse tempo.

Nesse sentido, ainda que e eu não subscreva alguns dos desdobramentos do argumento, a reflexão acerca de como os tempos novos, aos últimos anos do século XVIII e adentro pelo XIX, ante a entrada cada vez mais decisiva de um mundo organizado em todos os níveis pela economia, política e cultura burguesas, acaba por

reproduzir no nosso contexto particular um "arcaísmo como projeto"[238] parece-me muito mais decisiva para se abordar o problema da hierarquização nessa sociedade inegavelmente complexa. Para surpreender na análise esses momentos de transformação, há que se cuidar, não obstante, para não deixar o foco concentrado somente na duração do "velho", é preciso buscar olhos para ver, ao mesmo tempo, a forma particular com que se dá o surgimento e a reprodução, contraditória quase que por definição, do "novo".

Em termos amplos essas chaves de leitura aqui percorridas permitem qualificar os elementos gerais que informam a formação das elites mineiras no século XVIII e como ao final deste século e na passagem para o seguinte precipitavam-se tensões variadas. Nesse sentido, o que cabe às páginas seguintes, na leitura específica dos desenhos de conjunto e das tramas particulares dessas elites mineiras, mormente do começo do século XIX em diante, ajudará a organizar um pouco mais essas idéias.

---

[238] João FRAGOSO, Manolo Garcia FLORENTINO, *O Arcaísmo como Projeto: Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil no Rio de Janeiro, 1790-1840*, 3. ed., Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998.

Capítulo 4. O desenho regional e as especificidades das elites

4.1. Visões de conjunto: a percepção das diversidades regionais

Seguem-se dois exercícios distintos a partir essencialmente de conjuntos de dados demográficos, que cumprem a função de apresentar e explorar possibilidades de tratamento agregado de informações sobre a elite política mineira. A primeira parte analisa de forma conjunta os parlamentares mineiros entre 1825 e 1842; a segunda, por sua vez, investiga eleitores e votantes na província em período coincidente.

4.1.1. Parlamentares mineiros

As listas nominativas para a província mineira nos anos de 1831-32, acrescidas de informações das de 1838-40 constitui a fonte fundamental aqui utilizada.[239] Fez-se cruzamentos entre esses dados e uma listagem nominal abrangente dos parlamentares mineiros entre 1825 e 1842, ocupantes de cargos no o Conselho da Província, Conselho Geral da Província, Assembléia Provincial e Câmara dos Deputados do Império. Procedeu-se então a reconstituição dos fogos dos indivíduos com identificação positiva, revelando uma cobertura espacial com forte preponderância da antiga região mineradora, ainda que com representantes por diversos distritos das Minas. Este trabalho com os fogos dos parlamentares permitiu algumas instigantes análises quantitativas e uma série sugestões de leitura qualitativa dos dados, o que particularmente interessa à aproximação, ainda que não uma efetiva reconstituição, de redes interparentais e de associação de interesses no exercício do poder político.

No que diz respeito às informações relacionadas ao ciclo vital dos indivíduos da elite política, duas variáveis, em particular, merecem ser analisadas: idade e

[239] A coleção dos documentos originais pertence ao Arquivo Público Mineiro (APM). O que aqui se utilizou foi o extenso banco de dados contendo essas informações demográficas criado pelo Núcleo de Pesquisas em História Econômica e Demográfica do Cedeplar/UFMG.

estado conjugal. Para a primeira, procedeu-se a um ajuste da variável idade constante nas listas a partir dos dados relativos ao ano de início do exercício de seu cargo político para se ter como resultado a distribuição por grandes faixas etárias desses indivíduos quanto assumiram o cargo, considerando o primeiro mandato para o caso dos que exerceram mais de um. O resultado alcançado está apresentado na **Tabela 3**, e revela que a maior parte dos indivíduos assume cargos já em idade madura, provavelmente além da expectativa de vida para o período. Em termos comparativos, ainda que com intervalos diversos, podemos apresentar os dados de Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves acerca de um segmento da elite política nacional em 1821, que marca valores próximos no essencial da análise. (**TABELA 4**)

TABELA 3: Idade de parlamentares mineiros

	15 a 34	35 a 59	60 ou mais	Total
Nº	9	36	14	59
%	15,30	61	23,70	100

Obs.: foram omitidos 3 parlamentares da coluna 15 a 34 e 1 parlamentar da coluna 35 a 39 por não serem os chefes dos fogos em que residem.
Fontes: APM, Listas nominativas de 1831/32 e 1838/40.

TABELA 4: Idade de um segmento da elite política imperial

	27 a 30	30 a 40	60 a 85	Total
nº	5	41	6	52
%	9,62	78,85	11,54	100

Fonte: Lúcia Pereira das NEVES, *Corcundas...*, p.69.

TABELA 5: Estado conjugal de parlamentares mineiros

	Solteiro		Casado	viúvo	Total
	Eclesiástico	não eclesiástico			
Nº	12	10	35	1	59
%	20,34	16,95	59,32	1,69	100

Obs.: 5 deputados casados não foram incluídos na tabela por não serem chefes do fogo em que residem.
Fonte: APM, Listas nominativas de 1831/32 e 1838/40.

Quanto ao estado conjugal (**TABELA 5**), o que se distingue é fundamentalmente a presença de indivíduos casados — excluídos os eclesiásticos, somam 76,09% do total — o que sugere uma correlação entre o estado de casado e o exercício dos cargos políticos. Paralelamente, no que diz respeito às redes, fornece o espaço à reflexão de como as alianças matrimoniais, reforçando muitas vezes lógicas

endogâmicas no interior das elites econômicas e políticas, podem se constituir em elemento importante à ascensão política.

No que diz respeito à estrutura da posse de escravos, algumas questões interessantes podem ser destacadas. Foi necessário à análise desses dados o recurso à divisão dos indivíduos em três categorias, de acordo com a distância em anos, a mais ou a menos, de seu exercício como parlamentar e da informação censitária. Com isto foram construídas quatro tabelas (**TABELAS 6 a 9**), específicas para os chefes de fogos: uma com as informações do conjunto dos indivíduos, outra para quando a informação era coincidente, ou seja, período da informação censitária coincidente com o exercício do mandato, e mais duas, com variações de 1 a 3 e de 4 a 9 anos. Os resultados de conjunto mostram que a maior parte dessa elite política provincial tinha plantéis médios (4 a 10 escravos), 25,4%, ou grandes (11 a 49 escravos), 32,2%. Sendo que mais da metade dos escravos, por sua vez, concentrava-se nos plantéis muito grandes (50 ou mais escravos), 57,3%. Comparando-se esses dados com o conjunto da província, percebe-se uma tendência divergente; nesta a predominância é de pequenos, 51,5%, e médios, 32,7%, plantéis, mas ainda assim com os escravos concentrados particularmente nos plantéis grandes, 43,8%.[240]

TABELA 6: Estrutura da posse de escravos do conjunto de parlamentares mineiros

	0	1 a 3	4 a 10	11 a 49	50 ou mais	Total
parlamentares	5	11	15	19	9	59
%	8,50	18,60	25,40	32,20	15,30	100
escravos	0	24	100	438	755	1317
%	0	1,82	7,59	33,26	57,33	100

Fonte: APM, Listas nominativas de 1831/32 e 1838/40.

O que mais interessa anotar, não obstante, é a diferença que pode ser apreendida entre as três tabelas com variação de tempo entre o exercício do cargo e a informação censitária. É interessante notar aí o número de parlamentares detentores de plantéis muito grandes. Esses são 21,7% para a coincidência de informação (**TABELA 7**), 23,1% para a variação de 1 a 3 anos (**TABELA 8**) e estão ausentes na

[240] Os dados para o conjunto da província foram extraídos de Clotilde A. PAIVA, Marcelo M. GODOY, "Território de Contrastes: Economia e Sociedade das Minas Gerais do Século XIX" in: Francisco Carlos Teixeira SILVA; Hebe Maria MATTOS; João FRAGOSO (orgs.), *Escritos sobre História e Educação, Homenagem a Maria Yedda Leite Linhares*, Rio de Janeiro, Mauad/Faperj, 2001.

variação de 4 a 9 anos (**TABELA 9**). É possível sugerir aqui alguma coincidência entre o momento de maior projeção social desses indivíduos, quando ocupando cargos políticos, e o momento de maior acumulação material, ainda que seja fundamental lembrar que só uma análise vertical das trajetórias individuais permite avançar nessa linha de considerações. Mesmo sendo assim uma sugestão que precisa ser robustecida, coaduna-se com a perspectiva de uma associação entre a plena inserção nas redes de poder e o período de maior acumulação. Embora na faixa de 4 a 9 anos incluam-se também indivíduos jovens que ainda vão longe de alcançar projeção política, a virtual ausência de plantéis muito grandes, sugere algo como a perda de projeção econômica no que diz respeito aos que já ocuparam o cargo há vários anos.

TABELA 7: Estrutura da posse de escravos de parlamentares mineiros com coincidência dos mandatos com o ano das listas nominativas

	0	1 a 3	4 a 10	11 a 49	50 ou mais	Total
parlamentares	1	4	6	7	5	23
%	4,34	17,39	26,07	30,45	21,75	100
escravos	0	6	38	167	479	690
%	0	0,88	5,50	24,20	69,42	100

Obs.: Foi excluído 1 deputado com posse de 25 escravos, por não ser chefe de seu fogo, logo foram excluídos 25 escravos do total
Fonte: APM, Listas nominativas de 1831/32 e 1838/40.

TABELA 8: Estrutura da posse de escravos de parlamentares mineiros com intervalo de 1 a 3 anos entre os mandatos e o ano das listas nominativas

	0	1 a 3	4 a 10	11 a 49	50 ou mais	Total
parlamentares	2	4	0	4	3	13
%	15,38	30,76	0	30,76	23,10	100
escravos	0	8	0	135	276	419
%	0	1,92	0	32,21	65,87	100

Obs.: Foram excluídos 2 deputados, um com posse de 113 escravos e outro com posse de 10 escravos, por não serem chefes de seu fogo, logo foram excluídos 123 escravos do total.
Fonte: APM, Listas nominativas de 1831/32 e 1838/40.

TABELA 9: Estrutura da posse de escravos de parlamentares mineiros com intervalo de 4 a 9 anos entre os mandatos e o ano das listas nominativas

	0	1 a 3	4 a 10	11 a 49	50 ou mais	Total
parlamentares	2	4	10	7	0	23
%	8,69	17,39	43,47	30,45	0	100
escravos	0	10	62	136	0	208
%	0	4,80	29,80	65,40	0	100

Obs.: Foram excluídos 2 deputados, um com posse de 393 escravos e outro com posse de 72 escravos, por não serem chefes de seus fogos, logo, foram excluídos 465 escravos do total.
Fonte: APM, Listas nominativas de 1831/32 e 1838/40.

É talvez no que diz respeito à estrutura ocupacional desse segmento da elite política em que residam as constatações de maior interesse. Em se tratando da

ocupação dos chefes de fogo (**TABELA 10**), chegamos a dados que revelam uma substantiva concentração de indivíduos relacionados ao setor agropecuário, 26,5%, número que deve ser expandido uma vez que na categoria outros estão alguns indivíduos em que a ocupação corresponde a sua patente de oficial militar, o que a este período significava necessariamente a posse de terras. Esses dados acham boa comparação nos apresentados por Lúcia Neves acerca da ocupação dos pais dos deputados e procuradores das províncias nas vésperas da Independência[241], nos quais é ainda mais pronunciado o número de proprietários de terras. (**TABELA 11**)

TABELA 10: Setor de ocupação de parlamentares mineiros estudados

Agropecuária	Comércio	Mineração	Igreja	Outros	Sem informação	Total[242]
18	11	7	12	17	3	68
26,47%	16,18%	10,29%	17,65%	25,00%	4,41%	100,00%

Fonte: APM, Listas nominativas de 1831/32 e 1838/40.

TABELA 11: Profissão dos pais de deputados e procuradores das províncias, 1820-22

Proprietários de terra	Negociantes	Militares	Funcionários públicos	Sem informação	Total
19	14	13	4	15	65
29,23%	21,54%	20,00%	6,15%	23,08%	100,00%

Fonte: Lúcia Pereira das NEVES, *Corcundas...*, p.57.

Também há que se destacar o número de indivíduos relacionados ao comércio, negociantes em geral, o que reforça o peso dessas atividades nas Minas oitocentistas, mas também aponta na direção do lugar social que essas atividades já podiam a este tempo alcançar. Também é interessante o número de mineiros. A concentração dessa elite política nas áreas mineradoras originais, particularmente no termo de Ouro Preto e seus distritos, casa-se com a permanência da preponderância social de indivíduos ligados à atividade fundante das Minas, mesmo em um momento que ultrapassa a retração dos rendimentos da mineração. Não é ocioso anotar, entretanto, que são exatamente esses indivíduos os que detêm alguns dos maiores plantéis de escravos entre os parlamentares, como seria o caso do Coronel Romualdo José Monteiro, minerador, membro do Conselho da Província de 1825 a

[241] Lúcia Maria Bastos Pereira das NEVES, *Corcundas e constitucionais: a cultura e política da independência (1820-1822)*, Rio de Janeiro, Revan / FAPERJ, 2003, p.57.

[242] Inclui dupla contagem nos setores quando foram declaradas mais de uma ocupação como, por exemplo, "negociante e agricultor" ou "mineiro e lavrador".

1833, residente no distrito da Capela de Nossa Senhora da Boa Morte, filial de Congonhas do Campo no termo de Ouro Preto. Em 1831, conta seu fogo com 207 escravos entre mineiros e também roceiros, fiandeira, carreiros, ferreiros, carpinteiros, pedreiros, alfaiates e um sapateiro. Isto ajuda a avançar em outro aspecto fundamental, a diversificação ocupacional e de investimentos desses indivíduos e de suas propriedades por extensão. Entre os parlamentares estão alguns que na própria indicação de ocupação aparecem, por exemplo, como "mineiro e lavrador", "eclesiástico e lavrador" ou "negociante e agricultor", e no interior dos fogos é possível ainda marcar com maior visualidade essa diversificação de atividades, o que bem casa com uma importante característica das unidades produtivas mineiras na primeira metade do século XIX.

Outro aspecto que merece atenção é a presença substantiva de estudantes entre os filhos dos parlamentares. Este traço coloca em evidência uma característica fundamental da elite política imperial, traço definidor mesmo do grupo que vai ascendendo aos cargos centrais, como aponta José Murilo de Carvalho[243]: a educação superior. A formação nas primeiras letras ainda bastante novo, por vezes com algum tutor ou professor particular, e na seqüência o estudo em alguns estabelecimentos conduzidos por religiosos na província, constituía o caminho natural dessa elite para o prosseguimento posterior dos estudos na Universidade de Coimbra, ou nas primeiras escolas superiores no Brasil. Dentre os vários exemplos, podemos citar o de Bernardo Jacinto da Veiga, residente na vila de Campanha e deputado da Assembléia Provincial entre 1835 e 1839, que em 1831 tem seu filho Bernardino de 6 anos na escola, ou João Antônio de Lemos, dono de um fábrica de chapéus no distrito de São Gonçalo do termo da vila da Campanha, representante mineiro por dois mandatos na Câmara dos Deputados do Império, e uma vez na Assembléia provincial, que tem em 1831 três filhos, João, Rodrigo e José, à época com 21, 13 e 12 anos respectivamente, estudando. Pode-se anotar ainda o caso de Camilo Maria Ferreira Armonde, já médico e deputado do Império em 1842, que em 1831, com 16 anos estudava com o poderoso político mineiro, Cônego Antônio José Ribeiro

[243] José Murilo de CARVALHO, *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro das Sombras: a política imperial*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

Bhering, em mandatos seguidos membro do Conselho da Província, da Assembléia provincial de da Câmara do Império.

Também é interessante verificar, particularmente no que diz respeito aos membros dessa elite política que são também negociantes, a presença de uma característica em alguns de seus aspectos explorada previamente por João Fragoso.[244] Trata-se da ligação entre famílias importantes, explicitada na presença de indivíduos jovens de determinadas famílias de posição, no fogo de algum grande negociante, ocupando a função de caixeiros. Este seria provavelmente o caso de Florêncio Machado Coelho, com 18 anos em 1838 e Antonio de Carvalho Amarante, com 14 anos, ambos caixeiros do negociante Coronel Nicolau Soares de Couto, então com 77 anos, e listados em seu fogo na vila de Ouro Preto. Isto traduz um dos muitos caminhos em que vão se estabelecendo as tramas que articulam esses indivíduos. Por excelência, não obstante, é o matrimônio, com todas as suas estratégias endogâmicas no grupo da elite, que ocupa o lugar central na constituição das redes. As listas oferecem alguns subsídios a esse tipo de investigação. Primeiramente pode-se chamar a atenção para um traço de distinção freqüentemente presente nas esposas e por vezes filhas, mesmo as mais novas, dos parlamentares, que é a presença do distintivo "dona". Vemos, por exemplo, a esposa, Dona Rita Leucádia, filhas, mesmo uma com 9 anos, e mais parentas do Sargento-Mór Luis Maria da Silva Pinto, da vila de Ouro Preto, membro do Conselho e da Assembléia provincial, sendo todas listadas com o distintivo "Dona". O mesmo no caso de José Justiniano Carneiro, do distrito de Tapera / Mariana, por três mandatos deputado da Assembléia provincial, onde até mesmo a pequena Maria Tereza, contando apenas 2 anos em 1832, recebe o tratamento de "Dona". Quanto aos sobrenomes, ainda que quase que via de regra eles não apareçam no caso das mulheres casadas, sendo em geral possível reconstituir os sobrenomes do enlace em sua junção nos nomes dos filhos homens, em alguns casos é possível a reconstituição direta. Como no caso de Dona Rosalina Fernandes, residente na vila de Ouro Preto e aparentada, possivelmente, de um dos ramos familiares com alguns dos mais destacados representantes na elite econômica da vila,

---

[244] João FRAGOSO, *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*, 2 ed. rev., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998.

casada com o negociante Francisco de Paula Santos, deputado da Assembléia provincial.

Vão se marcando assim, um conjunto de famílias que é possível a partir das listas perseguir e buscar reconstituir. Somente no caso de Ouro Preto e seus distritos, já é possível ter uma idéia dessas tramas. Entre as famílias que vão se cruzando nos sobrenomes dos parlamentares, encontramos outros prováveis membros vivendo nas proximidades, às vezes em fogos vizinhos, que ainda que não sejam políticos inserem-se inegavelmente nos quadros da elite econômica provincial. É importante, da mesma forma, perceber que muitas vezes a presença de um fogo pequeno, individual, ou com esposa, filhos e eventuais escravos domésticos, no ambiente urbano, pode ter por trás uma grande propriedade escravista rural dedicada a atividades agropecuárias, administradas por um parente ou minimamente associações nos termos dessas redes familiares que constituem a base material dessa elite política. Destaque-se, por exemplo, o caso do médico, Dr. Bernardo Antônio Monteiro, anteriormente membro do Conselho da Província, que em 1838 reside sozinho na vila de Ouro Preto. Os Monteiro, e Monteiro de Barros especialmente, no termo de Ouro Preto à época formam um grupo restrito e inserido na elite econômica provincial, com nomes como o do lavrador José Monteiro de Barros, com 96 escravos em sua propriedade em Congonhas do Campo, termo de Ouro Preto.

4.1.2. Eleitores e Votantes

Caminhar-se-á agora no sentido de se oferecer algumas evidências sobre as segmentações pertinentes ao cenário político mineiro na primeira metade do século XIX, com destaque mais acentuado para a questão espacial. Serão utilizadas algumas das fontes de natureza eleitoral disponíveis para o período, agregadas de forma a captar certo sentido geral na distribuição e especificidades desse contexto político. O ponto de partida é identificar a disposição de eleitores e votantes no interior território a partir das melhores listagens disponíveis e buscar algumas comparações em pontos diferentes do tempo. Os dados da eleição da 2ª Junta do Governo Provisório de 1822 são os primeiros a se prestarem a este tipo de exercício. Proveitosa comparação pode ser estabelecida com os dados dos votantes qualificados para toda a província, relativos ao ano de 1842. Com o intuito de pensar a especificidade regional, os dados foram segmentados de duas formas: 1) com base na divisão de comarcas válidas para o primeiro período, o que permite comparações fundamentais com dados populacionais originalmente agregados nessas unidades; e 2) com base no desenho regional proposto para o século XVIII apresentado no capítulo 2.3, o que ajuda na reflexão da progressiva diferenciação, século XIX adentro, dos espaços regionais aqui defendida.

Na **TABELA 12** estão então dispostos os dados de 1822 e os de 1842 agregados com base na divisão de comarcas válida para o primeiro período. Analisando primeiro os dados de 1822, o que logo se deve anotar é a forte participação da comarca do Rio das Mortes (49% dos eleitores), no eixo sul do território, qualificando as questões primordiais reforçadas na historiografia tanto econômica quanto política acerca da crescente importância desta porção da província na primeira metade do Dezenove.[245] Também é clara uma certa equivalência entre as comarcas de Ouro Preto, Rio das Velhas e Serro Frio, o que pode ser pensado a partir da partilha que estas três comarcas, juntamente com a do Rio das Mortes, fazem dos

[245] Um dos estudos inaugurais dessa linha de reflexão, para ficar apenas com um título de grande representatividade, é o livro de Alcir Lenharo, publicado originalmente em 1979. (*As tropas da moderação (O Abastecimeto da Corte na formação política do Brasil: 1808-1842)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Educação. 1993.)

núcleos principais da região mineradora, que continuaria a guardar sua centralidade pelo século XIX adentro.[246]

TABELA 12: Eleitores/votantes por comarca

Comarca	1822		1842	
	nº	%	nº	%
Ouro Preto	47	18,9%	8556	21,0%
Rio das Velhas	41	16,5%	6068	14,9%
Rio das Mortes	122	49,0%	19052	46,7%
Serro Frio	36	14,5%	5966	14,6%
Paracatu	3	1,2%	1168	2,9%
Total	249	100%	40810	100%

Fontes: *RAPM* , ano 1 (1896) e "Exposição feita pelo exm. conselheiro Bernardo Jacintho da Veiga, na qualidade de presidente da provincia de Minas Geraes (...), 1843.

TABELA 13: População entre 1776 e 1835

Comarca	População					
	1776 [**]	%	c.1820	%	1835	%
Ouro Preto	78.618	23,00	71.796	13,02	84.376	12,14
Rio das Velhas*	99.576	29,13	142.840	25,91	189.785	27,32
Serro Frio	80.894	23,66	99.919	18,12	106.112	15,27
Rio das Mortes	82.781	24,21	236.819	42,95	314.495	45,27
Total	341.869	100	551.374	100	694.768	100

*inclui para efeito de comparação valores referentes à comarca de Paracatu
** valores ajustados por Laird W. Bergad
Fontes: *RAPM*, Ouro Preto (II, vol. 3), 1897, p. 511.; Raimundo José da Cunha MATOS, *Corografia...*, vol.1, pp. 89-216 e Maria do Carmo Salazar MARTINS, "Revisitando a província...", pp. 22-9; Laird W. BERGAD, *Slavery and the Demographic...*, pp.230-7.

A comparação com os dados populacionais apresentados no **TABELA 13** ajuda a qualificar melhor algumas tendências. O crescimento da comarca do Rio das Mortes das últimas décadas do século XVIII para as primeiras do século XIX deve ser lido em comparação ao decréscimo na participação relativa da comarca de Ouro Preto. Todavia, é imprescindível perceber que a importância política da comarca de Ouro Preto vai permanecer, dada a centralidade burocrática e administrativa ancorada em sua base urbana desde o Dezoito, reforçando mesmo um contexto em que sua participação na distribuição demográfica vai ser inferior à sua participação política. Destino diferente terá a comarca do Rio das Velhas que mesmo mantendo população, em seu conjunto, vai perdendo progressivamente representatividade econômica e especialmente política no conjunto da província, tal qual evidenciam os dados de participação nos processos eleitorais. A comarca do Serro Frio teria o

[246] Ver especialmente: Mario Marcos Sampaio RODARTE, *O caso das Minas que não se esgotaram: a pertinácia do antigo núcleo central minerador na expansão da malha urbana da Minas Gerais Oitocentista*, Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG, 1999. (Dissertação de Mestrado em Economia).

quadro mais estável, tanto na comparação com a dinâmica demográfica quanto na comparação entre os dados da distribuição de eleitores de 1822 e de votantes de 1842, o que pode ser atribuído à manutenção da centralidade urbana da cidade do Serro, e também de Diamantina, na primeira metade do Dezenove, continuando processo típico do Dezoito na dinâmica urbano-rural. A mesma comparação (entre 1822 e 1842) para as demais comarcas revela o crescimento da participação de Ouro Preto, especialmente por conta da área que em 1842 já pertence à comarca do Paraibuna e que vai traduzindo a importância crescente da Zona da Mata mineira em função já do desenvolvimento da cafeicultura; assim como a perda de importância da comarca do Rio das Velhas, no aprofundamento da incongruência entre a participação populacional e política.

MAPA 16: Comarcas em 1842

Fonte: Elaboração própria a partir de *Exposição feita pelo exm. conselheiro Bernardo Jacintho da Veiga…*, 1843.

Com base agora nos mesmos dados segmentados a partir da regionalização apresentada acima no capítulo 2.3 é possível ratificar a permanência da centralidade da região Mineradora, a efetiva região econômica com sentido pleno do Dezoito, como o espaço em que vai se concentrar o poder político nas Minas. Assim, para 1822, somadas as interseções, detêm a região mineradora 53,8% dos eleitores e para 1842 46,7% dos votantes, o que pode traduzir um arranjo já um pouco diverso na

distribuição do conjunto da província, mas guardando ainda nítida centralidade para a região. Não deve, todavia, ser suprimida a lembrança que tratam-se de conjuntos de dados diferentes, sendo assim mais efetiva a análise da distribuição para cada um dos anos do que a comparação em si. Todavia, pensando o sentido da aqui repisada diferenciação progressiva do território, é perceptível também o desenvolvimento independente da região Curraleira e Campos Sul. Para 1822, somando-se mais uma vez as interseções, concentra a região Curraleira 16,9% dos votantes, o que contrasta fortemente com os 39,8% da região Campos Sul. O interessante porém é notar que dos 16,9% (42 eleitores) da Curraleira, mais da metade (10% ou 25 eleitores) deve-se à interseção com a região Mineradora, enquanto que para a Campos Sul, os 39,8% do total (99 eleitores), devem parcela muito menos expressiva (10,8% ou 27 eleitores) à interseção com a Mineradora, o que qualifica o efetivo desenvolvimento da porção sul do território e não um efeito decorrente da pertinácia da região Mineradora como se vê com a Curraleira. Acrescente-se ainda que a região Mineradora, excluídas as interseções já detêm sozinha 32,9% dos eleitores, o que demarca bem a centralidade de Ouro Preto e Mariana no concerto político de então. Mas é interessante também anotar que o Sertão Leste, que ao fim do XVIII permanece ainda como um espaço sem estatura de complementaridade, interdependência e polarização do entorno suficientes para a definição de uma região, ao menos no sentido econômico do termo, já a este momento do século XIX concentra já 9,2% dos eleitores, mais da metade deles dispostos em Núcleos como Ibitipoca e Pomba, ambos na Zona da Mata. Para 1842, essas tendências confirmam-se em boa medida. É exatamente o crescimento da importância da Zona da Mata, em particular nas áreas da comarca do Paraibuna (**MAPA 16**), que faz com que a concentração específica do Sertão Leste passe de 9,2% dos eleitores em 1822 para 14,5% dos votantes em 1842. As mudanças nas concentrações proporcionais das outras regiões vão em par com o crescimento desse espaço, que já em meados do Dezenove não poderia mesmo mais se chamar de sertão. Sendo assim verifica-se uma retração na Campos Sul (25,2% no total), mais em função do decréscimo na interseção com a Mineradora (antes 10,8% e em 1842 5,5%), o que indica já dimensões amplas do deslocamento da centralidade até então monopolizada pela Mineradora. Já com a Curraleira se dá um aumento, concentrando 10,8% se somada a interseção com a mineradora, sendo todavia o

acréscimo em relação a 1822 mais em função da própria área Curraleira do que do espaço superposto na Mineradora.

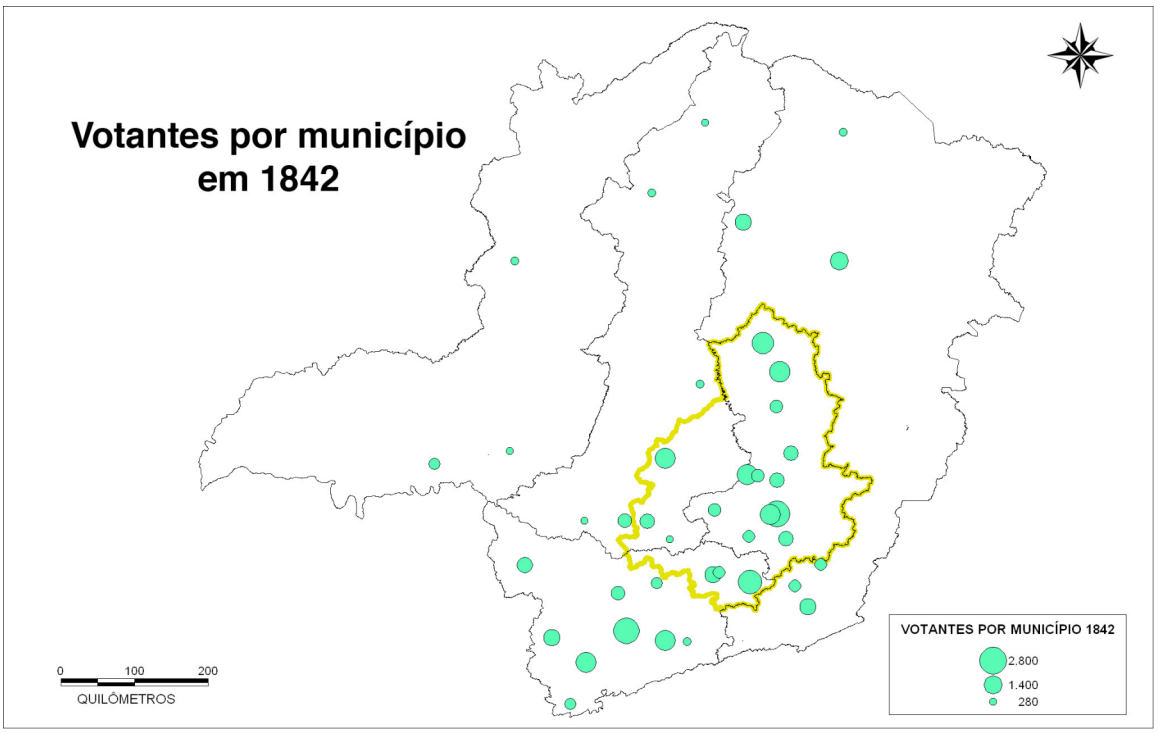
Tendo por base exclusivamente os dados de 1842, na divisão por comarcas específica para o período, tal qual apresentado no **TABELA 14**, uma outra comparação é proveitosa, com base na informação disponível para este momento do números de fogos de cada uma das comarcas. Analisando a razão votantes/fogos é possível perceber que esta comarca detém a menor representatividade nesta relação é justamente a do Rio de São Francisco (0,19), que é parte da região original da Comarca do Rio das Velhas. O valor contrasta fortemente com o da comarca do Paraibuna (0,39) e da do Rio das Mortes (0,35). Considerando que a comparativo entre população (indiretamente apreendida pelo nº de fogos) e a participação eleitoral de cada um desses espaços oferece uma visão da tanto a dinâmica econômica, uma vez que o voto é censitário, quanto, por outro lado e especialmente, da força política de determinada comarca. Neste sentido, uma relação mais alta, como a comarca do Paraibuna, evidencia que uma população menor consegue ter uma presença política mais efetiva que a de uma outra área, como as comarcas do Rio São Francisco, Rio das Velhas ou Jequitinhonha. (**MAPAS 17 e 18**)

TABELA 14: Eleitores/votantes por região

Região	1822		1842	
	nº	%	nº	%
Mineradora	82	32,93%	13770	33,12%
Mineradora / Campos Sul	27	10,84%	2275	5,47%
Mineradora / Curraleira	25	10,04%	3382	8,13%
Campos Sul	72	28,92%	10466	25,17%
Curraleira	17	6,83%	4491	10,80%
Sertão Leste	23	9,24%	6027	14,50%
Sertão Oeste	3	1,20%	1168	2,81%
Total	249	100%	41579	100%

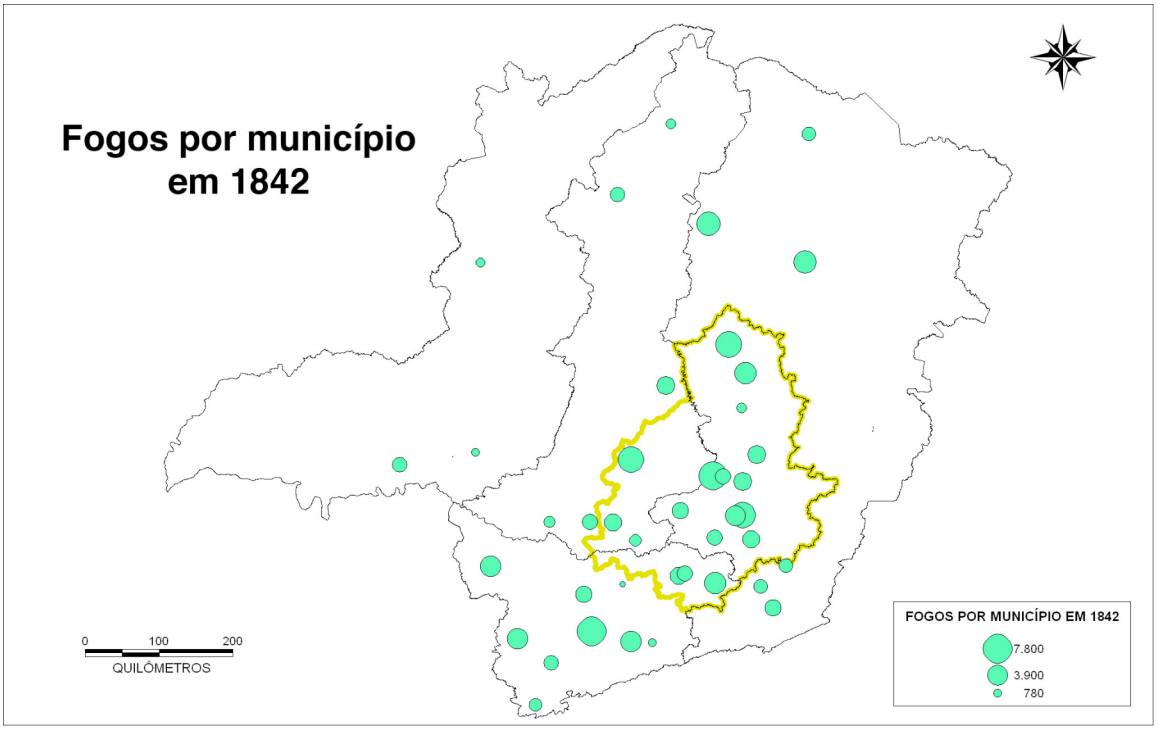
Fontes: *RAPM* , ano 1 (1896) e "Exposição feita pelo exm. conselheiro Bernardo Jacintho da Veiga, na qualidade de presidente da provincia de Minas Geraes (...), 1843.

MAPA 17: Votantes por município em 1842



Fonte: Elaboração própria a partir de *Exposição feita pelo exm. conselheiro Bernardo Jacintho da Veiga…*, 1843.

MAPA 18: Fogos por município em 1842



Fonte: Elaboração própria a partir de *Exposição feita pelo exm. conselheiro Bernardo Jacintho da Veiga…*, 1843.

Para aprofundar um pouco mais a análise primeiro conjunto de dados (1822) foram utilizadas aqui as Listas Nominativas de 1831/2 e 1838/40,[247] buscando-se a reconstituição dos fogos de cada um dos indivíduos. Não foi possível, como em geral não o é nesse tido de exercício, uma reconstituição massiva; entretanto, um número significativo de observações, com correta distribuição no espaço, foi obtido, permitindo algumas considerações sobre estrutura ocupacional e da posse de escravos desses indivíduos. Uma primeira questão que pode ser depreendida dos dados é a preponderância de indivíduos pertencentes ao setor agropecuário (36,3% do total), o associa-se diretamente à centralidade da terra como elemento de distinção e a posição de proprietário como uma necessidade efetiva para o exercício político. (**TABELA 18**) Neste sentido, e a despeito da profissão que vai declarada nas listas, é de se esperar, como muitas vezes se confirma por outras fontes, como inventários, que indivíduos de outros setores ocupacionais, como os funcionários públicos e militares, com 22,6% do total da província, fossem também proprietários. Como se vê no **TABELA 17**, esta situação comporta diferenciações significativas no espaço, de forma que na comarca de Ouro Preto é marcado o peso da centralidade do poder político e eclesiástico, permitindo que os dois setores perfaçam quase 60% do total da comarca. Já na comarca do Rio das Mortes, destaca-se fortemente o setor agropecuário (44,7%), base da expansão daquela economia regional, seguido da representação bem acima da média da província dos indivíduos ligados ao comércio (23,4%), o que não é senão a contraparte da dinâmica da agropecuária sendo realizada nos fluxos mercantis.

Quanto à estrutura da posse (**TABELA 16**) é interessante notar que a maior parte dos eleitores identificados (63,2%) detinha um plantel grande (11 a 49 indivíduos) de escravos, sendo limitado os casos de plantéis muito grandes (acima de 50 indivíduos). Dentro dos pequenos plantéis (1 a 3 escravos) é também digno de nota, a preponderância da comarca de Ouro Preto. Tal fato pode ser lido como tributário das ligação dessa mão-de-obra ao ambiente urbano, por um lado, e à cultura não especializada de víveres, o que era comum à região. Analisando cada

[247] A coleção dos documentos originais pertence ao Arquivo Público Mineiro (APM), sendo aqui utilizados os dados processados pelo Núcleo de Pesquisas em História Econômica e Demográfica do Cedeplar/UFMG em um grande banco de dados para o conjunto da província em 1831/2, acrescido de informações para alguns núcleos faltantes com os dados de 1838/40.

setor em separado (**TABELA 15**), a conclusões não são muito diversas, podendo se anotar mais uma vez a ligação da utilização da mão-de-obra escrava com o setor agropecuário, e nisto a preponderância de plantéis grandes e muito grandes. Da mesma forma, o comércio e o funcionalismo público concentram plantéis grandes, sendo somente o setor eclesiástico o que concentra número significativo (23,6%) dos escravos distribuídos em plantéis com até três indivíduos, o que induz à interpretação de um uso preponderante dessa escravaria no meio urbano.

TABELA 15: Estrutura da posse de escravos por setor ocupacional (Eleitores de 1822)

SETOR OCUPACIONAL	ESTRUTURA DA POSSE DE ESCRAVOS										Total	
	0		1 a 3		4 a 10		11 a 49		50 ou mais			
	OBS.	%	OBS.	%	OBS.	%	OBS.	%	OBS.	%	OBS.	%
Agropecuária	0	0,00	0	0,00	3	8,11	29	78,38	5	13,51	37	100
Artífices	1	100,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	100
Comércio	1	5,56	1	5,56	2	11,11	13	72,22	1	5,56	18	100
Funcionalismo Público e Militares	2	8,70	0	0,00	3	13,04	14	60,87	4	17,39	23	100
Mineração	0	0,00	0	0,00	0	0,00	5	100,00	0	0,00	5	100
Profissionais Liberais	0	0,00	0	0,00	1	100,00	0	0,00	0	0,00	1	100
Religiosos	2	11,76	4	23,53	6	35,29	5	29,41	0	0,00	17	100
Total	6	5,88	5	4,90	15	14,71	66	64,71	10	9,80	102	100

Fontes: APM, Listas Nominativas 1831/32 e 1838/40.

TABELA 16: Estrutura da posse de escravos por comarcas (Eleitores de 1822)

COMARCAS	ESTRUTURA DA POSSE DE ESCRAVOS										Total	
	0		1 a 3		4 a 10		11 a 49		50 ou mais			
	OBS.	%	OBS.	%	OBS.	%	OBS.	%	OBS.	%	OBS.	%
Ouro Preto	2	15,38	2	15,38	3	23,08	5	38,46	1	7,69	13	100
Paracatu	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	100,00	0	0,00	1	100
Rio das Mortes	1	2,56	3	7,69	5	12,82	27	69,23	3	7,69	39	100
Rio das Velhas	2	15,38	0	0,00	1	7,69	9	69,23	1	7,69	13	100
Serro Frio	0	0,00	0	0,00	3	30,00	6	60,00	1	10,00	10	100
Total	5	6,58	5	6,58	12	15,79	48	63,16	6	7,89	76	100

Fontes: APM, Listas Nominativas 1831/32 e 1838/40.

TABELA 17: Setor ocupacional por comarcas (Eleitores de 1822)

SETOR OCUPACIONAL	COMARCA										Total	
	Ouro Preto		Paracatu		Rio das Mortes		Rio das Velhas		Serro Frio			
	OBS.	%	OBS.	%	OBS.	%	OBS.	%	OBS.	%	OBS.	%
Agropecuária	5	29,41	1	50,00	21	44,68	6	26,09	4	30,77	37	36,27
Artífices	1	5,88	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,98
Comércio	1	5,88	1	50,00	11	23,40	5	21,74	0	0,00	18	17,65
Funcionalismo Público e Militares	4	23,53	0	0,00	8	17,02	6	26,09	5	38,46	23	22,55
Mineração	1	5,88	0	0,00	0	0,00	2	8,70	2	15,38	5	4,90
Profissionais Liberais	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	7,69	1	0,98
Religiosos	5	29,41	0	0,00	7	14,89	4	17,39	1	7,69	17	16,67
Total	17	100	2	100	47	100	23	100	13	100	102	100

Fontes: APM, Listas Nominativas 1831/32 e 1838/40.

TABELA 18: Setor ocupacional por comarcas (Eleitores de 1822)

SETOR OCUPACIONAL	COMARCA										Total	
	Ouro Preto		Paracatu		Rio das Mortes		Rio das Velhas		Serro Frio			
	OBS.	%	OBS.	%	OBS.	%	OBS.	%	OBS.	%	OBS.	%
Agropecuária	5	13,51	1	2,70	21	56,76	6	16,22	4	10,81	37	100
Artífices	1	100,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	100
Comércio	1	5,56	1	5,56	11	61,11	5	27,78	0	0,00	18	100
Funcionalismo Público e Militares	4	17,39	0	0,00	8	34,78	6	26,09	5	21,74	23	100
Mineração	1	20,00	0	0,00	0	0,00	2	40,00	2	40,00	5	100
Profissionais Liberais	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	100,00	1	100
Religiosos	5	29,41	0	0,00	7	41,18	4	23,53	1	5,88	17	100
Total	17	16,67	2	1,96	47	46,08	23	22,55	13	12,75	102	100

Fontes: APM, Listas Nominativas 1831/32 e 1838/40.

Para completar a análise, é possível aprofundar um pouco mais as informações dos votantes para a década de 1840, com base nos dados da estrutura ocupacional depreendida de listas de qualificações de 1847 uma vez que não foram encontradas listas equivalentes e com mesmo nível de informação para 1842. Foram selecionados aqui alguns núcleos, sendo as informações das listas cuidadosamente separadas para se perceber essencialmente o espaço urbano de cada cidade analisada, permitindo assim certa ordem de reflexões, relevante para o exercício de percepção do espaço aqui desenvolvido, já qualificado na primeira parte do texto. Comparando São João Del Rei, Ouro Preto, Serro e Diamantina, ficam patentes algumas questões que podem ser assim sumariadas: Ouro Preto, como se vê no **TABELA 19** tem concentrado no comércio (30%) e nos artífices (25,3) a maior parte de seus votantes em 1847, isto traduz, juntamente com os 19,4% de funcionários públicos e/ou militares, traços da centralidade urbana construída no XVIII por conta do ouro e traduzida em termos econômicos na densa estrutura de serviços que faz destacar a cidade no Dezenove adentro, assim como na estrutura administrativa própria da sede do poder. O pequeno percentual de votantes envolvidos com a agropecuária (5,8%) é a contraparte disto, tanto no que diz respeito à cidade quanto ao seu entorno. São João Del Rei (**TABELA 20**) oferece cenário em que também comércio (23,7%) e artífices (36,7%) respondem pela maior parte das ocupações. As considerações são análogas a Ouro Preto no que diz respeito à centralidade construída no Dezoito e desdobrada no Dezenove, sendo São João centro fundamental ainda em meados do século XIX para todo o sul de Minas; todavia não se vê peso similar a Ouro Preto nos ofícios públicos, por um lado, e, por outro, vê-se participação significativa de

indivíduos que se declaram proprietários ou lavradores (18,3%) e que residem no espaço da vila. Dado de relevância é que comparando as duas cidades o comércio é ainda mais freqüente entre os votantes na primeira, mas se mais detalhadamente analisado o que se verifica é que na segunda é composto essencialmente por negociantes (92% dos indivíduos do setor comércio em São João contra 60% em Ouro Preto) e não por outras designações o que sugere de alguma forma o porte dessa atividade no contexto citadino. Diamantina (**TABELA 21**), por sua vez tem na mineração (51,4%) o setor com maior destaque, acompanhado de significativa presença do comércio (21,6%) e dos artífices (12,2%), mas de reduzidíssima presença de indivíduos ligados à agropecuária entre os votantes (0,7%), o que em termos gerais traduz um quadro emblemático aos núcleos mineradores do século XVIII, exatamente por conta da atividade se fazer dinâmica na cidade ainda àquele momento, marcando claramente as ligações entre uma dinâmica econômica e social urbana e a mineração. Serro, finalmente, como se vê no **TABELA 22** tem 53,5% dos votantes que residem no espaço da vila, mesmo nos fogos mais ao interior do núcleo urbano, envolvidos com a agropecuária, o que indica, ao que parece, a residência urbana de proprietários dispersos pelo interior da comarca, o que bem qualifica outra situação típica do século XVIII, que diz respeito à manutenção do urbano como espaço de representação, o que ao sul da província já não representava dimensão central, uma vez que o rural vai ganhando certa autonomia neste sentido. Anote-se ainda o percentual ainda significativo de envolvidos com o comércio (16,5%), assim como de artífices (16,5), o que constitui indício de centralidade do núcleo no espaço regional.

TABELA 19: Ouro Preto (votantes em 1847)

Setor ocupacional	Idade média	Observações	% do Total
Agropecuária	46	46	5,8
Artífices	39	201	25,3
Comércio	41	238	30,0
Funcionalismo público e Militares	40	154	19,4
Mineração	46	31	3,9
Profissionais liberais	53	13	1,6
Religiosos	45	21	2,6
Outros	46	68	8,6
Sem Informação	44	22	2,8
Total	41	794	100

Fontes: APM, SPPP 1/11, caixas 17, 19 e 41.

TABELA 20: São João (votantes em 1847)

Setor ocupacional	Idade média	Observações	% do Total
Agropecuária	46	100	18,3
Artífices	41	200	36,7
Comércio	44	129	23,7
Funcionalismo público e Militares	47	29	5,3
Mineração	43	2	0,4
Profissionais liberais	53	10	1,8
Religiosos	49	14	2,6
Outros	45	56	10,3
Sem Informação	58	5	0,9
Total	44	545	100

Fontes: APM, SPPP 1/11, caixas 17, 19 e 41.

TABELA 21: Diamantina (votantes em 1847)

Setor ocupacional	Idade média	Observações	% do Total
Agropecuária	41	5	0,7
Artífices	42	87	12,2
Comércio	38	154	21,6
Funcionalismo público e Militares	41	48	6,7
Mineração	40	366	51,4
Profissionais liberais	47	9	1,3
Religiosos	64	8	1,1
Outros	51	33	4,6
Sem Informação	57	2	0,3
Total	41	712	100

Fontes: APM, SPPP 1/11, caixas 17, 19 e 41.

TABELA 22: Serro (votantes em 1847)

Setor ocupacional	Idade média	Observações	% do Total
Agropecuária	42	401	53,5
Artífices	41	140	18,7
Comércio	41	124	16,5
Funcionalismo público e Militares	40	16	2,1
Mineração	39	36	4,8
Profissionais liberais	42	10	1,3
Religiosos	49	7	0,9
Outros	40	13	1,7
Sem Informação	59	3	0,4
Total	42	750	100

Fontes: APM, SPPP 1/11, caixas 17, 19 e 41.

4.2. Iluminando detalhes: trajetórias e famílias

Não se fará aqui o inventário, necessariamente longo, de tipos e linhagens da política mineira entre o fim do período colonial e os primeiros tempos do império. A preocupação fundamental é outra. Duas na verdade. Primeiro, há que nessa iluminação de detalhes se discernir algo mais do desenho geral da inserção/participação política das elites locais na formação do Estado nacional brasileiro para que se ultrapasse a conjuntura imediata e se alcance alguns aspectos da dinâmica própria da reprodução dessas elites. Segundo, é também necessário qualificar as bases interpretativas dessa dinâmica nos termos das questões espaciais aqui perseguidas e defendidas como fundamentais para a compreensão das Minas no período. O que interessa, portanto, é iluminar detalhes que se situam temporalmente já na primeira metade do século XIX e com eles recuperar e dialogar com aspectos já discutidos acima acerca do período anterior a 1808.

Será proveitoso para tanto começar pelo fim. Pelo limite do intervalo temporal que interessa à tese, ou seja, meados do século XIX. A reforma na legislação eleitoral em 1855, conhecida como Lei dos Círculos, seria responsável em boa medida por dar corpo neste momento a nova dinâmica da reprodução das elites políticas do império, e como tal efetivamente marca uma delimitação importante. Demarca um novo tempo e ao mesmo tempo é também o coroamento de algumas tendências que vinham ganhando força no império e que podem ser com clareza apresentadas a partir da leitura específica da realidade mineira.

A lei de 19 de setembro de 1855 não revogou a lei eleitoral anterior, de 1846, sendo assim preservados os elementos principais do processo, como por exemplo o voto indireto, com eleitores de primeiro e segundo grau (votantes e eleitores); mas alterou-a em alguns pontos significativos, que condicionaram substantivamente o resultado dos pleitos. Essencialmente dispunha a lei de 1855 que seriam as províncias divididas em tantos distritos eleitorais quantos fossem os seus deputados na Assembléia geral, valendo esses mesmos distritos para a eleição da Assembléia provincial. O projeto foi o último grande embate político do mineiro Honório

Hermeto Carneiro Leão, marquês de Paraná, ministro da justiça e grande artífice do gabinete da conciliação. Sua preocupação era a de avançar no sentido de uma representação mais real do país em sua multiplicidade de grupos, obliterando a influência dos ministros e presidentes das províncias no resultado das eleições para a Assembléia geral. Não obstante, já aí o senado julgava a matéria nos seguintes termos: "deputados e senadores não sairão mais dentre as pessoas notáveis e bastantes conhecidas para se fazerem aceitas por uma província inteira; os empregados subalternos, as notabilidades de aldeia, os protegidos de alguma influência local serão os escolhidos".[248] Cid Rebelo Horta, em seu clássico estudo "Famílias Governamentais de Minas Gerais", analisa essa questão com propriedade, insistindo que a partir daí a representação do senhorio rural se tornaria mais autêntica e evidente, dispensando intermediários para alçar a carreira política de seu filho doutor, não precisando mais "eleger somente os notáveis que vinham do funcionalismo civil, eclesiástico e militar do tempo do Brasil-Reino".[249]

À época o deputado e depois senador Francisco Otaviano de Almeida Rosa comentava que:

> Os círculos trouxeram logo esta conseqüência: enfraqueceram os partidos, dividindo-os em grupos, em conventículos de meia dúzia de indivíduos, sem nexo, sem ligação, sem interesses comuns e traços de união. Toda a nossa esfera política, até então elevada, apesar da nossa relativa pequenez como nação, sentiu-se rebaixada.[250]

O impacto desse momento político sobre a representação partidária merece mesmo ser investigado, abrindo espaço para que aqui se possa discutir as trajetórias individuais e o papel das famílias políticas no período. Mais uma vez na análise de Cid Rebelo Horta:

> Liberais e conservadores, entretanto, representavam afinal, a mesma classe dominante do patriciado rural. A rigor, não havia Partido Conservador ou Partido Liberal, o que existia eram famílias liberais e famílias conservadoras, que dominavam nesse ou naquele distrito eleitoral. Era freqüente mesmo, como observa Afonso Celso, que as

---

[248] Lúcia Maria Bastos Pereira das NEVES, Humberto Fernandes MACHADO, *O Império do Brasil*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999, p.245.
[249] Cid Rebelo HORTA, "Famílias Governamentais de Minas Gerais" in: *Segundo Seminário de Estudos Mineiros*, Belo Horizonte, Universidade de Minas Gerais, 1956, p.52.
[250] Apud Manoel Rodrigues FERREIRA, *A Evolução do Sistema Eleitoral Brasileiro*, Brasília, Senado Federal, 2001, p.196.

> grandes famílias se dividissem em liberais e conservadores, mantendo intimidade entre si, embora integrassem facções políticas antagônicas.[251]

A legislação eleitoral seria novamente alterada algum tempo depois, pelo decreto de 18 de agosto de 1860, revogando a Lei dos Círculos, e dispondo que as províncias seriam agora divididas em distritos de três deputados cada um. Todavia, não se alterava a conjuntura geral estabelecida e que incluía essa fragilização dos partidos, assim como a força do poder moderador ou essa influência do poder local, que não estava se instituindo mas sim efetivamente se explicitando com a Lei dos Círculos. Da mesma forma, traduz de forma direta a situação que se apresenta da força das soluções de compromisso entre essas várias instâncias de poder nas quais vai se evidenciando a lógica clientelista que bem investigou Richard Graham para o período.[252]

É possível realizar um desdobramento analítico das idéias de Cid Rebelo Horta apresentadas acima, particularmente a questão de que o senhorio rural não precisava mais "eleger somente os notáveis que vinham do funcionalismo civil, eclesiástico e militar do tempo do Brasil-Reino" e do poder que cada vez mais concentrariam as famílias nesse ambiente político. Julgo que a reprodução dos lugares de uma elite política em Minas Gerais entre a segunda metade do século XVIII e a primeira do XIX assistiu a uma transformação que pode ser bem esclarecida se pensada a partir da oposição e das complementações entre trajetórias e famílias. Ou seja, só pouco a pouco, por conta de todas as características já discutidas acerca da sociedade mineira, é que foram se conformando e solidificando posições estáveis na influência política local, capazes de se transportarem de geração para geração. Acrescendo-se isto ao fato de que a estrutura de cargos e a organização política do império português fazia com que para algumas carreiras tradicionais, acessíveis a partir da formação em Coimbra e a leitura no Desembargo do Passo era necessária uma peregrinação por parte diferentes do Reino e das colônias, com muito poucas chances de se demandar de saída uma posição específica em uma parte determinada, só depois da independência é que passa a haver um espaço para a

---

[251] Cid Rebelo HORTA, "Famílias Governamentais...", pp.52-3.
[252] Richard GRAHAM, *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*, Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1997.

reprodução de uma elite política local em um nível superior, capaz de, por exemplo, fazer corresponder a influência econômica com a influência política de um determinado grupo ou de determinada família.

Junte-se a isto também o fato de que esta sociedade assiste do Dezoito para o Dezenove o crescimento da importância do rural enquanto espaço de representação social, processo por sua vez com perfis diferenciados se tomadas regiões diversas da capitania/província. Tal importância vem associada ao próprio espaço do patriarcalismo enquanto elemento informativo das relações sociais em Minas e que, sem dúvida, pode ser mais facilmente associado ao século XIX e a conformação do que ficaria conhecido como a "tradicional família mineira", do que ao século XVIII.

Neste sentido, analisar a elite política mineira nos setecentos muitas vezes implica em acompanhar a trajetória de indivíduos que muitas vezes não nasceram na terra ou em muitos casos tampouco deixariam aí descendência legítima; mas que, não obstante, ocuparam posições cimeiras do exercício político local por períodos de tempo substantivos e acumularam aí poder econômico para além de entremearem-se nos circuitos e redes diversos desse poder local. Mesmo efetivamente fixados e deixando descendência, por outro lado, a ascensão desses herdeiros políticos, incluía exatamente para os casos mais destacados justamente a superação do horizonte local e a inserção nesse circuito do império, que passava necessariamente por Coimbra e que poderia não mais achar o caminho de volta às Minas. Tanto a vinda da família real em 1808 quanto a independência mais propriamente, é que vão redefinir esse cenário, dando lugar a uma reprodução das elites políticas locais que cada vez mais projetaria o valor e a influência dessa herança política familiar, e do poder político de uma família em si.

É muito sugestivo, portanto, investigar o exemplo da formação progressiva desse poder político **familiar**, desde um momento em que o que ainda pesava mais era eminentemente esse poder derivado das **trajetórias**, civis, eclesiásticas e militares do período colonial. As transformações políticas, e econômicas, que marcam o sul de Minas às primeiras décadas do século XIX, abrem espaço para essa linha de reflexão. A análise emblemática de Alcir Lenharo acerca da "projeção social e política dos sitiantes e tropeiros", demarca em particular um momento na década de

1830 no qual se consolida a força dos liberais moderados em Minas e uma nova geração de políticos se formaria. Não obstante, diferiria esta "frontalmente da que a antecede — Baependi, Valença, Queluz, entre outros —, a identificada com o governo imperial, cujas iniciação na burocracia e participação no nepotismo imperial (...) já se faziam acontecer desde a administração joanina".[253] Após a queda de D. Pedro I e das transformações no jogo político que vão se verificando no período regencial é que se verifica um tipo de descentralização no provimento de cargos diversos ligados ao poder local que vai permitir a própria difusão do empreguismo e de práticas clientelistas que seriam importante instrumento político aos moderados, mas não só a eles. Este seria um dos elementos associáveis a essa progressiva inflexão entre a centralidade das trajetórias e a força crescente das famílias e seu circo amplo de influência.

Um dos traços centrais destacados por Lenharo e que deve ser aqui ressaltado, uma vez que qualifica essa ligação entre o peso econômico e a força política, assim como a importância crescente do rural enquanto espaço de representação social e política desses sitiantes e tropeiros que constituiriam o núcleo da força política liberal moderada em Minas, pode ser depreendido da seguinte passagem:

> O envolvimento coma propriedade e com os negócios estava inserido na lógica da pratica política desses homens. Políticos porque porque proprietários, somente através da garantia ou expansão de suas propriedades é que poderiam dar continuidade à atividade política. Disto provém a vinculação entre ambos os níveis da realidade — política e negócios — que, pelo visto, constituíam as duas faces da mesma moeda.[254]

Insistindo na qualificação desse grupo, pode-se dizer que, ainda que o marco inicial da projeção dos proprietários na política local e regional coincida com a Independência, pode-se dizer que o "envolvimento político dos proprietários interioranos tendeu a ampliar-se consideravelmente nas instâncias da crise do

---

[253] Alcir LENHARO, *As tropas da moderação (O Abastecimeto da Corte na formação política do Brasil: 1808-1842)*, 2. ed., Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Educação, 1993, p.105.
[254] *Idem*, p.100.

Primeiro reinado, numa etapa em que vários de seus representantes, associados ao abastecimento da Corte, nela se encontravam instalados."[255] Dessa forma:

> A deposição do imperador abalou o poder concentrado do Estado Imperial, abrindo espaço para a projeção do setor abastecedor da classe proprietária, que passou a ser co-responsável pela administração regencial. Associando-se principalmente a políticos egressos da pequena burguesia urbana e do segmento militar, compuseram um grupo relativamente coeso, mas sem aprofundamento partidário, designado genericamente de liberais moderados.[256]

Um estudo recente, levado a cabo por Wlamir Silva dá conta de um circunstanciado e amplo panorama da "construção da hegemonia liberal-moderada" em Minas na década de 1830. Reúne nessa empreita as manifestações políticas de partes diversas da província com vistas a aprofundar os significados dessa hegemonia. Ainda que concorde com muito da argumentação desse autor, me parece prudente e necessário, diferenciar o que se pode chamar de liberal moderado ao sul de Minas, como no argumento de Lenharo, e, por exemplo, o que cabe nessa discrição na representação política do Serro ou de Diamantina. Dito de outra forma, os moderados de Campanha e São João del Rey à década de 1830, poderiam parecer iguais aos de Diamantina e Serro, mas já aí marcavam-se expectativas e interesses diferenciáveis que, uma vez mudada a conjuntura política, a partir do regresso na década seguinte, já seriam mais facilmente diferenciáveis.[257]

Essa especificidade do sul de Minas é que permite, dependendo do ângulo pelo qual se analise a questão, perceber a ascensão e queda da força liberal moderada representada pelo proprietários dessa região (e que é evidente se analisados em particular os interesses ligados ao abastecimento), ou um cenário de certa reacomodação de interesses se articula em níveis diversos à área de expansão da cafeicultura fluminense, assim como mineira, e no qual o peso político das famílias seria cada vez mais preponderante. Seguindo, por fim, o argumento de Lenharo:

> Os moderados não conseguiram superar a fragmentação política apresentando decisões que satisfizessem o conjunto de interesses da classe proprietária em etapa de reestruturação. Também não tiveram força para fazer frente à formação do novo centro hegemônico de

---

[255] *Idem*, pp.101-2.
[256] *Idem*, p.102.
[257] Wlamir SILVA, *"Liberais e Povo": a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834)*, Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 2002.

> poder composto pelo setor cafeicultor. Nesse processo, os moderados e sua base social mais combativa, o setor representativo do abastecimento, se acomodaram, sem ter oferecido um projeto alternativo ao do Regresso, que capitalizasse os interesses primordiais da classe proprietária do Centro-Sul.[258]

Ainda assim, para o que interessa ao sugerido acima acerca da reacomodação de interesses dessa elite política proprietária que bem se representa no peso e influência crescente das famílias no jogo político, o próprio Lenharo oferece o contraponto ideal, destacando a ligação nos quadros formativos dos moderados e dos regressistas:

> Curiosamente, o Regresso sairia dos quadros políticos da moderação. As divergências entre regressistas e progressistas (remanescentes dos moderados) também não seriam tão agudas a ponto de manter as duas linhas em confronto, nem mesmo com o reforço do rescaldo adesista dos ex-caramurus, alinhados com os regressistas.[259]

No intuito de se explorar com alguma profundidade esse contraponto entre trajetória e famílias aqui lançado e espelhar as questões até aqui discutidas, será destacado um caso em particular, o dos Monteiro de Barros, que, no dizer de Cid Rebelo Horta, tem atributos para ser considerada "a constelação familiar mais numerosa e refulgente da nobreza e da política do Império".[260]

A família Monteiro de Barros tem suas origens cravadas no norte de Portugal, em Barcelos, arcebispado de Braga. O ramo que alcança Minas descende de Mariana Monteiro de Barros, que de seu casamento com João Vieira Repincho dá a luz em 1716, na freguesia de São Miguel das Marinhas, comarca de Barcelos, a Manuel José Monteiro de Barros. É este último que, passando ao Brasil e fixando-se inicialmente na Bahia, transfere-se depois para as Minas onde acumula fortuna e dá origem a larga descendência. O espaço original da influência da família seria São João del Rey, passando daí para Congonhas do Campo, onde parte dos descendentes do patriarca da família vai se estabelecer, com extensas propriedades e ricas lavras minerais. Manuel José Monteiro de Barros casa-se com D. Margarida Eufrásia Negreiros da Cunha Matos, natural da Bahia, e a simples enumeração de sua descendência ajuda a demarcar uma série de questões relevantes para a presente

---

[258] Alcir LENHARO, *As tropas da moderação...*, p.108.
[259] *Idem*, p.109.
[260] Cid Rebelo HORTA, "Famílias Governamentais...", p.81.

análise, visto que contam-se entre seus filhos dois senadores, um visconde e um barão, e não menos distinta lista de distinções entre as gerações seguintes.[261]

Seu primogênito é Lucas Antonio Monteiro de Barros, futuro Visconde de Congonhas do Campo. Formado em Coimbra, exerceu a posição de ouvidor da comarca de Vila Rica, com assento portanto na Junta da Real Fazenda. Na magistratura seria distinguido ainda com as mais altas posições, dentre elas a de desembargador da Casa da Suplicação e no Desembargo do Paço até chegar em 1828 a ser nomeado como ministro do Supremo Tribunal de Justiça, casa onde mais tarde ocuparia a presidência. Na vida política seria deputado pela província de Minas Gerais às Cortes Portuguesas e à Assembléia Constituinte de 1823, passando depois ao conselho de D. Pedro I e em 1826 assumindo assento no Senado. Casa-se dentro da própria família, com D. Maria Tereza Joaquina de Sauvan, sua prima nascida em Portugal, deixando vários filhos com também destacada trajetória política.

O segundo filho mais velho de Manuel José é Romualdo José Monteiro de Barros, Barão de Paraopeba. Foi vereador na câmara de Vila Rica, membro do segundo governo provisório de Minas em 1823, integrante do Conselho do Governo de 1825 a 1829 e de 1830 a 1833 e ainda vice-presidente da província anos mais tarde.

Anote-se ainda os nomes de João Gualberto Monteiro de Barros, Mateus Herculano Monteiro da Cunha Matos, Marcos Antonio Monteiro de Barros, todos formados em Coimbra, havendo sido o primeiro vereador na câmara de Vila Rica, o segundo ocupado o cargo de tesoureiro da Junta da Real Fazenda ao começo do Dezenove, à mesma época que seu irmão Lucas, e o terceiro, cônego e arcipreste da Sé de Mariana, com importante trajetória política chegando ao senado em 1826. Basta o simples comentário aqui, para se aquilatar o poderio econômico de Manuel José Monteiro de Barros que muito poucas famílias, particularmente ligadas à mineração, seriam capazes de reunir recursos aos fins do século XVIII para enviar não um filho mas vários irmãos para estudarem no Reino.

Sua filha Maria do Carmo Monteiro de Barros casa-se com Domiciano Ferreira de Sá e Castro, dando origem a um conhecido ramo da família, os Monteiro

---

[261] A fonte fundamental para as informações que seguem sobre a família Monteiro de Barros, algumas vezes corrigida ou acrescida, foi: Frederico de Barros BROTERO, *A Família Monteiro de Barros*, São Paulo, 1951.

de Castro, sendo seus filhos, dentre outros, Manoel José Monteiro de Castro, l.° barão de Leopoldina e Lucas Antonio Monteiro de Castro, barão de Congonhas de Campo. Vale insistir aqui na importância dada aos casamentos dentro da família, como se vê em outros dois de seus filhos, o primogênito José Joaquim Monteiro de Barros casado com sua sobrinha Maria da Conceição Monteiro de Barros, ou Maria da Conceição Monteiro de Barros casada com seu tio José Joaquim Monteiro de Barros, que sob a direção do Barão de Eschwege criou em 1817 uma fábrica de Ferro em Congonhas do Campo.

Completa a lista do filhos varões de Manuel José Monteiro de Barros o caçula que recebeu o mesmo nome do pai, vindo a ser deputado na Junta da Real Fazenda e deputado provincial. É a respeito dele que comenta Cid Rebele Horta:

> O comendador Manuel José Monteiro de Barros, irmão do 1º Visconde de Congonhas do Campo, transferiu-se, em princípios do século passado, com todos os seus filhos, genros e alguns sobrinhos, para vastas sesmarias que adquirira no arraial do Feijão Cru, tornando-se um dos primeiros povoadores do atual município de Leopoldina, cuja chefia política jamais deixou de ser de sua família. Ligam-se os Monteiro de Barros, na Zona da Mata, aos Junqueira, aos Resende, aos Vidal Barbosa Lage, aos Manso Ribeiro, aos Leite de Magalhães-Pinto. No Império, a chefia política de Leopoldina e a representação na Assembléia Provincial, na Câmara Geral e no Senado, pertencem sempre aos Monteiro de Barros.[262]

Francisco de Paula Ferreira de Resende em seu livro de memórias dá testemunho dos primórdios desse povoamento de partes da Zona da Mata mineira pelos Monteiro de Barros:

> A família dos Monteiro de Barros é, como todos sabem, originaria de Congonhas do Campo, e como todos sabem ainda, é uma das mais importantes da nossa província.
>
> Possuidora de minas, e por conseqüência, muito rica em outros tempos, desde que o ouro começou a escassear, a antiga riqueza começou a diminuir; e então um membro dessa família, o comendador Manuel José Monteiro de Barros, assentou de deixar as minas para vir se estabelecer na mata como uma fazenda de cultura. Para esse fim alcançou do governo um grande numero de sesmarias, não só para si e para todos os seus filhos que já existiam, mas até mesmo, segundo ouvi dizer, para uma filha que ainda não estava nascida e não sei se também para todos os outros que tivessem de nascer. O que sei e que até bem pouco ainda se via, é uqe todo o

[262] Cid Rebelo HORTA, "Famílias Governamentais...", pp.81-2.

> Pirapetinga pequeno e quase todo o Pirapetinga grande desde a fazenda do Socorro até a Pedra bonita e a fazenda de Santa Rosa nas imediações da atual freguesia de Santa Ana do Pirapetinga, ficaram, por assim dizer, sem quase que nenhuma interrupção, em poder dos monteiros.[263]

A validade da informação de sesmarias concedidas a filhos ainda por nascer pouco importa na verificação do que efetivamente se verificou no controle das terras dessa que seria uma das principais áreas cafeeiras de Minas e nos desdobramentos disto no controle político da região. Em referência direta ao processo de concessão de sesmarias, o trabalho de Angelo Alves Carrara sobre a ocupação dessas áreas de Minas é referência mais que segura:

> As terras dos atuais municípios de Mar de Espanha e Leopoldina começaram a ser apropriadas a partir de 1817 por meio de sesmarias. Vinte e três anos depois, as fazendas da café desses municípios estavam consolidadas em enormes unidades de produção voltadas para a exportação, e seus proprietários eram também os responsáveis pela construção da rede viária necessária ao escoamento da produção até o porto do Rio de Janeiro. Em Leopoldina, além da cessão da maior parte das terras disponíveis ou pelo menos das mais férteis, no ano de 1818, ocorreu ainda a tomada de grandes extensões das terras devolutas restantes por membros da família Monteiro. Esta família conseguiu apropriar-se de um vasto patrimônio agrário, cuja distribuição foi muito facilitada pela presença de alguns de seus membros importantes nos cargos mais altos do governo da capitania e depois da província: o comendador Manuel José Monteiro de Barros, Romualdo José Monteiro de Barros (Barão de Paraopeba, membro da segunda Junta do Governo Provincial) e o desembargador e ouvidor Lucas Antônio Monteiro de Barros. Só o comendador Manuel José obteve a concessão de quatorze sesmarias. No total, oito membros da família possuíam vinte e quatro sesmarias.[264]

Todos os aspectos que na trilha da cafeicultura faziam convergir para essa área das Minas novas centralidades econômicas e cada vez mais o peso político coincide com essa força do espaço familiar e das alianças aí conformadas enquanto fator preponderante na reprodução das elites políticas nesse espaço. Os Monteiro de Barros ligar-se-iam assim a outras famílias importantes, marcadamente entre conservadores após o regresso, mas que não abririam mão de incluir, nos termos já

---

[263] Francisco de Paula Ferreira de RESENDE, *Minas Recordações*, São Paulo, EDUSP, Belo Horizonte, Itatiaia, 1988, p.347.

[264] Angelo Alves CARRARA, *Estruturas Agrárias e Capitalismo; contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX)*, Mariana, UFOP, 1999, p.20.

qualificados acima para essas alianças, também indivíduos liberais. Articulam-se assim na Zona da Mata aos Junqueira, que juntamente com os Ferreira Leite, os Leite Ribeiro, os Cerqueira Leire, os Nogueira da Gama Cerqueira, os Ribeiro de Resende, os Leite de Magalhães, os Magalhães Sales, os Pinto de Souza e os Arantes, formariam o que Cid Rebelo horta chamou de a "nobreza do café em Minas Gerais", sendo que todas essas famílias, intimamente entrelaças entre si, teriam cada uma, via de regra, "seu barão ou visconde no Império".[265]

A importância política alcançada por esse ramo da família Monteiro de Barros que das sólidas raízes na região das Minas abre caminho nessas áreas da Mata que tem sua posição econômica catapultada por conta do café, coloca em destaque a oposição que aqui se pensou entre trajetórias e famílias e mensura o papel da Lei dos Círculos como o coroamento de transformações no perfil político que já se faziam sentir claramente e o fornecimento de armas efetivas para essa reprodução das elites locais em articulação direta ao poderio das famílias.

Pensada nesse esquadro, a família Monteiro de Barros é exemplo do poderio econômico acumulado em vastidão suficiente para mandar vários de seus elementos para se formarem em Coimbra e com isto adentrarem no circuito dos cargos de maior consideração dentro do império português. A vinda da Família Real ao Brasil, e depois a Independência, redefinem as bases para o desdobramento dessas trajetórias em vínculo mais explícito e direto com seu local de origem e de reprodução dos recursos econômicos familiares. Não obstante, acompanhar, por exemplo, a vida do membro principal da família que manteve sua trajetória articulada à parte mais central das Minas, efetivamente a Região das Minas, Lucas Antonio Monteiro de Barros, o Visconde de Congonhas do Campo, é encarar como o peso de uma trajetória política, iniciada nos exatos mesmos moldes desses percursos dentro do universo colonial português, assumiria para a sua descendência peso mais determinante do que a força mais difusa e algo independente de um ou outro nome (a família) que marcaria a experiência política dos Monteiro de Barros em Leopoldina, por exemplo, em particular após o reforço conferido pelas eleições distritais. Novamente a experiência de Francisco de Paula Ferreira de Resende é elucidativa desses detalhes:

---

[265] Cid Rebelo HORTA, "Famílias Governamentais...", pp.82-3.

> Ora, feudo dos Monteiro de Barros desde os seus começos e em cujas eleições o Dr. Antonio José, ou fosse para juiz de paz ou fosse para deputado, quase que de ordinário só perdia o seu único voto, tudo na Leopoldina que se referia à vida política, tinha um certo que de patriarcal ou puramente de família, e o que acontecia, era que, tanto as qualificações como as eleições não passavam na realidade de puras formas ou só se faziam para constar. Assim portanto, não é de admirar, que as qualificações da Leopoldina estivessem todas cheias de descuidos e até mesmo de irregularidades mais ou menos substanciais.[266]

Tal ordem de questões ajuda por fim a perceber como a dinâmica regional joga um papel interessante nesse processo político, permitindo referendar explorações horizontais, como as procedidas na seção anterior deste capítulo, na qual se estabelece diferenças entre os perfis dos membros das elites políticas em partes diferentes das minas. O traço mais substantivo, entretanto, é justamente este representado aqui pela análise da importância de uma família na comarca de Paraibuna, especificamente em Leopoldina, na qual pode-se demarcar exatamente uma passagem da região das Minas para uma área que ao século XVIII praticamente não se diferenciava, ou seja, um sertão, a área das matas que avançava até o limite com os campos definidores da paisagem do sul da capitania. Essa passagem corresponde justamente à conformação de espaços econômicos específicos que se diferenciam a partir das primeira décadas do século XIX e que vão assumindo progressivamente identidades políticas próprias. Há ainda espaço para ver outra questão espacial em paralelo, da mesma forma que se produz a diferenciação regional se verifica o papel que o rural, diferentemente do urbano na região das Minas em seus núcleos fundamentais, assumiria enquanto instância de poder político efetivo e que tudo tem que ver com essa feição patriarcal e familiar de que fala Francisco de Paula Ferreira de Resende no jogo político de então.

---

[266] Francisco de Paula Ferreira de RESENDE, *Minas Recordações*..., p.392.

PARTE III – Contos do Reino e das Minas: Fazenda, Estado e seus agentes

Capítulo 5. A fazenda no contexto das transformações econômicas e políticas das Minas entre os séculos XVIII e XIX

A atuação em Minas Gerais da Junta da Administração e Arrecadação da Real Fazenda, ou simplesmente Junta da Real Fazenda, como acaba por ficar conhecida e se auto-denominar, oferece a olhos do presente uma leitura substantiva de muito mais do que o detalhe da prática fiscal de então. O lugar dos tributos provenientes das Minas na estrutura das finanças do Estado português, desde o início do século XVIII, coloca destaque na administração dessa região do império, e neste sentido amplifica a posição relativa da Junta de Minas entre suas congêneres. Não só por conta disto, que aproxima e sintoniza as expectativas relativas à Junta com as diretrizes políticas da administração central, mas também pela forma específica da sociedade, economia e cultura mineiras na segunda metade do século XVIII, o estudo do organismo deixa ver, direta ou indiretamente, conjunto mais largo de questões. Tópicos variados para análise, tais como: os limites da percepção da natureza específica e dos problemas próprios da economia mineira em fins do Dezoito; a importância dos círculos de poder localmente constituídos e o lugar de seus pleitos na condução das ações fazendárias; as próprias concepções de como se daria então o correto exercício tributário e nisto a leitura das leis, da justiça e do direito; o cruzamento dos interesses econômicos localmente constituídos e a burocracia montada para o exercício fazendário; entre outros mais pontos. Acrescente-se também, que a segunda metade do século XVIII comporta acelerações e turbulências significativas na dinâmica econômica das Minas, o que de resto é também uma verdade para os mais diversos aspectos da sociedade urbana aí então constituída. Coincidem o momento da organização mais elaborada do aparato governativo português nas Minas, com o de uma instabilidade crescente no plano econômico, mas também político local.

5.1. A prática da ação fazendária: ouro e moeda entre os séculos XVIII e XIX

O momento específico em que é criada a Junta e os primeiros anos de seu funcionamento encerram, por si só, questões importantes em diversos níveis, o que constitui desafios para uma análise abrangente. Podem ser lembrados aí por exemplo a coincidência entre as reorientações administrativas, particularmente na condução da ação fazendária a partir do consulado pombalino, e o momento de rendimentos persistentemente decrescentes no quinto do ouro a partir de meados do século. Também não se esqueça de sublinhar a influência (mesmo que atravancada de formas diversas) do espírito das luzes setecentista que alcança essa porção da América, e com isto a força de novas idéias políticas no quadro internacional articulando-se em alguma medida a certo amadurecimento de uma percepção da dimensão local no horizonte de expectativas dos indivíduos que aí construíam suas vidas, como seria o caso de vários indivíduos ligados à ação fazendária nas Minas de então. Ou, por fim, o próprio aprofundamento da experiência urbana na organização social e dos desdobramentos de uma dinâmica econômica que já articula espaços que em muito ultrapassam a mineração e que vão fazer dos pareceres nos quais os deputados da Junta interpretam a realidade que lhes é apresentada e tentam nela intervir, um território para a leitura de um sem fim de problemas econômicos e políticos, entre dito e o não dito, entre os acertos e os equívocos, e entre os variados interesses ali superpostos.

Talvez o caminho mais apropriado para captar os matizes próprios dessas questões seja a aproximação direta de algumas das temáticas centrais e recorrentes no exercício cotidiano da Junta no século XVIII, até seus desdobramentos institucionais no século XIX. Neste sentido, a análise de alguns dos pareceres produzidos pelo órgão permite uma boa introdução ao problema.

Em 7 de outubro de 1790, depois de descoberta e devassada a conspiração de 1789, mas ainda antes da sentença final aos implicados, determinava a Rainha, por meio de seu real Erário, que a Junta da Fazenda em Minas se pronunciasse acerca "dos meios, e modos mais suaves de se ressarcirem sem maior vexame dos povos o prejuízo que a Real Fazenda experimenta atualmente na arrecadação do Quinto do

Ouro destas Minas".[267] A demanda é clara, ressarcir o prejuízo, sem maior vexame dos povos. Obviamente a "fórmula", de taxar sem o maior vexame dos povos, é peça retórica comum nesse tipo de correspondência, mas assume no momento em questão maior importância. Pode-se considerar que já se dava certa mudança no tom da demanda, ao menos se comparada essa solicitação ao endurecimento de posições que caracterizava as instruções dadas por Martinho de Melo e Castro ao governo de Luís Antonio Furtado de Mendonça, o Visconde de Barbacena, que assume seu posto em julho de 1788.

Um panorama relativamente intrincado ia aí pressuposto. O conjunto de certezas manifestas, aos olhos da Coroa, acerca da predisposição dos naturais das Minas à fuga da tributação, da questão do contrabando como um dos problemas centrais, assim como da plena viabilidade de se fazer completar o déficit acumulado no quinto pelo recurso à derrama, estava bem repisado no texto de Melo e Castro que serve de instrução ao governo de Barbacena nas Minas.[268] O questionamento metropolitano apresentado acima expressa, entretanto, um momento de hesitação acerca dessas certezas e de verificação das estratégias a serem seguidas então, uma vez que persistia o decréscimo dos quintos, e por já estar desde março do ano anterior, 1789, suspensa a derrama. É bom acrescentar tal documento cristaliza uma mudança de tom que já se prenunciara antes da denúncia da inconfidência, dando margem de manobra para a suspensão da derrama pelo governador. Trata-se de um ofício do ministro Melo e Castro, datado de 7 de fevereiro de 1788, logo depois das instruções portanto, no qual, por insistência da Rainha, diz ao governador que a imposição da derrama devia se dar "se os povos de Minas se acham em estado de suportar sem grande ruína o peso da dita".[269]

A decretação da derrama representava dentro das ambições dos inconfidentes mineiros (essa era a expectativa confessada) a melhor oportunidade para se deflagrar o movimento, um tanto como estratégia para ganhar apoio de parcela ampla da população das Minas. Desta forma, tanto a pergunta de Sua Majestade, como a resposta da Junta, se davam em contexto no qual o tema da derrama já havia se

---

[267] "1791 – Ponderações da Junta da Fazenda sobre os meios de se ressarcir o prejuízo da Real Fazenda com a arrecadação do quinto do ouro", *RAPM*, (6) 1901, p.153.
[268] "Instrução para o Visconde de Barbacena", 29 de janeiro de 1788, *RIHGB*, 6 (1844).
[269] AHU, cód. 610, fls. 610 apud Kenneth MAXWEL,. *A devassa da devassa: a inconfidência mineira: Brasil-Portugal 1750-1808*, São Paulo, Paz e Terra, 1995, p.171.

deslocado, ao menos momentaneamente, do repertório principal de ações fiscais, colocando na ordem do dia a pacificação dos ânimos. Pesava, não obstante, uma vez mais a preocupação com o continuado decréscimo nos quintos, e o desafio que se apresentava era encontrar forma adequada para o ressarcimento desses prejuízos sem com isso contribuir para aumentar a inquietude nas Minas. Trata-se, desta maneira, de uma conjuntura na qual, da parte da administração metropolitana, aponta-se a direção do reconhecimento de que se está diante de um ambiente pouco propício para uma medida de força no plano fiscal, ainda que não se afastando das concepções gerais acerca do problema que se apresentava; e que, da parte do poder local, encerra-se um contexto no qual ainda se fazia necessária a demonstração de que a Inconfidência era um evento restrito, e não uma conspiração com amplas teias percorrendo o interior das elites mineiras, o que deveria ser expresso com renovado empenho de lealdade à Coroa e demonstração efetiva desse compromisso no parecer da Junta. Tudo isto agravado, por exemplo, pelo fato de que um dos condenados na devassa, o ouvidor Tomás António Gonzaga, havia sido membro da Junta, trabalhando direta e proximamente com três dos então vogais que assinam o parecer.

O documento em resposta à solicitação da Rainha concentraria, como de costume, a opinião coletiva da Junta, mas também a síntese de preliminares consultas às câmaras da capitania sobre o referido tema. De maneira geral, o que se lê é uma defesa da manutenção do *status quo* da administração fazendária, insistindo-se que "o atual método das Casas da Fundição estabelecido pela Lei de 3 de Dezembro de 1750 era o mais justo, e tinha sido o mais bem aceito dos Povos".[270] O diagnóstico das causas na retração do rendimentos dos quintos é da mesma forma o reforço da fincada interpretação metropolitana, qual seja, do contrabando como maior problema. A resposta ao contrabando já qualificara, vale dizer, desde muito tempo e com particular reforço no período pombalino, a importância das forças militares na capitania. Não obstante a esse reconhecimento dos descaminhos do ouro como problema central, não se esquivam os deputados da Junta de mencionar, ainda que sem insistir em mais considerações a esse respeito, que são bem conhecidas as "causas físicas", uma vez que "não há quem deixe de notar a diferente riqueza, e rendimento da antiga mineração feita nos alveos dos rios hoje exauridos"; mas seria

[270] "1791 – Ponderações da Junta da Fazenda ...", p.153.

"em muito grande parte" a causa do problema "o extravio do ouro em pó que sai da Capitania antes de ser quintado para os portos do mar". A solução apontada seria então a de um reforma de alguns aspectos da Lei de 1750[271], mais especificamente o ponto relativo à circulação de ouro em pó na Capitania, sendo a sua proibição a pretendida chave para a retração do contrabando, e nisto o aumento da arrecadação. Discutem-se então os procedimentos específicos para a condução do ouro às casa de fundição, bem como a multiplicação de tesoureiros menores para ampliar as teias da tributação; mas sem bem deixar de considerar a importância e a forma como se daria a substituição do ouro em pó que circulava nas Minas por moeda provincial "de forma que o comércio interior não fique embaraçado". Não há, todavia, uma leitura que vá além disto, considerando minimamente a importância do comércio interno para a força daquela economia, dos efeitos de encadeamento aí pressupostos, e nisto, uma leitura das possibilidade de tributação que poderiam daí advir. Obviamente, tal ordem de considerações não constituiriam exatamente o que se esperaria ouvir em resposta a demanda tão específica: cobrança de dívidas. Mas é necessário lembrar que essas idéias não eram estranhas ou distantes da administração local, e tampouco eram sugestões novas à administração central, como dá provas a exposição que Dom Rodrigo José de Meneses, Conde de Cavaleiros, governador de Minas entre fevereiro de 1780 e outubro de 1783, que envia ao ministro Melo e Castro em 4 de agosto de 1780, e na qual se lê:

> Outro da mesma espécie, bem digno da Régia reflexão, que pede maior combinação de idéias, seria o estabelecimento de um fundo por conta da Fazenda Real, de onde se emprestasse ouro aos mineiros, que dele precisassem. As utilidades que resultariam de semelhante estabelecimento são inumeráveis. A primeira que se oferece, e quanto a mim, a menos considerável é oito, ou nove por cento que se poderia lucrar de interesse do dinheiro, atendendo que nas compras fiadas que faz o mineiro de escravos, e gêneros lucra o vendedor vinte e cinco, e trinta, que o dinheiro contato reduzirá a dez, ficando assim o comprador ganhando cinco ou dez, e o giro do comércio muito mais ativo. A segunda que observo, donde derivam tantas utilidades que a

[271] Essencialmente, o que expressa a lei é a abolição da capitação de valor específico por cada escravo e o restabelecimento das casas de fundição para a cobrança do quinto do ouro, acrescendo-se a cláusula de que deveria se dar a arrecadação mínima de 100 arrobas por ano, que caso não obtidas seriam cobradas por força de uma derrama. "Lei de 3 de Dezembro de 1750" in: Antonio Delgado da SILVA, *Collecção de Legislação Portuguesa desde a última compilação das Ordenações, redigia pelo Desembargador Antonio Delgado da Silva. Legislação de 1750 a 1762.* Lisboa, Typ. Maigrense, 1830, pp.21-8.

> imaginação as não pode todas compreender, é que com esta facilidade aumentará o numero, e força das lavras, por conseqüência os quintos: a importação dos escravos, por conseqüência o valor dos contatos da Costa da África, a importação dos tabacos naqueles portos, por conseqüência a agricultura da Bahia; a dos negros neste e no Rio de Janeiro, e por conseqüência os contratos de entrada deles na cidade e alfândega. O numero de indivíduos, por conseqüência o consumo de sustento, e vestuário por conseqüência dos gêneros produzidos, e fabricados no Reino, por conseqüência o rendimento do contrato das entradas desta capitania, e o das alfândegas da Bahia, Rio de Janeiro, Lisboa e Porto.[272]

Outras proposições mais específicas, entretanto, seriam ajuntadas ao parecer, respeitando essa busca pelas soluções ao decréscimo da arrecadação, e se apontam aí, por exemplo, medidas como a supressão de alguns cargos e a anexação de outros, resultando em economia nos ordenados, ou ainda a tributação diferenciada dos bens de luxo nos registros. Só uma voz nesse documento expõe-se à dissonância ampla. O tesoureiro geral, Afonso Dias Pereira, que vem a propor tanto uma mudança no valor em réis da oitava de ouro, quanto a mudança mesmo no regime dos quintos, reeditando a capitação, com valor específico a ser pago por cada negro ou mulato.

O documento apresenta mais uma série de detalhes, assim como, na seqüência ao parecer conjunto, a integra do testemunho individual do escrivão, do provedor da fazenda e intendente do ouro, e do tesoureiro, o que em si faz do documento peça de interesse, uma vez que a recuperação desses pareceres individuais não é ordinária. Interessa primeiro, no entanto, a análise desse alinhamento da Junta em um diagnóstico geral, determinando a continuidade e o acerto dos métodos já estabelecidos, e o significado disso.

A resposta central seria então, como se disse, a proibição da circulação do ouro em pó, alterando o disposto no alvará de 3 de dezembro de 1750, uma vez que "só por meio da geral proibição nesta, e nas mais capitanias do giro, e uso qualquer de ouro em pó debaixo de graves penas substituindo-se lhe o da moeda provincial de prata e cobre se poderá conseguir que ele seja apresentado nas casas de fundição sem extravio para ser quintado nelas conforme o referido método"[273]. Fica aí exposta a

---

[272] "Exposição do Governador D. Rodrigo José de Meneses sobre o estado de decadência da capitania de Minas-Geraes e dos meios para remedia-lo", *RAPM*, (2) 1897, pp.317-8.
[273] "1791 – Ponderações...", *RAPM*, (6) 1901, p.154.

contraparte da questão, a proibição da circulação do ouro em pó exige sua substituição por moeda provincial. A Junta avança em seu raciocínio:

> "Proibindo rigorosamente o giro de outro em pó é certo que se faz necessário suprir a falta dele, de forma que o comércio interior não fique embaraçado. Para este fim pareceu que em todas as casas de fundição que presentemente existem, ou nas que ficarem existindo, (...) se hajam de fundir barras de menor peso que fossem ao menos de dez oitavas, instituindo-se para o troco muito em lugar de ouro em pó moeda provincial de prata e cobre com diminuição do valor, e com proibição de correr fora das capitanias onde o giro do ouro era permitido, visto que a proibição deste deve também ser geral em todas elas"[274]

Dois são os problemas práticos a se enfrentar então, primeiro a quantidade de moeda provincial que se deveria colocar à disposição nas Minas para a troca pelo ouro em pó, e como se procederia essa permuta por todo o território. Para o primeiro ponto o resultado apresentado é genérico, sem explicitar a base do raciocínio, simplesmente referindo-se a uma cifra de algo como seiscentos ou quatrocentos contos, a serem divididos por cada uma das intendências do ouro estabelecidas na capitania. Mas vale considerar o que esse montante representaria então. Seiscentos contos equivalia, considerando-se o valor da oitava de ouro em Minas (1$200) a 122 arrobas e 4 marcos e 4 onças de ouro, ou seja, mais que a pretendida cota anual das 100 arrobas.[275] Já o rendimento do quinto efetivamente verificado no ano anterior ao parecer da junta havia sido de 41 arrobas e 34 marcos e, no mesmo patamar, o rendimento do ano de 1791, que ao momento do parecer da Junta se encerrava, bateria por fim não mais que as 41 arrobas e 28 marcos de ouro.[276] Ante essa ordem de valores não parece mesmo que fosse fácil seduzir a administração central com essa proposição.

O outro problema era, como se adiantou, a forma para se colocar em circulação esse dinheiro amoedado pelas Minas. Neste sentido, depois de distribuídos pelas respectivas intendências do ouro, essa era a proposição, os tesoureiros de cada uma delas ficariam incumbidos da permuta. Todavia, acrescentava o parecer:

---

[274] *Idem*, pp.155-6.

[275] Para as equivalências de pesos e medidas foi consultado: Iraci del Nero da COSTA, "Pesos e medidas no periodo colonial brasileiro: denominações e relações", in: Iraci COSTA, Renato Leite MARCONDES (eds.), *Boletim de História Demográfica*, ano I, n. 1 (abr. 1994). [Disponível em http://historia_demografica.tripod.com/bhds/bhd1.htm; acesso em 31/12/2006]

[276] "Minas e quintos do ouro", *RAPM*, (6) 1901, pp. 964-5.

> (...) como aos sobreditos tesoureiros não é possível pela distancia das casas às povoações e territórios minerais de cada comarca servirem a toda a permutação necessária, pareceu que se deviam estabelecer tesoureiros menores em todos os arraiais, e mais paragens onde se (...) reconheçam precisos (...), e recebendo de prêmio três por cento a vista das partes do total que permutarem quando se liquidar a sua conta na intendência (...), e para que mais facilmente hajam de se oferecer os ditos tesoureiros devem ter estes alguns privilégios segundo Vossa Majestade for servida conceder-lhes[277].

Ainda que não implicando diretamente em um gasto em salários para a Coroa, o plano obviamente promoveria uma ampliação substantiva dos indivíduos inseridos nos quadros da fazenda nas Minas, e que seriam "havidos por oficiais das mesmas casas [intendências] como são os atuais fiéis"[278] Tal medida não deveria parecer também muito interessante aos olhos da administração central, uma vez que já se fazia claro àquele momento o quanto pesava e consumia das rendas reais na capitania a manutenção da ampla estrutura burocrática que ali se desenhou. A longa digressão do deputado da Junta, seu escrivão, Carlos José da Silva, acrescida logo depois do parecer conjunto refletia particular atenção justamente à possibilidade de economia nas despesas da real fazenda com a redução de ordenados nas intendências, assim como a extinção de alguns cargos.[279]

A opinião contrária ao diagnóstico conjunto pode ser recolhida, por sua vez, na digressão individual de Afonso Dias Pereira, tesoureiro geral da junta. Declara esse deputado acerca de todas as medidas colocadas pelo coletivo da junta que "tudo isso parecia conveniente, mas eu ponderando algumas oposições que se seguem ao exposto, considero não poder ter o efeito que se pretende"[280]. Primeiro ataca o lugar comum de que a falta nos quintos procede toda do extravio, no que reflete que "estamos vendo que a falta que há do presente para o dito real quinto é de sessenta arrobas pouco mais ou menos, no que se pode ver, não procede tudo do extravio, pois para tocar ao mesmo quinto vinte arrobas é necessário extraviar cem arrobas, e para as sessenta que vemos faltam era preciso extraviar trezentas arrobas, no que bem se mostra não poder ser"[281].

---

[277] "1791 – Ponderações..."*RAPM*, (6) 1901, p.156.
[278] *Idem*, p.156.
[279] *Idem*, pp.161-2.
[280] *Idem*, p.172.
[281] *Idem*, pp.172-3.

Coloca então dois pontos polêmicos como solução: primeiro o de "por-se o ouro a mil e quinhentos reis a oitava, seu verdadeiro valor com o que me persuado ficar mais seguros o real quinto, e o mesmo povo mais satisfeito assim mineiros com o roceiros, negociantes e todos mais"; e, segundo, considerando "haver nesta capitania para cima de duzentos mil negros, e mulatos, forros e cativos, estes a oitava de ouro cada um, só duzentas mil perfazem a quantia de cinqüenta arrobas"[282]. A mudança no método de arrecadação operada pelo alvará de 1750 encontrava sintonia direta com a orientação política e econômica pombalina, havendo resultado na época de sua assinatura significativa oposição, particularmente verbalizada por Alexandre de Gusmão, idealizador do método de capitação posto em prática em 1735 e então em vigor[283]. Mas esse método, que consagra o restabelecimento das casas de fundição e institui a derrama, foi se convertendo progressivamente em uma razão inquestionável de Estado, no que qualifica a polêmica à qual se expunha o tesoureiro com sua sugestão e chama atenção a este personagem, que será ainda contemplado com mais detalhes em outro momento do presente texto.

É sugestivo ver ainda que, mesmo considerando que são os faiscadores velhacos e ladinos, no que se faria muito difícil sujeita-los para fazer entrar todo o ouro em pó nas casas de fundição, não hesita este deputado em situar o problema noutro nível, tirando do contrabando o peso do problema. Isto introduz por sua vez a questão do estado de decadência em que as Minas se encontravam. O provedor da fazenda Francisco Gregório Pires Bandeira também se referiria a isto em seu parecer, com o seguinte raciocínio:

---

[282] *Idem*, p.173.

[283] Luciano Raposo de Almeira FIGUEIREDO, "Derrama e política fiscal ilustrada", *RAPM*, (41) 2006, p. 28. Acerca dessa questão é apropriado esclarecer que Alexandre de Gusmão que, como exemplarmente avaliou Jaime Cortesão, "vê de fora, como brasileiro-nato, Portugal; e vê de fora o Brasil, como burocrata, intimamente enquadrado na administração portuguesa", vai com sua proposição responder à preocupação de D. João V ao começo da década de 1730 (entre 1732 2 33) em dar novo ordenamento à administração colonial e a das Minas em particular. O projeto era audacioso e inovador particularmente na sua justificativa em nome da justiça distributiva, não reconhecendo privilégios de isenções, tão próprios dos ordenamentos sociais do antigo regime. Em síntese: "Alexandre de Gusmão escolhei o princípio do tributo por bateia, isto é, por escravo minerador e alargou-o de forma, a torna-lo mais genérico, de verdadeira capitação, estendido, não só a todos os escravos, munidos ou não da bateia mineradora, mas a todas as atividades, civis ou eclesiásticas, comércio, indústria, burocracia e dignidades da Igreja; ao mesmo tempo que extinguia todos os outros tributos: em primeiro lugar os quintos, e, por conseqüência, os direitos de lavouras; o registro, as entradas, e os direitos de passagem de todos os caminhos, que pesavam sobre os escravos e os "secos e molhados", dificultando a indústria e o comércio; e todas as imposições do donativos, contra as quais clamara o honrado Antonio Rodrigues da Costa". [Jaime CORTESÃO, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, Lisboa, Livros Horizonte, 1984, vol.2, p.418]

> Estas Minas devem se considerar como um corpo político, e assim como os mais corpos tem esta seu princípio, aumento, estado, e declinação, circunstâncias estas que se devem considerar atentamente para se lhe poder aplicar o remédio à proporção do estado em que se acha.[284]

Há que se destacar, todavia, não a percepção da efetiva retração na produção aurífera, o que não deveria escapar à compreensão de ninguém que vivesse e estivesse atento ao cotidiano das Minas de então, como era bem o caso dos deputados da Junta, mas o espaço restrito para a exposição de divergências à ordem de Sua Majestade. Ante uma ordem específica e um momento político delicado como era aquele do pós-1789, a melhor alternativa aos vogais da Junta seria mesmo repisar argumentos já aprovados anteriormente, sem grande polêmica, ainda que lateralmente explicitando algo das particularidades locais. Esta cautela que se converte em estrita atenção à pergunta da Rainha é o que bem se lê na exposição de Carlos José da Silva, quando este comenta, que a cota de cem arrobas foi prometida "em tempos florescentes, e abundantes da capitania, e franqueza das lavras sem reserva, como hoje sucede pelo contrário em muitos lugares (...), mas eu só devo ocorrer conforme a citada ordem em pinçar o que será mais útil aos reais interesses com a conservação desta capitania".[285]

Mais interessante e curioso, todavia, não é continuar na leitura dos pormenores do texto, e sim perceber como esse diagnóstico apresentado pela Junta se insere em uma longa seqüência de argumentos coincidentes, que começando bem antes desse parecer só encontraria resolução efetiva muito depois, reeditando com pouca variação o mesmo diagnóstico e propondo os mesmos medicamentos. Alguns momentos dessa recorrência podem ser pinçados em documentação variada. Lê-se, por exemplo, em representação copiada pela Contadoria geral do território da relação do Rio de Janeiro, África oriental e Ásia portuguesa, relativa a Minas Gerais, e datada de 31 de julho de 1783, ainda ao tempo do governo de Dom Rodrigo José de Meneses, que "o remédio mais eficaz que ocorre para se não extraviar o ouro é dar a providência que ele não corra mais como moeda em todos os Estados Ultramarinos".[286] Ou ainda, considerando que uma vez "proibido o giro de ouro em

---

[284] "1791 – Ponderações..."*RAPM*, (6) 1901, p.167.
[285] *Idem*, p.161.
[286] AHTC, Erário Régio, Livro 4066, p.89.

pó, os mineiros logo que queiram fazer uso do que extraíram o devem levar à junta da intendência do real quinto da sua comarca, e apresentando-os deduzir esta os quintos de Sua Majestade e as quatro partes que restam ou satisfazer-lhas em moeda provincial se assim os pedirem aqueles, regulada cada oitava depois de quintada a 1500 rs., para com o dito prodevirem (sic.) pagarem as suas dívidas menores e acudirem as suas despesas diárias. Ou metendo-lhas em borrachas ou cartuchos, que as partes devem fazer à proporção do ouro que pretenderem quintar, entrega-los a seus donos para com eles fazerem os seus pagamentos (...)".[287]

A quantidade de moeda provincial que se faria necessária introduzir às Minas com a proibição da circulação do ouro em pó é também considerada, propondo-se entretanto valores muito distantes do intervalo de quatrocentos a seiscentos contos referido em 1791. Desta forma, "para que não faltem as espécies de que dependem os tratos e os contratos, parece que se deve determinar à casa da moeda desta cidade para que no primeiro ano remeta para a junta da fazenda de Vila Rica o valor de cem contos de réis em moedas de todos os metais, para se dividirem pelas quatro comarcas à proporção da sua grandeza e da sua população".[288] Também se insiste no ponto da economia que se faria com a abolição das casas de fundição, que bem poderiam ser substituídas pelas câmaras de cada uma das vilas na função de permuta do ouro em pó. Pontos coincidentes seriam atacados na já referida exposição que Dom Rodrigo José de Meneses acerca do estado de decadência das Minas, redigida logo ao primeiro ano de seu governo:

> Uma tão grande desordem me obriga a pensar, que ainda no caso que Sua Majestade, por algumas razões a que não pode chegar a minha compreensão, não houvesse por bem estabelecer a Casa da Moeda com as circunstâncias, que tenho indicado, e fosse servida conservar as da Fundição, que se acham estabelecidas, sempre seria útil ao Seu Real serviço, e bem comum dos vassalos abolir total e indistintamente a circulação do Ouro em pó, ordenando que este passasse imediatamente da mão do mineiro para as casas de fundição, onde fosse permutado em barras, mandando recolher todo o que circulasse; e pagando com moeda provincial, não da que se acha estabelecida,

[287] *Idem*, p.94.
[288] *Idem*, p.89.

> que apenas aqui chega do Rio de Janeiro, logo desaparece; mas da que passo a indicar.[289]

Os passos que indicaria, depois de uma digressão sobre os vícios na circulação monetária na Europa, e das práticas do aumento do valor nominal e diminuição do toque das moedas, o que expõe o Reino a perdas consideráveis, tudo embasado em "um maduro exame de todas as circunstância, que o acompanham, e todas as faces com que minha compreensão o pode considerar", eram que se deveria mandar circular nas Minas, "em lugar do ouro em pó, moeda provincial de prata e cobre, que não tivesse valor intrínseco mais que metade ou a terça parte daquele que representasse", do que decorreria possibilidades à real fazenda de "lucrar sobre os vassalos desta capitania dois milhões" ao fazer-lhe este "grande benefício".[290]

Mais de uma década antes, não obstante, o tema de se proibir a circulação de ouro em pó nas Minas já havia sido contemplado em altas instâncias deliberativas do Estado português. Sendo notórios os "inconvenientes que a experiência tem mostrado que se seguiram de correr nas Minas o ouro em pó, depois que cessou a necessidade que fez essa permissão indispensável ao tempo em que se promulgou a Lei de 3 de dezembro de 1750" buscou-se uma solução ao problema, que vai exposta em assento dado na Secretaria dos Negócios do Reino em 26 de julho de 1770, e que consiste na proibição do giro do ouro em pó, e na exposição de uma série de providências em benefício do "comércio interior das mesmas Minas".[291] Vale a exposição circunstanciada. A primeira providência que caberia a Sua Majestade autorizar era:

> Ordenar o mesmo Senhor, que toda a moeda das outras capitanias do Brasil, ou seja de ouro, ou de prata, ou de cobre, tenha giro nas Minas, abolindo inteiramente os chamados vinténs de ouro, que contém intoleráveis fraudes e comum prejuízo.[292]

O tema da quantidade de moeda que deveria ser posta em circulação é discutido em seguida, sendo decidido que se deveria "mandar introduzir em cada uma das comarcas das Minas Gerais 50 ou 60 mil cruzados, de moeda de prata e ouro, de todo o dinheiro provincial que correr no Brasil, remetendo-se também

---

[289] "Exposição do Governador D. Rodrigo José de Meneses sobre o estado de decadência da capitania de Minas-Geraes e dos meios para remedia-lo", *RAPM*, (2) 1897, p.322.
[290] *Idem*, p.323.
[291] AHTC, Erário Régio, Livro 4070, p.70.
[292] *Idem*.

algum cobre".[293] Indicava ainda a mesma quantia a ser remetida para Goiás e 40 mil cruzados para Paracatu. Todavia, calculando o valor de cada uma das quatro comarcas a 60 mil e somando o valor indicado para Paracatu, tem-se 112 contos de réis, ou seja, pouco mais do que o proposto em 1783, mas também muito abaixo do valor sugerido em 1791.

O documento refletiria ainda sobre a distribuição das casas de fundição sobre as áreas minerais, sugerindo coisas como transplante da casa de fundição de Minas Novas para Rio das Contas ou a criação de uma outra em Paracatu, com "a menor despesa que couber no possível", o que reflete visão ampliada do território e da dinâmica dos sucessos ou retração dos novos descobrimentos, alvo das maiores atenções dos governadores e das Minas. A preocupação era também, não obstante, a economia nos gastos com a administração local, e sendo que essa passava necessariamente pelo redimensionamento dos salários, tem lugar uma proposição neste sentido, que ao mesmo tempo bate em outra tecla, consubstanciando ação marcadamente pombalina: a abertura da administração colonial às elites locais, em processo que é fundamental mesmo para a compreensão da constituição e funcionamento Junta de Fazenda e ao qual ainda se dará destaque aqui. Diz o texto:

> (...) abolindo-se nesta [a pretendida casa de fundição de Paracatu] e nas mais Minas os intendentes que vão do Reino com excessivos salários, e provendo-se esses lugares em pessoas das mesmas terras, onde há homens de probidade que estando em suas casas servirão por 600$000 em lugar dos 4 mil cruzados [1.600$000] que vencem os atuais intendentes. E os fiscais podem ficar no mesmo preço, fazendo-se os intendentes trienais e os fiscais anuais. Os escrivães da receita sendo também da terra podem vender 400$000, e os da forja 300$000, o meirinho 100$000, o escrivão do meirinho outros 100$000, o tesoureiro outros 400$000 sendo também da terra.

Esse conjunto de pontos destacados já é suficiente para anotar uma visão aprofundada do quadro geral das Minas àquela altura. Sendo que o tema da proibição da circulação do ouro em pó, que reapareceria depois em demandas variadas vindas das Minas, já estaria contemplado e recomendado na própria Secretaria dos Negócios do Reino. Na reunião acontecida no Palácio de Ajuda, estavam presentes, assinando o documento, os seguintes nomes: Dom João, Arcebisbo Regedor; Conde de Azambuja; Conde de Bobadela; Francisco Marcelino de Gouvêa; João Pereira

[293] AHTC, Erário Régio, Livro 4070, pp.70-1.

Caldas; José Ricalde Pereira de Castro; Bartolomeu José Nunes Cardoso Giraldes; Joaquim Ignácio da Cruz; Luiz Diogo Lobo da Silva; e Manoel da Fonseca Brandão. Ante a lista dos nomes é possível vislumbrar não só a importância do colegiado ali reunido, como ter clareza sobre as matrizes do conhecimento específico da situação das Minas patente no texto. Neste particular dois nomes se destacam. O de José Antonio Freire de Andrada, o 2º Conde de Bobadela, que exerceu interinamente, em nome de seu irmão Gomes Freire de Andrada, o 1º Conde de Bobadela, o governo da capitania entre 1752 e 1758 (isto formalmente, mas ainda permanecendo como espécie de lugar-tenente do irmão em Minas até 1760[294]); e o de Luiz Diogo Lobo da Silva, que permanece no governo das Minas entre 1763 e 1768.

Há boas evidências para creditar, não obstante, ao segundo importância maior na concepção das medidas propostas. Da atuação de Luís Diogo Lobo da Silva no governo nas Minas, merece destaque sua preocupação com os limites territoriais da capitania, particularmente ao sul, na divisa com São Paulo, no que se traduz o interesse pelos novos descobertos e a ampliação das áreas minerais na capitania. Atento ao alvará de 3 de dezembro de 1750, fez cumprir ao longo de seu governo uma derrama que reparou os prejuízos de 13 anos no rendimento dos quintos. Nisto, sua leitura do contrabando como problema-chave permitiu avançar a conexão entre a permitida circulação de ouro em pó e as facilidades ao descaminho do metal. Dessa forma, imporia a uma região de novos descobrimentos auríferos no sudoeste da capitania, a partir de um bando de 24 de setembro de 1764, a permuta de todo o ouro em pó em circulação. Tal ação abre clara exceção ao alvará de 1750, assim como introduz exatamente o mesmo tipo de compreensão do problema que parece nortear o assento dado na Secretaria dos Negócios do Reino em 1770.[295] No bando lê-se o seguinte:

> Ordeno a todos os moradores deste arraial de São Pedro de Alcântara, e Almas, os de Santa Ana, e de São João de Jacuí mineiros; e negociantes de todos os seus distritos, que presentemente se acharem com ouro em pó ou moeda de ouro cunhada de qualquer valor,

---

[294] Caio César BOSCHI, "Administração e administradores no Brasil pombalino: os governadores da capitania de Minas Gerais", *Tempo*, Rio de Janeiro, 2002(13): 77-109, p.101.

[295] Não é demais ponderar que a participação ativa de Lobo da Silva nesse tipo de deliberações, informada por sua experiência de governo da capitania de Minas e logo antes na de Pernambuco, devem ter lhe valido algum tempo depois a nomeação como membro do Conselho Ultramarino, em 27 de janeiro de 1773. (Caio César BOSCHI, "Administração...", p.102)

> venham perante mim apresenta-la no preciso termo de três dias sendo moradores de algum dos ditos arraiais; ou no de oito sendo das suas circunferências, onde pelo escrivão que serve na vedaria, e fiel do tesoureiro da Fazenda Real desta capitania com intervenção do Dr. Desembargador Provedor da mesma se permutará todo a barras de ouro fundido, e moeda provincial de prata, continuando-se a mesma permuta pelo tempo adiante encarregada ao fiel, cabo de patrulha, ou outra qualquer pessoa eleita deste fim, e não comparecendo dentro do mencionado termo qualquer pessoa que for achada com o dito ouro em pó, ou em moeda de ouro cunhada dentro dos registros ficará sujeito às penas estabelecidas (...).[296]

Dois outros momentos dessa trajetória de proposições coincidentes ao longo do tempo, apontando agora para o seu desenlace no século XIX, devem ainda ser destacados dentre outras mais entradas ao tema. Antes disso, porém, cabe avaliar que a recorrência de temáticas não deve-se a um só fator. Há razões que podem ser lidas na prática administrativa de então, instituída dentro de uma ordem centralizada (ainda que com ampliação da participação local), o que contribui para a restrição do espaço ao dissenso e valoriza a recuperação das idéias e perspectivas já referendadas pela vontade real, até como forma de alinhamento desses setores locais incorporados/cooptados na máquina administrativa. Há que se ver também, por outro lado, como um caso como o da proibição da circulação de ouro em pó encontra limites evidentes para sua resolução imediata, particularmente por conta do dispêndio que teria a Coroa com a ação, o que termina por fazer com que as disposições tendessem a não resultar em ações efetivas. O caso em questão é eloqüente neste sentido, uma vez que, em cada reapresentação da medida, mais profundamente já se faria sentir a crise da mineração, e que, por outro lado, ainda maior seria a população, e indiretamente o mercado interno da capitania, sendo assim maiores as necessidades de meio circulante para substituir o ouro em pó. Ou seja, cada vez que a solução era novamente apresentada, seria cada vez mais caro o medicamento e cada vez mais breve a promessa de sobrevida, suprimindo obviamente muito do interesse régio de solucionar a questão por essa via.

Os dois outros momentos aludidos, que são 1803 e 1808, reforçam a idéia de que o problema da proibição da circulação do ouro em pó e sua substituição por moeda corrente, foi progressivamente deixando de ser solução para a fuga do metal

---

[296] "Bando lançado em o a Rayal de S. Pedro de Alcântara e Almas do Jacuhi para permuta do ouro em pó ou cunhado", *RAPM*, (6) 1901, p. 140.

precioso sem o pagamento do tributo devido, para se converter em uma necessidade objetiva do funcionamento do mercado, dado que fez-se cada vez mais evidente a efetiva exaustão do ouro no padrão de exploração adotado, tornando-se mais e mais marginal o peso desse tributo dentro do conjunto das receitas.

O alvará de 13 de maio de 1803 é a primeira peça legal que suspende a circulação de ouro em pó nas Minas, assim como institui a criação das casas de permuta, que restituiria pelo metal em pó, moedas, barras fundidas ou "bilhetes de permuta". O alvará previa ainda a criação: de um órgão onde seriam recolhidos o ouro e diamantes apreendidos pela fiscalização, que se chamaria Real Caixa de Economia de Minas e Fundições; de companhias de mineração que deveriam funcionar como sociedades por ações e que teriam preferência nas grandes minas; assim como, de uma Casa da Moeda que se estabeleceria em Vila Rica e que absorveria mesmo a do Rio de Janeiro em suas atribuições.[297] A lei acabaria, entretanto, por ficar sem efeito, particularmente por conta da ausência de meios para executar o plano em sua amplitude, e em específico para se por em curso a substituição do ouro em pó por moeda corrente. Comenta a este respeito o Barão de Eschwege em sua "Notícia e reflexões estatísticas da província de Minas Gerais", ser "este alvará fundado sobre verdadeiros princípios montanísticos, mas o plano, é tão gigantesco, e em muitos princípios impraticável no Brasil de modo que conhecendo-se as dificuldades de pô-lo em prática, ficou sem efeito, entretanto sobre ele se deve formar uma lei mais econômica, e adequada para os estados do Brasil".[298]

Em 1808, entretanto, é que teriam lugar medidas que efetivamente alteram a circulação monetária nas Minas. Não só um documento, mas um conjunto de decretos, todos dados já depois da chegada da corte ao Rio de Janeiro, é que vão ser responsáveis por essas mudanças. As ordens régias de 2 e 7 de abril de 1808 determinam que se leve à Casa da Moeda o ouro que circule em barras para ser amoedado, e instrui mudanças de rotinas nas casas de fundição. Em 4 de agosto, um

---

[297] Graça SALGADO (coord.), *Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil colonial*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira; Brasília, INL, 1985, pp.92-3.

[298] "Notícias e Reflexões Estadisticas da Provincia de Minas Geraes por Guilherme, Barão de Eschewege", *RAPM*, (6) 1901, p.754.

decreto estabelece no Rio de Janeiro um fundo de 100 contos de réis para a permuta das barras de ouro existentes nas mão de particulares[299]

As normais principais são todavia instituídas nos decretos de 1° de setembro e 12 de novembro, assim como no regulamento que acompanhava esse último, com data de 8 de novembro[300]. O primeiro desses decretos dispõe assim que "passados três meses depois da publicação desse meu alvará, não será o ouro em pó considerado como moeda, nem como tal poderá correr, mas somente como gênero, que somente poderá vender nas casas de fundição".[301] É interessante verificar, não obstante, os termos em que a legislação se apresenta. Ratifica-se a consciência da decadência das Minas logo antes mesmo de expor o interesse por criar condições para restringir a fuga da tributação, nos termos em que a medida foi originalmente proposta no século XVIII. Lê-se aí: "tendo consideração ao estado de decadência, em que se acham todas as minas de ouro do estado do Brasil, e ao abuso, que se faz, extraviando-se a maior parte do ouro, que nelas se extrai, com gravíssimos prejuízos de minha real fazenda, e dos interesses de meus fieis vassalos, que se dão a esse gênero de indústria"[302]. E segue informando que não permitem as "atuais circunstâncias" colocar em prática as "saudáveis providências" previstas no alvará de 1803, mas delimitando um plano mais restrito, mas que logrou finalmente alguma efetividade. Passavam a circular em Minas a partir de então as moedas de ouro, prata e cobre correntes nas capitanias litorâneas, assim como letras impressas, assinadas pelos intendentes e tesoureiros das casas de fundição e com valor de moeda corrente ao pagamentos à real fazenda. A introdução de numerário que desse conta à permuta não tinha valores pré-definidos, devendo se fazer em função das necessidades específicas que fossem se verificando em cada parte, mas se ancorando especialmente na entrada de pesos espanhóis marcados com o cunho das armas reais, uma vez que não cabem "nas forças das Casas da Moeda do estado do Brasil recunhar as moedas estrangeiras com a prontidão, que convém, e atendendo à precisão, que há, de moeda de prata na capitania de Minas Gerais".

---

[299] Ângelo Alves CARRARA, *A Real Fazenda de Minas Gerais: guia de pesquisa da Coleção Casa dos Contos de Ouro Preto - Volume 2*, Ouro Preto, UFOP, 2004, p.16.
[300] Trata-se, este último, do "Regulamento provisional para o troco do ouro em pó na capitania de Minas Gerais"
[301] Alvará de 1º de setembro de 1808, sobre a "Circulação da Moeda de Ouro, Prata, e Cobre em todas as Capitanias; prohibindo que o Ouro em pó".
[302] *Idem*.

O alvará de 12 de outubro do mesmo ano se dispunha a "atalhar todos os obstáculos, que se possam oferecer" à "pronta, fácil execução" do regulado no mês anterior, e descrevia assim as condições específicas de efetivação dos processos de permuta ou do regulamento para a feitura dos bilhetes impressos destinados a fazer troco ao ouro em pó. Não obstante, também reforma uma entrada na lei anterior, que permitia a circulação de moedas de prata espanholas, não marcadas na capitania, assim como a saída das marcadas com o cunho real que estavam a ser introduzidas ali. Ao que parece o montante de moeda de prata introduzida não seria mesmo suficiente para as permutas, o que dava importância maior ao controle da saída dessas moedas da capitania, mas também, e especialmente, fazia com que o recurso aos bilhetes impressos fosse obviamente a solução mais visitada. Faria acompanhar-se tal procedimento de espaço muito mais amplo à fraude, e a isso, tanto Raimundo José de Cunha Matos, em sua Corografia Histórica da Província de Minas Gerais de 1837, como antes dele, o já referido Wilhelm Ludwig von Eschwege, o Barão de Eschwege, fariam menção. Comenta o segundo:

> Foi este alvará que muito prejuízo tem causado a Real Fazenda, não só por ter aberto maior caminho ao extravio mas também pela perda que se sofria nos trocos, e nos imensos bilhetes falsos, que logo foram introduzidos. As perdas nos trocos importam desde 1809 até 1814 em quatorze contos de reis que até agora será dobrado.[303]

A leitura da recorrência de um único tema na documentação relativa à Junta da Real Fazenda nas Minas – a proibição da circulação de ouro em pó e assuntos correlatos –, pode ser estendida a outras mais questões, ainda que sem o destaque que teriam sempre todo e qualquer assunto em que reluzisse o ouro. A questão específica do contrabando e das forças militares na capitania, na contraparte do peso disso nas despesas da fazenda, as Casas de Fundição e a redução de sua utilidade ao longo do tempo, algumas impressões, mesmo que indiretas, sobre o comércio interno e externo da capitania em conexão aos contratos dos direitos das passagens e entradas, mais que isto, a própria administração dos contratos ou cobrança das dívidas. A maior parte das representações, não obstante, traduzem expedientes administrativos e o cotidiano das despesas efetuadas pela Junta, estando aí representações autoridades

[303] "Notícias e Reflexões...", *RAPM*, (6) 1901, p. 754.

que solicitam reembolso de quantias despendidas em nome da real fazenda ou requerendo pagamentos por seus serviços.

A partir do século XIX, essencialmente de 1808 com a mudança da família real de Lisboa para o Rio de Janeiro, e a conseqüente ruptura do desenho do sistema colonial, vão se dar mudanças substanciais na administração fazendária no Brasil. Ao menos até a época da independência a atuação e as funções que caberiam à Junta da Fazenda não muito se alterariam, todavia, dá-se algo fundamental por outro lado. Na medida em que passam a existir por estas terras outras instâncias de decisão econômica altera-se a centralidade e importância da Junta, o que acaba por se refletir no redimensionamento da ambição das elites locais por posições no órgão. Essa discussão será desdobrada mais adiante, por ora basta insistir que o efeito geral disto, particularmente evidente a partir da instalação das Tesourarias provinciais na década de 1830, é que vai se marcar a identidade desse espaço essencialmente enquanto uma instância burocrática, administrativa. Todas as possibilidades e responsabilidades da decisão econômica que crescem no espaço brasileiro desde a ruptura do pacto colonial, e com mais vigor a partir da independência, resultam não em um aumento da autonomia e importância das juntas, mas em um deslocamento dessa porção decisória para outras instâncias, cada vez mais políticas. A primeira mudança se verifica com a própria instalação da Secretaria de Negócios da Fazenda e do Erário no Rio de Janeiro já em 1808, que faz com que a Junta passe a se reportar a uma instância concretamente muito mais próxima, o que estabelece logo de pronto, por exemplo, a possibilidade de ascensão de indivíduos de um órgão a outro, como vai se dar com o então escrivão da Junta em Minas, Manuel Jacinto Nogueira da Gama, que passa à posição de escrivão principal do Erário recém instalado no Rio. A partir da independência obviamente o quadro institucional se adensa, tanto no âmbito provincial quanto do poder central. Interpõem-se no plano econômico o Conselho Geral e depois a Assembléia Provincial, assim como a própria Presidência da Província, que ainda que de nomeação do imperador e algumas vezes ocupadas mesmo por pessoas estranhas à província, teria outras tantas membros da elite local entre o presidente e o vice. No governo central, por sua vez, despontariam a Câmara dos Deputados, e o Senado, como fóruns fundamentais ao exercício da ação e decisão dos assuntos da fazenda, não só do Império, como também no pleito e defesa

dos espaços provinciais. Desta forma, acompanhar a administração fazendária das Minas no contexto das transformação que se processam na primeira metade do século XIX implica em cada vez mais olhar para os órgãos que se superpõe à decisão da Junta ou Tesouraria, assim como à atuação dos deputados ou senadores que levam consigo ao Rio a preocupação para com o tema da economia das Minas.

A temática perseguida até aqui com mais detalhe, da interlocução da Junta com o a Coroa, via Erário essencialmente, acerca das questões monetárias, e nisto da exploração e tributação do ouro, pode ser retomada dentro desse novo conjunto de forças. Do que já se apresentou acima, em particular nos alvarás de 1803 e 1808 acerca da circulação de ouro em pó, da organização das casas de permuta, etc., fica patente que não era mais uma questão em discussão a decadência da mineração aurífera nas Minas dentro do estágio tecnológico que então marcava a exploração. Tratava-se de realidade contundente. Todavia, se já não era um problema fundamental a contenção do contrabando do ouro, posto que o ouro já não mais saía da terra como outrora, era sim um problema efetivo e que cobrava atenção a circulação monetária nas Minas, particularmente no que diz respeito aos constrangimentos que as deficiências nesse campo traziam ao comércio. O problema, não obstante, cada vez mais qualificava-se como algo geral, a cobrar soluções que não seriam específicas, tampouco exclusivas, às Minas.

Insistindo nas mesmas teclas, somente variando um pouco o tema, pode-se dizer que a partir de 1808, no que diz respeito às finanças, dois problemas em especial cobrariam, cada vez com mais veemência, respostas do príncipe recém desembarcado nos trópicos. A circulação monetária, o que compreende as pressões dos mercados interno e externo, e a questão orçamentária, incluindo tanto a necessidade de se produzir alguma previsibilidade nas receitas do Estado e, ainda mais difícil, na centralização ou minimamente na condução efetiva dos saldos das capitanias ao Erário do Rio de Janeiro, assim como no próprio entendimento dos meios que poderiam se efetivar para a viabilização das despesas, crescentes, do Estado. Tanto para um tema como para outro a atenção às Minas era fundamental. Não só isto se dava pela posição de produtora de metal — que ainda que não fosse mais minerado como antes, é conveniente lembrar que uma vez que ainda tinha no metal em pó a sua moeda corrente, ambicionava-se vê-lo entesourado e amoedado —

quanto também por ser Minas a região na qual os planos, os regimes especiais e as experiências efetivas na questão monetária já se colocavam há muito e, finalmente, talvez o mais expressivo dos fatores, por ser a capitania mais populosa do Brasil. A reflexão e a busca de soluções para o problema colocam, portando, Minas em relevo nesse contexto. Mas é fundamental também avaliar logo, que daí em diante, e cada vez mais, as soluções ainda que por vezes pretendessem, não conseguiriam impor-se repetidas vezes com base em regimes especiais ou de exceção. Ou seja, cada vez haveria menos espaço para a administração nos moldes do período colonial, no qual o poder do vice-rei não muito ultrapassava para a maior parte das questões os limites da capitania do Rio de Janeiro e cada uma das capitanias poderia ter política específica e estanque.

Isto introduz bem o que se pode tratar dos impasses da questão monetária e a conjuntura que se apresentava em 1808. Grosso modo, o que se verifica é a coexistência de três "padrões" monetários, as moedas de ouro correntes no Reino, as moedas de ouro cunhadas como moeda provincial, correntes nas áreas litorâneas da colônia, e as moedas de prata. Sendo os valores nominais e intrínsecos de cada metal diferentes entre as moedas de ouro e destas em relação à prata, havia ágio variável ao recebimento de cada uma delas assim como um câmbio variável de cada uma em relação aos dinheiros esterlinos.[304] A tal quadro somava-se a especificidade contrastante das áreas comerciais litorâneas, nas quais se efetivava o grosso do intercâmbio comercial e onde existia numerário, as regiões mineradoras sobre as quais até aquele momento pesavam restrições quanto à circulação da moeda provincial, bem como do Reino obviamente, assim como largas áreas nas quais era fraco alcance de uma economia monetarizada.

Uma vez terminado o exclusivismo do pacto colonial e dada a abertura dos portos o referido vício na circulação monetária relativo às diferenças citadas entre o ouro e a prata e entre as peças provinciais e do Reino fez com que se processasse tendência à saída progressiva das moedas de ouro do país. Alguns outros fatores contribuíram a essa tendência, como o curso de pesos espanhóis de prata contra-marcados restrito às Minas, tal qual disposto no Alvará de 1º de setembro de 1808, que tinham considerável margem entre o preço de compra da prata pelo governo e o

[304] Carlos Manuel PELÁEZ, Wilson SUZIGAN, *História monetária do Brasil*, 2.ed., Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981, p.38.

valor marcado nas moedas, o que logo incitou a falsificação e o reforço à saída do ouro, posto que: com uma moeda de ouro de 6$400 se compravam oito pesos espanhóis, que se marcados em $960 cada, valiam ao todo 7$680, e só continham em metal fino o correspondente a 7$540, uma vez que eram essas menos puras que as portuguesas.[305] O que se passou foi que:

> Pouco a pouco, a circulação metálica reduziu-se à da prata e, em breve, mesmo esta veio a faltar. A partir de 1818, a remessa de numerário para o exterior foi proibida durante oito meses, devido à escassez de moeda reinante no Rio: manteve-se a medida em 1820, por um ano, mas praticamente sem fixação de prazo, e foi sucessivamente renovada em 1822 e 1826.[306]

O outro elemento que contribui à saída da prata e que completa esse quadro é a introdução do papel moeda, que lança na discussão outro elemento-chave: a criação em 1808 do Banco do Brasil. Definitivamente não é possível às ambições do presente texto recuperar com a necessária complexidade todos os elementos pertinentes ao tema, o que equivale a tecer a história monetária do Brasil à primeira metade do século XIX. Vale, não obstante, definido o quadro de 1808, fixar os marcos fundamentais da política monetária a partir de então e por sobre isto tratar de inserir o contexto de Minas e as discussões coevas que colocaram-na em destaque.

Pode-se começar por dizer que a própria experiência de circulação de moeda fiduciária no Brasil tem em Minas seus origens mais remotas. Figura nesse particular tanto o plano de 1780 proposto pelo governador D. Rodrigo José de Meneses e que não lograria ser acolhido pela Coroa, no qual se estabelecia uma moeda regional de prata e de cobre, que seria cunhada à razão do quádruplo do ouro depositado como sua garantia, assim como criava um papel moeda conversível no mesmo critério; quanto duas experiências concretas: os chamados "bilhetes de extração", que desde 1771 foram emitidos pela Administração do Distrito Diamantino e que tiveram largo curso, inclusive para os pagamentos ao fisco; e os chamados "bilhetes de permuta", delineados no Alvará de 1803 e efetivamente posto em prática pelas ordens de 1808 na troca do ouro em pó, e que mesmo ante as numerosas falsificações que se verificaram, tiveram curso em toda a capitania, permanecendo muitas vezes por

---

[305] Pandiá CALÓGERAS, *A política monetária do Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1960, pp.22-5.
[306] *Idem*, p.27.

longo tempo nas mãos do público antes de serem apresentados para o reembolso nas Casas de Fundição.[307]

A criação do primeiro Banco do Brasil, por força de lei de 12 de outubro de 1808, recupera idéia a muito defendida por D. Rodrigo de Souza Coutinho, tal qual se verifica no seu projeto de 1797 para a constituição do Banco Nacional Brigantino,[308] e efetivamente vai de encontro a desafios centrais ao desenvolvimento do solo onde agora se assentava o monarca português. A instituição visava assim oferecer resposta tanto à fraca circulação monetária, particularmente evidente ante a abertura dos portos, quanto ao crédito pretendido pelo governo para o financiamentos de seus déficits.

A conjuntura política conturbada, exigindo pesados gastos fosse na guerra peninsular, inclusive em seus desdobramentos do outro lado do Atlântico, levando por exemplo à invasão da Guiana Francesa em 1809, na repressão às agitações locais, como a de Pernambuco em 1817, ou na própria campanha militar na província Cisplatina (1811-12 e 1816-20), traduzir-se-iam pouco a pouco em uma irrefreada emissão de papel moeda.

Pode-se afirmar que do início das operações do Banco, efetivamente em 1809, até 1813 mais ou menos as emissões e o recolhimento de papel moeda da circulação mais ou menos se equivaleram, todavia "de 1814 a 1820 as emissões elevaram-se a 8.566:450$000, sem que fosse efetuado qualquer recolhimento de cédulas; ou, durante esse período, apenas mediante ordens verbais o Banco entregou ao Tesouro, em 1819 e 1820, 2.315:958$000."[309]

A situação ao início do ano de 1821, essencialmente após a divulgação em 23 de março do balanço do Banco, no qual o total das dívidas era superior ao dobro dos créditos (10.633:712$000 contra 4.618:169$000), espalhou-se o sentimento geral de que a instituição não tinha como continuar suas operações. D. João VI conduziria nova campanha de concessão de privilégios ao Banco, declarando os adiantamentos pagos ao Tesouro como dívida nacional, garantida pelo conjunto da receita, os

---

[307] *Idem*, pp.27-8.
[308] José Luís CARDOSO, *O pensamento económico em Portugal nos finais do século XVIII, 1780-1808*, Lisboa, Estampa, 1989, pp.155-60; José Luís CARDOSO, "Nas malhas do império: a economia política e a política colonial de D. Rodrigo de Souza Coutinho" in: José Luís CARDOSO (coord.), *A economia política e os dilemas do império luso-brasileiro (1790-1822)*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, p.86.
[309] Pandiá CALÓGERAS, *A política monetária...*, p.33.

monopólios régios e as jóias da Coroa, mandando o Rei transportar aos cofres do Banco toda sua prataria e convidando os súditos a seguir-lhe o exemplo. Pouco dias depois, no entanto, parte D. João VI em retorno a Lisboa, não sem antes sacar, juntamente com os cortesãos que o acompanharam, toda a meda metálica disponível no Banco, apresentando em troca os bilhetes que possuíam.[310]

A conjuntura de crise do Banco precipita reorientações na estrutura monetária vigente algum tempo após a Independência. Não obstante, é válido insistir, a partir das considerações de Carlos Manuel Peláes e Wilson Suzigan a esse respeito, nos aspectos positivos resultantes do estabelecimento do Banco:

> Existia uma grande necessidade de diversificação do estoque de moeda, especialmente para exercer a função de meio de troca. As notas do Banco preencheram um vácuo num pais que não tinha dinheiro para efetuar as transações. É fato que substituíram rapidamente as moedas existentes. Deve-se considerar que o Banco aumentos em 10 vezes o volume de notas em circulação sem protesto do público. Em resumo, pode-se concluir que a experiência do Banco poderia ter sido diferente se não estivesse tão interligada com políticas orçamentárias inadequadas. A experiência no período 1809/21 mostrou vivamente o quanto o País precisava de diversificação do seu estoque de moeda e do desenvolvimento de instituições creditícias.[311]

Os mecanismos monetários buscados para enfrentar a complexa situação legada pela crise do Banco e a bancarrota do Tesouro, viriam, não obstante, a produzir problemas adicionais. A resposta logo pesaria na moeda metálica, mais especificamente na cunhagem cada vez mais intensa de peças de cobre, que foram sendo preferidas pelo público ante a ameaça da falência do Banco. Tal contexto materializa em larga medida uma tentativa, pouco promissora, de se apoiar a circulação em moeda metálica no valor intrínseco não do ouro ou da prata, mas do cobre.

Ao tempo da Independência o papel moeda do Banco circulava essencialmente no Rio, e em proporção mais reduzida na Bahia e São Paulo, ainda podendo-se encontrar algumas peças de ouro e prata nas outras mais províncias. A expansão rápida das cunhagens de moeda de cobre rapidamente faz com que estas

---

[310] *Idem*, p.35 e Carlos Manuel PELÁEZ, Wilson SUZIGAN, *História monetária...*, pp.42-3.
[311] Carlos Manuel PELÁEZ, Wilson SUZIGAN, *História monetária...*, p.43.

assumiriam papel central na capital, o que seguiu expulsando os metais preciosos mesmo nas províncias mais distantes.[312]

A coincidência de moedas de cobre variadas, tanto no valor nominal quanto nos pesos e valores da oitava do metal, destinadas a circulação em espaços regionais específicos (o que se burlou rapidamente), logo fez com que fossem atraentes as falsificações, uma vez que, por exemplo, valia a prata cerca de quarenta vezes mais que o cobre, e ainda mais que isto o ouro. O que se denominavam falsificações eram muitas vezes o resultado da entrada de cobre do estrangeiro, Estados Unidos e da região do Prata, assim como proveniente das importações de uma para outra província a que o curso estivesse restrito. Acrescente-se que a cunhagem oficial era de tal forma irregular e defeituosa que quaisquer imitações facilmente as igualavam. O objetivo inicial dessas falsificações foi a especulação sobre os metais preciosos. Só mais tarde é que entre os falsificadores se buscou também a margem de lucro que desde o início orientou a ação do governo — que buscava "saldar seus compromissos com um meio de troca que só representava de um terço a um sexto de seu valor nominal liberatório".[313] Fato é que a situação agravou-se progressivamente com a generalização da cunhagem de moedas de cobre. O contexto na Bahia era particularmente grave, sendo que por lá a maior parte das moedas de cobre em curso era falsa. Isso motiva um decreto imperial de 1827 autorizando o Tesouro a emitir notas para troca das moedas nessa região do império, o que com o tempo se generalizaria, fazendo com que anos depois todo o papel moeda em circulação fosse do Tesouro Nacional ao invés do Banco do Brasil.[314]

O governo buscou também fazer frente à situação, especificamente à escassez crítica de moeda forte no país, com o recurso a empréstimos no exterior, na perspectiva — qualificada na posição "metalista", que muito orientou a formulação e condução das políticas monetárias e fiscais do Brasil por todo o Império e depois — de que o pagamento da dívida ao Banco do Brasil deveria ser feito em meais preciosos para que se pudesse reduzir o estoque de moeda e valorizar o câmbio. Foi obtido em Londres a soma de três milhões de libras esterlinas, sendo contratado um milhão em 1824 e os dois restantes em 1825. Do montante nominal, que ascendeu a

---

[312] Pandiá CALÓGERAS, *A política monetária...*, p.38.
[313] *Idem*, p.42.
[314] Carlos Manuel PELÁEZ, Wilson SUZIGAN, *História monetária...*, pp.50-1.

£3,686,200, não mais que £600,000 entraram no Banco do Brasil, dissipando-se o restante em expedições militares e missões diplomáticas na Europa. Obviamente os objetivos econômicos do empréstimo não foram levados em conta na ordenação dos gastos, verificando-se piora significativa da situação monetária do país na segunda metade da década de 1820. Na mesma década outros dois empréstimos foram superpostos, um de 1,5 milhão de libras esterlinas, como resultado de um acordo entre Brasil e Portugal, no qual a título de compensação pela independência foi assumido o pagamento da dívida de um empréstimo português contraído em Londres em 1823; e ainda um empréstimo de £400,000 contratado em 1829 com vistas a honrar os compromissos pendentes dos empréstimos de 1824 e 1825, o que resume o processo inicial de acumulação da dívida externa brasileira, em quadro francamente distanciado de alguma efetiva modernização econômica ao país.[315] Contando-se com mais outro empréstimo em 1839, de valores equivalente ao anterior e igualmente destinado a honrar juros e amortização que há muito estavam atrasados, o total da dívida externa elevava-se então a £5,642,900. A dívida interna na mesma época, por sua vez, era da ordem de 19.470:000$000.[316]

Bastando a superposição do três primeiros empréstimos e todos os mais fatores apontados, a situação ao fim da década de 1820 já era muito grave, sendo a esse tempo, 1829, decidia na Câmara do Deputados a efetiva liquidação do primeiro Banco do Brasil, na qual deu-se especialmente a substituição das notas emitidas pelo Banco por outras emitidas pelo Tesouro, o que não deixou de levar algum tempo para se efetivar.[317] É importante acrescentar que na liquidação do Banco apurou-se que o montante de papel moeda elevava-se a 19.174:920$000, sendo que desse total, representava a dívida do Tesouro, nada menos que 18.301:097$000.[318] Tal contexto ajuda a qualificar a falhas na política monetária até então, marcada pesada e gravemente pelas cunhagens em grande quantidade de cobre e pelas emissões ilimitadas de papel moeda pelo Banco visando o financiamentos das despesas crescentes do governo.

---

[315] *Idem*, pp.49-50 e Pandiá CALÓGERAS, *A política monetária...*, p.51.
[316] Pandiá CALÓGERAS, *A política monetária...*, p.62.
[317] Carlos Manuel PELÁEZ, Wilson SUZIGAN, *História monetária...*, p.51.
[318] Pandiá CALÓGERAS, *A política monetária...*, p.36.

Também é fundamental insistir no ponto de que a liquidação do Banco se deu em um contexto político particular, no qual os deputados na câmara que há pouco voltava a funcionar, não deixavam de com isto aprofundar sua resistência e dissonância em relação a D. Pedro I. Não se afastava, porém, a consciência da importância dos bancos para o desenvolvimento econômico do país, datando daí as propostas de criação de um novo Banco do Brasil, essencialmente o ato legislativo proposto em 1833 pelo mineiro Cândido José de Araújo Viana, mais tarde Marquês de Sapucaí, quando ocupava a posição de titular da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, para a criação do segundo Banco do Brasil, que acabou por não se efetivar.

É interessante acrescentar, para se avaliar criticamente esse contexto, a comparação que Bernardo de Souza Franco faz em seu livro de 1848 sobre os Bancos do Brasil entre a cidade do Rio de Janeiro e a de Nova Iorque. A primeira cidade tinha na altura da década de 1840 uma população estimada em 200.000 habitantes e somente um banco, com capital de 2.500 contos de réis; a cidade de Nova Iorque, por sua vez, tinha em 1840 uma população de aproximadamente 312.710, e contava em 1842 com 24 bancos, cujo capital total perfazia o equivalente a 50.394 contos de réis.[319]

A questão monetária já a esse momento impunha-se como questão central, tanto à Secretaria dos Negócios da Fazenda e o Tesouro Público, quanto ao próprio parlamento, que ao tema dedicou-se quase que com exclusividade em muitas sessões. No conjunto dos atos legislativos e nos inúmeros pronunciamentos, é possível circunscrever assim posicionamentos econômicos distintos acerca da questão, que bem podem ser cingidos entre os "papelistas", que defendiam um padrão fiduciário e os "metalistas", defensores de um padrão metálico.

> Os projetos de leis apresentados às Câmaras, por iniciativa dos senadores e deputados, ou por ato governamental, começaram por ocupar-se unicamente da moeda divisionária (projetos de J. Lino Coutinho, de 1826; da Comissão Especial da Câmara, de 1827; de uma nova Comissão Especial, de 1828; de Pires Ferreira, de 1830; de Calmon; de Lino Coutinho e de Rebouças, de 1830), ou do papel moeda (projetos de Calmon, 1829; do Marquês de Barbacena, de 1830, de Martin Francisco, de 1830); mas em 1830, foi o ponto de

[319] Bernardo de Souza FRANCO, *Os Bancos do Brasil*, Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1848 apud: Carlos Manuel PELÁEZ, Wilson SUZIGAN, *História monetária...*, p.59.

> vista de conjunto que levou a melhor, e a Comissão Especial de Circulação apresentou, nesse ano, seu relatório sobre o problema monetário em toda sua complexidade.[320]

O desenho geral da história monetária do Brasil na primeira metade do século XIX pode ser aqui completado com a referência à legislação que busca reformar o sistema monetário em dois momentos, 1833 e 1846. Em 1833, na mesma peça legal que pretendeu instituir o segundo Banco do Brasil, a Lei nº 59, de 8 de outubro de 1833, para a qual por mais de doze meses travaram-se intensos debates, buscou solucionar o problema do cobre procedendo a regulamentação de como se daria a troca das moedas de cobre em circulação e da regra relativa ao novo valor do ouro. O objetivo central pretendido pelo expediente de se mudar a paridade legal da moeda brasileira era claro, trazer de volta os metais preciosos à economia e mantê-los em circulação, o que exigia a desmonetização do cobre trocando-o por papel moeda.

A ausência de moeda forte no país e o aumento acentuado do estoque de moeda em circulação, causando considerável inflação, somados aos insucessos do Banco do Brasil, que expunham precária estrutura econômica, forçavam a depreciação da taxa de câmbio. Tal perspectiva no horizonte das discussões correntes era assumida como extrema e univocamente negativa, e era crença generalizada de que se deveria buscar a mais alta paridade possível.[321] Disto resultaria, por fim, e em síntese, uma taxa que depreciava o câmbio mas acabava por ser pouco realista em face das condições de mercado, o que não deixou de gerar complicações posteriores.

> Não foram considerações econômicas nem o exame dos fenômenos monetários contemporâneos que fizeram prevalecer, finalmente, o valor de 2$500 [para a oitava de ouro que ao padrão metálico anterior era de 1$600], correspondendo ao câmbio sobre Londres de 43 $^{2}/_{10}$ dinheiros. Segundo as próprias palavras dos principais responsáveis pela mudança sugerida, foi apenas o desejo de encontrar media justa entre a paridade permitida, 67 ½, e o câmbio do momento, 33 ¼, e a vantagem de assim obter pela antiga peça de ouro de 6$400 o valor de 10$000, o que simplificava os cálculos e tornava mais fácil a generalização ulterior do sistema métrico.[322]

Fato é que a influência da mudança de padrão não se fez tão sensível, dando origem a uma natural elevação dos preços, por exemplo, uma vez que a produção

---

[320] Pandiá CALÓGERAS, *A política monetária...*, pp.47-8.
[321] Carlos Manuel PELÁEZ, Wilson SUZIGAN, *História monetária...*, p.53.
[322] Pandiá CALÓGERAS, *A política monetária...*, p.57.

nacional começava a viver um notável desenvolvimento, em particular no que diz respeito aos valores mercantis exportáveis do café, açúcar e couros. Não obstante, mesmo ante crescente desenvolvimento econômico (de sociedade ainda recentemente saída dos entraves coloniais), as pesadas despesas públicas e a permanência de estado de agitação que marca vigorosamente todo o período regencial, tornava extramente difícil a alta do papel moeda, fazendo com que o câmbio fixado em 1833 se verificasse cada vez mais falso em relação à taxa de mercado. É neste sentido que a lei de 1833 pode ser interpretada como uma espécie de medida preparatória da de 1846.[323]

A medida de 1833 efetivamente não poderia perdurar. Regulada a emissão a 2$500 a oitava de ouro, cujo preço comercial sem incluir as despesas de senhoriagem eram de 3$000 a 3$600 (em media 3$100), era patente que a mais simples lógica econômica jogava contra ela. A reforma de 1846 não nasce, entretanto, de uma preocupação de corrigir a paridade de 1833 a condições de mercado. Sua causa reside numa série de orçamentos deficitários do governo fazendo transformar um expediente proposto especificamente para melhorar o estoque metálico do Tesouro em uma reforma monetária.[324]

A proposição original é um projeto apresentado a 17 de junho de 1846 na comissão de finanças do senado pelo mineiro Bernardo Pereira de Vasconcelos, que, visando (re)introduzir a moeda de ouro nas trocas, propõe, sem em absoluto modificar a paridade legal, que se recebesse e pagasse com esse metal, em todas as transações, a 4$000 a oitava, preço então corrente no mercado. Ordenava-se ainda "o recolhimento anual, na base, de 1.000:000$000 de papel moeda da circulação, e permitia a realização das operações de crédito necessárias para manter-se essa paridade comercial, embora inferior à legal".[325]

O projeto é logo aceito pelo ministério, que de expediente de tesouraria, converte-o em princípio dominante de lei mais ampla, sendo a nova paridade submetida ao voto das câmaras. O câmbio sobre Londres passava assim, com relação à cifra de 4$000 pela oitava de ouro, a 27 dinheiros esterlinos por 1$000. Reabriram-

---

[323] *Idem*, pp.59 e 61.
[324] *Idem*, p.63.
[325] *Idem*, p.68.

se as discussões que em tudo recuperavam os argumentos do debate de 1832-1833. No entanto,

> Os debates não se prolongaram. Foi rejeitado artigo adicional ao projeto primitivo, relativo à provincialização ou circulação regional do papel moeda; a paridade de 43 $^{2}/_{10}$ foi abolida a partir de 1º de julho de 1847; o recolhimento das células, mediante as necessárias operações de tesouraria, foi autorizado a fim de manter-se o nível de paridade de 27 dinheiros; as convenções de pagamento anteriores à nova lei deveriam ser respeitadas.[326]

A lei de 1846 concretiza o quadro que perduraria com poucas alterações por todo o segundo reinado, e em boa medida é o ponto de conciliação das discussões relativa a questões monetárias do período que aqui se recuperaram sumariamente. Um dos pontos que se ratificam aí e que deve ser destacado é a rejeição da perspectiva, defendida por quase todos os ministros do período, de expedientes de regionalização da circulação monetária, com vistas a combater a falsificação das cédulas, mas sem se ater às vantagens econômicas e políticas de uma circulação unificada.

Isto nos ajuda a encontrar mais uma vez o caminho das Minas e destacar alguns entrelaçamentos das perspectivas locais e dessa perspectiva nacional em formação. Como se fez referência acima, a Junta a partir de 1808 e essencialmente a Tesouraria, sua substituta a partir de 1831, não gozariam da mesma centralidade decisória de antes. Cada vez mais se caracterizaria o papel de instância acessória e burocrática. Tal realidade pode ser bem qualificada a partir de alguns exemplos.

Recuando à história da Junta de Minas no período imediatamente anterior a 1808, o que se descortina é o um tanto conturbado período de D. Pedro Maria de Ataíde e Melo como governador da capitania (1803-1808). Já se tratou acima do alvará de 1803, o mais avançado documento destinado a reformar a estrutura de arrecadação dos tributos minerais na capitania, efetivamente se havendo sem escusas com a problemática da decadência da mineração. Caberia a esse governador, na condição de presidente da Junta da Fazenda, dar execução ao documento. A lei permaneceria sem execução e em 1806 é ele argüido pela Coroa acerca dos meios que se faziam necessários para pô-la em prática. O despacho da Junta em resposta principia por dizer que se aguardava a chegada a Vila Rica do designado Intendente

---

[326] *Idem*, p.69.

Geral das Minas e dos Diamantes, Manuel Ferreira da Câmara Bitencourt, que seria mesmo, junto de seu protetor D. Rodrigo de Souza Coutinho, o autor do texto do alvará.[327] Partindo-se para as considerações efetivas, pondera-se sobre diversos aspectos, propondo-se emendas e criticando pontos que acabavam por ser impraticáveis ante a situação econômica de então na capitania, como se lê no trecho abaixo:

> Manda-se pelo § 7º do mesmo artigo abrir um empréstimo de milhão e meio com que se possa cunhar a moeda de prata, cobre que for necessária para a execução do alvará. Parece impossível que se realize na capitania um tal empréstimo por estar em desproporção com as suas fracas e limitadas forças.[328]

São então propostas alternativas, sempre com uma leitura específica das condições gerais da Minas de então. O fundamental é perceber que o documento qualifica o que até então a Junta representou desde sua fundação: o principal órgão na execução dos assuntos fazendários no âmbito colonial e a instância capaz e efetivamente dedicada a uma reflexão ampla da realidade econômica local. Assinam o documento além do governador, o intendente Manuel Ferreira da Câmara Bitencourt, o escrivão Manuel Jacinto Nogueira da Gama, e o procurador da fazenda Lucas Antônio Monteiro de Barros. Excluindo o governador, eram todos mineiros e teriam igualmente importante carreira política no pós-independência, bastando apenas citar nesse sentido que os três seriam senadores.

Comparando-se os documentos da Junta desse período com a documentação do órgão nos anos pós-independência, o que salta aos olhos é a ausência de qualquer consideração ou proposição de planos de alcance mais amplo. A questão monetária, especificamente a circulação do cobre, é um bom exemplo. O tema aparece na documentação essencialmente dando origem a representações como a enviada pela Junta ao poder central em 1828 tratando de "repugnância, que havia nas Estações Públicas de se receberem algumas moedas de cobre de diversos cunhos" à qual acolhe a ordem de que "seja recebida em pagamento da Fazenda toda e qualquer moeda de cobre e com ela se pague aos credores da mesma e que no caso de aparecer

---

[327] cf. Marcos Carneiro de MENDONÇA, *O Intendente Câmara: Manoel Ferreira da Camara Belhencourt e Sá; intendente geral das Minas e dos diamantes, 1764-1835*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1933.

[328] "Diversos registros da correspondência oficial do governador D. Pedro Maria de Ataíde e Mello", *RAPM*, (11) 1906, p.307.

alguma, que seja duvidosa, delas façais remessa a Tesouraria Geral, para ficar em depósito até ulterior resolução Minha".[329]

Aquelas considerações de natureza mais ampla agora estabeleciam-se em outros fóruns. Como por exemplo, o Conselho Geral da Província, do qual pode-se recuperar os debates tantos em pareceres de seus membros — disto, um dos melhores exemplos é a análise das finanças da província em 1828 redigida pelo conselheiro Bernardo Pereira de Vasconcelos na qual esmiúça os tributos da província e propõe reformas com base em princípios gerais da economia política[330] —, quanto nos relatórios da presidência da província dirigidos ao órgão. Desses relatórios se pode extrair, por exemplo, o resumo e a crítica da conjuntura, assim como a leitura das alterações monetárias que marcam o início do período regencial e seu impacto na questão orçamentária ou na dos contratos, não sem deixar de destacar também a coincidência do momento com o da legislação que proíbe o tráfego negreiro, o que pesava com força, obviamente, na região que era a maior importadora de escravos do país.[331]

Dentro do esquadro colonial, o que cabia de planos às Minas tinha seu espaço nas discussões da Junta da Fazenda, ainda que invariavelmente refletindo-se sobre os meios de se aumentar a arrecadação tributária. Na história da província, assume o Conselho Geral e depois a Assembléia papel de destaque na discussão e promoção desses objetivos. Entre os temas debatidos incluem-se, então: estradas, pontes e a questão dos transportes de maneira geral, em sua ligação direta com o tema do comércio inter e intra-provincial; o crescimento da população e o conhecimento das variáveis demográficas; a produção mineral e agropecuária, assim como as manufaturas, e as potencialidades produtivas em geral; para além da educação, das instâncias da justiça, e da administração fazendária.

Essa leitura ampliada da realidade econômica que passa a ter lugar em instâncias outras que não a Junta, tem também na Assembléia Geral do Império um dos seus fóruns importantes, a partir da representação dos deputados mineiros ali apresentadas. Insistindo no mesmo tema, pode-se fazer referência ao requerimento do deputado Antonio Augusto Monteiro de Barros, filho de Lucas Antônio Monteiro

---

[329] APM, Casa dos Contos, Livro 1814, pp.1-2.
[330] "Finanças da província em 1828", *RAPM*, (3) 1898.
[331] "Relatórios ao Conselho Geral da Província (1828-1833)", *RAPM*, (17) 1912, pp.125-6.

de Barros, referido acima, que em 1828 leva à discussão parlamentar as preocupações da Junta da Fazenda de Minas acerca da circulação de cobre falso na província, a ele encaminhadas por seu próprio tio Manuel José Monteiro de Barros, escrivão da referida Junta. Na Assembléia Geral, não obstante, o problema assume outra dimensão, na medida em que a cobrança de medidas enérgicas pela representação mineira esbarra em disputas com outras províncias, como no caso da de Goiás, que pela voz do deputado Raimundo José da Cunha Matos recebia a seguinte defesa:

> A moeda de cobre que corre em minha província é muito pequena, tem muito pouco peso, ela não tem metade do valor. Se a moeda de Goiás for considerada falsa em Minas Gerais, a minha província acabou: eu ofereço isto à consideração da Câmara, e espero que não se considere como moeda falsa a moeda de Goiás; se acontecer o contrário, ficará para sempre arruinada aquela província. (...) Posso afiançar que em Goiás já não há ouro. Em Goiás não há prata nem diamantes, apenas há o cobre do Tesouro: remete-se em cada mês um conto de réis em chapinhas para aquela província, onde é reduzida a quatro contos de réis. (...) O que há de fazer os filhos da pobre província de Goiás, se o dinheiro que recebem em pagamento não corre fora da província? Que hão de fazer os particulares com aquele dinheiro, que passa todo para Minas e S. Paulo? Se este dinheiro não for admitido nessa províncias, adeus pobre Goiás![332]

Esta amostra do debate ajuda a perceber como na medida em que se suplanta o insulamento das capitanias próprio do enquadramento colonial e consolida-se o processo exemplarmente descrito pelo registro de "interiorização da metrópole"[333], define-se um panorama, particularmente acentuado pela posição política de Minas no império em formação no pós-independência, no qual os problemas da província se colocam em disputas que ultrapassam suas fronteiras e animam debates na câmara dos deputados, no senado, e mesmo ao conselho de governo.

A questão monetária é exemplo da maior relevância, como já se insistiu, pelo fato de que a esse tempo justamente se ajusta o atrito entre uma ordem marcada pelas soluções regionais para circulação e as perspectivas de se generalizar o padrão monetário pelo império. Ainda uma vez retomando o mesmo ponto, vale acrescentar

---

[332] Amaro CAVALCANTI, *O meio circulante nacional, (1808-1835)*, Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1983, p.290.
[333] cf. Maria Odila Leite da Silva DIAS, *A interiorização da metrópole e outros estudos*, São Paulo, Alameda, 2005.

que o debate sobre o cobre falso se estenderia, sendo que em 1829 assume a defesa dos interesses mineiros nesse particular Bernardo Pereira de Vasconcelos, verbalizando com veemência as preocupações do Conselho Geral da província no fórum no qual elas poderiam efetivamente ter um encaminhamento de solução:

> Há dia protestei neste augusto recinto que não deixaria de requerer de dois em dois dias a V. Exa. para lembrar a ilustre comissão de impostos e rendas públicas, a proposta do conselho geral da província de Minas Gerais sobre o cobre falso, e ninguém me acusará de esquecido. Hoje, porém, outra é minha intenção: venho rogar a esta augusta câmara se digne aliviar a ilustre comissão do imenso peso de interpor o seu parecer; o meu requerimento é que se imprima a proposta e se discuta independentemente de parecer da comissão; e quando assim não se vença, continuarei, Sr. Presidente, a clamar, a praguejar a sorte do conselho geral de Minas; continuarei a guardar o meu grande princípio — *clama ne cesses, exalta vocem tuam quasi tuba*.
>
> A razão me favorece, e o bem público exige o deferimento que peço. Desde que em abril se instalou a Assembléia Geral, tenho sem interrupção pedido que se discuta a proposta mencionada para obviar o mal do cobre falso que circula na província de Minas Gerais; minhas repetidas súplicas não tem sido favoravelmente acolhidas pela ilustre comissão; tanto que ainda até o presente o seu parecer é desejado.
>
> Notícias daquela província sobre o cobre falso não podem agradar! (...) aumenta-se o cobre falso; já se recusa a venda de muitas mercadorias a troco de tal cobre, e grande confusão principia a aparecer (...).[334]

O que até aqui se apresentou já ajuda a dar algum corpo a essa percepção dos deslocamentos e redimensionamentos das questões fazendárias nas Minas entre a segunda metade do século XVIII e a primeira do XIX; não obstante, se faz premente um mergulho mais vertical na análise da constituição e das especificidades organizativas dos diversos órgãos que tanto no nível da capitania/província quanto no da administração central do Estado português e do brasileiro foram responsáveis por essas questões.

---

[334] Amaro CAVALCANTI, *O meio circulante...*, p.292.

5.2. As instituições fazendárias, do Estado português ao nascente Estado Nacional brasileiro

A criação do Erário Régio, por carta de lei de dezembro de 1761, muda efetivamente a paisagem da organização financeira no Estado português. Concebido enquanto instancia unificada da contabilidade geral de receita e despesa do Reino e seus domínios funcionaria o Erário como peça fundamental do processo de centralização política levado a cabo por Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro Marquês de Pombal, à época Conde de Oeiras. O reinado de D. José I, não obstante, assistiu desde sei começo, em 1750, a condução de uma série de medidas no sentido de melhorar a arrecadação dos direitos e rendas reais que marcavam-se em particular pela dispersão em muitas repartições, pelos abusos dos oficiais do fisco e pelos atrasos vários nos depósitos desses diretos e rendas. Pode-se anotar, por exemplo, o alvará de maio de 1751 que extinguiu os ofícios de depositários da corte e cidade e cria a Junta de Administração dos Depósitos Públicos da Corte e Cidade de Lisboa, cumprindo dois objetivos fundamentais, o de diminuir o atraso nos pagamentos e o de por em prática uma escrituração contábil que viabilizasse o controle das receitas e despesas por ali passadas. Poucos anos depois, 1757, assiste-se à extinção de uma série de órgãos, anexando-se suas funções a junta referida acima. São suprimidos aí os depositários do juízo da Índia e Mina, ouvidoria da alfândega, capelas da Coroa, saca da moeda, direitos reais das sete casas, das capelas particulares, resíduos e aposentadoria-mór, assim como as tesourarias dos juízos dos órfãos.[335] Este conjunto de mudanças já se daria ao tempo de Sebastião José de Carvalho e Melo à frente da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, [336] mas também, e em particular, após o terremoto de 1755, que causou (entre muito mais obviamente) a destruição do edifício do Terreiro do Paço onde funcionava a Casa dos Contos, o que contribui diretamente para a desordem nos serviços do órgão e de alguma forma precipita da reorganização que se opera com o surgimento do Erário Régio.

---

[335] José SUBTIL, "Os poderes do centro: Governo e administração" in: José MATTOSO (dir.), *História de Portugal* [(Quarto volume: O Antigo Regime (1620-1807) – ed. acadêmica], Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p.155.

[336] Sebastião José de Carvalho e Melo transita em 1756 da Secretaria dos Negócios Estrangeiros e Guerra, que ocupava desde o início do reinado de D. José I para a Secretaria dos Negócios do Reino.

A Casa dos Contos, primeiro órgão responsável pela ordenação e fiscalização das receitas e despesas do Estado português, remonta provavelmente o reinado de D. Dinis (1279-1325), sendo sua instituição associada à complexificação das contas da Coroa e à própria fixação da corte em Lisboa e a sedentarização dos organismos do poder régio. Duas repartições distintas constituiriam o órgão, os Contos de Lisboa, ao qual se ligavam as contas dos almoxarifados de todo o pais, e os Conto d'El-Rei, respondendo pela contas da casa real. O reinado de D. João I promove algumas reformas importantes, cerceando os Contos de Lisboa às contas da cidade e sua comarca tão somente, legando as contadorias restantes ao controle de vedores da fazenda, assim como instituindo um regimento (5 de julho de 1389) que visava organizar as rotinas, os métodos e as hierarquias no órgão.[337]

À duplicidade do órgão é fundamental notar que até o século XVI os Contos de Lisboa respondiam pelo núcleo da arrecadação, mas que na seqüência das transformações econômicas ocasionadas pela expansão ultramarina, passariam os Contos d'El-Rei (chamados de Contos do Reino e Casa a partir de D. Manuel I), a ocupar posição de destaque. Logo para lá afluiriam, por exemplo, as contas do almoxarifado da Casa dos Escravos de Lisboa assim como do feitor de São Jorge da Mina. As duas repartições se fundiriam por força de um alvará de D. Sebastião, dado a 1º de abril de 1560. Esta fusão, que visava em última instancia o aperfeiçoamento da administração e a melhoria na arrecadação, não viria a instituir bases a uma organização menos pessoalizada das finanças e de controle mais efetivo dos abusos e descaminhos das rendas. Ante isto, e ao que parece, acentua-se a ineficiência da fazenda pública, em que, para além dos referidos problemas no campo da improbidade, verificar-se-ia também, por exemplo, marcada dificuldade na promoção da especialização técnica dos contadores.[338]

A criação do Erário Régio insere-se assim neste contexto e, em larga medida, busca oferecer resposta a esses desafios. Se a Casa dos Contos se limitava a não mais que confrontar as receitas recebidas e as despesas pagas pelos agentes do fisco,

---

[337] "Contos" [verbete] in: Joel SERRÃO (dir.), *Dicionário de história de Portugal*, Porto: Livraria Figueirinhas, 1985, vol.2, p.174 / Ver também: Virgínia RAU, *A casa dos contos*, Coimbra, Faculdade de Letras / Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1951 (Suplemento da Revista portuguesa de história, t. 4) e Maria Leonor García da CRUZ, *A governação de D. João III: a fazenda real e os seus vedores*, Lisboa, Centro de História da Universidade, 2001.
[338] "Contos"..., pp.174-5.

responderia o Erário Régio por substantiva inovação na medida em que passa a ser agora o próprio Tesouro quem paga e recebe, buscando aprofundar o controle das contas e ao mesmo tempo evitar os descaminhos. O órgão se estruturava internamente em um arranjo hierárquico que tinha como figura máxima o próprio Secretário de Estado dos Negócios do Reino, no cargo de Inspetor Geral do Tesouro, "Lugar Tenente imediato à Real Pessoa de Sua Majestade". A ele seguia na hierarquia interna um Tesoureiro-mor, cargo para o qual foi nomeado o negociante José Francisco da Cruz, e um Escrivão, João Henrique de Souza, lente da Aula de Comércio e responsável pela função chave de elaborar de um plano de escrituração do Erário em partidas dobradas. Na seqüência do organograma seguiam-se quatro contadorias, respondendo por partes distintas do império, tendo à frente um contador geral, auxiliado por quatro escriturários. Haviam ainda três tesoureiros gerais, auxiliados cada um por um escrivão, sendo um para a receita e despesa dos ordenados, outro para os juros, e o terceiro para a tenças assentadas nos almoxarifados do Reino. Completavam este desenho inicial do Erário um porteiro e quatro contínuos. No total eram 33 funcionários, números que foi sendo aumentado, essencialmente em função de novos escriturários e supranumerários, o que viria a perfazer um total de 203 funcionários em 1827.[339]

Nas contadorias era onde efetivamente se desenrolava o núcleo da atividade do Erário. À primeira contadoria, relativa à Corte e província da Estremadura, deveriam acorrer todas as quantias entregues pelos "corregedores, provedores, juízes, almoxarifes, tesoureiros, recebedores e contadores das rendas e direitos reais" próprios e dessa área. A segunda, receberia a "mesma sorte de direitos e rendas das correições, provedorias, tesourarias, recebedorias e contratos" das províncias do Reino, e ilhas dos Açores e Madeira. A terceira, por sua vez, receberia "as rendas pertencentes às provedorias, tesourarias, recebedorias e contratos da África, do Maranhão, e das comarcas do Território da Relação da Bahia, e governos que nele se compreendem". Por fim, a quarta, que diretamente interessa ao presente trabalho, se encarregaria de fazer entrar "todos os produtos das provedorias, tesourarias,

[339] Alzira Teixeira Leite MOREIRA, *Inventário do Fundo Geral do Erário Régio: Arquivo do Tribunal de Contas*, Lisboa, Tip. Minerva do Comércio, 1977, p. X-XII.

recebedorias, e contratos do território da relação, e governos do Rio de Janeiro, da África Oriental, e da Ásia portuguesa".[340]

As quatro contadorias eram indistintas em termos de importância ou privilégios dentro do organograma do Erário, ainda que ao titular da primeira contadoria, coubesse a posse da terceira das chaves da casa forte e guarda dos cofres, estando as outras duas nas mãos dos tesoureiro-mor e seu escrivão. Não obstante esse equilíbrio de funções, uma visão panorâmica da dinâmica econômica portuguesa nos setecentos é já suficiente para sugerir a responsabilidade das contadorias do ultramar, e em particular da que se incumbia das contas, e dos contos, do ouro vindo de Minas Gerais, dentro dessa estrutura financeira projetada ao começo da década de 1760.

O contexto da centralização da administração fazendária em Portugal, no âmbito da criação do Erário Régio, merece, não obstante, ser qualificado com algumas outras cores mais. Essencialmente, é interessante, aprofundar a reflexão acerca das concepções econômicas e administrativas que orientam ou, minimamente, informam este momento. De saída é necessário chamar a atenção para o fato de que o que marca a fragmentação e dispersão dos centros de controle e arrecadação das receitas do Reino dentro do contexto da Casa dos Contos, e com isto a própria impossibilidade por parte da administração régia de "saber quais os montantes de que se revestiam as despesas e as implicações que as mesmas tinham no real erário, nomeadamente os limites ao endividamento da Fazenda Real", tem por base uma administração particularista, assentada na percepção da sociedade como um "conjunto de corpos que gravitavam em torno da figura do monarca". Isto marcava uma ordem de administração das finanças totalmente permeada pelo exercício da graça e da liberalidade pelo monarca, no que pode ser resumido pela idéia de uma economia de mercês e privilégios.[341] A grave conjuntura legada pelo terremoto de 1755 seria determinante na abertura à modernidade política em Portugal, nas passagens de um "governo de cada um" para um "governo de todos". José Subtil qualifica este contexto com propriedade e aponta conexões que interessam aqui ser

---

[340] "Lei de 22 de Dezembro de 1761" in: Antonio Delgado da SILVA, *Collecção de Legislação Portuguesa desde a última compilação das Ordenações, redigia pelo Desembargador Antonio Delgado da Silva. Legislação de 1750 a 1762.* Lisboa, Typ. Maigrense, 1830, pp.819-20.

[341] José SUBTIL, "O governo da fazenda e das finanças (1750-1974)" in: Mário Pinho da CRUZ (coord.), *Dos Secretários de Estado dos Negócios da Fazenda aos Ministros das Finanças - 1788-2006: uma iconografia*, Lisboa: Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública, 2006, pp.37-38.

exploradas entre esse movimento e a influência nele de certo conjunto de idéias administrativas que se difundiam na Europa continental do século XVIII.

> (...) o ambiente criado pelo cataclismo veio a colocar novos problemas, ou seja, o que doravante ficava dependente de soluções políticas passou a ser mais o governo de todos e menos o governo de cada um. Tratava-se de avançar com estratégias que pudessem dar resposta não só aos problemas circunstanciais mas, sobretudo, os que pudessem ser previstos e, nessa medida, sujeitos a um tratamento de antecipação, obedecendo, portanto, a um determinado planeamento e organização. Desde logo, a questão da reconstrução da cidade, cujo objetivo era o de evitar prováveis situações análogas que afligiam os habitantes, como o da habitação segura, a circulação de pessoas e produtos, a segurança, a higiene, a saúde, o abastecimento de bens, a defesa, etc. Problemas que pediam, também, um novo conhecimento demográfico, social e económico, das populações que a conhecida "ciência de polícia", já divulgada na Europa, tinha inventariado, diagnosticado e prometido soluções praticas e eficazes. Esta emergência de novos princípios administrativos tinha como orientação fundamental o prosseguimento do bem público, um bem acima dos particulares, que só podia caber no âmbito de um poder que se assumisse como supra-individual, isto é, um poder de Estado e não um poder da Coroa.[342]

A ação de Sebastião José de Carvalho e Melo na transformação da administração fazendária no período vale-se assim tanto do abalo na força dos interesses particulares estabelecidos na estrutura de arrecadação, muitos arruinados em conseqüência das perdas econômicas provocadas pelo terremoto e particularmente sensíveis às indenizações que se pagaram a esse titulares de rendas diversas com a extinção da Casa dos Contos, quanto da própria necessidade/oportunidade de fortalecimento do Estado referida acima. Esse processo carecia muito diretamente da formação de um oficialato régio capaz de implementar essa centralização administrativa, sendo inegável o destaque que caberia ao Erário Régio, colocado por Carvalho e Melo sob sua tutela direta, nesse processo. A correspondência entre esse processo vivido por Portugal e a referida emergência de novos princípios administrativos no contexto europeu, que tem, por exemplo, em uma de suas facetas mais importantes a defesa da administração das finanças nos estados sempre centralizadas e sob a direção de um só chefe, é sem dúvida um ponto que merece ser explorado aqui, ainda que com brevidade.

---

[342] *Idem*, pp.38-9.

Não é nada complicado afirmar que esse conjunto de idéias que, particularmente em relação ao que se quer dizer aqui acerca das finanças, respondem pelo termo geral de "cameralismo" cumpre efetivamente, mesmo que por vias indiretas, função importantíssima nessa centralização das finanças portuguesas, e no próprio reordenamento do Estado a partir da metade do século XVIII. As tramas dessas relações, porém, são difíceis de serem recompostas e não estão mais do que sugeridas em alguns poucos autores. Mais que isto, não há para Portugal, como há para Espanha,[343] traduções dos autores alemães que originalmente escreveram sobre o tema; e, tampouco, até o presente um estudo da presença dessa literatura em bibliotecas portuguesas do período, o que facilitaria a investigação acerca da difusão dessas idéias. Ainda assim é possível avançar aqui em algumas considerações.

Antes de tudo é interessante refletir que o contexto que dá origem a essas formulações, as formas próprias do mercantilismo alemão, é justamente o espaço que se viu direta e concretamente às voltas com o problema central da unificação de regimes tributários e outras mais especificidades locais que constrangiam as possibilidades de comércio no território dos estados alemães, como assoma com clareza na exploração do tema procedida por Eli Hackcher.[344] Não obstante, a identificação direta do cameralismo como a alternativa alemã para o mercantilismo não é de todo adequada, como adverte com propriedade Lars Magnusson. Este autor insiste na idéia de que tratar o cameralismo como uma forma especial de mercantilismo confere mais coerência ao termo do que ele realmente tem, assim como acrescenta que a emergência do cameralismo pode ter se dado entre os séculos XVI e XVII, mas é no século XVIII somente que este assoma como um "sistema",

---

[343] A partir do catálogo geral da Biblioteca Nacional de España e Biblioteca Histórica "Marqués de Valdecilla" da Universidad Complutense de Madrid foi possível recuperar alguns desses títulos, como por exemplo: Jacob Friedrich von BIELFELD, *Instituciones políticas: Obra en que se trata de los Reynos de Portugal y España, de su situacion local, de sus posesiones, de sus Vecinos, y límites, de su clima, y producciones, de sus manufacturas, y fabricas, de su Comercio, de los habitantes, y de su número... del Soberano y de sus Títulos... de sus Exercitos, y Marina... / Escrita en Francés... y Trad^{a}... aumentada de muchas notas por Don Valentin de Foronda*, Burdéos, En casa de Francisco Mor, 1781. / Jacob Friedrich von BIELFELD, *Instituciones politicas / obra... escrita en... frances por el Baron de Bielfeld; y traducida al castellano por D. Domingo de La Torre y Mollinedo*, Madrid, Gabriel Ramirez, 1767-1772. / Johann Heinrich Gottlob von JUSTI, *Elementos generales de policia / escritos por el Señor Juan Henrique Gottlobs de Justi ... ; y del idioma francés traducidos al español, con varias noticas conducentes à España, añadidas por el mismo traductor D. Antonio Francisco Puig y Gelabert*, Barcelona, Eulalia Piferrer, 1784.

[344] Eli Filip HECKSCHER, *La época mercantilista: historia de la organización y las ideas económicas desde el final de la Edad Media hasta la sociedad liberal*, México, Fondo de Cultura Económica, 1943.

que articula como ciência "polícia, cameralismo e economia".[345] Pode-se afirmar que o autor fundamental a essa sistematização foi Johan Heinrich Gottlieg von Justi (1717-68), que em sua extensa bibliografia, 67 livros e sete periódicos, boa parte dedicada aos temas econômicos e políticos, teve treze traduções de oito de seus livros, para cinco idiomas diferentes: francês, espanhol, holandês, russo e inglês, o que atesta a ampla circulação desse conjunto de idéias.[346] Essa sistematização do cameralismo teve ainda no austríaco Joseph von Sonnenfels (1733-1817) outro nome fundamental, sendo seu livro principal *Grundsätze der Polizei, Handlung und Finanzwissenschaft*, em três volumes, cada um sobre um tema (Polizei, comércio, finanças), aparecendo o primeiro deles em 1765 e sendo repetidamente reimpresso até o começo do século XIX, para além de traduzido para o russo, italiano e latin, resumido em forma de manuais por outros autores e amplamente difundido pela Europa central.[347]

O autor que mais fortemente contribuiria para a difusão dessas idéias, no entanto, foi Jakob Friedrich von Bielfeld, o Barão de Bielfeld (1717-1770), que teve seu *Institutions politiques*, publicado originalmente em francês em 1760, reeditado por doze vezes, para além de ter tido traduções em alemão, russo, espanhol e italiano. Esse livro em particular, convertido em uma espécie de *bestseller* econômico em seu tempo, contém, por exemplo, uma extensa tipologia das razões da decadência dos estados, divididos pelo autor entre externos e intrínsecos, com exemplos variados, dentre os quais está a referência ao perigo da perda de independência de Portugal em relação à Inglaterra e ao enfraquecimento de sua autoridade em relação ao território do Brasil. [348]

---

[345] Lars MAGNUSSON, *Mercantilism: the shaping of an economic language*, London / New York, Routledge, 1994, pp.188-9.

[346] Erik S. REINERT, Hugo REINERT, *A Bibliography of J.H.G. von Justi*, The Other Canon Foundation, Norway (The Other Canon – Papers) [Disponível em http://www.othercanon.org/papers/index.html; acesso em 31/12/2006]; Outra referência importante a este autor é: Joseph Alois SCHUMPETER, *História da análise econômica*, Trad. Alfredo Moutinho dos Reis, Jose Luiz Silveira Miranda e Renato Rocha, Rio de Janeiro, Alianca para o Progresso, 1964, vol.2, pp.215-9.

[347] Keith TRIBE, *Strategies of economic order: German economic discourse, 1750-1950*, Cambridge [England] / New York, Cambridge University Press, 1995, p.22 / Erik S. REINERT, Hugo REINERT, *A Bibliography...*, p.4.

[348] Jacob Friedrich von BIELFELD, *Institutions politiques: ouvrage oú l'ou traite de la societé civile ; des loix, de la police, des finances, du commerce, des forces d'un état; et en general de tout ce quia rapport au gouvernement / Par le Baron de Bielfeld*, Paris, 1762. / Erik S. REINERT, Hugo REINERT, *A Bibliography...*, p.3. / Erik S. REINERT, "Essay III - Benchmarking Success: The Dutch Republic

O discurso próprio do cameralismo tem sua difusão pela Europa continental ao longo do século XVIII, em uma dinâmica que inclui tanto a difusão desses escritos apontados, e de outros mais, assim como a própria coincidência de tradições particulares às quais se apresentava desafios análogos no campo das finanças e da organização do Estado. Acerca do caso Italiano, por exemplo, comenta Lars Magnusson, depois de se referir a alguns autores, que:

> (...) both Beccaria in Milan and Genovesi in Naples had to lectures on such subjects as commerce, agriculture, taxation and public finance — certainly most useful for economic modernisation and the formation of a strong public economy. However, such a discourse algo had older lineages and cannot only be seen as a mere copy of cameralism.[349]

Fato é que, mesmo não sendo muito simples recuperar essas conexões, há substantiva proximidade entre o cameralismo alemão e as tradições econômicas européias desse tempo, como insistiu Ernest Lluch em sua polêmica com Keith Tribe,[350] e efetivamente demonstrou em relação ao contexto específico da Espanha.[351]

O interesse pela obra de Bielfeld no contexto português, tem obviamente nas referências diretas às escolhas políticas do país, que são elevadas logo ao plano do título em uma tradução espanhola de sua obra fundamental,[352] uma forte razão de ser. Acrescente-se a isto o quanto do texto vai dedicado à administração das finanças e ao elogio da centralização dessas funções dentro do Estado, diretamente respaldando o empreendimento do Erário Régio, e possivelmente, tal como foi apontado por Ernest Lluch para o caso espanhol, também influenciando na formação dos funcionários da

---

(1500-1750) as seen by Contemporary European Economists" in *How Rich nations got Rich Essays in the History of Economic Policy*, Oslo, Centre for Development and the Environment (SUM) / University of Oslo, 2004 (Working Paper Nr. 2004/01). [Disponível em http://www.sum.uio.no/publications/publica.html#wp; acesso em 31/12/2006], p.19.

[349] Lars MAGNUSSON, *Mercantilism*..., p.200.

[350] Ernest LLUCH MARTÍN, "Cameralism beyond the Germanic world: a note on Tribe", *History of Economic Ideas*, Pisa, 1997 (vol.V-2). / Keith TRIBE, *Governing economy: the reformation of german economic discourse 1750-1840*, Cambridge, Cambridge University Press, 1988.

[351] Ernest LLUCH MARTÍN, "El cameralismo en España" in: Enrique Fuentes QUINTANA (dir.), *Economia y Economistas Españoles, vol.3 – La Ilustración*, Barcelona, Galáxia Gutenberg / Círculo de Lectores, 2000. / Ernest LLUCH MARTÍN, Lluís Argemí D'ABADAL, "La influencia alemana en España (1800-1860): desde el cameralismo tardío a Jakob, Krause y List" in Enrique Fuentes QUINTANA (dir.), *Economia y Economistas Españoles, vol.3 – La economia clássica*, Barcelona, Galáxia Gutenberg / Círculo de Lectores, 2000.

[352] Jacob Friedrich von BIELFELD, *Instituciones políticas: Obra en que se trata de los Reynos de Portugal y Espana*...

fazenda pública.[353] A presença do livro em bibliotecas da época pode igualmente ser rastreada, o que se atesta, por exemplo, pela existência da obra, em seus quatro volumes, dentro da luminosa coleção de livros confiscados do Cônego Luís Vieira da Silva, um dos réus da Inconfidência mineira.[354]

O texto de Bielfeld deve ter sido também utilizado por vários autores dentro do mundo luso, ainda que por vezes sem as hoje imprescindíveis citações. O erudito estudo de Sérgio Buarque de Holanda escrito para apresentar as obras econômicas do José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho (1794-1804), dão mostras de semelhanças na apresentação da matéria, bem como da pura e simples tradução, sem aspas ou fonte, de alguns parágrafos do *Institutions* de Bielfeld.[355] O próprio Sérgio Buarque sugere ligações à época de seu escrito inexploradas, e ainda assim até hoje, entre este autor alemão e alguns escritores brasileiro do começo do século XIX, entre eles José Bonifácio de Andrada e Silva. Cita ainda, em nota, uma obra curiosa de autor anônimo que em 1823 dá conta de um "resumo das instituições políticas do Barão de Bielfeld", oferecendo-as à "mocidade brasileira".[356] O autor assina simplesmente como "um compatriota pernambucano". Uma pesquisa cuidadosa na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro em outros escritos da época me permitiu estabelecer a autoria desse escrito como sendo de Gervásio Pires Ferreira. Tanto o escrito como a trajetória de seu autor merecem uma reflexão cuidada, mas escapa por demais ao objeto do presente capítulo para se insistir aqui no tema.

Não obstante, e finalmente, é válido proceder a uma breve qualificação dos termos do que aqui foi genericamente referido como cameralismo antes de se prosseguir. O termo cameralismo [*Kameralien*, *Kameralwissenschaften*] vem de do termo latino *camera*, que inicialmente significara o palácio ou o ambiente da intimidade, e das vontades, do príncipe, e que progressivamente evoluiu para o a designação específica do lugar a partir do qual seus domínios eram administrados. O termo *Kammermusik*, tem a mesma raiz, e serviu para qualificar a música feita neste

---

[353] Ernest LLUCH MARTÍN, "El cameralismo...", p.726.
[354] ADIM, vol.6, p.311 / Eduardo FRIEIRO, *O Diabo na livraria do cônego*, São Paulo, EDUSP, Belo Horizonte, Itatiaia, 1981.
[355] Sérgio Buarque de HOLANDA "Apresentação" in: José Joaquim da Cunha de AZEREDO COUTINHO, *Obras econômicas: 1794-1804*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1966, pp.45-6.
[356] *Resumo das instituiçoens politicas do barão de Bielfeld, parafraseadas e acommodadas à forma actual de governo no Imperio do Brasil, offerecido à mocidade brasiliense por hum seo compatriota pernambucano*, Rio de Janeiro, Typ. nacional, 1823.

ambiente da corte em oposição à realizada na igreja, a musica sacra.[357] O conjunto doutrinário que daí emana, não obstante, faz par com um outro termo, *Polizei*, combinando-se de forma a cobrir o que pode ser designado de forma ampla como "ciência do governo" [*Staatswissenschaft*]. Talvez o mais interessante seja perceber que por um lado, o do cameralismo mais incisivamente, tem-se particularmente a administração das finanças, alçada a ponto chave da organização e sucesso do Estado, e por outro a composição e manutenção de uma ordem interna, o que encerra os sentidos próprio de *Polizei*. Este último termo pode ser traduzido como "polícia", mas cuidando de tomar a significação própria deste vocábulo português no século XVIII.[358] Para Raphael Bluteau, em seu Vocabulário Português e Latino, o termo significa "a boa ordem que se observa, e as leis que a prudência estabeleceu para a sociedade humana nas Cidades, Repúblicas, etc", podendo ainda ser usado, por extensão, para qualificar a "boa graça nas ações e gestos do corpo (...), garbo, graça, etc".[359]

Essa dimensão da ordem interna evoca outro termo, igualmente presente à análise dos autores cameralistas, a economia [*Oeconomie*], no sentido próprio da administração da casa (do *Oikos*). Keith Tribe avança nessa direção, propondo o seguinte conjunto de significações:

> Cameralism is pricipally concerned with the administration of a state; *Oeconomie* relates this activity of administration materially to the objective of happiness; and *Polizei* concerns itself with the general condition of order prevailing in the state.[360]

Mas não deixa logo na seqüência de advertir que essa separação só se faz mesmo efetiva se tivermos por base as modernas concepções de economia e política, concepções essas não vigentes no século XVIII; o que equivale a dizer que antes tais esferas iam bem mais imiscuídas. Trata-se de um momento em que a economia, enquanto disciplina acadêmica, ainda não se separava da ética, nos quadros da doutrina aristotélica, mas que a tensão para esta ruptura já ia se fazendo clara. Por

---

[357] Keith TRIBE, *Strategies...*, p.9-n.
[358] Vale aqui a referência a Sérgio Buarque de Holanda que em um texto de 1973 vale-se da exposição de uma interpretação atrapalhada do significado do termo "polícia" para desdobrar uma reflexão mais ampla sobre o próprio fazer historiográfico: Sérgio Buarque de HOLANDA, "Sobre uma doença infantil da historiografia (1973)" in: *Para uma nova história*, São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2004.
[359] D Raphael BLUTEAU, *Vocabulario Portuguez e Latino*, Coimbra, 1712, p.575.
[360] Keith TRIBE, *Strategies...*, p.11.

outro lado, é interessante acrescentar que polícia [*Polizei*] traduz a idéia de uma forma não jurídica de regulação, ou seja, um ordenamento não baseado no direito; e para além disto que cameralismo e *Polizei* foram durante todo o século XVIII ensinados nos estados alemães quase que exclusivamente nos cursos de filosofia e não nos de leis.[361]

A polícia, que grosso modo, à linha do que já aqui se disse, diferenciava-se da política nos termos de que esta designava especialmente a relação entre os estados e aquela voltava-se mais para o contexto interno, foi estruturada no contexto da ação administrativa alemã de forma a dar corpo a uma "ciência da polícia" [*Polizeiwissenschaft*]. Da mesma forma, a pratica dos oficiais da câmara do príncipe, a ação coordenada da organização das finanças a partir da centralização estatal, deu corpo a uma "ciência da câmara" [*Kameralwissenschaften*], que é um dos sentidos mais próprios do cameralismo. De uma forma geral, não obstante, o cameralismo é efetivamente um conjunto de discursos convergentes a uma pratica administrativa específica, o que permitiu que essa literatura se espalhasse pela Europa alcançando mesmo o Brasil, como já se referiu acima, sob o registro de ciência do governo ou ciência da administração pública. No *Resumo das instituições políticas do Barão de Bielfeld, parafraseadas à forma atual do governo do Brasil*, de 1823, Gervásio Pires Ferreira introduz seu trabalho dizendo da "necessidade, que hoje se tem em todo o Brasil, de se aprender a ciência do governo", sendo esta "tão evidente que seria ocioso pretender demonstra-lo".[362] Fato é que este conhecimento de substantiva e ampla influência ao longo do século XVIII e passagens para o XIX, fundamental à percepção das finanças — da fazenda pública em si — como o elemento fundamental da ação do estado, determinante de sua opulência ou decadência, é em larga medida a combinação de cameralismo e *Polizei*. Faz-se útil mais uma vez aqui a síntese de Keith Tribe, chamando a atenção exatamente para o fato de que os dois termos são dimensões aos Setecentos da *Staatswissenschaft* ou *Politik*, para finalizar esta digressão;

> Cameralism can be generally defined as a set of discourses related to the maintenance of land and people which, if it turns to questions of trade, necessarily evaluates the benefits and drawbacks of relations

[361] *Idem*, pp.12-3.
[362] *Resumo das instituiçoens políticas...*, p.3.

> with other states. *Polizei* on the other hand if confined to internal order, although an element of the maintenance of this good order and happiness necessarily involves evaluation of the internal consequences of objects treated by Cameralism. Or perhaps we can say: Cameralism assembles the objects which *Polizei* then orders for the good of the state and its subjects. Both of these belong in the eighteenth century to a *Politik* [or *Staatswissenschaft*], as it is clear from Johann Georg Sulzer's *Kurzer Begriff aller Wissenschaften*.[363]

Uma vez explicitados os vínculos entre o cameralismo, a administração pública em geral e da fazenda em específico, e no intuito de encontrar novamente o caminho das Minas, qualificndo como o ouro desta terra saído cumpre papel central nas finanças portuguesas no século XVIII e constitui preocupação fundamental à administração fazendária empreendida no âmbito do Erário Régio, é interessante fazer certo recuo, a meados do século XVII, quando a nação atravessa um período de efetiva crise em sua economia. O processo em parte deve-se à conjuntura pós-restauração, mas da mesma forma às perturbações na economia internacional que marcam o período.[364] Se o final do século já aponta notas de recuperação na dinâmica econômica, antecipando mesmo em alguns anos uma tendência que se faria geral na economia européia, é sem dúvida a força de um impulso em particular que faria da primeira metade do século XVIII anos de relativa prosperidade nas finanças portuguesas; qual seja, o ouro brasileiro a partir dos primeiros anos do século XVIII. É válido acrescentar que a passagem do século ratifica de forma ampla dois processos que já se divisavam na segunda metade do século XVII, a viragem do império do Índico para o Atlântico, e o reforço das relações de dependência em relação à Inglaterra.[365] O Brasil, que já passara a ser entendido como a jóia da Coroa, o que revela um parecer do Conselho da Fazenda de 1656,[366] assume ao começo do século XVIII uma importância determinante nas receitas portuguesas, nas quais se destacam o ouro, e pouco depois os diamantes, mas também o tabaco, alvo de alguns do mais rentáveis contratos em favor da Real Fazenda.

---

[363] Keith TRIBE, *Strategies...*, pp.19-20.
[364] Ver: Jan de VRIES, *A economia da Europa numa época de crise*, Trad. Álvaro de Figueiredo, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1991.
[365] José Vicente SERRÃO, "O quadro econômico" in: José MATTOSO (dir.), *História de Portugal...*, p.68. / Ver também, especialmente: Vitorino Magalhães GODINHO, "Finanças públicas e estrutura do Estado" in: *Ensaios (II – Sobre História de Portugal)*, 2.ed rev., Lisboa, Sá da Costa, 1968.
[366] "Representação do Conselho da Fazenda" (13/03/1656), ANTT, Manuscritos da Livraria, nº 1104 apud António Manuel HESPANHA, "Os poderes do centro: A fazenda" in: José MATTOSO (dir.), *História de Portugal...*, p.212.

Dos efeitos diretos e indiretos desse influxo do ouro brasileiro na economia portuguesa, pode-se destacar três aspectos em especial, seguindo a síntese do tema que apresenta José Vicente Serrão: primeiro, a dinamização da atividade mercantil externa, uma vez que outros tantos países, atraídos pelo ouro que agora seguia a caminho do Reino, intensificavam seu comércio com Portugal, mas também os próprios lucros advindo do comércio colonial, com o Brasil, e dos circuitos internos, em particular nas atividades associadas ao comércio externo e colonial. Da mesma forma, o ouro fez aumentar a riqueza privada, tanto nas remessa diretas dos portugueses que aos milhares emigraram para as Minas, assim como nos efeitos indiretos advindos do aquecimento geral da economia. Finalmente, pode-se destacar o efeito do ouro na disponibilidade de mais de pagamento ao exterior com a qual passa a contar Portugal tem impacto direto na pauta de importações, levando mesmo o paias a abdicar de atividades produtivas a princípio menos rentáveis, substituindo-as por importações e reforçando os setores ligados à exportação, que em larga medida era a re-exportação de gêneros coloniais.[367]

Até hoje se apresenta como uma tarefa inglória a contabilidade geral da riqueza produzida por Minas ou da mensuração do impacto geral do ouro vindo do Brasil nas finanças portugueses, ainda que pouco a pouco a historiografia caminhe na direção de oferecer evidências mais robustas na medida em que conjuntos documentais pouco visitados ou ainda inéditos vão recebendo tratamento seriado. Os trabalhos realizados junto ao Arquivo da Casa da Moeda de Lisboa, ou junto à vasta coleção denominada "Casa dos Contos", dispersa entre o Arquivo Público de Minas Gerais a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e o Arquivo Nacional, também no Rio de Janeiro, representam hoje as aproximações mais importantes a esse objeto.[368] Para além do impacto direto dessa riqueza vinda do Brasil, mensurável com precisão ou não, é preciso reconhecer, como se destacou acima, o impacto indireto que isto

---

[367] José Vicente SERRÃO, "O quadro econômico"..., p.68.

[368] Leonor Freire COSTA, Maria Manuela ROCHA, Rita Martins de SOUSA, "O ouro cruza o Atlântico" in: *RAPM*, (41) 2005 / BOSCHI, Caio César, MORENO, Carmen, FIGUEIREDO, Luciano (coords.), *Inventário da Coleção Casa dos Contos: livros, 1700-1891*, Belo Horizonte, PUC Minas / Fapemig, 2006 / Angelo Alves CARRARA, *A Real Fazenda de Minas Gerais; guia de pesquisa da Coleção Casa dos Contos de Ouro Preto (Instrumentos de Pesquisa, vol. 2)*, Ouro Preto, UFOP, 2004 / Angelo Alves CARRARA, "Mineração, produção rural e espaços urbanos em Minas Gerais, 1808-1835", *Anais do XII Seminário sobre a Economia Mineira*, Belo Horizonte, Cedeplar/UFMG, 2006 / Angelo Alves CARRARA, "Ouro, moeda e mercado interno no Brasil; 1700-1808", *Anales de la VIII Reunión Internacional de Historiadores de la Minería Latinoamericana*, Guanajuato: Centro de Investigaciones Humanísticas / Universidad de Guanajuato, 2004.

acaba por ter e os efeitos de encadeamento a partir daí produzidos. Não obstante, analistas variados destacam que este impulso termina em boa medida por se auto-conter na esfera mercantil, com desdobramentos para os subsetores agrícolas, mas prejudicando mesmo a atividade industrial, uma vez que exatamente nesta área se intensificariam os interesses dos parceiros comerciais de Portugal. Acentuando o aspecto da subordinação aos interesses ingleses, em linha categoricamente marcada por Sandro Sideri[369], comentaria A. J. R. Russell-Wood:

> "(...) foi o ouro do Brasil que lubrificou o comércio atlântico português, financiando a administração do Império português do Atlântico Sul e permitindo a D. João V reinar como monarca absoluto. Também salvou Portugal de um problema mais grave, melhorando o equilíbrio da sua balança de pagamentos com os parceiros comerciais europeus. Mas o preço exigido da Metrópole pela sorte inesperada e fortuita das descobertas de ouro do Brasil foi elevado. Os principais beneficiários do fluxo do ouro do Brasil foram outras nações, que não Portugal. Calcula-se que, entre etade e três quartos da totalidade do ouro que entrava no Tejo, ia para Inglaterra. Grande parte do restante foi gasto em projetos de gratificação pessoal, em vez de ter sido usado em investimentos a longo prazo no futuro da nação. O estímulo para a criação de emrpesas manufatoras embrionárias enfraqueceu (tendências que só se alterou nos anos 1770, com as iniciativas de Pombal) a transição de uma economia de troca para uma economia monetária foi desacelerada, a dependência da Inglaterra aumentou e o Estado deu-se ao luxo de atrasar a implementação de reformas extremamente necessárias."[370]

A partir de meados do século XVIII a prosperidade empurrada pelo ouro vai se erodindo. A retração que a partir daí, e de forma inalterável até o final do século, se faria sentir na produção aurífera mineira, joga papel determinante; mas não convém afastar outros mais aspectos que pesam negativamente sobre a conjuntura econômica portuguesa, dentre os quais vale ao menos lembrar as decorrências econômicas do terremoto de 1755. Os caminhos buscados para alterar a conjuntura de crise que novamente fazia peso sobre as finanças portuguesa assumem forma em varias políticas públicas, instituídas via de regra no período do consulado pombalino. O esforço de caris protecionista que passa a ser assumido por Portugal, implicaria, entre outras áreas, em esforços amplos no incentivo à produção industrial ou na

---

[369] Sandro SIDERI, *Comércio e Poder, colonialismo informal nas relações anglo-portuguesas*, Lisboa, Cosmos, 1978.

[370] A. J. R. RUSSELL-WOOD, *Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*, Algés, Difel, 1998, p. 222.

reforma de instancias centrais da administração. Não obstante, é o reforço do exclusivo comercial luso-brasileiro o que mais clara e intensamente se percebe como nota distintiva do condução econômica no período.[371]

É fundamental perceber aí, que a leitura da retração na produção aurífera mineira a partir de meados do século XVIII é algo que só se divisa na análise distanciada no tempo das séries históricas, não sendo sequer intuição por parte das autoridades metropolitanas ao começo da década de 1760, quando da criação do Erário. Vários anos passariam, com a consciência da decadência efetiva na produção aurífera já se fazendo patente à administração local nas Minas, até que a orientação metropolitana recuasse na leitura de que a queda nos quintos devia-se a algo maior, mais grave e mais persistente que o contrabando e a insubordinação fiscal do mineiro. Neste sentido, ante esse movimento econômico até aqui sumariado, é fácil pensar a importância, responsabilidade e expectativas que pesavam sobre a quarta contadoria do Erário, responsável entre outras partes pela administração dos territórios da relação do Rio de Janeiro onde então estavam todas as importantes áreas mineradoras do império. Importância, responsabilidade e expectativas que pesavam, não só sobre a repartição, mas sobre o seu titular, o contador-geral Luís José de Brito, que se ocuparia com diligência da interlocução com a Junta da Real Fazenda de Minas Gerais, revelando substantivo conhecimento da realidade colonial.

A história da criação da Junta da Administração e Arrecadação da Real Fazenda em Minas Gerais não é facilmente recuperável, uma vez que entre a instrução para o funcionamento do órgão e sua instalação definitiva há considerável hiato. Da mesma forma que no caso do Erário Régio e a Casa dos Contos, para se recuperar essa história, é preciso entender a transição entre duas instâncias (isto tanto no caso das Minas como de outras mais partes do império). Refiro-me especificamente à transição entre a Provedoria e a Junta da Fazenda. Após a criação do Erário foram estabelecidas tesourarias ou juntas da fazenda nas várias capitanias brasileiras e com ritmos diferentes em outras partes dos domínios portugueses. A Junta da Fazenda em Minas foi instituída em 1765, recebendo instruções específicas para o seu funcionamento em 1769; todavia, não alcançando os resultados

---

[371] José Vicente SERRÃO, "O quadro econômico"..., pp.68-9. / Ver também, especialmente: Fernando A. NOVAIS, *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*, São Paulo, HUCITEC, 1979.

específicos objetivados pelo Erário Régio em termos da organização das contas em Minas, é novamente instituída e regulada com base na carta régia de 7 de setembro de 1771, passando a funcionar nesse novo modelo entre fins de 1772 e o ano de 1773.[372] De forma concreta, no transcurso entre 1765 e 1772 o que funcionou foi mesmo a provedoria da fazenda com uma certa reorganização de suas funções e cargos, ainda que se auto-intitulando de Junta da Real Fazenda em certos documentos. Data de 7 de setembro de 1771, a ordem para esta instituição definitiva da Junta, o que se associa diretamente ao provimento enfim de meios para uma organização contabilística moderna das finanças na capitania, o que se qualifica na transferência de Carlos José da Silva para o cargo de Escrivão da Junta. Por sua vez, são suprimidos os lugares da provedoria logo depois, em ordem datada de 14 de setembro do mesmo ano.[373]

Competia à Junta administrar, arrematar e arrecadar todos os direitos e subsídios reais na capitania, prover as serventias dos ofícios da fazenda e expedir as folhas dos ordenados eclesiásticos, civil e militar, assim como as de natureza extraordinária. Cumpre destacar a importância logo reunida pelo novo órgão por conta da responsabilidade de arrematar os contratos da capitania, antes da alçada direta do Conselho Ultramarino, em Lisboa.[374] Ao mesmo tempo em que a criação do Erário representa um movimento de centralização, que em tudo se associa à centralização política processada por Pombal, há também um movimento contrário no seio disto que antes de constituir uma contradição é exatamente uma das novas orientações gerais da política pombalina e das estratégias para assegurar as bases de manutenção desse poder. Refiro-me a uma dispersão na autonomia decisória para uma série de questões que antes se concentravam em tribunais metropolitanos e que desde então caberiam a instancias diversas pelo conjunto do império. A responsabilidade pela arrematação dos contratos nas capitanias do além-mar, transferindo para as juntas da fazenda atributos exclusivos do Conselho Ultramarino é ótimo exemplo disto.

---

[372] AHU, Minas Gerais, cx.101, doc.37 / Kenneth MAXWELL. *A devassa da devassa: a inconfidência mineira: Brasil-Portugal 1750-1808*, São Paulo, Paz e Terra, 1995, p.63.
[373] Diogo Pereira Ribeiro de VASCONCELLOS, *Breve descrição geografica, fisica e politica da Capitania de Minas Gerais*, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro / Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994, p.100.
[374] Kenneth MAXWELL. *A devassa da devassa...*, pp.63-4.

A sujeição direta, sem intermediações, ao Erário Régio, e, neste sentido, a relativa autonomia decisória de que gozariam as juntas da fazenda no ultramar pode ser bem medida na censura ao alcance das decisões do Conselho Ultramarino expressa no decreto régio de 12 de junho de 1779, acerca das juntas da fazenda do ultramar, e dos processos e jurisdição para seus pagamentos:

> (...) porém se tem mostrado a experiência de muitos, e decisivos fatos, por uma parte a precisa necessidade da inteira discussão de tudo o que a este respeito tenho ordenado, e pela outra parte que a notória transgressão em que se constituíram a maior parte das Provedorias da Minha Real Fazenda dos Domínios Ultramarinos, e linhas com prejuízo muito consideráveis dela fez necessária a criação das Juntas de Fazenda, que se acham estabelecidas por Cartas Régias com total, e privativa sujeição ao mesmo Erário, e com uma arrecadação exata e metódica, que no fim de seis meses de cada ano, Me apresente pela maior parte o certo e exato rendimento, e despesa de cada Capitania do ano antecedente, e do que ficou sendo devedora, e credora, cuja clareza nunca foi possível saber-se até que se estabeleceram as ditas Juntas. E para que este método, e observância das referidas Leis não possa ser pervertido: Sou Servida declarar que em execução das mesmas Leis, e Alvarás posteriores não compete ao Conselho Ultramarino, nem a outro qualquer Tribunal, ou Magistrado quaisquer que eles sejam, mandar fazer pagamentos alguns da Minha Real Fazenda, como nas Provedorias de todos os Meus Domínio Ultramarinos, e Ilhas dos Açores, e Madeira (...)[375]

No que diz respeito à sua organização interna, a Junta da Fazenda era presidida pelo governador e capitão-general da capitania, e completada por quatro vogais: um juiz e um procurador dos feitos da fazenda, um tesoureiro geral e um escrivão. O juiz dos feitos até 1775 seguiu sendo o provedor, sendo a partir daí substituídos nessa posição pelo ouvidor de Vila Rica; o procurador da fazenda, por sua vez, na extinta provedoria era cargo ocupado por um bacharel natural do país[376], mas a partir de 1774 o cargo passou a ser atribuição anexa ao lugar de intendente do ouro, da Casa de Fundição de Vila Rica.[377] Sujeita à junta estava uma contadoria geral, que efetivamente era, tal qual se dava no Erário Régio, a repartição encarregada do conjunto das operações cotidianas do órgão em termos de recebimentos e pagamentos. Na contadoria geral da Junta da Real Fazenda em Minas

---

[375] "Decreto Régio de 12 de junho de 1779" in: Antonio Delgado da SILVA, *Supplemento à Collecção de Legislação Portuguesa do Desembargador Antonio Delgado da Silva pelo mesmo. Ano de 1763 a 1790*, Lisboa, Typ. de Luiz Correa da Cunha, 1844, p. 472.
[376] O inconfidente Cláudio Manuel da Costa, por exemplo, pretendeu o cargo, mas não o conseguiu.
[377] Diogo Pereira Ribeiro de VASCONCELLOS, *Breve descrição geografica...*, pp.100-1.

tinham assim lugar como funcionários pela altura de 1780, segundo a informação de José João Teixeira Coelho, intendente do ouro de Vila Rica entre 1768 e 1779, quatro escriturários contadores, quatro escriturários ordinários, três ajudantes, um fiel do tesoureiro geral, um porteiro e um contínuo.[378] Ao começo do século XIX, seguindo os dados de Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos, tesoureiro da intendência do ouro de Vila Rica, contavam-se seis escriturários contadores, dez ajudantes, porteiro e contínuo.[379] Haviam ainda como oficiais da junta um tesoureiro com seu respectivo escrivão, e um solicitador, com meirinho e escrivão.[380]

No que diz respeito diretamente aos homens que ocuparam os lugares de deputados na Junta, pode-se logo qualificar a proximidade de intenções com o provimento de cargos no Erário, e em larga medida com orientações próprias do período pombalino. Trata-se da importância concedida aos homens de negócio na administração das finanças do Reino. Kenneth Maxwell insiste nesse aspecto, argumentando que assim como na "Real Fazenda [Erário Régio], as Juntas da Fazenda das capitanias deviam recrutar funcionários entre os 'homens abastados e prudentes'locais, especialmente os mais ricos comerciantes, que deviam ser estimulados mediante a fixação de soldos atraentes a colocar sua perícia comercial a serviço dos negócios públicos".[381] Um documento em particular, relativo à criação da Junta da Fazenda da capitania da Bahia é sobremaneira esclarecedor nesse aspecto. Trata-se de uma carta, datada de 31 de março de 1769, de Sebastião José de Carvalho e Melo para D, Luís de Almeida Portugal e Mascarenhas, 2º Marquês de Lavradio, enquanto este ainda era governador da Bahia, na qual o Secretário de Estado de D. José I expõe traços fundamentais de sua perspectiva de atrair alguns dos principais homens de negócio do Reino à administração fazendária:

> Foi muito do agrado de Vossa Majestade o modo com que V. Ex. segurou ao Tesoureiro Geral que aquele emprego lhe não causaria detrimento, e menos vexações odiosas, e injustas que muitas vezes tem obrigado os homens abastados, e prudentes a fugirem (até com dispêndio de seu cabedal) do Real Serviço. E porque com as providências que ficam indicadas se deve esperar que cessem por uma

---

[378] José João Teixeira COELHO, *Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais*, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro / Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994, p.63.
[379] Diogo Pereira Ribeiro de VASCONCELLOS, *Breve descrição geografica...*, p.101.
[380] José João Teixeira COELHO, *Instrução para o governo...*, p.63.
[381] Kenneth MAXWELL. *A devassa da devassa...*, p.63.

> vez todos os abusos tão contrários às pias instruções do mesmo Senhor. (...) E porque não é também da mente de Sua Majestade que um lugar de tanta confiança, e distinção, que deva ser apetecido pelos negociantes mais abonados, e de maior inteligência, e probidade, sirva de gravame, havendo os Tesoureiros Gerais de pagar mais do que percebem aos agentes que os substituem nas suas casas, e fiel de que necessitam. É o mesmo Senhor servido, que V. Ex. Estabeleça ao dito Tesoureiro Geral seiscentos mil reis de ordenado, que lhe serão pagos pela Real Fazenda.[382]

O ordenado pago ao tesoureiro geral na Junta da Bahia não seria o mesmo nas Minas, ao invés dos 600$000 réis, o ocupante do cargo na capitania do ouro receberia por ano 1:000$000 réis. O escrivão da Junta, por sua vez, faria jus a 1:200$000 réis anuais, tudo isto sem o acréscimo das vantajosas propinas que eram pagas por ocasião da arrematação de cada um dos contratos das rendas da capitania. Os salários dos deputados das juntas nas capitanias auríferas eram efetivamente maiores que o de outras. O cargo de escrivão, por exemplo, na capitania de Goiás, outra área de produção aurífera, era de um conto de réis (1:000$000), já na do Maranhão, de 800$000.[383] A comparação mais sugestiva, não obstante, é com o Reino. O salário do escrivão da junta de Minas era, por exemplo, superior ao de um oficial maior de uma Secretaria de Estado do Reino, que era de um conto de réis, ou equivalente ao de um desembargador do Desembargo do Paço, tribunal superior do Reino. Receberia o mesmo também um deputado da Junta do Tabaco, e não muito mais, 1:600$000 réis, um conselheiro do Conselho Ultramarino ou um dos contadores gerais do próprio Erário Régio.[384]

No mesmo sentido é interessante anotar os significados próprios em termos de distinções que a posição de deputado da junta da fazenda trazia consigo. Tão fundamental, ou possivelmente mais, como fator de atração desses homens de negócio ao "real serviço" era o significado simbólico do cargo na figuração própria do antigo regime. Neste sentido a mesma carta de Sebastião José de Carvalho e Melo para o Marquês de Lavradio, citada acima, merece novamente destaque. Nela há a referência à impropriedade de se colocar tanto o escrivão quanto o tesoureiro geral

---

[382] BNL, Coleção Pombalina, cód.458, p.158.
[383] AHTC, Erário Régio, livro 4068, p.63.
[384] ANTT, Ministério do Reino, Registro de Contas (SR), livro 305. / José SUBTIL, "Os poderes do centro: Governo e administração"..., p.171.

da junta em assento raso, referendando seu direito a voto e assento espaldar, e qualifica que esta junta

> (...) difere do que foi no tempo pretérito pelo método com que de novo se estabelece; e que a ciência deste método reside nos escrivães da Junta da Fazenda, os quais pelas instruções foram encarregados dele. É também certo que a graduação de Ministro de arrecadação da Fazenda lhes compete por um fundamento Real e Sólido.[385]

Esta referência introduz, não obstante, outro ponto fundamental, o conhecimento próprio detido por esses escrivães, como peça-chave para o funcionamento das juntas da fazenda. Em larga medida, a "ciência deste método" consistia na escrituração dos livros da contadoria com base no princípio das partidas dobradas. A realidade da moderna escrituração contábil com base na *partita doppia*, patente na vida mercantil e na educação prática dos futuros mercadores em Florença ou Veneza pela altura do século XIV, todavia, não teve caminho direto, tampouco ligeiro, até a organização das contas públicas.

A discussão sobre a introdução ou não desses métodos na gestão dos contos do Reino pode ser recuada para Portugal a fins do século XVI, mas somente no reinado de D. José I que se verifica o começo da utilização das partidas dobradas pela administração central. O modelo contábil mercantil, não obstante, já era utilizado por algumas instituições eclesiásticas tempos antes. Os livros de contabilidade e administração da Companhia de Jesus da segunda metade do século XVII, por exemplo, já seguiriam esses princípios modernos de escrituração.[386]

O esforço de atração por parte de Sebastião José de Carvalho e Melo de alguns dos principais homens de negócio do Reino para a administração da real fazenda era assim, por um lado, esforço consciente de aproximação do elemento mercantil como aspecto importante para a modernização da administração. Nesse sentido é possível recuperar uma expressiva lista desses homens de negócio com funções públicas a partir de então. Todavia é patente, e este talvez seja o dado principal, a inexpressividade do desenvolvimento técnico do comércio português de então; neste sentido, Antonio Caetano Ferreira ou Luís José de Brito, contadores

---

[385] BNL, Coleção Pombalina, cód.458, p.157.
[386] Rita Martins de SOUSA, *Moeda e Metais Preciosos no Portugal Setecentista (1688-1797)*, Lisboa, INCM, 2006, pp.49-50.

gerais de duas das quatro contadorias do Erário Régio e homens de negócio com ligações no estrangeiro (Bom & Ferreira e Emeretz & Brito), eram, por exemplo, tributados como dos únicos no Reino à primeira metade do século XVIII a utilizarem as partidas dobradas em sua contabilidade, segundo a informação de Jácome Ratton.[387]

A política pombalina partia assim da convicção de que o estado poderia se beneficiar com a recorrência a certos elementos da prática mercantil, mas ao mesmo tempo, de que, à realidade presente do império português, essa atividade só poderia desenvolver plenamente suas potencialidade e conduzir os esperados pomos dourados aos cofres reais com o reforço da ação do Estado. A criação, em 1755, da Junta do Comércio com funções variadas na coordenação da atividade econômica é o melhor exemplo a essa questão do aspecto de centralização e organização do Estado no que diz respeito à dinâmica mercantil. Insistindo um pouco mais neste aspecto, é válido mesmo acrescentar que tempos depois, pela década de 1770, a se observar, como o fez Jorge Pedreira, a substantiva renovação no grupo dos grandes homens de negócio na praça de Lisboa, fica patente que este ainda estava em uma fase incipiente. Insiste Pedreira que "uma grande parte do corpo dos homens de negócio era flutuante, composta por recém-chegados ao grupo e que não conseguiam manter-se por muito tempo no seu seio".[388] Em larga medida isso se explica pelo fato de que os próprios negociantes não olhariam ainda a sua condição como perene, sendo antes um meio para se alcançar certa condição social do que um estágio final a se alcançar. Somente um terço das casas de negócio no universo pesquisado pelo autor são transmitidas de pais para filhos, sendo a maior parte entregue a colaterais.[389] Há que se perceber, entretanto, que já se concretizava a esse tempo um cenário no qual a continuidade no universo do grande negócio não era incompatível com a ascensão social; e que era especificamente um número reduzido de indivíduos no meio da fluidez que caracterizava os negociantes da praça de Lisboa de então, ou seja, que

---

[387] Jácome RATTON, *Recordações de Jacome Ratton sobre as ocorrências do seu tempo, de Maio de 1747 a Setembro de 1810*, 2. ed., Coimbra: Imprensa da Universidade, 1920, pp.190-1.
[388] Jorge Miguel Viana PEDREIRA, *Os homens de negócio da praça de Lisboa de Pombal ao vintismo (1755-1822): diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1995 (Tese de doutorado em Sociologia Histórica), p. 133.
[389] *Idem*, pp. 142-3.

conferia consistência ao grupo.[390] É exatamente esse núcleo central dos negócios, para além do próprio aumento geral do grupo, que é possível de se associar à política pombalina de aproximação e promoção do universo mercantil.

Um órgão em particular, ligado por sua vez à Junta do Comércio, teria papel central na difusão de conhecimentos mercantis, e econômicos de maneira mais ampla, ao grupo dos comerciantes portugueses, cumprindo função pedagógica central aos negócios, mas também dotando o próprio Estado de um corpo de indivíduos habilitados ao exercício de funções primordiais à organização da fazenda, como a escrituração contábil por partidas dobradas. Este órgão é a Aula do Comércio de Lisboa, criada em 1759, que em seus estatutos já dá sinopse clara do quadro que se apresentava ao comércio luso de então:

> A Junta do Comércio deste Reino, e seus Domínios, havendo considerado que a falta de formalidade na distribuição, e ordem dos livros do mesmo Comércio, é uma das primeiras causas, e o mais evidente princípio da decadência, e ruína de muitos Negociantes; como também, que a ignorância da redução dos dinheiros, dos pesos, das medidas, e da inteligência dos câmbios, e de outras matérias mercantis, não podem deixar de ser de grande prejuízo, e impedimento a todo, e qualquer negócio com as Nações estrangeiras; e procurando, quanto pede a obrigação de seus Instituto, emendar esta conhecida desordem, propôs a Sua Majestade no Capítulo dezesseis dos Estatutos da mesma Junta, que se deveria estabelecer uma Aula, em que presidissem um, ou dois mestre, e se admitissem vinte Assistentes do numero, e outros supranumerários, para que nesta pública e muito importante Escola se ensinassem os princípios necessários para qualquer Negociante perfeito, e pela comunicação do método Italiano, aceito em toda a Europa, ninguém deixasse de guardar os livros do seu Comércio com a formalidade devida.[391]

A presença e a importância conquistada por esses elementos ligados à esfera mercantil na administração das finanças do Estado português no período pombalino não retrocede a partir da viradeira. Deve-se anotar que a partir de 1788 seria criada uma nova secretaria de Estado, a dos "Negócios da Fazenda", que a bem da verdade só se organiza definitivamente em 1801, sendo que passa obviamente à sua tutela o Erário Régio. A secretaria à qual estaria subordinado o Erário não altera, entretanto,

---

[390] *Idem*, p. 135.
[391] "Alvará de 19 de Maio de 1759. Confirmando os Estatutos da Aula do Comércio, de 19 de Abril de 1759" in: Antonio Delgado da SILVA, *Collecção da Legislação ...*, p.931.

sua estrutura. Em larga medida, mesmo que com algumas mudanças na condução econômica aos fins do século XVIII, a estrutura organizativa e de ação do Erário Régio permaneceria inalterada até a criação de seu congênere no Rio de Janeiro e a conseqüente transferência de atribuições em 1808.

O ano de 1808, por sua vez, ainda que representando antes de tudo uma solução de continuidade no Império português, marca sem dúvida um ponto de viragem na história brasileira, abrindo uma fissura que logo se alargaria no ordenamento colonial. A transferência da sede da monarquia para o Rio de Janeiro leva consigo o transplante, ou a duplicação, de uma série de instituições. Entre abril e outubro desse ano passaram a funcionar no Brasil o Conselho de Estado, o Desembargo do Paço, a Casa de Suplicação, a Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação; bem como o Erário Régio e Conselho da Fazenda e mesmo uma instituição ainda inexistente e já há muito desejada em Portugal, um Banco, o primeiro Banco do Brasil. Mesmo considerando que várias dessas instituições de saída não encontram pleno ordenamento e que em alguma medida respondem mais particularmente à necessidade de dar posição a uns tantos do enorme séquito que acompanhou o Príncipe Regente. Sabe-se que, em 1808,

> Entre a manhã de 25 de novembro e a tarde de 27 de novembro, cerca de dez a quinze mil pessoas embarcaram na nau capitânia Príncipe Real, em oito ou nove navios de linha, outro navios de guerra menores e trinta navios mercantes portugueses. Partiram o Príncipe Regente Dom João e uma dezena de membros da família real (entre eles sua mãe, Dona Maria, a Louca; sua esposa, a princesa Carlota Joaquina, filha de Carlos IV da Espanha; seus filhos Dom Pedro, com nove anos, e Dom Miguel; os membros do Conselho de Estado, ministros e conselheiros, juízes da Corte Suprema, funcionários do Tesouro, oficiais de alta patente do exército e da marinha; a hierarquia eclesiástica, membros da aristocracia, funcionários, profissionais e homens de negócio; várias centenas de cortesãos, servidores e sequazes, uma brigada naval de 1600 homens e cidadãos dos mais variados tipos que conseguiram por vários meios garantir sua passagem.[392]

O que se dá de mais substantivo no nível da organização fazendária a esse momento é mesmo a criação do Erário Régio (e junto dele o Conselho da Fazenda) do Rio de Janeiro, que em larga medida viria a conservar sua feição de seu irmão

[392] Leslie BETHELL, "A independência do Brasil" in: Leslie BETHELL (org.), *História da América Latina*, São Paulo, Edusp, 2001, vol. 3, p. 201.

mais velho em Lisboa, que não deixava de existir. A administração do conjunto do império à exceção do Reino, ou seja "deste continente e domínios ultramarinos" como se lê no diploma legal, caberia, não obstante, à essa nova instância criada na América.

O Alvará de 28 de junho de 1808 se encarrega de dar forma ao Erário ou Tesouro Real e Público no Estado do Brasil, "com as mesmas prerrogativas, jurisdição e inspeção, autoridade, obrigações, e incumbências especificadas na Carta da Lei de 22 de dezembro de 1761 que estabeleceu o Real Erário de Lisboa".[393]

No que diz respeito à sua organização seguia-se também os mesmos moldes, um presidente, lugar tenente do Rei, um tesoureiro mor com seu escrivão e, diferentemente, não quatro, mas três contadorias gerais. Serviam na tesouraria mor dois segundos escriturários, dois terceiros, dois amanuenses, dois praticantes, três fieis, um porteiro e seis contínuos, que também teriam função como porteiros nas contadorias. À primeira dessas contadorias gerais tocava a responsabilidade "de fazer entrar no Erário e escriturar as rendas que devem nele entregar todos os tesoureiros, almoxarifes, recebedores, administradores, provedores, fiscais, exatores e contratadores dos reditos e direitos reais desta cidade e província do Rio de Janeiro". A segunda cuidava da administração das rendas e contratos da "África Oriental, Ásia portuguesa e Governo de Minas Gerais, S. Paulo, Goiás, Mato Grosso e Rio Grande de S. Pedro do Sul"; finalmente a terceira, tinha também as mesmas responsabilidades de cobrança, escrituração e fiscalização só que atinente aos "governos da Bahia, Pernambuco, Maranhão, Pará, Ceará, Piauí, Paraíba, Ilhas de Cabo Verde, Açores, Maneira e África Ocidental".[394]

Em cada contadoria serviria além do contador geral um primeiro escriturário, três segundos, três terceiros, três amanuenses e três praticantes. No que diz respeito aos ordenados, é interessante notar que o contador geral que ao Reino recebia 1:600$000 réis, venceria agora 1:200$000, o mesmo que o escrivão da junta de Minas. Os dois ordenados maiores, sendo que o presidente, também ministro, não

---

[393] "Alvará de 28 de junho de 1808" in: *Código Brasiliense, ou Colleção das leis, alvarás, decretos, cartas régias, &c. promulgadas no Brasil desde a feliz chegada do príncipe regente N. S. a estes estados com hum índice chronologico*, Rio de Janeiro, Impressão Régia, 1811-1822? [Disponível em http://www.brown.edu/Facilities/John_Carter_Brown_Library/CB/index_pt.htm; acesso em 31/12/2006]

[394] *Idem*.

tinha vencimentos, eram o do tesoureiro mor, 2:280$000, e o escrivão da receita, 1:600$000.[395]

Em reforço da perspectiva originalmente adotada em 1761, há um destaque no alvará à escrituração contábil pelos moldes mercantis. Lê-se no documento: "ordeno que a escrituração seja a mercantil por partidas dobradas, por ser a única seguida pela Nações mais civilizadas, assim pela sua brevidade para o maneio de grandes somas, como por ser a mais clara, e a que menos lugar dá a erros e subterfúgios, onde se esconda a malícia e a fraude dos prevaricadores."[396]

O documento apresenta grande coincidência com o texto de 1761. Trata-se essencialmente da duplicação de um órgão e não de uma reorientação na estrutura fazendária. A nota de diferença reside simplesmente no lugar em que o centro das finanças do império agora se estabelecia, ou seja, em uma colônia, no Rio de Janeiro. O que em si subverte aspectos importantes da estrutura colonial. Todavia, sendo que a estrutura interna do órgão se mantinha igual, e nisto as rotinas de interação com as juntas da fazenda, é a criação conjunta do outro órgão, o Conselho da Fazenda, que guarda mudança mais expressiva na medida em dá-se a fusão de suas atribuições com outras que antes caberiam ao Conselho Ultramarino.

> Hei por bem criar e erigir um Conselho da minha Real Fazenda, o qual terá as mesmas prerrogativas, honras, privilégios, autoridade e jurisdição no Estado do Brasil e Ilhas adjacentes, que tinha e exercitava o Conselho da Fazenda de Portugal; conservando a respeito das colônias ultramarinas, das ilhas dos Açores, Madeira, Cabo Verde, S. Tomé e mais senhorias e domínios da África e Ásia, a mesma jurisdição que lhe competia e era pertencente ao Conselho do Ultramar do mesmo Reino.[397]

A organização fazendária continuaria assim, portanto, inclusive no que diz respeito às juntas da fazenda, essencialmente a mesma de 1808, passando pela Independência, até pelo menos o começo da década de 1830, ainda que a meio do caminho alguns aspectos tenham se alterado, como a própria designação do órgão, de juntas da real fazenda para junta da fazenda pública. Mas de forma mais concreta, em primeiro lugar pode-se referir ao ano de 1821, quando por conta das Cortes de

---

[395] Tabela dos ordenados do Real Erário e Conselho da Fazenda, conforme decretos de suas nomeações de 29 de junho e 16 de julho de 1808.
[396] "Alvará de 28 de junho de 1808"...
[397] *Idem.*

Lisboa são criadas nas capitanias as juntas provisórias de governo, devendo estas ter sua administração fazendária subordinada diretamente à antiga metrópole, o que abala e esvazia as funções do Erário Régio do Rio de Janeiro. As juntas da fazenda de capitanias importantes como Maranhão, Pernambuco e Bahia vão cumprir a decisão, enquanto outras, como a de São Paulo, vão acabar por promover uma administração financeira independente.[398] Permanecendo fiel à autoridade do príncipe regente depois do retorno de D. João VI a Portugal, seria a posição de Minas Gerais coincidente, em linhas gerais, com a adotada por São Paulo.

A Independência não representou de imediato qualquer alteração na estrutura fazendária, sendo mantidas nas juntas via de regra o mesmo desenho que vigorava no período colonial. Isto equivale a dizer que estas cumpriam as mesmas atribuições e rotinas de arrecadação das diversas rendas, indistintas entre o que caberia ao império e às províncias, e a efetuar os mais variados pagamentos, remetendo o saldo ao Tesouro. Também equivale a dizer que, não obstante as atribuições iguais, era bastante desigual o nível de organização dessas juntas entres as diversas províncias do nascente império, na qual acabavam por se destacar as que já de muito haviam se estabelecido e que mereceram atenção especial do governo português na qualidade dos funcionários providos para essas repartições, como bem seria o caso da junta de Minas. Em 1823, Manuel Jacinto Nogueira da Gama, pouco depois Marquês de Baependi,[399] do alto de sua longa experiência com as repartições fazendárias, tanto na Junta da Fazenda em Minas quanto no Erário Régio do Rio de Janeiro, e de seu cargo então, ministro e presidente do Tesouro Público, vai lamentar na exposição que dirige à Assembléia Geral acerca do estado da fazenda a "falta de noções claras, e circunstanciadas do estado da Fazenda Pública de cada uma das províncias deste Império". Insiste ainda na qualidade desigual das informações que chegam ao Tesouro, "merecendo entre as juntas de fazenda particular elogio a da província de Minas Gerais, pelas Tabelas, que tem mandado". Esse exemplo motivaria o ministro

---

[398] Heinrich HANDELMANN, *História do Brasil*, 4.ed., Belo Horizonte, São Paulo, Ed. Itatiaia, Editora da Universidade de São Paulo, 1982, pp.202-4 apud Adalton Francioso DINIZ, "O pomo da discórdia. A distribuição dos recursos fiscais paulistas sob o Império" in: *Anais do VII Congresso Brasileiro de História Econômica e 7ª Conferência Internacional de História de Empresas*, Conservatória (RJ), ABPHE, 2005, p.5

[399] O título de 1º Marquês de Baependi lhe é conferido em 12/10/1826 (Carlos G. RHEINGANTZ, *Titulares do Império*, Rio de Janeiro, Ministério da Justiça e Negócios Interiores / Arquivo Nacional, 1960).

a expedir uma ordem circular para as diversas juntas, contendo "formulários de tabelas, feitas à imitação das de Minas Gerais, para mais claro conhecimento de todos os artigos de renda e de despesa de cada uma das províncias".[400]

Muitas medidas foram tomadas no sentido de especificar métodos e rotinas gerais às juntas das diversas províncias, todavia, quase uma década depois, outro mineiro, por sinal um inimigo político do Marquês de Baependi, também 'aquela altura na condição de ministro e Secretário de Estado dos negócios da fazenda, assinalava o mesmo problema. Segundo Bernardo Pereira de Vasconcelos:

> (...) a exata arrecadação, fiel distribuição, e vigilante fiscalização das rendas públicas, se não estabelecesse uma escrituração, e contabilidade sistemática, precisa, e uniforme para todo o Império, acabando com a arbitrariedade dos métodos adotados por cada Junta de Fazenda, e até por cada empregado. Para este efeito, apropriando os princípios da escrituração dobrada a todos os objetos que assim podem ser tratados e aplicando a escrituração simples àqueles que de outro modo não podem ser levados, formei um corpo de instruções, fixei nele o numero de livros principais e auxiliares para o Tesouro e Tesourarias, determinei todas as relações deste, e destas, prescrevi a marcha fácil, mas segura, das entradas e saídas dos cofres, acompanhado tudo de modelos, de forma que a par do preceito acham os empregados subalternos a maneira prática, e ficam inibidos de introduzir arbitrárias irregularidade debaixo do pretexto de responsabilidade e de empatar, a titulo de fórmulas, com delongas ociosas o pronto expediente das partes.[401]

O problema central acabava por ser mesmo o da indefinição nas receitas entre o que tocava ao Império e o que caberia às províncias e, junto disto, a própria incapacidade do governo central de produzir um orçamento geral para o império. Em 1830, Felisberto Caldeira Brant, Marquês de Barbacena, outro dos ministros da fazenda mineiro, insiste nesse problema, criticando "a falta de informações e elementos exatos" nos orçamentos e ao fato de que as rendas do Tesouro Público "todas são indiretas".[402]

Ainda que limitada, uma primeira tentativa de discriminação das rendas ocorre na especificação das receitas e despesas presente na lei de orçamento para o

---

[400] *Exposição do Estado da Fazenda Pública*, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1823, p.3.
[401] *Relatório, apresentado à Câmara dos Senhores Deputados pelo Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios da Fazenda, Bernardo Pereira de Vasconcellos na sessão de 1832*, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1832, pp.33-4.
[402] *Relatório do Ministro, e Secretário d'Estado dos Negócios da Fazenda na Sessão de 15 de maio de 1830*, Rio de Janeiro, Typographia Imperial e Nacional, 1830, p.4.

exercício de 1831. A lei de 24 de outubro de 1832, por sua vez, vai tentar produzir um controle maior das finanças provinciais, a partir da atribuição por parte da Assembléia Geral das receitas de que poderia dispor cada presidente de província, cabendo aos Conselhos Gerais, a fixação das receitas e despesas.[403] Francisco Iglésias observa acerca desse ponto:

> A questão das finanças, gerais ou provinciais, dependia do legislador imperial. Os Conselheiros Gerais das Províncias faziam o orçamento, que, remetido ao Ministério da Fazenda, era por este encaminhado à Assembléia, que resolvia e formava orçamentos parciais por Províncias. Assim, receita e despesa gerais, confundiam-se com receita e despesa provinciais, em quadro amplo e obscuro.[404]

É muito embora só com o Ato Adicional de 12 de agosto de 1834, que cria as Assembléias Legislativas das províncias em substituição aos Conselhos Gerais, que vai se avançar nessa questão, criando-se bases para a discriminação dessas esferas. Explicitando que compete às assembléias legislar "sobre a fixação das despesas municipais e provinciais, e os impostos para elas necessários, contanto que estes não prejudiquem as imposições gerais do estado" (excluem-se aí, por exemplo, os impostos sobre importação) [405], o Ato Adicional confere, nesta e em outras medidas, autonomia até então inédita às províncias, que em parte, não especificamente nessa questão orçamentária, seria retirada com a Lei de Interpretação do Ato Adicional, de 12 de maio de 1840.

O tema da separação das receitas vai ser revisto e acrescido em outras peças mais, como a lei de 8 de outubro de 1833 ou a de 3 de outubro de 1834, mas é a de 31 de outubro de 1835 que estabelece uma discriminação alentada e mais precisa nas rendas que constituiriam a receita geral, reservando, por exclusão, o restante a arrecadação às províncias. Tal contexto, não obstante, vai se definindo um conflito entre o governo geral e as províncias no que diz respeito à distribuição de recursos. Se antes cabia ao Tesouro Público a incerteza de transferências das sobras das juntas da fazenda provinciais, depois de pagas todas as despesas, agora se reforça um quadro no qual dependiam as províncias dos suprimentos que até o exercício de

---

[403] Adalton Francioso DINIZ, "O pomo da discórdia...", pp.5-6; Francisco IGLÉSIAS, *Política Econômica do Governo Provincial Mineiro (1835-1889)*, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro, 1958, p.174.
[404] Francisco IGLÉSIAS, *Política Econômica* ..., p.186.
[405] Ato adicional, de 12 de agosto de 1834.

1844-5 lhes eram fornecidos pelo governo central.[406] Novamente, na análise de Francisco Iglésias, "talvez se pudesse ver nessa prática outra forma de domínio da política centralizadora: em lugar de resolver o problema por lei, com a atribuição clara de rendas mais consideráveis, o governo geral adotava a prática de fazer concessões. No dizer dos críticos exaltados de então, a unidade arruinada era socorrida pelo poder que a arruinava".[407]

Especificamente em relação à organização fazendária, é fundamental observar as mudanças que vão se processar a partir da lei de 4 de outubro de 1831, que cria o Tribunal do Tesouro Público Nacional e as Tesourarias Provinciais, e extingue o Tesouro Nacional e o Conselho da Fazenda, bem como as juntas em cada província. Trata-se da instrução específica que deu cumprimento ao artigo 170 da Constituição do Império de 1824, que dispunha que:

> A receita, e despesa da Fazenda Nacional será encarregada a um Tribunal, debaixo de nome de Tesouro Nacional, aonde em diversas Estações, devidamente estabelecidas por Lei, se regulará a sua administração, arrecadação e contabilidade, em recíproca correspondência com as Tesourarias, e Autoridades das Províncias do Império.[408]

A permanência do modelo colonial na administração das finanças provinciais acumulava críticas tanto no âmbito geral quanto nas províncias. Neste sentido, as novas regras para o funcionamento da administração fazendária, desde 1824 à espera de regulamentação específica, geravam grande expectativa. No caso de Minas Gerais, o presidente Manoel Inácio de Mello e Souza, em seu relatório de 1831 ao Conselho Geral da Província insiste que há tempo já se reconhecia como "defeituosa" a administração da fazenda provincial. Não obstante, questiona se a lei de 4 de outubro daquele ano teria adequados efeitos em Minas dado o tamanho e multiplicidade de seu território:

> (...) a sua reforma [a da lei de 4 de outubro de 1831] quando executada mostrará se uma só administração pode conseguir bons efeitos em tão extensa Província, ou se a divisão em seções se faz

---

[406] Adalton Francioso DINIZ, "O pomo da discórdia...", p.8; Francisco IGLÉSIAS, *Política Econômica...*, p.186.
[407] Francisco IGLÉSIAS, *Política Econômica...*, p.188.
[408] Constituição do Império, 1824.

> indispensável, como reconheceu o Conselho Geral na sessão de 1829.[409]

Tal ordem de reflexão esposa um dos argumentos centrais que perpassa o presente trabalho, qual seja, o da diferenciação progressiva dos espaços regionais nas Minas, com implicações de ordem econômica, mas também política, cultural, etc. Demonstrando, ademais, como essa percepção já tinha lugar e devida expressão na administração provincial àquela altura. A leitura experiente de Manuel Inácio de Melo e Souza, que antes de ocupar lugar no senado como representante de Minas, havia sido ouvidor da comarca do Rio das Mortes e subseqüentemente membro da primeira Junta Governativa Provisória, membro do Conselho Geral, deputado na Assembleia Geral e Presidente da Província, justifica bem esse questionamento. Fato é que no ano seguinte, a junta já funcionava tal qual prevista, de forma centralizada, e a contento pelo que se depreende do novo relatório apresentado pelo presidente da província.

> Desde o dia 16 de agosto do corrente ano, se acha instalada a Tesouraria Provincial, na forma da Lei de 4 de outubro de 1831, e tendo volvido o espaço de mais de três meses de ensaio, a experiência mostra quão sábia foi a providência da Lei, quando efetuou a um só empregado responsável o expediente de negócios, que demandam um pronto despacho, e que outrora eram demorados em prejuízo da fazenda pública e das partes.[410]

O principal ponto a arrancar elogios, não obstante, diz respeito à simplificação do expediente no órgão, que ao suprimir a mesa diretiva era capaz de dar resposta mais ligeira à tarefas cotidianas. As tesourarias, a cargo da "administração, arrecadação, distribuição, contabilidade, e fiscalização de todas as rendas públicas da província", eram compostas segundo o artigo 46 da lei, por "um inspetor de fazenda, um contador, um procurador fiscal". Esses dois últimos, não obstante, teriam somente voto consultivo em relação aos despachos do inspetor, que por sua vez, prestava diretamente contas ao Tribunal do Tesouro Nacional.[411]

Um duplo movimento pode ser percebido nessa reorganização, ainda que seja claro o sentido de centralização das decisões junto ao poder central. O que se vê é que as tesourarias têm uma autonomia mais restrita em relação às anteriores juntas da

---

[409] "Relatórios ao Conselho Geral da Província (1828-1833)", *RAPM*, (17) 1912, p.111.
[410] *Idem*, p.123.
[411] José Bellens de ALMEIDA, *Histórico dos thesourarias de fazenda e delegacias fiscaes*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1922, p.32.

fazenda, uma vez que, por exemplo, não podem fazer nenhuma outra despesa à exceção das determinadas por lei via Tribunal do Tesouro, salvo casos extraordinários em que deliberasse o presidente da província ante o seu conselho geral, dando conta imediata e assumindo a responsabilidade perante o Ministro da Fazenda e Presidente do Tesouro.[412] Da mesma forma, as arrematações de contratos "de receita ou de despesa pública da província", que antes se votavam nas juntas da fazenda, não poderiam agora ser ultimados sem a aprovação do presidente da província ante o seu conselho geral.[413] Mas, por outro lado, não é ocioso destacar que a intenção de descentralizar a jurisdição contenciosa que acabou por se concentrar no Conselho da Fazenda depois da instituição deste no Rio de Janeiro. No artigo 90 da lei fica clara essa noção:

> Fica extinto o atual Erário, e o Conselho da Fazenda. As justificações, que até agora se faziam neste tribunal, serão feitas perante os juízes territoriais, com audiência do procurador fiscal; e as sentenças que nele se proferirem a favor dos justificantes serão sempre apeladas *ex-officio* para a Relação do distrito, sob pena de nulidade.[414]

Além dos três funcionários principais referenciados acima, encarregados efetivamente da direção do órgão, compunham as Tesourarias Provinciais mais uns tantos empregados distribuídos entre: uma secretaria, uma contadoria e uma tesouraria. Eram estes, no caso específico de Minas, pelo que fica estabelecido na Ordem do Tesouro Público Nacional n.º 602 de 12 de outubro de 1833, haveria: na Contadoria 1 oficial maior, 4 primeiros escriturários, 6 segundos e 4 terceiros; na Secretaria, 1 oficial maior, 2 oficiais e 2 amanuenses; e na Tesouraria, 1 tesoureiro, 2 ajudantes, 1 porteiro, 2 contínuos e 1 cartonário.[415]

O texto da lei de criação das tesourarias provinciais era também taxativo quanto às habilidades necessárias para o serviço nessas repartições:

> Não se admitirá d'ora em diante para o serviço da Fazenda pessoa alguma, senão por concurso, em que se verifique que o pretendente tem os princípios de gramática da língua nacional, e da escrituração por partidas dobradas, e cálculo mercantil, unindo a isto boa letra, boa

---

[412] "Lei de 4 de outubro de 1831", artigo 48 in: José Bellens de ALMEIDA, *Histórico...,* p.32.
[413] "Lei de 4 de outubro de 1831", artigo 56, *Idem*, p.33
[414] "Lei de 4 de outubro de 1831", artigo 90, *Idem*, p.39
[415] *Idem*, pp.47-49.

> conduta moral, e idade de vinte e um anos para cima. Os casados, em igualdade de circunstâncias, serão preferidos aos solteiros.[416]

Os salários de cada funcionário foram regulados pela lei, com diferenças estabelecidas entre as diversas províncias, dizendo respeito tanto à receita geral de cada uma, e nisto a importância específica da tesouraria, quanto a conjunturas políticas mais específicas, o que ajuda a explicar, por exemplo, a importância conferida no contexto regencial ao controle das rendas da província do Rio Grande do Sul. Os inspetores venderiam assim 3:000$000 réis na província do Rio de Janeiro; 2:400$ na Bahia, Pernambuco e Maranhão; 2:000$ em Minas Gerais, Rio Grande do Sul, São Paulo e Pará; 1:200$ em Santa Catarina, Alagoas, Paraíba e Ceará; e 800$ nas demais. Completando o quadro de interesse especial do presente trabalho, caberia, especificamente em Minas Gerais, ao contador 1:200$, e ao procurador fiscal 800$.[417] Ainda que nominalmente esses valores fossem superiores aos praticados no período colonial, se calculados com base em uma unidade monetária mais estável, como a libra esterlina, obtém-se um valor inferior aos salários antes praticados, particularmente se tomado o exemplo de Minas, que tinha remunerações das mais elevadas dentro da América portuguesa. Comparando assim o salário mais alto na Junta da Real Fazenda em Minas, 1:200$ para o contador, com o mais alto na Tesouraria Provincial, 2:000$ para o inspetor, e sabendo que, por exemplo, em 1808, a média anual do câmbio de mil-réis era 72 pences, e que em 1831 era de apenas 25, temos um salário de pouco mais de 360 libras para o contador da Junta em 1808 e de 312 libras e 120 pences para o Tesoureiro em 1831.[418]

Finalmente, cumpre mencionar um outro órgão no sentido de completar o desenho geral das instâncias responsáveis pela administração fazendária na capitania ou província de Minas Gerais entre a segunda metade do século XVIII e a primeira do XIX. Trata-se da Mesa das Rendas Provinciais. Ante o disposto na lei nº 99 de 31 de outubro de 1835,[419] que discrimina rendas gerais e das províncias, apresentando uma extensa lista dos tributos que caberiam ao governo central, encabeçada pelos

---

[416] "Lei de 4 de outubro de 1831", artigo 96, pp.39-40.
[417] "Lei de 4 de outubro de 1831", artigos 79 a 81, *Idem*, p.37.
[418] IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, *Estatísticas Históricas do Brasil*, 2.ed., Rio de Janeiro, 1990. [Não é ocioso lembrar, visto que em uns tantos trabalhos essas conversões costumam apresentar resultados equivocados, que na correspondência pence/mil-réis, deve-se levar em conta que 1 libra esterlina a esta época, se dividia em 20 xelins, sendo que cada xelin se dividia em 12 pences. Desta forma: 1 libra esterlina = 20 xelins = 240 pences.]
[419] Cf. Aliomar BALEEIRO, *Direito Tributário Brasileiro*, Rio de Janeiro, Forense, 1986.

direitos sobre importação, e legando às províncias basicamente o que não estava regulado, como já se referiu acima, passariam as tesourarias provinciais a cuidar diretamente das rendas gerais, cabendo a cada província a função de instalar repartição específica voltadas para a arrecadação, administração e contabilidade das rendas que lhes eram próprias. Neste sentido, de acordo que expõe Francisco Iglésias, seria instalada em 1º de julho de 1837 uma mesa a cuidar das rendas provinciais mineiras, funcionando enquanto uma seção da Tesouraria Provincial, até que em 1843 passa a se organizar como repartição independente, com o título de Mesa das Rendas Provinciais. O órgão, no entanto, seria extinto alguns anos mais tarde, sendo que na década de 1760 já se divisa suas funções concentradas novamente na Tesouraria Provincial.[420]

[420] Francisco IGLÉSIAS, *Política Econômica...*, p.182.

Capítulo 6. A percepção das Minas: fazenda, economia, elites e política

6.1. Um segmento particular da elite política e econômica mineira: os agentes da fazenda, suas trajetórias e inter-relações no período

O terremoto que na Lisboa de 1755 ceifou vidas, derrubou moradas, palácios e igrejas, revolveu o chão a ponto de deixar mesmo a mostra traços do passado romano do sítio, e ainda por cima levantou ondas que do Tejo avançaram com violência sobre a baixa, marca como nenhum outro evento o século XVIII português. Ecoa mesmo em lembrança e advertência incômoda até o presente sempre que algum leve abalo se sente no peito ou balança folhas de papel por sobre a mesa dos lisboetas. Das diversas dimensões investigativas possíveis ao evento, há uma pouco visitada e que serve para iniciar a análise que aqui se propõe. O terremoto foi responsável por levar a ruína não só edifícios, mas muitos do que tinham suas posses concentradas nas áreas destruídas. A tragédia pessoal abre espaço à criatividade e ao caso de Bartolomeu Carrasco, à tentativa de vender o Hábito da Ordem de Cristo por ele herdado e que ainda sequer havia professado, o que justifica sem meias palavras:

> E por ficar pela ocasião do terremoto totalmente na última miséria sem bem algum e com dívidas, desejava se lhe concedesse faculdade para renunciar a dita mercê do Hábito da Ordem de Cristo e os doze mil reis de tensa efetiva a ele pertencentes na pessoa que lhe parecesse para assim remir de alguma sorte as vexações que experimentava.[421]

Este hábito, originalmente concedido a Antonio Prestes por conta de seus serviços militares à Coroa, legado depois de sua morte em 1725 a sua mulher Vitória Nunes, que por sua vez passou para o referido Bartolomeu Carrasco, recebe autorização de Sua Majestade em 26 de outubro de 1759 para ser transferido (em termos mais claros vendido) a alguém apto a pagar bom preço. No caso, quem iria remir as vexações do Carrasco era um rico comerciante residente nas Minas Gerais: Afonso Dias Pereira.[422]

Por cerca de trinta anos, desde sua criação no começo da década de 1770, Afonso Dias Pereira ocupou o posto de tesoureiro da Junta da Real Fazenda em

---

[421] ANTT, Habilitações da Ordem de Cristo, Afonso Dias Pereira, maço 13, nº 6.
[422] *Idem*.

Minas. Não só sua muito longa permanência nesse exercício, mas também seu percurso até assumir o cargo diz muito sobre a Junta e sobre os homens a quem cabia a administração da fazenda nas Minas, substantivamente a partir do período pombalino.

Afonso Dias Pereira era natural de Trás-os-Montes, nordeste de Portugal, região que junto do Minho, também ao norte, concentra a maior parte dos que imigraram para Minas no século XVIII. Especificamente, nasceu o futuro tesoureiro da Junta da Real Fazenda no lugar de Reboreda, freguesia de Santa Maria do Salto, termo da Vila de Monte Alegre, comarca de Bragança. Filho de Sebastião Dias Pereira e Antonia Dias, eram também seus pais e avós naturais da mesma comarca de Bragança, 'a exceção do avô materno, Domingos de Abreu Magalhães, da comarca de Guimarães, no Minho. Afonso se criou e viveu aí, até cerca de vinte e poucos anos, em algum momento da década de 1730, quando foi para Minas, viver na companhia de seu irmão, João Dias Pereira, ao que consta "fugido dos estudos em que andava na sua terra por causa de algumas discórdias que nela teve".[423] Este seu irmão, por sua vez, também saíra fugido do Reino, por conta de haver desonrado uma moça solteira, filha de Manuel Pereira, morgado da Quinta do Rato. A presença desse filho ilegítimo em seu passado atrapalhou, mas não o impediu de se habilitar como familiar do Santo Ofício em 1753.[424] João Dias Pereira era na Vila Rica da década de 1730, momento do fausto barroco cantado no Triunfo Eucarístico,[425] um negociante de grosso trato, com lojas com seus caixeiros e lavras de ouro. Afonso foi admitido nos negócios do irmão, situado no morro de Padre Faria em Vila Rica, onde residiria até o fim da vida, sendo que ao início assistiu em sua loja de fazendas secas, cuidando logo depois de viajar regularmente para o Rio de Janeiro para comprar sortimento para a loja. Este trajeto o fez ingressar também no comércio de negros para as Minas. Seus primeiros anos assistindo na loja de fazendas secas que tomou em sociedade com o irmão, geraram-lhe certo empecilho no processo de habilitação para receber o hábito da Ordem de Cristo. Persistia aos olhos dos encarregados do processo a dúvida do "defeito mecânico", ainda que uns tantos comerciantes de

---

[423] *Idem*.
[424] ANTT, Habilitações do Santo Ofício, João Dias Pereira, maço 100, diligência 1666.
[425] Simão Ferreira MACHADO, *Triunfo Eucarístico* in: Affonso ÁVILA, *Resíduos seiscentistas em Minas: textos do seculo do ouro e as projeções do mundo barroco*, Belo Horizonte, Centro de Estudos Mineiros / UFMG, 1967. [2 vols.]

grosso trato de Lisboa, ouvidos no processo por terem vivido em Minas e por lá o conhecido, não tivessem dúvida em atestar houve sempre nesse tempo caixeiros e outros companheiros que se ocupavam do trato cotidiano. Tal nuvem se dissipou, não obstante, com nova artimanha. Não bastasse o que já havia gastado Afonso remindo as vexações do Carrasco, oferecia agora "uma certidão junta do Governador das Minas por que constava ter metido na Casa da Fundição de Vila Rica, doze arrobas e tantos marcos de ouro, e como pela nova lei, semelhante serviço era despachável esperava o suplicante a remuneração dele na graça da dispensa para com maior fervor se empregar nele". Dito e feito, a 27 de agosto de 1760 julgavam-no habilitado para entrar na Ordem. [426]

Afonso Dias Pereira era assim ao começo da década de 1760 um próspero negociante, com experiência e múltiplos contatos no trato, há muito estabelecido nas Minas e galardoado com um dos símbolos superiores de distinção social naquele universo. Seu nome não foi logo cogitado, todavia, para compor a Junta. Em 1766, quando da ordem inicial para a criação da repartição nas Minas, o governador Luís Diogo Lobo da Silva recebeu da câmara da cidade de Mariana uma lista com três sugestões de nomes para ocupar o cargo que ainda ia descrito como "Tesoureiro da Provedoria da Real Fazenda". Descartando dois dos propostos, apresenta ao Rei o nome de João Lopes Veloso para o cargo. Quando da instalação efetiva da Junta, em carta ao Rei datada de 1773, comunicaria o novo governador das Minas, D. José Luís de Meneses, Conde de Valadares, que estando o dito João Lopes Veloso já fora da capitania ao tempo em que lhe chegou a ordem, outro fora escolhido para o cargo, já estando este em pleno exercício. Coube a posição de Tesoureiro Geral ao Capitão Afonso Dias Pereira, "pessoa de muito crédito, verdade, e honra".[427]

A este momento, e desde a década de 1760, detinha o título de capitão da companhia de ordenança de pé do distrito de São João da Barra. Algum tempo depois de ser investido no cargo de Tesoureiro Geral, entretanto, passa das companhias de ordenança para a tropa de linha, e já aparece em destacada posição na hierarquia militar da capitania: coronel do 1º Regimento de Cavalaria Auxiliar de Vila Rica. Seria reformado de seu posto em 1800. Em 1804, nas listas populacionais

[426] ANTT, Habilitações da Ordem de Cristo, Afonso Dias Pereira, maço 13, nº 6.
[427] AHU, Minas Gerais, cx.104, doc.24.

de Vila Rica, o antigo tesoureiro geral da Junta da Fazenda aparece como um dos seus três habitantes centenários, residindo ainda no morro de Padre Faria, com quatro escravos.[428]

Muito poderia ser dito acerca da importância das patentes militares enquanto elemento de distinção no antigo regime português, e com particular força ao contexto das Minas setecentistas. Fatores variados contribuiriam para a importância desse traço nas Minas (bem como em algumas outras partes do Império), nas quais se evocam, por exemplo, os direitos da "conquista" do sertão pelos antigos povoadores e os próprios conflitos dos primeiros tempos, fazendo com que o poder militar ganhasse destaque imediato na segmentação social e no reconhecimento ante a Coroa. Some-se a isto a preocupação recorrente com o controle do território e combate aos descaminhos do ouro, sendo desde sempre, e em particular na segunda metade do século XVIII, expressivos os gastos com a folha militar. O evento central a ser destacado aí é a reforma empreendida pelo governador D. Antonio de Noronha a partir de 1775, na qual cria o regimento regular e os auxiliares de cavalaria, suprimindo as anteriores companhias de dragões, definindo a partir de então perfil eminentemente mais profissional às forças militares na capitania.

A importância jogada por essas patentes militares na capitania pode ser resumida, não obstante, na idéia de que, por muito tempo, era esta a única instância no aparato do Estado português estabelecido em Minas que permitia a ascensão progressiva das elites locais, o que se dava se não independente mas ao menos paralelamente à regulação total da Coroa. Obviamente deveriam ser confirmadas as patentes dos oficiais, mas não se trata de estrutura tão centralizada como a que se verificava nos ofícios superiores da justiça, por exemplo, que eram sempre providos pela metrópole com o acesso controlado pela formação em Coimbra e a leitura dos bacharéis no Desembargo do Paço. Isto ajuda a compreender como, tal qual o pertencimento a uma das prestigiadas ordens terceiras, a obtenção de um hábito de uma das ordens militares, a de Cristo especialmente, e a inserção em uma companhia militar, de linha ou de ordenanças, era traço recorrente na trajetória dos indivíduos

[428] AHU, Minas Gerais, cx. 75, doc. 40; cx. 112, doc. 12; cx. 120, doc. 47; cx. 153, doc. 27. / Herculano Gomes MATHIAS, *Um recenseamento na Capitania de Minas Gerais, Vila Rica – 1804*, Rio de Janeiro, 1969, p.183.

que, nascidos em Minas ou vindos para cá, efetivamente se inseriram e permaneceram entre a elite local. Século XIX adentro a guarda nacional assumiria papel equivalente às ordenanças em certos espaços, especialmente no quadro do poder local de base rural, mas obviamente já dentro de um contexto em que as possibilidades de ascensão e distinção acessíveis às elites econômicas eram muito mais variadas.

Os postos militares teriam posição determinante na trajetória de outro dos indivíduos importantes à história fazendária na capitania. Trata-se de Francisco Antonio Rebelo, natural de Póvoa de Lanhoso, no Minho, que veio para Vila Rica provavelmente ao começo da década de 1750, "remetido para casa de Antônio José Freire que servia de escrivão da ouvidoria daquela comarca, em cujo ofício entrara logo a servir por ajudante juramentado e depois servira este mesmo provisoriamente e outros mais semelhantes a este".[429] Antônio José Freire de Souza era, por sua vez, escrivão da ouvidoria de Vila Rica já à década de 1730, permanecendo como serventuário deste ofício pertencente ao santista Alexandre de Gusmão até ao menos o começo da década de 1750, quando deve ter se dado a vinda a Minas de Francisco Antonio Rebelo como seu ajudante.[430] Fato é que Francisco Antonio Rebelo já ao começo da década de 1760 recebia a mercê do hábito da Ordem de Cristo por ter feito entrar na casa de fundição oito arrobas, três oitavas e trinta e seis grão de ouro, entre 1757 e 1758. O impedimento escavado pela Mesa da Consciência e Ordens relativo à avó materna ser de "segunda condição", atrasou o fim do processo, que se estendeu de 1761 até 1763, com resultado final que propunha o pagamento de 200$000 réis a título de donativo para esse tribunal para dispensá-lo do entrave.[431] Poucos anos depois pediria ainda a mercê de outro hábito da mesma ordem com a faculdade de poder renunciar a ela (em benefício de outrem obviamente), uma vez

---

[429] ANTT, Habilitações da Ordem de Cristo, Francisco Antonio Rebelo, maço 11, nº 4 [É necessário consultar também o maço 6, nº 14, pois partes do processo de habilitação de Francisco Antonio Rebelo se encontram aí inseridas. Isto deve ter se dado por conta de alguma vicissitude na organização dos documentos, que remonta ainda o século XVIII ou XIX, quando da costura original dos maços, e que não foi possível no presente explicar].

[430] AHU, Minas Gerais, cx.25, doc.26; cx.29, doc.4; cx.42, doc.9; cx.52, doc.13; cx.51, doc.11; cx.56, doc.6; cx.58, doc.69.

[431] ANTT, Habilitações da Ordem de Cristo, Francisco Antonio Rebelo, maço 11, nº 4 e maço 6, nº 14.

que fez entra na casa de fundição outra vez grande quantidade de ouro para ser quintado, mais de 11 arrobas.[432]

Francisco Antonio Rebelo desempenharia função central nos primeiros anos da Junta da Real Fazenda em Minas, no tempo de Luís Diogo Lobo da Silva como governador, ainda quando o novo órgão vivia sua transição desde a Provedoria da Fazenda, estando não só as funções, mas também os quadros ainda um tanto indefinidos. Em carta de 1766 a Sebastião José de Carvalho e Melo o governador de Minas dá cumprimento às ordens recebidas no ano anterior acerca da criação da junta e informa que nomeou

> Escrivão para o mesmo expediente Francisco Antonio Rebelo, pessoa também pratica, e de bom procedimento, que serviu nesta vila ofício tal não só de justiça, como de fazenda, estabelecendo-lhe ordenado de seiscentos mil réis, unido à pratica do Rio de Janeiro, e por ter este ofício e outros emolimentos, me parece não devia exceder neste aquele ordenado que pratiquei no sobredito ofício de contador [um conto de réis].[433]

Tendo escrito um texto precioso na compilação das contas da fazenda de Minas desde seus primeiros anos, o "Erário Régio de Sua Majestade Fidelíssima"[434], cumprindo função de fonte privilegiada de informações a outras memórias escritas sobre a capitania, como a *Geografia Histórica* de José Joaquim da Rocha, à época do aparecimento do texto, 1768, o autor já sustenta também o título de contador da repartição.[435] Na estruturação definitiva do órgão, não obstante, o antigo contador/escrivão seria preterido em função do envido por ordem direta do Erário Régio de pessoa com experiência, qualificação e treinamento específico na função, Carlos José da Silva. Sendo a partir daí efetivamente fundidos os dois ofícios. Francisco Antônio Rebelo perde assim a posição na Junta, mas seria recolocado pouco depois em funções que chamariam destaque especificamente à sua trajetória como militar. Ao começo da década de 1760 aparece como capitão das Companhias

---

[432] AHU, Minas Gerais, cx.90, doc.18.
[433] AHU, Minas Gerais, cx.88, doc.56.
[434] Francisco Antonio REBELO, *Erario regio de Francisco A. Rebelo, 1768*. Editado por Tarquínio José Barbosa de OLIVEIRA, Brasília, Escola de Administração Fazendária, 1976.
[435] Originalmente Luís Diogo Lobo da Silva designou para o cargo de contador Manuel Rodrigues Abrantes (AHU, Minas Gerais, cx.88, doc.56); todavia parece que este se viu depois de algum tempo impedido de continuar em suas funções, no que contribuíram as denuncias que contra ele disparou em abril de 1768 Antonio de Souza Mesquita, antigo tesoureiro da Casa de Fundição de Vila Rica (AHU, Minas Gerais, cx.92, doc.54).

da Ordenança da Cavalaria da freguesia de Santo António da Casa Branca, sendo que no final já detinha o posto de sargento-mor da Cavalaria Ligeira Auxiliar do Regimento de Vila Rica. No governo de D. Antônio de Noronha, o responsável pela reorganização das forças militares na capitania, como já dito, ser-lhe-ia concedido o importante cargo de seu ajudante de ordens. A este tempo já era capitão da 3ª Companhia do Regimento Auxiliar de Cavalaria de Minas. Obtém licença para ir ao Reino tratar de assuntos particulares e lá mesmo, em 1787, é condecorado com a patente de tenente coronel de cavalaria com o manutenção do mesmo ofício de ajudante de ordens. Já de volta a Minas desempenha papel importante na repressão à Inconfidência enquanto braço direito de Luís Antônio Furtado de Mendonça, o Visconde de Barbacena, sendo mesmo o encarregado de levar à presença de Sua Majestade, em 1790, os autos da devassa já realizada em Minas. Desta função resulta a promoção para o posto de "coronel de cavalaria com o mesmo exercício de ajudante de ordens e com praça assentada na Primeira Plana da Corte, para ser conservado no mesmo posto de coronel com o seu correspondente soldo quando voltar a este Reino".[436] Mais tarde, em 1800, já perto do fim da vida, seu nome proposto ao secretario de Estado D. Rodrigo de Sousa Coutinho, pelo governador de Minas Bernardo José de Lorena, para o posto de brigadeiro na 1ª Plana da Corte.[437]

Também com trajetória militar, mas no caso muito mais em função de um desdobramento de seu prestígio social do que como uma carreira em si, outro nome fundamental à história que aqui se quer contar é o de Carlos José da Silva, o escrivão da Junta que se efetiva a partir de 1773. Tal qual Francisco Antonio Rebelo, Carlos José da Silva se tornaria aliado de primeira hora do Visconde de Barbacena no que diz respeito ao desbaratamento da Inconfidência Mineira, articulando em especial a proteção ao seu compadre Inácio Correia Pamplona, que junto de Joaquim Silvério dos Reis foi um dos denunciantes da sedição. Note-se inclusive que a condecoração do posto de coronel recebida por Francisco Antonio Rebelo é de setembro de 1790 e que logo no mês seguinte Carlos José da Silva em consideração aos seus serviços, "muito especialmente os particulares, de que tem sido encarregado, e que me são

---

[436] AHU, Minas Gerais, cx.135, doc.28.
[437] Francisco Antonio REBELO, *Erario régio...*, pp. 89-95; AHU, Minas Gerais, cx.93, doc.33; cx.119, doc.46; cx.114, doc.5; cx.135, doc.28; cx.154, doc.69; cx.78, doc.92.

presentes", recebe uma pensão de 400$000 réis para se repartirem por sua mulher e filhas, com sobrevivência de uma para outra.[438]

Deve-se, por seu turno, a lealdade de Carlos José da Silva não só à sua dedicação ao cargo de escrivão, que não raro o colocava em posição de conflito em relação aos titulares de contratos de rendas régias na capitania, mas especialmente ao risco que correu sua cabeça, como revela a denúncia de Joaquim Silvério dos Reis, que qualifica que depois da do governador, também "se cortaria a cabeça do ouvidor atual, Pedro José Araújo (de Saldanha), seguindo-se a do escrivão da Junta Carlos José da Silva, e a do Ajudante de Ordens Antonio Xavier de Resende, e que, se o Intendente Francisco Gregório Pires Bandeira os não quisesse seguir, que também se lhe cortaria a cabeça, sem embargo de ser ele, dito Gonzaga, muito amigo do dito Bandeira".[439]

Não é nada ocioso reparar que, de todos os deputados da Junta o único nome que não é aí citado é o de Afonso Dias Pereira. Não é possível especular a partir da documentação por mim compulsada muito mais do que o fato de que, ainda que Afonso Dias Pereira e Carlos José da Silva fossem cada um por seu turno os elementos centrais e as figuras de continuidade na Junta, e tivessem posição coincidente na maior parte das deliberações, a posição do primeiro era não só mais contundente, quanto mais radical que a do segundo. Para além disto, é interessante anotar que à figura do tesoureiro geral o atributo central de sua função era em boa medida sua posição econômica e o crédito de que gozava entre os (outros) homens de negócio, da mesma forma que se dava com o cargo de provedor, sendo, ao contrário, a função de escrivão eminentemente mais técnica, uma vez que era ele quem deveria ser o detentor principal dos conhecimentos de escrituração contábil fundamentais à organização moderna do órgão fazendário.

---

[438] ANTT, Ministério do Reino – Decretos, pasta 46, nº 147. Vale acrescentar que Francisco Antonio Rebelo segue para Lisboa em 18 de março de 1790 de posse de uma cópia (a cargo de Carlos José) da devassa realizada em Minas. O documento é entregue a Martinho de Melo e Castro em 28 de junho, sendo submetido aos outros ministros e à Rainha. A nau Golfinho, na qual retorna, zarpa do Tejo, entretanto, só em 30 de outubro, altura em que já estaria possivelmente de posse de seu despacho para a posto de Coronel e mesmo, eventualmente, do documento relativo à pensão concedida a Carlos José da Silva. (ADIM, vol.1, p.327 - nota nº 1).

[439] ADIM, vol. 4, p.26.

A trajetória de Carlos José da Silva é singular e, se a de Afonso Dias Pereira traduz essa articulação do mundo dos negócios com a função pública à frente dos assuntos da fazenda, a sua revela o quanto o edifício da reestruturação dos contos do Reino empreendido por Pombal implicava em privilegiar o conhecimento como chave para aquele exercício, reforçando os traços de uma burocracia solidamente estabelecida.

Bem se vê isto nas circunstâncias de sua indicação para o cargo. Deixando clara sua insatisfação com o não cumprimento efetivo das orientações anteriormente passadas no sentido de se organizar uma Junta da Fazenda em Minas, D. José I em carta régia de 7 de setembro de 1771, dirigida ao governador da capitania, o Conde de Valadares, expõe que com o fim de "evitar as perniciosas conseqüências que têm resultado da defeituosa forma com que se tem administrado a Minha Real Fazenda nessa capitania, não tendo bastado todas as providências e instruções que até agora tenho mandado expedir a este respeito pelo Meu Real Erário onde se tem recebido as informes certidões dos rendimentos e despesas anuais dessa capitania sem a necessária especificação indicada nas referidas instruções de sorte que não logram todos os úteis fins a que dirigi aquele estabelecimento". Explicita na seqüência como seria composta a junta, sendo que todos os deputados teriam "assento igual e voto nos assuntos que ali se tratarem". Esclarece que o tesoureiro geral a ser escolhido em Minas, haveria de ter toda a "inteligência, probidade e fidelidade, e muito abono" e que, por outro lado, o escrivão ele, o Rei, pessoalmente se encarregaria de nomear.[440]

As instruções que às Minas haviam sido enviadas e não observadas até então foram elaboradas, ainda segundo esclarece a carta régia, pela Contadoria Geral da relação do Rio de Janeiro, da África Oriental, e da Ásia portuguesa, cujo titular era Luís José de Brito, desde sua fundação. Sob sua supervisão direta foi admitido na função de segundo escriturário em 1763 Carlos José da Silva. Algum tempo depois, em 1767, já sabedor das minúcias de seu ofício e do funcionamento específico do órgão, é despachado para a função escriturário contador à Junta da Fazenda do Rio de Janeiro que àquele ano se estabelecia.[441] Ia ele acompanhando um escrivão e outro escriturário. Volvidos alguns anos e já reguladas as confusões iniciais que também a

[440] AHU, Minas Gerais, cx.101, doc.37.
[441] AHTC, Erário Régio, livro 461, p.15 e livro 4068, p.62.

Junta do Rio enfrentou com a anterior Provedoria, segundo narrativa do Marquês de Lavradio em carta ao Conde da Cunha[442], Carlos José seria o escolhido então para a função principal na Junta de Minas que se queria ver definitivamente instalada.[443]

Nascido em 1741, na freguesia de São Nicolau, na Baixa, em Lisboa, quando segue para o Brasil, em 1767, tem não mais que 26 anos de idade. Logo no ano seguinte, ainda em seu tempo como escriturário da Junta da Fazenda no Rio de Janeiro, contrai núpcias com Inácia Rosa Angélica, natural da freguesia da Candelária, com quem viria a ter sete filhos. Sua esposa falece em 1790 e ele se casa novamente com Maria Angélica de Sá, com quem tem outros cinco filhos mais, dentre eles Francisco Teodoro da Silva, mais tarde agraciado com o título de Barão de Pouso Alto. Tanto nos seus casamentos quanto nos apadrinhamentos e casamentos dos filhos vai se acentuando uma rede de relações de compadrio e parentais com importantes famílias do sul de Minas.[444]

Os postos militares que ocupa ao longo da vida representam, como se mencionou acima, muito mais o papel de extensão das distinções sociais próprias daquele universo do que uma carreira em si. Caberia a ele por muitos anos o posto de coronel do 3º Regimento de Cavalaria Auxiliar de Vila Rica, transitando para o 1º Regimento depois que é reformado no comando deste seu colega na Junta da Fazenda, Afonso Dias Pereira.[445] Também ele pôde ostentar o hábito da Ordem de Cristo, recorrendo ao expediente corrente dentre os homens de muitas posses nas Minas para obtê-lo. Fazendo entrar mais de oito arrobas de ouro para ser quintado na Casa de Fundição de Vila Rica entre 1772 e 1773, requere algum tempo depois o dito hábito. Só muito mais tarde, entretanto, é que lhe seria concedia a mercê, por decreto de outubro de 1798.[446] Não consta justificativa da demora, mas fato é que depois do decreto, o processo de sua habilitação se dá com ligeireza. Logo em fevereiro de 1799 tudo se resolve, sendo ele dispensado de todas as provas de costume e autorizado a receber o hábito.[447] O exame das datas sugere, não obstante, uma

---

[442] Luiz de Almeida Soares Portugal Alarcão Eça Melo Silva e Mascarenhas, Marques do LAVRADIO, *Cartas do Rio de Janeiro: 1769-1776*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1975, p.21.
[443] AHTC, Erário Régio, livro 4068, p.62.
[444] Rui Vieira da CUNHA, "Um servidor do Real Erário", *Revista da ASBRAP*, nº 3, 1996.
[445] AHU, Minas Gerais, cx.125, doc.21; cx.142, doc.1; cx.149, doc.12; cx.153, doc.27.
[446] ANTT, Ministério do Reino – Decretos, pasta 60, nº 36.
[447] ANTT, Habilitações da Ordem de Cristo, Carlos José da Silva, maço 10, nº 19.

informação interessante. A certidão inclusa em sua petição original do hábito revela que as mais de 8 arrobas de ouro foram em seu nome introduzidas na Casa de Fundição entre 8 de maio de 1772 e 12 de fevereiro de 1773. A primeira data é o registro mais recuado da presença de Carlos José da Silva em Minas, ou seja, logo em seu primeiro ano na capitania, depois de ter deixado o Rio, já reuniria o escrivão da Junta recursos de monta. Considerando que o, já nada desprezível, salário anual do escrivão da junta era de 1:200$000 réis, e que a quantidade de ouro que ele fez quintar no intervalo alcança quase cinco contos de réis, há aí espaço para se considerar quão lucrativo tendiam a ser esses principais ofícios da fazenda para além da remuneração oficial.

A imagem que mais facilmente se desdobra do acompanhamento da atuação de Carlos José da Silva como escrivão da Junta da Fazenda em Minas é a de um funcionário dedicado, cumpridor atento das determinações régias ainda que na verificação direta das condições de implementação destas na realidade concreta da capitania. Este trânsito nem sempre deve ter sido tranqüilo, legando-lhe desafetos e inimigos, ainda que em meio a teias de aliados e favorecidos. Esses contratempos, obviamente, não estariam circunscritos ao momento da Inconfidência, quando correu risco sua cabeça. Ainda em 1788, escreve ele uma carta (um tanto enigmática) a Martinho de Melo e Castro pedindo sua proteção[448], e em 1792 encaminha um requerimento ao Erário para seu regresso ao Reino. Neste documento, solicita a liberação para voltar à Corte e a mercê de ser "admitido no exercício do Erário com o mesmo ordenado que atualmente vence". É ainda curioso notar que no seu texto revela o conhecimento nada trivial da realidade de outras capitanias, ao insistir a seu favor que a mesma mercê havia sido concedida "a outros em iguais circunstâncias, como a Manuel Rodrigues da Costa, escrivão que foi da Junta da Fazenda de Goiás que se lhe concedeu o mesmo ordenado que tinha de 1:000$000 réis e a José da Silva que serviu o mesmo emprego no Maranhão com o de 800$000 réis".[449] O pedido não resultou. O destino de Carlos José da Silva haveria de ser a permanência nas Minas, como deputado e à frente da contadoria da Junta.

---

[448] AHU, Minas Gerais, cx.129, doc.37.
[449] AHTC, Erário Régio, livro 4068, pp.62-3.

Nas listagens populacionais de 1804 aparece, já com 63 anos, o Coronel Carlos José da Silva, ainda como escrivão, com sua segunda esposa, cinco de seus filhos, três agregados e 17 escravos.[450] Residia com sua família em um sobrado situado na praça principal de Vila Rica, na esquina pelo lado de Antonio Dias e fazendo divisa com o que à época era o Hospital Real.[451] Ali, ao que parece, terminou seus dias, falecendo em 1808.

Dentre os cargos fundamentais à administração fazendária da capitania no período é inescapável a menção aos intendentes do ouro. O cargo é criado juntamente com a instalação das Casas de Fundição e a reforma na tributação do ouro empreendida em 1750. Enquanto titulares dessas repartições eram obviamente figuras centrais centro da estratégia de controle na arrecadação das rendas do ouro, própria razão de existir das Minas no quadro do império luso. Há que se anotar, não obstante, que ainda que se explicite aqui a importância da função no plano econômico, se trata de um cargo da magistratura. Sua função precípua, para além de efetivamente administrar as casas de fundição, era dar curso jurídico a tudo que dissesse respeito à cobrança dos quintos e repressão aos descaminhos do metal. O titular da Casa de Fundição de Vila Rica tinha precedência sobre as demais casas de fundição da capitania, sendo que nas outras, via de regra, acumulavam-se mesmo os cargos de intendente e ouvidor da comarca. Após a criação da Junta da Fazenda o intendente geral da fundição de Vila Rica passa a ter dentre suas funções um lugar de deputado nessa. Ainda que não havendo uma subordinação formal das instâncias, pode-se perceber como a partir daí passa a haver uma instância senão de controle, ao menos de conferência às casas de fundição, uma vez que era a Junta que respondia perante o Erário acerca dos valores arrecadados no quinto.

Alguns magistrados ocuparam o posto por intervalo maior do que o usual, mas não há casos de permanências tão longas e, neste sentido, determinantes mesmo da organização da Junta, como no caso das figuras do tesoureiro geral e do escrivão, já abordadas acima. Por conta disto, mais importante que descrever uma trajetória em

---

[450] Herculano Gomes MATHIAS, *Um recenseamento...*, p.4.
[451] Tombamento de 1809 in: Salomão de VASCONCELOS, "Como nasceu Ouro Preto – sua formação cadastral desde 1712", *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.º 12: 172-232, 1955, p.230.

específico, faz-se importante uma identificação dos traços gerais que aproximam os diversos ocupantes do posto, essencialmente à segunda metade do século XVIII.

Dentro do mundo luso de então, há na carreira jurídica um verdadeiro aprendizado do império. Da formação comum na Universidade de Coimbra, passando pela porta única de acesso do exame de admissão aos lugares de letras, a "leitura de bacharéis", mas especialmente na própria forma como a carreira incluía em sua progressão passagens pelo Reino e pelas colônias. Diversos autores têm recentemente apontado essas questões, que se tornam particularmente evidentes quando se recolhe séries de dados amplas, como bem é o caso das pesquisas de José Subtil.[452] No caso dos intendentes da Casa de Fundição de Vila Rica há uma coincidência na trajetória de vários dos ocupantes do cargo que ajuda a situar o posto dentro da hierarquia da magistratura portuguesa. Depois da formação em Coimbra e da leitura no Paço, era comum a experiência de alguns anos como juiz de fora, ou outra função de menos destaque em uma das comarcas do Reino, sendo bem avaliado no desempenho de suas funções, antes de merecer a designação para o posto de intendente. Tal é o caso, por exemplo de Casimiro Teixeira Machado, juiz de fora em Aldeia Galega e Torres Vedras; Francisco José Pinto de Mendonça, juiz de fora em Vila de Caia e na cidade do Porto, chegando mesmo a ser ouvidor no Porto antes de ir para Minas; José João Teixeira Coelho, juiz de fora em Vila do Conde; ou Francisco Gregório Pires Monteiro Bandeira, juiz de fora em Vila Golegã.[453] Mais determinante no posicionamento hierárquico do cargo de intendente do ouro em Vila Rica e verificar o destino dos ocupantes do cargo. Dos nove indivíduos que serviram na posição durante a segunda metade do século XVIII, cinco receberam após sua estada em Minas a nomeação como Desembargador da Relação e Casa do Porto, era eles Francisco José Pinto de Mendonça, José João Teixeira Coelho, Francisco Gregório Pires Monteiro Bandeira, José Caetano César Manitti, Antônio de Brito Amorim. Mais que isto, estes cinco foram exatamente os que continuaram a progredir na magistratura após ocupar o cargo de intendente do ouro e a distinção

---

[452] Ver especialmente: José Manuel SUBTIL, *O desembargo do Paço: 1750-1833*, Lisboa, Universidade Autónoma, 1996.

[453] ANTT, Habilitações da Ordem de Cristo: Casimiro Teixeira Machado, maço 1, nº 9; José João Teixeira, maço 48, nº 19; Francisco Gregório Pires Monteiro Bandeira, maço 25, nº 92 / Leitura de Bacharéis: maço 11, nº 24 / Registro Geral de Mercês: D. João V, lv.34, fl.402; D. João V, lv.21, fl.407; D. José I, lv.16, fl.282; D. José I, lv.28, fl.95.

comum que lhes coube foi a nomeação como Desembargador da Relação do Porto. Três deles, Francisco José Pinto de Mendonça, Francisco Gregório Pires Monteiro Bandeira e José Caetano César Manitti, alcançariam ainda posições mais elevadas, como desembargadores da Casa da Suplicação.[454]

Desses nove indivíduos que serviram na posição de intendente na segunda metade do século XVIII, somente um não era português. O mineiro Bernardino José de Sena e Freitas era natural de Guarapiranga, tendo passado ao Reino para prosseguir seus estudos, de onde seguiu para Coimbra e depois de ler no Paço serve como Provedor da Vila de Tomar antes de voltar a sua terra de nascimento, como intendente do ouro. Sua família resume um dos perfis típicos da antiga nobreza da terra nas Minas. O pai, Capitão Martinho Freitas de Guimarães, português vindo do norte, estabeleceu-se em Minas ainda na sua juventude, vivendo como homem de negócios. Casa-se com Dona Francisca Tereza de Jesus, mineira, filha de pai português e mãe baiana, estabelecidos nas Minas aos primeiros tempos da expansão aurífera e recebe em dote ricas lavras minerais, abandonando assim o comércio em função da mineração.[455]

Outro nome que se pode destacar antes de se avançar é o do intendente Casimiro Teixeira Machado. Exerceria o cargo de intendente por dois períodos, entre 1756 e 1763 e entre 1765 e 1767, falecendo no cargo deixando órfãos três filhos. Seu substituto, José João Teixeira Coelho só chega em 1768, na companhia do novo governador, o Conde de Valadares. Sua trajetória é interessante, não obstante, por se distanciar do exemplo de outros mais intendentes que eram no mais das vezes indivíduos de famílias que "sempre viveram na lei da nobreza", como bem se rastreia nos processos de habilitação para a Ordem de Cristo. A habilitação de Casimiro Teixeira Machado se estende entre 1753 e 1755, com impedimentos tanto da parte dos avós maternos quanto paternos: por conta de "o avô materno haver sido alabardeiro e depois estalajadeiro e contratador da lama, [a] avó materna vendeira de fruta, depois, tendeira, e ultimamente estalajadeira, [e] os avós paternos pessoas de segunda condição". A concessão do hábito havia se dado, não obstante, por despacho

[454] Além de parte do citado na nota anterior, acrescente-se: ANTT, Habilitações da Ordem de Cristo: José Caetano César Manitti, maço 67, nº 48 / Registro Geral de Mercês: D. José I, lv.16, fls.282-282v.; D. Maria I, lv.29, fl.302; D. João VI, lv.9, fl.332; D. João VI, lv.6, fl.242.
[455] ANTT, Habilitações da Ordem de Cristo, Bernardino José de Sena e Freitas, maço 9, nº 1.

do Conde de Oeiras que atende a consideração de Casemiro de que assim se pratica "com os outros ministros que vão para o ultramar", feita logo após sua nomeação para o cargo de intendente. Insistindo neste ponto desde o começo do processo, enquanto ainda se achava em Portugal, acaba por receber a dispensa dos ditos impedimentos dois anos depois.[456]

Seria possível, na mesma linha de análise, percorrer a trajetória de outro dos cargos que tinha lugar na mesa dos deputados da Junta da Fazenda, o de ouvidor geral da comarca de Ouro Preto, enquanto Juiz dos Feitos da Fazenda. Mas vale dizer que muito do que se conjeturou acerca do grupo dos intendentes pode-se reproduzir ao dos ouvidores. Em particular a leitura do destino comum dos que continuavam a progredir na carreira após o exercício do cargo em Minas. Vários, ao longo de todo o século XVIII, seriam nomeados para a posição de desembargador na Relação do Porto e por vezes à Casa da Suplicação.

Esta investigação dos nomes principais que se prendem à Junta da Fazenda mineira tem de incluir, todavia, o nome de alguém que mesmo não estando em Minas seria o interlocutor mais direto e dos mais perspicazes aos despachos e pareceres dados pelo órgão. Trata-se de um dos contadores gerais do Erário Régio, especificamente o titular da contadoria relativa à relação do Rio de Janeiro, da África Oriental, e da Ásia portuguesa. Luís José de Brito, já referenciado acima, foi o responsável por treinar a Carlos José da Silva na escrituração dos livros do Erário, possivelmente indicando seu nome para a Junta do Rio e mais tarde para o cargo de escrivão na Junta de Minas. Seria um dos homem de sua confiança e, tal qual ele próprio na sua contadoria geral em Lisboa, também permaneceria à frente do cargo por década a fio, até a velhice, robustecendo traço substantivo da continuidade na burocracia das finanças no mundo luso.

O fundamental, não obstante, é uma questão em paralelo. Se por um lado fazia sentido, dentro da engenharia da reestruturação das finanças públicas portuguesas empreendida por Sebastião José de Carvalho e Melo, observar que não atendia o escrivão na junta precocemente aprontada nas Minas às exigências modernas da escrituração contábil fundamentais ao Erário, e designar assim alguém

[456] ANTT, Habilitações da Ordem de Cristo, Casimiro Teixeira Machado, maço 1, nº 9.

vindo do Reino com formação técnica adequada para assumir o posto, como bem foi o caso de Carlos José da Silva. Por outro, fazia também sentido que o titular da contadoria geral encarregada do controle da área mais rica do Império, literalmente a galinha dos ovos dourados de El Rei, possuísse para além do conhecimento técnico pretendido, também o conhecimento efetivo de Minas Gerais e das peculiaridades daquele contexto. A primeira exigência só se podia atender àquele momento no contexto português a partir da recorrência a um experimentado homem de negócio; já a segunda, acompanhando a tendência de que pouco a pouco ia se apresentando em relação à administração do ultramar, podia se dar com a recorrência a um natural do país, como foi o caso do santista Alexandre de Gusmão, secretário privado de D. João V e negociador do Tratado de Madrid, ou ao menos por alguém com permanência efetiva naquele espaço, como se deu em outros tantos casos, por exemplo, na nomeação de Luís Diogo Lobo da Silva para o Conselho Ultramarino depois de seu tempo como governador em Minas. Sem dúvida, a favor de Luís José de Brito, pesava tanto a coincidência de ser, segundo Jacome Ratton, um dos poucos negociantes do Reino acostumados ao tempo à contabilidade por partidas dobradas, o que o habilitada a uma daquelas posições chaves na fundação do Erário, quanto o fato de ser natural de Minas Gerais, aproximando-o especificamente da contadoria de deveria se haver com o controle da fazenda nessa região do Império.

Luís José de Brito era natural da freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, Vila Rica. No seu processo de habilitação para a Ordem de Cristo consta que seu pai, José Correia de Andrade, natural do Porto, fora cirurgião na vila e que além do ofício mecânico do pai, ainda que fosse grande sua reputação, pesava também contra sua habilitação as dúvidas sobre a naturalidade de seu avô materno e o fato de ser sua mãe de segunda condição.

O processo se inicia em janeiro de 1765 e em outubro o solicitante, do alto de seu posto no Erário, reclama da lentidão, pedido a dispensa de mais certidões para abreviar o processo, particularmente porque esta "tem causado ao seu crédito grave prejuízo pelas conjecturas que na demora de semelhante dependência podem ocorrer a muitos e principalmente aos que pelos mesmos serviços forma deferidos com

semelhante graça de que tem a honra de se utilizar a muito tempo". No Início do ano seguinte as dispensas se efetivam e o lançamento do hábito lhe é autorizado.[457]

Consta que ainda em Minas vai acumular recursos como negociante de diamantes.[458] Sua ascensão se dá na associação com negociantes estrangeiros, o mesmo que também se deu com José Rodrigues Bandeira, que foi primeiro provedor da Junta do Comércio, e Antonio Caetano Ferreira, outro dos contadores gerais do Erário. Estes eram os protagonistas portugueses, tal qual Luís José de Brito, das três casas de negócio multinacionais citadas por Ratton em suas memórias: "Bandeira e Bacigalupo", "Ferreira e Bom", "Emeretz e Brito".[459]

Logo na fundação o Erário ocupa o posto de contador geral, sendo provido a 11 de janeiro de 1762, mesmo dia da posse de Sebastião José de Carvalho e Melo como inspetor geral de outros mais nas principais funções da instituição.[460] Ao início do século seguinte ainda estava diante do posto, havendo permanecido cerca de quarenta anos na função. Mesmo que não me tenha sido possível localizar a data exata em que se afasta da contadoria, há como asseverar, com base em despachos ou relações por ele assinados enquanto contador geral, que ainda exercia a função em 1801.[461]

Entre as mercês e cargos que acumularia ao longo de sua trajetória está o ofício de escrivão das entradas do ouro na Casa da Moeda de Lisboa, por alvará de 1780,[462] e o cargo de diretor da Real Fábrica de Sedas.[463] Aos seus primeiro anos no Erário residia na Rua de Nossa Senhora dos Prazeres, freguesia de Santa Isabel em Lisboa,[464] depois à Rua da Cruz dos Poais na freguesia das Mercês, sendo que na década de 1780, constrói para si uma imponente residência, que ainda hoje se destaca

---

[457] ANTT, Habilitações da Ordem de Cristo, Luís José de Brito, maço 7, nº 5.
[458] *Idem*.
[459] "A fora estes se não conhecia nenhum nacional, que tivesse prática da escrituração dos livros em partidas dobradas, nem que fosse versado no conhecimento dos pesos, medidas, e moedas estrangeiras, dos câmbios e suas combinações; porque os Jorges, Palyarts, Despies, Vanzelleres, Crammer, Vanpraetz, Clamouses, todos eram filhos de pais estrangeiros que os haviam mandado educar fora" [Jácome RATTON, *Recordações de Jacome Ratton sobre as ocorrências do seu tempo, de Maio de 1747 a Setembro de 1810*, 2. ed., Coimbra: Imprensa da Universidade, 1920, pp.190-1].
[460] AHTC, Erário Régio, livro 461, p. 3.
[461] ACM, Livro 1048 – Registro Geral (1785-1802), p.223-v.
[462] ANTT, Registro Geral de Mercês, D. Maria I, Livro 9(2), p.323.
[463] Rita Martins de SOUSA, *Moeda e Metais Preciosos no Portugal Setecentista (1688-1797)*, Lisboa, INCM, 2006, p.49-n.
[464] ANTT, Habilitações da Ordem de Cristo, Luís José de Brito, maço 7, nº 5.

como a principal construção no largo do Rato em Lisboa. Havendo desempenhado a função de tesoureiro da superintendência das obras das águas livres sem remuneração, requere com sucesso tempos depois em pagamento as casas e quintal onde habitava o mestre da Real Fábrica de Louça ao Rato, local em que se edifica o palácio para onde em 1785 se muda com sua mulher D. Helena Vitória Pinto de Mercês Sarmento e sues irmãos Plácido Antonio Correia de Brito, D. Josefa Luísa de Brito e D. Inês Perpétua de Brito. Falecido em 1804, a viúva, com três filhas solteiras, viu-se em dificuldades financeiras e em 1805 o palácio já estava alugado à marquesa viúva de Castelo-Melhor, que para lá se mudou com seus quatro filhos, seu capelão privativo e mais vinte e um criados.[465]

Os primeiros anos do século XIX — voltando agora a atenção novamente ao contexto específico das Minas — traria a tarefa de substituir o titular da contadoria da Junta da Real Fazenda. Considerando-se que também a tesouraria geral havia ficado por quase todo o período também na mão do mesmo indivíduo, o desafio que se apresentava à época, os primeiros anos do século XIX, era o da recomposição da junta em suas funções principais, escrivão e tesoureiro geral, em momento em que já não era mais possível culpar o contrabando pela retração da tributação do ouro, sendo então explícito e flagrante o problema da decadência. Some-se a isto as transformações no quadro geral das idéias dentro do mundo português que (re)colocavam na ordem do dia o projeto de um império luso-brasileiro, por um lado, e dramatizavam a posição de Portugal ante o contexto econômico e também político do continente europeu, por outro, e tem-se um cenário no qual a redefinição do perfil da Junta incluía em alguma medida a responsabilidade de pensar a economia mineira no quadro do império, e a ela oferecer soluções.

Em agosto de 1803 decide-se em Lisboa na Contadoria Geral da relação do Rio de Janeiro, da África Oriental, e da Ásia portuguesa, por meio de um concurso, aberto por edital de 14 de junho, o lugar de escrivão na Junta de Minas, do qual há

---

[465] Gustavo de Matos SEQUEIRA, *Depois do terramoto: subsídios para a história dos bairros ocidentais de Lisboa*, Lisboa, Academia das Sciências, 1916, vol.3, pp.394-5. [Estas informações precisas sobre a história do que hoje é conhecido como Palácio da Praia, no Rato, sede do Partido Socialista Português, resultam da gentileza de Tiago Reis Miranda que em resposta à minha inquietação inicial sobre o prédio perseguiu o tema e enviou-me cópias digitalizadas de algumas obras raras com referências ao edifício e a Luís José de Brito. Fica registrado então o meu mais sincero agradecimento.]

notícia circunstanciada dos candidatos que se apresentaram.[466] A preocupação central na avaliação dos pretendentes pela Contadoria pesa sobre o nível técnico e a experiência nos assuntos da fazenda, não obstante, a escolha final para o ocupante do cargo acaba por refletir provavelmente a vontade política do presidente demissionário do Erário, D. Rodrigo de Souza Coutinho, em um de seus atos finais, uma vez que seu pedido de demissão é finalmente aceito em 31 de agosto de 1803.[467]

São cinco os que requereram inscrição no concurso. O primeiro, que seguia no documento da contadoria como o principal indicado, era João Vicente da Fonseca, então escrivão da Junta da Fazenda de São Paulo e com passagem anterior por aquela contadoria na condição de terceiro escriturário. Concorria na sua pessoa "inteligência, inteireza e zelo pelo Real Serviço" e experiência em questões específicas de suma importância para as Minas, como a administração dos contratos, sendo que até então havia se portado nesses assuntos de forma "incorruptível e sem condescendências". Um fator adicional é, por fim, destacado como algo raro de encontrar dentre os oficiais do Erário e que, portanto, contribuía para sua candidatura. Trata-se do interesse por permanecer na colônia e não de regressar para o Erário com "graduações e ordenados grandes". Eram também candidatos outros dois oficiais do Erário, praticantes do número na Contadoria Geral das Províncias, um deles com experiência anterior na Junta da Fazenda da Ilha da Madeira e o outro sem "nenhuma prática dos negócios do ultramar", mas ainda assim, ambos, sem o quanto bastaria para exercer um lugar com a importância do que pretendiam. Havia ainda um "aulista aprovado", que obviamente "não está[va] ainda nas circunstâncias de pretender semelhantes lugares" e um natural da terra, José Eloi Otoni, "que suposto seja um homem hábil nas suas profissões, não tem os requisitos dos Estudos da Aula do Comércio, e do exercício em qualquer repartição da Fazenda, como se faz preciso", sendo que este parecer bem coloca o quão distante a administração das finanças no Reino e no ultramar já estavam àquele momento consolidadamente distantes de uma condução amadora para a qual a posição de bacharel em Coimbra haveria de ser sempre o bastante a qualquer cargo que se pretendesse.

---

[466] AHTC, Erário Régio, livro 4047, pp. 93-5.
[467] Mário Pinho da CRUZ (coord.), *Dos Secretários de Estado dos Negócios da Fazenda aos Ministros das Finanças, 1788-2006 - Uma Iconografia*, Lisboa, Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública, 2006.

A explicitação da Aula do Comércio como condição ao acesso a determinadas posições nas casa de negócio ou cargos na administração fazendária estaria explicitada no texto da Lei de 30 de agosto de 1770, na qual se lê:

> "10.º Para mais proteger e animar a Aula do Comércio e a aplicação com os praticantes dela se devem cada dia fazer mais aptos e capazes de servirem ao público, removendo a ignorância e a ociosidade que são as raízes dos vícios: Mando que nas Contadorias da Minha Real Fazenda não possam entrar de novo para oficiais outras algumas pessoas que não sejam os referidos aulistas aprovados. O mesmo se observará nos provimentos dos escrivães da décima desta Cidade e seu termo, pelo que pertence aos lugares que suceder vagarem de futuro.
>
> 11.º Ordeno que o mesmo se observe nas serventias de todos os ofícios da administração e arrecadação da Minha Real Fazenda."[468]

Subindo essa avaliação dos candidatos para despacho da presidência do Erário em 18 de agosto de 1803, a escolha final não recairia entretanto sobre nenhum desses nomes. Para o cargo foi nomeado, por decreto passado no mês seguinte, o mineiro Manuel Jacinto Nogueira da Gama, amigo pessoal e homem de confiança de D. Rodrigo de Souza Coutinho. Recuperar a trajetória desse que vem a ser o substituto de Carlos José da Silva e vários mais tarde, após a independência, Secretário de Estado dos negócios da fazenda presidente do Tesouro Público, para além de conselheiro de Estado, deputado e senador do império, com destacada ação no primeiro reinado, é iluminar a passagem fundamental perseguida neste texto. Manuel Jacinto Nogueira da Gama, futuro Marquês de Baependi, espelha em seu percurso, tanto como outro de seus amigos próximos, José Bonifácio de Andrada, a forma pela qual as idéias da chamada geração de 1790, na consagrada expressão de Kenneth Maxwell,[469] ultrapassam a efetivação do império luso-brasileiro e alcançam a própria conformação do Estado nacional brasileiro. Por se tratar de uma figura de transição, espelha também, como nenhum outro, como, na medida em que se subverte o pacto colonial a partir da vinda da corte para o Brasil, desloca-se a centralidade da junta da fazenda na condução dos assuntos econômicos das Minas, produzindo-se um novo espaço de decisão, cada vez mais diretamente buscado e

---

[468] Lei de 30/08/1770 apud Mario C. AZEVEDO, *A aula do Comércio, primeiro estabelecimento de ensino técnico profissional oficialmente criado no mundo*, Lisboa, Edição da Escola Comercial Ferreira Borges, 1961, p.16.

[469] Kenneth MAXWELL, "A geração de 1790 e a idéia do império luso-brasileiro" in: *Chocolate, piratas e outros malandros: ensaios tropicais*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1999.

ocupado pela elite política mineira, no Rio de Janeiro sede da corte portuguesa no ultramar e, ainda mais contundentemente, no Rio de Janeiro capital do império do Brasil.

Manuel Jacinto Nogueira da Gama nasceu em São João del Rey no dia 8 de setembro de 1765. Seu pai, Nicolau Antonio Nogueira transfere-se do Reino para esta vila em 1753, esposando D. Ana Joaquina de Almeida e Gama, o que lhe insere em uma das mais distintas famílias da terra. José Basílio da Gama, celebre autor do poema *O Uruguai* e oficial na Secretaria de Estados dos Negócios do Reino entre 1775 e 1795,[470] é que dá notícias precisas da ascendência virtuosa dos Gama que se radicam em Minas em seu pedido de Justificação de Nobreza, que algum tempo depois seria reeditado, alcançando igual sucesso, no pedido feito por dois de seus sobrinhos, os irmãos Antonio Joaquim e Manuel Jacinto Nogueira da Gama.[471]

São esses dois irmãos, filhos mais velhos de Nicolau Antonio, mandados pelo pai para estudar em Portugal. Enredado porém em dívidas com a Real Fazenda, por conta de ser fiador de um arrematante de dízimos inadimplente, o auxílio financeiro do pai logo se interrompeu e, segundo a informação de Justiniano José da Rocha em sua *Biografia do Marquês de Baependi*, este teve em Lisboa de trabalhar como copista de partituras musicais, e depois em Coimbra, dando aulas particulares aos seus colegas.[472] Será aluno nas faculdade de Filosofia e de Matemática da Universidade de Coimbra e concluídos esses cursos ainda freqüenta o primeiro e o

---

[470] ANTT, Ministério do Reino, Registro de Contas (SR), livros 305 e 306.

[471] ANTT, Feitos Findos, Justificações de Nobreza, Antonio Joaquim da Gama e Manuel Jacinto Nogueira da Gama (1798). / Pedro CALMON, *História de Minas e "Memórias" de Nogueira da Gama*, Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, INL, 1985, pp.10-1.

[472] Justiniano José da ROCHA, *Biographia de Manoel Jacintho Nogueira da Gama, Marquez de Baependy, escripta e offerecida á sua illustre familia por Justiniano José da Rocha*, Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1851, p.8; Pedro CALMON, *História de Minas...*, p.19; e Sebastião Augusto SISSON, *Galeria dos brasileiros ilustres [1859]*, Brasília, Senado Federal, 1999, vol.1, p.235.

A principal referência biográfica de Manuel Jacinto Nogueira da Gama é mesmo o escrito de 20 páginas de Justiniano José da Rocha, publicado em 1851, 4 anos após a morte do marquês, acrescido de alguns documentos importantes para a compreensão de usa trajetória, em partircular em relação à administração da fazenda. As páginas abertamente elogiosas a ele dedicadas por Sebastião Augusto Sisson alguns anos depois bebem diretamente, como que literalmente, na biografia de Justiniano José da Rocha. Já o escrito citado de Pedro Calmon, recupera elementos biográficos importantes de Manuel Jacinto, mas dedica-se especialmente à trajetória de Nicolau Antonio Nogueira Vale da Gama (autor das "memórias" publicadas na integra no livro), que viria a ter o título de Visconde de Nogueira da Gama, e que foi sobrinho de Manuel Jacinto e antepassado direto do próprio Pedro Calmon.

segundo ano da Faculdade de Medicina antes de em novembro de 1791 ser nomeado lente substituto de matemática da Academia Real da Marinha em Lisboa, posto que exerce até 1801.[473] Para além do desenvolvimento na matemática data daí sua aproximação dos temas econômicos, que tinham tradicionalmente lugar cativo nas academias da Marinha. Prossegue desde então na carreira militar. Em 1793 é promovido a 1º tenente da Marinha, em 1796 a capitão-tenente e em 1798 a capitão-de-fragata.[474] Já no Brasil, seria promovido a tenente coronel (1802) e coronel do corpo de engenheiros (1808). Em 1818 é nomeado brigadeiro graduado, efetivando-se no posto em 1819 e reformando-se mais tarde, 1822, como marechal de campo. Acrescente-se que foi também entre 1811 e 1821 um dos diretores da Academia Militar.[475]

Recebe em 1795 o hábito de São Bento de Avis, sendo-lhe este lançado na igreja do Real mosteiro das comendadeiras de Nossa Senhora da Encarnação, em Lisboa, a 20 de novembro.[476] Data dos anos seguintes sua aproximação de D. Rodrigo de Souza Coutinho, que chegava de Turim e assumia a Secretaria da Marinha e dos Negócios Ultramarinos em 1796 por conta da morte de Martinho de Melo e Castro. Com D. Rodrigo, que lhe seria protetor e amigo próximo, passa a fazer parte de um círculo no qual se materializava a expressão mais bem acabada da ilustração portuguesa do período, aproximando as letras, as ciências e a ação política reformista, e no qual contavam-se com destaque os nomes de alguns tantos brasileiros, atraídos não ao acaso, mas em consonância com a particular percepção de D. Rodrigo de sua função e dos destinos do Reino.

Um dos núcleos desse cultivo das luzes era a Tipografia Calcográfica, Tipoplástica e Literária do Arco do Cego, confiada pelo ministro à direção de frei José Mariano da Conceição Veloso, outro mineiro, nascido em São José del Rey, a qual cabia a missão de se publicar obras destinadas à divulgação da ciência das luzes, com destaque à agricultura e com certa convicção utilitarista da importância da história natural. O projeto editorial que ali toma corpo a partir de 1799, início das

---

[473] Sebastião Augusto SISSON, *Galeria...*, vol.1, p.235.
[474] *Idem*, p.237.
[475] Pedro CALMON, *História de Minas...*, p.36.
[476] ANTT, Habilitações da Ordem de Avis, Manuel Jacinto Nogueira da Gama (maço 1, nº 17) e Ordem de Avis, Papéis diversos, Manuel Jacinto Nogueira da Gama (maço 3, nº 33).

atividades da tipografia, diferenciava, todavia, das memórias publicadas pela Academia Real de Ciências, direcionadas especificamente para a elite, por conta de incorporarem um caráter pedagógico e prático, visando público que incluía pequenos proprietários, agricultores e artesãos.[477] Conforma-se especificamente um desdobramento da obra organizada pelo próprio José Mariano da Conceição Veloso, na organização de *O Fazendeiro do Brasil – Cultivador*, que teve seu primeiro volume impresso antes da Tipografia abrir suas portas, em 1798, e o último dos dez no ano de 1806, bem depois do encerramento de suas atividades.[478]

Publicava-se assim o que de mais útil houvesse ao fazendeiro do Brasil, mas não somente. São impressas numerosas traduções de obras estrangeiras, como também memórias originais, sendo tanto em um campo quanto em outro reunidas as contribuições de uma constelação de brasileiros que orbitavam nesse universo da ilustração portuguesa de fins do Dezoito. Anotem-se, por exemplo, os nomes de José Feliciano Fernandes Pinheiro, futuro Visconde de São Leopoldo, a quem coube o tema da cultura americana, Antonio Carlos Ribeiro de Andrade, que traduziu do inglês as *Considerações sobre o comércio do açúcar*, Antonio José Vieira, que traduziu o tratado sobre doenças dos climas quentes de Dezille, bem como, entre outros mais colaboradores, o próprio Manuel Jacinto, que já havia traduzido as reflexões sobre o cálculo infinitesimal de Carnot e a teoria das funções analíticas de La Grange[479], e redigido memórias sobre o cultivo de alguns gêneros, como da canela do Ceilão.[480]

A Casa Literária do Arco do Cego, teve vida curta, ainda que intensa, suas atividades são interrompidas em 1801 sendo sua estrutura e materiais incorporados à

---

[477] Andrée MANSUY-DINIZ SILVA, *Portrait d'un homme d'Étad: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares: 1755-1812*, Lisboa-Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 2006, vol.2, p.122.

[479] Pedro CALMON, *História de Minas...*, pp.19 e 20.

[480] A BNRJ em sua coleção de obras raras possui exemplares de algumas dessas obras. Cite-se: Manuel Jacinto Nogueira da GAMA, *Memoria sobre o loureiro cinnamomo vulgo canaleira de Ceylão... composta por Manoel Jacinto Nogueira Gama... para acompanhar a remessa das plantas, que pelas reaes ordens vão ser transportadas ao Brasil (com huma estampa)*, Lisboa, Officina Patriarcal, 1797; Lazare Nicolas Marguerite CARNOT, *Reflexões sobre a metaphysica do calculo infinitesimal por Carnot... publicadas em Pariz no anno de 1797... traduzidas no Francez por Manoel Jacinto Nogueira da Gama...*, Lisboa, Offic. de João Procopio Correa da Silva, 1798; Joseph-Louis LA GRANGE, *Theorica das funções analyticas, que contém os principios do cálculo differencial... por M. La Grange... traduzida do francês por Manoel Jacinto Nogueira da Gama...*, Lisboa, Off. de João Procopio Correa da Silva, 1798.

Imprensa Régia. Frei José Mariano da Conceição Veloso seria nomeado membro da Junta Administrativa, Econômica e Literária da Imprensa Régia. Cuidou D. Rodrigo, não obstante, de prover alguns dos brasileiros ali empenhados em cargos ao outro lado do Atlântico, coube assim, por exemplo, a Fernandes Pinheiro a posição de juiz de alfândegas no Rio Grande do Sul, a Antonio Carlos o de escrivão da ouvidoria de São Paulo, e a Manuel Jacinto o de secretário do governo da capitania de Minas Gerais acumulando a função com a de inspetor geral das nitreiras e da fábrica de pólvora.[481] Este não segue logo para Minas, entretanto. Tal qual outro de seus amigos naquele tempo, o mineiro Manuel Ferreira da Câmara, nomeado em 1800 intendente geral das Minas, mas que só passa a exercer suas funções em 1807, tratando de assuntos particulares na Bahia nesse entremeio, Manuel Jacinto vai ainda ficar em Lisboa, só partindo para Minas em 1804, já a esta altura dispensado da função de secretario do governo da capitania, função que nunca chegou a exercer, e provido como escrivão da Junta da Real Fazenda.[482]

Nesse meio tempo, uma das funções que desempenha é a de assistente no laboratório da Casa da Moeda e em seu curso docimástico do intendente geral das minas e metais do Reino, José Bonifácio de Andrada, outro (junto com Manuel Ferreira da Câmara) dos enviados por Luís Pinto de Souza Coutinho em 1790 a uma viagem de estudos mineralógicos por partes distintas da Europa.[483] Manuel Jacinto esteve a este tempo também, sem vencimentos, da Nitreira Real de Braço de Prata, resultando dessa experiência a redação de uma memória sobre o tema em 1802.[484] O seu trabalho aí seria, não obstante, lembrado depois nas mercês que se lhe acumularam nas Minas.[485] Mais do que adensar o universo de personagens que vão ocupar funções centrais algum tempo depois na formação do Estado nacional brasileiro, é de particular interesse a percepção de como Manuel Jacinto assume então um papel particular dentro dos planos de D. Rodrigo para Minas Gerais, preocupação que já lhe era patente em 1790, quando publica sua *Memória sobre a*

---

[481] ANTT, Registro Geral de Merçes, D. João VI, lv.1, fl.160 / AHU, Minas Gerais, cx.160, doc.1 / Pedro CALMON, *História de Minas...*, pp.23-4.
[482] Andrée MANSUY-DINIZ SILVA, *Portrait...*, vol.2, pp.83-5.
[483] *Idem*, p.87.
[484] Manuel Jacinto Nogueira da GAMA, *Memória sobre a absoluta necessidade, que há de Nitreiras nacionaes para a independência e defensa dos Estados... tida na Secção pública da Sociedade Real Maritima Militar e Geografica de 19 de Janeiro de 1802*, Lisboa, Impressão Regia, 1803.
[485] AHU, Minas Gerais, cx.160, doc.1.

verdadeira influência das minas de metais preciosos na indústria das nações que as possuem, especialmente a portuguesa, e que assumiriam a forma de uma reestruturação do arcabouço tributário e do incentivo à modernização da atividade no regimento para as minas de 1803.

Manuel Jacinto parte então em março de 1804 de volta à terra natal que deixara há vinte anos atrás. Não era, entretanto, sem contragosto que o fazia. Em carta datada de fevereiro do ano seguinte, dá D. Rodrigo, então retirado temporariamente do cenário político em sua quinta na Lagoalva, notícias do fato a José Bonifácio, então professor em Coimbra:

> (...) dei seus recados ao nosso Manuel Jacinto, que já daqui partiu para volta ao Brasil, ainda que pouco satisfeito de abandonar os amigos para habitar um país que há tantos anos deixou, e onde deve fazer com dificuldade novos conhecimentos.[486]

Nas Minas, não obstante, mal chegada a notícia da nomeação e ainda antes mesmo da presença do próprio nomeado já encontraria Manuel Jacinto a oposição do governador, Pedro Maria Xavier de Ataíde, visconde de Anadia. Em ofício de dezembro de 1803, o governador expõe os motivos pelos quais não podia concordar com a nomeação procedida pelo Erário alegando que, de acordo com as leis do Reino (que cita), não poderiam dois parentes próximos exercer cargos na mesma mesa, sendo assim, diz o governador:

> (...) não posso combinar, como Manuel Jacinto Nogueira da Gama, nomeado escrivão deputado desta Real Junta, ainda considerando-o cheio de honra e imparcialidade possa fiscalizar o Patrimônio de S. A. R. que gira nas mãos de seu cunhado o bacharel Mateus Herculano de Barros, atual tesoureiro.[487]

O caso era, não obstante, ainda mais intrincado, justificando em boa medida a inquietação do governador por um lado, e permitindo mesmo alguma elucubração acerca dos bons motivos que talvez tivesse Manuel Jacinto para pretender a sua dispensa do cargo de secretário de governo e a indicação para escrivão da Junta, ainda que como inspetor geral das nitreiras, cargo para o qual já havia sido provido em 1801, já gozasse do privilégio acrescido de assento na Junta da Real Fazenda da

---

[486] BNRJ, Coleção José Bonifácio, I-4, 30, 031 apud Andrée MANSUY-DINIZ SILVA, *Portrait...*, vol.2, p.481.
[487] "Diversos registros da correspondência oficial do governador D. Pedro Maria de Ataíde e Mello", *RAPM*, (11) 1906, p.275.

capitania.[488] Acontece que além de Mateus Herculano Monteiro da Cunha e Matos, casado com Maria Custódia irmã de Manuel Jacinto, também tinha assento na Junta outro dos filhos de Manuel José Monteiro de Barros, o então ouvidor de Vila Rica, e como tal juiz dos feitos da fazenda, Lucas Antonio Monteiro de Barros, futuro visconde de Congonhas do Campo, ambos já instalados nos seus respectivos cargos desde 1801. Reclama então o governador, acrescentando o dado preocupante de se tratarem todos os três, a maior parte portanto dos deputados da Junta de naturais da terra de Minas:

> (...) compondo-se esta Real Junta de quatro deputados, a saber, juiz dos feitos da Coroa, tesoureiro dos cofres, escrivão deputado, e procurador da Coroa, e sendo estes três primeiros dois irmãos e um cunhado, indígenas do país, e por conseqüência cheios de amizade e parentescos, poucos negócios se poderão ali tratar onde não entrem mediata ou imediatamente os seus: já para se concederam delongas aos devedores de S. A. já para se distribuírem ofícios que trienalmente se são, ou por conta do Mesmo Senhor, ou por arrematação, e como poderá o voto do procurador da Coroa opor-se ao de três preponderantes deputados![489]

A Manuel Jacinto as querelas com o governador, que não devem ter sido poucas, trouxeram-lhe contratempos mas não o impediram de por fim assumir o seu lugar na Junta. Um capítulo interessante desse momento, não obstante, seriam os versos satíricos, que tal qual as *Cartas Chilenas* (ainda que em muito mais tacanha poesia), que outrora achincalharam o Fanfarrão Nemésio, provocaram a ira do Visconde de Anadia. Nos versos figura Manuel Jacinto, "implantada gameleira / sobre a pedra dura e fria", e celebra-se o sucessor de Pedro Maria Xavier de Ataíde, D. Francisco de Assis Mascarenhas, que com sua chegada "Cura tão bem o mal que nos destroça / Pisa outra vez do monstro a vil cabeça". O autor dos versos, revelado nas memórias do sobrinho de Manuel Jacinto, o visconde de Nogueira da Gama, seria um contemporâneo desse: Antônio Gonçalves Gomide. Médico mineiro

---

[488] AHU, Minas Gerais, cx.160, doc.1.
[489] "Diversos registros…", *RAPM*, (11) 1906, p.276.

formado em Edimburgo, para além do exercício de sua profissão na capitania,[490] foi no Império, deputado em 1823 e senador de 1826 até sua morte em 1835.[491]

Com a chegada da família real ao Brasil em janeiro de 1808, são estabelecidos sem demora as principais instâncias do governo na nova sede da monarquia, entre elas o Erário Régio. Manuel Jacinto é chamado logo na criação do órgão para ocupar aí a posição chave de escrivão da mesa, no que deve ter concorrido sua experiência e atuação destacada na Junta de Minas, mas possivelmente também o apadrinhamento de D. Rodrigo, então ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, mas inegavelmente próximo dos aconselhamentos nos assuntos econômicos.

Nos anos que se seguem faria crescer sua importância nos assuntos fazendários, merecendo a atenção e confiança de D. João VI, e mais tarde de D. Pedro I, na sua avaliação desses termas. Fato é que o Erário àqueles primeiros anos de sua fundação no Rio de Janeiro via-se diante de desafios de grande monta, ante a conjuntura internacional e em um contexto interno no qual a autonomia de funções, arrecadação e gastos, nas diversas juntas da fazenda das capitanias limitava as transferências de recursos à instancia central, o que se agravaria ainda mais no contexto pré-independência. Mais que isto, completava o quadro a aparente desorganização da instituição e de suspeitas à probidade de alguns de seus dirigentes, em particular de seu tesoureiro principal, Francisco Bento Maria Targini, visconde de São Lourenço, alvo de diversos escritos satíricos então. Vários anos depois, em referência a este momento, Manuel Jacinto, fala da "intriga" e da "cabala", bem como, do "espesso e misterioso véu" que então cobriria o Erário e que ele "ousou rasgar".[492]

Essa conjuntura em específico serviu, por sua vez, de base a manifestação de D. Rodrigo em uma representação enviadas ao Príncipe Regente. Neste documento, datado de 7 de dezembro de 1811, vai D. Rodrigo, recuperando a inspiração das

---

[490] João DORNAS FILHO, "O senador Antônio Gonçalvez Gomide" in: *Figuras da província*, Belo Horizonte, Movimento Editorial Panorama, 1949. / Ver também: "Um opúsculo precioso", *RAPM* (11) 1906, pp.759-774.
[491] Pedro CALMON, *História de Minas...*, pp.35-6.
[492] Manuel Jacinto Nogueira da GAMA, *Exposição do Estado da Fazenda Publica*, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1823, p.1.

reformas que procedeu em seu tempo na presidência do Erário em Lisboa, queixar-se da desorganização da Fazenda Real, do atraso nos pagamentos (de sua própria secretaria inclusive) , do abandono aos preceitos que ao seu tempo nortearam o órgão e propor providências para "fazer cessar a inquietação e desgosto que existem, e que para o futuro podem ter conseqüências incalculáveis".[493]

Na mesma sintonia e inspiração é que Manuel Jacinto vai se manifestar em uma exposição datada de 5 de fevereiro de 1812, mas que recupera diretamente o contexto de 1810, ou seja, o mesmo da representação de D. Rodrigo, na qual é explicitado um plano minucioso para a superação da crise que se apresentava. É interessante notar, não obstante, que o documento só é apresentado após a morte de D. Rodrigo, ocorrida em 26 de janeiro de 1812, merecendo destaque o fato de que, ainda que aproximando-se em vários aspectos das proposições de seu protetor de outrora, marca-se a diferença tanto no tom, assumidamente otimista para com as possibilidades e mesmo na percepção da conjuntura como não tão grave quanto se pintava, assim como na crítica direta ao que a todo custo buscava rechaçar D. Rodrigo pouco antes: a contribuição dos altos gastos na pasta da marinha e guerra à crise no Erário.

> Creio ter mostrado claramente que não é deplorável o estado da real Fazenda desde que se exijam impreterivelmente as sobras das capitanias, e que as despesas públicas não excedam consideravelmente às que ficam indicadas, principalmente na marinha e guerra; assim acontecendo, elas serão realizadas sem novas imposições, sem papel-moeda, do que devemos absolutamente fugir, sem abuso de emissões de moeda provincial, que, passando dos seus estreitos limites, se assemelha em suas conseqüências ao papel moeda; sem bilhetes de circulação de crédito para os quais a nação não está disposta por falta de confiança no Erário, e por falta de luzes confundindo tais bilhetes com papel-moeda; se pode facilmente conseguir, adotando-se o que tenho proposto, que as rendas públicas excedam às despesas, e que por conseqüência, se possam fazer com a maior exação todos os pagamentos, cessando a atual penúria e o progresso da dívida do Estado, cessando a dependência terrível, e o mais fatal inimigo do crédito público.[494]

---

[493] D. Rodrigo de Sousa COUTINHO, *Textos políticos, económicos e financeiros: 1783-1811*, Introdução e coord. da edição por Andrée Mansuy-Diniz Silva, Lisboa, Banco de Portugal, 1993, vol.1, pp.XLIX-L e vol.2, pp.355-63 / Andrée MANSUY-DINIZ SILVA, *Portrait...*, vol.2, p.242.

[494] "Exposição do atual estado das rendas e despesas públicas do Real Erário do Rio de Janeiro, e do método que se deve seguir, para que todos os pagamentos se possam fazer em moeda corrente no

O plano proposto previa um esquema engenhos de antecipação de receita por meio de bilhetes a juros. Compôs, com base no ano de 1810, um orçamento geral que mês a mês previa as quantias necessárias para os pagamentos e os meios para prover esses recursos. Não se alheando do fato de que seria difícil ao Erário sustentar àquele ponto o crédito necessário para atrair amplamente tomadores a esses bilhetes, já previa o recurso direto, dentro do quadro geral proposto, ao Banco do Brasil, que deveria receber particular atenção do governo. Os anos seguintes, não obstante, assistiriam não ao desdobramento do plano do escrivão do Erário, mas ao simples e pesado aumento da dívida do Estado com o Banco do Brasil, sendo que em 1822 nomearia D. Pedro uma comissão de sindicância com vistas a apresentar o real estado do Erário, onde estaria novamente Manuel Jacinto, junto de outros quatro nomes. Em 24 de maio daquele ano são apresentadas as conclusões e sugestões da comissão, que não muito mais seriam que variações sobre o tema, em conjuntura tanto mais complexa, do que já se havia proposto antes. Novamente se apresentavam as "críticas circunstâncias da falta de sobras das províncias" e se propunha "no meio de tantos embaraços, e com tão pouco escolha de meios", mas ainda assim "guiada sempre pelos mais luminosos princípios da economia política", que:

> (...) não há outro recurso para se pagarem estas dívidas com menos inconvenientes do que o da circulação do crédito não por meio de uma nova dívida que haja de contrair o Tesouro, para com o seu produto satisfazer aos mencionados credores, mas sim fazendo-o de certo modo reproduzir um valor, já consumido, representando-se a dívida em novos títulos, que pela gradual e progressiva amortização e lucros do juro anexo pela demora do seu pagamento real, possam facilmente entrar na circulação, e ser empregados no giro e transações do comércio pelos credores, que livremente as queriam receber em pagamento da sua dívida.[495]

A conjuntura não se alteraria e, da mesma forma, dramatizava-se progressivamente a posição do Banco do Brasil. Ao que interessa diretamente a esta altura do texto investigar, no entanto, cumpre destacar novamente a trajetória de Manuel Jacinto. Aceitando o pedido de demissão do Secretário de Estado dos Negócios do Império e Estrangeiros, José Bonifácio de Andrada e Silva e o dos

---

prciso dos seus vencimentos" in: Justiniano José da ROCHA, Biographia..., pp.27-69 / Liberato de Castro CARREIRA, *História financeira e orçamentária do Império do Brasil*, Brasília, Senado Federal; Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980, vol.1, pp.92-3.

[495] "Parecer da Comissão do Tesouro Público (24/05/1822)" in: Liberato de Castro CARREIRA, *História financeira...*, vol.1, pp.102-3.

Negócios da Fazenda, Martim Francisco Ribeiro de Andrada a 17 de setembro de 1823 um novo gabinete é formado, no qual figuraria José Joaquim Carneiro de Campos, futuro marquês de Caravelas, na primeira secretaria e Manuel Jacinto Nogueira da Gama, o futuro marquês de Baependi, na segunda. A retração na influência dos "Andradas" no governo se completaria depois com a prisão, a 12 de novembro do mesmo ano, seguida da deportação de José Bonifácio e seus irmão, todos outrora próximos de Manuel Jacinto. Entre 17 de setembro e 10 de novembro Manuel Jacinto fica diante da pasta da Fazenda, tempo suficiente para em 26 de setembro apresentar à Assembléia uma exposição minuciosa do estado em que se encontrava o Tesouro Público outrora Erário Régio, e apontar encaminhamentos à situação que tinham por principal receita obtenção de um empréstimo junto à Inglaterra.

Em meio ao conturbado novembro de 1823, Manuel Jacinto que era também deputado constituinte, deixa a pasta ministerial em 10 de novembro. Dois dias depois o Imperador expede proclamação dissolvendo a Assembléia Geral, Constituinte e Legislativa e decreto criando um Conselho de Estado, ao qual caberia a elaboração de um novo projeto de constituição. Um dos conselheiros nomeados pelo Imperador é justamente Manuel Jacinto. Pode-se muito bem avaliar assim o quanto esteve sob sua responsabilidade toda a matéria econômica na carta constitucional do Império, outorgada pelo Imperador em março do ano seguinte. Já estariam ali presentes, por exemplo, o dispositivo que cria o Tribunal do Tesouro Público Nacional, em substituição ao Conselho da Fazenda ao qual estariam subordinadas as tesourarias provinciais, substitutas das juntas da fazenda, o que todavia só seria regulamentado pela lei de 4 de outubro de 1831.[496] Sua influência na condução dos assuntos econômicos seria, entretanto, decisiva a este momento. Tanto é assim que em janeiro de 1824 autoriza o Imperador a contratação na Europa um empréstimo de três milhões de libras esterlinas. Para negociá-lo é despachado outro mineiro, Felisberto Caldeira Brant Pontes, mais tarde marquês de Barbacena. Nascido nas redondezas de Mariana, no ano de 1772, neto do importante contratador dos diamantes de que herda nome e prenome, estudando no Colégio dos Nobres em Lisboa e daí ingressando na

[496] Artigo nº 170, *Constituição do Império*, 1824.

Academia da Marinha,[497] em datas de sugerem haver mesmo sido aluno de Manuel Jacinto, sua trajetória em si e no que esta se aproxima da condução dos assuntos da fazenda valeria aqui, não fosse o desvio excessivo do fio principal, a narrativa. Vale entretanto acrescentar que por duas vezes, entre novembro de 1825 e janeiro de 1826 e entre dezembro de 1829 e outubro de 1830, seria o titular da Secretaria dos Negócios da Fazenda.

Manuel Jacinto, por sua vez, também retorna à Secretaria dos Negócios da Fazenda e à presidência do Tesouro Público, substituindo Felisberto Caldeira Brant, entre janeiro de 1826 e o mesmo mês do ano seguinte, e finalmente, nos dois dias que antecederam à abdicação de D. Pedro, em 7 de abril de 1831, no que ficou conhecido como ministério dos marqueses. Seu percurso na nobiliarquia brasileira, por sua vez, conta-se com as seguintes datas: a 12 de outubro de 1825 é condecorado com o titulo de 1º Visconde de Baependi, com as honras de grandeza, e à mesma data no ano seguinte ascende à posição de marquês do mesmo título.[498]

Havia sido deputado pela província do Rio de Janeiro na Assembléia Constituinte e, desde 1826, ingressara no Senado, como representante da província de Minas Gerais. A partir do conturbado episódio da abdicação de D. Pedro I, busca se retirar da vida política. Permaneceu em sua função (vitalícia) de senador e, em 1838, foi mesmo eleito presidente da casa, mas nunca mais defendeu posições na tribuna.[499] A esta altura já permanecia pouco tempo do ano no sobrado em que residia na Rua das Mangueiras (hoje Visconde de Maranguape) à entrada do largo da Lapa. Na consideração de Pedro Calmon, um dos seus descendentes "vê-se por sua presença, tenazmente silenciosa, ao Conselho de Estado, quanto tempo esteve nas suas plantações, fora do tumulto urbano".[500]

O portentoso cafeicultor, dono de grande escravaria e um dos mais cedo se estabelece e expande suas plantações pelo vale do Paraíba, havia trilhado o caminho de algumas famílias mineiras, essencialmente do sul de Minas, que ficaram raízes, interesses econômicos, sociais e políticos, entre a elite fluminenses. Em outras

---

[497] Sebastião Augusto SISSON, *Galeria...*, vol.2, p.85.
[498] Carlos G. RHEINGANTZ, *Titulares do Império*, Rio de Janeiro, Ministério da Justiça e Negócios Interiores / Arquivo Nacional, 1960, p.59.
[499] Sebastião Augusto SISSON, *Galeria...*, vol.1, p.242.
[500] Pedro CALMON, *História de Minas...*, p.41.

palavras, entre a elite que vem ser conhecida como saquarema. Sua ligação com uma das principais famílias fluminenses se dá pouco depois de sua chegada ao Rio para ocupar o cargo de escrivão do Erário. Em agosto de 1809 casa-se com Dona Francisca Mônica Carneiro da Costa, filha de um dos mais ricos negociantes estabelecidos na praça do Rio de Janeiro quando da chegada da família real, Braz Carneiro Leão. O casal teve três filhos: Braz Carneiro Nogueira da Costa, que vem a ser visconde de Baependi e que também teria larga carreira política, Manuel Jacinto Carneiro Nogueira da Gama, barão de Japaranã, e Francisco Nicolau Carneiro Nogueira da Gama, barão de Santa Mônica.[501]

Mais do que continuar insistindo na investigação das trajetórias desses indivíduos, há que se buscar as últimas palavras deste texto urdindo essas histórias de vida no desenho geral do que significou o espaço da ação fazendária à elite política e econômica mineira no período. De forma direta e concisa é possível afirmar que o consulado pombalino mais do que responsável por criar a Junta da Fazenda, o é também por abrir espaço à uma particular autonomização de interesses locais na medida em que busca a incorporação de homens de negócio nas funções da fazenda ou, por exemplo, procede a decisiva transferência na arrematação dos contratos do Reino para a capitania. O significado disto demora algum tempo para atingir sua maturidade enquanto expressão social cristalizada na elite local. Mas de pronto pode-se dizer que já se qualifica a Junta da Fazenda enquanto espaço privilegiado social e economicamente e, como tal, ambicionado por essa elite política e econômica local, seja diretamente, ou nas aproximações possíveis aos indivíduos que ali se assentavam. Efetivamente, é fácil afirmar, nenhum outro órgão concentrou poder equivalente dentro da ordem colonial àquela segunda metade do século XVIII e a trajetória de Afonso Dias Pereira ou Carlos José da Silva só ganha sentido pleno somente dentro deste esquadro.

O final do século XVIII responde não obstante a uma série de pontos de tensão. Pensando a conjuntura externa e interna às Minas, basta chamar a atenção aos significados múltiplos da revolução francesa, no plano das idéias ou no plano da geopolítica européia na expansão napoleônica, por um lado, ou dos significados

---

[501] Sebastião Augusto SISSON, *Galeria...*, vol.1, pp.244-5 e Pedro CALMON, *História de Minas...*, pp.39-40.

múltiplos da inconfidência mineira, enquanto expressão de contradições profundas no sistema colonial e índice do adensamento da identidade colonial, por outro. Não se pode deixar de ler a atuação de D. Rodrigo de Souza Coutinho em relação a Minas, quando ocupava a função de secretário da marinha e do ultramar, como que informada por esses pontos de tensão. Sendo assim, a aproximação e valorização das contribuições dos brasileiros, e entre eles, de muitos mineiros, alguns mesmo com ligações diretas ou indiretas com o movimento político de 1789. Desta forma, são os projetos para Minas a partir de então, nascidos no entremeio de tudo que significa a expressão já aqui evocada da "geração de 1790", que permitem entender de forma ampla a inserção de Manuel Jacinto Nogueira da Gama na Junta da Fazenda da capitania. Este nome, no entanto, ocupa no presente texto função privilegiada uma vez que representa com sua trajetória uma transição expressiva. Sua trajetória espelha tanto a importância da geração de 1790 na conformação da independência brasileira, quanto, em termos mais próximos do que interessa aqui, o deslocamento do núcleo de decisão fazendária das Minas. Quando de sua entrada para a Junta esta ainda era o órgão que concentraria o máximo da decisão fazendária possível ao contexto colonial, para além desta instância estaria o Erário em Lisboa, nenhum outro organismo colonial intermediário. Logo depois da vinda da família real a Junta não altera suas funções, mas já se abre no espaço colonial a instância superior, o Erário do Rio de Janeiro. Com a independência, tanto se aprofunda a poder do Tesouro Público, na denominação renovado do Erário, quanto se criam instâncias intermediarias, na medida em que as províncias ganham espaços representativos locais. Sendo assim, ainda que a junta executasse funções equivalentes, do ponto de vista da decisão econômica possível e dos espaços sociais e de poder almejados pela elite local — equivale dizer, dos espaços onde essa elite passa a pensar e comandar os caminhos da economia mineira — já se materializam novas realidades.

O sentido dessa transição só se completa, não obstante, se for acrescentada uma última trajetória aqui, mesmo que em referência breve. Trata-se de Bernardo Pereira de Vasconcelos, ouropretano nascido em 1795 e que parte para o Portugal para estudar em Coimbra em 1813, retornado ao Brasil em 1820. Depois de um curto período de progressão no caminho geral dos lugares de letras pretendidos pelos bacharéis em leis por Coimbra, no qual foi juiz de fora em Guaratinguetá, assume

definitivamente o curso de uma carreira política que marca muito da história das primeiras décadas desde a indenpendência. O que interessa qualificar aqui é que trata-se de um membro dessa elite local aqui perseguida e que em sua trajetória se ocupa efetivamente, ainda que não em exclusivo, das questões fazendárias e desses caminhos para se pensar e comandar a economia mineira, todavia, sem passagem pela junta ou tesouraria provincial. No seu momento de entrada na vida pública essa já não era posição que, a alguém com sua envergadura, fosse necessário primeiro galgar. Discutiu e orientou questões fundamentais à fazenda, e de forma ampla à economia, de Minas e do Brasil, em vários fóruns, no Conselho Geral e na Presidência da província, na Câmara dos Deputados, na Secretaria da Fazenda ou no Senado, todavia nunca como o burocrata, sempre como o político.

Essa finalmente é a passagem que serve à marcação das distâncias, e coloca mais uma vez a posição de Manuel Jacinto como de transição. Tal qual Carlos José da Silva, Manuel Jacinto pensou e agiu sobre a realidade econômica, mas eminentemente como um burocrata. Ainda que formado em grosso caldo de experiências ilustradas e com currículo que o habilita em alguma medida como homem de ciências, sua trajetória congrega e ressalta mais outros traço que marca, particularmente na administração das finanças, a experiência ilustrada lusa, ainda que não com a mesma temporalidade e intensidade de outros contextos nacionais. Refiro-me à influência da tradição cameralista. Ainda que com larga carreira política, Manuel Jacinto, diferentemente de D. Rodrigo ou ainda José Bonifácio, permanece como um burocrata. De um outro tempo ainda que quase na mesma geração, a trajetória de Bernardo de Vasconcelos seria substancialmente diversa, e qualifica o novo caminho, em novos espaços. A ação econômica como resultado pretendido da ação política. Não seria um homem de ciências, nem mesmo um burocrata no espírito do camaralismo e da ciência do governo [*Staatswissenschaft*]. Conhece os temas e os manobra, mas é essencialmente um homem da ação política.

6.2. Mudanças na leitura da realidade econômica: o sistema colonial e a dinâmica econômica local em um espaço multifacetado

O estudo desse encontro entre elites e ação fazendária permitiu até aqui, entre outras coisas, uma aproximação do ambiente que viabiliza a produção de algumas das primeira visões de futuro minimamente consubstanciadas da economia mineira. Essas visões de futuro e leituras do presente gestadas no ambiente da Junta da Real Fazenda, em si não eram mais projetos voltados para a melhoria ou reforma da arrecadação da fazenda, mas acabavam por ter dentro desse quadro olhos postos à interpretação de uma economia que ao longo do século se complexificou e produziu uma dinâmica espacial particular. Isto faz com que a leitura da fazenda com interesses fiscais seja de forma ampla também uma leitura da realidade econômica como um todo.

É bom que se diga que não se trata de algo trivial esses projetos para a fazenda conjugados à percepção da complexificação da economia mineira, que ia ultrapassando portanto sua vocação e expectativa mineradora tão fundamental ao Império, serem produzidos no interior mesmo da estrutura administrativa do Estado português. Formulados com a preocupação reiterada de preservar e promover a saúde desse Império, não deixavam de encontrar quase sempre o limite de suas perspectivas justamente no ordenamento colonial. Ao longo da segunda metade do século XVIII, ante a visualidade da crise da mineração e o adensamento progressivo dessa experiência nos deputados da Junta, a percepção da forma com se devia ler os entraves à economia mineira no seio da estrutura de poder colonial, se vê confrontada com uma perturbação que de forma alguma pode ser tomada como de pouca monta. Refiro-me ao movimento que tem uma de suas fontes, não a única obviamente, no confronto entre interesses estabelecidos no entremeio das elites locais, perpassando membros da Junta, e a ambição de um novo governador da capitania e seus favorecidos. Contexto que abre espaço para o projeto político de uma efetiva ruptura com a ordem colonial: a Inconfidência mineira. Ainda que desmobilizado o movimento antes de tomar forma sua ação política efetiva, não é difícil perceber seu impacto na administração fazendária das Minas e mesmo, em

termos mais amplos, na própria preocupação que iria se avolumar algum tempo depois na incorporação dessa elite local e de suas leituras daquela realidade na formulação das políticas coloniais. Exatamente por conta desse lugar que ocupa a Inconfidência enquanto resposta à ação fazendária capitaneada nas Minas, e motivação para alterações nesse particular, faz-se fundamental a reflexão também sobre as visões de futuro desse movimento.

A Inconfidência é sem dúvida um dos temas mais visitados pela historiografia mineira colonial, tendo recebido com isto interpretações das mais variadas. Escapa, porém, às intenções deste trabalho uma descrição geral do movimento e menos ainda uma recuperação dessas vertentes interpretativas. Todavia, parece-se inevitável não começar por demarcar duas ou três questões fundamentais à minha perspectiva interpretativa, ressaltando suas filiações historiográficas.

A primeira dessas questões é a explicitação de que a insistência nas questões relativas à fazenda como lugar fundamental para se perceber motivações, a trama em si, e desdobramentos fundamentais da Inconfidência, não implica em uma leitura economicista. Tampouco se aproxima do reducionismo, comum a várias leituras recentes, de se perceber o movimento como o resultado pura e simplesmente de interesses particularistas de certo conjunto de indivíduos implicados com a Real Fazenda, tendendo com isto a anular seus os sentidos políticos mais amplos.

A segunda questão é que esta explicitação da importância das tensões em torno da administração fazendária na configuração do movimento não autorizam a sua leitura pura e simples como um tipo de motim fiscal do antigo regime. São explícitos em níveis diversos, particularmente em seu objetivo fundamental de ruptura com o ordenamento colonial, os sentidos da inserção da Inconfidência em outra ordem de contestações políticas. E, ademais, não é ocioso acrescentar que foram também questões fiscais que aceleraram e precipitaram a ação, por exemplo, na Independência americana em 1776 ou na Revolução Francesa em 1789.

Finalmente, é imperioso ressaltar, na trilha do que já destacou João Antonio de Paula,[502] que o fato de ser a Inconfidência um movimento frustrado, que se vê

[502] João Antonio de PAULA, "A Inconfidência Mineira: revolução e limites", *Análise e Conjuntura*, Belo Horizonte (v.2-3): 37-49, 1989.

interrompido antes de sua eclosão, condiciona fortemente sua percepção, confundindo a avaliação de sua organização efetiva e de alguma forma afastando sua percepção enquanto realidade revolucionária. Afastar esse tipo de véu parece-se dos pontos mais primordiais para se aproximar de forma efetiva da questão.

Dito isto, é possível desdobrar alguns pontos que colocam em evidência as referidas visões de futuro, particularmente em relação à economia, que tomam forma nas ambições dos inconfidentes. Um dos pontos frequentemente citado nas análises da inconfidência e que qualifica a intenção geral de transformação da ordem política é o objetivo final de se criar em Minas uma república. Um dos mais importantes analistas recentes da Inconfidência, João Pinto Furtado, trata com cuidado dessa questão em particular, buscando expor os sentidos próprios e os limites do uso do termo república no discurso dos inconfidentes. Parece-se, não obstante, que em vários momentos, sua preocupação em criticar as perspectivas historiográficas que afirmam a existência de um projeto liberal e nacional articulando os inconfidentes mineiros, e com isto destacar o peso do antigo regime na forma do enfrentamento estabelecido, acaba por afastar o que me parece fundamental na perspectiva política ali defendida.

Reinhart Koselleck oferece uma trilha interpretativa preciosa para esta discussão. Refletindo sobre a relação, no surgimento da modernidade, entre a experiência vivida e as visões de futuro, ou nos termos que lhe são próprios, a tensão entre "espaço de experiência" e "horizonte de expectativa", o autor lança mão da discussão de conceitos constitucionais, do termo república em particular, para aprofundar sua argumentação. Destaca que as três formas aristotélicas de governo — monarquia, aristocracia e democracia —, de alguma forma ainda serviam para organizar as experiências até o fim do século XVIII, mas processava-se aí uma mudança do ponto de vista da filosofia da história, sendo esses três tipos forçados à uma alternativa — "despotismo ou república" —, que por sua vez carrega um dado temporal: "distanciando-se do despotismo do passado, o caminho histórico levaria à república do futuro".

> O antigo conceito político de *res publica* [coisa pública], que até então podia envolver todas as formas de governo, adquire um caráter restrito de exclusividade, porém relacionado com o futuro. Esta

> mudança, aqui descrita de forma abreviada, desde muito tempo já havia sido encaminhada teoricamente. O resultado se torna palpável na época da Revolução Francesa. O conceito utilizado historicamente ou teoricamente, de qualquer modo um conceito saturado de experiência, é convertido em um conceito de expectativa.[503]

Tome-se agora o depoimento do inconfidente José Resende da Costa, frequentemente citado pela historiografia:

> (...) viera a Vila Rica [Padre Toledo] e achara uns poucos conjurados a fazerem um levante e a reduzirem as Minas a uma República, fazendo vários parlamentos, um na dita Vila, um na de São João, e outros mais, ficando a Vila de São João sendo a Capital; e que os vigários haviam de cobrar todos os dízimos e ficarem com as desobrigas de graça; e que o comércio da República havia de consistir na permutação dos efeitos, sem que jamais saísse o ouro para fora.[504]

Ainda que, como coloca João Pinto Furtado, a república pretendida pelos inconfidentes mineiros não encetasse em todas suas implicações um projeto liberal, parece inegável que esta se situava já no registro qualificado por Koselleck, enquanto forma política alternativa ao despotismo e aberta a um futuro transformador da realidade presente. Refletindo sobre as fontes que inspiraram as idéias dos inconfidentes, via de regra deduzidas a partir dos livros que com eles foram apreendidos, João Pinto Furtado também insiste que "no que se refere às discussões da organização da futura República, a influência dos norte-americanos foi pífia, tendo os inconfidentes de Minas, ao que parece, preferido adotar alguns dos princípios esposados por Montesquieu, a partir do que se esboçaria um outro modelo de República mais ancorado nas tradições latina e ibérica".[505] Não me parece que a reflexão possa ser conduzida desta forma. Em primeiro lugar por conta de que no essencial da república como reação ao despotismo, e da força disto para a luta contra o ordenamento colonial, ambas as matrizes se aproximam. Depois pelo fato de que, na trilha do que defende John Pocock, é na confluência de fontes diversas, de linguagens políticas distintas, que concretamente, no confronto mesmo de

---

[503] Reinhart KOSELLECK, *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, Rio de Janeiro, Contraponto Editora, 2006, p.325.
[504] *ADIM*, vol.1, p.258.
[505] João Pinto FURTADO, "Uma república entre dois mundos: Inconfidência Mineira, historiografia e temporalidade", *Revista Brasileira de História*, São Paulo (v.21, n. 42): 343-363, 2001, p.352. [O texto é versão adaptada do que se encontra em seu livro sobre o tema da inconfidência entre as páginas 152 e 172: João Pinto FURTADO, *O manto de Penélope: História, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9*, São Paulo, Companhia das Letras, 2002.]

possibilidades que *a priori* não se encontram definidas, conforma-se uma tessitura política a partir da qual essas experiências se tornam inteligíveis.[506] Algo do iluminismo francês, do exemplo das Treze Colônias nas suas leis constitutivas e organização política, assim como de outras mais influências literárias, estavam àquele momento, a bem da verdade, apenas começando esse processo de confrontos e combinações em Minas. Na própria revolução americana, em suas multifacetadas matrizes ideológicas, como originalmente a descreveu Bernard Bailyn, também os colonos, só "gradualmente, conforme a crise se desenvolvia, foram estruturando suas opiniões". É "por volta de 1776, [que] suas idéias, baseadas na tradição de oposição mas reconstruídas de forma original, haviam adquirido forma sólida". Argumenta esse mesmo autor que aquele pensamento que neste momento, 1776, já pareceria "vívido" e "inspirador", anos antes não parecia nada claro.[507] Faz-se necessário então insistir no ponto de que a Inconfidência frustrou-se antes de amadurecer, e que isto faz com que àquele momento ainda estivessem em gestação e debate muito do delineamento de suas idéias, ainda que isto não lhe anule a força original enquanto produtora de uma visão de futuro que ultrapassa a ordem colonial, revela aspectos profundos da crise daquele sistema, e como tal lança raízes. A importância de Minas e dos mineiros na conformação da chamada geração de 1790, na trilha do explorado por Kenneth Maxwell, dão mostras substantivas deste último aspecto.[508]

A contestação do caráter revolucionário da inconfidência mineira e de sua leitura como não mais que "uma série de conversas entre a gente ilustrada e rica da capitania que tinha seus interesses lesados pelo colonialismo português", presente em uns tantos autores, encontra uma resposta exemplar, como se adiantou acima, em um texto de João Antonio de Paula. Destaca este autor que é fundamental que se entenda "que toda revolução, antes que se manifeste enquanto processo de tomada do poder, tem etapas preliminares que envolvem propaganda, arregimentação, organização, planejamento". E que "parece inequívoco que a Inconfidência Mineira tenha percorrido todas estas etapas prévias". Não se afasta com isto, ainda na sua leitura, a

---

[506] Marcelo Gantus JASMIN, "História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo (v.20, n.57: 27-38, 2005, p.29 e John G. A. POCOCK, *Linguagens do ideário político*, Trad. Fábio Fernandez, São Paulo: Edusp, 2003.
[507] Bernard BAILYN, *As origens ideológicas da Revolução Americana*, Bauru, SP: Edusc, 2003, p.9.
[508] Kenneth MAXWELL, "A geração de 1790 e a idéia do império luso-brasileiro" in: *Chocolate, piratas e outros malandros: ensaios tropicais*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1999.

percepção dos limites objetivos do movimento, seja na ambigüidade dos inconfidentes em relação à questão da escravidão ou seja na própria presença do pacto colonial em todas as suas implicações, que qualificam, por exemplo, distanciamentos fundamentais entre nossa experiência colonial e a das colônias americanas.[509]

É necessário definir este estado de coisas para que seja possível entender como uma força fundamental da Inconfidência essa viabilização de visões de futuro voltadas para o desenvolvimento de Minas. Essas não deixaram também de transbordar o movimento, e se reeditar em vozes diversas no anos seguintes, mesmo no centro do aparelho burocrático do Estado português, tratando igual e explicitamente do desenvolvimento da economia mineira, em grande medida autônomo e voltado para dentro, ainda que cuidando obviamente aí de afastar o radicalismo da subversão da ordem colonial.

A visão de futuro para a economia mineira presente na inconfidência, por seu turno, não é plenamente discernível, além de, obviamente, não ser já algo acabado. De toda forma, pelo que é possível se depreender dos depoimentos nos Autos da Devassa, inclui uma perspectiva geral de reforço da complexificação daquela economia, com a abertura à industrialização e o estímulo ao cultivo e extração de novos gêneros; em outros termos, percebe-se uma preocupação em mais de uma voz com a ampliação e diversificação da base produtiva. Há também a preocupação com a reforma da estrutura tributária e com a necessidade do fortalecimento da circulação monetária, com olhos à contenção na saída do metal precioso, como se depreende mesmo no próprio trecho citado acima em que se explicita o plano de criação da república. Pensa-se em vários níveis a superação dos limites impostos a um território com papel restrito e definido pela estrutura colonial. Há que se registrar, não obstante, que se incluía também na leitura dos inconfidentes, o que me parece fundamental, uma percepção avançada do processo de diferenciação do espaço mineiro então em curso. O próprio destaque da importância do sul de Minas, cabendo mesmo a São João del Rey o papel de futura capital da república a se criar é expressão disto.

---

[509] João Antonio de PAULA, "A Inconfidência Mineira...", p.43 e 46.

Para o conjunto dessas perspectivas o limite substantivo que se apresentava era sem dúvida o sistema colonial; todavia, muito do que estava sendo defendido em relação ao desenvolvimento econômico de Minas pelos inconfidentes eram perspectivas já anteriormente apresentadas e que seriam depois daí reeditadas com diferentes acentos. Não obstante, tanto em um quanto em outro caso, afastava-se o questionamento da estrutura colonial em si.

A Junta da Fazenda teria efetivo destaque neste processo, sendo fórum preponderante na discussão de propostas para a dinamização da economia (e arrecadação fiscal) no final do século XVIII e passagem para o seguinte. Mesmo como o espaço fundamental da manutenção do sistema colonial, era também a Junta o órgão que na prática acumulava mais experiência para perceber a efetiva crise da mineração e os desafios da economia mineira àquele período. Neste sentido as alternativas para a dinamização daquela economia surgidas na Junta, ainda que a princípio indo contra orientações gerais da Coroa, representavam perspectivas das mais realistas para se reverter o quadro de decadência que marcava a percepção dos mais diversos analistas da economia mineira em fins do século XVIII. Ajuda também a explicar o aumento da margem de manobra da administração local em relação ao peso da vontade real, o fato de que a com decadência do ouro contundente e efetivamente instalada, e com o comprometimento das condições econômicas gerais inviabilizando a efetiva e imediata cobrança das dívidas pretéritas, passa a capitania a dar cada vez menos lucro para Portugal, o que de alguma forma tira Minas do centro das atenções da administração das finanças portuguesas. Em termos concretos, ainda que o quinto cada vez rendesse menos, outros tributos perfaziam vultosas somas, como os dízimos e as entradas, todavia, eram estes consumidos em boa parte na própria manutenção interna da capitania.

As idéias colocadas em debate na Inconfidência não seriam portanto as que primeiro colocaram a percepção da progressiva complexificação da economia mineira como um caminho de futuro para as Minas; ainda assim, é a contundência da mensagem anti-colonial desse evento que empurra as perspectivas de reforma, como condição de vida ou morte para o ordenamento vigente, e daí sua posição decisiva na cronologia desses projetos para as Minas.

Um exemplo interessante para ser explorado aqui qualifica como a efetiva experiência na administração das Minas, podia oferecer ao menos uma década antes da Inconfidência, possibilidades de leitura amplas acerca de como a dinâmica da economia das Minas Gerais respondia cada vez menos à mineração, sendo fundamental tanto novas soluções, atendendo esta atividade, quanto atenção às outras possibilidades produtivas, que invariavelmente acabavam por se chocar nos ordenamentos régios para a capitania. Refiro-me às idéias que foram apresentadas por D. Rodrigo José de Meneses enquanto governador de Minas entre 1780 e 1783.

Em um documento em particular, dirigido ao ministro Martinho de Melo e Castro em 1780, uma série de questões são defendidas pelo novo governador. Em especial se qualificam os problemas presentes que se apresentavam à mineração do ouro, levando o analista à defesa de aspectos que somente anos mais tarde passariam a ser o lugar comum da reflexão das razões da decadência da atividade. Apontava o governador os custos crescentes da atividade mineratória naquele tempo e a necessidade pujante de melhoria técnica, ponderando, não obstante, sobre as fracas forças econômicas dos mineradores para o custeio disto. Defendia então soluções de financiamento e crédito a esses mineradores, considerando com propriedade os efeitos de encadeamento que o estímulo a esta atividade poderia desdobrar no conjunto da economia. Para além dessa leitura dos problemas da mineração, não hesitaria em confrontar também alguns aspectos fundamentais das restrições seguidamente reeditadas em relação às Minas, como por exemplo na defesa de que deveriam não só se permitir como se estimular os engenhos de cana na capitania. Propõe até a fabricação de ferro em Minas justificando a importância dessa liberação e enviando ao Rei amostra do metal produzido sob sua autorização para dar provas da qualidade do trabalho. Seus projetos incluíam ainda a criação de um correio regular, qualificando sua importância como crucial para o desenvolvimento dos negócios na capitania. Reage ainda contra a manutenção das casas de fundição, defendendo a criação de uma casa da moeda ou minimamente da proibição da

circulação do ouro em pó e da introdução de moeda provincial no lugar deste, como já se explicitou em capítulo anterior.[510]

O compromisso primeiro da Junta era, não obstante, o zelo para com a tributação, sendo a arrematação dos novos contratos de dízimos e entradas, e a cobranças das dívidas dos contratos anteriores o ponto que mais suscitava discussões e expunha a miríade de interesses que perpassava esses negócios e seus principais envolvidos. É interessante notar neste particular que não deixou D. Rodrigo José de Meneses de reagir com veemência contra a proposta seguidamente defendida pelo escrivão da Junta, Carlos José da Silva, de fazer assumir a Real Fazenda a administração desses tributos.[511] Tal perspectiva em tudo se associava aos princípios mais modernos da administração da fazenda daquele tempo, sendo que disto dá provas tanto as premissas centralizadoras das finanças do cameralismo, por um lado, quanto a economia política, como se lê na condenação que desse tipo de arrematação dos tributos por contratos faz Adam Smith em sua obra fundamental.[512] Essa reação do governador, por sua vez, não é difícil de se supor, estava muito marcada pelas substantivas propinas pagas aos membros da Junta, e ao governador em especial, pelos contratos arrematados. Toca-se aí em uma questão muito particular da ação da Junta e do próprio funcionamento da economia mineira

O ganho dos contratadores estava intimamente ligado à utilização do dinheiro que ia sendo arrecadado para o financiamento de seus próprios negócios e os empréstimos, o que fazia de alguns desses homens efetivos banqueiros naquele contexto. As dívidas dos contratos, não obstante, passavam a se avolumar sem serem saldadas, e as teias de endividamento a partir desses contratadores, como era de se esperar, se estendiam por grande parcela dos negócios das Minas. Não é ocioso insistir, por outro lado, no fato de que ante a capilaridade desses empréstimos e as

---

[510] "Exposição de [D. Rodrigo José de Meneses]", BA, ms. av. 54-XIII-15(133) [Outra cópia do mesmo documento pertence ao APM e foi publicada em: *RAPM*, (2) 1897, pp.311-25] / ver também: "Exposição de [D. Rodrigo José de Meneses]", BA, ms. av. 54-XIII-15(135).

[511] "Termo da Mesa da Junta da Administração e Arrecadação...", BA, ms. av. 54-XIII-15(134).

[512] "O melhor e mais frugal meio de arrecadar um imposto jamais pode ser por arrendamento, além do que é necessário para pagar o estipulado aos salários dos funcionários e todas as despesas da administração o rendeiro deve sempre deduzir do produto dos impostos um certo lucro, e no mínimo proporcional aos pagamentos adiantados que faz, ao risco que corre, ao incômodo que sobre e ao conhecimento e a habilidade que a administração de tão complexa atividade exige." Adam SMITH, *A Riqueza das Nações*, São Paulo, Martins Fontes, 2003, vol.2, pp.1154-55.

dívidas que se acumulavam sem serem integralmente saldadas por parte de alguns dos principais contratadores, como João Rodrigues de Macedo, provavelmente o grande financiador da Inconfidência, com dívidas maiúsculas para com a Fazenda Real,[513] faziam com que esses recursos permanecessem em curso na economia mineira e não fossem transferidos para o aparelho de Estado colonial.

A posição dos governadores da capitania no período, seja a do responsável por uma administração destacada, D. Rodrigo José de Meneses, como o por uma desastrosa, Luís da Cunha Meneses, acabaram por mostrar-se tendenciosas quanto à questão dos contratos, e não deixaram de receber censuras, que se estendiam, não obstante, ao coletivo da Junta.[514]

Voz das mais insistentes nessas críticas era a de Luís José de Brito, o mineiro que ocupou da criação do Erário até a virada para o Dezenove um dos quatro assentos de Contador-geral. No entanto, este alto funcionário da administração das finanças portuguesas, a despeito de estar já há muito distante de sua terra natal, lia ainda com precisão a realidade local da capitania. Ao fim do século, já depois da mensagem da Inconfidência assentar a preocupação de se buscar soluções para as Minas que primassem mais pela necessidade de reformas que pelo aumento no rigor da cobrança, e da própria geração de 1790 dar corpo a essa perspectiva reformista em níveis diferentes da administração régia, encaminha à presidência do Erário um plano para Minas que evidencia essa propriedade com que analisava aquela economia.

O documento, datado de 1799, qualifica o que, com outros termos, pode-se resumir como uma defesa do mercado interno enquanto fonte fundamental de riquezas, e de tributação explicitamente, nas Minas, e os meios para dinamizá-lo. Contempla a grande e persistente falta no rendimento do quinto e vê nisto um caminho sem muitas chances de se reverter. Aposta então nas entradas como a alternativa para, sem gravame dos povos, se recuperar os rendimento da Real

---

[513] Em 1785 sua dívida acumulada já era de 750 contos (284 referentes ao contrato dos dízimos e 466 ao das entradas), sendo que do valor total da arrematação para os dois triênios (1162 contos) já arrecadara até então a Real Fazenda 412 contos. Ao que parece esse contratador despendeu grandes somas para ter seu nome suprimido nos processos da Inconfidência, o que efetivamente logrou resultados. Não obstante, suas dívidas não foram canceladas, sendo a maior parte dos seus bens absorvidas no seqüestro de 1797 que em 1802 se converte em efetivo confisco. [Tarquínio J. B. de OLIVEIRA, *Correspondência ativa de João Roiz de Macedo*, Ouro Preto, ESAF / Centro de Estudos do Ciclo do Ouro / Casa dos Contos, 1981, vol.1, pp.33 e 74]

[514] "Ofício do cantador geral, Luís José de Brito", BA, ms. av. 54-XIII-4(37,37a).

Fazenda. O seu esquema é simples, aumentar o fluxo de mercadorias que entram em Minas para atender ao seu mercado interno, assim como dos gêneros de abastecimento que saem da capitania em direção ao Rio de Janeiro, diminuindo, não obstante, os custos de transporte, para que um aumento nas tributação das entradas não se fizesse sentir. Sua análise se concentra nos caminhos existentes e na sugestão da abertura de um novo caminho para o Rio, mais cômodo e com integração a cursos navegáveis de rios, insistindo que tudo isto "não só facilita o transporte dos gêneros do Comércio do Rio de Janeiro, mas também as produções da agricultura da Capitania de Minas Gerais, que até agora por essa falta, tem estado nascentes, ou com muito pouco acrescentamento. Este aumento da agricultura animará o comércio, e por necessária conseqüência, deve também acrescentar o rendimento do contrato do dízimo".

Ao final, todavia, não chega a sugerir numericamente qual deveria ser esse aumento das entradas, lembrando que isto deveria ser resultado de uma consulta dos governadores às câmaras, que por sua vez, ouviriam os povos nesse assunto, uma vez que "mostra a experiência, que o povo abraça sem repugnância aqueles impostos em que consentiu, ainda que aliás lhe sejam pesados".[515]

A visão de Luís José de Brito, representa a esse momento todavia, não uma lembrança isolada, mas a reverberação dentro da própria estrutura central de poder de idéias que de maneira geral já orientavam as preocupações fiscais portuguesas em relação as colônias e a Minas em particular. O que melhor dá sentido a isto é mesmo o conjunto de processos que confluem naquele fim de século português, captados pela expressão "geração de 1790", aqui recorrentemente utilizada, e sintetizados em grande medida no que representam as idéias e a ação de D. Rodrigo de Souza Coutinho a esse tempo. No que interessa aqui, considerando o destaque que se deu à Inconfidência mineira neste texto, é crucial perceber que o movimento abre espaço para cada vez mais explicitamente se buscar, como aponta Kenneth Maxwell, perspectivas para Minas que traduzissem uma solução de compromisso com a Metrópole, insistindo que: "em termos psicológicos, a situação era propícia à acomodação. O reconhecimento desse fato por parte de membros influentes do

[515] AHU, Minas Gerais, cx.150, doc.84.

governo português, no decorrer da década de 1790, teve impacto profundo sobre o desenvolvimento futuro do Brasil".[516] Essa solução de compromisso fez mobilizar as elites locais, mesmo dentre indivíduos que de alguma forma estiveram implicados na Inconfidência, nas perspectivas de transformação e abertura da economia mineira e também na própria reforma da política fiscal. De alguma forma, essa própria incorporação faz com que, a uma leitura conservadora, a Inconfidência apareça diminuída de seus efeitos potenciais, e tenda-se a ler as mudanças na orientação do Estado português como um objeto em si, desconectado das perturbações da ordem vividas na colônia. D. Rodrigo de Souza Coutinho no seu "Sistema político que mais convém que a nossa Coroa abrace para a conservação dos seus vastos Domínios, particularmente dos da América, que fazem propriamente a base da Grandeza do nosso Augusto Trono", deixa explícito nos últimos anos do século XVIII a sua preocupação o seu compromisso com reformas substantivas, sendo esta a base para a manutenção dos domínios. Destaca, depois de considerar variados pontos do sistema político proposto, a questão da fazenda e a necessidade de ser reavaliar a questão fiscal nas Minas em particular. Passa então a tratar:

> (...) mais particularmente da Fazenda que é o principal ponto que dependem todos os outros e que é o que em última análise decide da grandeza dos Soberanos e da Felicidade dos Povos, sendo também o que deve agora principalmente ocupar-nos, seja sobre alguma nova reforma na Taxação geral da América, seja sobre a da Capitania de Minas Gerais em particular.[517]

É viável argumentar em relação a este contexto geral que o que tem início com a Inconfidência mineira, motivando as preocupação do Estado português, recebe novo impulso em 1798 na Inconfidência baiana, movimento de natureza e composição social diversas, e por isto mesmo, ainda que igualmente radical na mensagem anti-colonial, mais radical nos seus significados potenciais. A análise de Maxwell a este respeito é novamente apropriada aqui:

> (...) a urgência da implementação do plano foi aumentada em virtude do episódio baiano. D. Rodrigo percebeu mais agudamente que a

---

[516] Kenneth MAXWELL, "A geração de 1790...", pp.178-9.

[517] D. Rodrigo de Souza Coutinho, "Sistema político que mais convém que a nossa coroa abrace para a conservação dos seus vastos Domínios, particularmente dos da América, que fazem propriamente a base da Grandeza do nosso Augusto Trono" apud Marcos Carneiro de MENDONÇA, *O Intendente Câmara: Manoel Ferreira da Câmara Bethencourt, e Sá – Intendente Geral das Minas e dos Diamantes (1764-1835)*, Rio de Janeiro, Imprensa nacional, 1933, p.45.

> maior parte dos demais a oportunidade oferecida pelas circunstâncias, e discerniu, com mais clareza que a maioria dos outros, entre a necessidade de reformas esclarecidas e os perigos colocados pelas palavras de ordem revolucionarias da Revolução Francesa. A severidade com que tratou os mulatos da Bahia, bem como os favores que continuou concedendo aos brasileiros formados na Universidade de Coimbra,eram indicativos desse ponto de vista.[518]

Os projetos de futuro para Minas, assumindo a forma de farto memorialismo surgido nos últimos anos do século XVIII e primeiros do XIX, estariam explicitamente marcados pelo conhecimento concreto e *in loco* dessa realidade, e articulavam, no sentido próprio do reformismo ilustrado, o conhecimento da história natural enquanto subsídio para se pensar a economia em geral e a política fiscal em particular. É possível assim apresentar uns tantos mineiros que vão contribuir com essa empreita, como José Vieira Couto, Antonio Pires da Silva Pontes, José Eloy Otoni, sendo flagrante uma certa coincidência nos argumentos. Várias reflexões, encomendadas ou espontâneas, têm a mineração como ponto de partida, e isto significa por um lado encontrar os limites técnicos como um problema flagrante ao desenvolvimento da atividade e por outro os custos cada vez maiores da exploração. Neste último ponto pesa o elevadíssimo custo do ferro e do aço que chega às Minas, e evolui-se para a explicitação da necessidade do fabrico local do metal. Da mesma forma se extrapola para as vantagens do incentivo aos diversos tipos de manufatura. A diversificação também é palavra-chave para a agricultura. Essa diversificação produtiva, por sua vez, é o que incita o grande comércio, e o que demanda a preocupação com os transportes, ultrapassando a acanhada infra-estrutura existente pensando-se tanto os caminhos terrestres quanto fluviais.

O alto custo da importação de ferro e aço é um dos pontos destacados, por exemplo, por José Eloi Otoni, que ultrapassa o problema da mineração, insistindo na necessidade de se promover a agricultura e o comércio com recurso à suspensão de impostos de importação e diversificação da estrutura de transporte.

> Os únicos meios mais poderosos de restabelecer e animar a população daquele país, e ainda mesmo de fomentar o objeto da mineração, consistem somente em se promoverem a agricultura e o comércio, removendo-se toda a dificuldade da importação dos gêneros estranhos, e facilitando-se por conseqüência a exportação dos próprios

[518] Kenneth MAXWELL, "A geração de 1790...", pp.185-6.

> gêneros. Enquanto estes meios não forem desenvolvidos, debalde se aplicarão outros, que possam aumentar os lucros da mineração.[519]

José Vieira Couto, por seu turno, não restringe seu entusiasmo, e ufanismo, vendo em 1799 a industrialização mineira:

> Parece-me que já vejo um novo horizonte, um novo céu: milhares de fornalhas cobrem as planícies, que levantam espessos rolos de fumo às nuvens; os montes já são minados e, por uma boca estreita, vomitam as suas ricas entranhas; o estrondo de mil máquinas fere os meus ouvidos; um povo laborioso, contente e alegre cobre em bandos a superfície da terra; os ricos metais, à maneira de um rio caudaloso que cada vez se engrossa mais, vão demandando já, como um mar, o tesouro do Estado.[520]

Essa mesma perspectiva que orienta a leitura da realidade mineira pode ser igualmente recuperada em nomes como os de Manuel Jacinto Nogueira da Gama ou Manuel Ferreira da Câmara, que inseridos na estrutura do poder central àquele fim do século XVIII, participaram proximamente de D. Rodrigo de Souza Coutinho dessa proposição de reformas que emanou de Lisboa em relação às Minas. O lugar do discurso seria outro, em comparação com o memorialismo, mesmo que o de encomenda, redigido nas Minas. Tratava-se de subsídio direto à visão de governo, e em boa medida por isto a questão da tributação sobressai como elemento principal. Fosse a leitura dos transportes, da diversificação produtiva ou de se recuperar a mineração, converge-se invariavelmente para a perspectiva fiscal em si. Nesse sentido, o alvará de 1803, cuja redação original deve-se mesmo a Manuel Ferreira da Câmara, subsidiando as intenções de seu protetor, D. Rodrigo, assoma como um exemplo dessa visão a respeito das Minas. Propõe-se aí entre outras tantas questões, a abolição da circulação do ouro em pó, o estabelecimento de uma Casa da Moeda, a introdução de melhoramentos vários na mineração do ouro e o incentivo à exploração de outros metais, assim como o estabelecimento de escolas mineralógicas e metalúrgicas, à semelhança das de Freiberg e Schmnitz, bem conhecidas de Manuel Ferreira da Câmara e de José Bonifácio de Andrada.[521] Em Minas, não obstante, tanto Manuel Ferreira da Câmara quanto Manuel Jacinto Nogueira da Gama,

---

[519] José Eloi OTTONI, "Memoria sobre o estado actual da capitania de Minas Gerais", *ABN*, (30) 1908, p.307.

[520] José Vieira COUTO, *Memória sobre a capitania das Minas Gerais; seu território, clima e produções metálicas*, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro / Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994, p.78.

[521] Marcos Carneiro de MENDONÇA, *O Intendente Câmara...*, p.115.

Intendente geral das Minas e dos Diamantes e Escrivão da Junta da Real Fazenda, vão ponderar em 1807 de forma concreta sobre os limites do alvará proposto, em ofício também assinado pelo governador, Pedro Maria Xavier de Ataíde e Melo e do ouvidor Lucas Antonio Monteiro de Barros. A visão *in loco*, a vivência concreta dos problemas das Minas, mais uma vez sobrepunha-se ao imaginado em partes distantes. E nisto uma série de problemas são levantados a limitar a implantação efetiva do alvará, como a impossibilidade de se levantar internamente à capitania o empréstimo de milhão e meio de cruzados para a cunhagem de moeda de prata e cobre necessária para suprimir a circulação do ouro em pó, dado o fato de que o proposto pelo alvará estar "em desproporção com as suas [da capitania] fracas e limitadas forças". Toca-se também, por exemplo, no problema dos pesados direitos de entradas, propondo-se que desses ficassem isentos todo o ferro, aço, sal e escravos destinados à mineração, compensando-se, porém, com uma sobretaxa nos gêneros de luxo.[522] O que se vê, em outros termos, é que a vivência da realidade local deixava explícitos os limites que o próprio ordenamento colonial, em tudo preocupado com a recuperação da extração de excedentes via tributação e alheio a qualquer perspectiva de investimento ou empréstimos diretos, impunha a esses projetos de reforma.

A comparação dessas questões até aqui explicitadas, não obstante, com os planos para a economia mineira que tomam forma na primeira metade do século XIX reforça em linhas gerais o peso da influência que continuaria a ter essa geração de 1790. Ainda assim, é fundamental marcar os distanciamentos, e o principal deles é sem dúvida o fato de que para a geração seguinte a dimensão dos entraves coloniais não se colocaria mais como o limite de perspectivas.

Há assim espaço para projetos e projeções nascidas dentro de um horizonte que não o colonial. Não é só com a independência que tal situação se concretiza, sendo que, por exemplo, no que diz respeito à ruptura do pacto colonial a data fundamental é 1808. Mas de forma geral, o interessante é marcar que corridos alguns anos a dimensão fundamental desses projetos é a de se ocuparem de uma nação que estava se constituindo politicamente e que, portanto, carecia menos de posições ufanistas e mais de visões concretas capazes de lidar com problemas prementes.

---

[522] *Idem*, pp.119-22.

Mesmo que isto não traduza uma atitude amplamente generalizada, sem dúvida qualifica a ação de um homem como Bernardo Pereira de Vasconcelos, e faz dele exemplo fundamental.

Um traço que não escapa a quem quer que se debruce sobre sua biografia é justamente essa leitura pragmática da realidade. Como diria Octávio Tarquínio de Souza, "o homem das circunstâncias, isto é, o realista refratário às generalizações, o espírito positivo que nunca se deixaria seduzir por belas teorias".[523] É proveitosa a recuperação da visão de Bernardo de Vasconcelos da distância entre sua própria forma de argumentação e essa sedução comum a muitos de seus contemporâneos pela teorização e o uso de exemplos históricos. Confessa-se mesmo como "pouco amigo de argumentar com a história", mas acaba no seu exemplo por professar, ao contrário, uma visão muito mais avançada do próprio conhecimento histórico.

> (...) não gosto de citar exemplos de nações; sou pouco amigo de argumentar com a história. Estou nesta opinião: talvez seja errada, mas tenho para segui-la algum fundamento. Não há uma só nação que esteja para com outra em idênticas circunstâncias; todas têm sua variedade. Assim como não há um semblante inteiramente igual e semelhante a outro, da mesma forma os fatos sempre variam; e ainda que parecem alguma vez análogos, contudo sempre se apresentam ao observador infinitas circunstâncias que os distinguem e separam.[524]

É exatamente o realismo desse "o homem das circunstâncias" que extrapola em seus projetos para Minas e para o Brasil, e que também complexificam a interpretação de suas escolhas políticas, e em particular o antagonismo de algumas posições ao tempo em que foi uma das vozes mais eloqüentes dentre os liberais. Essas contradições e ambigüidades, não obstante, não deixam de ser dilemas do próprio liberalismo que tem lugar então na construção do Estado brasileiro, e que colocam em linha de frente um outro limite ao horizonte desses projetos, a escravidão. Mesmo afastado o limite da ordem colonial, muito ainda se prendia umbilicalmente àquela construção social, recolocando limites e assegurando, entre outras coisas, a reprodução de certa estrutura de poder e de hierarquização social.

---

[523] Octávio Tarquínio de SOUZA, *Bernardo Pereira de Vasconcelos*, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1988, p.54.

[524] *Anais da Câmara*, 1826, tomo II, p.87 apud Octávio Tarquínio de SOUZA, *Bernardo Pereira*..., p.54.

Esse limite da escravidão teria particular reiteração na sociedade e economia mineira do século XIX, detentora do maior plantel de cativos do país, na qual o chamado "apego à escravidão" marca as expectativas dos proprietários e a plataforma política dos conservadores e em grande medida dos liberais.

Um olhar mais direto para o que na trajetória de Bernardo de Vasconcelos pode ser considerado como projetos para a economia mineira ajuda a qualificar algumas questões adicionais. Neste sentido é relevante destacar que o principal de sua reflexão econômica sobre o futuro das Minas liga-se à questão dos tributos, e nisto revela um acento em particular que não foi explorado aqui mas que constitui dimensão essencial da forma como se estabelecia o pensamento econômico luso-brasileiro de então, qual seja, a ligação entre economia e direito.[525] É com esta estrutura que se expressa em seu pensamento o liberalismo econômico, e é com este molde que ele analisará a economia mineira. Há assim, por exemplo, na sua *Carta aos senhores eleitores da província de Minas Gerais*, publicada em 1828 a consideração de que "os mineiros, gente intrépida e ciosa de sua liberdade, nunca consentiram que reis de Portugal lhe lançassem impostos; quase todos os que hoje pagam aquela província foram estabelecidos pelas Câmaras, bem como o método de sua arrecadação". Todavia, continua seu raciocínio, este espírito original não foi capaz de prevalecer indefinidamente, e com isto, "aniquilados pelo despotismo é que os mineiros se sujeitaram a pagar imposto, em que não tinham convindo seus representantes". A explicitação de como o governo despótico dos tempos coloniais fez multiplicar o numero de tributos na capitania de Minas tinha a função de qualificar tanto a inconstitucionalidade quanto a incoerência econômica de alguns tributos demarcando sua defesa na Câmara dos Deputados de que "os mineiros, conseqüentemente membros do Império brasileiro, não podem ser obrigados a pagar mais impostos que os outros brasileiros sem manifesta violação da Constituição da Monarquia".[526] Em uma reflexão sobre o estado geral das finanças na província em 1828, apresentada ao Conselho Geral da Província, insiste no mesmo ponto,

---

[525] cf. José Luís CARDOSO, "Economia e direito: enquadramento normativo da acção econômica" in: José Luís CARDOSO, *História do Pensamento Econômico Português – Temas e Problemas*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001.

[526] Bernardo Pereira de VASCONCELOS, "Carta aos senhores eleitores da província de Minas Gerais" in: Bernardo Pereira de VASCONCELOS, *Bernardo Pereira de Vasconcelos*, organização e introdução de José Murilo de Carvalho, São Paulo, Ed. 34, 1999, p.130-1.

argumentando que "o governo despótico, que para desgraça nos regeu por séculos, com tão graves males nos avexou, e oprimiu, que só a constituição pode assanea-los [sic]; destituído de luzes, todo trevas não soube atender às nossas peculiares circunstâncias; e nos impostos, como nas despesas foi nossa Pátria considerada, como as outras Províncias em diversíssima posição".[527] Neste mesmo documento defende de forma mais explícita as suas posições econômicas, ou melhor, "os princípios pelos quais devem ser julgados esses impostos", segundo "assentam os economistas". Descreve assim sete ponto, dentre eles:

> 1.º Que a natureza dos impostos, e a maneira de sua arrecadação seja a menos onerosa possível, que nem tenda a vexar, nem a corromper os contribuintes.
>
> 2.º Que os impostos recaiam sobre os rendimentos, e não sobre os capitais, isto é nos valores anteriormente acumulados, porque são os únicos meios de reprodução, os únicos alimentos do trabalho, as únicas fontes de fecundidade.
>
> (...)
>
> 6.º Que os impostos recaiam sobre todos os habitantes do Império, sem outra atenção que a dos seus haveres, como prescreve a Constituição do Império.
>
> 7.º Que toda a maneira de arrecadação, que for onerosa, e opressiva ao Povo, não seja adotada; e que conseqüentemente não se arrematam as rendas, sendo os rendeiros não poucas vezes opressores.[528]

A sua argumentação geral, reiterando a perspectiva liberal de que ninguém mais do que ele é "inimigo de exclusivos", aponta a necessidade de se reduzir a carga tributária geral da província. Para tanto, dentre outras medidas, deveriam ser abolidos os registros e as passagens, o que desta forma estimularia o comércio interno e externo da s Minas, bem como sua indústria e agricultura, que por sua vez, deveria ter também um imposto terreal menos opressivo que o dízimo.

A riqueza da província que para Bernardo de Vasconcelos bem como outros tantos analistas de então tinha sua principal potencialidade da extensão de suas terras, diversificação produtiva e tamanho de sua população, encontrava mais uma vez a ambigüidade central do discurso liberal. Nessas leituras buscava-se o crescimento da economia pela diminuição de constrangimentos tributários entre

---

[527] "Finanças da província em 1828", *RAPM*, (3) 1898, p.135.
[528] *Idem*, p.137.

outros, valorizando em especial o mercado interno da província, mas não deixava-se de fugir do confronto com o limite absoluto imposto pela escravidão à formação de um mercado de trabalho.

Neste sentido, só algum tempo depois é que se qualificaria um discurso efetivamente liberal, posto que afeito a um horizonte burguês muito mais do que à reprodução do "arcaísmo", nos projetos para Minas. Um personagem que merecerá destaque aí é Teófilo Benedito Otoni.

Um dos aspectos principais de sua visão de futuro para Minas pode ser entendido como a concretização de idéia que já era defendida por seu tio, José Eloi Otoni, no final do século anterior na memória citada acima. Refiro-me especificamente à abertura de ligações entre o centro-norte de Minas e o litoral. Os projetos do sobrinho, não obstante, avançariam muito nesta perspectiva, dando origem a toda uma visão de colonização e integração econômica para substantiva extensão do território da província.

De seu trabalho dedicado à Comissão de Estatística ao tempo em que foi deputado na Assembléia Provincial (primeira e segunda legislaturas), resulta sua posição dentre os homens públicos mineiros com mais consubstanciado conhecimento do território da província e suas habitantes. Disso se beneficia largamente a lei mineira de 1836 para construção e conservação de estradas.[529]

A exaltação que dele faz Sebastião Augusto Sisson na sua *Galeria dos brasileiros ilustres*, ajuda a qualificar a singularidade de suas perspectivas ainda entre seus contemporâneos:

> Tínhamos uma pátria, uma pátria livre, instituições como não possuíam muitas das velhas nacionalidades européias; mas o Brasil estava inculto, a população pobre pisando sobre tesouros, matas ubérrimas entregues ao selvagem e às feras; não possuíamos estradas; estávamos privados de todos os grandes melhoramentos com que a ciência e a arte modernas têm melhorado a condição do homem.
>
> O desenvolvimento dos recursos materiais do pais chamava pois, a atenção dos homens patriotas e empreendedores. O sr. Teófilo Otoni

[529] Paulo Pinheiro CHAGAS, *Teófilo Ottoni, Ministro do Povo*, ed. rev. e aum., Belo Horizonte, Itatiaia; Brasília, INL, 1978, p.153.

> foi o primeiro brasileiro que bem compreendeu essa grande necessidade e tratou de realiza-la.[530]

Não vendo encampado seus projetos diretamente pelo poder público o rico negociante passou, ele próprio, comandar esses projetos, primeiramente em uma associação com o capital inglês, que termina por não vingar, na Companhia de navegação do Rio Doce, e depois no amplo projeto de navegação e colonização do Mucuri, sob a responsabilidade da firma Ottoni & Cia. que fundou para tanto. Quando da liquidação da companhia argumentou:

> Da tribuna da Câmara dos Deputados, pedi ao governo que pusesse o norte de Minas em comunicação com o litoral do Mucuri. Estava longe de mim fazer monopólio desta idéia generosa. Mas, depois de bradar em vão seis anos, procurei realizar, como industrial, o que não tinha podido conseguir como político.[531]

Pode-se qualificar o conjunto de perspectivas que essa visão de futuro da economia mineira incorpora como uma junção das perspectivas de diversificação da base produtiva, exploração dos recursos naturais, abertura de vias de comunicação e dinamização do comércio, ressaltando particular percepção da realidade regional do espaço mineiro, com as perspectivas de fundação de núcleos populacionais, incentivo à imigração, e dinamização do mercado interno de forma não totalmente apartada da formação do mercado de trabalho, ainda que dentro do horizonte possível a essa concepção nas décadas de 1840 e 50.

Antes do ponto final, vale acrescentar um comentário que, ainda que ultrapassando muito os limites temporais deste trabalho, serve como contraponto e da mesma forma como sugestão das possibilidades de continuidade da análise aqui iniciada acerca dessas perspectivas de futuro para a economia mineira. Ainda que os horizontes desenhados de Teófilo Otoni não viessem a se converter em caminho ampla e efetivamente trilhado, não por uma região, mas por Minas como um todo àquele momento, de alguma forma o seu projeto modernizante, a sua articulação específica com o capital, e nisto o arranjo de poder particular por entre as elites políticas e econômicas, teria pontos em muito coincidentes, mesmo que em

---

[530] Sebastião Augusto SISSON, *Galeria dos brasileiros ilustres [1859]*, Brasília, Senado Federal, 1999, vol.2, p.441.

[531] Teófilo Benedito OTTONI, *Breve resposta que ao relatório da liquidação da Cia. do Mucuri, por parte do governo, dá Teófilo Benedito Ottoni*, Rio 1862 apud: Paulo Pinheiro CHAGAS, *Teófilo Ottoni...*, p.157.

conjunturas bastante diversas, com dois nomes fundamentais no período republicano, João Pinheiro e Juscelino Kubitschek, talvez não coincidentemente os todos dois, como Teófilo, oriundos da mesma região dessas Minas.

Conclusão

A articulação entre a transformação espacial (que também o é econômico-social), o processo de hierarquização social e o particular da reprodução ao longo do tempo das elites políticas, e a leitura em profundidade da organização fazendária e seu papel nos processos políticos e econômicos que marcam as Minas de então, é o sumário direto do que se perseguiu ao longo dessas páginas. No registro defendido logo à apresentação do texto, foi destacada à ambição de manter-se sempre no horizonte de análise a inspiração da história total, e neste sentido é mesmo a combinação de dimensões diversas (e complementares) da história das Minas entre os séculos XVIII e XIX que efetivamente dá forma e representa a contribuição fundamental do esforço interpretativo aqui empreendido. Ainda assim, para que não se corra o risco de deixar confundida a trilha principal das idéias que organizaram a tese, serve esta conclusão a um breve vislumbre geral da linha argumentativa que de alguma forma conduz o texto.

O objetivo geral do trabalho é pensado a partir de uma articulação ampla entre um tempo, a segunda metade do século XVIII e a primeira do XIX, e um espaço, a terra de Minas, primeiro capitania depois província. Uma determinada concepção da dimensão espacial para o trabalho do historiador, por sua vez, permite que com olhos postos ao espaço mineiro se processe uma argumentação capaz de suportar e ser fonte fundamental a uma vasta gama de processos econômicos, sociais, políticos e culturais que interessava investigar. Uma hipótese geral, para a qual a primeira parte da tese oferece uma resposta mais direta e formal, e as outras duas, buscam consubstanciar na superposição de aspectos variados e nos desdobramentos de perspectivas, pode assim ser enunciada como a linha de argumentação principal. Trata-se do seguinte: a particular formação espacial de Minas Gerais faz com que nela o urbano preceda o rural, condicionando mesmo a formação deste último. Mais ainda, esse processo, em nenhum aspecto direto e unívoco, tem no período proposto para a tese seu mais eloqüente desenrolar, uma vez que está condicionado e articulado a outro processo espacial igualmente decisivo, a diferenciação progressiva

do território. Ganha visibilidade da mesma forma no período o processo de complexificação dos espaços econômicos e diferenciação progressiva da dinâmica regional contrapondo, mas também justapondo, a área originalmente ligada à mineração e outros espaços da capitania-província. Demonstrar tal realidade a partir de um esforço de caracterização, descrição e segmentação do território, particularmente subsidiado por elementos econômicos não é mais do que a porta de entrada ao problema mais geral da tese, posto que a economia não se trata, em hipótese alguma, de variável isolada (ou isolável) do conjunto do processo histórico, e posto que pesou-se aqui a preocupação com o espaço enquanto instância de análise justamente por conta de sua força singular nessa aproximação da totalidade histórica. O estudo das elites e em especial a investigação do funcionamento da administração fazendária foram as dimensões escolhidas para desdobrar e avançar esse esforço com vistas a sublinhar uma das mais determinantes feições da história mineira no período, com substantivos reflexos no seu desenvolvimento para além do período estudado e que, não obstante, têm destaque muito limitado na historiografia.

Diga-se primeiro que o estudo da Junta da Real Fazenda, que é o núcleo da terceira parte da tese, repousa por sobre duas questões fundamentais responsáveis por ampliar substantivamente o escopo da análise: primeiro o fato de que a criação do órgão está inserida em um movimento geral de organização política dos estados europeus que foi colocando as finanças como foco central da ação administrativa do governante. Tal perspectiva espraia-se pela Europa continental na trilha da difusão do cameralismo, sendo que em Portugal isto se efetiva a partir da criação do Erário Régio. Segundo, por conta desse órgão, a Junta da Real Fazenda, projetar-se como instância fundamental na estrutura de poder colonial. Em Minas, ocupava a Junta, sem dúvida, posição central na estrutura política e administrativa, ou seja, na estrutura de poder. Cuidava da arrecadação, arrematando ou administrando por si, vultosas rendas pertencentes à Coroa, assim como geria parcela substantiva dos recursos arrecadados, dando conta do pagamento do complexo aparelho estatal estabelecido na capitania. Mais importante que isto, subordinava-se diretamente ao Erário Régio, sem intermediação ou controle de nenhuma outra instituição estabelecida na Colônia. A função de gerir e assegurar a arrecadação dos tributos, acabava por confrontar inevitavelmente a Junta com a leitura da realidade econômica

global daquela sociedade, e foi exatamente isto que alçou o órgão a espaço no qual originalmente se debateram projetos econômicos para as Minas, seja na avaliação das consultas simples ou ordenações diretas chegadas do Reino, ou ainda na formulação de medidas alternativas.

A própria análise da composição da Junta amplia o interesse relativo ao órgão, na medida em que o que progressivamente foi se definindo na sua organização interna não se fez seguindo o modelo, por exemplo, dos principais postos na estrutura da justiça, que eram periodicamente renovados, e via de regra por indivíduos frequentemente estranhos à capitania. O perfil técnico, necessário à organização das finanças, compelia à continuidade no quadro burocrático, sendo exemplo fundamental disto a permanência por décadas em seus postos tanto do tesoureiro geral quanto do escrivão da Junta, em sintonia com o que também acontecia com funções chaves no próprio Erário. Presidida pelo governador da capitania, que mudava periodicamente segundo a decisão do Rei, mas com sua posição dividida em voto com outros deputados, dentre os quais se contaram um ou outro natural da terra assim como indivíduos com arraigados interesses e extensa trajetória de vida na capitania, elites locais portanto, acabaria por se delinear na Junta um espaço singular para um tipo de percepção das Minas que só seria possível a partir de tamanha experiência acumulada. É por conta disto que o estudo da Junta é fulcral para a leitura das visões de futuro e projetos para a economia mineira como se demonstrou ao longo do texto.

A ligação entre as elites políticas e econômicas que se definem a partir do particular processo de hierarquização social da capitania — posto a funcionar com toda velocidade que a "famigerada fome do ouro" foi capaz de prover — e a Junta da Fazenda, instância central do poder político dentro dos limites da estrutura colonial, tem assim motivações evidentes. Tudo que se discutiu na segunda parte da tese fornece, portanto, o esquadro geral para se pensar o lugar específico dessa elite fazendária assim como integrá-la aos processos mais gerais que interessam ao trabalho investigar. Captar as chaves da reprodução dessas elites no período e sua inserção particular na história mineira, seja na discussão da aparente duração alargada do fenômeno do clientelismo, na caracterização desse grupo em sua diferenciação espacial no território, ou ainda na transição de padrões na reprodução

desse lugar social como se representou no contraponto estabelecido entre o peso das trajetórias e das famílias na continuidade das elites políticas, representou assim etapa preliminar e fundamental para o que se pretendeu fazer na terceira parte da tese.

A transformação do espaço mineiro, da dinâmica urbano-rural à progressiva diferenciação regional do território, ganham nesse contexto dos temas investigados nas segunda e terceira partes renovado sentido e alargadas bases de interpretação. É deste modo que a leitura desse espaço em transformação, que marca a linha argumentativa fundamental da tese, ultrapassa em muito, portanto, a simples percepção no território dos resultados da ascensão e da retração da mineração, e os efeitos econômicos aí associados, para permitir uma leitura na qual o elemento espacial é também chave compreensiva para processos sociais e políticos, na trilha do estudo das elites e da administração fazendária, fundamentais à história de Minas no período.

Fontes e Bibliografia

Fontes Manuscritas

Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa

Conselho Ultramarino, Brasil, Minas Gerais – Manuscritos avulsos
cx.25, doc.26.
cx.29, doc.4.
cx.42, doc.9.
cx.51, doc.11.
cx.52, doc.13.
cx.56, doc.6.
cx.58, doc.69.
cx.75, doc.40.
cx.78, doc.92.
cx.88, doc.56.
cx.90, doc.18.
cx.92, doc.54.
cx.93, doc.33.
cx.101, doc.37.
cx.104, doc.24.
cx.112, doc.12.
cx.114, doc.5.
cx.119, doc.46.
cx.120, doc.47.
cx.125, doc.21.
cx.129, doc.37.
cx.135, doc.28.
cx.135, doc.66.
cx.142, doc.1.
cx.148, doc.6.
cx.149, doc.12.
cx.150, doc.84.
cx.153, doc.27.
cx.154, doc.69.
cx.160, doc.1.

Arquivo Histórico do Tribunal de Contas, Lisboa

Fundo Erário Régio
Livro 4066.
Livro 4070.

Livro 461.
Livro 4068.
Livro 4047.
Livro 4068.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa

Habilitações da Ordem de Cristo
Casimiro Teixeira Machado, maço 1, nº 9.
José João Teixeira, maço 48, nº 19.
Francisco Gregório Pires Monteiro Bandeira, maço 25, nº 92.
José Caetano César Manitti, maço 67, nº 48.
Bernardino José de Sena e Freitas, maço 9, nº 1.
Casimiro Teixeira Machado, maço 1, nº 9.
Luís José de Brito, maço 7, nº 5.
Afonso Dias Pereira, maço 13, nº 6.
Afonso Dias Pereira, maço 13, nº 6.
Francisco Antonio Rebelo, maço 11, nº 4 (também o maço 6, nº 14)
Carlos José da Silva, maço 10, nº 19.

Leitura de Bacharéis
Francisco Gregório Pires Monteiro Bandeira, maço 11, nº 24.

Registro Geral de Mercês
D. João V, lv.34, fl.402.
D. João V, lv.21, fl.407.
D. José I, lv.16, fl.282.
D. José I, lv.28, fl.95.
D. José I, lv.16, fls.282-282v.
D. Maria I, lv.29, fl.302.
D. João VI, lv.9, fl.332; D. João VI, lv.6, fl.242.
D. Maria I, Livro 9(2), p.323.
D. João VI, lv.1, fl.160.

Ministério do Reino, Registro de Contas (SR)
Livro 305.
Livro 306.

Habilitações do Santo Ofício
João Dias Pereira, maço 100, diligência 1666.

Ministério do Reino – Decretos
pasta 46, nº 147.
pasta 60, nº 36.

Feitos Findos, Justificações de Nobreza
Antonio Joaquim da Gama e Manuel Jacinto Nogueira da Gama (1798).

Habilitações da Ordem de Avis
Manuel Jacinto Nogueira da Gama, maço 1, nº 17.

Ordem de Avis – Papéis diversos
Manuel Jacinto Nogueira da Gama, maço 3, nº 33.

Arquivo da Casa da Moeda, Lisboa

Registro Geral
Livro 1048.

Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte

Coleção Casa dos Contos
Livro 1814.

Seção Provincial, Presidência da Província
SPPP 1/11, caixas 17, 19 e 41.

Seção Provincial, Mapas de População
Mapas de população para 1831/2 e 1838/40, organizados em banco de dados pelo *Núcleo de Pesquisas em História Econômica e Demográfica* do Cedeplar/UFMG, sob a coordenação de Clotilde Andrade Paiva.

Biblioteca da Ajuda, Lisboa

Manuscritos avulsos
54-XIII-15(133)
54-XIII-15(135).
54-XIII-15(134).
54-XIII-4(37,37a).

Biblioteca Nacional, Lisboa

Coleção Pombalina
Códice 458.

Fontes Impressas

"1791 – Ponderações da Junta da Fazenda sobre os meios de se ressarcir o prejuízo da Real Fazenda com a arrecadação do quinto do ouro", *RAPM*, (6) 1901.

"Auto de Criação da Vila de Queluz, 1790", *RAPM* (2) 1897.
"Bando lançado em o a Rayal de S. Pedro de Alcântara e Almas do Jacuhi para permuta do ouro em pó ou cunhado", *RAPM*, (6) 1901, p. 140.
"Creação de Villas no Período Colonial", *RAPM*, (2):81-107, 1897.
"Diário da Jornada que fes o Exmº. Senhor Dom Pedro desde o Rio de Janeiro athé a cidᵉ. de São Paulo, e desta athé as Minas anno 1717", *RPHAN*, Rio de Janeiro (3), 1939.
"Diversos registros da correspondência oficial do governador D. Pedro Maria de Ataíde e Mello", *RAPM*, (11) 1906.
"Exposição do atual estado das rendas e despesas públicas do Real Erário do Rio de Janeiro, e do método que se deve seguir, para que todos os pagamentos se possam fazer em moeda corrente no prciso dos seus vencimentos" in: ROCHA, Justiniano José da. *Biographia de Manoel Jacintho Nogueira da Gama, Marquez de Baependy, escripta e offerecida á sua illustre familia por Justiniano José da Rocha*, Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1851.
"Exposição do Governador D. Rodrigo José de Meneses sobre o estado de decadência da capitania de Minas-Geraes e dos meios para remedia-lo", *RAPM*, (2):311-25, 1897.
"Finanças da província em 1828", *RAPM*, (3) 1898.
"Instrução para o Visconde de Barbacena", 29 de janeiro de 1788, *RIHGB*, 6 (1844).
"Memórias Históricas da Província de Minas Geraes", *RAPM*, Belo Horizonte (12), 1908.
"Minas e quintos do ouro", *RAPM*, (6) 1901.
"Notícias e Reflexões Estadisticas da Provincia de Minas Geraes por Guilherme, Barão de Eschewege", *RAPM*, (6) 1901
"Parecer da Comissão do Tesouro Público (24/05/1822)" in: CARREIRA, Liberato de Castro. *História financeira e orçamentária do Império do Brasil*, Brasília, Senado Federal; Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980.
"Relatórios ao Conselho Geral da Província (1828-1833)", *RAPM*, (17) 1912.
"Relação de Parlamentares Mineiros", *RAPM*, (1) 1896.
"Um opúsculo precioso", *RAPM* (11) 1906.
Autos de devassa da Inconfidência Mineira. 2.ed. Brasilia: Camara dos Deputados; Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1976-1983. 10 volumes.
Falla dirigida a Assembléa Legislativa Provincial de Minas-Geraes na sessão ordinaria do anno de 1840 pelo presidente da provincia, Bernardo Jacintho da Veiga. Ouro-Preto, Typ. do Correio de Minas, 1840.
Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas-Geraes na abertura da sessão ordinaria do anno de 1843 pelo presidente da provincia, Francisco José de Souza Soares Andréa. Ouro-Preto, Typ. do Correio de Minas, 1843.
Exposição feita pelo exm. conselheiro Bernardo Jacintho da Veiga, na qualidade de presidente da provincia de Minas Geraes, a seu successor, o exm. tenente-general Francisco José de Souza Soares de Andréa, no acto da sua posse. Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e C.a, 1843.
BIELFELD, Jacob Friedrich von. *Instituciones politicas / obra... escrita en... frances por el Baron de Bielfeld; y traducida al castellano por D. Domingo de La Torre y Mollinedo*, Madrid, Gabriel Ramirez, 1767-1772.
BIELFELD, Jacob Friedrich von. *Instituciones políticas: Obra en que se trata de los Reynos de Portugal y España, de su situacion local, de sus posesiones, de sus Vecinos, y límites, de su clima, y producciones, de sus manufacturas, y fabricas,*

de su Comercio, de los habitantes, y de su número... del Soberano y de sus Títulos... de sus Exercitos, y Marina... / Escrita en Francés... y Trad[a]... aumentada de muchas notas por Don Valentin de Foronda, Burdéos, En casa de Francisco Mor, 1781.

BIELFELD, Jacob Friedrich von. *Institutions politiques: ouvrage oú l'ou traite de la societé civile ; des loix, de la police, des finances, du commerce, des forces d'un état; et en general de tout ce quia rapport au gouvernement / Par le Baron de Bielfeld*, Paris, 1762.

CALMON, Pedro. *História de Minas e "Memórias" de Nogueira da Gama*, Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, INL, 1985.

CARNOT, Lazare Nicolas Marguerite. *Reflexões sobre a metaphysica do calculo infinitesimal por Carnot... publicadas em Pariz no anno de 1797... traduzidas no Francez por Manoel Jacinto Nogueira da Gama...*, Lisboa, Offic. de João Procopio Correa da Silva, 1798.

CÓDICE COSTA MATOSO; FIGUEIREDO, Luciano; CAMPOS, Maria Verônica. *Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro / Centro de Estudos Históricos, 1999.

COELHO, José João Teixeira. *Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais*, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro / Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994.

COSTA, Antônio Gilberto; RENGER, Friedrich Ewald; FURTADO, Júnia Ferreira; SANTOS, Márcia Maria Duarte dos. *Cartografia das Minas Gerais: da Capitania à província*, Belo Horizonte, Ed.UFMG, 2002.

COSTA, Cláudio Manuel da. "Vila Rica" in: COSTA, Cláudio Manuel da; GONZAGA, Tomás Antonio; PEIXOTO, Alvarenga; MUZZI, Eliana S; PROENÇA FILHO, Domício. *A poesia dos Inconfidentes: poesia completa de Claudio Manuel da Costa, Tomas Antonio Gonzaga e Alvarenga Peixoto*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996.

COUTINHO, D. Rodrigo de Sousa. *Textos políticos, económicos e financeiros: 1783-1811*, Introdução e coord. da edição por Andrée Mansuy-Diniz Silva, Lisboa, Banco de Portugal, 1993. 2 vols.

COUTO, José Vieira. *Memória sobre a capitania das Minas Gerais; seu território, clima e produções metálicas*, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro / Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994.

Exposição do Estado da Fazenda Pública, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1823.

GAMA, Manuel Jacinto Nogueira da. *Exposição do Estado da Fazenda Publica*, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1823.

GAMA, Manuel Jacinto Nogueira da. *Memória sobre a absoluta necessidade, que há de Nitreiras nacionaes para a independência e defensa dos Estados... tida na Secção pública da Sociedade Real Maritima Militar e Geografica de 19 de Janeiro de 1802*, Lisboa, Impressão Regia, 1803.

GAMA, Manuel Jacinto Nogueira da. *Memoria sobre o loureiro cinnamomo vulgo canaleira de Ceylão... composta por Manoel Jacinto Nogueira Gama... para acompanhar a remessa das plantas, que pelas reaes ordens vão ser transportadas ao Brasil (com huma estampa)*, Lisboa, Officina Patriarcal, 1797.

JUSTI, Johann Heinrich Gottlob von. Elementos generales de policia / escritos por el Señor Juan Henrique Gottlobs de Justi ... ; y del idioma francés traducidos al español, con varias noticas conducentes à España, añadidas por el mismo traductor D. Antonio Francisco Puig y Gelabert, Barcelona, Eulalia Piferrer, 1784.

LA GRANGE, Joseph-Louis. *Theorica das funções analyticas, que contém os principios do cálculo differencial... por M. La Grange... traduzida do francês por Manoel Jacinto Nogueira da Gama...*, Lisboa, Off. de João Procopio Correa da Silva, 1798.

LAVRADIO, Luiz de Almeida Soares Portugal Alarcão Eça Melo Silva e Mascarenhas, Marques do. *Cartas do Rio de Janeiro: 1769-1776*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1975.

MACHADO, Simão Ferreira. *Triunfo Eucarístico* in: Affonso ÁVILA, *Resíduos seiscentistas em Minas: textos do seculo do ouro e as projeções do mundo barroco*, Belo Horizonte, Centro de Estudos Mineiros / UFMG, 1967. 2 vols.

MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837)*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1981. 2 vols.

MATHIAS, Herculano Gomes. *Um recenseamento na Capitania de Minas Gerais, Vila Rica – 1804*, Rio de Janeiro, 1969.

OLIVEIRA, Tarquínio J. B. de. *Correspondência ativa de João Roiz de Macedo*. Ouro Preto: ESAF / Centro de Estudos do Ciclo do Ouro / Casa dos Contos, 1981. 2 vols.

OTTONI, José Eloi. "Memoria sobre o estado actual da capitania de Minas Gerais", *ABN*, (30) 1908.

RATTON, Jácome. *Recordações de Jacome Ratton sobre as ocorrências do seu tempo, de Maio de 1747 a Setembro de 1810*, 2. ed., Coimbra: Imprensa da Universidade, 1920.

REBELO, Francisco Antonio. *Erario regio de Francisco A. Rebelo, 1768*. Editado por Tarquínio José Barbosa de OLIVEIRA, Brasília, Escola de Administração Fazendária, 1976.

Relatório do Ministro, e Secretário d'Estado dos Negócios da Fazenda na Sessão de 15 de maio de 1830, Rio de Janeiro, Typographia Imperial e Nacional, 1830.

Relatório, apresentado à Câmara dos Senhores Deputados pelo Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios da Fazenda, Bernardo Pereira de Vasconcellos na sessão de 1832, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1832.

Resumo das instituiçoens politicas do barão de Bielfeld, parafraseadas e acommodadas à forma actual de governo no Imperio do Brasil, offerecido à mocidade brasiliense por hum seo compatriota pernambucano, Rio de Janeiro, Typ. nacional, 1823.

ROCHA, José Joaquim da. "Memoria Historica da Capitania de Minas Geraes", *RAPM*, (2), 1897.

ROCHA, José Joaquim da. *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais: descrição geográfica, topográfica, histórica e política da capitania de Minas Gerais*, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 1995.

ROCHA, Justiniano José da. *Biographia de Manoel Jacintho Nogueira da Gama, Marquez de Baependy, escripta e offerecida á sua illustre familia por Justiniano José da Rocha*, Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1851.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo, 1822*, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1974, pp.53-4.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem às nascentes do Rio São Francisco*, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1974, p.130.

VASCONCELLOS, Diogo Pereira Ribeiro de. *Breve descrição geografica, fisica e politica da Capitania de Minas Gerais*, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro / Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994.

VASCONCELOS, Bernardo Pereira de. "Carta aos senhores eleitores da província de Minas Gerais" in: VASCONCELOS, Bernardo Pereira de. organização e introdução de José Murilo de Carvalho, São Paulo, Ed. 34, 1999, p.130-1.

VASCONCELOS, Salomão de. "Como nasceu Ouro Preto – sua formação cadastral desde 1712". *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.º 12: 172-232, 1955.

VASCONCELOS, Salomão de. "Os primeiros aforamentos e os primeiros ranchos em Ouro Preto", *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.º 5: 241-257, 1941.

WALSH, Robert. *Notícias do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1985.

Dicionários, Instrumentos de Pesquisa, Coleções de legislação, Genealogias, e Biografias diversas

BLUTEAU, D Raphael. *Vocabulario Portuguez e Latino*. Coimbra: 1712 [Edição em CD-Rom, UERJ, 2000]

Código Brasiliense, ou Colleção das leis, alvarás, decretos, cartas régias, &c. promulgadas no Brasil desde a feliz chegada do príncipe regente N. S. a estes estados com hum índice chronologico, Rio de Janeiro, Impressão Régia, 1811-1822? [Disponível em http://www.brown.edu/Facilities/John_Carter_Brown_Library/CB/index_pt.htm; acesso em 31/12/2006]

LEME, Luiz Gonzaga da Silva. *Genealogia Paulistana*. São Paulo: Editora Duprat & Cia., 1903-5 (Edição em CD-ROM revisa e aumentada sob a coordenação de Marta Amato)

MOREIRA, Alzira Teixeira Leite. *Inventário do Fundo Geral do Erário Régio: Arquivo do Tribunal de Contas*, Lisboa, Tip. Minerva do Comércio, 1977.

RHEINGANTZ, Carlos G.. *Titulares do Império*, Rio de Janeiro, Ministério da Justiça e Negócios Interiores / Arquivo Nacional, 1960.

SILVA, Antonio Delgado da. *Collecção de Legislação Portuguesa desde a última compilação das Ordenações, redigia pelo Desembargador Antonio Delgado da Silva. Legislação de 1750 a 1762*. Lisboa, Typ. Maigrense, 1830.

SILVA, Antonio Delgado da. *Supplemento à Collecção de Legislação Portuguesa do Desembargador Antonio Delgado da Silva pelo mesmo. Ano de 1763 a 1790*, Lisboa, Typ. de Luiz Correa da Cunha, 1844, p. 472.

SISSON, Sebastião Augusto. *Galeria dos brasileiros ilustres [1859]*, Brasília, Senado Federal, 1999. 2 vols.
SISSON, Sebastião Augusto. *Galeria dos brasileiros ilustres [1859]*, Brasília, Senado Federal, 1999. 2 vols.
TRINDADE, Cônego Raimundo. *Velhos troncos mineiros*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1955. 3 vols.
TRINDADE, Cônego Raimundo. *Velhos troncos ouropretanos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1951.

Referências Bibliográficas

ALENCASTRO, Luís Felipe. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico sul, sécs. XVI e XVII*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Homens Ricos, Homens Bons: produção e hierarquização social em Minas colonial, 1750-1822*, Niterói, PPGH/UFF, 2001. (Tese de doutorado em História).
ALMEIDA, José Bellens de. *Histórico dos thesourarias de fazenda e delegacias fiscaes*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1922.
ALONSO, Ângela. "Império da Patronagem", *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo (49), novembro de 1997.
ANTONIL, Andre João (João António Andreoni). *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Introdução e vocabulário por A. P. Canabrava. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.
ARBELLOT, Guy. LEPETIT, Bernard. BERTRAND, Jacques. *Atlas de la Révolution française – vol.1; Routes et communications*. Paris: Ed. EHESS, 1989.
ARISTÓTELES, *Ética a Nicomacos*, tradução do grego, introdução e notas de Mário da Gama Kury, Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1985.
ASTON, T. H.; PHILPIN, C. H. E. (orgs.), *The Brenner debate: agrarian class structure and economic development in pre-industrial europe*, Cambridge, Cambridge University Press, 1985.
AZEVEDO, João Lucio de. *Épocas de Portugal económico: esboços de história*. Lisboa: Clássica, 1929.
AZEVEDO, Mario C.. *A aula do Comércio, primeiro estabelecimento de ensino técnico profissional oficialmente criado no mundo*, Lisboa, Edição da Escola Comercial Ferreira Borges, 1961.
BAILYN, Bernard. *As origens ideológicas da Revolução Americana*, Bauru, SP: Edusc, 2003.
BALEEIRO, Aliomar. *Direito Tributário Brasileiro*, Rio de Janeiro, Forense, 1986.
BARBOSA, Waldemar de Almeida. *História de Minas*. Belo Horizonte: Editora Comunicação, 1979. 3 vols.
BARBOZA FILHO, Rubem. *Tradição e Artifício: Iberismo e Barroco na Formação Americana*, Belo Horizonte, Ed. UFMG, Rio de Janeiro, IUPERJ, 2000.
BAZIN, Germain. *A arquitetura religiosa no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1989. 2 vols.

BERGAD, Laird W.. "Demographic Change in a Post-Export Society: The Population of Minas Gerais, Brazil, 1776-1821", *Journal of Social History*, vol.29, n.4, 1996.

BERGAD, Laird W.. *Slavery and the Demographic and Economic History of Minas Gerais, Brazil, 1720-1888*, Cambridge, Cambridge University Press, 1999.

BERSTEIN, Serge. "La culture politique" in: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (dir.), *Pour une histoire culturelle*, Paris, Éditions du Seuil, 1995.

BETHELL, Leslie. "A independência do Brasil" in: Leslie BETHELL (org.), *História da América Latina*, São Paulo, Edusp, 2001, vol.3.

BOSCHI, Caio César, MORENO, Carmen, FIGUEIREDO, Luciano (coords.), *Inventário da Coleção Casa dos Contos: livros, 1700-1891*, Belo Horizonte, PUC Minas / Fapemig, 2006.

BOSCHI, Caio César. "Administração e administradores no Brasil pombalino: os governadores da capitania de Minas Gerais", *Tempo*, Rio de Janeiro, (13): 77-109, 2002.

BOSCHI, Caio César. *Os Leigos e o Poder (irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais)*. São Paulo: Editora Ática, 1986.

BOUDEVILLE, Jacques. *Les espaces economiques*. Paris: PUF, 1969.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

BOXER, Charles Ralph. *A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. 2.ed. rev. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

BOXER, Charles Ralph. *O império marítimo português 1415-1825*. trad. Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia de Letras, 2002.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo. Os jogos das trocas*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. São Paulo, Perspectiva, 1978.

BRENNER, Robert. *Merchants and revolution: commercial change, political conflict and London's overseas traders, 1550-1653*, Cambridge, Cambridge University, 1993.

BROTERO, Frederico de Barros. *A Família Monteiro de Barros*. São Paulo, 1951.

BURKE, Peter. *A revolução francesa da historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989)*. 2. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

CALÓGERAS, João Pandiá. *A política monetária do Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1960.

CALÓGERAS, João Pandiá. *As minas do Brasil e sua legislação: (geologia econômica do Brasil)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904-1905, 3 vols.

CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de mineiros – de como meter as Minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado*. São Paulo: FFLCH/USP, 2002. (Tese de doutorado em História)

CANTILLON, Richard. *Ensaio sobre a natureza do comércio em geral*. trad. Fani Goldfarb Figueira. Curitiba: Sugesta Editora, 2002. [ed. original 1755]

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. "O trabalho na colônia" in: LINHARES, Maria Yedda (org.). *História Geral do Brasil*. 8 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. "Pensando a construção dos espaços". *Revista de História Regional*, UEPG, Ponta Grossa, v. 3, n. 1, verão de 1998.

CARDOSO, José Luís. "Nas malhas do império: a economia política e a política colonial de D. Rodrigo de Souza Coutinho" in: CARDOSO, José Luís. (coord.), *A economia política e os dilemas do império luso-brasileiro (1790-1822)*, Lisboa,

Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

CARDOSO, José Luís. *História do Pensamento Econômico Português – Temas e Problemas*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001.

CARDOSO, José Luís. *O pensamento económico em Portugal nos finais do século XVIII, 1780-1808*, Lisboa, Estampa, 1989.

CARRARA, Angelo Alves. "Mineração, produção rural e espaços urbanos em Minas Gerais, 1808-1835", *Anais do XII Seminário sobre a Economia Mineira*, Belo Horizonte, Cedeplar/UFMG, 2006.

CARRARA, Angelo Alves. "Ouro, moeda e mercado interno no Brasil; 1700-1808", *Anales de la VIII Reunión Internacional de Historiadores de la Minería Latinoamericana*, Guanajuato: Centro de Investigaciones Humanísticas / Universidad de Guanajuato, 2004.

CARRARA, Angelo Alves. *A Real Fazenda de Minas Gerais; guia de pesquisa da Coleção Casa dos Contos de Ouro Preto (Instrumentos de Pesquisa, vol. 2)*, Ouro Preto, UFOP, 2004.

CARRARA, Angelo Alves. Estruturas Agrárias e Capitalismo; contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX). Mariana: UFOP, 1999.

CARREIRA, Liberato de Castro. *História financeira e orçamentária do Império do Brasil*, Brasília, Senado Federal; Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980.

CARVALHO, Feu de. "Vila-Rica", *RIHGB*, Rio de Janeiro (171):31-71, 1936.

CARVALHO, José Murilo de. "Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual", *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 40, n.º 2, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro das Sombras: a política imperial*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Marcos B. de. "Diálogos entre as ciências sociais: um legado de Friedrich Ratzel (1844-1904)". *Biblio 3w. Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales*. Universidade de Barcelona, nº 34, 10 de junio de 1997. [Disponível em http://www.ub.es/geocrit/b3w-34.htm; acesso em 31/12/2006]

CASTRO, Iná Elias de. "A região como problema para Milton Santos" in: El ciudadano, la globalización y la geografia. Homenaje a Milton Santos, *Scripta Nova. Revista Electrónica de geografia e ciencias sociales*, vol. VI, nº 124, 30 de septiembre de 2002.

CASTRO, Iná Elias de. "Problemas e alternativas metodológicas para a região e para o lugar" in: SOUZA, M. A. et al. (orgs.). *Natureza e sociedade hoje: uma leitura geográfica*. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1993.

CAVALCANTI, Amaro. *O meio circulante nacional, (1808-1835)*, Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1983.

CHAGAS, Paulo Pinheiro. *Teófilo Ottoni, Ministro do Povo*, ed. rev. e aum., Belo Horizonte, Itatiaia; Brasília, INL, 1978.

CHRISTALLER, Walter. *Central Places in Southern Germany*. New Jersey: Englewood Cliffs, 1967. [ed. original 1933]

CLAPHAM, Christopher. "Clientelism and the State" in CLAPHAM, Christopher (ed.). *Private Patronage and Public Power. Political Clientelism in the Modern State*, London, Frances Pinter Publ., 1982.

CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, Lisboa, Livros Horizonte, 1984.

COSTA FILHO, Miguel. *A cana de açúcar em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Álcool, 1963.

COSTA, Iraci del Nero da. Pesos e medidas no período colonial brasileiro: denominações e relações", in: Iraci COSTA, Renato Leite MARCONDES (eds.), *Boletim de História Demográfica*, ano I, n. 1 (abr. 1994). [Disponível em http://historia_demografica.tripod.com/bhds/bhd1.htm; acesso em 31/12/2006]

COSTA, Joaquim Ribeiro. "Estudo Histórico da Divisão Administrativa de Minas Gerais". *Revista do IHGMG*, vol. X.

COSTA, Leonor Freire; ROCHA, Maria Manuela; SOUSA, Rita Martins de. "O ouro cruza o Atlântico" in: *RAPM*, (41) 2005.

CRUZ, Maria Leonor García da. *A governação de D. João III: a fazenda real e os seus vedores*, Lisboa, Centro de História da Universidade, 2001.

CRUZ, Mário Pinho da (coord.). *Dos Secretários de Estado dos Negócios da Fazenda aos Ministros das Finanças, 1788-2006 - Uma Iconografia*, Lisboa, Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública, 2006.

CUNHA, Alexandre Mendes. "Paisagem e População: algumas vistas de dinâmicas espaciais e movimentos da população nas Minas do começo do Dezenove", *Anais do XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais: Violências, o Estado e a Qualidade de Vida da População Brasileira*, Ouro Preto, ABEP, 2002.

CUNHA, Alexandre Mendes. *Vila Rica - São João del Rey: as voltas da cultura e os caminhos do urbano entre o século XVIII e o XIX*. Niterói: PPGH/UFF, 2002. (Dissertação de Mestrado em História)

CUNHA, Alexandre Mendes; MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. "A Tríade Urbana: construção coletiva do espaço, cultura e economia na passagem do século XVIII para o XIX em Minas Gerais". *Anais do IX Seminário sobre a Economia Mineira*, vol. 1: 305-326, Cedeplar/UFMG, 2000.

CUNHA, Rui Vieira da. "Um servidor do Real Erário", *Revista da ASBRAP*, nº 3, 1996.

DERBY, Orville. "Os primeiros descobrimentos de ouro nos distritos de Sabará e Caeté". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. V, 1899-1900, Diário Oficial, São Paulo, 1901.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*, São Paulo, Alameda, 2005.

DINIZ, Adalton Francioso. "O pomo da discórdia. A distribuição dos recursos fiscais paulistas sob o Império" in: *Anais do VII Congresso Brasileiro de História Econômica e 7ª Conferência Internacional de História de Empresas*, Conservatória (RJ), ABPHE, 2005.

DORNAS FILHO, João. "O senador Antônio Gonçalvez Gomide" in: *Figuras da província*, Belo Horizonte, Movimento Editorial Panorama, 1949.

DUARTE, Nestor. *A ordem privada e a organização política nacional*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1939.

DURKHEIM, Émile. "Divisões da sociologia: as ciências sociais particulares" in RODRIGUES, José Albertino (org.). *Durkheim*. 9.ed. São Paulo: Ática, 2004. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol.1)

ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.

FEBVRE, Lucien. *La terre et l'évolution humaine: introduction géographique a l'histoire*, Paris: Édition Albin Michel, 1949. [ed. original 1922]

FERREIRA, Manoel Rodrigues. A Evolução do Sistema Eleitoral Brasileiro. Brasília: Senado Federal, 2001.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América portuguesa: Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1640-1761*, São Paulo, FFLCH/USP, 1996. (Tese de Doutorado em História)

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeira. "Derrama e política fiscal ilustrada", *RAPM*, (41) 2006, p. 28.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras, uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*, São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

FONSECA, Cláudia Damasceno. "Agentes e contextos das intervenções urbanísticas nas Minas Gerais do século XVIII", *Revista Oceanos*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, número 41 ("A Construção do Brasil Urbano"), jan.-mar., 2000.

FONSECA, Cláudia Damasceno. *Des terres aux villes de l'or: pouvoirs et territoires urbains au Minas Gerais (Brésil, XVIIIe siècle)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian , 2003. (Publications du Centre Culturel Calouste Gulbenkian)

FONSECA, Cláudia Damasceno. *Mariana: gênese e transformação de uma paisagem cultural*. Belo Horizonte: IGC/UFMG, 1995. (Dissertação de Mestrado em Geografia Urbana)

FONSECA, Cláudia Damasceno. *Pouvoir, villes et territoires. Genèse et représentation des espaces urbains dans le Minas Gerais (Brésil), XVIIIe – debut du XIXe siècle*. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2001. (Tese de Doutorado em História e Civilizações)

FRAGOSO, João. "'Elites econômicas' em finais do século XVIII: mercado e política no centro-sul da América lusa – notas de uma pesquisa" in: JANCSÓ, István (org.), *Independência: História e Historiografia*, São Paulo, Hucitec, 2005.

FRAGOSO, João. "A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (sécs. XVI e XVII)" in: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João. "Para que serve a história econômica? – Notas sobre a história da exclusão social no Brasil", *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro (29), 2002.

FRAGOSO, João. "Potentados coloniais e circuitos imperiais: notas sobre uma nobreza da terra, supracapitanias, no Setecentos" in: MONTEIRO, Nuno Gonçalo; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da (Org.), *Optima Pars: Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*, Lisboa, Universidade de Lisboa, ICS - Imprensa do Instituto de Ciências Sociais, 2005.

FRAGOSO, João. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*, 2 ed. rev., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O Arcaísmo como Projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c.1790 – c.1840*, Rio de Janeiro, Sette Letras, 1998.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima; BICALHO, Maria Fernanda Baptista. "Uma leitura do Brasil colonial: bases da materialidade e da governabilidade no Império", *Penélope*, *fazer e desfazer a história*, Lisboa (23), 2000.

FRIEIRO, Eduardo. *O Diabo na livraria do cônego*, São Paulo, EDUSP, Belo Horizonte, Itatiaia, 1981.

FUNARI, Pedro Paulo de Abreu. "A Cultura Material e A Construção da Mitologia Bandeirante: Problemas da Identidade Nacional Brasileira", *Ideias*, Campinas, vol. 2, n. 1, p. 29-48, 1995.

FURTADO, João Pinto. "Uma república entre dois mundos: Inconfidência Mineira, historiografia e temporalidade", *Revista Brasileira de História*, São Paulo (v.21, n. 42): 343-363, 2001.

FURTADO, João Pinto. *O manto de Penélope: História, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9*, São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*, São Paulo, Hucitec, 1999.

GODELIER, Maurice. "Formação Económico-social" [verbete] in: ROMANO, Ruggiero (dir.). *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986. [Vol. 7 - Modo de Produção, Desenvolvimento/ Subdesenvolvimento]

GODINHO, Vitorino Magalhães. "Finanças públicas e estrutura do Estado" in: *Ensaios (II – Sobre História de Portugal)*, 2.ed rev., Lisboa, Sá da Costa, 1968.

GODINHO, Vitorino Magalhães. *Estrutura da antiga sociedade portuguesa*, Lisboa, Arcádia, 1975.

GODOY, Marcelo Magalhães. *No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócio: um estudo das atividades agroaçucareiras mineiras, entre o Setecentos e o Novecentos, e do complexo mercantil da província de Minas Gerais*, São Paulo, FFLCH/USP, 2004 (Doutorado em História Econômica).

GOMBRICH, Ernst Hans. *Arte e ilusão : um estudo da psicologia da representação pictórica*, São Paulo, Martins Fontes, 1986.

GRAHAM, Richard. "Construindo uma nação no Brasil do século XIX: visões novas e antigas sobre classe, cultura e Estado", *Revista Diálogos*, volume 1(5), 2001.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*, Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1997.

GREENE, Jack P.. *Negotiated Authorities: Essays in Colonial Political and Constitutional History*. Charlottesville: University Press of Virginia, 1994.

GUIMARÃES, Carlos Magno; e REIS, Liana Maria. "Agricultura e caminhos de Minas (1700/1750)". *Revista do Departamento de História*, FaFiCH-UFMG, Belo Horizonte (4) junho: 85-99, 1987.

GUIMARÃES, Carlos Magno; e REIS, Liana Maria. "Agricultura e Escravidão em Minas Gerais (1700/1750)", *Revista do Departamento de História*, FaFiCH-UFMG, Belo Horizonte (2) junho: 7-36, 1986.

HARVEY, David. *Social Justice & the City*. London: E. Arnold, 1976.

HECKSCHER, Eli Filip. *La época mercantilista: historia de la organización y las ideas económicas desde el final de la Edad Media hasta la sociedad liberal*, México, Fondo de Cultura Económica, 1943.

HEINZ, Flávio M. (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de, "Metais e Pedras Preciosas" in: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira (A Época Colonial – Administração, economia, sociedade)*. 10.ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2003. (Tomo I, vol. 2)

HOLANDA, Sérgio Buarque de. "Apresentação" in: AZEREDO COUTINHO, José Joaquim da Cunha de. *Obras econômicas: 1794-1804*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1966.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. "Sobre uma doença infantil da historiografia (1973)" in: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Para uma nova história*, São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2004.

HORTA, Cid Rebelo. "Famílias Governamentais de Minas Gerais" in: *Segundo Seminário de Estudos Mineiros*. Belo Horizonte: Universidade de Minas Gerais, 1956.

IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, *Estatísticas Históricas do Brasil*, 2.ed., Rio de Janeiro, 1990.

IGLÉSIAS, Francisco. "Minas e a imposição do Estado no Brasil", *Revista da História*, São Paulo 50(100), 1974.

IGLÉSIAS, Francisco. *Política Econômica do Governo Provincial Mineiro (1835-1889)*, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro, 1958.

JASMIN, Marcelo Gantus. "História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo (v.20, n.57: 27-38, 2005.

JÚNIOR, Caio PRADO. *Formação do Brasil contemporâneo* in: SANTIAGO, Silviano (coord.). *Intérpretes do Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002, v. 3.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, Rio de Janeiro, Contraponto Editora, 2006.

LACOSTE, Yves (coord.). "Braudel geógrafo" in: *Ler Braudel*. Capinas: Papirus Editora, 1989.

LACOSTE, Yves. *A geografia serve, antes de mais nada, para fazer a guerra*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1977.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*, Rio de Janeiro, Forense, 1948.

LEFEBVRE, Henri. *Du rural a l'urbain*. Paris: Anthropos, 1970.

LEFEBVRE, Henri. *El derecho a la ciudad*. Trad. J. Gonzalez-Pueyo. 2.ed. Barcelona: Península, 1973.

LEFEBVRE, Henri. *La Révolution urbaine*. Paris: Gallimard, 1970.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação (O Abastecimeto da Corte na formação política do Brasil: 1808-1842)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Educação. 1993.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *O olhar distanciado*. Lisboa: Edições 70, 1986.
LLUCH MARTÍN, Ernest. "Cameralism beyond the Germanic world: a note on Tribe", *History of Economic Ideas*, Pisa, (vol.V-2), 1997.
LLUCH MARTÍN, Ernest. "El cameralismo en España" in: QUINTANA, Enrique Fuentes (dir.). *Economia y Economistas Españoles, vol.3 – La Ilustración*, Barcelona, Galáxia Gutenberg / Círculo de Lectores, 2000.
LLUCH MARTÍN, Ernest; D'ABADAL, Lluís Argemí. "La influencia alemana en España (1800-1860): desde el cameralismo tardío a Jakob, Krause y List" in QUINTANA, Enrique Fuentes (dir.). *Economia y Economistas Españoles, vol.3 – La economia clássica*, Barcelona, Galáxia Gutenberg / Círculo de Lectores, 2000.
LÖSCH, August. *The economics of location*. New Haven: Yale University Press, 1954. [ed. original 1939]
LOYN, Henry Royston. *Dicionário da Idade Media*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
MAGALHÃES, Basílio de. *Expansão geographica do Brasil Colonial*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.
MAGNUSSON, Lars. *Mercantilism: the shaping of an economic language*, London / New York, Routledge, 1994.
MANSUY-DINIZ SILVA, Andrée. *Portrait d'un homme d'Étad: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares: 1755-1812*, Lisboa-Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 2006. vol.2.
MARTINS, José de Souza (org.). *Introdução Crítica à Sociologia Rural*. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
MARTINS, Maria do Carmo Salazar. "Revisitando a província: comarcas, termos, distritos e população de Minas Gerais em 1833-1835" in: *V Seminário sobre a Economia Mineira*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1990.
MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*, 3 ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*, Livro I, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998.
MARX, Murillo. "Arraiais Mineiros: relendo Sylvio de Vasconcellos". *Revista Barroco*, Belo Horizonte (15), 1990-1992.
MATA, Sérgio da. *Chão de Deus. Catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais, Brasil. Séculos XVIII-XIX*. Berlin: Wissenschaftlicher Verlag Berlin, 2002.
MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*, Rio de Janeiro, Access, 1994.
MAUSS, Marcel. "Essai sur le don" in: *Sociologie et anthropologie*, Paris, PUF, Quadrige, 1997.
MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa: a inconfidência mineira: Brasil-Portugal 1750-1808*, São Paulo, Paz e Terra, 1995.
MAXWELL, Kenneth. *Chocolate, piratas e outros malandros: ensaios tropicais*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1999.
MELLO E SOUZA, Laura de. *O Sol e a Sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*, São Paulo, Companhia das Letras, 2006.
MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *O Intendente Câmara: Manoel Ferreira da Câmara Bethencourt, e Sá – Intendente Geral das Minas e dos Diamantes (1764-1835)*, Rio de Janeiro, Imprensa nacional, 1933.

MIELI, Aldo. *Panorama general de historia de la ciência*. 2. ed. Buenos Aires: Espasa-Calpe, 1952-61. [vol 7 – "El periodo central del siglo XIX: Lyell, Gauss, Cannizzaro y Darwin"]

MONTEIRO, John Manuel. "Os caminhos da memória: paulistas no Códice Costa Matoso", *Varia Historia*, Belo Horizonte, nº 21: 86-99, jul. 1999.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. *Gênese e Estrutura da Cidade Mineradora*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2001. (Textos para Discussão n.º 164)

MOREIRA, Alzira Teixeira Leite. *Inventário do Fundo Geral do Erário Régio: Arquivo do Tribunal de Contas*, Lisboa, Tip. Minerva do Comércio, 1977.

MORINEAU, Michel. *Incroyables gazettes et fabuleux métauxeles retours des trésors américains d'après les gazettes hollandaises (XVIe-XVIII siècles)*. Londres: Cambridge University Press, 1985.

NAMIER, Sir Lewis. *The Structure of Politics at the accession of George III*, 2 ed. London, The Macmillan Press, 1957.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das, MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura e política da independência (1820-1822)*, Rio de Janeiro, Revan / FAPERJ, 2003, p.57.

NOVAIS, Fernando. "O significado da 'Guerra do Paraguai' na História do Brasil" in: MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães (org.), *A Guerra do Paraguai – 130 anos depois*, Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1995.

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 6.ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1995.

OLIVEIRA VIANNA, Francisco José de. *Instituições políticas brasileiras*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1949.

PAIVA, Clotilde A.; GODOY, Marcelo M.. "Território de Contrastes: Economia e Sociedade das Minas Gerais do Século XIX" in: SILVA, Francisco Carlos Teixeira; MATTOS, Hebe Maria; FRAGOSO, João (orgs.), *Escritos sobre História e Educação, Homenagem a Maria Yedda Leite Linhares*, Rio de Janeiro, Mauad/Faperj, 2001.

PANOFSKY, Erwin. *Significado nas artes visuais*, 2. ed, Sao Paulo, Perspectiva, 1979.

PAULA, Floriano Peixoto de. "Vilas de Minas Gerais no Período Colonial", *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte (19):275-84, 1965.

PAULA, João Antonio de. "A Inconfidência Mineira: revolução e limites", *Análise e Conjuntura*, Belo Horizonte (v.2-3): 37-49, 1989.

PAULA, João Antônio de. "O mercado e o mercado interno no Brasil: conceito e história", *História Econômica & História de Empresas*, ABPHE, vol.1(2002).

PAULA, João Antonio de. "O urbano como projeto, como crise e como promessa emancipatória". *Síntese*, Belo Horizonte, (33): 247-271, 2006.

PAULA, João Antonio de. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. *Os homens de negócio da praça de Lisboa de Pombal ao vintismo (1755-1822): diferenciação, reprodução e identificação de*

um grupo social, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1995. (Tese de doutorado em Sociologia Histórica)

PEIXOTO, Léa Quintiere Rodrigues. *Principais Antigos Caminhos Fluminenses para as Minas Gerais*, Rio de Janeiro, Imprensa Estadual, 1951.

PELÁEZ, Carlos Manuel; SUZIGAN, Wilson. *História monetária do Brasil*, 2.ed., Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981.

PEREIRA, Daniel Mesquita. *Descobrimentos de Capistrano – A História do Brasil "a grandes traços e largas malhas"*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2002. (Tese de Doutorado em História)

PERROUX, François. *L'economie du XXeme Siècle*. Paris: Galimard, 1949.

PINTO, Virgilio Noya. *O ouro brasileiro e o comercio anglo-portugues: (uma contribuição aos estudos da economia atlantica no seculo XVIII)*. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

POCOCK, John Greville Agard. Linguagens do ideário político, São Paulo, EDUSP, 2003.

POLÁNYI, Karl. "A nossa obsoleta mentalidade mercantil", *Revista Trimestral de Letras e Idéias*, Porto, Afrontamento, 1978.

POLÁNYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

RAU, Virgínia. *A casa dos contos*, Coimbra, Faculdade de Letras / Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1951.

REINERT, Erik S.. "Essay III - Benchmarking Success: The Dutch Republic (1500-1750) as seen by Contemporary European Economists" in *How Rich nations got Rich Essays in the History of Economic Policy*, Oslo, Centre for Development and the Environment (SUM) / University of Oslo, 2004 (Working Paper Nr. 2004/01). [Disponível em http://www.sum.uio.no/publications/publica.html#wp; acesso em 31/12/2006]

REINERT, Erik S.; REINERT, Hugo. *A Bibliography of J.H.G. von Justi*, The Other Canon Foundation, Norway (The Other Canon – Papers). [Disponível em http://www.othercanon.org/papers/index.html; acesso em 31/12/2006]

REIS, José Carlos. *Escola dos Annales: a inovação em História*. São Paulo: Paz & Terra, 2000.

RESENDE, Francisco de Paula Ferreira de. Minas Recordações. São Paulo: EDUSP / Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

RICHTER, Melvin. "Reconstructing the History of Political Languages: Pocock, Skinner and the Geschichtliche Grundbegriffe", *History and Theory*, Middletown, 29(1): 38-70, 1990.

RODARTE, Mario Marcos Sampaio. *O caso das Minas que não se esgotaram: a pertinácia do antigo núcleo central minerador na expansão da malha urbana da Minas Gerais Oitocentista*, Belo Horizonte, Cedeplar/UFMG, 1999. (Dissertação de Mestrado em Economia)

RODARTE, Mario Marcos Sampaio; PAULA, João Antonio de; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. "Rede de cidades em Minas Gerais no século XIX", *História Econômica & História de Empresas*, São Paulo 7(1): 7-45, 2004.

RONCAYOLO, Marcel. "Região" [verbete] in: ROMANO, Ruggiero (dir.). *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986. [Vol. 8 – Região].

RUSSELL-WOOD, A. J. R.. *Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*, Algés, Difel, 1998.

RUSSEL-WOOD, A. J. R.. "Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808", *Revista Brasileira de História*, vol.18 (36), São Paulo, 1998.

SALGADO, Graça (coord.). *Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil colonial*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira; Brasília, INL, 1985.

SANI, Giacomo. "Cultura Polítca" in: BOBBIO, Norberto; MATTEUTTI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*, Brasília, Ed. UNB, 1995.

SANTOS, Milton. *Espaço e sociedade*. Petrópolis: VOZES, 1979.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova*. São Paulo: HUCITEC, 1978.

SARMIENTO, Domingo Faustino. *Civilizacion y barbarie: trilogia de Quiroga-Aldao - El Chacho mi defensa recuerdos de província*, Buenos Aires, El Ateneo, 1952.

SARMIENTO, Domingo Faustino; POMER, Leon. *D. F. Sarmiento: política*, São Paulo, Ática, 1983.

SARTRE, Jean-Paul. *Critique de la raison dialectique: precede de questions de methode*. Paris: Gallimard, 1960.

SCHUMPETER, Joseph Alois. *História da análise econômica*, Trad. Alfredo Moutinho dos Reis, Jose Luiz Silveira Miranda e Renato Rocha, Rio de Janeiro, Alianca para o Progresso, 1964.

SEQUEIRA, Gustavo de Matos. *Depois do terramoto: subsídios para a história dos bairros ocidentais de Lisboa*. Lisboa: Academia das Sciências, 1916. 4 vols.

SERRÃO, Joel (dir.). *Dicionário de história de Portugal*, Porto: Livraria Figueirinhas, 1985.

SERRÃO, José Vicente. "O quadro econômico" in: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal* [(Quarto volume: O Antigo Regime (1620-1807) – ed. acadêmica], Lisboa, Editorial Estampa, 1998.

SIDERI, Sandro. *Comércio e Poder, colonialismo informal nas relações anglo-portuguesas*, Lisboa, Cosmos, 1978.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser Nobre na Colônia*, São Paulo: Unesp, 2005.

SILVA, Wlamir. "Liberais e Povo": a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834). Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 2002. (Tese de Doutorado em História)

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. "Região e História: questão de método" in: SILVA, Marcos A. da. *República em Migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero / Anpuh, 1990.

SIMMEL, Georg, "A metrópole e a vida mental" in: VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O Fenômeno Urbano*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SIMMEL, Georg. *Simmel on Culture: selected writings*, David Frisby and Mike Featherstone (eds.). Londres: SAGE Publications, 1997.

SISSON, Sebastião Augusto. *Galeria dos brasileiros ilustres [1859]*, Brasília, Senado Federal, 1999.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações*, São Paulo, Martins Fontes, 2003. 2 vols.

SOBRAL NETO, Margarida. "A persistência senhorial" in: Joaquim Romero de MAGALHÃES (coord.), *História de Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, vol. 3.

SOJA, Edward. *Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria crítica*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

SOUSA, Rita Martins de. *Moeda e Metais Preciosos no Portugal Setecentista (1688-1797)*, Lisboa, INCM, 2006.

SOUZA, Octávio Tarquínio de. *Bernardo Pereira de Vasconcelos*, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1988.

STONE, Lawrence. *The past and the present*. Boston: Routledge & Kegart Paul, 1981.

SUBTIL, José Manuel. *O desembargo do Paço: 1750-1833*, Lisboa, Universidade Autónoma, 1996.

SUBTIL, José. "O governo da fazenda e das finanças (1750-1974)" in: CRUZ, Mário Pinho da (coord.). *Dos Secretários de Estado dos Negócios da Fazenda aos Ministros das Finanças - 1788-2006: uma iconografia*, Lisboa: Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública, 2006.

SUBTIL, José. "Os poderes do centro: Governo e administração" in: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal* [(Quarto volume: O Antigo Regime (1620-1807) – ed. acadêmica], Lisboa, Editorial Estampa, 1998.

TAUNAY, Affonso d'Escragnolle. *História geral das bandeiras paulistas*, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1948-9, vols. IX e X

TAVARES BASTOS, Aureliano Candido. *A província: estudo sobre a descentralisação no Brazil*, 2.ed., São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1937.

THOMPSON, E. P.. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

TORRES, João Camilo de Oliveira. *O homem e a montanha: introdução ao estudo das influências da situação geográfica para a formação do espírito mineiro*. Belo Horizonte: Cultura Brasileira, 1944.

TRIBE, Keith. *Governing economy: the reformation of german economic discourse 1750-1840*, Cambridge, Cambridge University Press, 1988.

TRIBE, Keith. *Strategies of economic order: German economic discourse, 1750-1950*, Cambridge [England] / New York, Cambridge University Press, 1995.

TRINDADE, Cônego Raimundo. *Velhos troncos mineiros*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 1955. 3 vols.

TRINDADE, Cônego Raimundo. *Velhos troncos ouropretanos*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 1951.

VALADARES, Virgínia Maria Trindade. *Elites mineiras setecentistas: conjugação de dois mundos (1700-1800)*, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2002. (Tese de doutorado em História)

VALADARES, Virgínia Maria Trindade. *Elites mineiras setecentistas: conjugação de dois mundos*, Lisboa, Colibri / Portimão, Instituto de Cultura Ibero-Atlântica, 2004.

VANCE, Rupert B.. "Region" in: SILLS, David L. (ed.). *International Encyclopedia of the Social Sciences*. New York: The Macmillan Company & The Free Press, 1968, vol. 13.

VASCONCELLOS, Sylvio de. "A Arquitetura Colonial Mineira" in: *Primeiro Seminário de Estudos Mineiros*. Belo Horizonte: UMG, 1957. (I Seminário de Estudos Mineiros, Belo Horizonte, 3-12 abril de 1956)

VASCONCELLOS, Sylvio de. "Formação Urbana do Arraial do Tejuco". *Revista do IPHAN*, Rio de Janeiro, (14): 121-34, 1959.

VASCONCELLOS, Sylvio de. *Arquitetura Particular em Vila Rica*. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da Universidade de Minas Gerais, 1951. (Tese de cátedra, Arquitetura no Brasil).

VASCONCELLOS, Sylvio de. *Sylvio de Vasconcellos: arquitetura, arte e cidade: textos reunidos*. Organização de Celina Borges Lemos. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 2004.

VASCONCELOS, Salomão de. "Como nasceu Ouro Preto – sua formação cadastral desde 1712", *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.º 12: 172-232, 1955.

VIANNA, Luiz Weneck. "Weber e interpretação do Brasil", *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo (53), março de 1999.

VRIES, Jan de. *A economia da Europa numa época de crise*, Trad. Álvaro de Figueiredo, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1991.

WALLERSTEIN, Immanuel. "Espaço Económico" [verbete] in: ROMANO, Ruggiero (dir.). *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986. [Vol. 7 - Modo de Produção, Desenvolvimento/ Subdesenvolvimento]

WALLERSTEIN, Immanuel. "O homem da conjuntura" in: AYMARD, Maurice (org.), *Ler Braudel*. Campinas (SP). Papirus: 1989.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da Sociologia Compreensiva*. Brasília: Ed. UnB, 1991-9. 2 vols.

WOOD, Ellen Meiksins. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. "A representação da sociedade e do Poder" in: MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal* [(Quarto volume: O Antigo Regime (1620-1807)], Lisboa, Editorial Estampa, 1993.

XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. "Redes Clientelares" in: MATTOSO, José. (dir.), *História de Portugal* [(Quarto volume: O Antigo Regime (1620-1807)], Lisboa, Editorial Estampa, 1993.